



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1846

Terça-feira - 13 de Outubro de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Garopaba.....	134	Penha.....	329
Alto Bela Vista.....	4	Gaspar	137	Petrolândia	336
Anchieta	5	Governador Celso Ramos	141	Pinheiro Preto	337
Antônio Carlos	8	Grão Pará	142	Pomerode.....	339
Ascurra.....	9	Guaramirim.....	147	Porto Belo.....	342
Atalanta.....	10	Guarujá do Sul	148	Porto União.....	344
Balneário Rincão	11	Herval d'Oeste	159	Presidente Castello Branco	349
Barra Velha.....	12	Ibiam	161	Rio do Sul.....	350
Bela Vista do Toldo.....	21	Imarui	164	Salto Veloso.....	353
Biguaçu	24	Imbituba	257	Santiago do Sul.....	354
Blumenau	28	Indaial.....	258	São Bento do Sul.....	361
Botuvera.....	30	Ipumirim	263	São Domingos.....	363
Braço do Trombudo	31	Itapoá	276	São João do Oeste	369
Brusque.....	33	Jacinto Machado	279	São João do Sul	370
Caçador.....	43	Joaçaba	280	São José.....	376
Camboriú.....	71	Lages	287	São Lourenço do Oeste.....	377
Campo Alegre	78	Laguna	291	São Miguel da Boa Vista	381
Campo Erê.....	90	Lauro Muller	293	São Pedro de Alcântara.....	382
Campos Novos.....	91	Lebon Regis.....	294	Schroeder.....	384
Canoinhas.....	92	Leoberto Leal.....	295	Serra Alta	399
Capinzal	106	Luzerna	299	Siderópolis.....	401
Catanduvas.....	107	Macieira.....	300	Sul Brasil	405
Chapadão do Lageado	109	Mafra	302	Tigrinhos	410
Cocal do Sul.....	110	Maravilha.....	304	Timbó	411
Concórdia	112	Modelo	305	Trombudo Central.....	415
Coronel Freitas.....	117	Morro da Fumaça	306	Tunápolis.....	417
Coronel Martins.....	118	Navegantes.....	313	Urussanga	418
Correia Pinto.....	119	Nova Trento.....	317	Vargeão.....	421
Corupá	121	Novo Horizonte	318	Vargem Bonita	422
Dionísio Cerqueira	124	Ouro	319	Videira.....	423
Eral Velho	125	Palhoça	320	Vitor Meireles.....	429
Flor do Sertão.....	126	Papanduva.....	322	Xanxerê.....	430
Forquilha.....	127	Passos Maia.....	327	Xavantina	431
Fraiburgo.....	128	Paulo Lopes	328		

Consórcios

ARIS	434
CIGA	435
CIS Nordeste	435
CIS/AMUREL.....	437
CIS/AMERIOS	438

Água Doce

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 66/2015 - TOMADA DE PREÇO N.º 8/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 66/2015
TOMADA DE PREÇO 8/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 66/2015, na modalidade TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº 8/2015", do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", em regime de empreitada por preço unitário, destinado a construção de Creche tipo 2 – Programa Pró-infância do FNDE, o qual será processado e julgado no dia 29 de outubro 2015 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.
Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 09 de outubro de 2015
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 005/2015 CMDCA

RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE O RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

RESOLUÇÃO Nº 005/2015

Dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de ÁGUA DOCE, após análise de recursos.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 092/2014, RESOLVE:

I - Informar a todos que, após a divulgação do resultado do pleito, não havendo recursos.

II - Tornar público o resultado final após análise dos recursos, nos termos do ART.32 da Resolução nº 003/2015.

III - Homologar o RESULTADO FINAL do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de para o mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020, conforme relação abaixo:

Art. 1º: Fica proclamado o resultado final da eleição realizada no dia 04/10/2015

I - Total de eleitores: 506

II - Total de votos válidos: 496

III - Total de votos em branco: 03

IV - Total de votos nulos: 07

Art. 2º: Total de votos por candidato:

Nome do Candidato	Nº. de Votos	Classificação
JANETE GUISENI	157	1º
CHICO BERTON – JOÃO FRANCISCO VIEIRA BERTON	122	2º
SIMONE LORENCI DE OLIVEIRA	65	3º
JANE BREZOLIN TONIAL – GISLAINE BREZOLIN TONIAL	51	4º
MANOLO - MANOEL CAMPOS QUINTILHAN NETO	41	5º
GISELE SILVA – GISELE SIMONE DA SILVA	36	6º
ALESSAN VENTURIN DOS SANTOS	24	7º

Art. 3º: Ficam os seguintes candidatos eleitos como titulares, por ordem de votação:

JANETE GUISENI

CHICO BERTON – JOÃO FRANCISCO VIEIRA BERTON

SIMONE LORENCI DE OLIVEIRA

JANE BREZOLIN TONIAL – GISLAINE BREZOLIN TONIAL

MANOLO - MANOEL CAMPOS QUINTILHAN NETO

Art. 4º: Ficam os demais candidatos como suplentes, por ordem de votação:

GISELE SILVA – GISELE SIMONE DA SILVA

ALESSAN VENTURIN DOS SANTOS

Art. 5º. A diplomação e posse dos membros do Conselho Tutelar titulares e suplentes, dar-se-á no dia 10/01/2016, local e horário a ser definido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 6º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Água Doce, 09 de outubro de 2015.

SILVANA APARECIDA DO NASCIMENTO CAVALLI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE FINANCEIRO MÊS SETEMBRO DE 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Setembro
Página: 1

Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Balancete Financeiro - Por Função - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	43.291,13
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	42.944,66
		Legislativa	42.944,66
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	346,47
		Legislativa	346,47
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	67.659,50		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	67.659,50		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	94.250,19	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	79.676,78
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	7.667,93	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	834,99
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	43.291,13	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	43.291,13
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	43.291,13	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	35.550,66
SALDOS ANTERIORES	164.300,87	SALDOS ATUAIS	203.242,65
BANCO C/ MOVIMENTO	164.300,87	BANCO C/ MOVIMENTO	203.242,65
TOTAL	326.210,56	TOTAL	326.210,56

AGUA DOCE, 30/09/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
PRESIDENTE CPF N° 400.991.999-04

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

Alto Bela Vista

PREFEITURA

PORTARIA Nº 129 DE 05 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 93 Seção V Par.1º,2º,3º,4º, e 5º, da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005 que institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade à Servidora Pública Municipal, ELICE MÜLLER matriculada sob o n.º 474, lotada no cargo efetivo de MERENDEIRA, pelo período de 120 dias, em conformidade com o atestado expedido pelo Dr. GILBERTO DALMORA inscrito no CRM/SC 5485, na data de 05 de outubro de 2015, dos quais, 60 (sessenta) dias, serão de responsabilidade do Município, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 023 de 19 de fevereiro de 2009.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão reembolsadas pelo RGPS (Regime da Previdência Social), no período de 05 de outubro de 2015 à 01 de fevereiro de 2016, sendo que o restante do período compreendido de 02 de fevereiro à 01 de abril de 2016, serão consignados em dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista em 05 de outubro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas publicações

Anchieta

PREFEITURA

Decreto 155/2015

DECRETO Nº. 155/2015, de 06 de outubro de 2015

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 18.300,00 (dezoito mil e trezentos reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.133, de 11 de dezembro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 18.300,00 (dezoito mil e trezentos reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 18.300,00 (dezoito mil e trezentos reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

10 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.122.0021.2.200 – Adm. Geral dos Bens e Serv. Secret. Assist. Social

(01) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas ... R\$ 3.300,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

02 – ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0239.2.015 - Adm. Geral dos Bens e Serv. Tranp.Escolar-Ens.Fundamental (40) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334-Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

01 - AGRICULTURA

20.122.0021.2.031 - Adm. Geral dos Bens e Serv. da Agricultura

(75) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131-Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Total R\$ 18.300,00

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante neste ato fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 18.300,00 (dezoito mil e trezentos reais), em conformidade com as seguintes contas, a saber:

10 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.122.0021.2.200 – Adm. Geral dos Bens e Serv. Secret. Assist. Social

(02) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas ... R\$ 3.300,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

02 – ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0239.2.015 - Adm. Geral dos Bens e Serv. Tranp.Escolar-Ens.Fundamental (43) 3.3.90.00.00.00.00.00.0334-Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

01 - AGRICULTURA

20.122.0021.2.031 - Adm. Geral dos Bens e Serv. da Agricultura

(76) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131-Aplicações Diretas .. R\$ 5.000,00

Total R\$ 18.300,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Ato, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC), 06 de outubro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.

Anchieta – (SC), 06/10/2015

Andreia Marafão

Secretário de Administração e Gestão

Decreto 156/2015

DECRETO Nº. 156/2015, de 08 de outubro de 2015.

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 1.000,00 (um mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.204, de 08 de outubro de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 1.000,00 (um mil reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 07.01.15.451.0575.1.080 – Aquisição de Equipamentos Material Permanente p/ Infraestrutura Urbana, na modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade a aquisição de 01 (uma) Máquina Podador para ser utilizada na manutenção dos serviços de jardinagem desta municipalidade.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 1.000,00 (um mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.451.0575.1.080 – Aquisição de Equipamentos Material Permanente

p/ Infraestrutura Urbana

(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.0091 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Total R\$ 1.000,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.451.0575.1.067 – Obras e Instalações e Equipamentos e Material

Permanente P/ Infraestrutura do Município

(88) 4.4.90.00.00.00.00.00.0091 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Total R\$ 1.000,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas no presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, Em 08 de outubro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.
Em 08 de outubro de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

Decreto 157/2015

DECRETO Nº. 157/2015, de 08 de outubro de 2015.

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.205, de 08 de outubro de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 06.01.20.606.145.1.084 – Equipamentos Agrícolas para Extensão Rural – MAPA Proposta 035232/2015 – na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, em conformidade com a Proposta 035232/2015 – do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PESCA E AGROPECUÁRIA (MAPA), tem como finalidade a Aquisição de 01 (um) Trator Agrícola de Pneus para desenvolver as atividades de extensão rural do Município de Anchieta.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

01 – AGRICULTURA

20.606.0145.1.084 - Equipamentos Agrícolas para Extensão Rural

MAPA Proposta 035232/2015

(.....)4.4.90.00.00.00.00.0252 -Aplicações Diretas R\$ 97.500,00

(.....)4.4.90.00.00.00.00.0091 -Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Total R\$ 100.000,00

Parágrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 0252 - (00.01.0252) intitulada como Outras Transferências de Convênios da União-MAPA, Proposta 035232/2015.

Art. 3º Para atendimento Parcial da Abertura de Crédito Autorizado de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais), concernente do Provável Excesso de Arrecadação dos recursos Outras Transferências de Convênios da União-MAPA, Proposta 035232/2015, na fonte de Recursos 0252 - (00.01.0252) como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o disposto no art.43, §1º, II da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

Art. 4º Para a Complementação do Crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder a redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.451.0575.1.067 – Obras e Instalações e Equipamentos Material Permanente p/

Infraestrutura do Município de Anchieta

(88)4.4.90.00.00.00.00.0091 -Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas no presente Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, Em 08 de outubro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 08 de outubro de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO N 090/2015

DECRETO Nº 000090/15 de 9 de Outubro de 2015

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 60.795,53 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.13.392.0005.1.004-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 2.700,00

06 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.27.812.0006.1.007-4.4.90.00.00.00.00.00- Aplicações Diretas 58.095,53

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 60.795,53

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 9 de Outubro de 2015

ANTÔNIO PAULO REMO

Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

DECRETO Nº 2768, de 02/10/2015

DECRETO Nº 2768, de 02 de outubro de 2015.

Altera Horário de Expediente de Trabalho.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 51, da Lei Complementar n.º 117, de 19 de dezembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ascurra), e tendo em vista a necessidade de contenção de despesas e o cumprimento dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal,

CONSIDERANDO que o horário de verão começa à zero hora de 18/10/2015 até zero hora de 22/02/2016;

CONSIDERANDO que o País vem atravessando uma crise econômica que implica diretamente na arrecadação dos entes estatais e consequente, no repasse das verbas ordinárias e extraordinárias aos Municípios;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas administrativas imediatas, para redução de despesas, que é dever do administrador defender e zelar pelo bom e regular funcionamento dos bens e serviços em prol da comunidade;

CONSIDERANDO que, as medidas ora apresentadas visam melhor adequar essas situações à realidade econômico-financeira do Município de Ascurra, sem prejuízo da prestação de serviços perante a coletividade;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o horário de expediente dos servidores da Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Urbanos e Secretaria Municipal da Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, iniciando-se às 6h30min e encerrando-se às 13h00min, de segunda-feira à sexta-feira, com 00h30 minutos de intervalo, exceto os serviços de coleta de lixo, Caminhão Pipa e Guarda Municipal.

Art. 2º - O horário mencionado no artigo 1º será de caráter transitório com início em 13 de outubro do corrente ano e término em 21 de fevereiro de 2016.

Art. 3º - Os serviços essenciais, em especial na área de saúde e Serviços Urbanos, serão mantidos sem interrupção devendo a chefia de cada setor estabelecer regimes de plantão.

Art. 4º - A critério do Poder Executivo o servidor poderá ser solicitado a cumprir horário integral, sem qualquer benefício adicional.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 02 de Outubro de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar

Município de Ascurra em, 02 de outubro de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

Atalanta

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ATALANTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial 4/2015 - Registro de Preços, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE FRALDAS GERIÁTRICAS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ATALANTA. Julgamento: Menor Preço Por Item. Abertura dia 26 de outubro de 2015 às 09:00 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo fone (47)3535-0101 ou compras@atalanta.sc.gov.br.

Atalanta, 08 de outubro de 2015.

TARCISIO POLASTRI

Prefeito Municipal Atalanta-SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ATALANTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial 5/2015, para o seguinte objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO 0KM PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ATALANTA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE ATALANTA.. Julgamento: Menor Preço Por Item. Abertura dia 27 de outubro de 2015 às 09:00 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo fone (47)3535-0101 ou compras@atalanta.sc.gov.br.

Atalanta, 08 de outubro de 2015.

TARCISIO POLASTRI

Prefeito Municipal Atalanta-SC

Balneário Rincão

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

RETIFICAÇÃO EDITAL 021SAMAE2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 021/SAMAE/2015

A presidente da comissão de Licitações do Samae de Balneário Rincão - SC, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Tomada de Preços Nº. 021/SAMAE/2015, que tem como objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para execução de ampliação de rede de abastecimento de água de modo a atender as necessidades de novas ligações água e regularizações de ligações de água já para execução de ampliação de rede de abastecimento de água de modo a atender as necessidades de novas ligações água e regularizações de ligações de água já existentes, fica retificado em sua planilha orçamentária, o item 1 (Tubo PVC 12 JEI PBA DN 50 mm - 6m)...onde "se lê" Barra(BR) "leia-se" Metros (M), no item 5 (Válvula de gaveta com bolsa JEI 600 mm FoFo) onde "se lê" 600mm "leia-se" 60mm. Feita a retificação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

Balneário Rincão, 09 de outubro de 2015.

ELENICE TEREZINHA DE SOUZA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Barra Velha

PREFEITURA

EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS Nº 006/2015

EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS Nº 006/2015

O Município de Barra Velha, por intermédio do Sr. Prefeito Claudemir Matias Francisco, do Sr. Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano João da Silva Júnior e Sr. Secretário Municipal de Administração e Finanças Rui José Machado Junior, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal c/c arts. 81 e 82 do Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24.02.1967, e da Lei Complementar 11/2011 (Código Tributário Municipal) e da Lei Municipal nº 1391, de 12.09.14, TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis com frente (ou testada) para os trechos de rua do perímetro urbano identificada neste Edital, que foram executadas e concluídas as obras de melhorias (calçamento) de que trata o Edital de Contribuição de Melhorias nº 001/2015, apresentando-se os valores finais dos custos, bem como a avaliação dos imóveis antes e após a execução das obras para fins de lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria decorrente da respectiva obra de pavimentação, conforme segue:

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a obra pública de pavimentação e drenagem pluvial, limitada a cobrança à valorização que sobreviver ao imóvel ou ao custo da obra rateada entre os beneficiados, observando o menor valor.

2. DO LOCAL DAS OBRAS:

TRECHO: Rua Lúcio Brugnago, entre a Rua Carlos Neitzel e a parte sem saída da referida rua.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pelas obras, ou seja, dos imóveis confrontantes com o trecho da rua mencionada no item 2 que sofrerem valorização, conforme planta de localização constante do Edital 001/2015.

4. MEMORIAL DESCRITIVO:

O Memorial Descritivo na forma de Anexo II do Edital 001/2015 se presta a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação que, exemplificadamente, podem ser: serviços de topografia, alinhamento, nivelamento com caixas coletoras de água pluviais (boca-de-lobo), escavação, compactação, drenagem, abertura mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplanagem como cortes e aterros, pavimentação em paralelepípedo, meio-fio, sinalização vertical e horizontal, pintura, inclusive compactação destes.

5. ORÇAMENTO DE CUSTO DAS OBRAS:

O custo das obras descritas no Anexo III do Edital 001/2015, referente a execução da pavimentação, está distribuído da seguinte forma:

TRECHO: Rua Lúcio Brugnago, entre a Rua Carlos Neitzel e a parte sem saída da referida rua, com uma extensão de 125m e largura de 7m, totalizando 875m².

A) Obras Preliminares: R\$ 4.469,18
B) Pavimentação Lajota Sextavada: R\$ 46.375,00
B.1) Pavimentação Comunitária: (595m²) = R\$ 31.535,00
B.2) Contribuição de Melhoria: (280m²) = R\$ 14.840,00
C) Drenagem Pluvial: R\$ 19.736,00
TOTAL: R\$ 70.580,18

O Município participará com o total da importância orçada para os itens A e C, R\$ 24.205,18. O item B.1 será absorvido pela pavimentação comunitária.

O Município buscará se ressarcir do item B.2 acima descrito, observando como limite individual a valorização de cada imóvel beneficiário em decorrência das obras.

Os valores devidos por cada um dos contribuintes são aqueles constates do ANEXO I deste edital - TABELA DOS VALORES INDIVIDUALIZADOS, que faz parte integrante deste Edital.

6. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

A base de cálculo será estabelecida pelo quantum de valorização experimentado por cada imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo

dos sois laudos de avaliação, o primeiro elaborado antes do início dos trabalhos Anexo IV do Edital 001/2015, e se encontra à disposição dos interessados junto à Municipalidade e o segundo ao seu término.

Os laudos foram elaborados por comissão integrada pelos servidores profissionais técnicos do Município, composta de engenheiro(s) ou arquiteto(s) e coordenador, definidos na Portaria nº 575/2015.

Os laudos de avaliação gozam de presunção de veracidade e legitimidade, admitida prova em contrário, e não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria. Constatada a ocorrência do fato gerador, a alíquota incidente para fins de cobrança da Contribuição de melhorias é de no máximo 25% do custo final da obra.

Correrão por conta do Município de Barra Velha: a) as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou isentos de Contribuição de Melhorias; b) as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

7. FORMA DE PAGAMENTO

O contribuinte poderá a seu critério, optar pela forma de pagamento que melhor lhe convier, respeitando o Código Tributário e a Lei de Contribuição de Melhoria.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Integra o presente Edital o segundo laudo de avaliação, posterior à realização da obra.

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital e seus anexos (inclusive do laudo de avaliação prévio), dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de sua publicação.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por meio de petição, que servirá para início do processo administrativo, no local o interessado poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra dentre outros elementos.

A impugnação não obstará o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o recorrente.

9. DOS ANEXOS

Integram o presente Edital, sendo parte integrante do mesmo para todos os fins, os seguintes anexo:

ANEXO I – ORÇAMENTO DE CUSTOS DAS OBRAS

ANEXO II – RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS E LAUDOS DE AVALIAÇÃO PRÉVIA

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas no Setor de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Barra Velha, no horário das 08:00 as 12:00 as 13:30 as 17:30.

Barra Velha, 08 de Outubro de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito de Barra Velha

JOÃO DA SILVA JÚNIOR
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

RUI JOSÉ MACHADO JUNIOR
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I

PLANILHA DE ORÇAMENTO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA						PLANILHA A 1
MUNICÍPIO: BARRA VELHA						FOLHA No
1						
PROJETO:	DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTA 23/04/2015					DATA :
LOCALIZAÇÃO:	RUA LÚCIO BRUGNAGO - Extensão 125,00 m					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	PREÇO DO SERVIÇO	

1	OBRAS PRELIMINARES	R\$ 4.469,18			
1.1	Regularização E Compactação De Subleito Ate 20 Cm De Espessura	m²	875,00	1,11	R\$ 971,25
1.2	Escavação e Reaterro Mec Vala N Escor Mat 1A Cat C/Retroescav Ate 1,50M Excl Esgotamento	m³	433,77	5,75	R\$ 2.494,18
1.3	Material para Reaterro de Vala e Compactação de Subleito até 20cm de espessura	m³	36,50	27,50	R\$ 1.003,75
2	PAVIMENTAÇÃO	R\$ 46.375,00			
2.1	Meio-fio de concreto pré-moldado 12x30 cm, sobre base de concreto simples e rejuntado com argamassa traço 1:3 (cimento e areia)	m²	875,00	4,40	R\$ 3.850,00
2.2	Piso Em Bloco Sextavado 30X30Cm, Espessura 8Cm, Assentado Sobre Colchão De Areia Espessura 6Cm	m²	875,00	30,00	R\$ 26.250,00
2.3	Areia Para Assentamento de Piso em Bloco Sextavado	m²	875,00	4,80	R\$ 4.200,00
2.4	Mão de Obra para Assentamento de Piso em Bloco Sextavado	m²	875,00	10,00	R\$ 8.750,00
2.5	Transporte de material (Piso em Bloco, Areia e Meio-fio)	m²	875,00	3,80	R\$ 3.325,00
3	DRENAGEM	R\$ 19.736,00			
3.1	Caixa Coletora, 1,20X1,20X1,50M, Com Fundo E Tampa De Concreto E Paredes Em Alvenaria	un	6,00	299,00	R\$ 1.794,00
3.2	Assentamento De Tubos De Concreto Diâmetro = 400Mm, Simples Ou Armado, Junta Em Argamassa 1:3 Cimento:Areia	m	250,00	15,70	R\$ 3.925,00
3.3	Tubo Concreto Simples Classe -Ps1 Pb Nbr-8890 Dn 600 Mm P/Águas Pluviais	m	250,00	50,00	R\$ 12.500,00
3.4	Reaterro Manual Com Apiloamento Mecânico	m³	55,94	4,55	R\$ 254,53
3.5	Retroescavadeira para abertura de Valas até 1,50m	h	7,50	168,33	R\$ 1.262,48
VALOR TOTAL R\$					R\$ 70.580,18
<div> <div>DATA: 23/04/2015 Nº CREA / SC: 118.853-5</div> <div> <div>NOME: JOÃO DA SILVA JÚNIOR</div> <div>ASSINATURA:</div> </div> </div>					

Anexo II

Barra Velha, 08 de Outubro de 2015.

COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA
VALOR DE AVALIAÇÃO – IMÓVEL COM INSCRIÇÃO nº 01.03.089.0139.001

Conforme verificação realizada “in loco”, pelo presente, a Prefeitura de Barra Velha, através de sua Comissão Especial de Avaliação Imobiliária (Portaria nº 575/2015), vem informar o seguinte:

O imóvel com inscrição nº 01.03.089.0139.001, situado na Rua Lúcio Brugnago, Bairro Los Angeles, neste município, de propriedade de Flaviani Reis Sartore, possui o seguinte valor de avaliação:

VALOR DE AVALIAÇÃO R\$ 115.000,00

E por ser verdade, sendo o que tínhamos a relatar, firmamos o presente valor de avaliação.

Atenciosamente,

João da Silva Júnior Engenheiro Civil – CREA/SC 118853-5 Presidente da Comissão	Roberto José Azevedo Membro da Comissão	Claudemar Madruga de Souza Membro da Comissão
---	--	--

Barra Velha, 08 de Outubro de 2015.

COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA
VALOR DE AVALIAÇÃO – IMÓVEL COM INSCRIÇÃO nº 01.03.092.0183.001

Conforme verificação realizada “in loco”, pelo presente, a Prefeitura de Barra Velha, através de sua Comissão Especial de Avaliação Imobiliária (Portaria nº 575/2015), vem informar o seguinte:

O imóvel com inscrição nº 01.03.092.0183.001, situado na Rua Lúcio Brugnago, Bairro Los Angeles, neste município, de propriedade de Maria de Fátima Steit Fuck, possui o seguinte valor de avaliação:

VALOR DE AVALIAÇÃO R\$ 115.000,00

E por ser verdade, sendo o que tínhamos a relatar, firmamos o presente valor de avaliação.

Atenciosamente,

João da Silva Júnior Engenheiro Civil – CREA/SC 118853-5 Presidente da Comissão	Roberto José Azevedo Membro da Comissão	Claudemar Madruga de Souza Membro da Comissão
---	--	--

Barra Velha, 08 de Outubro de 2015.

COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA

VALOR DE AVALIAÇÃO – IMÓVEL COM INSCRIÇÃO nº 01.03.089.0073.001

Conforme verificação realizada “in loco”, pelo presente, a Prefeitura de Barra Velha, através de sua Comissão Especial de Avaliação Imobiliária (Portaria nº 575/2015), vem informar o seguinte:

O imóvel com inscrição nº 01.03.089.0073.001, situado na Rua Lúcio Brugnago, Bairro Los Angeles, neste município, de propriedade de Antônio Amarildo Fuck, possui o seguinte valor de avaliação:

VALOR DE AVALIAÇÃO R\$ 92.000,00

E por ser verdade, sendo o que tínhamos a relatar, firmamos o presente valor de avaliação.

Atenciosamente,

João da Silva Júnior Engenheiro Civil – CREA/SC 118853-5 Presidente da Comissão	Roberto José Azevedo Membro da Comissão	Claudemar Madruga de Souza Membro da Comissão
---	--	--

Barra Velha, 08 de Outubro de 2015.

COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA

VALOR DE AVALIAÇÃO – IMÓVEL COM INSCRIÇÃO nº 01.03.089.0031.001

Conforme verificação realizada “in loco”, pelo presente, a Prefeitura de Barra Velha, através de sua Comissão Especial de Avaliação Imobiliária (Portaria nº 575/2015), vem informar o seguinte:

O imóvel com inscrição nº 01.03.089.0031.001, situado na Rua Lúcio Brugnago, Bairro Los Angeles, neste município, de propriedade de Eleonora Konig, possui o seguinte valor de avaliação:

VALOR DE AVALIAÇÃO R\$ 103.500,00

E por ser verdade, sendo o que tínhamos a relatar, firmamos o presente valor de avaliação.

Atenciosamente,

João da Silva Júnior Engenheiro Civil – CREA/SC 118853-5 Presidente da Comissão	Roberto José Azevedo Membro da Comissão	Claudemar Madruga de Souza Membro da Comissão
---	--	--

Barra Velha, 08 de Outubro de 2015.

COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA

VALOR DE AVALIAÇÃO – IMÓVEL COM INSCRIÇÃO nº 01.03.089.0017.001

Conforme verificação realizada “in loco”, pelo presente, a Prefeitura de Barra Velha, através de sua Comissão Especial de Avaliação Imobiliária (Portaria nº 575/2015), vem informar o seguinte:

O imóvel com inscrição nº 01.03.089.0017.001, situado na Rua Lúcio Brugnago, Bairro Los Angeles, neste município, de propriedade de Eleonora Konig, possui o seguinte valor de avaliação:

VALOR DE AVALIAÇÃO R\$ 92.000,00

E por ser verdade, sendo o que tínhamos a relatar, firmamos o presente valor de avaliação.

Atenciosamente,

João da Silva Júnior Engenheiro Civil – CREA/SC 118853-5 Presidente da Comissão			Roberto José Azevedo Membro da Comissão			Claudemar Madruga de Souza Membro da Comissão		
	EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 006/2015							
	PARCELA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA						R\$ 14.840,00	
	PARCELA ABSORVIDA PELA PREFEITURA DE BARRA VELHA						R\$ 24.205,18	
	PARCELA ABSORVIDA PELO PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA						R\$ 31.535,00	
	CUSTO TOTAL DA OBRA						R\$ 70.580,18	
Nome do Proprietário	Endereço	Área do imóvel (m²)	Inscrição Cadas- tral	Valor do Imóvel Antes da Exe- cução da Obra (R\$)	Valor do Imó- vel Depois da Execução da Obra (R\$)	Valorização do Imóvel (R\$)	Fração de Valorização	Valor da Contribuição de Melhoria
Maria de Fátima Steit Fuck	Rua Lúcio Brugnago, s/nº	280,00	01.03.092.0183	R\$ 100.000,00	R\$ 115.000,00	R\$ 15.000,00	0,2222	R\$ 3.710,00
Antônio Amarildo Fuck	Rua Lúcio Brugnago, s/nº	280,00	01.03.089.0073	R\$ 80.000,00	R\$ 92.000,00	R\$ 12.000,00	0,1778	R\$ 2.226,00
Eleonora Konig	Rua Lúcio Brugnago, s/nº	335,00	01.03.089.0017	R\$ 90.000,00	R\$ 103.500,00	R\$ 13.500,00	0,2000	R\$ 2.968,00
Eleonora Konig	Rua Lúcio Brugnago, s/nº	280,00	01.03.089.0031	R\$ 80.000,00	R\$ 92.000,00	R\$ 12.000,00	0,1778	R\$ 2.226,00
Flaviani Reis Sartore	Rua Lúcio Brugnago, s/nº	280,00	01.03.089.0139	R\$ 100.000,00	R\$ 115.000,00	R\$ 15.000,00	0,2222	R\$ 3.710,00
TOTAL						R\$ 67.500,00	1	R\$ 14.840,00
* A divisão do custo da obra será feita conforme a testada do terreno, pois o custo da obra rateado pela contribuição de melhoria foi menor que a valorização dos imóveis								

EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS Nº 007/2015

EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS Nº 007/2015

O Município de Barra Velha, por intermédio do Sr. Prefeito Claudemir Matias Francisco, do Sr. Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano João da Silva Júnior e Sr. Secretário Municipal de Administração e Finanças Rui José Machado Júnior, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal c/c arts. 81 e 82 do Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24.02.1967, e da Lei Complementar 11/2011 (Código Tributário Municipal) e da Lei Municipal nº 1391, de 12.09.14, TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis com frente (ou testada) para os trechos de rua do perímetro urbano identificada neste Edital, que foram executadas e concluídas as obras de melhorias (calçamento) de que trata o Edital de Contribuição de Melhorias nº 002/2015, apresentando-se os valores finais dos custos, bem como a avaliação dos imóveis antes e após a execução das obras para fins de lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria decorrente da respectiva obra de pavimentação, conforme segue:

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a obra pública de pavimentação e drenagem pluvial, limitada a cobrança à valorização que sobreviver ao imóvel ou ao custo da obra rateada entre os beneficiados, observando o menor valor.

2. DO LOCAL DAS OBRAS:

TRECHO: Extensão de 324m da Rua Cecílio Manoel da Cruz

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pelas obras, ou seja, dos imóveis confrontantes com o trecho da rua mencionada no item 2 que sofrerem valorização,



conforme planta de localização constante do Edital 002/2015.

4. MEMORIAL DESCRITIVO:

O Memorial Descritivo na forma de Anexo II do Edital 002/2015 se presta a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação que, exemplificadamente, podem ser: serviços de topografia, alinhamento, nivelamento com caixas coletoras de água pluviais (boca-de-lobo), escavação, compactação, drenagem, abertura mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplanagem como cortes e aterros, pavimentação em paralelepípedo, meio-fio, sinalização vertical e horizontal, pintura, inclusive compactação destes.

5. ORÇAMENTO DE CUSTO DAS OBRAS:

O custo das obras descritas no Anexo III do Edital 002/2015, referente a execução da pavimentação, está distribuído da seguinte forma:

TRECHO: Rua Cecílio Manoel da Cruz, com uma extensão de 324m e largura de 6m, totalizando 1944 m².

- A) Obras Preliminares: R\$ 9.553,19
- B) Pavimentação Lajota Sextavada: R\$ 103.032,00
- B.1) Pavimentação Comunitária: (1707m²) = R\$ 90.471,00
- B.2) Contribuição de Melhoria: (237m²) = R\$ 12.561,00
- C) Drenagem Pluvial: R\$ 34.616,66

TOTAL: R\$ 147.201,85

O Município participará com o total da importância orçada para os itens A e C, R\$ 44.169,85. O item B.1 será absorvido pela pavimentação comunitária.

O Município buscará se ressarcir do item B.2 acima descrito, observando como limite individual a valorização de cada imóvel beneficiário em decorrência das obras.

Os valores devidos por cada um dos contribuintes são aqueles constates do ANEXO I deste edital - TABELA DOS VALORES INDIVIDUALIZADOS, que faz parte integrante deste Edital.

6. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

A base de cálculo será estabelecida pelo quantum de valorização experimentado por cada imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo dos dois laudos de avaliação, o primeiro elaborado antes do início dos trabalhos Anexo IV do Edital 002/2015, e se encontra à disposição dos interessados junto à Municipalidade e o segundo ao seu término.

Os laudos foram elaborados por comissão integrada pelos servidores profissionais técnicos do Município, composta de engenheiro(s) ou arquiteto(s) e coordenador, definidos na Portaria nº 575/2015.

Os laudos de avaliação gozam de presunção de veracidade e legitimidade, admitida prova em contrário, e não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria. Constatada a ocorrência do fato gerador, a alíquota incidente para fins de cobrança da Contribuição de melhorias é de no máximo 25% do custo final da obra.

Correrão por conta do Município de Barra Velha: a) as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou isentos de Contribuição de Melhorias; b) as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

7. FORMA DE PAGAMENTO

O contribuinte poderá a seu critério, optar pela forma de pagamento que melhor lhe convier, respeitando o Código Tributário e a Lei de Contribuição de Melhoria.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Integra o presente Edital o segundo laudo de avaliação, posterior à realização da obra.

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital e seus anexos (inclusive do laudo de avaliação prévio), dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de sua publicação.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por meio de petição, que servirá para início do processo administrativo, no local o interessado poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra dentre outros elementos.

A impugnação não obstará o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o recorrente.

9. DOS ANEXOS

Integram o presente Edital, sendo parte integrante do mesmo para todos os fins, os seguintes anexo:

ANEXO I – ORÇAMENTO DE CUSTOS DAS OBRAS

ANEXO II – RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS E LAUDOS DE AVALIAÇÃO PRÉVIA

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas no Setor de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Barra Velha, no horário das 08:00 as 12:00 as 13:30 as 17:30.

Barra Velha, 08 de Outubro de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito de Barra Velha

JOÃO DA SILVA JÚNIOR

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

RUI JOSÉ MACHADO JÚNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Anexo I

PLANILHA DE ORÇAMENTO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA						PLANILHA A 1
MUNICÍPIO: BARRA VELHA						FOLHA No
PROJETO:	DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO DE LAJOTA 23/06/2015					DATA :
LOCALIZA- ÇÃO:	RUA CECÍLIO MANOEL DA CRUZ - Extensão 324,00 m					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO		UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO	PREÇO DO SERVIÇO
1	OBRAS PRELIMINARES		R\$ 9.553,19			
1.1	Regularização E Compactação De Subleito Ate 20 Cm De Espessura		m²	1.944,00	1,11	R\$ 2.157,84
1.2	Escavacao e Reaterro Mec Vala N Escor Mat 1A Cat C/Retroescav Ate 1,50M Excl Esgotamento		m³	583,20	5,75	R\$ 3.353,40
1.3	Material para Reaterro de Vala e Compactação de Subleito até 20cm de espessura		m³	146,98	27,50	R\$ 4.041,95
2	PAVIMENTAÇÃO		R\$ 103.032,00			
2.1	Meio-fio de concreto pre-moldado 12x30 cm, sobre base de concreto simples e rejuntado com argamassa traco 1:3 (cimento e areia)		m²	1.944,00	4,40	R\$ 8.553,60
2.2	Piso Em Bloco Sextavado 30X30Cm, Espessura 8Cm, Assentado Sobre Colchao De Areia Espessura 6Cm		m²	1.944,00	30,00	R\$ 58.320,00
2.3	Areia Para Assentamento de Piso em Bloco Sextavado		m²	1.944,00	4,80	R\$ 9.331,20
2.4	Mão de Obra para Assentamento de Piso em Bloco Sextavado		m²	1.944,00	10,00	R\$ 19.440,00
2.5	Transporte de material (Piso em Bloco, Areia e Meio-fio)		m²	1.944,00	3,80	R\$ 7.387,20
3	DRENAGEM		R\$ 34.616,66			
3.1	Caixa Coletora, 0,50X0,70X0,40m, Com Fundo E Tampa De Concreto E Paredes Em Alvenaria		un	16,00	299,00	R\$ 4.784,00
3.2	Assentamento De Tubos De Concreto Diametro = 400Mm, Simples Ou Armado, Junta Em Argamassa 1:3 Cimento:Areia		m	54,00	14,55	R\$ 785,70
3.3	Assentamento De Tubos De Concreto Diametro = 600Mm, Simples Ou Armado, Junta Em Argamassa 1:3 Cimento:Areia		m	324,00	19,70	R\$ 6.382,80
3.4	Tubo Concreto Simples Classe -Ps1 Pb Nbr-8890 Dn 400 Mm P/Aguas Pluviais		m	54,00	25,10	R\$ 1.355,40
3.5	Tubo Concreto Simples Classe -Ps1 Pb Nbr-8890 Dn 600 Mm P/Aguas Pluviais		m	324,00	50,00	R\$ 16.200,00

3.6	Reaterro Manual Com Apiloamento Mecanico	m³	146,98	4,55	R\$ 668,76
3.7	Retroescavadeira para abertura de Valas até 1,50m	h	24,00	185,00	R\$ 4.440,00
VALOR TOTAL R\$					R\$ 147.201,85
DATA: 23/06/2015		NOME: JOÃO DA SILVA JÚ- NIOR		ASSINATURA:	
	Nº CREA / CAU: 118.853-5				

Anexo IV

Barra Velha, 08 de Outubro de 2015.

COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA
VALOR DE AVALIAÇÃO – IMÓVEL COM INSCRIÇÃO nº 01.02.080.0106.001

Conforme verificação realizada "in loco", pelo presente, a Prefeitura de Barra Velha, através de sua Comissão Especial de Avaliação Imobiliária (Portaria nº 575/2015), vem informar o seguinte:

O imóvel com inscrição nº 01.02.080.0106.001, situado na Rua Cecílio Manoel da Cruz, Bairro Centro, neste município, de propriedade de Victor Mario Vilcapona Zaga, possui o seguinte valor de avaliação:

VALOR DE AVALIAÇÃO R\$ 48.000,00

E por ser verdade, sendo o que tínhamos a relatar, firmamos o presente valor de avaliação.
Atenciosamente,

João da Silva Júnior Engenheiro Civil – CREA/SC 118853-5 Presidente da Comissão	José Roberto Azevedo Membro da Comissão	Claudemar Madruga de Souza Membro da Comissão
---	--	--

Barra Velha, 08 de Outubro de 2015.

COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA
VALOR DE AVALIAÇÃO – IMÓVEL COM INSCRIÇÃO nº 01.02.080.0145.001

Conforme verificação realizada "in loco", pelo presente, a Prefeitura de Barra Velha, através de sua Comissão Especial de Avaliação Imobiliária (Portaria nº 575/2015), vem informar o seguinte:

O imóvel com inscrição nº 01.02.080.0145.001, situado na Rua Cecílio Manoel da Cruz, Bairro Centro, neste município, de propriedade de Sebastião Schwambach, possui o seguinte valor de avaliação:

VALOR DE AVALIAÇÃO R\$ 149.000,00

E por ser verdade, sendo o que tínhamos a relatar, firmamos o presente valor de avaliação.
Atenciosamente,

João da Silva Júnior Engenheiro Civil – CREA/SC 118853-5 Presidente da Comissão	José Roberto Azevedo Membro da Comissão	Claudemar Madruga de Souza Membro da Comissão
---	--	--

Barra Velha, 08 de Outubro de 2015.

COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA
VALOR DE AVALIAÇÃO – IMÓVEL COM INSCRIÇÃO nº 01.02.081.0262.001

Conforme verificação realizada "in loco", pelo presente, a Prefeitura de Barra Velha, através de sua Comissão Especial de Avaliação Imobiliária (Portaria nº 575/2015), vem informar o seguinte:

O imóvel com inscrição nº 01.02.081.0262.001, situado na Rua Cecílio Manoel da Cruz, Bairro Centro, neste município, de propriedade de Silvia Bernardi ME, possui o seguinte valor de avaliação:

VALOR DE AVALIAÇÃO R\$ 112.000,00

E por ser verdade, sendo o que tínhamos a relatar, firmamos o presente valor de avaliação.
Atenciosamente,

João da Silva Júnior Engenheiro Civil – CREA/SC 118853-5 Presidente da Comissão	José Roberto Azevedo Membro da Comissão	Claudemar Madruga de Souza Membro da Comissão
---	--	--

Barra Velha, 08 de Outubro de 2015.

COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA
VALOR DE AVALIAÇÃO – IMÓVEL COM INSCRIÇÃO nº 01.02.081.0277.001

Conforme verificação realizada “in loco”, pelo presente, a Prefeitura de Barra Velha, através de sua Comissão Especial de Avaliação Imobiliária (Portaria nº 575/2015), vem informar o seguinte:

O imóvel com inscrição nº 01.02.081.0277.001, situado na Rua Cecílio Manoel da Cruz, Bairro Centro, neste município, de propriedade de Caue Ariel Branco, possui o seguinte valor de avaliação:

VALOR DE AVALIAÇÃO R\$ 123.000,00

E por ser verdade, sendo o que tínhamos a relatar, firmamos o presente valor de avaliação.
Atenciosamente,

João da Silva Júnior Engenheiro Civil – CREA/SC 118853-5 Presidente da Comissão	José Roberto Azevedo Membro da Comissão	Claudemar Madruga de Souza Membro da Comissão
---	--	--

	EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 007/2015							
	PARCELA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA						R\$ 12.561,00	
	PARCELA ABSORVIDA PELA PREFEITURA DE BARRA VELHA						R\$ 44.169,85	
	PARCELA ABSORVIDA PELO PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA						R\$ 90.471,00	
	CUSTO TOTAL DA OBRA						R\$ 147.201,85	
Nome do Proprietário	Endereço	Área do imóvel (m²)	Inscrição Cadastral	Valor do Imóvel Antes da Execução da Obra (R\$)	Valor do Imóvel Depois da Execução da Obra (R\$)	Valorização do Imóvel (R\$)	Fração de Valorização	Valor da Contribuição de Melhoria
Victor Mario Vilcapona Zaga	Rua Cecílio M. da Cruz, nº 733	131,00	01.02.080.0106.001	R\$ 40.000,00	R\$ 48.000,00	R\$ 8.000,00	0,1702	R\$ 5.406,00
Sebastião Schwambach	Rua Cecílio M. da Cruz, nº 668	294,00	01.02.080.0145.001	R\$ 135.000,00	R\$ 149.000,00	R\$ 14.000,00	0,2979	R\$ 3.339,00
Silvia Bernardi ME	Rua Cecílio M. da Cruz, nº 734	371,00	01.02.081.0262	R\$ 100.000,00	R\$ 112.000,00	R\$ 12.000,00	0,2553	R\$ 2.226,00
Caue Ariel Branco	Rua Cecílio M. da Cruz, nº 746	261,00	01.02.081.0277.001	R\$ 110.000,00	R\$ 123.000,00	R\$ 13.000,00	0,2766	R\$ 1.590,00
TOTAL						R\$ 47.000,00	1	R\$ 12.561,00

* A divisão do custo da obra será feita conforme a testada do terreno, pois o custo da obra rateado pela contribuição de melhoria foi menor que a valorização dos imóveis

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

PORTARIAS 366- 378/15

PORTARIA nº. 366/2015, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015
"CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITUTLAÇÃO OU CERTIFI-
CAÇÃO"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Conceder a servidora ESTELA MARIS PRADO MISSEL ocupante do cargo de PROFESSORA DE ARTES do quadro de funcionários estatutários desta Prefeitura, Progressão pela Titulação em nível de Pós-Graduação "Lato Sensu", conforme o art. 14, I, da Lei nº 834 de 24 de fevereiro de 2012, retroagindo seus efeitos a partir de 04/07/2015, conforme requerimento.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 14 de setembro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 367/2015, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

"AUTORIZA SERVIDORAS MUNICIPAIS ASSINAR AS NOTIFICA-
ÇÕES DE AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Fica as servidoras públicas abaixo identificadas, a contar desta data, autorizadas assinar as notificações de autuação de infração de trânsito da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo:

Nome	Cargo
Arilda Mielke	Advogada Municipal
Juliane Lecin	Diretora de Administração e Fazenda

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Bela Vista do Toldo, 21 de setembro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 368/2015, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

"EXONERA"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a servidora ELAINE GUDE ocupante do cargo de CHEFE DE SETOR DE SETOR DE TRIBUTOS do quadro de

funcionários comissionados desta Prefeitura, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 21 de setembro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 370-A/2015, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Conceder licença prêmio a servidora ALICE ARNOLDO DE LIMA, ocupante do cargo de Professora do quadro de funcionários estatutários desta Prefeitura, pelo período de 28/09/2015 à 26/11/2015, referente ao período aquisitivo de 01/03/2009 à 27/02/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 004 de 27 de janeiro de 1997.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 28 de setembro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 371/2015, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Concede férias a SILVANA DO CARMO DAMBROSKI, ocupante do cargo de Assistente Social, pelo período de 30 (trinta) dias, com vigência de 29/09/2015 à 28/10/2015, em conformidade com o art. 78, da Lei nº 004/97, referente ao período aquisitivo de 14/09/2013 à 13/09/2014.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 29 de setembro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 372/2015, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015
"EXONERA A PEDIDO"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido a servidora CARLA ROBERTA LUDKA MOTA ocupante do cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE do quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 30 de setembro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 373/2015, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITUTLAÇÃO OU CERTIFICAÇÃO"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Conceder a servidora ZENILDA KOGE FREITAS GONÇALVES ocupante do cargo de PROFESSORA DE ARTES do quadro de funcionários estatutários desta Prefeitura, Progressão pela Titulação em nível de Pós-Graduação "Lato Sensu", conforme o art. 14, I, da Lei nº 834 de 24 de fevereiro de 2012, retroagindo seus efeitos a partir de 04/09/2015.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 30 de setembro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 374/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015
"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Conceder ao servidor ANTÔNIO DE LIMA ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS do quadro de funcionários estatutários desta Prefeitura, licença sem vencimentos conforme a Lei nº 830/2012, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 01 de outubro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA nº. 375/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015
"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições

legais,

RESOLVE:

Art.1º- Conceder ao servidor MARCOS PINTO ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO do quadro de funcionários estatutários desta Prefeitura, licença sem vencimentos conforme a Lei nº 830/2012, a partir desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 01 de outubro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 376/2015, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015
"CONCEDE FÉRIAS"

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Concede férias a JÉSSICA ALBERTI, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, pelo período de 10 (dez) dias, com vigência de 01/10/2015 à 10/10/2015, em conformidade com o art. 78, da Lei nº 004/97, referente ao período aquisitivo de 28/12/2013 à 27/12/2014.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 01 de outubro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 377/2015, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

Art.1º- Revogar a Portaria nº 63/2015, que removia a servidora SIOMARA ISABEL STELZNER DAMASO DA SILVEIRA ocupante do cargo de Professora, lotada na Escola Municipal Terezinha Corrêa Agostinho para desempenhar suas funções como Professora responsável pelos Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 09 de outubro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA nº. 378/2015, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

Art.1º- Revogar a Portaria nº 129/2015, que removia a servidora IVANI GONÇALVES DE LIMA KUCHLER ocupante do cargo de Professora de Matemática, lotada no N.E.M. Juliana Tomporoski Krull e N.E.M. João Batista Pontarolo para desempenhar suas funções como Professora responsável pelos Anos Finais, lotada na

Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo, 09 de outubro de 2015

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA 002/2015

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO
LICITATÓRIO Nº 026/2015

CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 002/2015 - PREF.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2015 – PREF

HOMOLOGAÇÃO: 09/10/2015

CONTRATADO: NCM CONSTRUÇÕES LTDA. - ME

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO (COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS), DA CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO COM INSTALAÇÃO DE REDE COLETORA, LOCALIZADA NA RUA FRANCISCO KARVAT SOBRINHO, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC.

VALOR: R\$ 3.206.195,45 (três milhões, duzentos e seis mil, cento e noventa e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

Bela Vista do Toldo, (SC) 09 de Outubro de 2.015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 177/2015

DECRETO Nº 177/2015 DE: 07 DE OUTUBRO DE 2015.
AUTORIZA A QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE VENCIMENTOS DE FATURAS PARA PAGAMENTO DE CREDOR QUE MENCIONA.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando que nos termos do artigo 5º, da Lei Federal 8.666/93, cada Unidade de Administração, nos pagamentos de suas obrigações deve obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

Considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando, que o Município locou da empresa 1DOC TECNOLOGIA LTDA - ME, sistema para uso de memorando eletrônico com disponibilização dos módulos ouvidoria e ofício ao custo mensal de R\$ 578,00, gerando importante economia nos gastos com impressão, além de auxiliar na operação do serviço de ouvidoria;

Considerando, que a receita do Município não vem correspondendo às expectativas, impondo atraso no cumprimento das obrigações assumidas com os fornecedores;

Considerando, que a Prefeitura já iniciou o processo de corte de despesas para restabelecer a normalidade nos pagamentos já nos próximos meses de forma a não prejudicar os fornecedores em geral;

Considerando, que a suspensão da utilização dessas ferramentas causaria graves transtornos à administração e ao público usuário do serviço de ouvidoria, caracterizando razões de interesse público para quebra da ordem cronológica de vencimento das faturas;

Considerando, que se trata de valores de pequena monta;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Secretário Municipal da Fazenda, através da Gerência Financeira, autorizado a quebrar a ordem cronológica do vencimento das faturas para priorizar o pagamento das faturas em atraso emitidas pela empresa 1DOC TECNOLOGIA LTDA – ME – CNPJ nº 19.625.833/0001-76.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando o Decreto nº 135/2015, de 05/08/2015..

Biguaçu, 07 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 178/2015

DECRETO Nº 178/2015 DE: 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3514/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3530/2014 - Lei Orçamentária para 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2015, Lei Municipal nº 3530/2014:

11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Média Complexidade	22.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.37.000211	Pessoal e Encargos Sociais	18.000,00
3.1.90.00/0.1.37.000212	Pessoal e Encargos Sociais	4.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.37.000211	Outras Despesas Correntes	18.000,00
3.3.90.00/0.1.37.000212	Outras Despesas Correntes	4.000,00

1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	55.210,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.37.000061	Pessoal e Encargos Sociais	16.000,00
3.1.90.00/0.1.38.000175	Pessoal e Encargos Sociais	2.210,00
4.4.90.00/0.1.38.000175	Investimentos	31.000,00
4.4.90.00/0.1.38.000156	Investimentos	6.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.37.000061	Outras Despesas Correntes	16.000,00
3.3.90.00/0.1.38.000175	Outras Despesas Correntes	33.210,00
3.3.90.00/0.1.38.000156	Outras Despesas Correntes	6.000,00

1101.08.244.0006.2061	Gestão da Política de Assistência Social	21.600,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.37.000198	Pessoal e Encargos Sociais	21.600,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.37.000198	Outras Despesas Correntes	21.600,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 09 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

PORTARIA Nº 2512/2015

PORTARIA Nº 2512/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SONIA MARIA VICENTE, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9102/2015 em anexo no período de 28/09/2015 a 30/09/2015.

Biguaçu, 08 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2513/2015

PORTARIA Nº 2513/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CLAUDIA DA SILVA AGOSTINHO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8969/2015 em anexo no período de 23/09/2015 a 25/09/2015.

Biguaçu, 08 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2514/2015

PORTARIA Nº 2514/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANDREA GARCIA SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8989/2015 em anexo no período de 23/09/2015 a 07/10/2015.

Biguaçu, 08 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2515/2015

PORTARIA Nº 2515/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA GORETE FERNANDES QUINTINO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR

– SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9221/2015 em anexo no período de 30/09/2015 a 30/11/2015.

Biguaçu, 08 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2516/2015

PORTARIA Nº 2516/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CLAUDIA DA SILVA AGOSTINHO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9195/2015 em anexo no período de 30/09/2015 a 02/10/2015.

Biguaçu, 08 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2517/2015

PORTARIA Nº 2517/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CRISTIANE DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9195/2015 em anexo no período de 02/10/2015 a 11/10/2015.

Biguaçu, 08 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2518/2015

PORTARIA Nº 2518/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA INES CORREA TERRA, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9220/2015 em anexo no período de 30/09/2015 a 14/10/2015.

Biguaçu, 08 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2519/2015

PORTARIA Nº 2519/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUIZA HELENA CUSTODIO, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9081/2015 em anexo no período de 28/09/2015 a 30/09/2015.

Biguaçu, 08 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2521/2015

PORTARIA Nº 2521/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GILMARA TEIXEIRA DA SILVA, ocupante do Cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8981/2015 em anexo no período de 24/09/2015 a 25/09/2015.

Biguaçu, 08 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2522/2015

PORTARIA Nº 2522/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), RODRIGO CASCAIS, ocupante do Cargo temporário de MOTORISTA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9004/2015 em anexo no período de 22/09/2015 a 06/10/2015.

Biguaçu, 08 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2523/2015

PORTARIA Nº 2523/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANA PAULA MARTINS DA COSTA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA

MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9137/2015 em anexo no período de 27/09/2015 a 29/09/2015.

Biguaçu, 08 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2524/2015

PORTARIA Nº 2524/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSEMAR CAVALHEIRO, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9183/2015 em anexo no período de 01/10/2015 a 02/10/2015.

Biguaçu, 08 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2525/2015

PORTARIA Nº 2525/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CRISLEINE CRISTINA DO CARMO, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9130/2015 em anexo no período de 29/09/2015 a 05/10/2015.

Biguaçu, 08 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2526/2015

PORTARIA Nº 2526/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUCIANA PEREIRA ALVES MONTENEGRO, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9291/2015 em anexo no período de 05/10/2015 a 06/10/2015.

Biguaçu, 08 de outubro de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2527/2015

PORTARIA nº 2527 de 09 de outubro de 2015

Designa Servidor(a), para responder pelo Controle Interno, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) Willian Lofy, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal de Administração, detentor da matrícula 11699, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para responder pelo Controle Interno de 13/10/2015 a 02/11/2015, cumulativamente com as funções que já exerce.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 09 de outubro de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.167/2015

LEI Nº 8.167, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DESAFETA IMÓVEL PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E AUTORIZA A SUA PERMUTA

COM RALF KONIG.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica desafetada da categoria de bens de uso comum do povo, passando para a dos bens dominicais, a área de terras de propriedade do Município de Blumenau, contendo 601,94m², fazendo frente em duas linhas, sendo a primeira, a partir do lado esquerdo, de 39,01m e a segunda de 21,31m, ambas com terras de Julio Horst Zadrozny (mat. 49.449/2ºOf.), fundos em 60,32m com terras de Administradora Comercial Ltda. (Lv. 3-AH, Fl. 107, nº 43.522 "B"/1ºOf.), estremando pelo lado esquerdo em 10,93m com terras de Administradora Comercial Ltda. (Lv. 3-AH, Fl. 107, nº 43.522 "B"/1ºOf.) e pelo lado direito em 10,93m com terras de Akg Industria Têxtil Ltda. (mat. 32.519/2ºOf.), área essa integrante do antigo traçado da Rua Carlos Rieschbieter e avaliada em R\$ 210.679,00 (duzentos e dez mil, seiscentos e setenta e nove reais).

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a permutar o imóvel descrito no art. 1º com Ralf Konig pela área de terras de propriedade de Julio Horst Zadrozny, contendo 840,28m², fazendo frente em 56,20m, sendo, a partir do lado esquerdo, em 28,00m com terras de Protasio Leal Filho

(mat. 1.867/2ºOf.) e em 28,20 com terras de Frechal Construções e Incorporações Ltda. (mat. 1.868/2ºOf.), fundos em 56,02m com terras remanescentes de Julio Horty Zadrozny; estremando pelo lado esquerdo em 4,30m com terras de Administradora Comercial Ltda. (Lv. 3-AH, Fl. 107, nº 43.522 "B"/1ºOf.) e pelo lado direito em 27,85m com terras de Akg Industria Têxtil Ltda. (mat. 32.519/2ºOf.), área essa integrante do terreno matriculado no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau sob nº 49.449 e ocupada pelo atual traçado da Rua Carlos Rieschbieter e avaliada em R\$ 294.098,00 (duzentos e noventa e quatro mil e noventa e oito reais).

Art. 3º A permuta prevista nesta Lei fica condicionada à renúncia por parte de Ralf Konig, em favor do Município de Blumenau, à diferença do valor apurado entre os imóveis.

Art. 4º O permutante Ralf Konig fica responsável pelas despesas com escrituração, registro e desmembramento relacionadas à permuta.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de outubro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.740/2015

DECRETO Nº 10.740, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

INSTITUI O CENTRO DE PESQUISA URBANÍSTICA E ACERVO TÉCNICO DE BLUMENAU.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, incisos II e VII, e na forma art. 75, inciso I, alínea "f", todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 21 da Lei Complementar nº. 870, de 01 de janeiro de 2013,

DECRETO:

Art. 1º Fica instituído o Centro de Pesquisa Urbanística e Acervo Técnico de Blumenau - CPA, vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN.

Art. 2º O CPA terá como finalidades:

I – promover e coordenar a execução de estudos e pesquisas interdisciplinares, de forma sistematizada, unificada e padronizada, voltadas ao planejamento urbano do Município, em consonância com os eixos temáticos do Plano Diretor Municipal;

II – responsabilizar-se pela organização e publicação do acervo técnico de planejamento urbano do Município, quer seja de origem pública ou privada, através do desenvolvimento de metodologias de catalogação;

III – desenvolver programas e projetos de captação de recursos para pesquisa e acervo.

Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – SEPLAN, dispor em ato próprio sobre o funcionamento da CPA e prover-lhe a estrutura e o pessoal necessários à consecução de suas finalidades.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de setembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE REPASSE 2015/091

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE REPASSE 2015/091
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU
E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL HEINRICH REIF

OBJETO: Alteração da Cláusula Terceira do Termo de Repasse.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.134/2015.

VALOR: Cinco mil reais (R\$ 5.000,00) repassados em parcela única.

DATA: 09 de outubro de 2015.

EXTRATO Nº 232/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 232/2015

Dispensa de Licitação nº. 170/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a AQUISIÇÃO DE CANETAS COM O LOGOTIPO DA FURB PARA USO NO ENADE. Contratada: A.W. FABER CASTELL S.A. Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 28 (vinte e oito) dias após a entrega do objeto, desde que o mesmo esteja em perfeitas condições de uso, seja aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e). Valor/Elemento de Despesa: R\$ 733,20 (setecentos e trinta e três reais e vinte centavos)/3.3.90.30.00.00.00.00.

Blumenau, 08 de outubro de 2015.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

Botuvera

PREFEITURA

PL49-PP25SRP-MAT.LIMPEZA, ALIM. COPA E COZINHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 49/2015

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº. 25/2015

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 49/2015 na Modalidade Pregão Presencial Sistema Registro de Preço Nº 25/2015, para AQUISIÇÃO DE ALIMENTO, MATERIAL DE COZINHA, LIMPEZA E HIGIÊNE. Recebimento da documentação e propostas: Até as 09:00 Horas do dia 26/10/2015. Abertura da sessão: dia 26/10/2015 às 09:15 Horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações no Departamento de compras no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail compras@botuvera.sc.gov.br, vilimar@botuvera.sc.gov.br e site www.botuvera.sc.gov.br

BOTUVERÁ-SC, 13 de Outubro de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 0124/2015

DECRETO Nº.0124/2015.

Anula e Suplementa no Orçamento vigente.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0821/2014 de 17.12.2014, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e quinze, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais), conforme segue:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS
01 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DO PERÍMETRO URBANO

2.064 – Manutenção da Iluminação Pública
(170) – 3.3.90.00.00.00.00 0.0.0323.000000 – Aplicações Diretas R\$ 8.500,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais), como segue:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS
01 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DO PERÍMETRO URBANO

2.064 – Manutenção da Iluminação Pública
(171) – 4.4.90.00.00.00.00 0.0.0323.000000 – Aplicações Diretas R\$ 8.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 09 de Outubro de 2015.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

DECRETO 0125/2015

DECRETO Nº. 0125/2015.

Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0821/2014 de 17.12.2014, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional especial no valor de R\$ 57.200,00 (Cinquenta e sete mil e duzentos reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.086 – Piso da Atenção Básico Fixo – PAB FIXO
(35) – 3.1.90.00.00.00.00 0.3.0139.000000 – Aplicações Diretas R\$ 57.200,00

TOTAL R\$ 57.200,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2014 do recurso 3.0139 – Vigilância.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 09 de Outubro de 2015.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

DECRETO 0126/2015

DECRETO Nº. 0126/2015.

Anula e Suplementa no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0821/2014 de 17.12.2014, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Fundo Municipal de Saúde, relativo ao exercício de dois mil e quinze, nas dotações orçamentárias abaixo o valor de R\$ 100.700,00 (Cem mil e setecentos reais), conforme segue:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(6) – 3.1.90.00.00.00.00 0.0.3105.000000 – Aplicações Diretas R\$ 57.200,00

(13) – 4.4.90.00.00.00.00 0.0.3105.000000 – Aplicações Diretas R\$ 34.500,00

2.093 – Vigilância em Saúde – Vigilância Sanitária

(27) – 3.3.90.00.00.00.00 0.0.0139.000000 – Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

TOTAL R\$ 100.700,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada as dotações orçamentárias abaixo no valor de R\$ 100.700,00 (Cem mil e setecentos reais), como segue:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 – Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(9) – 3.3.90.00.00.00.00 0.0.3105.000000 – Aplicações Diretas R\$ 91.700,00

2.093 – Vigilância em Saúde – Vigilância Sanitária

(28) – 4.4.90.00.00.00.00 0.0.0139.000000 – Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

TOTAL R\$ 100.700,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 09 de Outubro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 46/2015 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 56/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 46/2015 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 26.10.2015, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para contratações de serviços de lavagem dos veículos e máquinas da frota do município de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br. Braço do Trombudo, em 09 de outubro de 2015. Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal.

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 47/2015 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 57/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 47/2015 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 09h45min do dia 26.10.2015, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para aquisição de filtros para caminhões, máquinas, tratores agrícolas e veículos de porte pequeno da Secretaria de Obras Serviços Urbanos e Agropecuários do município de Braço do Trombudo, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br. Braço do Trombudo, em 13 de outubro de 2015. Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1690/2015

PORTARIA Nº 1690/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. MONICA DUARTE DORIGON IGNACIO, matrícula nº 1017969, ocupante do cargo de provimento efetivo de Terapeuta Ocupacional, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 18/06/2015.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de junho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2196/2015

PORTARIA Nº 2196/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. CARINE GISELE WEHMUTH TREVISAN, matrícula nº 372994-07, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 24/12/2015.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de agosto de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1810/2015

PORTARIA Nº 1810/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. VERIDIANA GESSI NIEDERMEYER TREVISAN, matrícula nº 331716, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 02/07/2015 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 17/07/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de julho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2074/2015

PORTARIA Nº 2074/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. MARIANE MAIA SIQUEIRA, matrícula nº 1035908-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar II 40, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 07/12/2015.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de agosto de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2079/2015

PORTARIA Nº 2079/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. CINTIA TORRESANI PAGEL, matrícula nº 513920-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 08/12/2015.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de agosto de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2086/2015

PORTARIA Nº 2086/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. GISLAINE CARDEAL ALFLEN, matrícula nº 397520, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 11/08/2015.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2127/2015

PORTARIA Nº 2127/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. RAQUEL LEONILDA DOS SANTOS TOLEDO, matrícula nº 876127-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar II 40, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 14/12/2015.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de agosto de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1756/2015

PORTARIA Nº 1756/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. ANGELA MACHADO, matrícula nº 700096, exercendo as funções de Agente Comunitário de Saúde, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 25/06/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de junho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1782/2015

PORTARIA Nº 1782/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. THAIS DE OLIVEIRA FORMENTO, matrícula nº 358118, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 27/06/2015 de 16 (dezesseis) dias, sendo seu afastamento no dia 12/07/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 27/06/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de junho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1784/2015

PORTARIA Nº 1784/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. JAKELINE ANGIOLETTI KOHLER, matrícula nº 727962, exercendo as funções de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência dos atestados do dia 29/06/2015 de 14 (quatorze) dias e do dia 13/07/2015 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 14/07/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de junho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1794/2015

PORTARIA Nº 1794/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o servidor Sr. IZIDORO CUSTODIO TEIXEIRA, matrícula nº 687707, exercendo as funções de Agente de Obras, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 30/06/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 15/07/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de junho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1868/2015

PORTARIA Nº 1868/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. KEILA TAISE KUHN, matrícula nº 313670, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência dos atestados do dia 06/07/2015 de 03 (três) dias e do dia 09/07/2015 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 21/07/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 06/07/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de julho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2081/2015

PORTARIA Nº 2081/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. CINTIA TORRESANI PAGEL, matrícula nº 513920-02, exercendo as funções de Professor, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 08/12/2015.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de agosto de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2085/2015

PORTARIA Nº 2085/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. SILVIA FERREIRA DE OLIVEIRA, matrícula nº 304476-06, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para tratamento de saúde na modalidade

auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 27/07/2015 de 15 (quinze) dias, ficando suspenso a contar de 11/08/2015.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de agosto de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2126/2015

PORTARIA Nº 2126/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. RAQUEL LEONILDA DOS SANTOS TOLEDO, matrícula nº 876127-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar II 40, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 16/08/2015.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16/08/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de agosto de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2517/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2517/2015
Concede benefício de Aposentadoria Voluntária a
Odete Pavesi

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento no artigos 33, I, d, 37 e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 40, §1º, III, b, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41, de 19/12/2003.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 188/2012, benefício de Aposentadoria Voluntária a ODETE PAVESI, CPF 712.188.829-72.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/09/2015, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de outubro de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1878/2015

PORTARIA Nº 1878/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Agente Comunitário de Saúde a Sra. ANA PAULA MARCHI BREM, matrícula nº 446939, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 12/07/2015.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6108077534.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 12/07/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de julho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1653/2015

PORTARIA Nº 1653/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. JOÃO JANUARIO, matrícula nº 4116739, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 16/06/2015 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 01/07/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de junho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1689/2015

PORTARIA Nº 1689/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. MONICA DUARTE DORIGON IGNACIO, matrícula nº 1017969, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 18/06/2015.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de junho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1757/2015

PORTARIA Nº 1757/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. ANGELA MACHADO, matrícula nº 700096, exercendo as funções de Agente Comunitário de Saúde, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 60 (sessenta) dias, a contar de 23/10/2015.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de junho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1783/2015

PORTARIA Nº 1783/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença

– concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o servidor Sr. OSMAR PEREIRA, matrícula nº 946893, exercendo as funções de Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 28/06/2015 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 13/07/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar 28/06/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de junho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1881/2015

PORTARIA Nº 1881/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. ALINE DOS SANTOS MUNHOZ, matrícula nº 849936, exercendo as funções de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 13/07/2015 de 29 (vinte e nove dias) dias, sendo seu afastamento no dia 28/07/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de julho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1896/2015

PORTARIA Nº 1896/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. CLAUDETE DE SOUZA, matrícula nº 10170, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 08/07/2015.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 07/07/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de julho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2075/2015

PORTARIA Nº 2075/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a servidora Sra. SARA JANE DIAS FERNANDES DOS SANTOS, matrícula nº 4171462-01, exercendo as funções de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 08/08/2015 de 62 (sessenta e dois) dias, sendo seu afastamento no dia 23/08/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 08/08/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de agosto de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2080/2015

PORTARIA Nº 2080/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. CINTIA TORRESANI PAGEL, matrícula nº 513920-02, exercendo as funções de Professor, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 10/08/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de agosto de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2195/2015

PORTARIA Nº 2195/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. CARINE GISELE WEHMUTH TREVISAN, matrícula nº 372994-07, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 26/08/2015.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de agosto de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1691/2015

PORTARIA Nº 1691/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. MONICA DUARTE DORIGON IGNACIO, matrícula nº 1017969, ocupante do cargo de provimento efetivo de Terapeuta Ocupacional, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 60 (sessenta) dias, a contar de 16/10/2015.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de junho de 2015.
Cristiano Bittencourt
Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1103/2015

PORTARIA Nº 1103/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar às funções do cargo de Agente Comunitário de

Saúde a Sra. DANIELY DO ROCIO FIGUEIRA CERVI, matrícula nº 1027247, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 01/05/2015.

Parágrafo Único - O retorno às funções do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social conforme benefício nº 6098775153.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/05/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1340/2015

PORTARIA Nº 1340/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a Licença por motivo de doença em Pessoa da Família concedida pela portaria nº 1050/2015, à servidora Sra. JONELI GIONARA FERNANDES, matrícula nº 719498, nomeada por Concurso Público para o provimento do cargo efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no período compreendido entre 21/05/2015 e 27/05/2015.

Parágrafo Único - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne ao vencimento do servidor, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de maio de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1512/2015

PORTARIA Nº 1512/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, à servidora Sra. VANDA ALVES FEITOZA, matrícula nº 374121, nomeado por Concurso Público para o provimento do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período compreendido entre 03/06/2015 à 02/07/2015.

Parágrafo Único - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne ao vencimento do servidor, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de junho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1735/2015

PORTARIA Nº 1735/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar, em parte, a Portaria nº 1734/2015 que afastou em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - a servidora Sra. FABIANA NICOLETTI SOARES, matrícula nº 681210, exercendo as funções de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 23/06/2015 de 120 (cento e vinte) dias, sendo seu afastamento no dia 23/07/2015.

ONDE SE LÊ: "... sendo seu afastamento no dia 23/07/2015..."

LEIA-SE: "... sendo seu afastamento no dia 08/07/2015..."

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de junho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1654/2015

PORTARIA Nº 1654/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. SORAIA REGIS PEREIRA, matrícula nº 445096, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 16/06/2015.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de junho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1755/2015

PORTARIA Nº 1755/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o servidor Sr. RUAN CARLOS WORTMEYER, matrícula nº 717177, exercendo as funções de Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado do dia 25/06/2015 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 10/07/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com os arts. 71, 72, inciso I, e art. 75 do Decreto 3048/1999.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de junho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2099/2015

PORTARIA Nº 2099/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. LUCIA PEREIRA DAMASCENA RODRIGUES, matrícula nº 678350-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada no Secretaria Municipal de Educação, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 28/07/2015 de 90 (noventa) dias, ficando suspenso a contar de 12/08/2015.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de agosto de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

DECRETO Nº 7.675 , DE 08 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO nº 7.675 , DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no exercício de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, em seu art. 111, inciso I, e

Considerando as Resoluções CONSEMA nº 03/08 e CONAMA 369/06 que define os casos excepcionais em que o órgão ambiental competente pode autorizar a intervenção em Área de Preservação Permanente – APP para a implantação de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, ou para a realização de ações consideradas eventuais e de baixo impacto ambiental;

Considerando que a obra a ser realizada pela empresa CELESC Distribuição S.A relativa a implantação de uma terceira subestação para distribuição de energia elétrica no município de Brusque, é imprescindível para o atendimento da crescente demanda;

Considerando o projeto básico de subestação “SE Brusque III – Arranjo Geral”, desenho nº 8349D13-15-0158, apresentado pela CELESC Distribuição S.A.;

Considerando que a obra será executada pela referida empresa, sem ônus para o Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, com base na Resolução CONAMA 369, de 28 de março de 2006, que excepcionalmente prevê a intervenção em Área de Preservação Permanente, a obra de implantação de uma terceira subestação para distribuição de energia elétrica no município de Brusque, a ser executada no imóvel localizado na Rua São Pedro, Bairro São Pedro, registrado no Ofício de Registro de Imóveis desta cidade, sob a matrícula nº 48.608, contendo área de 4.959,33 m2 (quatro mil, novecentos e cinquenta e nove metros e trinta e três décimos quadrados), conforme no projeto de subestação “SE Brusque III – Arranjo Geral”.

Parágrafo único. A declaração constante no caput deste artigo não exime da obrigatoriedade de serem observadas as exigências constantes na Resolução CONAMA 369/06 e demais normas vigentes.

Art. 2º A implantação da obra ficará a cargo da CELESC Distribuição S.A., sem ônus para o Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de outubro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRODÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 039/2015 SAMAE
PROCESSO LICITATÓRIO 039/2015
MODALIDADE CONCORRÊNCIA

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 039/2015, na modalidade de Concorrência, para aquisição e instalação de reservatório de água em aço vitrificado. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 17 de novembro de 2015, às 13:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 040/2015 SAMAE
PROCESSO LICITATÓRIO 040/2015
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 040/2015, na modalidade de Tomada de Preços, para aquisição de hidrômetros. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 29 de outubro de 2015, às 13:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 041/2015 SAMAE
PROCESSO LICITATÓRIO 041/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 041/2015, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de produto químico. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 28 de outubro de 2015, às 13:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 042/2015 SAMAE
PROCESSO LICITATÓRIO 042/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 042/2015, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de mini estação de tratamento de água. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 03 de novembro de 2015, às 13:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297,

Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 043/2015 SAMAE
PROCESSO LICITATÓRIO 043/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 043/2015, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de tubos e conexões em FoGo e material para manutenção de motobombas. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 05 de novembro de 2015, às 13:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 044/2015 SAMAE
PROCESSO LICITATÓRIO 044/2015
MODALIDADE CONCORRÊNCIA

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 044/2015, na modalidade de Concorrência, para contratação de serviços de agência de publicidade para o SAMAE. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 18 de novembro de 2015, às 13:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque

PORTARIA Nº 2077/2015
PORTARIA Nº 2077/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. GIANE CRISTINA DE SOUZA, matrícula nº 1050389-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 60 (sessenta) dias, a contar de 08/12/2015.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de agosto de 2015.

Cristiano Bittencourt
Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1692/2015

PORTARIA Nº 1692/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, à servidora Sra. MARISTELA DOLORES MARTINS, matrícula nº 509256, nomeado por Concurso Público para o provimento do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no período compreendido entre 18/06/2015 a 17/07/2015.

Parágrafo Único - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne ao vencimento do servidor, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de junho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2078/2015

PORTARIA Nº 2078/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. CINTIA TORRESANI PAGEL, matrícula nº 513920-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 10/08/2015.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de agosto de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1795/2015

PORTARIA Nº 1795/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório o servidor Sr. JOAO JANUARIO, matrícula nº 4116739, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado no Secretaria de Obras e Serviços Públicos, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 16/06/2015 de 30 (trinta) dias, ficando suspenso a contar de 01/07/2015.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de julho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1880/2015

PORTARIA Nº 1880/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. THAIS DE OLIVEIRA FORMENTO, matrícula nº 358118, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada no Secretaria Municipal de Saúde, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 27/06/2015 de 16 (dezesseis) dias, ficando suspenso a contar de 12/07/2015.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 12/07/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de julho de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 2076/2015

PORTARIA Nº 2076/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. GIANE CRISTINA DE SOUZA, matrícula nº 1050389-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 10/08/2015.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 10 de agosto de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.572

DECRETO Nº 6.572, de 06 de outubro de 2015.

Nomeia Conselho Municipal de Defesa do Consumidor- CONDECON.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 1.756, de 04/06/2002,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor- CONDECON, pelo prazo de dois anos, de acordo com o art. 17 da Lei nº 1.756, de 04/06/2002, que instituiu o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor- CONDECON, na forma que segue:

I- Diretor Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON:
CARLOS ALBERTO PEGORARO

II- um representante da Secretaria de Educação:
Titular: ELIANE CAVALHEIRO
Suplente: MARINÊS DE ALMEIDA MUSSKOPF

III- um representante da Vigilância Sanitária:
Titular: GIOVANI TELES DE OLIVEIRA
Suplente: ANDREA RUI PISTORE

IV- um representante da Secretaria da Administração:
Titular: SIMONE FOSCARINI
Suplente: LEONARDO ANTUNES

V- um representante da Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural:
Titular: FRANCISCO DE ASSIS MACHADO
Suplente: LUIZ RONALDO TORTATTO

VI- dois representantes de organismos de representação das Entidades Comerciais, Industriais e Sindicais:

a) ACIC- Associação Empresarial de Caçador:
Titular: CRISTIANE BRUSCO SCHUARTZ
Suplente: CLEIDE MARIA CARNEIRO CASAGRANDE

b) CDL – Câmara de Dirigentes Logistas
Titular: ROSEMARI MENEGAZZO FERLIN
Suplente: TARSILA ORSI DOS SANTOS

VII - um representante da União das Associações de Moradores de Caçador:
Titular: SIRLEI MARIA MARTINS BRAGHINI

Suplente: IVANIR JOSÉ PAGOTTO

VIII – um representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – Seccional de Caçador:
Titular: Dr. LUIZ HENRIQUE ROTTA
Suplente: Dr. GUSTAVO ZENATTI

Art. 2º As funções dos membros do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado relevante serviço à promoção e preservação da ordem

econômica local.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 5.725, de 25 de setembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Republicado por Incorreção

DECRETO Nº 6.574

DECRETO Nº 6.574, de 06 de outubro de 2015.

Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial da Chamada Pública 01/2015, Processo Licitatório nº 101/2015, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE:

I – Karina do Nascimento Zardo;
II - Fabiana Binotto Cracco;
III - Antônio Carlos Castilho.

Parágrafo único. A Comissão reunir-se-á no dia 27/10/2015 às 14h10min.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de outubro de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.576

DECRETO Nº 6.576, de 07 de outubro de 2015.

Aprova remembramento de terrenos urbanos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o remembramento de duas áreas de terrenos urbanos, com as seguintes medidas e confrontações:

I - uma área com superfície de 6.403,12m² (seis mil, quatrocentos e três metros e doze decímetros quadrados), devidamente matriculada sob o nº 26.820, do Registro de Imóveis desta Comarca, situada nas Ruas Getúlio Vargas e Aristeu Porto Lopes, de propriedade de Auto Mecânica Geral Ltda., que inicia-se no marco denominado 'P1'; segue confrontando com a Prefeitura Municipal de Caçador (Matrícula - 26.819) com o azimute de 77°47'56" e a distância de 2,56m até o marco 'P2'; segue com o azimute de 103°59'11" e a distância de 2,53m até o marco 'P3'; segue com o azimute de 108°23'39" e a distância de 2,56m até o marco 'P4'; segue com o azimute de 113°58'48" e a distância de 2,54m até o marco 'P5'; segue com o azimute de 119°21'45" e a distância de 2,54m até o marco 'P6'; segue com o azimute de 137°27'58" e a distância de 2,51m até o marco 'P7'; segue com o azimute de 150°26'51" e a distância de 2,55m até o marco 'P8'; segue com o azimute de 156°37'15" e a distância de 5,05m até o marco 'P9'; segue com o azimute de 161°07'54" e a distância de 5,10m até o marco 'P10'; segue com o azimute de 161°29'18" e a distância de 7,53m até o marco 'P11'; segue com o azimute de 165°39'16" e a distância de 5,05m até o marco 'P12'; segue com o azimute de 174°02'15" e a distância de 2,57m até o marco 'P13'; segue com o azimute de 186°27'38" e a distância de 2,54m até o marco 'P14'; segue confrontando com Rua Getulio Vargas com o azimute de 197°32'25" e a distância de 70,83m até o marco 'P15'; segue confrontando com FF Participação Ltda (Matrícula - 10.826) com o azimute de 287°07'29" e a distância de 68,40m até o marco 'P16'; segue com o azimute de 307°26'46" e a distância de 26,54m até o marco 'P17'; segue confrontando com Rua Aristeu Porto Lopes com o azimute de 36°58'40" e a distância de 38,20m até o marco 'P18'; segue com o azimute de 41°57'28" e a distância de 7,68m até o marco 'P19'; segue com o azimute de 48°25'18" e a distância de 6,11m até o marco 'P20'; segue com o azimute de 52°57'40" e a distância de 6,06m até o marco 'P21'; segue com o azimute de 59°49'05" e a distância de 9,11m até o marco 'P22'; segue confrontando com Auto Mecânica Geral Ltda (Matrícula - 4293) com o azimute de 156°08'41" e a distância de 22,17m até o marco 'P23'; segue com o azimute de 123°03'12" e a distância de 17,40m até o marco 'P24'; segue com o azimute de 19°01'13" e a distância de 4,50m até o marco 'P25'; segue com o azimute de 335°54'08" e a distância de 33,45m até o marco 'P26'; segue confrontando com Rua Aristeu Porto Lopes com o azimute de 68°19'28" e a distância de 15,00m até o marco 'P27'; segue com o azimute de 68°08'37" e a distância de 16,10m até o marco 'P1'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 6.403,12 m².

II - uma área com superfície de 384,96m² (trezentos e oitenta e quatro metros e noventa e seis decímetros quadrados), devidamente matriculada sob o nº 4293, do Registro de Imóveis desta Comarca, situada na Rua Aristeu Porto Lopes, de propriedade de Auto Mecânica Geral Ltda., que inicia-se no marco denominado 'P22', segue confrontando com a Rua Aristeu Porto Lopes com o azimute de 66°08'41" e a distância de 12,42m até o marco 'P26'; segue confrontando com Auto Mecânica Geral Ltda (Matrícula - 26.820) com o azimute de 155°54'08" e a distância de 33,45m até o marco 'P25'; segue com o azimute de 199°01'13" e a distância de 4,50m até o marco 'P24'; segue com o azimute de 303°03'12" e a distância de 17,40m até o marco 'P23'; segue com o azimute de 336°08'41" e a distância de 22,17 m até o marco 'P22'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 384,96 m².

Art. 2º A unificação dos terrenos urbanos mencionados no artigo anterior, resulta em uma área total de 6.788,08m² (seis mil, setecentos e oitenta e oito metros e oito decímetros quadrados), de propriedade de Auto Mecânica Geral Ltda., que inicia-se no marco

denominado 'P1', dividindo-o com a Prefeitura Municipal de Caçador (Matrícula - 26.819); segue confrontando com a Prefeitura Municipal de Caçador (Matrícula - 26.819) com o azimute de 77°47'56" e a distância de 2,56m até o marco 'P2'; segue com o azimute de 103°59'11" e a distância de 2,53m até o marco 'P3'; segue com o azimute de 108°23'39" e a distância de 2,56m até o marco 'P4'; segue com o azimute de 113°58'48" e a distância de 2,54m até o marco 'P5'; segue com o azimute de 119°21'45" e a distância de 2,54m até o marco 'P6'; segue com o azimute de 137°27'58" e a distância de 2,51m até o marco 'P7'; segue com o azimute de 150°26'51" e a distância de 2,55m até o marco 'P8'; segue com o azimute de 156°37'15" e a distância de 5,05m até o marco 'P9'; segue com o azimute de 161°07'54" e a distância de 5,10m até o marco 'P10'; segue com o azimute de 161°29'18" e a distância de 7,53m até o marco 'P11'; segue com o azimute de 165°39'16" e a distância de 5,05m até o marco 'P12'; segue com o azimute de 174°02'15" e a distância de 2,57m até o marco 'P13'; segue com o azimute de 186°27'38" e a distância de 2,54m até o marco 'P14'; segue confrontando com a Rua Getulio Vargas com o azimute de 197°32'25" e a distância de 70,83m até o marco 'P15'; segue confrontando com FF Participação Ltda (Matrícula - 10.826) com o azimute de 287°07'29" e a distância de 68,40m até o marco 'P16'; segue com o azimute de 307°26'46" e a distância de 26,54m até o marco 'P17'; segue confrontando com a Rua Aristeu Porto Lopes com o azimute de 36°58'40" e a distância de 38,20m até o marco 'P18'; segue com o azimute de 41°57'28" e a distância de 7,68m até o marco 'P19'; segue com o azimute de 48°25'18" e a distância de 6,11m até o marco 'P20'; segue com o azimute de 52°57'40" e a distância de 6,06m até o marco 'P21'; segue com o azimute de 59°49'05" e a distância de 9,11m até o marco 'P22'; segue com o azimute de 66°08'41" e a distância de 12,42m até o marco 'P26'; segue com o azimute de 68°19'28" e a distância de 15,00m até o marco 'P27'; segue com o azimute de 68°08'37" e a distância de 16,10m até o marco 'P1'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 6.788,08 m².

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste remembramento.

Art. 4º O registro do remembramento no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, nos termos do art. 14, da Lei Complementar nº 128, de 12/05/2008.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de outubro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.580

DECRETO Nº 6.580, de 08 de outubro 2015.

Dá nova redação ao inciso XI, do art. 1º do Decreto nº 6.186/2014, que Editou o Calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015, para os Órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas do Poder Executivo Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art.1º O inciso XI, do art. 1º do Decreto nº 6.186, de 30 de outubro de 2014, que Edita o Calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015, para os Órgãos da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ...
XI - 30 de outubro – sexta-feira - Transferência Dia do Servidor Público (ponto facultativo);" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 08 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 301

LEI COMPLEMENTAR Nº 301, de 7 de outubro de 2015.

Dá nova redação ao § 1º do art. 77, da Lei nº 54 de 1983, que institui o Código Tributário do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º O § 1º do art. 77, da Lei nº 54, de 15 de dezembro de 1983, que institui o Código Tributário do Município de Caçador, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 77. ...

§ 1º Fica isento do pagamento da contribuição de melhoria, o contribuinte proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de um único bem imóvel e que tenha renda familiar inferior 2 (dois) salários mínimos, comprovada com documento hábil e declaração firmada pelo contribuinte, responsabilizando-se civil e criminalmente pela veracidade das informações prestadas (NR)."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 7 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 3.256

LEI Nº 3.256, de 7 de outubro de 2015.

Autoriza transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, à Rede Feminina Regional de Combate ao Câncer de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, à Rede Feminina Regional de Combate ao Câncer de Caçador, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.496.528/0001-90, estabelecida na Rua Ernesto Martello, s/n, Centro, neste Município de Caçador, na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a serem pagos após a aprovação desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos transferidos nos termos da presente Lei, destinam-se a custear as despesas com o "Projeto Outubro Rosa - Ação e Prevenção", a ser desenvolvido no mês Internacional de Combate ao Câncer, com o objetivo de desenvolver ações de prevenção de câncer da mama e colo de útero, junto às mulheres do nosso município.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.013 - Contribuições Financeiras à Entidades

3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos R\$ 20.000,00

Art. 3º A Entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 7 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 25.993

PORTARIA Nº 25.993, de 18 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, férias regulamentares acrescido do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome da servidora e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
11865	Gislaine Lemes da Silva	21/05/2014 a 20/05/2015	12/10/2015 a 10/11/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 25.995

PORTARIA Nº 25.995, de 21 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal JANETE TERESINHA COLDEBELLA, Matrícula 180, cargo de Professor do Ensino Fundamental I, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, na EMEB Henrique Julio Berger, três meses de Licença Prêmio a que faz jus, especificando: período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
01/09/2000 a 01/09/2005	21/09/2015 a 19/12/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.998

PORTARIA Nº 25.998, de 21 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal DEBORA LIZ PADILHA FRANCO, Matrícula 1942, cargo de Secretário Escolar, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, na EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa, três meses de Licença Prêmio a que faz jus, especificando: período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
01/07/2006 a 01/07/2011	15/09/2015 a 13/12/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.999

PORTARIA Nº 25.999, de 21 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal GISELI APARECIDA ESTANISLOWSKI, Matrícula 10125, cargo de Professor do Ensino Fundamental I, 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, na EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa, três meses de Licença Prêmio a que faz jus, especificando: período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
11/02/2003 a 11/02/2008	21/09/2015 a 19/12/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.001

PORTARIA Nº 26.001, de 21 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal IRACY APARECIDA BERTI, cargo de Professora do Ensino Fundamental I, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, na EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa e na EMEB Esperança, três meses de Licença Prêmio a que faz jus, especificando: período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
11/02/2003 a 11/02/2008	21/09/2015 a 19/12/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.002

PORTARIA nº 26.002, de 21 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, ascensão de nível por tempo de serviço, dentro do plano de carreira, especificando: código, nome, Secretaria/Órgão de lotação e nível ascendido, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secr. Lotação	Nível Ascendido
784	Janete Aparecida Azeredo Both	Telefonista	002	Nível IX p/ Nível X
621	José Roberto Queiroz	Médico	006	Nível VIII p/ Nível IX
10786	Lorete Aparecida Braun	Enfermeiro	006	Nível 0 p/ Nível I
405	Luciano Coluzzi	Auxiliar Serviços Gerais	006	Nível VIII p/ Nível IX
7684	Luiz Eduardo Ruppel	Auxiliar de Administração	030	Nível 0 p/ Nível I
1044	Natalina Geja dos Santos	Auxiliar Serviços Gerais	002	Nível IX p/ Nível X
1098	Rosilene Mannes	Assistente Administr.	Procon	Nível IX p/ Nível X
11686	Sandra Tomazini Scolari Moraes	Assistente Administr.	030	Nível 0 p/ Nível I
10218	Silvia Linhares Martelo	Assistente Social	006	Nível I p/ Nível II
7678	Terezinha Dobler Huçulak	Auxiliar de Administração	006	Nível II p/ Nível III

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.017

PORTARIA Nº 26.017, de 23 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal MANOEL GONÇALVES SOARES NETO, Matrícula 581, cargo de Operador de Máquinas, 44 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Licença Prêmio a que faz jus, especificando: período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Período de Aquisição	Período de Gozo
01/01/2002 a 01/01/2007	01/10/2015 a 29/12/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.029

PORTARIA Nº 26.029, de 28 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 76, incisos I e VII, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 14, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015,

RESOLVE:

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, do Tempo de Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, do Servidor Público Municipal MOACIR PASCOAL DE LIMA, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, cargo de Mecânico, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, correspondente a 5.120 dias (cinco mil, cento e vinte dias), ou 14 (quatorze) anos, 00 (zero) meses e 10 (dez) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 20022010.1.00093/14-0 fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, datada de 22 de dezembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de setembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.050

PORTARIA Nº 26.050, de 06 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso III, alínea "b" e IV, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

RESOLVE:

CONCEDER às Servidoras Públicas Municipais, a seguir relacionadas, lotadas na Secretaria Municipal da Saúde, Licença para ausentar-se do serviço (nojo), pelo passamento de familiares, especificando: códigos, nomes das servidoras, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias Afastamento	Data do Óbito
229	Selia Fatima Pandini	Atendente Enfermagem	08	27/09/2015
11058	Valquiria Granemann Souza Perazzoli	Assistente Administrativo	05	23/09/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

COMPRAS MÊS 09 - 2015 - PREFEITURA, SAÚDE, SOCIAL, FIA, FUNDEMA, IPPUC, ESPORTE E CULTURA.

Página: 1/12

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2015**

(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A	Contratação de empresa de telecomunicações que possua autori	5919	0,001	76.662,0000	100,00
AB REVISTA E JORNAL IMPRESSOS LTDA - ME	PUBLICIDADE EM REVISTA	5810	1,000	880,0000	880,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - AZUL	5927	75,000	0,5200	39,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - AZUL	5929	53,000	0,5200	27,56
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - COR PRETO	5927	74,000	0,5200	38,48
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - COR VERDE	5927	75,000	0,5200	39,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 1,5 MM2, 750 V - COR VERDE	5929	53,000	0,5200	27,56
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR ISOLAM	5784	14,000	3,6100	50,54
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR PRETO	5784	14,000	3,6100	50,54
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE FLEXÍVEL UNIPOLAR 10,0 MM2, 750 V - COR VERDE	5784	14,000	3,6100	50,54
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR ISOLAM	5931	126,000	0,8500	107,10
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR PRETO	5931	125,000	0,8500	106,25
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE RÍGIDO UNIPOLAR 2,5 MM2, 750 V - COR VERDE	5931	126,000	0,8500	107,10
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 2,5 mm2, 0,6/1 kV - COR ISOL	777	9,000	1,0900	9,81
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 2,5 mm2, 0,6/1 kV - PRETO	777	9,000	1,0900	9,81
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABO DE COBRE UNIPOLAR FLEXÍVEL 2,5 mm2, 0,6/1 kV - VERDE	777	9,000	1,0900	9,81
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CABOS MULTIPLEXADOS E AUTOSUSTENTADOS; XLPE: 0,6/1 KV	5798	40,000	12,5000	500,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CAIXA DE SOBREPOR 75X65X35 MM	5931	12,000	2,0000	24,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	CANALETAS PLÁSTICAS 20X10X2100 MM, COM DIVISÓRIA INTERNA	5931	18,000	2,3500	42,30
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	DISJUNTOR TRIPOLAR, PADRÃO DIN, 32 A, 5 KA	777	2,000	53,5000	107,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	DISPOSITIVO DR 25 A, 30 MA, 220 VCA, BIPOLAR (FASE E NEUTRO)	5768	2,000	79,8000	159,60
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	DISPOSITIVO DR 80 A, 300 MA, 380/220 VCA, TETRAPOLAR (3 FASE	5768	2,000	240,2500	480,50
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	FITA ISOLANTE EM PVC; ANTICHAMA, 19 MM X 10 M	5931	1,000	1,8000	1,80
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 25 W	5784	3,000	10,9000	32,70
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 40 W, SELO PROCEL/INMETRO	5784	25,000	4,1000	102,50
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 40 W, SELO PROCEL/INMETRO	776	5,000	4,1000	20,50
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 40 W, SELO PROCEL/INMETRO	777	10,000	4,1000	41,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	LÂMPADA FLUORESCENTE TUBULAR 40 W, SELO PROCEL/INMETRO	5929	100,000	4,1000	410,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 400 W, SELO PROCEL/INMETRO	5927	4,000	42,3000	169,20
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	LUMINÁRIA COMERCIAL PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2X20 W, COM	776	2,000	39,0900	78,18
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	LUMINÁRIA COMERCIAL PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2X20 W, COM	777	1,000	39,0900	39,09
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	PLUGUE MONOFÁSICO 2P + T, 10 A, 250 V - NBR 14136	5798	5,000	4,5500	22,75
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	PROJETO RETANGULAR PARA LÂMPADA VAPOR METÁLICO 400 W,	5927	4,000	35,0600	140,24
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	REATOR ELETRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2X40 W	5784	4,000	22,2000	88,80
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	REATOR ELETRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 2X40 W	777	5,000	22,2000	111,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	REATOR PARA LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 400 W, USO EXTERNO	5927	4,000	87,8800	351,52
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	REBOBINAGEM DE MOTOR TRIFÁSICO 30 CV, IV PÓLOS	5769	1,000	600,0000	600,00

Página: 2/12

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	RELÉ FOTOELÉTRICO 220 V, NF COM BASE	5784	1,000	37,1500	37,15
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRIC	5789	12,200	40,0000	488,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRIC	778	10,900	40,0000	436,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRIC	5799	13,200	40,0000	528,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRIC	5928	21,400	40,0000	856,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRIC	5935	19,400	40,0000	776,00
ABCM ELETROTÉCNICA LTDA	TOMADA DUPLA 2P+T, 10 A PARA CAIXA 75X65X35 MM	5931	12,000	6,4000	76,80
ADELVO BASQUERA-EPP (OSBI-EXTINTORES)	BLOCO AUTONOMO DE EMERGENCIA 2 FAREIS	5676	9,000	408,0000	3,672,00
ADELVO BASQUERA-EPP (OSBI-EXTINTORES)	CAÇA BRIM	5727	5,000	55,0000	275,00
ADELVO BASQUERA-EPP (OSBI-EXTINTORES)	GUARDA PO	5727	3,000	50,0000	150,00
ADELVO BASQUERA-EPP (OSBI-EXTINTORES)	ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA: 45 LEDS / 3,6W BIVOLT AUTOMÁTICO/	5676	14,000	55,0000	770,00
ADELVO BASQUERA-EPP (OSBI-EXTINTORES)	JALECO	5727	2,000	50,0000	100,00
ADELVO BASQUERA-EPP (OSBI-EXTINTORES)	RECARGA DE EXTINTOR CO2 4 KG	5679	10,000	69,0000	690,00
ADELVO BASQUERA-EPP (OSBI-EXTINTORES)	RECARGA DE EXTINTOR CO2 6 KG	5679	37,000	78,0000	2,886,00
ADELVO BASQUERA-EPP (OSBI-EXTINTORES)	RECARGA DE EXTINTOR POS 4 KG	5679	61,000	65,0000	3,965,00
ADELVO BASQUERA-EPP (OSBI-EXTINTORES)	RECARGA DE EXTINTOR POS 6 K	5679	72,000	74,0000	5,328,00
ADELVO BASQUERA-EPP (OSBI-EXTINTORES)	SAPATO DE SEGURANÇA	5727	3,000	35,0000	105,00
ADELVO BASQUERA-EPP (OSBI-EXTINTORES)	SAPATO DE SEGURANÇA	5727	1,000	70,0000	70,00
ALEX MARCON (ALÔ GUIA)	VEICULAÇÃO DE ANÚNCIOS NA INTERNET	5805	1,000	480,0000	480,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ÁGUA SANITÁRIA, EMBALAGEM DE 1 LITRO.	5748	1,200,000	1,1200	1,344,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CAFÉ TORRADO MOÍDO TRADICIONAL.	5910	150,000	14,3400	2,151,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	Granola tradicional. Ingredientes: aveia em flocos, açúcar c	5910	500,000	8,4600	4,230,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	LEITE UHT INTEGRAL LONGA VIDA - EMBALAGEM TETRA PAK.	5910	3,000,000	2,4400	7,320,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	LEITE UHT INTEGRAL LONGA VIDA - EMBALAGEM TETRA PAK.	5912	500,000	2,4400	1,220,00
ARPAPI INDUSTRIA MECANICA LTDA	FERRO VELHO	5726	390,000	3,0000	1,170,00
ARTE EDITORA JORNALISTICA LTDA - EPP(JORN	SERVIÇO DE PUBLICIDADE EM JORNAL	5807	5,000	1,200,0020	6,000,01
ARTES GRAFICAS COSMOS LTDA	BLOCO AUTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO COM 50X3 VIAS	5686	30,000	6,7800	203,40
ARTES GRAFICAS COSMOS LTDA	AUTOCÓPIA	1973	450,000	2,1700	976,50
ARTES GRAFICAS COSMOS LTDA	BLOCO DE RECEITUÁRIO SIMPLES, BC, 2 VIAS, COM 50 FOLHAS	1973	300,000	0,0790	23,70
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	FICHA DE CADASTRO DOMICILIAR DOS ACS, E-SUS,	793	520,000	2,6400	1,372,80
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte	5904	680,000	2,6400	1,795,20
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte	5905	360,000	2,6400	950,40
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte	5902	160,000	2,6400	422,40
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte	5903	160,000	2,6400	422,40
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte	5906	1,640,000	2,6400	4,329,60
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte	446	920,000	2,6400	2,428,80

Página: 3/12

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Transporte de passageiros de 3 a 6 Km - Ônibus	5741	20,000	63,0000	1,260,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Transporte de passageiros de 6 a 10 Km - Ônibus	5741	6,000	95,0000	570,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	VEÍCULO TIPO ÔNIBUS COM 42 LUGARES - SESC	5672	1,000	3,780,0000	3,780,000
AUTO MECANICA GERAL LTDA	Disco de Embreagem	5771	1,000	491,5800	491,58
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI- ME (DIALSUPR	DESENGORDURANTE MULTITUSO, EMBALAGEM COM 500ml	5760	360,000	5,2000	1,872,00
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI- ME (DIALSUPR	DETERGENTE LIQUIDO	5760	240,000	1,4800	355,20
BOZZANO E BOZZANO LTDA - ME	EVA liso tamanho 40 X 60 cm -cores : 250 pele -250 vermelho	5738	2,400,000	0,9300	2,232,00
BOZZANO E BOZZANO LTDA - ME	Grampeadores 26/6 em metal com 20 cm de comprimento e 9 cm	5738	75,000	15,9900	1,199,25
BRASAUTO CACADOR LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKC 9224 SPRINTER 413 GB4G 2011	2042	1,057,000	1,0000	1,057,00
BRASAUTO CACADOR LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKC 9224 SPRINTER 413 GB4G 2011	2046	1,623,010	1,0000	1,623,01
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - CAMIONETE S-10 CABINE DUPLA - MEP.0959	5842	803,950	1,0000	803,95
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - CAMIONETE S-10 CABINE DUPLA - MEP.0959	5843	79,900	1,0000	79,90
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - LXH 1720 - BANDEIRANTE - TOYOTA 1995	5728	66,500	1,0000	66,50
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - LXH 1720 - BANDEIRANTE - TOYOTA 1995	5729	201,000	1,0000	201,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - LXH 1720 - BANDEIRANTE - TOYOTA 1995	5991	1,538,460	1,0000	1,538,46
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - LXH 1720 - BANDEIRANTE - TOYOTA 1995	5992	2,546,000	1,0000	2,546,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - LZJ 3622 BANDEIRANTE TOYOTA 1994	5990	2,053,290	1,0000	2,053,29
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - LZJ 3622 BANDEIRANTE TOYOTA 1994	5993	2,808,000	1,0000	2,808,00
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHE 5136 DUCATO MULTI, 2010	2043	79,900	1,0000	79,90
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHE 5136 DUCATO MULTI, 2010	2045	328,920	1,0000	328,92
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKB 9784 FORD TRANSITI 350I TA 2011	2043	719,100	1,0000	719,10
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKB 9784 FORD TRANSITI 350I TA 2011	2045	1,265,130	1,0000	1,265,13
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MLC 7439 DUCATO AMBULÂNCIA 2011	2043	79,900	1,0000	79,90
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MLC 7439 DUCATO AMBULÂNCIA 2011	2045	158,690	1,0000	158,69
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MLE 4108 AGRAL MAXIBUS 2013 NEW ASTOR	5863	10,340	1,0000	10,34
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MLE 4108 AGRAL MAXIBUS 2013 NEW ASTOR	5864	399,500	1,0000	399,50
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - S-10 CABINE DUPLA - MCW-9029	5826	854,550	1,0000	854,55
BRESSAN AUTOPEÇAS LTDA	MANUTENÇÃO MECÂNICA - S-10 CABINE DUPLA - MCW-9029	5827	213,750	1,0000	213,75
CAÇADOR COMERCIO DE GAS LTDA - EPP	CASCO P-45	5913	4,000	419,8983	1,679,59
CAÇADOR COMERCIO DE GAS LTDA - EPP	GÁS GLP-P13	5746	75,000	51,9874	3,899,06
CAÇADOR COMERCIO DE GAS LTDA - EPP	GÁS GLP-P13	5895	6,000	51,9874	311,92
CAÇADOR COMERCIO DE GAS LTDA - EPP	MANGOTE P45	5913	4,000	39,9903	159,96
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTI	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC RECIPIENTE DE 175GR	5844	2,000	14,7693	29,54
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTI	JOELHO 90° PVC/ ÁGUA 20MM	5844	20,000	0,5955	11,91
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTI	LUVA SOLDÁVEL PVC/ ÁGUA 20MM	5844	20,000	0,5955	11,91
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTI	MARTELO DE ORELHA 25 MM	5844	2,000	20,8900	41,78
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTI	PREGO 17X27 EM AÇO, COM CABEÇA	5844	9,000	7,2131	64,92

Página: 4/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LIT	REGISTRO DE PVC 25MM	5844	5,000	7,4045	37,02
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LIT	SERROTE DENTE FINO PEQUENO PORTE	5844	1,000	26,8700	26,87
CLEBER GONÇALVES DO AMARAL 004.001.519-0	VEICULAÇÃO DE ANÚNCIOS NA INTERNET	5813	1,000	1,200,0000	1,200,00
CLEBER GONÇALVES DO AMARAL 004.001.519-0	VEICULAÇÃO DE SPOT	5813	1,000	800,0000	800,00
COLUSSI & CIA LTDA	ELEMENTO FILTRO	5959	1,000	43,0000	43,00
COLUSSI & CIA LTDA	FILTRO DE ÓLEO	5959	1,000	35,0000	35,00
COLUSSI & CIA LTDA	MÃO DE OBRA MECÂNICA	5959	1,000	330,0000	330,00
COLUSSI & CIA LTDA	ÓLEO DE MOTOR	5959	5,000	40,0000	200,00
COMPASA DO BRASIL DIST DERIV/PETROLEO LT	CIMENTO ASFALTICO DE PETRÓLEO (CAP 50-70)	5690	50,000	1,599,0000	79,950,00
COMPASA DO BRASIL DIST DERIV/PETROLEO LT	CIMENTO ASFALTICO DE PETRÓLEO (CAP 50-70)	5790	50,000	1,599,0000	79,950,00
CONNECT INFORMATICA LTDA - EPP	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 5000X1000 PARA SEDE DO CREAS	823	4,000	282,2400	1,128,96
COZINHA INDUSTRIAL FISCHER HAUS LTDA	MARMITEX Nº 09 COMPOSTA DE NO MÍNIMO OS SEGUINTE ITENS:	1948	1,000,000	9,8400	9,840,00
COZINHA INDUSTRIAL FISCHER HAUS LTDA	MARMITEX Nº 09 COMPOSTA DE NO MÍNIMO OS SEGUINTE ITENS:	256	1,036,000	9,8400	10,194,24
COZINHA INDUSTRIAL FISCHER HAUS LTDA	MARMITEX Nº 09 COMPOSTA DE NO MÍNIMO OS SEGUINTE ITENS:	5791	280,000	9,8400	2,558,40
COZINHA INDUSTRIAL FISCHER HAUS LTDA	MARMITEX Nº 09 COMPOSTA DE NO MÍNIMO OS SEGUINTE ITENS:	5792	280,000	9,8400	2,755,20
D.C VIDROS LTDA- ME	PORTA DE VIDRO INCOLOR 10MM	5763	1,000	1,420,0000	1,420,00
DELVINO POLO	INSTALAÇÃO DE RAMAL	5671	1,000	120,0000	120,00
DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS L	BOBINA PAPEL KRAFT 15 KG COM 1,20 ALTURA 80 GRAMATURA	5734	10,000	72,0000	720,00
DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS L	EVA natureza - várias estampas 40 x 60 sendo 100 unidades de	5734	600,000	4,8000	2,880,00
DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS L	Fita adesiva transparente - Tipo Durex -Larga	5734	500,000	1,9500	975,00
DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS L	Glitter escolar potes com (c/6 cores sortidas) 3g de cada	5734	100,000	2,7600	276,00
DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS L	Palito de picolé com 100 unidades	5734	50,000	2,0500	102,50
DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS L	Papel Vergé 120 g/m com 50 folhas -A4 210 mm X 297 mm, 50 na	5734	30,000	6,1100	183,30
DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS L	Tesoura sem ponta infantil lâminas de aço inox cabo poliprop	5734	4,000,000	1,4000	5,600,00
DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS L	Tubo de cola branca escolar lavável não tóxica 40g	5734	5,000,000	0,6200	3,100,00
EBCT	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS DISPONIBILIZADOS P	5722	30,000,000	1,0000	30,000,00
EJL SERVICOS DE COMUNICACAO LTDA (DA HOF	VEICULAÇÃO DE ANÚNCIOS NA INTERNET	5803	1,000	480,0000	480,00
ELETRON PORTAS AUTOMATICAS LTDA - ME	CONTROLE	5683	3,000	30,0000	90,00
ELETRON PORTAS AUTOMATICAS LTDA - ME	PILHA	5683	20,000	5,0000	100,00
ELIMO PAPELARIA LTDA - EPP	APAGADOR DE QUADRO BRANCO	5735	200,000	2,9800	596,00
ELIMO PAPELARIA LTDA - EPP	Balão nº9 pacote com 50 unidades nas cores preto- azul escu	5735	100,000	5,4900	549,00
ELIMO PAPELARIA LTDA - EPP	BARBANTE COM 50 METROS Nº 8, TIPO CRU	5735	150,000	1,3500	202,50
ELIMO PAPELARIA LTDA - EPP	BORRACHA ESCOLAR BRANCA NR. 40	5735	10,000,000	0,1200	1,200,00
ELIMO PAPELARIA LTDA - EPP	Cola Dimensional Metálica - 35 ml cores variadas	5735	100,000	2,1400	214,00
ELIMO PAPELARIA LTDA - EPP	Destaca Texto - cores -100 amarelo-100 verde - 100 rosa - 10	5735	600,000	0,6100	366,00
ELIMO PAPELARIA LTDA - EPP	Envelope 114 mm X229mm coloridos	5735	300,000	0,2300	69,00
ELIMO PAPELARIA LTDA - EPP	Envelope 24 x 34 cm branco	5735	500,000	0,1600	80,00
ELIMO PAPELARIA LTDA - EPP	Envelope 25 x 18 cm branco	5735	500,000	0,1200	60,00

Página: 5/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ELIMO PAPELARIA LTDA - EPP	ESTILETE LAMINA LARGA	5735	100,000	0,7400	74,00
ELIMO PAPELARIA LTDA - EPP	EVA 40x60 premium Listrado espessura 2mm - varias estampas 1	5735	600,000	2,8200	1.692,00
ELIMO PAPELARIA LTDA - EPP	EVA com glitter Tamanho: 40 x 60 cm - varias cores sendo 100	5735	600,000	3,5400	2.124,00
ELIMO PAPELARIA LTDA - EPP	EVA estampado - varias estampas 40 x 60 sendo 100 unidades	5735	600,000	2,8200	1.692,00
ELIMO PAPELARIA LTDA - EPP	EVA Plush 40 X 60 cm sendo 100 unidades de cada cor	5735	600,000	3,1200	1.872,00
ELIMO PAPELARIA LTDA - EPP	Fita adesiva marrom 45 mm x 45 m -	5735	300,000	1,7400	522,00
ELIMO PAPELARIA LTDA - EPP	PAPEL CONTACT	5735	60,000	28,3500	1.701,00
ELIMO PAPELARIA LTDA - EPP	Papel Dobradura 48 X66cm, 63G cores -1.000 preto- 500 vermel	5735	3,000,000	0,1500	450,00
ELIMO PAPELARIA LTDA - EPP	Pasta plastica officio com elastico em 500 unidades azul, 50	5735	1,200,000	1,0400	1.248,00
ELIMO PAPELARIA LTDA - EPP	Percevejo de ferro niquelado com caixa 100 unidades	5735	200,000	1,0800	216,00
ELIMO PAPELARIA LTDA - EPP	Pincel Atômico cores 500 azul - 500 preto - 500 verde- 500 v	5735	1,000,000	0,7400	740,00
ELIMO PAPELARIA LTDA - EPP	Pistola de cola quente grande 80 Watts	5735	30,000	39,8300	1.194,90
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	BLOCO DE AUTO RETIRADA DE VEICULO DA CIRCULAÇÃO	5885	15,000	17,4900	262,35
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	BLOCO DE RECEITUARIO ESPECIAL BRANCO, 2 VIAS, SENDO 1ª VIA	2051	700,000	2,5100	1.757,00
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	BLOCO DE REQUISICÃO DE EXAME COM 100 FOLHAS, 1 VIA,	2051	480,000	2,0800	998,40
EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA	RECIBO ORLV, NUMERADO MEDINDO 16X10, COM VINCO DE 4 CM	5885	30,000	0,3850	11,55
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME(NOVA ERA-COMI	BANNER EM LONA IMPRESSÃO DIGITAL	5880	1,000	210,0000	210,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME(NOVA ERA-COMI	IMPRESSÃO DE OUTDOOR	5802	3,000	200,0000	600,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME(NOVA ERA-COMI	IMPRESSÃO DE OUTDOOR	5812	3,000	304,0000	912,00
FOLHA ALTO VALE EDITORA JORNAL. LTDA-EPP	SERVIÇO DE PUBLICIDADE EM JORNAL	5808	5,000	1,408,0000	7.040,00
FRANÇA & CIA LTDA - EPP (BORRACHARIA CALI	Conserto pneu aro 13,14,15,16,17	5899	1,000	20,0000	20,00
GERMINO COFFERRI-ME	TARJETA DIANTEIRA	5837	1,000	18,0000	18,00
GERMINO COFFERRI-ME	TARJETA DIANTEIRA	5848	1,000	18,0000	18,00
GRÁFICA E EDITORA LÍDER LTDA - EPP	SERVIÇO DE CONFECCÃO DE FOLDER 4X4 CORES,	5777	3,000,000	0,4840	1.452,00
INTEGRA COMERCIAL LTDA	Açúcar refinado.Características: não deve apresentar sujidad	5908	800,000	1,9500	1.560,00
INTEGRA COMERCIAL LTDA	DOCE DE LEITE EM PASTA.	5911	50,000	1,9500	97,50
INTEGRA COMERCIAL LTDA	DOCE DE LEITE EM PASTA.	5908	300,000	5,7500	1.725,00
INTEGRA COMERCIAL LTDA	MACARRÃO COM OVOS(TIPO PARAFUSO).	5911	50,000	5,7500	287,50
INTEGRA COMERCIAL LTDA	MACARRÃO COM OVOS(TIPO PARAFUSO).	5908	400,000	5,0500	2.020,00
IVONEI GONÇALVES TURISMO - ME	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM VEICULO TIPO VAN CAP. 15	5911	50,000	5,0500	252,50
IVONEI GONÇALVES TURISMO - ME	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM VEICULO TIPO VAN CAP. 15	261	250,000	1,7900	447,50
IVONEI GONÇALVES TURISMO - ME	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM VEICULO TIPO VAN CAP. 15	5918	171,000	1,7900	306,09
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	1960	25,000	12,2090	305,23
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	5981	1,000	12,2090	12,21
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	5982	45,000	12,2090	549,41
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	273	15,000	12,2090	183,14
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	99	40,000	12,2090	488,36
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	AGUA MINERAL 20 LITROS	81	30,000	12,2090	366,27

Página: 6/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	ÁGUA MINERAL 500ML S/ GÁS C/ 12	5983	1,000	12,5169	12,52
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	ÁGUA MINERAL 500ML S/ GÁS C/ 12	5984	1,000	12,5169	12,52
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	ÁGUA MINERAL 500ML S/ GÁS C/ 12	273	67,000	12,5169	838,63
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	GALAO 20 LTS- VASILHAME	5981	10,000	23,6927	236,93
IVONICE TERESINHA PIERDONÁ - ME	GALAO 20 LTS- VASILHAME	273	2,000	23,6927	47,39
JUVINA MENDES DE OLIVEIRA - ME (JMO SERVI	CONFECÇÃO DE CARIMBOS	5795	2,000	20,0000	40,00
JUVINA MENDES DE OLIVEIRA - ME (JMO SERVI	CONFECÇÃO DE CARIMBOS	5828	1,000	38,0000	38,00
L.A.CN INFORMÁTICA LTDA- ME	Cola em bastão 9 g sem solvente (Não Tóxico)	5736	400,000	0,7100	284,00
L.A.CN INFORMÁTICA LTDA- ME	DVD - Gravável	5736	200,000	0,7100	142,00
L.A.CN INFORMÁTICA LTDA- ME	Predtor de Papel tipo "Binder Clip" com 51 mm - embalad	5736	10,000	8,8000	88,00
L.A.CN INFORMÁTICA LTDA- ME	TNT rolo com 50 metros, 1,40M X 50M 02 unidade Dourado- 10 u	5736	40,000	66,0000	2.640,00
LATINA PRODUTORA DE FILMES LTDA	PRODUÇÃO DE SPOT DE RADIO	5800	1,000	360,0000	360,00
LIDER INFORMATICA	03(três) máquinas tamanho A3, multifuncional com Impressora,	5725	310,000	0,1200	37,20
LIDER INFORMATICA	05(cinco) máquinas tamanho A4 multifuncional laser, imprime,	5725	10.582,000	0,0300	317,46
LIDER INFORMATICA	Manutenção de 82 (oitenta e duas) máquinas multifuncionais,	2085	2.490,000	0,0490	122,01
LIDER INFORMATICA	Manutenção de 82 (oitenta e duas) máquinas multifuncionais,	2086	3.556,000	0,0490	174,24
LIDER INFORMATICA	Manutenção de 82 (oitenta e duas) máquinas multifuncionais,	2087	1.962,000	0,0490	95,65
LIDER INFORMATICA	Manutenção de 82 (oitenta e duas) máquinas multifuncionais,	2088	27.662,000	0,0490	1.355,44
LIDER INFORMATICA	Manutenção de 82 (oitenta e duas) máquinas multifuncionais,	2089	2.602,000	0,0490	127,50
LIDER INFORMATICA	Manutenção de 82 (oitenta e duas) máquinas multifuncionais,	2090	55.308,000	0,0490	2.710,09
LIDER INFORMATICA	Manutenção de 82 (oitenta e duas) máquinas multifuncionais,	2093	30.864,000	0,0490	1.512,34
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	CONCERTO MAQUINA DE IMPRESSÃO DE CHEQUES	5785	1,000	190,0000	190,00
LOVERS AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICID	Contratação de Agência especializada para prestação de servi	5815	156,000	1,0000	156,00
LOVERS AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICID	Contratação de Agência especializada para prestação de servi	5816	5.387,990	1,0000	5.387,99
LOVERS AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICID	Contratação de Agência especializada para prestação de servi	5916	2.420,250	1,0000	2.420,25
MADECAMPOS MADEIRAS LTDA - ME.	Madeira de eucalipto com 30 cm de largura, 08 cm de espessu	5821	20,000	580,0000	11.600,00
MADECAMPOS MADEIRAS LTDA - ME.	madeira de pinus de 30 cm, largura 2,5 cm espessura e 3,00 m	5821	10,000	850,0000	8.500,00
MADECAMPOS MADEIRAS LTDA - ME.	MADEIRITE	5821	50,0000	50,0000	2.500,00
MANTOMAC - COM. DE PECAS E SERV. LTDA.	MANUTENÇÃO MECÂNICA - ESCAVADEIRA HÍDRÁULICA - MAQ. 76	5845	7.100,760	1,0000	7.100,76
MANTOMAC - COM. DE PECAS E SERV. LTDA.	MANUTENÇÃO MECÂNICA - ESCAVADEIRA HÍDRÁULICA - MAQ. 76	5847	1.217,920	1,0000	1.217,92
MARCIO CORDEIRO 00546407927 (PORTAL CDR)	VEICULAÇÃO DE ANÚNCIOS NA INTERNET	5809	2,000	256,0000	512,00
MARCOS BULLE DA COSTA	BEBIDA LÁCTEA FERMENTADA.	5750	2.120,000	3,4900	7.398,80
MARCOS BULLE DA COSTA	BEBIDA LÁCTEA FERMENTADA.	5751	495,000	3,4900	1.727,55
MARCOS BULLE DA COSTA	Canetinha Hidrocor - 12 cores de boa qualidade	5733	300,000	3,3900	1.017,00
MARCOS BULLE DA COSTA	Carga para marcador de quadro branco, com 5,5 ml adaptável a	5733	3.000,000	2,6300	7.890,00
MARCOS BULLE DA COSTA	Cola Quente Grossa, semi transparente - silicone medindo 11	5733	100,000	16,0000	1.600,00
MARCOS BULLE DA COSTA	Fita dupla face 50 X 50 mm	5733	10,000	14,9000	149,00
MARCOS BULLE DA COSTA	LENTILHA, CLASSE GRAÚDA, TIPO 1, CONFORME A PORTARIA N° 65,	5909	400,000	6,5400	2.616,00
MARCOS BULLE DA COSTA	Palito para Churrasco 3.5x250mm pacote com 100 palitos	5733	50,000	2,5500	127,50

Página: 7/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MARCOS BULLE DA COSTA	Papel 210X297 mm A4 caixa com 10 resmas - 75GM2 -sem atolame	5733	300,000	108,0000	32,400,00
MARCOS BULLE DA COSTA	Papel Camurça 60 X 40 cm cores diversas -300 vermelho - 300	5733	500,000	0,3600	180,00
MARCOS BULLE DA COSTA	Papel celofane 85x100 transparente Pacote com 50 UN gramatu	5733	30,000	34,9000	1,047,00
MARCOS BULLE DA COSTA	Papel Crepom 0, 48 X 2M cores - 300 vermelho - 300 verde cla	5733	2,000,000	0,4100	820,00
MARCOS BULLE DA COSTA	Papel Laminado 49 X 59 cm cores variadas	5733	1,000,000	0,5100	510,00
MARCOS BULLE DA COSTA	PERFURADOR DE METAL MEDIO PARA 25 FOLHAS	5733	20,000	17,5000	350,00
MARCOS BULLE DA COSTA	Régua transparente em acrílico 2 mm de espessura	5733	8,000,000	0,9300	7,440,00
MARCOS BULLE DA COSTA	TNT rolo com 50 metros, 100% PP 40 G 1,40M X 50M DKN liso -	5733	100,000	40,0000	4,000,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de automóvel de passeio	5680	4,000	30,0000	120,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de caminhão basculante (tipo caçamba)	5680	1,000	203,0000	203,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo - Ônibus	5680	4,000	139,0000	556,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo médio - micro ônibus	5680	1,000	110,0000	110,00
MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS BARBOS	Lavagem completa de veículo utilitário tipo Kombi, Camionete	5680	3,000	53,0000	159,00
MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	GRAXA BASE SABÃO LITIO, 170KG AP 2 DEVEM POSSUIR CERTIFICADO	5839	2,000	2,130,0000	4,260,00
MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	OLEO HIDRAULICO AW 68 QUE ATENDA OS REQUISITOS DOS TESTES	5839	30,000	158,0000	4,740,00
MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	OLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR DIESEL DE ALTA	5839	50,000	193,0000	9,650,00
MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	POTENCIA,SUPERAL	5839	50,000	20,7000	1,035,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	OLEO PARA MOTOR A GASOLINA SINTETICO 5W 40 SW. DEVEM	2044	427,500	1,0000	427,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJO 3708 CORSA HATCH MAXXM 1.4 2011	2047	1,444,000	1,0000	1,444,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKM 7401 FIESTA FORD 2012	5871	427,500	1,0000	427,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKM 7401 FIESTA FORD 2012	5872	741,000	1,0000	741,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - FIAT DOBLO - ELX - MGC-3052	5823	4,577,800	1,0000	4,577,80
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - FIAT DOBLO - ELX - MGC-3052	5824	1,245,750	1,0000	1,245,75
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - FOCUS GHIA - FORD MBD 1509 - 2003	5833	76,000	1,0000	76,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - FOCUS GHIA - FORD MBD 1509 - 2003	5988	1,862,000	1,0000	1,862,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - FOCUS GHIA - FORD MBD 1509 - 2003	5989	570,000	1,0000	570,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MDZ 5312MOTO-YAMAH2004	5823	537,680	1,0000	537,68
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MDZ 5312MOTO-YAMAH2004	5824	111,600	1,0000	111,60
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MEK 7343 GOL VW FLEX 2008	5764	142,500	1,0000	142,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MEK 7343 GOL VW FLEX 2008	5765	513,000	1,0000	513,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHD 4146 GOL VOLKSWAGEM 2011	5823	3,556,020	1,0000	3,556,02
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHD 4146 GOL VOLKSWAGEM 2011	5824	1,162,000	1,0000	1,162,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHE 5186 FIAT PALIO 2010	781	688,750	1,0000	688,75
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHE 5186 FIAT PALIO 2010	782	142,500	1,0000	142,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MID 5162 - NXR 150 BROS 2011	5823	86,480	1,0000	86,48
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MID 5162 - NXR 150 BROS 2011	5824	37,200	1,0000	37,20
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJA 4523 STRADA 2012	5823	3,784,440	1,0000	3,784,44

Página: 8/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJA 4523 STRADA 2012	5824	812,250	1,0000	812,25
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJO 4008 CORSA HATON MAXX 1.4 2011	2047	133,000	1,0000	133,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MJU 0093 CORSA HATON MAXX 1.4 2012	2047	23,750	1,0000	23,75
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKQ 2412 - AZERA - HYUNDAI - 2013	5988	1,064,000	1,0000	1,064,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKQ 2412 - AZERA - HYUNDAI - 2013	5989	142,500	1,0000	142,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKW 5476 IVECO/CITY 70 C 17 2012	5730	1,949,400	1,0000	1,949,40
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MKW 5476 IVECO/CITY 70 C 17 2012	5731	712,500	1,0000	712,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MLE 1454 - NXR 150 BROS 2013	5823	693,720	1,0000	693,72
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MLE 1454 - NXR 150 BROS 2013	5824	111,600	1,0000	111,60
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MLP 3785 LOGAN FLEX 2013	5766	111,250	1,0000	111,25
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MLP 3785 LOGAN FLEX 2013	5767	33,250	1,0000	33,25
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - PÁLIO FIRE - FIAT - MCUJ.7466	5831	102,600	1,0000	102,60
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - PÁLIO FIRE - FIAT - MCUJ.7466	5831	216,600	1,0000	216,60
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - PÁLIO FIRE - FIAT - MCUJ.7636	5831	96,900	1,0000	96,90
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - PÁLIO HLX 5 PT 110CV - FLEXMFV 8962	5834	266,000	1,0000	266,00
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - PÁLIO HLX 5 PT 110CV - FLEXMFV 8962	5836	142,500	1,0000	142,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - PÁLIO TREKK - QHB.6825	5787	313,500	1,0000	313,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - PÁLIO TREKK - QHB.6825	5788	71,250	1,0000	71,25
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - SIENA ATTRACTIVE - FIAT MLI 5746	5831	273,600	1,0000	273,60
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - SIENA ATTRACTIVE - FIAT MLI 5746	5832	71,250	1,0000	71,25
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - FORD FIESTA - MHD 3816 2010 EDUCAÇÃO	5681	1,149,500	1,0000	1,149,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - FORD FIESTA - MHD 3816 2010 EDUCAÇÃO	5682	517,500	1,0000	517,50
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - FORD FIESTA - MHO 7936 2010 ADMINISTR	78	747,650	1,0000	747,65
MECANICA DE VEICULOS EXCLUSIVA LTDA - ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - FORD FIESTA - MHO 7936 2010 ADMINISTR	79	285,000	1,0000	285,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	Aplicação de sub-base com macadame seco, aplicação de bica c	5923	957,000	85,7500	82,062,75
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	BICA CORRIDA	5723	500,000	35,0000	17,500,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	BICA CORRIDA	5781	280,000	35,0000	9,800,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	BRITA GRADUADA.	5723	350,000	44,5000	15,575,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA BRITA Nº 02	5780	700,000	39,5000	27,650,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA BRITA Nº 02	5793	24,710	39,5000	976,05
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA BRITA Nº 02	5877	531,000	39,5000	20,974,50
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA BRITA Nº 02	5955	200,000	39,5000	7,900,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	Pedra brita nº 1	5779	950,000	31,5000	29,925,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	Pedra brita nº 1	5793	501,820	31,5000	15,807,33
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	Pedra brita nº 1	5877	495,000	31,5000	15,592,50
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	Pedra brita nº 1	5878	660,000	31,5000	20,790,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	Pedra brita nº 1	5955	300,000	31,5000	9,450,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRA PULMÃO.	5877	328,000	36,5000	11,972,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRISCO.	5723	400,000	39,5000	15,800,00

Página: 9/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRISCO.	5778	500,000	39,5000	19,750,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRISCO.	5793	150,060	39,5000	5,927,37
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRISCO.	5794	101,160	39,5000	3,995,82
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PEDRISCO.	5878	330,000	39,5000	13,035,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PO DE PEDRA	5723	400,000	44,5000	17,800,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PO DE PEDRA	5793	465,220	44,5000	20,702,29
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PO DE PEDRA	5878	380,000	44,5000	16,910,00
MINEROCHA CATARINENSE LTDA	PO DE PEDRA	5955	500,000	44,5000	22,250,00
NELSON TOMASI - EPP (PAPELARIA PARAISO)	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO, RECARREGÁVEL COM CARGA ADAPTÁVEL	5732	2,000,000	7,8000	15,600,00
NELSON TOMASI - EPP (PAPELARIA PARAISO)	Visor para Pasta Suspensa com 50 visores e 50 etiquetas	5732	25,000	4,9000	122,50
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	ÁGUA SANITÁRIA, EMBALAGEM DE 1 LITRO.	5762	480,000	1,9400	931,20
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	Sabão em pó, caixa de 01 Kg, composição: linear	5762	180,000	7,6000	1,368,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	Pão de leite fatiado. Tamanho uniforme. Não deve apresentar	5987	81,000	9,3000	753,30
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA/	Pão francês. Características: pão comum tipo francês 50 g, t	5987	1,957,420	8,1500	15,952,97
PAPELNORTE DISTRIBUIDORA DE PAPEIS LTDA	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO, PICOTADO, MACIO, ROLO 30 MTS	5747	200,000	43,5000	8,700,00
PAVAMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAQ. 66 - RETRO ESCAVAD. RANDON RK	5710	5,556,140	1,0000	5,556,14
PAVAMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAQ. 66 - RETRO ESCAVAD. RANDON RK	5711	2,318,000	1,0000	2,318,00
PAVAMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAQ. 71 RETROESCAVAD. NEW HOLLAN	5829	6,401,100	1,0000	6,401,10
PAVAMAQUINAS COM DE PECAS E SERVICOS LTI	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MAQ. 71 RETROESCAVAD. NEW HOLLAN	5830	22,584,150	1,0000	22,584,15
PORTAL CACADOR ON LINE LTDA - ME	VEICULAÇÃO DE ANÚNCIOS NA INTERNET	5806	1,000	1,200,0000	1,200,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA/	BICOS DE AR PARA RODA ARO 24, 25, 28 E 30	5825	1,000	20,0000	20,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA/	BICOS DE AR PARA RODA AROS 13, 14 E 15	5825	3,000	7,0000	21,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA/	BICOS DE AR PARA RODA SEM CAMARA 17.5	5825	1,000	15,0000	15,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA/	CAMARA DE AR ARO 14	5825	2,000	40,0000	80,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA/	CONCERTO PNEU 175R 13	5822	7,000	14,0000	98,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA/	CONCERTO PNEU 185R 13	5822	5,000	14,0000	70,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA/	CONCERTO PNEU/CAMARA 1000 X 20	5822	19,000	28,0000	532,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA/	CONCERTO PNEU/CAMARA 14,9 X 28	5822	7,000	68,0000	476,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA/	CONCERTO PNEU/CAMARA 1400 X 24	5822	8,000	68,0000	544,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA/	Montagem pneu aro 20/11 R 22.5	5822	7,000	20,0000	140,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA/	MONTAGEM PNEU ARO 24	5822	4,000	50,0000	200,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA/	MONTAGEM PNEU R-13/14/15	5822	16,000	12,0000	192,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA/	TIP-TOP PARA PNEU No 12 E 20 RADIAL	5822	2,000	32,0000	64,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA/	TIP-TOP PARA PNEU No 3 COMUM	5822	1,000	30,0000	30,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA/	TIP-TOP PARA PNEU No 4 E 5 COMUM	5822	6,000	34,0000	204,00
RECUPERADORA DE PNEUS RIO DO PEIXE LTDA/	TIP-TOP PARA PNEU No 7 E 8 COMUM	5822	7,000	50,0000	350,00
RED POINT DECORAÇÕES E PINTURAS LTDA ME	CAMISETA POLO	5873	20,000	41,5000	830,00
REFRILAR REFRIGERAÇÃO LTDA ME	Serviços de manutenção preventiva e corretiva bebedouros	5870	1,370	73,0000	100,00

Página: 10/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR
 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2015**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	APONTADOR COM RESERVA TUBO RETANGULAR	5737	6,000,000	0,6000	3,600,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	Bloco autoadesivo 76x76 amarelo - Embalagem com 4 blocos, 100	5737	100,000	1,2500	125,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	Caderno Caligrafia com 40 folhas brochura	5737	2,500,000	0,5600	1,400,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	Caderno desenho Grande com 48 folhas	5737	8,000,000	1,4900	11,920,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	Calculadora 12 dígitos Big Display, Porcentagem, Teclas plásti	5737	10,000	12,8000	128,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	Caneta esférica cristal na cor vermelha, com tampa	5737	1,500,000	0,4500	675,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	Caneta esférica na cor azul com tampa e com furinho a 6	5737	8,000,000	0,4500	3,600,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	Caneta esférica na cor preta com tampa e com furinho a	5737	1,500,000	0,4500	675,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	Cola Colorida caixa com 06 unidades (23gr cada unidade)	5737	70,000	4,3900	307,30
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	Cola Giller - 35 gr cores variadas	5737	100,000	2,0000	200,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	Fita adesiva 50mm x 50m (GREPE) branca.	5737	1,000,000	5,8100	5,810,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	GIZ DE CERA GIZAO TRIANGULAR 12 CORES	5737	2,000,000	1,7800	3,560,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	Lápis de cor caixa grande com 12 unidades hexagonal -cores	5737	3,000,000	11,9000	35,700,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	Lápis preto tipo evolution nº 02 caixa com 72 unidades	5737	100,000	16,5000	1,650,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	Livro Ata com 100 folhas capa dura 21,5 cm x 3cm	5737	100,000	5,3200	532,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	Massa de modelar com 06 unidades com 85gr cores diversas - c	5737	2,500,000	1,2500	3,125,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	Papel Alnaço com pauta embalagem com 400 folhas	5737	5,000	18,0000	90,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	Papel Alnaço sem pauta embalagem com 400 folhas	5737	5,000	18,0000	90,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	Papel Cartão 50 X 70 cm, 240G, cores - 400 preto-400 vermelh	5737	2,000,000	0,5300	1,060,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	Papel contact Estampado rolo com 10 metros diversas estampas	5737	60,000	49,5000	2,970,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	Papel Dupla face cores -1000 preto -500 vermelho - 500 verde	5737	2,000,000	0,5000	1,000,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	Pasta AZ OFÍCIO com ferragem e visor lateral cor preta,tama	5737	50,000	5,8400	292,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	PASTA ARQUIVO MORTO	5737	600,000	1,5200	912,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	Pincel para pintura (pelo) em guache nº08	5737	500,000	1,2000	600,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	Pincel para pintura (pelo) em guache nº10	5737	500,000	1,3300	665,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	Pincel para pintura (pelo) em guache nº12	5737	500,000	1,5400	770,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	PRANCHETA EM EUACATEX	5737	20,000	2,6400	52,80
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	Tesoura grande, aproximadamente 21 cm, lâmina aço inox, cabo	5737	60,000	3,3500	201,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI- ME	Tinta guache caixa com 06 potes com 06 cores com 30 ml cada	5737	1,000,000	3,9500	3,950,00
ROBERTO CERRY - ME	SERVIÇOS DIVERSOS	5761	1,000	5,500,0000	5,500,00
ROBERTO MISTURA - ME	COLCHÃO INFANTIL D23, 12 X 60 X 130CM.,	5782	20,000	100,0000	2,000,00
ROBERTO MISTURA - ME	LENÇOL PARA BERÇO, COM ELÁSTICO, 100% ALGODÃO, COR LISA	5782	100,000	8,0000	800,00
S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	IMPRESSÃO DE OUTDOOR	5801	3,000	200,0000	600,00
S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	IMPRESSÃO DE OUTDOOR	5811	3,000	256,0000	768,00
SAFRA DIESEL LTDA	Agente redutor líquido nox. (Óxido de nitrogênio) tipo arla	5783	100,000	33,0000	3,300,00
SAFRA DIESEL LTDA	ÓLEO DIESEL B500 COMUM COM CESSÃO E INSTALAÇÃO DE TANQUE	5724	10,000,000	2,4800	24,800,00
SAFRA DIESEL LTDA	DE				
SAFRA DIESEL LTDA	ÓLEO DIESEL S-10	5724	15,000,000	2,5650	38,475,00
SELBETTI EQUIPAMENTOS P/ ESCRITORIO LTDA	Licenciamento de usuários	5896	3,000	900,0000	2,700,00

Página: 11/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SELBETTI EQUIPAMENTOS P/ ESCRITORIO LTDA	Licenciamento de usuários ilimitados, suporte e atualização	5894	3,000	4,691,000	14,073,00
SILVIO JOSE DRIESSEN - ME - SITRON	BATERIA 3,6 X 600 MHA	5846	2,000	49,000	98,00
STANG E STANG LTDA	Gasolina comum. Atendimento 24 horas inclusive sábados domin	2041	3,000,000	3,2690	9,807,00
STANG E STANG LTDA	Óleo diesel comum. Atendimento 24 horas inclusive sábados do	2041	3,000,000	2,5990	7,797,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	ABACAXI PÉROLA.	5749	246,000	5,6400	1,387,44
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	Carne bovina - Bife de coxão mole congelada.	5749	144,000	19,9000	2,865,60
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	CARNE BOVINA - MÚSCULO CONGELADA	5749	129,000	12,6300	1,629,27
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	CARNE MOÍDA DE 1ª.	5749	182,000	17,0000	3,094,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	CARNE MOÍDA DE 1ª.	5752	300,000	17,0000	5,100,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	CARNE MOÍDA DE 1ª.	5753	100,000	17,0000	1,700,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	CARNE MOÍDA DE 1ª.	5755	43,000	17,0000	731,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	CARNE SUÍNA, EM CUBOS (PALETA) CONGELADA	5752	150,000	9,9800	1,497,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	CARNE SUÍNA, EM CUBOS (PALETA) CONGELADA	5753	80,000	9,9800	798,40
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	CARNE SUÍNA, EM CUBOS (PALETA) CONGELADA	5755	39,000	9,9800	389,22
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	CARNE SUÍNA, EM CUBOS (PALETA) CONGELADA	5756	205,000	9,9800	2,045,90
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	COXA E SOBRECOXA CONGELADAS	5749	195,000	5,0000	975,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	COXA E SOBRECOXA CONGELADAS	5752	350,000	5,0000	1,750,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	COXA E SOBRECOXA CONGELADAS	5753	100,000	5,0000	500,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	COXA E SOBRECOXA CONGELADAS	5755	51,000	5,0000	255,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	DESINFETANTE LÍQUIDO COM FRAGRÂNCIA FLORAL, CONCENTRADO, EMB	437	50,000	15,3000	765,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	DESINFETANTE LÍQUIDO COM FRAGRÂNCIA FLORAL, CONCENTRADO, EMB	5986	52,000	15,3000	795,60
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	FEIJÃO PRETO TIPO 1 - SAFRA 2015, IN NATURA, CONSTANDO NO MI	5907	800,000	2,9500	2,360,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	LARANJA PÉRA.	5749	246,000	1,8900	464,94
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	LARANJA PÉRA.	5752	1,404,000	1,8900	2,653,56
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	MANIÃO.	5749	200,000	3,3000	660,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	MELÃO.	5749	246,000	4,2900	1,055,34
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	Peito de frango congelado sem osso.	5749	165,000	9,9800	1,646,70
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	Queijo tipo mussarela fatiado	5749	78,000	22,8000	1,778,40
TELEMARTINS TELECOMUNICAÇÕES LTDA	MANUTENÇÃO EM RAMAL TELEFÔNICO	5897	1,000	783,2000	783,20
TELEMARTINS TELECOMUNICAÇÕES LTDA	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE TELEFONES	5897	1,000	25,2000	25,20
TUBOFORTE DERIVADOS DE CIMENTO LTDA	TUBO DE CONCRETO DE 1,50MX1,00M PA2 COM ARMAÇÃO DE FERRO	5759	10,000	712,0000	7,120,00
VIAÇÃO SANTA CECÍLIA LTDA - ME	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM VEICULO TIPO MICROÔNIBUS,	253	305,000	2,2000	671,00
VIAÇÃO SANTA CECÍLIA LTDA - ME	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM VEICULO TIPO MICROÔNIBUS,	260	400,000	2,2000	880,00
VIAÇÃO SANTA CECÍLIA LTDA - ME	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM VEICULO TIPO MICROÔNIBUS,	2019	6,363,640	2,2000	14,000,01
VIAÇÃO SANTA CECÍLIA LTDA - ME	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM VEICULO TIPO ÔNIBUS COM CAP.	253	62,000	2,4600	152,52
VIAÇÃO SANTA CECÍLIA LTDA - ME	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM VEICULO TIPO ÔNIBUS COM CAP.	260	90,000	2,4600	221,40

Página: 12/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
VIAÇÃO SANTA CECÍLIA LTDA - ME	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM VEICULO TIPO ÔNIBUS COM CAP.	5917	171,000	2,4600	420,66
VIVA SOLUÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA - ME (IMÓV)	AVALIAÇÃO DE TERRENO	5849	1,000	600,0000	600,00
VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA- ME	BOBINA PLASTICA FOSCA 7 LITROS	5860	150,000	5,0000	750,00
VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA- ME	VASSOURA DE PALHA COM CABO (COM BASTANTE PALHA)	5860	120,000	8,5000	1.020,00
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHJ 3784 GM BLAZER 2009	5739	946,770	1,0000	946,77
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MHJ 3784 GM BLAZER 2009	5740	334,800	1,0000	334,80
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MILL 4817 FIAT PALIO WEEKEND 2014	5739	528,940	1,0000	528,94
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MILL 4817 FIAT PALIO WEEKEND 2014	5740	304,810	1,0000	304,81
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MLV 1249 FIAT PALIO WEEKEND 2012	5739	1,049,040	1,0000	1,049,04
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MLV 1249 FIAT PALIO WEEKEND 2012	5740	906,750	1,0000	906,75
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA - MLK 9437 FIAT PALIO WEEKEND 2014	5739	1,813,320	1,0000	1,813,32
WEGNER AUTO MECANICA LTDA - EIRELI ME	MANUTENÇÃO MECÂNICA -MLK 9437 FIAT PALIO WEEKEND 2014	5740	1,011,380	1,0000	1,011,38
WILIAM JOSÉ ALVES PEREIRA- ME (PORTAL NOT	VEICULAÇÃO DE ANUNCIOS NA INTERNET	5804	1,000	1,280,0000	1,280,00
Total Geral do Mês —>					1.320.666,87

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2015**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ALCIDO GONGOLEWSKI - ME	Locação de maquinários específicos para prática de marcenaria	2025	0,500	400,0000	200,00
ALCIDO GONGOLEWSKI - ME	Prestação de serviço para monitor de artesanato por 10 horas	2025	0,500	1,000,0000	500,00
ALCIDO GONGOLEWSKI - ME	Prestação de serviço para monitor de marcenaria por 10 horas	2025	0,500	1,000,0000	500,00
ALTO URUGUAI GASES INDUSTRIAIS LTDA - ME	OXIGÊNIO de no mínimo 01 m³	1947	20,000	78,4298	1.568,60
ALTO URUGUAI GASES INDUSTRIAIS LTDA - ME	OXIGÊNIO de no mínimo 07 m³	1947	100,000	118,1412	11.814,12
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	Créditos para cartão referente a vale transporte destinados	2082	2,500,000	2,6400	6.600,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	RANIBIZUMABE	2003	2,000	3.892,4230	7.784,85
CONNECT INFORMATICA LTDA	Mensalidade de 25 links de 2000/1000 kbps para as unidades	2069	0,040	6.531,2500	261,25
CONNECT INFORMATICA LTDA	Mensalidade de 25 links de 2000/1000 kbps para as unidades	2070	0,080	6.531,2500	522,50
CONNECT INFORMATICA LTDA	Mensalidade de 25 links de 2000/1000 kbps para as unidades	2072	0,120	6.531,2500	783,75
CONNECT INFORMATICA LTDA	Mensalidade de 25 links de 2000/1000 kbps para as unidades	2073	0,120	6.531,2500	783,75
CONNECT INFORMATICA LTDA	Mensalidade de 25 links de 2000/1000 kbps para as unidades	2084	0,120	6.531,2500	783,75
DIAGNÓSTICA CAT. DE COM. PROD. LABORATOR	ALCOOL ACETONA FRASCO DE 500ML	2021	2,000	12,2017	24,40
DIAGNÓSTICA CAT. DE COM. PROD. LABORATOR	ALCOOL ACIDO PARA PESQUISA DE BAAR FRASCO DE 500ML	2021	1,000	20,3366	20,34
DIAGNÓSTICA CAT. DE COM. PROD. LABORATOR	AZUL DE METILENO PARA PESQUISA DE BAAR, FRASCO DE 500 ML	2021	1,000	16,2693	16,27
DIAGNÓSTICA CAT. DE COM. PROD. LABORATOR	BANDAGEM, CURATIVO PÓS-COLETA, CAIXA COM 500 UN	2021	5,000	11,1570	55,79
DIAGNÓSTICA CAT. DE COM. PROD. LABORATOR	Coletor de Urina Infantil -	2021	50,000	0,4368	21,84
DIAGNÓSTICA CAT. DE COM. PROD. LABORATOR	Coletores de Urina	2021	3,000,000	0,4368	1,310,40
DIAGNÓSTICA CAT. DE COM. PROD. LABORATOR	FITAS URINA, FRASCO COM 100 TIRAS COM ÁREA DE DENSIDADE	2021	20,000	30,5747	611,49
DIAGNÓSTICA CAT. DE COM. PROD. LABORATOR	FUCSINA P/ GRAM FRASCO 500 ML	2021	2,000	8,1346	16,27
DIAGNÓSTICA CAT. DE COM. PROD. LABORATOR	FUCSINA PARA ZIEHL-NEESEN, FRASCO DE 500 ML	2021	1,000	21,9635	21,96
DIAGNÓSTICA CAT. DE COM. PROD. LABORATOR	Giemsa corante para Hematologia - Frasco de 500 mL	2021	2,000	29,2847	58,57
DIAGNÓSTICA CAT. DE COM. PROD. LABORATOR	Lápis dermatográfico Azul ou vermelho	2021	10,000	7,4285	74,29
DIAGNÓSTICA CAT. DE COM. PROD. LABORATOR	LUGOL FRACO 1%, FRASCO 500 ML	2021	2,000	12,2020	24,40
DIAGNÓSTICA CAT. DE COM. PROD. LABORATOR	May-grünwald corante para hematologia, frasco com 500 ml	2021	3,000	20,3366	61,01
DIAGNÓSTICA CAT. DE COM. PROD. LABORATOR	MIF (CONSERVANTE PARA FEZES), FRASCO DE 1 LITRO	2021	3,000	24,4039	73,21
DIAGNÓSTICA CAT. DE COM. PROD. LABORATOR	OLEO DE IMERSAO PARA MICROSCOPIA ÓTICA FRASCO COM 100 ML	2021	5,000	14,8760	74,38
DIAGNÓSTICA CAT. DE COM. PROD. LABORATOR	Swab vaginal - coleta de secreção vaginal, materia	2021	1,000,000	0,1488	148,80
DIAGNÓSTICA CAT. DE COM. PROD. LABORATOR	VIOLETA GENCIANA P/ GRAM FRASCO 500 ML	2021	3,000	20,3366	61,01
EDIFÍCIO RESIDENCIAL MADRI	TAXAS DE CONDOMINIO	2038	4,000	165,0000	660,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME(NOVA ERA -COMI	Confeção e instalação de Luminoso 1 lado para sinalização d	2024	2,000	1,810,0000	3.620,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME(NOVA ERA -COMI	Confeção e instalação de placas de identificação dos postos	2024	1,000	595,0000	595,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME(NOVA ERA -COMI	Faixa confeccionada em lona de vinil com impressão digital m	2023	2,000	87,0000	174,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME(NOVA ERA -COMI	Faixa confeccionada em lona de vinil com impressão digital m	2024	4,000	87,0000	348,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME(NOVA ERA -COMI	Outdoor face única, em papel, no formato 9 x 3 m	2023	2,000	280,0000	560,00
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME(NOVA ERA -COMI	Placas de PS 2mm com adesivo impressão digital no tamanho de	2024	81,000	3,2500	263,25
EVALDO MARTIN SCHULZE-ME(NOVA ERA -COMI	Veiculação de outdoor no período de 30 dias, incluso servi	2023	1,000	460,0000	460,00
EVERTON DARTAGNAN BOAVENTURA	Confeção de aparelhos ortodônticos variados,	1936	10,000	70,0000	700,00
EVERTON DARTAGNAN BOAVENTURA	Confeção de prótese dentária total com fornecimento	1936	25,000	140,0000	3.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FARMÁCIA E DROGARIA SOMENSI LTDA	NEO-DECAPTYL INJETÁVEL	1959	1,000	775,0000	775,00
FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA - USIFARM	PROTETOR SOLAR FPS 30 - FRASCO 200 ML	2034	150,000	29,9900	4.498,50
FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO LTDA (FARMÁCIA)	CONTRATAÇÃO DA FARMÁCIA SAGRADO CORAÇÃO 0005-83	1939	1,310,810	1,0000	1,310,81
GENTE SEGURADORA S.A	Seguro DETER para os veículos	1888	1,000	976,2400	976,24
IVALDIR MACIEL - ME (IM TRANSPORTES)	SERVIÇO DE JARDINAGEM	2014	30,000,000	0,1600	4,800,00
J.R. EHLKE & CIA LTDA	TUBO COM GEL SEPARADOR	2039	500,000	1,0496	524,80
J.R. EHLKE & CIA LTDA	TUBOS COM EDTA	2039	500,000	0,6573	328,65
J.R. EHLKE & CIA LTDA	TUBOS COM EDTA 4ML	2039	2,000,000	0,5690	1,138,00
J.R. EHLKE & CIA LTDA	Tubos com gel separador -	2039	2,000,000	0,8534	1,706,80
J.R. EHLKE & CIA LTDA	TUBOS SECOS	2039	1,000,000	0,5591	559,10
LABORSYS PROD. DIAG. E HOSP. LTDA	CELLPACK, REAGENTE PARA DILUIÇÃO E LIMPEZA DO APARELHO	2040	2,000	564,7568	1,129,51
LABORSYS PROD. DIAG. E HOSP. LTDA	STROMATOLYSER, REAGENTE PARA ANÁLISE DE LEUCÓCITOS	2040	2,000	513,5876	1,027,18
LOGITEKNICA IMPORT. EXP. COM. E IND. DE PROD.	BHCG, TIRAS IMUNOCROMATOGRAFIA PARA TESTE DE GRAVIDEZ	2022	200,000	0,5500	110,00
LOGITEKNICA IMPORT. EXP. COM. E IND. DE PROD.	Pesquisa de Sangue Oculto	2022	120,000	4,2000	504,00
MOSNA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME	Ácido úrico - Kit enzimático para automação a25	1995	10,000	40,0000	400,00
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTÍFICOS LTDA	albumina, kit para dosagem em soro e urina para automação	2020	1,000,000	0,0654	65,40
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTÍFICOS LTDA	ALFA- AMILASE, KIT DIRETO UV PARA AUTOMAÇÃO A25	2020	833,000	0,0328	27,32
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTÍFICOS LTDA	ALFA- AMILASE, KIT DIRETO UV PARA AUTOMAÇÃO A25	2020	200,000	0,7703	154,06
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTÍFICOS LTDA	ALT/TGP, KIT CINÉTICO UV PARA AUTOMAÇÃO A25	2020	1,332,000	0,1065	141,86
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTÍFICOS LTDA	AST/TGO, KIT CINÉTICO UV PARA AUTOMAÇÃO A25	2020	1,332,000	0,1065	141,86
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTÍFICOS LTDA	BILIRRUBINAS, KIT DIRETO/REAGENTE PRONTO PARA BILIRRUBINA	2020	1,600,000	0,1557	249,12
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTÍFICOS LTDA	CÁLCIO, KIT MONOREAGENTE PARA AUTOMAÇÃO A25	2020	333,000	0,1721	57,31
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTÍFICOS LTDA	Colesterol Total - Kit enzimático direto (reagente pronto)	2020	1,666,000	0,0738	122,95
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTÍFICOS LTDA	Coluna para deionizador	2020	1,000	200,0000	200,00
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTÍFICOS LTDA	CREATININA, KIT CINÉTICO PARA AUTOMAÇÃO A25	2020	2,000,000	0,0328	65,60
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTÍFICOS LTDA	CREATININA-QUINASE, KIT DIRETO UV NAC PARA AUTOMAÇÃO A25	2020	200,000	0,4917	98,34
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTÍFICOS LTDA	DESIDROGENASE LÁTICA, KIT CINÉTICO UV PARA A25	2020	333,000	0,1639	54,58
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTÍFICOS LTDA	Fator reumatóide em látex, kit para 100 testes com controle	2020	1,000	63,5110	63,51
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTÍFICOS LTDA	FERRO, KIT DIRETO REAGENTE PRONTO PARA USO PARA AUTOMAÇÃO A2	2020	400,000	0,2049	81,96
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTÍFICOS LTDA	FOSFATASE ALCALINA, KIT CINÉTICO PARA AUTOMAÇÃO A25	2020	800,000	0,1557	124,56
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTÍFICOS LTDA	FÓSFORO UV, KIT REAGENTE PRONTO PARA AUTOMAÇÃO A25	2020	666,000	0,1147	76,39
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTÍFICOS LTDA	GAMA-GLUTAMIL-TRNSFERASE, KIT CINÉTICO PARA AUTOMAÇÃO A25	2020	333,000	0,1885	62,77
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTÍFICOS LTDA	HDL Direto - Kit direto com padrão para aparelho de automação	2020	200,000	0,9752	195,04
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTÍFICOS LTDA	LÂMINAS MICROSCOPIA, CAIXA COM 50 UN, LADO FOSCO	2020	5,000	3,8968	19,48
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTÍFICOS LTDA	LÂMINULA, CAIXA COM 100 UNID. TAMANHO 20 X 20	2020	5,000	2,4976	12,49
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTÍFICOS LTDA	PCR, KIT P/ 100 TESTE C/ CONTROLE (+) E (-)	2020	3,000	43,3030	129,91
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTÍFICOS LTDA	proteínas totais, kit soro para automação A25	2020	833,000	0,0656	54,64
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTÍFICOS LTDA	Tempo de ativação da protrombina - TAP	2020	2,000	79,7212	159,44

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Página: 3/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTIFICOS LTDA.	Triglicerídeos - Kit enzimático (reagente pronto) para A25	2020	1,666,000	0,1639	273,06
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTIFICOS LTDA.	UREIA UV, KIT ENZIMÁTICO UV PARA AUTOMAÇÃO A25	2020	1,666,000	0,1229	204,75
PRONTOLAB EQUIP E PROD CIENTIFICOS LTDA.	VDRL - Kit direto 675 testes, com controle (+) e (-)	2020	2,000	83,1417	166,28
SCARDUA & CIA LTDA- ME	Exame radiográfico panorâmico odontológico com laudo.	1938	12,000	58,0000	696,00
SCARDUA & CIA LTDA- ME	Exame radiográfico periapical odontológico digital com laudo	1937	81,000	15,0000	1,215,00
SUPERMERCADO WOLFF LTDA - EPP	ADOÇANTE DIETETICO LIQUIDO COM 200 ML	1972	1,000	2,9900	2,99
SUPERMERCADO WOLFF LTDA - EPP	ARROZ PARBOLIZADO, TIPO 1.	1972	3,000	9,3233	27,97
SUPERMERCADO WOLFF LTDA - EPP	BATATA INGLESA	1972	2,000	3,9900	7,98
SUPERMERCADO WOLFF LTDA - EPP	Caldo de galinha em cubos, 114 gramas.	1972	1,000	1,2900	1,29
SUPERMERCADO WOLFF LTDA - EPP	Carne moída de segunda, boa qualidade, moída na hora, fresca	1972	5,000	10,9900	54,95
SUPERMERCADO WOLFF LTDA - EPP	CEBOLA BRANCA	1972	5,000	4,9900	24,95
SUPERMERCADO WOLFF LTDA - EPP	CENOURA	1972	3,000	2,5900	7,77
SUPERMERCADO WOLFF LTDA - EPP	COXA E SOBRECOPA DE FRANGO	1972	5,000	5,9900	29,95
SUPERMERCADO WOLFF LTDA - EPP	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, PACOTE COM 05 QUILOS	1972	2,000	6,9900	13,98
SUPERMERCADO WOLFF LTDA - EPP	LINGUICINHA DE FRANGO	1972	3,000	7,9900	23,97
SUPERMERCADO WOLFF LTDA - EPP	OVOS DE GALINHA FRESCO	1972	2,000	4,5900	9,18
SUPERMERCADO WOLFF LTDA - EPP	PEITO DE FRANGO CONGELADO	1972	5,000	6,5900	32,95
SUPERMERCADO WOLFF LTDA - EPP	Suco de pacote em pó, diversos sabores, 30 gramas.	1972	1,000	17,4300	17,43
SUPERMERCADO WOLFF LTDA - EPP	TOMATE	1972	5,000	3,4900	17,45
SUPERMERCADO WOLFF LTDA - EPP	VAGEM	1972	3,000	3,9900	11,97
SUPERMERCADO WOLFF LTDA - EPP	XUXU	1972	3,000	1,4900	4,47
T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA	COLETA DE MEDICAMENTOS VENCIDOS	1946	126,000	8,0000	1,008,00
TELEMARTINS TELECOMUNICAÇÕES LTDA	CABO DE REDE	2077	1,000	38,8600	38,86
TELEMARTINS TELECOMUNICAÇÕES LTDA	MANUTENÇÃO EM TELEFONES, CENTRAIS E LINHAS	2077	1,000	345,0000	345,00
Total Geral do Mês —>					72.040,63

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AG SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA	IMA PARA GELADEIRA	791	2,000,000	0,2100	420,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ÁGUA SANITÁRIA, CLORO ATIVO COM ALVEJANTE, DESINFETANTE	783	100,000	1,9500	195,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CAFÉ TORRADO E MOÍDO TRADICIONAL, TIPO EXPORTAÇÃO, EMPACOTAD	773	50,000	4,9400	247,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	CAFÉ TORRADO E MOÍDO TRADICIONAL, TIPO EXPORTAÇÃO, EMPACOTAD	783	50,000	4,9400	247,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	COPO DESCARTÁVEL PRODUZIDO CONFORME ABNT, NBR Nº14865, 180 ML	773	3,000	58,7500	176,25
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SABÃO EM PÓ COM BRANQUEADOR ÓPTICO, TENSOATIVOS ANIÔNICOS, T	773	15,000	3,2900	49,35
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	VASSOURA DE NYLON COM CAPA PLÁSTICA EM POLIPROPILENO E CEPA	773	5,000	4,3000	21,50
ARANDU CONSULTORIA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DESENVOLVIMENTO DE PALESTRAS	767	1,000	4,000,0000	4,000,00
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE	779	704,000	2,6400	1,858,56
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE	790	95,000	2,6400	250,80
AUTO COLETIVO CACADOR LTDA	AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE	817	227,000	2,6400	599,28
BONASSA & CIA LTDA - ME (MUSIC CENTER)	CABO DE 15M PARA PROJETO	765	1,000	185,0000	185,00
BONASSA & CIA LTDA - ME (MUSIC CENTER)	PROJETO DE TETO	765	1,000	165,0000	165,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LIT	ANEL DE VEDAÇÃO	759	1,000	8,5500	8,55
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LIT	CAIXA DE DESCARGA	759	2,000	19,0000	38,00
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LIT	PLUG ROSCÁVEL 3/4	759	1,000	0,7200	0,72
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LIT	TELHA 4MM X 2,44	763	15,000	11,7000	175,50
CASACASTHE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LIT	VALVULA PARA LAVATÓRIO	759	1,000	3,3000	3,30
CLICHERIA CAÇADOR LTDA - ME	ADESIVO	797	5,000,000	1,0600	5,300,00
COLUSSI & CIA LTDA	PEÇAS PARA REVISÃO OBRIGATÓRIA	769	1,000	533,1600	533,16
COLUSSI & CIA LTDA	SERVIÇO DE REVISÃO OBRIGATÓRIA DE VEÍCULO	769	1,000	495,0000	495,00
COMERCIO DE EXTINTORES SANTA FE LTDA - ME	FITA ANTIDERRAPANTE	757	30,000	5,0000	150,00
COMERCIO DE EXTINTORES SANTA FE LTDA - ME	LUMINÁRIA DE EMERGENCIA	757	3,000	30,0000	90,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BAND	Banana caturra tamanho médio em processo de amadurecimento	788	200,000	1,6600	332,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BAND	Laranja péra, casca de cor alaranjada, odor agradável e doce	788	200,000	1,6600	332,00
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BAND	Maçã Fuji tamanho médio, casca íntegra, sem amassados	788	190,000	3,9500	750,50
FRUTOLÂNDIA CENTRAL LTDA - ME (FRUT. BAND	MAIÃO FORMOSA, EM PROCESSO DE AMADURECIMENTO, LISO, LIVRE DE	788	24,000	2,8000	67,20
JUVINA MENDES DE OLIVEIRA - ME (JMO SERVI	CONFECCÃO DE CARIMBOS	780	1,000	12,0000	12,00
LEONARDO CANALE - ME(CANALE SONORIZAÇ	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO		1,000	680,0000	680,00
LIDER SUPR. PARA INFORMATICA LTDA	LOCAÇÃO DE COMPUTADORES	764	2,000	598,0000	1,196,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	BISCOITOS SORTIDOS AMANTEIGADOS COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUE	774	30,000	3,3700	101,10
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	BOLACHA SALGADA EMBALAGEM COM DUPLA PROTEÇÃO,	774	20,000	2,3400	46,80
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	CHA MATE CAIXA COM 40G COM 25 SAQUINHOS DIVERSOS SABORES	774	50,000	2,9200	146,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	CHA MATE CAIXA COM 40G COM 25 SAQUINHOS DIVERSOS SABORES	784	100,000	2,9200	292,00

Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	DETERGENTE LÍQUIDO COM 500 ML (COMPOSIÇÃO: LINEAR ALQUIL-BEN	784	100,000	0,9700	97,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	Fardo Papel higiênico branco picotado, macio, texturizado, n	784	25,000	30,0000	750,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	MACARRÃO TIPO TALHARIM COM OVOS, EMBALAGEM COM 1 KILO	785	60,000	6,2800	376,80
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	MULTIUSO 500 ML, LIMPEZA PARA PISOS	784	100,000	1,6500	165,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	PEDRA SANITÁRIA GERMICIDA E BACTERICIDA DESODOR	784	300,000	0,6600	198,00
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	SACO DE LIXO REFORÇADO, PRETO 12 MICRA, TAMANHO 75X90 CAPACID	774	20,000	2,4900	49,80
NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	SACO DE LIXO REFORÇADO, PRETO 12 MICRA, TAMANHO 75X90 CAPACID	784	10,000	2,4900	24,90
REINBOLD LTDA - ME (CRISTIAN CARTUCHOS)	CONFEÇÃO DE CARTAZ	775	60,000	2,0000	120,00
S.C COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	FAIXA EM TNT	822	1,000	60,0000	60,00
SIPROLIMP-SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	DESINFETANTE LIQUIDO PARA USO GERAL, COM AÇÃO BACTERICIDA E	786	25,000	2,2000	55,00
SIPROLIMP-SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	Filtro de papel para café 103 caixa com 40 unid	786	30,000	2,0800	62,40
SIPROLIMP-SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA	LIMPA VIDROS, FRASCO DE 500ML	786	50,000	1,6500	82,50
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	Açúcar refinado branco pacote de 5kg	772	10,000	8,1400	81,40
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	Açúcar refinado branco pacote de 5kg	787	6,000	8,1400	48,84
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	ÁLCOOL LÍQUIDO COM GRADUAÇÃO ACIMA DE 54º GL EMBALAGEM DE 01	772	20,000	2,7200	54,40
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	SACO DE LIXO REFORÇADO, PRETO 07 MICRA, CAPACIDADE 30 LITROS R	787	100,000	1,9900	199,00
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	SACO DE LIXO REFORÇADO, PRETO 10 MICRA, TAMANHO 63X80 CAPACID	772	20,000	2,1900	43,80
SUPERMERCADOS CEREAL LTDA	SACO DE LIXO REFORÇADO, PRETO 10 MICRA, TAMANHO 63X80 CAPACID	787	50,000	2,1900	109,50
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	CONSORTE DE MICRO COMPUTADOR	789	1,000	120,0000	120,00
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	SERVIÇO DE CONSORTE DE COMPUTADOR	792	1,000	431,9000	431,90
Total Geral do Mês —>					22.294,81

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESC. DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JOAOZINHO SAMUEL LEMOS MORAES	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO	46	1,000	950,0000	950,00
PRINT SHOW COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE FOLDER 4X4 CORES	45	1,000,000	0,5070	507,00
Total Geral do Mês —>					1.457,00

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ATERPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA	CONCRETO USINADO FCK 18 MPA (BOMBEADO)	447	20,000	300,0000	6.000,00
CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	MÃO DE OBRA MECÂNICA	439	1,000	1.316,0000	1.316,00
CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	PEÇAS PARA SERVIÇO DE REVISÃO	439	1,000	2.644,1500	2.644,15
DDN DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA - ME	COLETA, TRANSPORTE, DESCONTAMINAÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DE LA	428	1,000	2.404,0000	2.404,00
DDN DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA - ME	COLETA, TRANSPORTE, DESCONTAMINAÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DE PI	428	1,000	1.300,0000	1.300,00
JULCIMAR BORDIGNON - ME	SUBSTRATO	431	300,000	7,0000	2.100,00
LABORSOLO DO BRASIL S/S LTDA	ANÁLISE DO SOLO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	441	6,000	125,3160	751,90
OILSON GEMELLI - ME	AGULHA DE DISTANCIA E TEMPO PARA TACOGRAFO	432	1,000	75,0000	75,00
OILSON GEMELLI - ME	AGULHA VELOCIDADE	432	1,000	75,0000	75,00
OILSON GEMELLI - ME	BOBINA BVDR	432	1,000	105,5000	105,50
OILSON GEMELLI - ME	EIXO DE TRANSIÇÃO	432	1,000	57,0000	57,00
OILSON GEMELLI - ME	LAMPADA	432	2,000	8,0000	16,00
OILSON GEMELLI - ME	TAMPA LACRE	432	2,000	30,0000	60,00
OTTIMIZARE ENG.IND. COM. IMP. E EXPL.TDA- EI	Janela de Ferro basculante medindo 1,40x1,00m.	448	1,000	395,7834	395,78
OTTIMIZARE ENG.IND. COM. IMP. E EXPL.TDA- EI	Janela de Ferro basculante medindo 2,00x1,40m	448	2,000	503,1145	1.006,23
OTTIMIZARE ENG.IND. COM. IMP. E EXPL.TDA- EI	Portão de abrir tipo grade com cantoneiras e tela conform	448	7,000	469,5736	3.287,02
OTTIMIZARE ENG.IND. COM. IMP. E EXPL.TDA- EI	Portão de abrir tipo grade com cantoneiras e tela conforme	448	1,000	680,4025	680,40
OTTIMIZARE ENG.IND. COM. IMP. E EXPL.TDA- EI	Portão de abrir tipo grade com cantoneiras e tela conforme e	448	1,000	656,4447	656,44
OTTIMIZARE ENG.IND. COM. IMP. E EXPL.TDA- EI	Portão de correr tipo chapa metálica conforme especificado e	448	5,000	603,7374	3.018,69
OTTIMIZARE ENG.IND. COM. IMP. E EXPL.TDA- EI	Tela de alamedado 1,3m de altura, colocada conforme especifi	448	55,000	38,3325	2.108,29
OTTIMIZARE ENG.IND. COM. IMP. E EXPL.TDA- EI	Vidrol liso 3mm colocado em janela basculante	448	7,000	49,5927	347,15
SYSMATEC INFORMATICA EIRELE - ME	CONCERTO EM IMPRESSORA	430	1,000	300,0000	300,00
Total Geral do Mês —>					28.704,55

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JUVINA MENDES DE OLIVEIRA - ME (JMO SERVI	CONFECÇÃO DE CARIMBOS	77	1,000	42,0000	42,00
JUVINA MENDES DE OLIVEIRA - ME (JMO SERVI	REFORMA DE CARIMBO Nº 30	77	1,000	12,0000	12,00
NELSON TOMASI - EPP (PAPELARIA PARAISO)	CARTUCHO DE TINTA PARA PLOTTER HP 711 PRETO	75	5,000	350,0000	1.750,00
Total Geral do Mês —>					1.804,00

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, RECREATIVA E CULT	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA AREA DE TREINAMENTO E PREPARAÇÃO	262	0,308	24.603,0000	7.589,40
MONUMENTAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TRO	Medalhas em Zamac, bronze banho cataforético, com 7 cm, e 4m	258	200,000	3,3733	674,66
MONUMENTAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TRO	Medalhas em Zamac, dourada banho cataforético, com 7 cm, e 4	258	200,000	3,3734	674,68
MONUMENTAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TRO	Medalhas em Zamac, prata banho cataforético, com 7 cm, e 4mm	258	200,000	3,3733	674,66
VINICIUS RAUBER - ME	Troféu com base em MDF, sobreposta outra base em MDF com e	259	20,000	26,6456	532,91
VINICIUS RAUBER - ME	Troféu com base em MDF, sobreposta outra base em MDF com es	259	20,000	31,5817	631,63
VINICIUS RAUBER - ME	Troféu com base em MDF, sobreposta outra base em MDF com esp	259	20,000	36,7575	735,15
Total Geral do Mês →					11.513,09

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACADOR**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Setembro/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FOTO BONI LTDA - ME	LOCAÇÃO DE TRELIÇA	94	1,000	350,0000	350,00
FOTO BONI LTDA - ME	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO	84	1,000	3.200,0000	3.200,00
GILBERTO TOMAZI	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	93	1,000	500,0000	500,00
JORGE LUIZ BERNARDI	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	89	1,000	400,0000	400,00
NILSON CÉSAR FRAGA	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	86	1,000	500,0000	500,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	CAFÉ	95	18,000	6,9444	125,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	COFFEE BREAK	85	1,000	750,0000	750,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	MINI SALGADINHOS FRITOS	95	400,000	0,4500	180,00
PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTD/	MINI SANDUÍCHES	95	300,000	0,6500	195,00
REALIZART PRODUÇÃO AUDIOVISUAL LTDA	CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE	92	1,000	1.600,0000	1.600,00
REINBOLD LTDA - ME (CRISTIAN CARTUCHOS)	CONFECÇÃO DE BANNER	87	3,000	670,0000	2.010,00
REINBOLD LTDA - ME (CRISTIAN CARTUCHOS)	CONFECÇÃO DE FLYER	87	1.000,000	0,2800	280,00
TIAGO BRUNO DE PELEGRIN	CONFECÇÃO DE BOTONS	88	100,000	4,0000	400,00
TIAGO BRUNO DE PELEGRIN	CONFECÇÃO DE CAMISETAS	91	100,000	18,5000	1.850,00
VDF HOTEIS E RESTAURANTES LTDA(HOTEL ES	DIÁRIAS EM HOTEL PARA PALESTRANTE	90	1,000	88,0000	88,00
VDF HOTEIS E RESTAURANTES LTDA(HOTEL ES	DIÁRIAS EM HOTEL PARA PALESTRANTE	90	2,000	123,0000	246,00
Total Geral do Mês →					12.674,00

Camboriú

PREFEITURA

DECRETO N.º 2.086/2015

DECRETO N.º 2.086/2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 e 21 da Lei n.º 2.746 de 02/12/2014-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.727 de 28/10/2014-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) no orçamento vigente da Fundação Municipal do Meio Ambiente.

Órgão: 14 – Fundação Municipal de Meio Ambiente
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Meio Ambiente
Função: 18 – Gestão Ambiental
Sub-função: 541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa: 0007 – Gestão da Proteção Ambiental
Atividade: 2.056 – Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5.0000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 07
VALOR: R\$ 9.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Fundação Municipal de Meio Ambiente, na mesma importância, conforme preceituam os artigos 18 e 21 da Lei Municipal n.º 2.746, de 02 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 14 – Fundação Municipal de Meio Ambiente
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Meio Ambiente
Função: 18 – Gestão Ambiental
Sub-função: 541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa: 0007 – Gestão da Proteção Ambiental
Atividade: 2.056 – Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5.0000 – Recursos Ordinários
Código Reduzido: 11
VALOR: R\$ 9.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC, Em, 01 de setembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 2.087/2015

DECRETO N.º 2.087/2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 e 21 da Lei n.º 2.746 de 02/12/2014-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.727 de 28/10/2014-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Órgão: 10 – Fundo Municipal de Saneamento Básico
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saneamento Básico
Função: 17 – Saneamento
Sub-função: 512 – Saneamento Básico Urbano
Programa: 0015 – Gestão da Água e Saneamento
Atividade: 1.017 – Const. do Parque Linear com Bacia de Ret. do Rio Camboriú
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 5.006 – Recursos Diret. Arrec. pela Adminis. Indireta e Fundos
Código Reduzido: 9
VALOR: R\$ 500.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação do Fundo Municipal de Saneamento Básico, do exercício corrente, conforme preceituam os artigos 18 e 21 da Lei Municipal n.º 2.746, de 02 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso IV do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 02 de setembro de 2015.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 2.088/2015

DECRETO N.º 2.088/2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 18 e 21 da Lei n.º 2.746 de 02/12/2014-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.727 de 28/10/2014-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 07 – Secretaria de Obras e Serviços Humanos

Função: 15 – Urbanismo

Sub-função: 451 – Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0006 – Gestão da Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana

Atividade: 2.019 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 5.000 – Recursos Ordinários

Código Reduzido: 96

VALOR: R\$ 120.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú, na mesma importância, conforme preceituam os artigos 18 e 21 da Lei Municipal n.º 2.746, de 02 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 07 – Secretaria de Obras e Serviços Humanos

Função: 15 – Urbanismo

Sub-função: 451 – Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0006 – Gestão da Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana

Atividade: 2.019 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 5.000 – Recursos Ordinários

Código Reduzido: 97

VALOR: R\$ 120.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 02 de setembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 3.003/2015

DECRETO N.º 3.003/2015

Dispõe sobre desafetação de área de terras do Município de Camboriú autorizada pela Lei Municipal n.º 1.273/1998 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO o levantamento topográfico das áreas de terras de propriedade do Município de Camboriú, ocupadas por famílias com ânimo definitivo para fins de moradia, realizado pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n.º 1.273, de 12 de junho de 1998;

DECRETA:

Art. 1º Fica desafetada de sua destinação originária, passando a integrar a categoria de bens dominiais do patrimônio disponível da Administração Municipal, nos termos da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a área de terras de 207,00 m² (duzentos e sete metros quadrados), localizada no Loteamento Albert Hermann Putter, representada pelo Lote n.º 135, situado na Rua Pingo de Ouro, Bairro Monte Alegre, Camboriú/SC, de propriedade do Município de Camboriú.

Parágrafo único. A área descrita no caput deste artigo possui as seguintes medidas e confrontações:

I - faz frente ao SUL com a Rua E, onde mede 9,00 m (nove metros); com a mesma medida nos fundos ao NORTE com a área remanescente 02; estrema ao LESTE com o Lote 134, onde mede 23,00 m (vinte e três metros), com a mesma medida ao SUL com parte do lote 136.

Art. 2º Fica reconhecida, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a legitimação da posse da área descrita no artigo 1º deste Decreto em favor de NEORI DA COSTA, portador do RG n.º 7.691.071-5 e inscrito no CPF sob o n.º 023594739-30, residente e domiciliado na referida área.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 06 de outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

DECRETO N.º 3.004/2015

DECRETO N.º 3.004/2015

Dispõe sobre desafetação de área de terras do Município de Camboriú autorizada pela Lei Municipal n.º 1.273/1998 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO o levantamento topográfico das áreas de terras de propriedade do Município de Camboriú, ocupadas por famílias com ânimo definitivo para fins de moradia, realizado pela Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n.º 1.273, de 12

de junho de 1998;

DECRETA:

Art. 1º Fica desafetada de sua destinação originária, passando a integrar a categoria de bens dominiais do patrimônio disponível da Administração Municipal, nos termos da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a área de terras de 224,40 m² (duzentos e vinte e quatro vírgula quarenta metros quadrados), localizada no Loteamento Albert Hermann Putter, representada pelo Lote n.º 325, situado na Rua Rosa Branca, Bairro Monte Alegre, Camboriú/SC, de propriedade do Município de Camboriú.

Parágrafo único. A área descrita no caput deste artigo possui as seguintes medidas e confrontações:

I - faz frente ao NORTE com a Rua Rosa Branca, onde mede 10,20 m (dez vírgula vinte metros); com a mesma medida nos fundos ao SUL com o lote 300; estrema ao LESTE com o lote 324, onde mede 22,00 m (vinte e dois metros), com a mesma medida na estrema OESTE com o lote 326.

Art. 2º Fica reconhecida, nos termos do artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.273/1998, a legitimação da posse da área descrita no artigo 1º deste Decreto em favor de TÂNIA APARECIDA GHIZZI, portadora do RG n.º 6.100.647 e inscrita no CPF sob o n.º 024.664.429-06, bem como JOÃO NITO ALVES RIBEIRO, portador do RG n.º 3.701.348 e inscrito no CPF sob o n.º 915.702.559-20, ambos residentes e domiciliados na referida área.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 06 de outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa
Secretário M. de Administração

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2015 DO PROCESSO SELETIVO 003/2015 - SECRETARIA DA SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01 - PROCESSO SELETIVO 003/2015

A Prefeitura Municipal de Camboriú, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a homologação do resultado do Processo Seletivo – Edital nº 003/2015 CONVOCA os candidatos aprovados no processo seletivo para entrega de documentos e posterior contratação em Caráter Temporário para atender a Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Camboriú.

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - Areias

Classificação	Nome do Candidato	Inscrição
01	LUCIMAR BRIGO DE SOUZA SILVA	76366
02	SIMONE FATIMA DOS SANTOS	81427

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - Braço

Classificação	Nome do Candidato	Inscrição
01	ELISANE CARVALHO DE SOUZA	77430
02	SHIRLEY FABIANA FURTADO	73963

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - Cedro

Classificação	Nome do Candidato	Inscrição
01	ANDERSON BITENCOURT	76375
02	PATRICIA DE FATIMA GRIZOTTI	76544
03	ANA PAULA KURTEN CORDEIRO	80015

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - Centro

Classificação	Nome do Candidato	Inscrição
01	CARLOS ALEXANDRE DE BRITO	80761
02	DEBORA BURKERT CAMARGO	82969
03	ROSIARA DO ROCIO GASPAR DOS SANTOS	80028

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - Conde Vila Verde

Classificação	Nome do Candidato	Inscrição
01	JENIFER PONCIANO DE SOUZA	72440
02	JAQUELINE PEREIRA	73879
03	JOSIMARA APARECIDA DE QUADROS	73945
04	ROSILDA CORDEIRO DE OLIVEIRA	82252

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - Macacos

Classificação	Nome do Candidato	Inscrição
01	DALILA WILBERT	75765
02	VERA MARIA MOREIRA GARCIA	74767

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - Monte Alegre

Classificação	Nome do Candidato	Inscrição
01	CATARINA RODRIGUES DE SOUZA	81129
02	MARINA APARECIDA HAHN PIRES DA SILVA	76276
03	MERLYTANI MARTINI BORGES	75784
04	IVANETE MONGELO CELESTRINO DA SILVA	74794
05	JESSICA DA SILVA FEITOSA	80786
06	ANDREA BEZERRA DE CARVALHO SILVA COSTA	81642
07	VANIA CINTIA DE OLIVEIRA	73398

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - Rio Pequeno

Classificação	Nome do Candidato	Inscrição
01	ADRIANA AUGUSTA DE OLIVEIRA FALCAO	73245
02	JULIANA CRISTINA DE OLIVEIRA	72237
03	ALLAN BRUNO DOS SANTOS	80895
04	FATIMA APARECIDA FAUSTINO ROMEIRO	77841

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - Santa Regina

Classificação	Nome do Candidato	Inscrição
01	ALICE KELLY ESCARVIN	74234

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - São Francisco

Classificação	Nome do Candidato	Inscrição
01	ALINE RAFAELA GONCALVES E SILVA	77669
02	BENICE BRAGA DE CASTILHOS	80940
03	ALESSANDRA REGINA GONCALVES	82175
04	MARIA CLEUSA SOARES PINTO	74088

Cargo: Agente Comunitário de Saúde - Tabuleiro

Classificação	Nome do Candidato	Inscrição
01	JOAO CARLOS MAGALHAES	81053
02	YASMIN ALAIDE FORBIS	78073

03	ROZI MERI ECKHARDT GOMES	74031
04	ROSELI LEMES RODRIGUES DE ANDRADE	72871
05	ERLON SOARES SLOMP	73084
06	VERA LUCIA GONCALVES	73361

Cargo: Agente de Endemias

Classificação	Nome do Candidato	Inscrição
01	CAROLINA MENEGAZ	82733
02	CAMILA CURVELO SOARES	73916

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais - ESF

Classificação	Nome do Candidato	Inscrição
01	JOCIMARA DOS SANTOS QUEVEDO CHAVES	72092
02	ROSANE WEBBER BONFIM	79108

Cargo: Auxiliar de Enfermagem - ESF

Classificação	Nome do Candidato	Inscrição
01	ANA CAROLINA DE CASTRO SIMOES	81256
02	MARIA NOELI BARBOSA	81919
03	VERA FONTOURA RODRIGUES	81757

Cargo: Cirurgião Dentista - ESF

Classificação	Nome do Candidato	Inscrição
01	EMANUELY DA SILVA CHRUN	74490
02	PAULO SERGIO DE ANTONI	73921
03	BIANCA CARLA BIANCO	77433
04	VINNY JHUSSAN FERREIRA DA COSTA	82486
05	RENATA HERNANDEZ GALASSO	79550
06	LUIS CARLOS CARAMORI FONTES	77771

Cargo: Enfermeiro - DST/AIDS

Classificação	Nome do Candidato	Inscrição
01	GABRIELA GARCIA TORRES PEREIRA	75225

Cargo: Enfermeiro - ESF

Classificação	Nome do Candidato	Inscrição
01	JOHANNA MENEGAZ	75199
02	IONA OUTO DE SOUZA WILBERSTAEDT	79318
03	ELIONES SANDRA MAZO	78542
04	CINTIA LUIZA OLIVA	78868
05	LUIZ HENRIQUE DA SILVA	82399
06	FABIO DE ARAUJO SENSEVER	74834
07	ANDERSON RIGO	79408
08	MAURICIO PELEGRINI	75673
09	TAISA CAROLINA TODERO	73826
10	ROSANE DETOFOL	74170

Cargo PNE'S: Enfermeiro - ESF

Classificação	Nome do Candidato	Inscrição
01	TAJANA BACK BIDINOTTO	79009

Cargo: Fisioterapeuta

Classificação	Nome do Candidato	Inscrição
01	FERNANDA PINZETTA	76501

Cargo: Médico - ESF

Classificação	Nome do Candidato	Inscrição
01	FERNANDO SIQUEIRA KEL	79656
02	VINICIUS PICKLER AMARAL	76053
03	ANA PAULA DE SOUZA TEIXEIRA	80699
04	MARIA TEREZA DE MELLO	75627
05	LUIZA CAROLINA GRUHLKE	82528
06	DOUGLAS GONCALVES FERRAZ	73083

Cargo: Motorista

Classificação	Nome do Candidato	Inscrição
01	MARCELO RAVACHE ABREU LIMA	79415
02	MAIKEL GABIATI SIQUEIRA	76403
03	MARCIO ODAIR RIGON	78669

Cargo: Recepcionista - ESF

Classificação	Nome do Candidato	Inscrição
01	MARIZA MAZUR	76994

Cargo: Técnico de Enfermagem - ESF

Classificação	Nome do Candidato	Inscrição
01	VALQUIRIA DE FATIMA OLIVEIRA	76900
02	ANA CLAUDIA PEREIRA BERNARDES TEODORO	79086
03	FERNANDA REGINA DOS SANTOS CARDOSO	71794
04	GILGILENA BEDUSCHI	72107
05	JOCELIA MATIAS	72075
06	ELIZANDRA SILVEIRA	82959
07	TARCISIO RIBEIRO DA SILVA	72188
08	JULIANA VANZUITA DA ROCHA	75789
09	LUZINETE MARIA XAVIER DE ALENCAR	75315
10	LOURDES TERESINHA NEMET	82042
11	DENILSON DOS PASSOS	71751
12	ELISANGELA APARECIDA DA SILVA	72262
13	VERA LUCIA BORGES OLIBONI	75669
14	FERNANDO JOSE BERGER	75906
15	WALQUIRIA ANA HENRIQUE BURG	73979
16	DOUGLAS ELIAS BORGES	75905

Cargo PNE'S: Técnico de Enfermagem - ESF

Classificação	Nome do Candidato	Inscrição
01	ANDRE AMADEO ZILIO	75336

Cargo: Vigia

Classificação	Nome do Candidato	Inscrição
01	PAULO SERGIO OZORIO FALEIRO	78902
02	PAULOCESAR VOLFF	78948
03	JORGE URUBATA DE MELLO	80022
04	ALDAIR ANTONIO CHIAPETTI	72700
05	PAULO ROBERTO MACHADO	78262
06	JOSE LEONARDO ASSUNCAO LORETTO	80974
07	ALEXANDRE DOS SANTOS DE CAMARGO	80376
08	JONAS CRISTIANO ALMEIDA	75362
09	CLAYTON RODRIGUES RAMOS	79039
10	ADEMIR DA SILVA	74509

Art. 1º - Os classificados aprovados devem comparecer na Secretaria Municipal de Saúde, no Departamento de Recursos Humanos do dia 30 de Setembro a 06 de Novembro de 2015 para realizar a entrega da documentação. O não comparecimento dos classificados até a data prevista, acarretará a renúncia à vaga.

Art. 2º - Concluída a fase de apresentação dos documentos, serão

chamados para ocupar a vaga, bem como a data de início das atividades laborais, por ordem de classificação e com toda documentação entregue, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º - Os aprovados no Processo Seletivo, ora convocados, deverão apresentar a seguinte documentação:

Documentos a serem apresentados (original e cópias)

1. Comprovante de residência; (no nome do candidato ou declaração do proprietário do imóvel – ANEXO I), acompanhado do comprovante de residência – LUZ, ÁGUA ou TELEFONE – atualizado;
2. Cédula de Identidade - RG (não pode ser carteira de habilitação);
3. CPF;
4. Comprovante de inscrição no conselho de classe, respectivo (quando couber);
5. Comprovante de nível de escolaridade exigido para o cargo (conforme Edital);
6. Certidão de casamento (se houver);
7. PIS/PASEP;
8. Carteira de Trabalho e Previdência Social; (frente com a foto e verso com os dados pessoais)
09. Título de eleitor;
10. Certificado de reservista (se masculino);
11. CNH (quando couber);
12. Certidão nascimento de filhos menores (se houver);
13. Imposto de Renda (se declarar).

Documentos originais a serem apresentados

1. Atestado médico admissional de saúde física (a requisição para realização do exame médico admissional deverá ser adquirida junto ao RH da Secretaria Municipal de Saúde, a partir dessa data, e realizado na CLIOMED - empresa contratada).
2. Duas Fotografias (3x4 Atual);
3. Declaração de quitação com as obrigações eleitorais e de estar em pleno gozo dos direitos políticos (retirados via internet) (www.tre-sc.jus.br);
4. Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual (www.tj.sc.gov.br) e Federal (<http://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>) (retirados via internet);
5. Certidão Negativa de Débitos no conselho de classe, respectivo (quando couber).

Camboriú, 30 de Setembro de 2015.

Márcia Regina Oliveira Freitas
Secretária Municipal da Saúde

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE RESIDENCIA

..... portador (a) do RG nº, inscrito no CPF sob nº

DECLARA para os devidos fins de comprovação de residência, sob as penas da Lei, que o Sr. (a)

..... portador (a) do RG nº
..... e inscrito no CPF sob o nº
..... é residente e domiciliado na Rua

..... nº Bairro Cidade de/SC.

Declara ainda estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na ação penal prevista no art. 299 do Código

Penal, conforme transcrito abaixo.

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

Camboriú,/ /2015.

.....
Assinatura do Declarante

LEI COMPLEMENTAR N.º 081/2015

LEI COMPLEMENTAR N.º 081/2015

Dispõe sobre o funcionamento da Casa da Cidadania no Município de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Casa da Cidadania é a denominação do local público, sob a supervisão do Poder Judiciário, na pessoa do Juiz de Direito e sob a coordenação de um servidor público municipal, visando ações que busquem o pleno exercício cidadania, bem como o acesso à justiça.
Art. 2º A prestação dos serviços da Casa da Cidadania do Município de Camboriú dar-se-á por intermédio da instalação de Juizado de Conciliação e de Mediação e de outros serviços de interesse da municipalidade, sempre em combinação com o Juiz de Direito responsável.

Art. 3º São atribuições do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina quanto a Casa da Cidadania instalada no Município de Camboriú:

I - designar um Juiz de Direito;

II - estabelecer os modelos de expediente do Juizado de Conciliação;

III - formar e nomear os conciliadores e mediadores, todos na condição de voluntários, cujos nomes forem acolhidos;

IV - expedir resoluções para o bom desenvolvimento do presente termo cooperativo e dirimir eventuais omissões, para o bom andamento do projeto;

V - analisar e aprovar previamente os convênios propostos pelo Município de Camboriú para serem firmados com as demais instituições públicas;

VI - participar na elaboração, aprovação e assinatura do Plano de Trabalho em conjunto com o Município de Camboriú;

VII - arcar com a manutenção e os consertos necessários do mobiliário que colocar à disposição da Casa da Cidadania, a fim de garantir os serviços atinentes ao Juizado de Conciliação e Mediação.

Art. 4º São atribuições do Município de Camboriú quanto a Casa da Cidadania instalada no Município de Camboriú:

I - participar na elaboração, aprovação e assinatura do Plano de Trabalho (de acordo com o artigo 116 da Lei Federal n.º 8.666/1993) para o funcionamento da Casa da Cidadania;

II - arcar com a disponibilização, a conservação, a manutenção e o reparo do espaço físico da Casa da Cidadania;

III - arcar com o fornecimento de material de expediente e equipamentos de informática (hardware e software) definidos pelo Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, bem como disponibilização de linhas telefônicas e aparelhos de fac-símile;

IV - fornecer pessoal que preste serviço de segurança e de limpeza;

V - indicar e disponibilizar, diretamente ou por intermédio de convênios a serem firmados com instituições públicas, sem ônus ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, pessoal necessário

para o exercício das atividades da Casa da Cidadania, conforme a necessidade de serviço, excluídos os serviços judiciários;

VI - manter sigilo sobre os dados processuais que lhe forem confiados;

VII - firmar convênios com as respectivas instituições/entidades para o desenvolvimento dos serviços prestados pela Casa da Cidadania, submetendo-os à análise e aprovação prévia do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina;

VIII - arcar com as responsabilidades pelo descumprimento dos convênios firmados com as instituições/entidades;

IX - arcar com a conservação, manutenção e reparos dos mobiliários que guarnecem os demais órgãos em atividade na Casa da Cidadania, exceto os de responsabilidade do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º A Casa da Cidadania tem por objetivo geral, humanizar a justiça, implementando ações que visem o pleno exercício da cidadania e objetivos específicos, como:

I - abrir espaço para o concurso dos mais diversos órgãos de apoio e defesa dos interesses do cidadão;

II - estabelecer representações mínimas do Poder Judiciário no Município, priorizando, assim, uma prestação jurisdicional mais próxima, célebre e eficaz;

III - exercitar ações para a facilitação do acesso à justiça, em especial aos hipossuficientes;

IV - agregar serviços, por meio de parcerias (governamentais, não governamentais, institucionais de ensino, etc.), para um atendimento comunitário integral, com ênfase para as áreas jurídica, psicológica e social;

V - implementar, em cooperação, ações preventivas, destinadas à resolução dos conflitos sociais, notadamente no campo criminal, familiar e da infância e juventude;

VI - incentivar a utilização de métodos não adversariais de solução dos conflitos, tais como a conciliação, a mediação e a negociação;

VII - buscar a participação da sociedade civil na solução das demandas, com o recrutamento e a formação de conciliadores e mediadores, dentre membros da própria comunidade;

VIII - desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, ensejando a prática, por parte dos estudantes universitários de estágios interdisciplinares.

Art. 6º A Casa da Cidadania contará com competência para responder pelas causas elencadas no artigo 3º e no artigo 60, ambos da Lei Federal n.º 9.099/1995, quais sejam:

I - no cível:

a) as causas cujo valor não exceda a 40 (quarenta) vezes o salário mínimo;

b) as enumeradas no artigo 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

c) a ação de despejo para uso próprio;

d) as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a 40 (quarenta) vezes o salário mínimo;

e) a execução de seus julgados;

f) a execução dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até 40 (quarenta) vezes o salário mínimo.

II - no crime:

a) o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, isto é, as contravenções penais e os crimes que a lei comine pena máxima não superior a 01 (um) ano, excetuado os casos em que a lei preveja procedimento especial.

Art. 7º Na Casa da Cidadania para as realizações das sessões de conciliação e mediação, somente serão admitidos conciliadores, com formação em Direito e capacitados na forma e exigência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que realizará os cursos de capacitação, ficando sujeito ao controle do Poder Judiciário e as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.

§ 1º Os conciliadores que prestarem serviço na Casa da Cidadania do Município de Camboriú, o farão de forma voluntária e gratuita.

§ 2º Os conciliadores e mediadores selecionados, após nomeação, serão designados mediante portaria do Juiz de Direito responsável.

Art. 8º Independência do pagamento de custas, taxas ou despesas, o acesso à Casa da Cidadania, sendo todos os serviços prestados

gratuitamente.

Art. 9º O atendimento na Casa da Cidadania será realizado, prioritariamente, às pessoas que façam jus aos benefícios da assistência judiciária gratuita.

Art. 10. Fica criado o cargo de Coordenador da Casa da Cidadania, que será acrescido na tabela do Anexo XVI da Lei Complementar n.º 026/2009, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

N.º	CARGO	SÍMBOLO
01	Coordenador da Casa da Cidadania	CC-3

Art. 11. São atribuições do Coordenador da Casa da Cidadania:

I - desenvolver os serviços da referida Casa de forma organizada e produtiva;

II - ocupar-se dos cuidados e atenções de cunho logístico que dêem agradável acolhida aos cidadãos;

III - supervisionar e dar suporte aos demais setores de serviços dentro do espaço físico da Casa da Cidadania;

IV - atender as necessidades conforme estabelecidas no convênio como Poder Executivo Municipal;

V - executar os trabalhos de Secretaria, conforme diretrizes das resoluções do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

VI - enviar os relatórios de atendimento mensal à Corregedoria Geral de Justiça e demais autoridades pertinentes, até o dia 5 (cinco) do mês vencido.

Art. 12. Ao funcionamento da Casa da Cidadania previsto nesta Lei, aplica-se subsidiariamente a Lei Complementar Estadual n.º 339, de 08 de março de 2006, bem como a Resolução n.º 02/2001 do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Art. 13. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 09 de outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.855/2015

LEI N.º 2.855/2015

Denominação de Rua.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua: "JOSÉ HERCILIO SANTANA", a rua situada na localidade do Rio do Meio, registrada na Secretaria do Planejamento como "RUA PROJETADA C", devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 8145, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC, Em, 09 de outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.856/2015

LEI N.º 2.856/2015

Denominação de Rua.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua: "ZILDA ZIMMERMANN PONTALDI", a rua situada na localidade do Rio do Meio, registrada na Secretaria do Planejamento como "RUA PROJETADA B", devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 8144, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 09 de outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

LEI N.º 2.857/2015

LEI N.º 2.857/2015

Institui a Semana Municipal de Informação, Prevenção e Combate à Depressão, no Município de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a "Semana Municipal de Informação, Prevenção e Combate à Depressão" no Município de Camboriú, a ser realizada anualmente, na segunda semana do mês de outubro.

Art. 2º Os Objetivos da semana são:

I - ampliar a informação e o conhecimento sobre a depressão, suas causas, sintomas, meios de prevenção e de tratamento;

II - incentivar a busca pelo diagnóstico e tratamento dos pacientes;

III - combater o preconceito que cerca à depressão.

Art. 3º Durante a semana, o Município deverá realizar palestras de conscientização, debates, distribuição de panfletos, colocação de placas ou banners nas vias públicas e outros meios necessários para atender os objetivos desta Lei.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com entidades da sociedade civil organizada e da iniciativa privada, além de entidades federais, estaduais e municipais com a finalidade específica do fiel cumprimento desta Lei.

Art. 5º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei deverá ser regulamentada pelo Poder Executivo no prazo máximo de 90 dias a contar de sua publicação, especialmente quanto à definição e organização dos eventos.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 09 de outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

PR 10/2015 - FUNDESP

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2015-FUNDESP- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA O USO DA FUNDAÇÃO, NO PREPARO DA ALIMENTAÇÃO PARA ALUNOS, ATLETAS E PROFESSORES.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 14:00 horas do dia 29 (Vinte e Nove) de Outubro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 09 de Outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 77/15 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 077/2015-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO E MICROFILMAGEM DE DOCUMENTOS DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 14:00 horas do dia 27 (Vinte e Sete) de Outubro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 09 de Outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

RESULTADO PR 72/15 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 072/2015-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

"DESERTA"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 09 de Outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

Campo Alegre

PREFEITURA

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 005/2015 PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL Nº 003/2015

ATO CONVOCATÓRIO PARA SELEÇÃO
POR CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO
PROCESSO ADMINISTRATIVO
Concurso Público Municipal nº 005/2015
Processo Seletivo Municipal nº 003/2015

O Prefeito Municipal em Exercício, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, torna público a realização de procedimento administrativo de Concurso Público para formação de cadastro de reserva e para seleção de candidatos a provimento de cargos públicos efetivos e, no mesmo procedimento, de exame Seletivo para a formação de cadastro de reserva e para seleção de candidatos a designação à funções públicas, ambos indicados abaixo, tudo conforme os seguintes termos:

1. FUNÇÕES PÚBLICAS

1.1 Denominação e Quantidade de Funções, Carga Horária, Remuneração e Requisitos para Designação:

Código	Quantidade e Denominação de Cargo	Carga Horária	Vencimento	Requisitos para Provimento
Seleção para formação de cadastro de reserva				
10	Médico I	20/semana	R\$ 3.116,20/mês + 50% (GEM)*	Registro no Conselho Regional de Medicina
11	Médico II	40/semana	R\$ 6.233,51/mês + 50% (GEM)* + até 100% GESF***	Registro no Conselho Regional de Medicina
30	Médico III - Pediatra	10/semana	R\$ 1.558,37/mês + 50% (GEM)*	Residência em Pediatria e registro no Conselho Regional de Medicina
30	Médico III - Ginecologista/Obstetra	10/semana	R\$ 1.558,37/mês + 50% (GEM)*	Residência em Ginecologia e registro no Conselho Regional de Medicina
Seleção para provimento no prazo de validade do Processo Seletivo				
32	Médico IV - Plantonista (01 Função)	Até 60h/semanais	R\$ 38,94/hora** + 50% (GEM)*	Registro no Conselho Regional de Medicina

* GEM (Gratificação Especial Médica) importa em 50% de acréscimo ao vencimento em dias normais (de segunda a sexta-feira, exceto sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo);

** A remuneração do plantão de 12 horas totaliza R\$ 700,92 (diurno) e R\$ 876,12 (noturno) em dias normais (de segunda a sexta-feira, exceto sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo) e R\$ 934,56 (diurno) e R\$ 1.168,20 (noturno) em sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo.

*** Gratificação ESF importa em até 100% (de 90% a 100%) de acréscimo ao vencimento, de acordo com o local de trabalho (localidade/Bairro/Distrito).

1.2 Os aprovados no exame Seletivo poderão ser convocados, no prazo de validade do certame, a celebrar contrato temporário pelo regime administrativo especial de que trata o art. 299 da Lei Complementar Municipal nº 006/02.

1.3 As atribuições das funções públicas são as mesmas dos cargos públicos de idêntica denominação, consoante o item 2.4 deste edital.

2 CARGOS PÚBLICOS

2.2 Denominação e Quantidade de Cargos, Carga Horária, Remuneração e Requisitos para Provimento:

Código	Quantidade e Denominação de Função	Carga Horária	Vencimento	Requisitos para Designação
Seleção para formação de cadastro de reserva				
10	Médico I	20/semana	R\$ 3.116,20/mês + 50% (GEM)*	Registro no Conselho Regional de Medicina
30	Médico III - Pediatra	10/semana	R\$ 1.558,37/mês + 50% (GEM)*	Residência em Pediatria e registro no Conselho Regional de Medicina

30	Médico III - Ginecologista/ Obstetra (01 função)	10/semana	R\$ 1.558,37/mês + 50% (GEM)*	Residência em Ginecologia e registro no Conselho Regional de Medicina
32	Médico IV - Plantonista	Até 60h/ semanais	R\$ 38,94/hora** + 50% (GEM)*	Registro no Conselho Regional de Medicina
Seleção para designação no prazo de validade do Concurso				
11	Médico II (01 Cargo)	40/semana	R\$ 6.233,51/mês + 50% (GEM)* + até 100% GESF***	Registro no Conselho Regional de Medicina

* GEM (Gratificação Especial Médica) importa em 50% de acréscimo ao vencimento em dias normais (de segunda a sexta-feira, exceto sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo);

** A remuneração do plantão de 12 horas totaliza R\$ 700,92 (diurno) e R\$ 876,12 (noturno) em dias normais (de segunda a sexta-feira, exceto sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo) e R\$ 934,56 (diurno) e R\$ 1.168,20 (noturno) em sábados, domingos, feriados e dias de ponto facultativo.

*** Gratificação ESF importa em até 100% (de 90% a 100%) de acréscimo ao vencimento, de acordo com o local de trabalho (localidade/Bairro/Distrito).

2.3 Os aprovados no Concurso poderão ser nomeados, no prazo de validade do certame, para prover cargo público pelo regime estatutário.

2.4 As atribuições dos cargos efetivos e das funções a eles correlatas constam do Anexo I do presente edital.

3. INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão realizadas de 09/10/2015 a 27/10/2015.

3.2 O pretendente deverá baixar o formulário de inscrição disponível no site <http://www.campoalegre.sc.gov.br/>, preenchê-lo, assiná-lo, instruí-lo com os seguintes documentos: Carteira de Identidade (RG) e Certidão de Quitação Eleitoral; e entregá-los no Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal do Município de Campo Alegre/SC., sito

no Prédio do Anexo Sede na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, entre os dias 09/10/2015 a 27/10/2015, no horário de expediente (das 8h às 12h e das 13h às 17h).

3.2.1 É facultado aos pretendentes o envio eletrônico do formulário de inscrição bem como os documentos (Carteira de Identidade (RG) e Certidão de Quitação Eleitoral), devendo o candidato digitalizar em formato PDF e enviar para folha@campoalegre.sc.gov.br das 0h00 do dia 09/10/2015 às 23h59 do dia 27/10/2015, caso em que será o único responsável pela consistência informática dos dados enviados.

3.3 A confirmação da inscrição enviada por email será confirmada com envio de email para o endereço eletrônico do pretendente.

3.4 A inscrição é gratuita.

3.5 A homologação das inscrições será divulgada unicamente em campo próprio no site <http://www.campoalegre.sc.gov.br>

3.6 A inscrição depende da comprovação das seguintes condições:

3.6.1 Nacionalidade brasileira;

3.6.2 Maioridade;

3.6.3 Quitação eleitoral.

4 DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS – PNE

4.1 Será assegurada a inscrição às Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) aos cargos e funções cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

4.2 Ser-lhes-á reservado o percentual de 10% (dez por cento) do total dos cargos e funções descritos no edital e dos cargos que vierem a ser criados no prazo de validade do certame.

4.3 Se na aplicação do percentual resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para o PNE; se inferior a 0,5 (cinco décimos) a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de cargos.

4.4 Consideram-se PNE aqueles que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99.

4.5 Aos Candidatos PNE serão resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, caso em que tais condições deverão ser requeridas por escrito durante o período das inscrições, através de campo próprio na ficha de inscrição.

4.6 O candidato PNE deverá encaminhar, com seu formulário de inscrição:

4.6.1 Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação de prova.

4.6.2 Solicitação de prova especial, se necessário.

4.7 Aos deficientes visuais (cegos) serão oferecidas provas no sistema braile e suas respostas deverão ser transcritas também em braile. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo ainda, utilizar-se de soroban. Aos deficientes visuais (amblíopes) serão oferecidas provas ampliadas, com tamanho e letra correspondente a corpo 24.

4.8 Ao ser convocado para investidura no cargo público, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pelo Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., que terá decisão terminativa sobre a qualificação

do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo. Será eliminado da lista de PNE o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

4.9 Não serão considerados como deficiência os distúrbios passíveis de correção.

5 MODALIDADE DE CERTAME

- 5.1 A parte referente ao Concurso Público do presente certame é unicamente de provas e a parte referente à exame Seletivo, idem.
5.2 O certame não terá provas práticas.

6 DAS PROVAS

- 6.1 A prova é única, com 10 questões de múltipla escolha, cada uma delas valendo 1,00 (um) ponto, num total de 10 (dez) pontos.
6.2 O conteúdo programático da prova, para todos os cargos é aquele constante do Anexo II do presente edital.
6.3 As provas objetivas serão aplicadas na cidade de Campo Alegre/SC, tendo como local o prédio da Escola Municipal de Educação Básica "Maria José Duarte Silva Bernardes", sito a Rua Benjamin Constant, nº 500, Centro, conforme abaixo:

Cargos	Data	Horários
Médico I Médico II	08/11/2015	Abertura dos portões: 8h Fechamento dos portões: 8h15min Início da aplicação das provas: 8h30min Término das Provas: 10h
Médico III (Pediatria) Médico III (Ginecologista/Obstetra) Médico IV (Plantonista)	08/11/2015	Abertura dos portões: 10h Fechamento dos portões: 10h15min Início da aplicação das provas: 10h30min Término das Provas: 12h

- 6.4 O candidato deverá portar obrigatoriamente um documento de identidade com foto (CNH, RG, passaporte ou registro no CRM) e uma caneta de tinta azul ou preta.
6.5 O candidato deverá responder às questões da prova fundado única e exclusivamente em seus conhecimentos previamente adquiridos, sendo vedado ao candidato qualquer tipo de conduta tendente a obter informações quanto ao conteúdo das questões da prova durante a realização da mesma.
6.6 As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato ou a consulta bibliográfica de qualquer espécie, bem como a utilização de máquina calculadora, agendas eletrônicas, telefone celular, tablets, notebook ou similares.
6.7 A infração dos dois itens anteriores, por qualquer meio, implica em imediata desclassificação.
6.8 Serão desclassificados os candidatos com nota inferior a 5,0 (cinco) pontos.
6.9 Os candidatos com nota superior à referida acima serão classificados em ordem decrescente, por cargo ou função.
6.10 A idade é o critério de desempate, preferindo-se os mais velhos.
6.11 O gabarito das provas será divulgado no site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> no dia subsequente à realização da prova.

7 RECURSOS

- 7.4 Caberá interposição de recurso devidamente fundamentado, perante a Comissão Examinadora, no prazo de 02 (dois) dias úteis contado do primeiro dia subsequente às datas do (a):
7.4.1 Edital de Deferimento das Inscrições;
7.4.2 Edital de Condições Especiais de prova para candidatos deficiente;
7.4.3 Questões das Provas e Gabarito Preliminar;
7.4.4 Edital de Resultado Final das Provas Objetivas.
7.4.5 O recurso deverá ser corretamente preenchido conforme formulário modelo constante do Anexo IV, encaminhado para o endereço eletrônico folha@campoalegre.sc.gov.br ou ainda, protocolado no Serviço de Protocolo deste Município, nos prazos estipulados neste edital ou edital específico.
7.5 Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e se for o caso anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração.
7.6 Não serão aceitos recursos encaminhados, via fax e/ou correios, devendo estar devidamente embasado em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível, sob pena de indeferimento.
7.7 Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito. A Comissão Examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.
7.8 As respostas aos recursos interpostos serão disponibilizadas através do site <http://www.campoalegre.sc.gov.br>

8 REQUISITOS PARA INVESTIDURA

- 8.4 São requisitos básicos para investidura no cargo público:
8.4.1 Aprovação neste Concurso Público;
8.4.2 Pleno gozo dos direitos políticos;
8.4.3 Quitação Eleitoral;
8.4.4 Quitação com obrigações militares (se do sexo masculino);
8.4.5 Comprovação dos Requisitos para Designação e Requisitos para Provimento constante dos itens 01 e 02 deste edital (escolaridade, titulação e registro profissional);
8.4.6 Aprovação em exame médico pré-admissional;
8.4.7 Prestar declaração, sob as penas da lei, de não ter sido condenado por ato de improbidade, em decisão transitada em julgado, perda da função pública ou demissão no serviço público.
8.4.8 No caso de Candidato PNE – Pessoa com Necessidades Especiais, deverá apresentar Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da

Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme declarado no ato da inscrição.

9 PRAZO DE VALIDADE DO CERTAME

9.4 O presente certame vale por dois anos, prorrogáveis uma única vez por igual período.

10 DISPOSIÇÕES FINAIS

10.4 As informações sobre o presente certame serão prestadas pela Comissão Examinadora por meio do telefone (47) 3632-2266, em dias úteis, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h às 17h.

10.5 São partes integrantes deste Edital:

10.5.1 Anexo I – Atribuições de Cargos;

10.5.2 Anexo II – Formulário de Inscrição;

10.5.3 Anexo III – Conteúdo Programático; e

10.5.4 Anexo IV – Formulário de Recurso.

Campo Alegre/SC., 08 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO I

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Concurso Público Municipal nº 005/2015

Processo Seletivo nº 003/2015

ATRIBUIÇÕES DE CARGOS

Médico I: 1. Realizar consultas médicas, para diagnóstico de doenças e incapacidades na população; 2. Analisar, interpretar e solicitar exames para o perfeito diagnóstico de doenças e incapacidades; 3. Realizar pequenas cirurgias a nível ambulatorial; 4. Emitir atestados médicos; 5. Realizar colposcopia; 6. Realizar atendimento médico aos servidores e a seu dependentes; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 11. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 12. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere a Lei Federal nº 3.268/57.

Médico II: 1. Realizar consultas médicas, para diagnóstico de doenças e incapacidades na população; 2. Analisar, interpretar e solicitar exames para o perfeito diagnóstico de doenças e incapacidades; 3. Realizar pequenas cirurgias a nível ambulatorial; 4. Emitir atestados médicos; 5. Realizar colposcopia; 6. Realizar atendimento médico aos servidores e a seu dependentes; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Desenvolver suas atividades profissionais no Programa de Saúde da Família, coordenando a equipe e realizando as atribuições definidas no convênio firmado com Governo Federal. 11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 12. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 13. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere a Lei Federal nº 3.268/57.

Médico III: 1. Realizar consultas em áreas médicas, para diagnóstico de doenças e incapacidades na população; 2. Analisar, interpretar e solicitar exames para o perfeito diagnóstico de doenças e incapacidades; 3. Realizar pequenas cirurgias a nível ambulatorial; 4. Emitir atestados médicos; 5. Realizar colposcopia; 6. Realizar atendimento médico aos servidores e a seu dependentes; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 11. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 12. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3.268/57.

Médico IV: 1. Acolher, reconhecer e diagnosticar medidas terapêuticas para tratamento e ou controle das diversas patologias como urgências cardio respiratória, do sistema nervoso central, gastrintestinais, genito-urinárias, endocrinológicas, hematológicas, vasculares, otorrinolaringológicas, oftalmológicas, em saúde mental, traumáticas e gineco obstétricas de acordo com as instruções e protocolos relativos a cada tipo de patologia, 2. Conhecer e realizar manejo de equipamentos; 3. Conhecer soluções e medicamentos; 4. Responsabilizar se pelo encaminhamento adequado do paciente, quando a patologia apresentada exigir recursos terapêuticos e ou diagnósticos inexistentes na unidade; 5. Conhecer o sistema de saúde e a rede hierarquizada de assistência; 6. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 8. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal nº 3.268/57.

ANEXO II

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Concurso Público Municipal nº 005/2015

Processo Seletivo nº 003/2015

MODELO FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE PESSOAL
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO PARA PROCESSO ADMINISTRATIVO
Concurso Público Municipal nº 005/2015
Processo Seletivo Municipal nº 003/2015

Nome completo (Sem abreviações)				
Nº do Documento de Identidade:		CPF		
Data de Nascimento		Estado Civil		
Endereço completo para correspondência (Rua, Avenida, Praça, etc.).				
Nº	Apto.	Bairro		
CEP	Cidade onde reside	Estado		
Telefone	Email			
CANDIDATO COM NECESSIDADE ESPECIAL – PNE () SIM. Qual a deficiência? _____ () NÃO				
Inscrição para o cargo de: _____ (Médico I; Médico II; Médico III - Pediatra; Médico III - Ginecologista/Obstetra; ou Médico IV - Plantonista) Obs: A inscrição deverá ser para um ÚNICO cargo, caso o candidato queira se inscrever para mais de um, este deverá fazer a inscrição em formulário separado.				
A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas no edital. Campo Alegre/SC., ____/____/____.				
Assinatura do candidato: _____				
Observação: - O candidato deverá apresentar juntamente com o formulário de inscrição, os seguintes documentos: Carteira de Identidade (RG) e Certidão de Quitação Eleitoral. - O candidato PNE, ainda deverá encaminhar, com seu formulário de inscrição: - Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação de prova. - Solicitação de prova especial, se necessário.				

ABAIXO MODELO DE COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Nº Inscrição:

MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE-SC.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE PESSOAL
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Inscrição para o Cargo de:

Responsável

ANEXO III

PROCESSO ADMINISTRATIVO
Concurso Público Municipal nº 005/2015
Processo Seletivo Municipal nº 003/2015

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Médico I:

Anemias; Hipertensão arterial; Diabetes; Parasitoses intestinais; Cefaléias; Febre de origem indeterminada; Diarréias; Úlcera péptica; Hepatite; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo; Insuficiência cardíaca; Alcoolismo; Doenças sexualmente transmissíveis, Cardiopatia isquêmica; Arritmias cardíacas; Doença pulmonar obstrutiva crônica; Dor lombar; Ansiedade; Asma brônquica; Pneumonias; Tuberculose; Hanseníase;

AIDS; Infecção Urinária; Enfermidades bucais; Epilepsia; Febre reumática; Artrites; Acidentes por animais peçonhentos; Micoses superficiais; Obesidade. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública – Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas.

Médico II:

Anemias; Hipertensão arterial; Diabetes; Parasitoses intestinais; Cefaléias; Febre de origem indeterminada; Diarreias; Úlcera péptica; Hepatite; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo; Insuficiência cardíaca; Alcoolismo; Doenças sexualmente transmissíveis, Cardiopatia isquêmica; Arritmias cardíacas; Doença pulmonar obstrutiva crônica; Dor lombar; Ansiedade; Asma brônquica; Pneumonias; Tuberculose; Hanseníase; AIDS; Infecção Urinária; Enfermidades bucais; Epilepsia; Febre reumática; Artrites; Acidentes por animais peçonhentos; Micoses superficiais; Obesidade. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública – Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas.

Médico III (Pediatra):

Mortalidade na infância Nutrição e seus desvios. Crescimento e desenvolvimento. Imunizações. Acidentes na infância: Prevenção e tratamento. Diarreias. Distúrbios hidreletrolíticos e acidobásicos. Distúrbios metabólicos. Doenças infecciosas e parasitárias. Doenças respiratórias na infância; doenças alérgicas na infância. Cardiopatias congênitas. Doenças reumáticas. Insuficiência Cardíaca. Choque. Ressuscitação cardiopulmonar.

Cetoacidose diabética. Anemias. Púrpuras e micoses colagenoses. Convulsão. Afecções do aparelho gênito urinário. Abordagem da criança politraumatizada. Síndrome de Maustratos. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública – Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas.

Médico III (Ginecologista/Obstetra):

Anatomia, embriologia e fisiologia; Propedêutica gineco/obstétrica; Más formações genitais; Alterações menstruais; Puberdade, climatério; Hemorragias uterinas; Doenças infecciosas e não infecciosas dos órgãos genitais e mama; Esterilidade; Incontinência urinária; Oncologia; Drogas e interações medicamentosas; Ciclo gravídico/puerperal normal e doenças correlatas; Distúrbios da hemocoagulação em obstetrícia; Anomalias congênitas; Distocia; Patologia do feto, R.N., placenta, membrana e cordão umbilical. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública – Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas.

Médico IV (Plantonista)

Antibioticoterapia; Anemias; Hipertensão arterial; Diabetes; Parasitoses intestinais; Esquistossomose; Cefaléias; Febre de origem indeterminada; Diarreias; Úlcera péptica; Hepatite; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo; Insuficiência cardíaca; Alcoolismo; Doenças sexualmente transmissíveis, Cardiopatia isquêmica; Arritmias cardíacas; Doença pulmonar obstrutiva crônica; Dor torácica; Dor lombar; Ansiedade; Asma brônquica; Pneumonias; Tuberculose; Hanseníase; Leishmaniose; AIDS; Infecção Urinária; Enfermidades bucais; Epilepsia; Febre reumática; Artrites; Acidentes por animais peçonhentos; Micoses superficiais; Obesidade; Dislipidemias. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública – Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988.

,Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Estratégia de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas; Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas.

ANEXO IV

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Concurso Público Municipal nº 005/2015

Processo Seletivo Municipal nº 003/2015

MODELO FORMULÁRIO DE RECURSO

MODELO 1 –

RECURSO DEFERIMENTO/INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Nº PROTOCOLO: _____

(preenchido pela Comissão Examinadora, após envio do formulário)

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Concurso Público Municipal nº 005/2015

Processo Seletivo Municipal nº 003/2015

Identificação do candidato

Nome: _____

Número da inscrição: _____

Cargo: _____

Solicitação

À Comissão Examinadora,

Solicito revisão quanto a publicação de inscrições deferidas, pelo(s) seguinte(s) motivos:

Local e data: _____

Assinatura do Candidato

MODELO 2

RECURSO CONDIÇÕES ESPECIAIS DE PROVA

PARA CANDIDATOS DEFICIENTES

Nº PROTOCOLO: _____

(preenchido pela Comissão Examinadora, após envio do formulário)

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Concurso Público Municipal nº 005/2015

Processo Seletivo Municipal nº 003/2015

Identificação do candidato

Nome: _____

Número da inscrição: _____

Cargo: _____

Solicitação

À Comissão Examinadora,

Solicito revisão quanto a condições especiais de prova para candidatos deficiente, pelo(s) seguinte(s) motivos:

Local e data: _____

Assinatura do Candidato

MODELO 3
RECURSO QUANTO AS QUESTÕES DA PROVA

Nº PROTOCOLO: _____
(preenchido pela Comissão Examinadora, após envio do formulário)

PROCESSO ADMINISTRATIVO
Concurso Público Municipal nº 005/2015
Processo Seletivo Municipal nº 003/2015

Identificação do candidato

Nome: _____

Número da inscrição: _____

Cargo: _____

Solicitação

À Comissão Examinadora,

Solicito revisão quanto a questão nº _____, pelo(s) seguinte(s) motivos:

_____.

Local e data: _____

Assinatura do Candidato

MODELO 4
RECURSO CONTRA GABARITO PRELIMINAR

Nº PROTOCOLO: _____
(preenchido pela Comissão Examinadora, após envio do formulário)

PROCESSO ADMINISTRATIVO
Concurso Público Municipal nº 005/2015
Processo Seletivo Municipal nº 003/2015

Identificação do candidato

Nome: _____

Número da inscrição: _____

Cargo: _____

Solicitação

À Comissão Examinadora,

Solicito revisão quanto a questão nº _____, do GABARITO PRELIMINAR, pelo(s) seguinte(s) motivos:

_____.

Local e data: _____

Assinatura do Candidato

MODELO 5
RECURSO CONTRA RESULTADO FINAL DAS PROVAS OBJETIVAS

Nº PROTOCOLO: _____
(preenchido pela Comissão Examinadora, após envio do formulário)

PROCESSO ADMINISTRATIVO
Concurso Público Municipal nº 005/2015
Processo Seletivo Municipal nº 003/2015

Identificação do candidato

Nome: _____

Número da inscrição: _____

Cargo: _____

Solicitação

À Comissão Examinadora,

Solicito revisão quanto a publicação do RESULTADO FINAL DAS PROVAS OBJETIVAS, pelo(s) seguinte(s) motivos:

Local e data: _____

Assinatura do Candidato

CONVOCAÇÃO Nº 173/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2015
CONVOCAÇÃO Nº 173/2015

SEBASTIÃO VENDELINO KONS, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. PEDRO VINICIUS JALES DE ARAUJO, inscrito no CPF/MF sob nº 010.632.469-11, aprovado em 3º lugar no Concurso Público nº 004/2015, para o Cargo Público de MÉDICO I, na Função de MÉDICO I, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 14 de Outubro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 09 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

CAROLINA DA COSTA TELMA
Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

DECRETO Nº 9.349 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.349 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE PONTOS FACULTATIVOS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e demais Legislações vigentes; Decreta:

Considerando o disposto no artigo 346, da Lei Complementar Municipal nº 006/02, pelo qual "fica consagrado como dia de licença remunerada o dia 28 (vinte e oito) de Outubro, para comemorações do "Dia do Servidor Público" exceto para os integrantes do Magistério Público que comemorarão o "Dia do Professor" no dia 15 (quinze) de Outubro".

DECRETA:

Art.1º. O ponto facultativo do dia 28 de Outubro, de que trata o art. 346, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de Setembro de 2002, fica transferido para o dia 30 de Outubro, relativamente ao ano de 2015.

Art.2º. O ponto facultativo do dia 15 de Outubro, de que trata o art. 346, da Lei Complementar Municipal nº 006/02, de 19 de Setembro de 2002, fica transferido para o dia 16 de Outubro, relativamente ao ano de 2015.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogadas as demais disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 09 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 13/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.350 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.350 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE FECHAMENTO DE LOGRADOURO PÚBLICO NO DIA 14 DE OUTUBRO DE 2015, PARA ATIVIDADES EXTRACURRICULARES REFERENTE À SEMANA DA CRIANÇA NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por Lei, em especialmente o Artigo 71 Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art.1º) Fica autorizado o fechamento da Rua Nereu Ramos, entre a Av. Dr. Getúlio Vargas e a Rua Pe. Lino Jacob Vier, no Centro deste Município, no período matutino das 08:00 horas até as 11:00 horas e no período vespertino das 13 horas e 30 minutos até as 16 horas e 30 minutos no dia 14 de Outubro de 2015 "Quarta Feira", por ocasião das ATIVIDADES EXTRACURRICULARES REFERENTE A SEMANA DA CRIANÇA".

Art.2º) As Polícias Militar, Rodoviária e Civil deverão ser informadas do fechamento do mencionado logradouro público para a realização das atividades mencionadas no Art. 1º, a fim de promoverem a segurança pública nos referidos locais.

Art.3º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 09 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 13/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.237 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.237 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública, GILCIANE FERRARI, Matrícula Funcional nº 000636, Registro no Sistema sob nº 955064, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Licença por motivo de doença, pelo período 08 de Setembro de 2015 a 17 de Outubro de 2015.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos pelo Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 08 de Setembro de 2015 a 22 de Setembro de 2015; já o período de 23 de Setembro de 2015 a 17 de Outubro de 2015 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 08 de Setembro de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 09 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 13/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.238 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.238 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública, ELIZETE TERESINHA FOLETTI FLORENCIO, Matrícula Funcional nº 000738, Registro no Sistema sob nº 955265, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, Licença por motivo de doença, pelo período 30 de Setembro de 2015 a 20 de Outubro de 2015.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos pelo Tesouro do Poder Executivo Municipal a partir de 30 de Setembro de 2015 a 14 de Outubro de 2015; já o período de 15 de Outubro de 2015 a 20 de Outubro de 2015 será custeado pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 30 de Setembro de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 09 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 13/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.239 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.239 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, MARLÍ AUGUSTIN, Matrícula Funcional nº 000379, Registro no Sistema Sob nº 832910, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, referente ao período aquisitivo de 13 de Março de 2014 á 13 de Março de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 13 de Outubro de 2015 á 22 de Outubro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 09 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 13/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.240 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.240 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CONSELHEIRA TUTELAR.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Parágrafo 6º do Artigo 37 da Lei Municipal nº 4.040 de 04 de Dezembro de 2013; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Conselheira Tutelar, IVANIR NARLOCH LARSON, Registro no Sistema sob nº 955301, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 04 de Dezembro de 2014 a 03 de Dezembro de 2015, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Conselheira Tutelar gozará as férias no período de 13 de Outubro de 2015 á 11 de Novembro de 2015, segundo comunicação da Presidente do Conselho Tutelar Srª. Ivanir Narloch Larson pelo ofício nº 072-2015-CT devidamente protocolado sob o nº 5145 em data de 17 de setembro de 2015.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 09 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 13/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.241 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.241 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO A SAÚDE.

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 13 (treze) dias de férias a Servidora Pública, ANA MARIA DOS SANTOS HERBST, Matrícula Funcional nº 330, Registro no Sistema sob nº 129040, ocupante do Cargo Público de Auxiliar de Enfermagem, exercendo a Função de Gratificada de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo à Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo: 11 de Novembro de 2014 a 10 de Novembro de 2015.

Parágrafo único – O Pagamento de um Terço de Férias o qual se refere o caput deste artigo, referente ao período aquisitivo 11 de Novembro de 2014 á 10 de Novembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 05 de Outubro de 2015 á 17 de Outubro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de Outubro de 2015.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 12.232 de 07 de Outubro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 09 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS 08/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1776/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2015

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, representado por seu prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até às 08 hs do dia 29 de Outubro de 2015, estará recebendo propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 1776/2015 na modalidade de Tomada de Preços Nº 08/2015 do Município de Campo Erê, cujo objeto é a execução da 1ª etapa da construção do centro de convivência de idosos do bairro primavera, conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 7:00hs as 13:00hs, ou pelo telefone (49) 3655-3035, e e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br

Campo Erê - SC, 09 de Outubro de 2015.

RUDIMAR BORCIONI

PREFEITO MUNICIPAL

Campos Novos

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 29/2015

Portaria Nº 29/2015

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA JOELMA F. FAÉ.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 20(vinte) dias de férias que detém a funcionária JOELMA F. FAÉ, referente ao período aquisitivo de 01/04/2013 à 31/03/2014, a contar de 08/10/2015.

Art. 2º. Ficam indenizadas 10(dez) dias das férias da servidora JOELMA F. FAÉ, ocupante do cargo de Assessora Contábil da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º. Caberá ao departamento competente o registro na ficha funcional do servidor das anotações decorrentes deste Ato.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 08 de Outubro de 2015.

Nelson Carafa
Presidente da Mesa

Canoinhas

PREFEITURA

COMUNICADO DE DESCLASSIFICAÇÃO E PRAZO PARA RECURSO DO PREGÃO N.º FMS 19/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMUNICADO DE DESCLASSIFICAÇÃO E PRAZO PARA RECURSO

Processo de Licitação n.º FMS 31/2015

Pregão Presencial n.º FMS 19/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ sob n.º 11.206.680/0001-10, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público que após analisar detalhadamente as especificações dos produtos cotados no pregão acima, verificou que o equipamento Aparelho Sonar para escutação fetal digital da marca MEDJET, modelo MD-FD200B cotado pela empresa V.S. Costa & Cia Ltda, não atende o edital, pois não é modelo de mesa e ainda, não possui filtro minimizador de interferência durante a utilização, portanto, a Pregoeira decidiu desclassificar a empresa V.S. Costa & Cia Ltda do lote 07, diante disto foi declarado vencedor do referido lote a empresa M.F. de Almeida & Cia Ltda, que cotou o equipamento MDPEJ modelo DF7000DR que atende o edital. A Pregoeira concede aos licitantes participantes do lote 07 o prazo de 03 (três) dias úteis da publicação deste para interposição de recursos quanto ao julgamento constante neste comunicado. Os demais participantes ficam através deste, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, independente de qualquer outra comunicação. Informações e esclarecimentos serão fornecidos pelo Departamento de Licitações, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 15h30min, através do telefone (47) 3621 7705.

Roberta Josiane Shafaschek

Pregoeira

EDITAL Nº. 067/2015

EDITAL Nº. 067/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2013.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 245 de 08 de novembro 2013; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas

às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 11 setembro de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 067/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: CONTADOR

NOME: ELAINE CRISTINA DA SILVA

EDITAL Nº. 068/2015

EDITAL Nº. 068/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 085 de 18 de maio 2012;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o

caso (ORIGINAL E CÓPIA);

h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;

i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;

j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 16 de setembro de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

EDITAL Nº. 068/2015

Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOSCARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO
ADILSON FERNANDO RIBEIRO**EDITAL Nº. 069/2015**

EDITAL Nº. 069/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO
PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2014.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 041 de 02 de março de 2015;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco

Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do

processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 18 de setembro de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 069/2015

Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: AUXILIAR DE ODONTÓLOGO

JOCELIA DOS SANTOS LIMA

CAMILA FRANCINE TODT

EDITAL Nº. 070/2015

EDITAL Nº. 070/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO
PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2013.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 245 de 08 de novembro 2013;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso

o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 24 de setembro de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 070/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

NOME: LAYS DANIELLE CABRAL

EDITAL Nº. 071/2015

EDITAL Nº. 071/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 085 de 18 de maio 2012;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);

d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
n) 1 Fotografia 3X4 recente;
o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 24 de setembro de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

EDITAL Nº. 071/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO:SERVENTE

DOROTI DA SILVA

EDITAL Nº. 072/2015

EDITAL Nº. 072/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 085 de 18 de maio 2012;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);

b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);

c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br;

d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);

e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);

f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;

i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;

j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e

Banco do Brasil);

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 05 de outubro de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

EDITAL Nº. 072/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO:SERVENTE

GLACI HELENE MULLER KOGE

EDITAL Nº. 073/2015

EDITAL Nº. 073/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2014.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 041 de 02 de março de 2015; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);

b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);

c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br;

d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);

e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);

f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;

i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;

j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua

automática e definitiva eliminação do

processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 05 de outubro de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 073/2015

Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: FARMACÊUTICO
CLEITON ARENDARTCHUK

CARGO: INSTRUTOR DE VIOLÃO
MAURICIO DE FRANCA

EDITAL Nº. 074/2015

EDITAL Nº. 074/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2014.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 041 de 02 de março de 2015; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);

b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);

c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br;

d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);

e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);

f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;

i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;

j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do

processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia

para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 06 de outubro de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 074/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: MÉDICO GENERALISTA-ESF

THALITA CRISTINA POKRYVIECKI

EDITAL Nº. 075/2015

EDITAL Nº. 075/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2014.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 041 de 02 de março de 2015;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);

f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;

i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;

j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do

processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 08 de outubro de 2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 075/2015

Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: FONOAUDIÓLOGO
CINTIA MULLER DE AGUIAR

PORTARIA Nº. 918/2015
PORTARIA Nº. 918/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a JAQUELINE DE FATIMA GONÇALVES, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais no CEI Carlos Drummond de Andrade, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 13/10/2015 a 11/11/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de outubro de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 919/2015
PORTARIA Nº. 919/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a ARNALDO SOARES, efetivo no cargo de Agente Administrativo Auxiliar, atualmente comissionado no cargo de Supervisor II, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, referente ao período aquisitivo de 2012/2013, a desfrutar no período de 16/10/2015 a 30/10/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de outubro de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 920/2015
PORTARIA Nº. 920/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a MARILZA APARECIDA REICHARDT MUNHOZ DA CRUZ, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, a desfrutar no período de 03/11/2015 a 02/12/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de outubro de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 921/2015
PORTARIA Nº. 921/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e da Lei Municipal nº 3.869/2005;

CONSIDERANDO, retorno das atividades funcionais em 29/09/2015; CONSIDERANDO, apresentação de atestado médico de 30 (trinta) dias, datado no dia 06/10/2015; Resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica prorrogado o auxílio doença de MARCIO LUIZ WERKA, comissionado no cargo de Chefe de Setor, junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a partir de 06/10/2015 (não tem 15 dias pagos pela Prefeitura, pois o auxílio doença é anterior a Medida Provisória nº 664/2014), conforme comunicação interna nº 366/DP/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de outubro de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 922/2015

PORTARIA Nº. 922/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme Leis Municipais nº. 2.305/1990; nº. 4.703/2011, resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Agente Comunitário da Saúde – ESF – Alto das Palmeiras, para atuar na Unidade Básica de Saúde Willy Radke – Altos das Palmeiras, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional SIMONE MARA SABATKE ORTES, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrito sob nº. 781, e convocada conforme Edital nº 065 de 31 de Agosto de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 13/10/2015, conforme comunicação interna nº 291/SMS/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 923/2015

PORTARIA Nº. 923/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEAR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Sala de AEE, 40 horas semanais, 30% de regência, período matutino e vespertino, designada para o ano letivo de 2015 para a EBM José Grosskopf e EBM Achilles Pazda, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional FERNANDA ISFAIR DA CUNHA PINTO, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e conforme Edital de Convocação nº 057/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 13/10/2015, conforme comunicação interna nº 428/SME/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 924/2015

PORTARIA Nº. 924/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR

Art. 1º - Fica exonerado JOSÉ ERNANI VERDAN, comissionado no cargo de Chefe de Setor, a partir de 09/10/2015, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 925/2015

PORTARIA Nº. 925/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, de acordo com a Lei Municipal nº 5.556/2015 e de acordo com a Lei Municipal nº 5.574/2015:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 530/2015, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. NELSON VARELA DE OLIVEIRA
2. ROSELI DOBROSHINSKEI
3. FRANCIELI JOANA BIALESKI

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme denúncia formulada junto à ouvidoria pública municipal de Canoinhas.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos

do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 08 de outubro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/10/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º PMC 107/2015 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 180/15

HOMOLOGAÇÃO: 09/10/15

CONTRATADO: HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 40 PEÇAS DE CONTADOR CWM 09, QUE SERÃO UTILIZADOS PARA CONSERTAR OS CARRINHOS CARREGADORES DOS NETBOOKS DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

DATA: 09/10/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º PMC 109/2015 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 183/15

HOMOLOGAÇÃO: 09/10/15

CONTRATADO: RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE 15.000 (QUINZE MIL) TABLÓIDES (38 X 29 CM) FECHADO, PARA IMPRESSÃO DO JORNAL INFORMATIVO DO MUNICÍPIO, PARA DIVULGAÇÃO DAS OBRAS, AÇÕES E PROGRAMAS REALIZADOS PELAS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 17.500,00 (dezessete mil quinhentos reais)

DATA: 09/10/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º FMAS 01/2015

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório n.º FMAS 16/2015

Dispensa de Licitação n.º FMAS 01/2015

Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Dispensa de Licitação, Artigo 24, XIII, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Contratada: ESCOLA DE GESTAO PUBLICA MUNICIPAL - EGEM.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA/CRAS,

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE/CREAS, PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE/CASA LAR DO IDOSO, ABRIGO INSTITUCIONAL/CASA SANTA CLARA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Valor: R\$ 55.400,00 (Cinquenta e cinco mil e quatrocentos reais).

Data da homologação: 09/10/2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º FMS 22/2015 (ELETRÔNICO)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 35/2015

EDITAL DE PREGÃO N.º FMS 22/2015 (ELETRÔNICO)

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 28/10/2015, às 09h30min, licitação para AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO NOVO, ZERO KILOMETRO, TIPO VAN, ANO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2015, DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Recebimento das propostas até às 08h30min do dia 28/10/2015. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito /Presidente do fundo

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 114/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 188/2015

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 114/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 27/10/2015, às 09h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE 31 RELOGIOS PONTOS, SENDO 14 DESTINADOS AOS CEIS (EDUCAÇÃO INFANTIL) E 17 DESTINADOS AS ESCOLAS (ENSINO FUNDAMENTAL), DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 27/10/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 116/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 192/2015

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 116/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 28/10/2015, às 10h35min, licitação para REGISTRO DE PREÇO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA, DESTINADOS A PREFEITURA, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR. Recebimento de propostas até as 10h30min do dia 28/10/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 121/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 198/2015
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 121/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 27/10/2015, às 10h00min, licitação para CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, OFICIAL OU PRIVADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS, COM EXCLUSIVIDADE, PARA O PAGAMENTO DE SALÁRIOS/PROVENTOS DOS SERVIDORES/FUNCIÓNÁRIOS ATIVOS, CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE, COMISSIONADOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, BEM COMO PARA VIABILIZAR AS OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS (SEM EXCLUSIVIDADE) EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES. Recebimento de propostas até as 09h55min do dia 27/10/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 122/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 199/2015
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 122/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 29/10/2015, às 09h00min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE SOM PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELA PREFEITURA, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR. Recebimento de propostas até as 08h55min do dia 29/10/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 118/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 194/2015
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 118/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 27/10/2015, às 11h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE ROÇADA, POR METRO QUADRADO, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, A SEREM REALIZADOS EM DIVERSOS LOCAIS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 11h00min do dia 27/10/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N.º FUNR 03/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNREBOMPM DE CANOINHAS
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FUNR. 10/2015
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. FUNR. 03/2015

O FUNREBOMPM de Canoinhas-SC, CNPJ 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 29/10/2015, às 10h30min, licitação para EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURA COM PILARES METÁLICOS PERFIS METÁLICOS "U", ESTRUTURA METÁLICA PARA TELHADO E PAREDES DE CONCRETO MACIÇAS, DO ESTANDE DE TIRO PARA O 3º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 10h15min do dia 29/10/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

RESOLUÇÃO 001/JUV/2015

RESOLUÇÃO 001/Juv/2015
DO PROCESSO DE VOTAÇÃO DOS DELEGADOS PARA A 3ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE E PARA 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

A votação dos delegados para a 3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude e para 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude deverá proceder da seguinte forma:

- I. Só terão direito a votar nos candidatos a delegados, participantes devidamente inscritos na Etapa Regional da 3ª Conferência Estadual de Juventude de Santa Catarina, sendo vetado, votar e ser votado, participantes das Etapas Municipais.
- II. Podem se candidatar a delegados para a etapa estadual jovens com idade entre 15 e 29 anos que residam nos municípios de abrangência da Associação dos Municípios do Planalto Norte (Amplanorte).
- III. Os candidatos devem dispor de um tempo estipulado pela Comissão Regional para se apresentarem e defenderem sua candidatura.
- IV. Após as apresentações de todos os candidatos, ocorrerá a votação que deverá ser em Assembleia Geral, por maioria simples.
- V. Somente poderão se candidatar a delegado para as etapas Estadual e Nacional aqueles que participarem de 100% das atividades da Etapa Regional da 3ª Conferência Estadual de Juventude de Santa Catarina.

Canoinhas, 09 de outubro de 2015.
Carlos Eduardo Vipievski
Assessor da Juventude de Canoinhas
Coordenador da Conferência Regional da Juventude

RESOLUÇÃO 002/JUV/2015

RESOLUÇÃO 002/Juv/2015
DA GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO PLURAL NO PROCESSO DE VOTAÇÃO DOS DELEGADOS(AS) PARA A 3ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

- Art. 1º Conforme orientação da organização estadual, para eleição de delegados(as) para a 3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude, a partir da realidade regional, deve-se observar:
- I – Paridade de gênero
 - II – Mínimo de 5% de representantes negros/pardos/índios
 - III – 20% de representantes do Poder Público

Canoinhas, 09 de outubro de 2015.
Carlos Eduardo Vipievski
Assessor da Juventude
Coordenador da Conferência Regional da Juventude

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA PREGÃO N.º PMC 107/2015 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 180/2015
Licitação.....: 107/2015 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: AQUISIÇÃO DE 40 PEÇAS DE CONTATOR CWM 09, QUE SERÃO UTILIZADOS PARA CONSERTAR OS CARRINHOS CARREGADORES DOS NETBOOKS DAS ESCOLAS DO MUNICIPIO DE CANOINHAS.

Processo Administrativo: 3.600,00
Total dos Itens Vencedores: 3.600,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 311044794 - CONTATOR CWM 09, 220V, 60Hz - Unidade: UN							
6124	HILETROLAR ELETROTECNICA LTDA	WEG	40,000	0,0000	90,0000	3.600,00	Venceu	1 *****

Canoinhas,	Em/...../.....
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	Pregoeiro(a)	
PAULO CESAR SAFANELLI -	SUPLENTE PREGOEIRO	
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO	
MARCIANO FERNANDES CORREA -	EQUIPE DE APOIO	
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC	
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0	

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA PREGÃO N.º PMC 109/2015 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 183/2015
Licitação.....: 109/2015 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFEÇÃO DE 15.000 (QUINZE MIL) TABLOIDES (38 X 29 CM) FECHADO, PARA IMPRESSÃO DO JORNAL INFORMATIVO DO MUNICÍPIO, PARA DIVULGAÇÃO DAS OBRAS, AÇÕES E PROGRAMAS REALIZADOS PELAS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Processo Administrativo: 17.500,00
Total dos Itens Vencedores: 17.500,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 311044565	- JORNAL TABLOIDE, 32 PAGINAS, 4 CORES EM CADA PAGINA	- Unidade: UN					
11357	RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.	RBS	15.000,000	0,0000	1,1667	17.500,00	Venceu	1 *****
11049	VALE VISARE EDITORA GRÁFICA E PROPAGANDA LTDA	VISARE	15.000,000	0,0000	1,3667	20.500,00	Perdeu	2
15888	LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME	LIARTE	15.000,000	0,0000	1,4600	21.900,00	Perdeu	3

Canoinhas,	Em/...../.....	Pregoeiro(a)
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK	-	SUPLENTE PREGOEIRO
PAULO CESAR SAFANELLI	-	EQUIPE DE APOIO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS	-	EQUIPE DE APOIO
MARCIANO FERNANDES CORREA	-	28.754/SC
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO	-	CRC/SC 028524/O-0
VANESSA LANGER	-	

Capinzal

PREFEITURA

PMC TERMO ADITIVO 001/2015 C113

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº : TA 001/2015 C113 - Contrato Nº: 0113/2015	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL J	
Valor : 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)	
Vigência : Início: 09/10/2015 Término: 31/12/2015	
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 12/2015 Processo_Licitatório.....: 00067 / 2015	
Recursos : Dotação:	
Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo é o aumento das quantidades em até 25%, de acordo com o artigo 65, da lei 8.666/93; acrescendo o valor do contrato original em R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais). Conforme solicitação, justificativa e parecer jurídico em anexo.	
Capinzal, 9 de Outubro de 2015	

RESOLUÇÃO Nº 002/2015 - CMS

RESOLUÇÃO 02/2015/CMS

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua Reunião Ordinária, realizada no dia 10 de agosto de 2015, Ata Nº 08/CMS/2015 no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pela Lei municipal nº 1.831/94 de 13/06/94 e alterada pelas leis nº 1.990/96 e 2.310/2001 e o art. 36 da Lei no 8.080, de 1990 e:

Considerando a proposição do Executivo Municipal pertinente as metas e prioridades para o Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, para o exercício de 2016, constantes do Projeto de Lei No 026, de 13 de julho de 2015, que estabelece as diretrizes gerais para a elaboração do Orçamento do Município de Capinzal, para o exercício de 2016, em cumprimento ao disposto no §2º do art. 165, da Constituição Federal, com a previsão de aplicação de recursos orçamentários e financeiros, oriundos do tesouro municipal, de transferências dos Fundos Estadual e Nacional de Saúde e de mais recursos, para o exercício de 2016;

Considerando que com observância nos artigos 2º e 3º da Lei Complementar 141/2012, das disposições do art. 200 da Constituição Federal, do art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, o Fundo Municipal de Saúde executará despesas com ações e serviços públicos de saúde que contemplem:

- a) vigilância em saúde, incluindo a epidemiológica, a sanitária e a ambiental;
- b) atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade, incluindo assistência terapêutica e recuperação de deficiências nutricionais;
- c) capacitação do pessoal de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);
- d) desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade promovido por instituições do SUS;
- e) produção, aquisição e distribuição de insumos específicos dos serviços de saúde do SUS, tais como: imunobiológicos, sangue e hemoderivados, medicamentos e equipamentos médico-odontológicos;

f) saneamento básico de domicílios ou de pequenas comunidades, desde que seja aprovado pelo Conselho de Saúde do ente da Federação financiador da ação;

g) manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças;

h) investimento na rede física do SUS, incluindo a execução de obras de recuperação, ampliação e construção de estabelecimentos públicos de saúde;

i) remuneração do pessoal ativo da área de saúde em atividade nas ações de saúde;

j) ações de apoio administrativo realizadas pelas instituições públicas do SUS e imprescindíveis à execução das ações e serviços públicos de saúde; e

l) gestão do sistema público de saúde e operação de unidades prestadoras de serviços públicos de saúde;

Considerando que sua finalidade é a prevenção de doenças, promover saúde e aplicar os conceitos e técnicas de epidemiologia na consecução desses objetivos. Aplicar a medicina preventiva objetivando prolongar a vida dos indivíduos, ajudando-os a melhorar a sua própria saúde; promover saúde em populações através de esforços comunitários organizados; Aplicar a medicina curativa na recuperação e melhora na qualidade de vida da população, considerando a Política Nacional de Saúde, e seguindo a concepção do Sistema Único de Saúde, garantir à população serviços, programas, projetos e benefícios a nível compatível aos desenvolvidos nacional e regional, visando a integralidade e equidade de atendimentos, além da efetivação de seus direitos, garantindo assim o direito à saúde e a vida digna;

RESOLVE:

Art 1º Emitir PARECER pela APROVAÇÃO das metas e prioridades a serem executadas pelo Fundo Municipal de Saúde em 2016, constantes do Projeto de Lei nº 026 de 13 de julho de 2015, que estabelece as diretrizes gerais para a elaboração do Orçamento do Município de Capinzal para o exercício de 2016, no desenvolvimento de ações voltadas aos objetivos postos na Lei Municipal nº 1.831/94 de 13/06/94, com as alterações das leis nº 1.990/96 e 2.310/2001 e na Lei no 8.080, de 1990.

Art 2º Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir da data da sua publicação.

Capinzal (SC), 10 de agosto de 2015.

LUCIANA MENDES RAPOZO

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0065/2015 - TOMADA DE PREÇO Nº 0004/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0065/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 0004/2015

Objeto: Contratação de empresa para executar projeto de reforma e ampliação do ginásio municipal de esportes Yara Nicoletti, visando cumprir contrato de repasse firmado com o Ministério dos Esportes, com interveniência da Caixa Econômica Federal.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 28 de outubro de 2015.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 09 de outubro de 2015, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas – SC, 09 de outubro de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA - 1º ADITIVO 15/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO N.º 0015/2013

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: FIDELYS SOLUÇÕES COMERCIAIS LTDA ME / CREDFIDELYS SOLUÇÕES

Objeto: CONSIDERANDO o pedido de transferência de cobrança das duas últimas parcelas do contrato para a empresa HS Administradora de Consórcios Ltda; O objeto do presente Termo Aditivo é a inclusão no contrato, da empresa HS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. com sede na Rod. BR 116, nº 7070, Dois Irmãos, RS, inscrita no CPNJ sob o nº 73.516.106/0001-16, a qual passa a ser denominada como TERCEIRA CONTRATANTE, a qual, ficará responsável pelo pagamento das duas últimas parcelas previstas no contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E VENCIMENTO: O valor de cada parcela é de R\$625,00 (seiscentos e vinte e cinco reais), sendo alterado os vencimentos para 02/10/2015 e 20/10/2015.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado. Data de assinatura: 08 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão
Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 40

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO – 040/2015

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: JOALHEIRIA SAFIRA LTDA ME

OBJETO: autorização de uso precário e remunerado do espaço público destinado à publicidade privada da moldura “nº 22” com

300cm x 170cm, totalizando 5,10m² (cinco vírgula dez metros quadrados), destinado à colocação de BANNER, o qual deverá ser fornecido pela Outorgada Utente e às expensas desta a confecção. VALOR: O valor será de R\$1.000,00 (mil reais).

VIGÊNCIA: até 17 de julho de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 27 de agosto de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão
Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 47

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO – 047/2015

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: G & D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONSTRUCTORA LTDA ME

OBJETO: autorização de uso precário e remunerado do espaço público destinado à publicidade privada da moldura “nº 25” com 300cm x 170cm, totalizando 5,10m² (cinco vírgula dez metros quadrados), destinado à colocação de BANNER, o qual deverá ser fornecido pela Outorgada Utente e às expensas desta a confecção. VALOR: O valor será de R\$1.000,00 (mil reais).

VIGÊNCIA: até 17 de julho de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 02 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão
Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 49

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO – 049/2015

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: AUTO POSTO GEMELLI LTDA

OBJETO: autorização de uso precário e remunerado do espaço público destinado à publicidade privada da moldura “nº 23” com 300cm x 170cm, totalizando 5,10m² (cinco vírgula dez metros quadrados), destinado à colocação de BANNER, o qual deverá ser fornecido pela Outorgada Utente e às expensas desta a confecção. VALOR: O valor será de R\$1.000,00 (mil reais).

VIGÊNCIA: até 17 de julho de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 10 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão
Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 50

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO – 050/2015

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: MAGNABOSCO & RAMOS LTDA ME / FARMACIA SANTA CLARA

OBJETO: autorização de uso precário e remunerado do espaço público destinado à publicidade privada da moldura “nº 16” com 300cm x 170cm, totalizando 5,10m² (cinco vírgula dez metros quadrados), destinado à colocação de BANNER, o qual deverá ser fornecido pela Outorgada Utente e às expensas desta a confecção. VALOR: O valor será de R\$1.000,00 (mil reais).

VIGÊNCIA: até 17 de julho de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 10 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 52

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO – 052/2015

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: PRONER SUPERMERCADOS LTDA

OBJETO: autorização de uso precário e remunerado do espaço público destinado à publicidade privada da moldura “nº 11” com 300cm x 170cm, totalizando 5,10m² (cinco vírgula dez metros quadrados), destinado à colocação de BANNER, o qual deverá ser fornecido pela Outorgada Utente e às expensas desta a confecção.

VALOR: O valor será de R\$1.000,00 (mil reais).

VIGÊNCIA: até 17 de julho de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 11 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 63

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO – 063/2015

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: VIANA MOVEIS E ELETROMESTICOS LTDA EPP

OBJETO: autorização de uso precário e remunerado do espaço público destinado à publicidade privada da moldura “nº 26” com 300cm x 170cm, totalizando 5,10m² (cinco vírgula dez metros quadrados), destinado à colocação de BANNER, o qual deverá ser fornecido pela Outorgada Utente e às expensas desta a confecção.

VALOR: O valor será de R\$1.000,00 (mil reais).

VIGÊNCIA: até 17 de julho de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 25 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 64

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO – 064/2015

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: VALDIR DEMÉTRIO DA SILVA

OBJETO: autorização de uso precário e remunerado do espaço público destinado à publicidade privada da moldura “nº 20” com 175cm x 111cm, totalizando 1,94m² (um vírgula noventa e quatro metros quadrados), destinado à colocação de BANNER, o qual deverá ser fornecido pela Outorgada Utente e às expensas desta a confecção.

VALOR: O valor será de R\$700,00 (mil reais).

VIGÊNCIA: até 17 de julho de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 25 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 67

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO – 067/2015

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: FSS ELÉTRICA LTDA ME

OBJETO: autorização de uso precário e remunerado do espaço público destinado à publicidade privada da moldura “nº 12” com 175cm x 111cm, destinado à colocação de BANNER, o qual deverá

ser fornecido pela Outorgada Utente e às expensas desta a confecção.

VALOR: O valor será de R\$700,00 (mil reais).

VIGÊNCIA: até 17 de julho de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 25 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 68

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO – 068/2015

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: PORTAL SEG ENGENHARIA DE PRODUÇÃO MECÂNICA, SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA ME

OBJETO: autorização de uso precário e remunerado do espaço público destinado à publicidade privada da moldura “nº 17” com 175cm x 111cm, destinado à colocação de BANNER, o qual deverá ser fornecido pela Outorgada Utente e às expensas desta a confecção.

VALOR: O valor será de R\$700,00 (mil reais).

VIGÊNCIA: até 17 de julho de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 25 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 75

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO – 075/2015

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: VIDEFERRO INDUSTRIA DE IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA EPP

OBJETO: autorização de uso precário e remunerado do espaço público destinado à publicidade privada da moldura “nº09” com 175cm x 111cm, destinado à colocação de BANNER, o qual deverá ser fornecido pelo OUTORGANTE AUTORIZADOR.

VALOR: O valor será de R\$700,00 (mil reais).

VIGÊNCIA: até 17 de julho de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 05 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

CONTRATO FESTA 76

TERMO DE CONTRATO FESTA DO CHIMARRÃO – 076/2015

CONTRATANTE: 8ª FESTA DO CHIMARRÃO - MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: FORNARI LTDA EPP

OBJETO: a autorização de uso precário e remunerado do espaço público destinado à publicidade privada da moldura “nº05” com 175cm x 111cm, totalizando 1,94m² (um vírgula noventa e quatro metros quadrados), destinado à colocação de BANNER, o qual deverá ser fornecido pela Outorgada Utente e às expensas desta a confecção.

VALOR: O valor será de R\$700,00 (mil reais).

VIGÊNCIA: até 17 de julho de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 05 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Aramis Heberle Junior - Presidente CCO 8ª Festa do Chimarrão

Gisa Aparecida Giacomini – Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Decreto 105 de 09/10/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 105, DE 08.10.2015

Decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais do Município de Chapadão do Lageado - SC .

CONSIDERANDO o transcurso do Dia do Servidor Público, comemorado em 28 de outubro;

CONSIDERANDO as disposições do Art. 143 da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

O PREFEITO MUNICIPAL do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal e de acordo com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município e art. 143 da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99,

DECRETA:

Art. 1º Será facultativo o ponto no dia 30 de outubro de 2015 (sexta-feira), em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, em virtude da transferência das comemorações alusivas ao "Dia do Servidor Público", comemorado em 28 de outubro.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no "caput" deste artigo, os serviços emergenciais e inadiáveis, em todos os órgãos da Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado-SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 09 de outubro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/PMCS/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/PMCS/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/PMCS/2015

Objeto: Contratação de empresa para instalação de sistema de monitoramento, em pontos estratégicos de entrada e saída do município, com expansão para bairros e áreas rurais, com o intuito de auxiliar na vigilância de pontos críticos, aliado à um sistema de alta resolução de imagens, bem como a previsão de acesso ao sistema de forma controlada, o qual far-se-á mediante cadastro com usuário e senha dos interessados.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 23/10/2015.

Abertura: Dia 23/10/2015, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 09 de outubro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CONVÊNIO N. 08.15

CONVÊNIO Nº. 08/15, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL E A APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COCAL DO SUL, COMO ABAIXO SE DECLARA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº. 519, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo Senhor ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, de outro lado a APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COCAL DO SUL, entidade sem fins lucrativos, com sede na Rua Ambrósio Dalló, n. 1464, bairro União, Cocal do Sul/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.086.376/0001-60, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor ALDOR PÉRICO, portador do CPF nº. 288.345.939-87, doravante denominado simplesmente ENTIDADE, têm entre si, como justo e acertado, o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

Cláusula Primeira. O termo de repasse do recurso financeiro, aqui formalizado é autorizado pela Lei Municipal nº. 1.279, de 07 de outubro de 2015.

Cláusula Segunda. Este convênio tem por objeto proporcionar a ENTIDADE, o repasse de valores financeiros por parte do MUNICÍPIO, na aquisição de merenda aos alunos da APAE de Cocal do Sul.

Cláusula Terceira. São obrigações do MUNICÍPIO:

I - transferir o recurso financeiro consignado na cláusula quinta à

ENTIDADE;

II - examinar e aprovar se regulares, as prestações de contas do recurso financeiro repassado à ENTIDADE;

III - fixar prazo para que a ENTIDADE adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste termo de repasse, sempre que verificada alguma irregularidade.

Cláusula Quarta. São obrigações da ENTIDADE:

I - empregar os valores financeiros recebidos, exclusivamente na compra de merenda;

II - prestar contas dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data da assinatura deste convênio, mediante a apresentação de balancete de prestação de contas devidamente assinado pelo contador e/ou pelo representante legal da entidade composta de:

- Originais as Notas Fiscais de compras e serviços que comprovem as despesas realizadas. (Para compras e serviços não serão aceitos recibos – A Prefeitura dispõe de setor para emissão de Nota Fiscal Avulsa de Serviço e a Superintendência da Fazenda Estadual fornece Nota Fiscal Avulsa para compras de produtos; Também não serão aceitas quaisquer cópias em papel fax.)

- Nas prestações de contas não serão aceitas notas fiscais de compras ou serviços ou qualquer outro documento de comprovação de despesa com data de emissão anterior à data de publicação da Lei que autorizou o repasse da verba. Para despesas com compras ou serviços com valor superior à três salários mínimos, será exigida a apresentação de, pelo menos, três orçamentos prévios.

- Guias de recolhimento de impostos retidos na fonte relativos aos serviços contratados: ISSQN, IR, INSS (apresentar originais e cópias xerox para autenticação).

- Certidão de execução do objeto. (Os membros da Diretoria ou Conselho Fiscal atestarão em documento que a obra foi executada e a verba utilizada conforme previsto no projeto e no convênio).

- Comprovante bancário de devolução ao Município do saldo remanescente – valor do recurso não utilizado (As Prestações de Contas da Contribuição Financeira serão realizadas de acordo com o disposto na Lei específica que os conceder e/ou no convênio firmado).

III - manter a contabilidade, os procedimentos contábeis e os registros estatísticos atualizados e em boa ordem, colocando-os à disposição dos agentes públicos responsáveis pelo controle interno e externo, de forma a garantir o acesso às informações da correta aplicação e utilização do recurso financeiro recebido;

IV - assegurar ao MUNICÍPIO as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação do objeto deste termo de repasse.

Cláusula Quinta. O MUNICÍPIO repassará à ENTIDADE, o valor de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), mensais, a partir de 01 de outubro de 2015.

Parágrafo único. Este Convênio tem a vigência até 31 de dezembro de 2015, podendo ser aditivado por convenção expressa das partes.

Cláusula Sexta. As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da dotação: 12 – Fundo Municipal de Assistência Social; 2.033 – Manutenção do Programa de Proteção Especial – 3.3.50.00.00.00.00.0080 – Transf., a Instituição Privada sem fins lucrativos.

Cláusula Sétima. O controle e a fiscalização da execução do presente convênio ficarão a cargo do MUNICÍPIO.

Cláusula Oitava. Este instrumento pode ser rescindido a qualquer tempo, desde que tal vontade seja manifestada por uma das partes com 30(trinta) dias de antecedência

Cláusula Nona. As partes elegem o foro da Comarca de Urussanga como competente para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste convênio, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes justas e acertadas, assinam o presente termo em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 07 de outubro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

ALDOIR PÉRICO

Presidente da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Testemunhas:

1. _____;

2. _____.

LEI N. 1.279

LEI Nº 1.279, de 07 de outubro de 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO E CONCEDER REPASSE FINANCEIRO À APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio, para repasse financeiro a APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COCAL DO SUL, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.086.376/0001-60.

Art. 2º Para a efetivação da parceria fica o Poder Executivo autorizado a conceder o repasse financeiro no valor de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) por mês, para auxílio na aquisição de merenda aos alunos da APAE.

Parágrafo único. O valor poderá ser reajustado anualmente, usando como índice inflacionário o INPC- Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Art. 3º O Termo de Convênio será regido pela Lei Federal 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94 e suas atualizações.

Art. 4º As condições para o repasse financeiro deverão constar do Termo de Convênio.

Art. 5º. Para dar suporte ao presente Convênio, será utilizada a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 12 – Fundo Municipal de Assistência Social; 2.033 – Manutenção do Programa de Proteção Especial – 3.3.50.00.00.00.00.0080 – Transf., a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 6º O Convênio mencionado no artigo 1º desta Lei terá prazo e vigência até 31 de dezembro de 2015, podendo ser aditivado por convenção expressa das partes.

Art. 7º O termo de convênio firmado entre o Município e a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, passa a fazer parte integrante da presente Lei.

Art. 8º Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 07 de outubro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2015-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2015 - FMS

Objeto: Aquisição de lixeiros pra carro em TNT e bolsas ecológicas, todos personalizados para serem distribuídos para a população nos eventos alusivos ao "Concórdia Saudável", conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 08h e 15min do dia 04/11/2015.

Início da Sessão: dia 04/11/2015, às 08h e 30min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada à Rua Atalípio Magarinos, nº 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 09 de outubro de 2015.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015-FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015 – FMS

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços out sourcing de impressão e fotocópias, com aluguel de equipamentos multifuncionais e impressoras p&b a laser, bem como a manutenção dos equipamentos de propriedade do Fundo Municipal de Saúde, incluindo o fornecimento total de suprimentos e peças, exceto papel, na modalidade de atendimento "on site" e instalação nas dependências do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia e demais localidades mencionadas, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 04/11/2015.

Abertura: dia 05/11/2015, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada na Atalípio Magarinos, 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 09 de outubro de 2015.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

EDITAL DE REMOÇÃO Nº 1/2015

EDITAL DE REMOÇÃO Nº 1/2015

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, torna público, pelo presente Edital, a disponibilidade de vagas, para fins de remoção, no Magistério Público Municipal, conforme Anexo I deste Edital, considerando o disposto no Título VIII, Capítulo I, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

1. DOS PEDIDOS

1.1. Os interessados deverão requerer a remoção, por escrito, através de documento protocolizado na Secretaria Municipal de Administração, na forma do Anexo II deste Edital, até o dia 26 de outubro de 2015.

1.2. Havendo mais de 1 (um) interessado na vaga, a preferência na ocupação dar-se-á ao servidor que, pela ordem, obedecer aos seguintes critérios:

1.2.1. maior tempo de serviço como servidor efetivo (concursado ou estável, na forma do art. 19, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT) no Magistério Público do Município de Concórdia, SC, certificado por servidor da Diretoria de Recursos Humanos da Municipalidade;

1.2.2. maior titulação profissional, comprovada por diplomas emitidos por órgão reconhecido pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC;

1.2.3. local de residência mais próximo da Unidade Escolar pretendida, cuja distância deverá ser aferida por, no mínimo, 2 (dois) servidores públicos municipais, nos moldes praticados pelo Setor de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação;

1.2.4. maior idade.

2. DA DIVULGAÇÃO

2.1. A Lista dos Inscritos, devidamente caracterizada, será publicada no mural interno do Centro Administrativo Municipal e no sítio www.concordia.sc.gov.br, no dia 29 de outubro de 2015.

2.2. A Listagem Classificatória será publicada nos locais indicados no item 2.1 deste Edital, no dia 4 de novembro de 2015.

2.3. O candidato que se julgar prejudicado na classificação terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data de publicação da Listagem Classificatória, para solicitar revisão do ato, mediante requerimento fundamentado, protocolizado no Setor de Protocolo Geral, localizado no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia, SC, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, devendo conter o nome do candidato e a vaga que está concorrendo.

2.4. A homologação do resultado final será publicada nos locais indicados no item 2.1 deste Edital, no dia 9 de novembro de 2015.

3. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

3.1. Não havendo candidatos para as vagas disponíveis, estas poderão ser preenchidas, de ofício, por interesse da Municipalidade, ou por classificação em concurso público.

3.2. O Processo de Remoção de que trata este Edital será realizado pela Comissão designada pelo Decreto nº 898/2015, de 8 de outubro de 2015.

3.3. Os candidatos interessados em solicitar vaga de remoção deverão ter ciência e concordar com o previsto no art. 62 da Lei Complementar nº 602/2011 e alterações.

3.4. Quando concedido o deferimento da remoção, o pedido de cedência automaticamente será indeferido.

3.5. O candidato que tiver seu pedido de remoção deferido, se assim desejar, poderá ainda aplicar o que prevê os parágrafos 2º e 3º art. 61 da Lei Complementar nº 602/2011 e alterações.

3.6. Demais informações necessárias poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Educação.

Concórdia, SC, 9 de outubro de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ANEXO I

QUADRO DE VAGAS

Unidade Escolar	Disciplina/Área	Turno	Carga horária	Nº de vagas	
EBM das Nações	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Vespertino	20h	1	
EBM das Nações	Geografia	Matutino	20h	1	
EBM das Nações	Orientador Educacional	Mat/Vesp	40h	1	
EBM Giuseppe Sette	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Matutino	20h	1	
EBM Giuseppe Sette	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Vespertino	20h	1	
EBM Ângelo Ary Biezu	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Matutino	20h	1	
EBM Ângelo Ary Biezu	Pré-Escola	Vespertino	20h	1	
GEM Cinquentenário	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Vespertino	20h	1	
EBM Parque de Exposições	Educação Física	Matutino	20h	1	
EBM Parque de Exposições	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Matutino	20h	1	
EBM Parque Exposições	Língua Portuguesa	Matutino	20h	1	
EBM Parque Exposições	Matemática	Matutino	20h	1	
EBM Waldemar Pfeiffer	Ciências	Matutino	20h	1	
EBM Natureza	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Vespertino	20h	1	
EBM Natureza	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Vespertino	20h	1	
EBM Natureza	Língua Espanhola	Matutino	20h	1	

Unidade Escolar	Disciplina/Área	Turno	Carga horária	Nº de vagas	
EBM Concórdia	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Vespertino	20h	1	
EBM Concórdia	Língua Espanhola	Matutino	20h	1	
EBM Imigrantes	Língua Portuguesa	Matutino	20h	1	
EBM Imigrantes	Matemática	Matutino	20h	1	
EBM Imigrantes	Língua Espanhola	Mat/Vesp	20h	1	
EBM Maria Petróli	Educação Física	Vespertino	20h	1	
CMEI Amigo da Criança	Educação Infantil	Vespertino	20h	1	
CMEI Acalanto	Educação Infantil	Matutino	20h	1	
CMEI Dr. Zoé Silveira D'Ávila	Educação Infantil	Vespertino	20h	1	
CMEI José Garghetti	Educação Infantil	Vespertino	20h	1	
CMEI Pequeno Príncipe	Educação Infantil	Vespertino	20h	1	
CMEI Zilda Silveira Neves	Educação Infantil	Vespertino	20h	1	

Legenda:

- EBM: Escola Básica Municipal;

- CMEI: Centro Municipal de Educação Infantil.

ANEXO II

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO

....., servidor (a) público (a) municipal, sob a matrícula nº , ocupante do cargo de efetivo(a): ..
 () na Rede Municipal de Ensino.
 () na Escola/Cmei. Qual?
h/semanais, no turno: () matutino () vespertino.

Atuo na:

() Educação Infantil

() Anos Iniciais do Ensino Fundamental

() Anos Finais do Ensino Fundamental. Qual disciplina?

Requer REMOÇÃO para (Nome da Unidade pretendida), conforme consta no Edital nº 1/2015.

Nestes termos

Aguarda Deferimento

(Nome e assinatura do requerente)

Telefone/contato:

Concórdia, SC, dede 2015.

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 45/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 45/2015

O Secretário Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente torna público que ratificou o ato do Senhor CÉSAR PELLIZZARO, Diretor de Desenvolvimento Rural, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 08 de outubro de 2015, Serviço de montagem e desmontagem de divisórias da Secretaria Municipal de Agricultura - SEMADRA, a favor da empresa: AMPEZE DIVISÓRIAS E SERVIÇOS EIRELI, no valor total de R\$ 3.990,00 (três mil e novecentos e noventa reais).

LEONIR GRIGOLLO

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural E Meio Ambiente

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 32/2015-FMEC

Termo nº 16/2015

Processo nº 9286/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 32/2015

Aos 09 dias do mês de outubro de 2015, a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, instituída através da Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, neste ato representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ, doravante denominada FUNDAÇÃO, e a ASSOCIAÇÃO UNIÃO FUTEBOL CLUBE, inscrita no CNPJ sob nº 83.701.672/0001-51, com sede nesta cidade, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor, ALDECIR SIMIONI, inscrito no CPF sob nº 430.740.149/20, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 32/2015, firmado em 22 de junho de 2015, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica prorrogado, até 05 de dezembro de 2015, o prazo para a entidade prestar contas, constante na Cláusula Quarta – Das Obrigações da Conveniente, Inciso IX.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo ora aditado.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 09 de outubro de 2015.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia		ALDECIR SIMIONI Presidente do União Futebol Clube
Testemunhas: 1. Nome: Andressa Fuchina CPF: 010.315.749-21	2. Nome: Vanessa de Oliveira Gasperini CPF: 092. 079.509-95	

BALANCETE FINANCEIRO SETEMBRO DE 2015-IPRECON**IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

Balancete Financeiro

Período de Referência: Setembro / 2015



INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)	1.748.455,96	Despesa Orçamentária (VI)	636.100,28
Ordinária	0,00	Ordinária	0,00
Vinculada	1.748.455,96	Vinculada	636.100,28
02030000 - Contribuição para RPPS	1.617.829,82	02030000 - Contribuição para RPPS	636.100,28
02050000 - Aporte p/ Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	130.626,14		
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00		
Transferências Financeiras Recebidas (II)	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00
Transf. Financeira Recebida	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00
Aportes	0,00		
Recebimentos Extraorçamentários (III)	750.281,68	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	1.184.584,48
Inscrição de restos a pagar	636.100,28	Pagamento de restos a pagar	678.777,64
Valores restituíveis	114.181,40	Valores restituíveis	114.181,40
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	Outras Variações Diminutivas	391.625,44
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	94.131.863,35	Saldo em Espécie do Exercício (IX)	94.809.916,23
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	96.630.600,99	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	96.630.600,99

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM. Unidade Responsável IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, Data Emissão 30/09/2015. Hora emissão 13:28:23

Notas:

ONEIDE BERTOLINI
Contadora
CRC/SC 027.452/O-5

LUCILENE L. LAZZAROTTI
Diretora-Presidente

Coronel Freitas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO N° 13/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

ATA REGISTRO DE PREÇO N° 13/2015

Objeto: MATERIAIS ELÉTRICOS E DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA INSTALADA NO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço n° 12/2015

Empresa com preços registrados: ELÉTRICA CAVALLI LTDA EPP

CNPJ: 04.935.537/0001-02

Lotes: 01 e 02

Total: R\$ 211.900,00 (duzentos e onze mil e novecentos reais)

Coronel Freitas (SC), 09 de outubro de 2015

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº. 176 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 176 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) na seguinte Programação de despesa:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades da Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	04	01.0002	2.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao credito suplementar constante no Art. 1º, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) da seguinte Programação de despesas:

10.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.0051.2.014 – Manutenção das Atividades da Saúde				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
31.90.00.00.00	Aplicações Diretas	02	01.0002	2.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 29 de setembro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

Correia Pinto

PREFEITURA

EDITAL 005/2015 CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO – SC

Criado pela Lei Municipal nº 501/93 de 22 de junho de 1993. Regulamentado pelo Decreto Municipal nº 0049/93 de 25 de outubro de 1993.

Lei Promulgada nº 1632/2010 de 26 de novembro de 2010 Edital 005/2015 CMDCA

HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO

TUTELAR

RESOLUÇÃO Nº 03/2015

Dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Correia Pinto, após análise de recursos.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 1.632/2010 de 26 de novembro de 2010, RESOLVE:

I - Informar a todos que, após a divulgação do resultado do pleito, não foram interpostos recursos.

II - Tornar público o resultado final após análise dos recursos, nos termos do item 4.1 do Edital nº 001/2015.

III - Homologar o RESULTADO FINAL do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de para o mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020, conforme relação abaixo:

Art. 1º. Fica proclamado o resultado final da eleição realizada no dia 04/10/2015 I - Total de eleitores: 1.804

II - Total de votos válidos: 1.778

III - Total de votos em brancos/nulos: 26

Art. 2º. Total de votos por candidato:

Nome do Candidato	Nº. de Votos	Classificação
Silvania Muniz da Silva	416	1º
Suzamara Couto Lourenço	293	2º
Cleusa de Fátima Ramos Sobczack	203	3º
Rozangela Wolff de Córdova	178	4º
Fabio Junior Ferreira	175	5º
Elba Camargo de Andrade	146	6º
Veronica da Conceição Costa Fogaça	122	7º
Maristela Furtado	96	8º
Juliane Luiz Fedrizzi	88	9º
Terezinha Saturnino dos Santos	61	10º

Art. 3º. Ficam os seguintes candidatos eleitos como titulares, por ordem de votação:

I- Silvania Muniz da Silva

II- Suzamara Couto Lourenço

III- Cleusa de Fátima Ramos Sobczack

IV- Rozangela Wolff de Córdova

V- Fábio Junior Ferreira

Art. 4º. Ficam os demais candidatos como suplentes, por ordem de votação:

I- Elba Camargo de Andrade

II- Veronica da Conceição Costa Fogaça

III- Maristela Furtado

IV- Juliane Luiz Fedrizzi

V- Terezinha Saturnino dos Santos

Art. 5º. A diplomação e posse dos membros do Conselho Tutelar titulares e suplentes, dar-se-á no dia 10/01/2015, às 10:00 horas, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, situada à Rua Vitória Regia, 500, bairro Pró-Flor.

Art. 6º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Correia Pinto, 05 de outubro de 2015.

Márcia de Fátima dos Santos

Presidente do CMDCA

Corupá

PREFEITURA

CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001/15 - CANCELADA

Ata de Julgamento do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/15
EDITAL DE CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001/15

Aos nove dias do mês de Agosto de dois mil e quinze, às quatorze horas e trinta minutos, na sala da divisão de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Corupá, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 3079/14, de 21 de Novembro de 2.014, sendo designado como Presidente neste processo a Sra. Jéssica Tamara Pezzatto com o grupo de apoio formado por Silvana Zoleti da Silva Fernandes, Joney Cicero Morozini, Juliana Twardowski, Dairton Jose Giraldi e Josimar Caldeira, para a sessão pública de Julgamento de CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/15 destinada na escolha Seleção de proposta mais vantajosa, visando a Permissão de uso, de espaço para exploração de copa e cozinha no Ginásio Municipal de Esporte Willy Germano Gessner, João Tozini, localizado na Rua José Pasqualini, 126 na cidade de Corupá, contendo os seguintes espaços: Bar e Lanchonete, 25,84 m², admitindo-se prorrogação (na forma do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/1993), com a meta de atender aos usuários do espaço permitindo, no qual a permissionária devesse explorar a atividade de lanchonete, fornecendo refeições, lanches, bebidas e similares. Iniciou-se os trabalhos, verificou que por necessidade de readequações do Edital quanto aos ENCARGOS E RESPONSABILIDADES DO PERMISSIONÁRIO, resolve cancelar este Procedimento Licitatório. O resultado será publicado no Mural da Prefeitura Municipal Corupá e no Diário Oficial dos Municípios para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Exmo. Sr. Prefeito Municipal.

E, em nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que após lida foi assinada pelos presentes.

Corupá, 09 de Outubro de 2015.

Jéssica Tamara Pezzatto PRESIDENTE	Silvana Zoleti da Silva Fernandes EQUIPE DE APOIO	Joney Cicero Morozini EQUIPE DE APOIO
Juliana Twardowski EQUIPE DE APOIO	Dairton Jose Giraldi EQUIPE DE APOIO	Josimar Caldeira EQUIPE DE APOIO

CONTRATO 152/2015

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 152/15

Processo Licitatório nº 093/15

DISPENSA nº 032/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: TELEJED INSTALAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 85.225.894/0001-70 e inscrição Estadual nº 252.393.597, estabelecida na Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 320 – salas 17 e 18 - Centro, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Antonio Adolfo Beloli, inscrito no CPF sob o nº 485.834.729-04, portador da Carteira de Identidade nº 1.522.435-0 SSP/SC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E MONTAGEM DE CENTRAL TELEFONICA E CABEMANETO

ESTRUTURADO PARA USO DO NÚCLEO DE APOIO AS FAMÍLIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC

JUSTIFICATIVA:

ESTRUTURAR O ESPAÇO FÍSICO PARA PROPORCIONAR UM ADEQUAMENTO DE MELHOR QUALIDADE AOS USUÁRIOS DO NASF (NÚCLEO DE APOIO AS FAMÍLIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ).

VALOR DO CONTRATO: R\$ 3.841,75 (Três Mil e Oitocentos e Quarenta e Um Reais e Setenta e Cinco Centavos).

Data da Assinatura: 08/10/2015

Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

DISPENSA 032/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 093/15

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/15

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

CONTRATADA: TELEJED TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E MONTAGEM DE CENTRAL TELEFONICA E CABEMANETO ESTRUTURADO PARA USO DO NÚCLEO DE APOIO AS FAMÍLIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC.

VALOR: R\$ 3.841,75 (Três Mil e Oitocentos e Quarenta e Um Reais e Setenta e Cinco Centavos).

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

PEÇAS E SERVIÇOS DE INTERNET (SAÚDE)			
0600	Secretaria Municipal de Saúde		
06.01	Fundo Municipal de Saúde		
010.301.0081.1010	Bloco de Atenção Básica		
33903997	Despesas de Teleprocessamento		
D.R. 01.00.64		CÓD. REDUZ.132	
44905206	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação		
D.R. 01.00.64		CÓD. REDUZ.134	

RAZÃO DA ESCOLHA E BASE LEGAL

O caso específico merece acolhimento, já que o pedido está plenamente respaldado no artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, uma vez que o serviço pretendido atende às necessidades da municipalidade no que tange a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E MONTAGEM DE CENTRAL TELEFONICA E CABEMANETO ESTRUTURADO PARA USO DO NÚCLEO DE APOIO AS FAMÍLIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC.

Atende-se que a dispensa ocorre quando não há condição de competitividade para aquisição do objeto, entretanto a lei faculta a não reavaliação por conveniência administrativa e satisfação do interesse público. Todos os casos de Dispensa estão taxativamente elencados no art.24 e seus incisos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, não admitindo situações não descritas no texto legal.

JUSTIFICATIVA:

ESTRUTURAR O ESPAÇO FÍSICO PARA PROPORCIONAR UM

ATEDIMENTO DE MELHOR QUALIDADE AOS USUÁRIOS DO NASF
(NÚCLEO DE APOIO AS FAMÍLIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ).

Corupá/SC, 08 de Outubro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

VISTO:
FERNANDO GEAN LUNELLI
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SC 25.435

EXTRATO DE CONTRATO 147/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 147/15
Processo Licitatório nº 084/15
Pregão Presencial Registro de Preço 031/15
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADA: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 14.534.916/0001-36 e inscrição Estadual nº 256.558.450, estabelecida na Rua Dr. Paulo Aldinger nº 71, sala 01, município de Blumenau, Estado de Santa Catarina.
OBJETO: Registro de Preços consiste no registro de preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.
VALOR DO CONTRATO R\$2.073,50 (dois mil e setenta e três reais e cinquenta centavos).
Data da Assinatura: 07/10/2015

Data da Vigência: 07/10/2016
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 148/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 148/15
Processo Licitatório nº 084/15
Pregão Presencial Registro de Preço 031/15
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADA: DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 00.750.862/0001-31 e inscrição Estadual nº NIRE 4220205852-7, estabelecida na Rua Edgar Linhares, 121 Bairro Nova Esperança, Município de Balneário Camboriú CEP 88336-210, Estado de Santa Catarina.
OBJETO: Registro de Preços consiste no registro de preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.
VALOR DO CONTRATO R\$23.324,40 (vinte e três mil e trezentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos).
Data da Assinatura: 07/10/2015

Data da Vigência: 07/10/2016
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 149/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 149/15
Processo Licitatório nº 084/15
Pregão Presencial Registro de Preço 031/15
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADA: JP DE LIMA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.785.417/0001-20 e inscrição Estadual nº 254.612.903, estabelecida na Rua Treze de Maio, nº 400, fundos, Bairro Czerniewicz, município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89255-400.
OBJETO: Registro de Preços consiste no registro de preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.
VALOR DO CONTRATO R\$26.085,30 (vinte e seis mil e oitenta e cinco reais e trinta centavos).
Data da Assinatura: 07/10/2015

Data da Vigência: 07/10/2016
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 150/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 150/15
Processo Licitatório nº 084/15
Pregão Presencial Registro de Preço 031/15
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADA: MAXIMA PAPELARIA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 85.260.164/0001-00 e inscrição Estadual nº 252.426.240, estabelecida na Rua Adolfo Konder, nº 279, Bairro Ceramarte, município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, CEP 89295-000.
OBJETO: Registro de Preços consiste no registro de preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.
VALOR DO CONTRATO R\$ 15.530,25 (quinze mil e quinhentos e trinta reais e vinte e cinco centavos).
Data da Assinatura: 07/10/2015

Data da Vigência: 07/10/2016
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 151/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 151/15
Processo Licitatório nº 084/15
Pregão Presencial Registro de Preço 031/15
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio

Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: ZELI ODETE DA SILVA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.232.159/0001-69 e inscrição Estadual nº 257.205.497, estabelecida na Rodovia BR 280 KM 21, nº 10.750, Bairro Areias Pequenas, município de Araquari, Estado de Santa Catarina, CEP 89245-000.

OBJETO: Registro de Preços consiste no registro de preços para eventuais aquisições parceladas de MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO R\$13.591,50 (treze mil e quinhentos e noventa e um reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 07/10/2015

Data da Vigência: 07/10/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONVÊNIO

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio nº: 2015TR001394

Concedente: Estado de Santa Catarina Conveniente: Município de Corupá

Valor no montante: R\$ 2.199.018,37 (dois milhões, cento e noventa e nove mil, dezoito reais e trinta e sete centavos).

Valor concedente: R\$ 1.759.874,40 (um milhão, setecentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos).

Valor conveniente: R\$ 439.143,97 (quatrocentos e trinta e nove mil, cento e quarenta e três reais e noventa e sete centavos).

Vigência: 30/10/2015 a 30/03/2017

Objeto: Pavimentação das ruas: Rua 10 – Padre Vicente, Rua 11 – Vicente Brugnetti, Rua 24 – Da Saudade, Rua 32 – Eduardo Kriesch, Rua 35 – Henrique Fuck, Rua 57 – 07 de Julho, Rua 78 – Expedicionário, Rua 79 – Joinville, Rua 93 – Frederico Schuarte, Rua 98 – sem denominação e Rua 39 – Alberto Darius.

Finalidade: Reduzir os custos de manutenção.

Data de liberação: mês janeiro/mês abril 2016.

Detalhamento da aplicação dos recursos: 449000 – Obras e Instalações.

Corupá, SC, 09 de outubro de 2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DA ASSISTENCIA SOCIAL

FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA

CANCELAMENTO DE CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 005/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: : Ponto Sul Serviços Ltda.

Objeto Realização de oficina de Culinária para o Fundo da Infância e Adolescência – Origem: Pregão 004/2015 FIA Processo 005/2015 - valor R\$ 14.610,00, - Vigência 01/10/2015 à 31/12//2015 Esse contrato foi cancelado em virtude da empresa não ter interesse no Termo aditivo

Dionísio Cerqueira 09/10/2015

Maria C.W. Schirmbech

Gestora do FMAS

Erval Velho

PREFEITURA

RESOLUÇÃO E HOMOLOGAÇÃO FMAS

RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE O RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

RESOLUÇÃO Nº 04/2015

Dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Erval Velho, após análise de recursos.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Complementar nº 046/2013, RESOLVE:

I - Informar a todos que, após a divulgação do resultado do pleito, foram interpostos recursos.

II - Homologar o RESULTADO FINAL do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Erval Velho para o mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020, conforme relação abaixo:

Art. 1º. Fica proclamado o resultado final da eleição realizada no dia 04/10/2015:

I - Total de eleitores: 886

II - Total de votos válidos: 880

III - Total de votos em branco: 02

IV - Total de votos nulos: 04

Art. 2º. Total de votos por candidato:

Nome do Candidato	Nº. de Votos	Classificação
Gerson Cardoso da Rocha	242	1º
Ivanete Brunetto Camargo	171	2º
Vanilce Traverssini Piovezan	116	3º
Aline Telles Gemelli	110	4º
Laura Reinaldo	76	5º
Rejane Ribeiro Rodrigues	74	6º
Kezi de Oliveira	74	7º
Lucimar Rodrigues da Silva	17	8º

Art. 3º. Ficam os seguintes candidatos eleitos como titulares, por ordem de votação:

I- Gerson Cardoso da Rocha

II- Ivanete Brunetto Camargo

III- Vanilce Traverssini Piovezan

IV- Aline Telles Gemelli

V- Laura Reinaldo

Art. 4º. Ficam os demais candidatos como suplentes, por ordem de votação:

I- Rejane Ribeiro Rodrigues

II- Kezi de Oliveira

III- Lucimar Rodrigues da Silva

Art. 5º. A diplomação e posse dos membros do Conselho Tutelar titulares e suplentes dar-se-á no dia 10/01/2016, com horário e local a ser definidos.

Art. 6º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Erval Velho, 09 de outubro de 2015.

Daniela Foiatto

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 203/2015

PORTARIA Nº 203/2015

PRORROGA PORTARIA Nº 180/2015 A QUAL CONCEDE AFASTAMENTO TEMPORARIO A CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente PRORROGADA a Portaria nº 180/2015 a qual CONCEDE AFASTAMENTO TEMPORARIO sem prejuízo de remuneração ao Conselheiro Tutelar IVO ELEMAR STOLL, pelo período de 10 dias.

Art. 2º - O devido afastamento ocorre mediante instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar nº 01/2015 de 12 de Junho de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 13 dias do mês de Outubro de 2015.

ROGÉRIO PERIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado

Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Forquilha

PREFEITURA

DECRETO Nº. 151, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 151, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015.

DESIGNA A SERVIDORA ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK PARA A FUNÇÃO DE PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, EM SUBSTITUIÇÃO DO SERVIDOR VALDECIR TISCOSKI, QUE AFASTOU-SE POR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o disposto nas Leis Federais nºs 8.666/93 e 8.883/94, 10.520/2002, com suas respectivas alterações:

CONSIDERANDO que o servidor VALDECIR TISCOSKI, que exerce a função de Presidente da Comissão Permanente de Licitação, designado pelo Decreto nº 03, de 02 de janeiro de 2015, afastou-se por licença para tratamento de saúde,

CONSIDERANDO a necessidade de substituição do servidor afastado para o regular andamento dos processos de licitação,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK para a função de Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL, em substituição do servidor Valdecir Tiscoski, que afastou-se por licença para tratamento de saúde.

Art. 2º A vigência deste Decreto será pelo período em que o servidor Valdecir Tiscoski estiver afastado para tratamento de saúde.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilha/SC, 09 de setembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 09 de setembro de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0008_2015 - RP 0079 - DOM

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0008/2015 – PMF
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0079/2015 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de mesas digitais interativas para uso nos Centros Municipais de Educação Infantil, com entregas durante o período de novembro de 2015 a fevereiro de 2016. Julgamento: Menor Preço por LOTE. Recebimento das Propostas: das 12:00 horas do dia 15/10/2015 até às 18:00 horas do dia 28/10/2015. Abertura e julgamento das propostas: das 12:00 horas até às 18:00 horas do dia 29/10/2015. Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:00 horas do dia 30/10/2015. Referência de Tempo: horário de Brasília (DF). Local: www.bll.org.br, Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 08 de outubro de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0120_2015-PMF RP 0078

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0120/2015 – PMF
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0078/2015 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de gêneros alimentícios para Cesta Básica, a serem doadas as famílias carentes. Validade da Ata de Registro de Preços: novembro de 2015 a janeiro de 2016. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:00 horas do dia 26.10.2015. Abertura: às 14:00 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 09 de outubro de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0121_2015-PMF RP 0080

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0121/2015 – PMF
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0080/2015 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de serviços de transporte de máquinas pesadas para realização de trabalhos no interior deste Município e nos bairros afastados do perímetro urbano, para o Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo), durante os meses de outubro de 2015 a janeiro de 2016. Validade da Ata de Registro de Preços: outubro de 2015 a janeiro de 2016. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 15:00 horas do dia 23.10.2015. Abertura: às 15:00 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 08 de outubro de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0122_2015-PMF RP 0081

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0122/2015 – PMF
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0081/2015 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de fraldas descartáveis geriátricas para doação às pessoas carentes ou em situação de vulnerabilidade social; e fraldas descartáveis infantis para uso de crianças abrigadas nas Casas Lares deste Município. Validade da Ata de Registro de Preços: novembro de 2015 a janeiro de 2016. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:00 horas do dia 27.10.2015. Abertura: às 14:00 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 09 de outubro de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito

DECRETO Nº 212/2015

DECRETO Nº 212, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2015 no valor de R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais), nas seguintes dotações:

05.00 – Secretaria de Administração e Planejamento		
05.01 – Secretaria de Administração e Planejamento		
04.122.0002.2.008 – Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (28)	R\$	510.000,00
Total	R\$	510.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

4172101020100 – Cota-Parte do FPM	R\$	510.000,00
TOTAL	R\$	510.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 09 DE OUTUBRO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

EDITAL Nº 002-2015 - ENTIDADES CANDIDATAS 2012

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL N. 002/2015.

DISPÕE SOBRE A RELAÇÃO DAS ENTIDADES ELEITAS NO FÓRUM DE ELEIÇÃO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CMDCA.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE FRAIBUGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 1219, de 04 de junho de 1997, alterada pelas Leis nº. 1352/98, 1394/99, 2299/2015, torna público a relação das entidades eleitas no Fórum de eleição de escolha dos membros do CMDCA:

1. RELAÇÃO DAS ENTIDADES CANDIDATAS

Nº. Inscrição	Entidade
01	Grupo Voluntário Vida e Cidadania
02	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Fraiburgo (APAE)
03	Projeto Espaço Alternativo
04	Pastoral da Criança
05	Centro Cultural Egon Frey
06	Associação Vital Karatê-dô

Fraiburgo, SC, 09 de outubro de 2015.

Lia Frey

Presidente do CMDCA

EXTRATO EDITAL DE ACT 0023-2015 - MEDICO ESF

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0023 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para a função pública de Médico de Saúde da Família - ESF. O preenchimento de vagas será para o ano de 2015 e 2016, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 13 de outubro a 12 de novembro de 2015, das 12:30 às 17:30 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 07 de outubro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2085/2015

PORTARIA Nº 2085, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido, o servidor LUIZ GUILHERME DA SILVA BEHER, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 066.699.079-40, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 07 de outubro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2086/2015

PORTARIA N.º 2086, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01313/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FRANCINALDA RODRIGUES CIRINO, brasileiro(a), solteiro(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 033.367.929-67, contratado(a) em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 11 de outubro de 2015 até 10 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2087/2015

PORTARIA N.º 2087, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 01314/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLENE PEREIRA, brasileiro(a), divorciado(a), inscrito(a) no CPF sob o n.º 701.311.639-49, contratado(a) em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 21 de outubro de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de outubro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2088/2015

PORTARIA N.º 2088, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SABRINA DO NASCIMENTO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 100.206.969-65, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de outubro de 2015 até 12 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de outubro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2089/2015

PORTARIA N.º 2089, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 055/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LEDIR DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 564.409.529-00, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de outubro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RESOLUCAO RESULTADO CONSELHO TUTELAR Nº 018-2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR.

RESOLUÇÃO Nº 18/2015

Dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Fraiburgo, após análise de recursos.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 139 da Lei Federal 8069 (ECA), Lei Municipal 920/92, com alteração 992/93 e Lei Municipal 1162/96, RESOLVE:

I -Informar a todos que, após a divulgação do resultado do pleito, não foram interpostos recursos.

II -Homologar o RESULTADO FINAL do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Fraiburgo para o mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020, conforme relação abaixo:

Art. 1º: Fica proclamado o resultado final da Eleição realizada no dia 04/10/2015.

I -Total de eleitores: 1.171

II -Total de votos válidos: 1.156

III -Total de votos em branco: 03

IV -Total de votos nulos: 12

Art. 2º: Total de votos por candidato:

Nome do Candidato	Nº de votos	Classificação
CLAUDINEI DE OLIVEIRA	557	1º
ANDRÉ FELIPE SCHUEDA	386	2º
LUCIANE BEATRIZ DOS SANTOS	383	3º
CENELÂNDIA VALIM LOPES	372	4º
VILMA SALETE BRIDI MAFRA	317	5º
ROSANE SALES	291	6º
VERA LUCIA DE OLIVEIRA	290	7º
LECILDA GOMES RIBEIRO	235	8º
JUCIANE DE FÁTIMA FERNANDES	214	9º
CLEUDE BIANCHI	211	10º
ACIR RIBEIRO	151	11º

Art. 3º: Ficam os seguintes candidatos eleitos como titulares, por ordem de votação:

I- CLAUDINEI DE OLIVEIRA

II- ANDRÉ FELIPE SCHUEDA

III- LUCIANE BEATRIZ DOS SANTOS

IV- CENELÂNDIA VALIM LOPES

V- VILMA SALETE BRIDI MAFRA

Art. 4º: Ficam os demais candidatos como suplentes, ordem de votação:

I- ROSANE SALES

II- VERA LUCIA DE OLIVEIRA

III- LECILDA GOMES RIBEIRO

IV – JUCIANE DE FÁTIMA FERNANDES

V- CLEUDE BIANCHI

VI- ACIR RIBEIRO

Art. 5º. A diplomação e posse dos membros do Conselho Tutelar titulares e suplentes, dar-se-á no dia 10/01/2016, às 09:00 horas, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, situada à Rua Arnoldo Frey, 179, no Centro de Fraiburgo.

Art. 6º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 09 de outubro de 2015.

LIA FREY

Presidente do CMDCA

TA.AT15SF11

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT15SF11 - Contrato Nº: AT15SF07

Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO

Contratada...: KEMHYDRA COM. PROD. QUÍM.PETROQUÍMICOS LTDA.

Vigência : Início: 25/09/2015 Término: 30/11/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2015

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Fraiburgo, 9 de Outubro de 2015

ELOI REGALIN

Presidente

TA15PMF127A

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF127A - Contrato Nº: CT14PMF146

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: HBINFO PROVEDOR LTDA ME

Vigência : Início: 23/09/2015 Término: 23/09/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 18/2014.

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, DE COMUM ACORDO E EM CONFORMIDADE COM O PREVISTO NA CLÁUSULA TERCEIRA E COM FULCRO NO ART. 57 INC. IV DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL PARA ATÉ O DIA 23/09/2016.

Fraiburgo, 9 de Outubro de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito

TA15PMF132

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA15PMF132 - Contrato Nº: CT15PMF22

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: JULIO JENOVENCIO FERREIRA DOS SANTOS ME

Valor : 2.025,00 (dois mil e vinte e cinco reais)

Vigência : Início: 05/10/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2015

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, II, ALÍNEA B E § 1º DA LEI Nº 8.666/93, AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO PARA ACRÉSCIMO DE 25% NO VALOR MENSAL, PASSANDO O VALOR MENSAL DE R\$ 2.700,00 (DOIS MIL E SETECENTOS REAIS) PARA R\$ 3.375,00 (TRÊS MIL, TREZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS), RESTANDO A EMPENHAR UM VALOR DE R\$ 2.025,00 (DOIS MIL E VINTE E CINCO REAIS) PARA OS MESES DE OUTUBRO, NOVEMBRO DE DEZEMBRO DE 2015, QUANDO TERMINA A VIGÊNCIA DO REFERIDO CONTRATO.

Fraiburgo, 9 de Outubro de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

TA15PMF133**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA15PMF133 - Contrato Nº: CT14PMF146
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada....: HBINFO PROVEDOR LTDA ME
Valor : 41.394,44 (quarenta e um mil trezentos e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 06/10/2015 Término: 23/09/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 18/2014.
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, DE COMUM ACORDO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, INCISO II, DA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, E NOS TERMOS DA CLÁUSULA QUINTA 5.1 DO CONTRATO, FICA REAJUSTADO COM BASE NO IGP-M NO PERCENTUAL DE 8,3588% (ÍNDICE ACUMULADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES EM (%)) A PARTIR DO MÊS DE OUTUBRO DE 2015, O VALOR MENSAL PAGO PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, PASSANDO O VALOR POR ITEM.

Fraiburgo, 9 de Outubro de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

TA15PMF134**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA15PMF134 - Contrato Nº: CT14PMF85
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada....: HBINFO PROVEDOR LTDA ME
Valor : 253,50 (duzentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos).
Vigência : Início: 08/10/2015 Término: 21/05/2016
Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2014
Objeto : EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, I, A E § 1º DA LEI Nº 8.666/93 E SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO, CANCELAR O PONTO DE ACESSO À INTERNET DA BIBLIOTÉCA PÚBLICA MUNICIPAL, DEVIDO A MUDANÇA DE LOCAL DA BIBLIOTECA PARA A CASA DA CULTURA DO MUNICÍPIO, A PARTIR DO MÊS DE OUTUBRO DE 2015.

Fraiburgo, 9 de Outubro de 2015
IVO BIAZZOLO
Prefeito

TERMO DE EXCLUSÃO 09.10.2015**Edital de Notificação**

Aviso de Publicação de Notificação de Exclusão do Simples Nacional
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL
O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO NOTIFICA AS EMPRESAS ABAIXO RELACIONADAS DA SUA EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL, SENDO QUE TERÃO O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA APRESENTAR IMPUGNAÇÃO OU REGULARIZAR DÉBITOS/PENDENCIAS TRIBUTÁRIAS PARA COM O MUNICÍPIO (Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, art. 17, inciso V; art. 30, inciso II). Resolução CGSN nº 94 de 29.11.2011, art. 15, inciso XXVI e art. 73, inciso II "d"; A SABER: ADELITA THIBES DE MEIRA - 03047703965-CNPJ:18.652.531/0001-24;ADIR ANHAIA DE LIZ - 02051231982-CNPJ:16.537.898/0001-71;ADRIANA FELIPE DE JESUS - 06997223907-CNPJ:21.027.284/0001-80;AGENOR GOBBI - 55200583934-CNPJ:17.620.836/0001-91;ANA CRISTINA FRANÇA - 03956557905-CNPJ:14.332.768/0001-77;ANADIR TERESINHA

DAROL - 51160145920-CNPJ:17.442.838/0001-38;ANGELUSA VIERO - 00491229917-CNPJ:19.672.848/0001-95;BAR REGIANA LTDA. -CNPJ:16.607.066/0001-84;CARMEN PIASSON - 06096738907-CNPJ:21.226.916/0001-34;CATULINO PEREIRA DE SOUZA - 64965791991-CNPJ:19.904.018/0001-46;CLADI MARIA STIEVEN - 59031689904-CNPJ:11.936.919/0001-08;CLAUDIA LAZZAROTTO - 78177227904-CNPJ:19.041.001/0001-02;CRISTIANI DE SOUZA 04584468907-CNPJ:18.990.664/0001-00;DALVA TEREZINHA DE LIMA - 65656326934-CNPJ:16.838.290/0001-87;DANIEL MORASKI - 00558412955-CNPJ:18.580.840/0001-36;DAVID RODRIGUES SEVERO FILHO - 48168378920-CNPJ:12.251.537/0001-03;DAVID SALDANHA 09035868943-CNPJ:22.505.031/0001-37;DEJANDIR CAMARGO - 86680030978-CNPJ:15.410.254/0001-55;DIEGO RIBEIRO - 00980118980-CNPJ:20.993.915/0001-52;EDENIR JOSE DE MELLO - 42987075987-CNPJ:19.010.387/0001-95;EDER ALVES DE LIMA - 03699172945-CNPJ:19.193.420/0001-60;EDILEUSA DE MATIA - 81398026972-CNPJ:18.218.779/0001-81;EDSON COSTA MOREIRA - 01691702927-CNPJ:17.204.035/0001-45;ELITON GESEL RIBEIRO LARA DA ROSA - 06488203940-CNPJ:20.424.580/0001-51;GILMAR BERTHE - 02345312904-CNPJ:16.626.404/0001-25;GILMAR DIAS DE ALMEIDA - 46980016920-CNPJ:17.051.404/0001-07;GILMAR SILVA DE ANDRADE - 97495689900-CNPJ:11.545.149/0001-72;- GIOVANI FARIAS - 90488202949-CNPJ:20.197.591/0001-46;- GISELLE APARECIDA ALVES VARELA - 99408414004-CNPJ:19.032.045/0001-76;J.M COMERCIO DE CEREAIS E TRANSPORTES LTDA ME-CNPJ:09.383.031/0001-43;JACI TELES REZENDE - 70675180910-CNPJ:20.000.061/0001-66;JAIR THIBES - 79005764953-CNPJ:16.455.086/0001-87;JOAO DE AGOSTINHO PAULO - 029492257917-CNPJ:18.581.537/0001-58;JOELMA APARECIDA LAURINDO - 03647166901-CNPJ:13.364.273/0001-67;- JOSE AMARILDO DOS SANTOS - 47956143934-CNPJ:14.939.287/0001-24;JOSE HENRIQUE RODRIGUES DE ANHAIA - 83314652968-CNPJ:19.841.225/0001-07;JULIANO ZAMPIRON - 00512175977-CNPJ:13.879.881/0001-04;LM MATERIAL DE CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA-CNPJ:15.708.011/0001-06;LUCIANE APARECIDA ROSA HOFFMAN - 74159747949-CNPJ:17.770.727/0001-50;LUCIMARA APARECIDA ALVES CORREA 07897638936-CNPJ:18.709.912/0001-00;LUIZ CARLOS ALVES - 02980513970-CNPJ:20.461.442/0001-42;MARCELO PADILHA DA COSTA - 00841734917-CNPJ:19.971.396/0001-42;MARCOS ADRIANO RALDI PALAORO - 08395591942-CNPJ:15.520.706/0001-51;MARGARIDA DE OLIVEIRA - 57934770987-CNPJ:17.704.593/0001-70;MARIA VALDOMIRA PALHANO DE SOUZA - 99836700978-CNPJ:21.414.566/0001-30;MARIA NE SANTOS 07738375906-CNPJ:20.221.559/0001-59;MIRIAN RODRIGUES LIMA - 03157528904-CNPJ:13.716.090/0001-63;MONIQUE ANGEL RODRIGUES DE OLIVEIRA - 09003448906-CNPJ:17.528.416/0001-80;ODIRLEI SABEDOT - ME - FILIAL-CNPJ:14.663.701/0005-49;PRICILA SERAFINI CASAGRANDE - 05412166946-CNPJ:19.097.969/0001-50;REGIANE APARECIDA BRANDALISE 76095550963-CNPJ:22.474.477/0001-41;RIO VERDE TRANSPORTES LTDA - ME-CNPJ:05.362.479/0001-20;- SANDRA RODRIGUES DE BARROS - 06660646957-CNPJ:20.127.170/0001-49;SEBASTIAO DA SILVA - 67022642915-CNPJ:17.472.334/0001-60;SERGIO JOAO FELICITI JUNIOR - 02602905992-CNPJ:21.054.915/0001-50;SILVANA ALVES DA ROSA 05234252957-CNPJ:11.842.378/0001-59;THIAGO ALAN GROTH - 08058352969-CNPJ:20.104.526/0001-29;TRANSPORTES HENRO LTDA ME-CNPJ:10.540.470/0001-00;V8 AUTOCENTER LTDA - ME-CNPJ:17.106.247/0001-90;VALCIR ALVES - 00523751966-CNPJ:20.697.468/0001-94;VALCIR SALVATTI - 94208409991-CNPJ:11.598.714/0001-60;VANIO APOLINARIO - ME-CNPJ:19.097.669/0001-71;VILMAR FREITAS ABREU 01023847035-CNPJ:22.076.689/0001-70;VOLNEI DA SILVA MUNIZ - 86875086972-CNPJ:15.696.618/0001-05;WINDERSON ALAN MOREIRA DA SILVA 08007486976-CNPJ:22.512.641/0001-68;

Georges dos Reis Santos
Auditor Fiscal – Matr. 9561

CÂMARA MUNICIPAL**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015

O Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial tendo como objeto a aquisição equipamentos de informática, áudio e vídeo, e aparelhos de ar condicionado. Tipo: Menor Preço Por Lote. Recepção dos Envelopes: até às 13h30min horas do dia 23 de outubro de 2015, na sede da Câmara Municipal situada a Avenida Lebon Regis, Bairro São José, Fraiburgo/SC. Abertura: às 14h00min do mesmo dia. A obtenção do Edital estará disponível diretamente no Departamento de Licitações da Câmara Municipal, no horário das 13h30min às 17h30min, ou através do e-mail cmfraiburgo@hbinfo.com.br. Maiores informações através do telefone (49) 3246-2764 das 13h00min as 17h00min.

Fraiburgo/SC, 09 de outubro de 2015.

GERSON DE MATIA

PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

Garopaba

PREFEITURA

PORTARIA N.º 878/2015.

PORTARIA N.º 878, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.
ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE
CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no
uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II,
IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou
apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 018/2015 e ainda
o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal nº
1.374, de 21 de dezembro, a servidora TATIANE RICARDO, ocu-
pante do cargo de professor 40 horas, matrícula n.º 3853, no GRU-
PO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/10/2015.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/10/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de outubro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 13/10/2015, de acor-
do com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 879/2015.

PORTARIA N.º 879, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.
ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE
CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no
uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II,
IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou
apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 019/2015 e ainda
o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal nº
1.374, de 21 de dezembro, a servidora EMERENCIANA MACIEL,
ocupante do cargo de professor 20 horas, matrícula n.º 4380, no
GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/10/2015.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/10/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de outubro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 13/10/2015, de acor-
do com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 880/2015.

PORTARIA N.º 880, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.
ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE
CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no
uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II,
IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou
apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 020/2015 e ainda
o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal nº
1.374, de 21 de dezembro, a servidora GIANE VIDAL, ocupante do
cargo de professor 40 horas, matrícula n.º 4381, no GRUPO I, nível
II, referência 1, com efeitos a partir de 01/10/2015.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/10/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de outubro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 13/10/2015, de acor-
do com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 881/2015.

PORTARIA N.º 881, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.
ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE
CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no
uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II,
IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou
apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 021/2015 e ainda
o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal nº
1.374, de 21 de dezembro, a servidora VANESSA DA SILVA JOÃO
GONÇALVES, ocupante do cargo de professor 20 horas, matrícula
n.º 4474, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir
de 01/10/2015.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/10/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de outubro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 13/10/2015, de acor-
do com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 882/2015.

PORTARIA N.º 882, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 022/2015 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21 de dezembro, a servidora ELICÉIA FLOR DOS SANTOS, ocupante do cargo de professor 40 horas, matrícula n.º 4651, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/10/2015.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/10/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de outubro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 13/10/2015, de acordo com a

Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 883/2015.

PORTARIA N.º 883, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 023/2015 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21 de dezembro, a servidora FERNANDA DE CARVALHO NASCIMENTO, ocupante do cargo de professor 40 horas, matrícula n.º 4653, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/10/2015.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/10/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de outubro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 13/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 884/2015.

PORTARIA N.º 884, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 024/2015 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21 de dezembro, a servidora ELIS REGINA DE OLIVEIRA SOARES, ocupante do cargo de professor 40 horas, matrícula n.º 4654, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/10/2015.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/10/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de outubro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 13/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 885/2015.

PORTARIA N.º 885, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

ENQUADRA A SERVIDORA QUE MENCIONA NO NOVO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições, especialmente, as previstas no art. 49, II, IV e VI da Lei Orgânica do Município e considerando o que ficou apurado no Processo Administrativo SME/RH Nº 025/2015 e ainda o que consta na Lei Nº 1374, de 21 de dezembro de 2009,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica enquadrada, na forma prescrita na Lei Municipal nº 1.374, de 21 de dezembro, a servidora ANA CRISTINA GONÇALVES CANTO, ocupante do cargo de professor 40 horas, matrícula n.º 4656, no GRUPO I, nível II, referência 1, com efeitos a partir de 01/10/2015.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/10/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de outubro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 13/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 886/2015.

PORTARIA N.º 886, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

ALTERA A PORTARIA Nº 757/2015, QUE "DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO a justificativa por escrito da Servidora Claudete Medeiros, Presidente da Comissão, que em virtude de seu afastamento por Licença para Tratar de Assuntos Particulares;

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR o artigo 2º, da Portaria n.º 757, de 27 de agosto de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. DESIGNAR para comporem a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar os servidores: ROSILENE PACHECO DE LIMA, JOÃO LUIZ GREGÓRIO E FERNANDO DA SILVA FERREIRA, para sob a presidência da primeira, conduzirem, o Processo Administrativo de que trata a presente Portaria".

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 05/10/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 09 de outubro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 13/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.891 de 03/06/2015.

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.588, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.588, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.
SUPLEMENTA SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº 3.620, de 27 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO:

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Unidade: 19 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	
Função: 15 URBANISMO	
SubFunção: 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Programa: 0019 CONSTR. Manut. Melh. Na Infra do Munic. Pela Sec. Planej e Desenvolvimento	
Atividade: 1095 Qualificação e Pavimentação de Vias e Corredores	
Dotação: 339 4.4.90.00.00.00.00.00	R\$ 2.991,63

Art. 2º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente da SECRETARIA MUNICIPAL DE educação:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade: 06 EDUCAÇÃO INFANTIL	
Função: 12 EDUCAÇÃO	
SubFunção: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL	
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil	
Atividade: 1099 Aquisição de Material Permanente	
Despesa: 340 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 24.940,63

Art. 3º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente da SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS:

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Unidade: 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	
Função: 15 URBANISMO	
SubFunção: 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	
Programa: 0014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras	
Atividade: 2074 Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras	
Despesa: 319 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 369.085,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de outubro de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

DECRETO Nº 6.592, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.592, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.
AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 84, da Lei Municipal nº 1.305 de 09 de outubro de 1991,

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a realização de até 65 (sessenta e cinco) horas mensais no total de serviço extraordinário, para o servidor Almir Nunes, de até 65 (sessenta e cinco) horas para o servidor Charles Volnei Zabel, e de até 70 (setenta) horas para o servidor Everton Batista, conforme escala, em virtude de necessidade dos motoristas atenderem o transporte escolar e agendas da Secretaria de Educação, pelo período de 15 de outubro de 2015 a 14 de novembro de 2015.

Parágrafo único. As horas extras serão realizadas sem prejuízo do repouso semanal remunerado.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão a conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de outubro de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.593, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.593, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.
exonera O SERVIDOR RAUL SCHRAMM.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 2.612/2005,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 08 de outubro de 2015, o servidor RAUL SCHRAMM, CPF nº 309.254.449-87, do cargo em comissão de Diretor de Indústria e Comércio, nomeado pelo Decreto nº 4857/2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de outubro de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.819, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.819, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

NOMEIA SERVIDOR PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei 1.347/1992,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor abaixo relacionado, conforme classificação no Edital de Processo Seletivo nº 12/2013 da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

Nome	Admissão	Cargo
DIORGINES PROENÇO	07/10/2015	PROFESSOR DOC III-3

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 3.820, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA Nº 3.820, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

HOMOLOGA CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DE QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a conclusão de estágio probatório dos servidores abaixo relacionados:

Nome	Cadastro	Cargo	Data de Posse	Término do Estágio Probatório
Cristina Eliane do Espírito Santo	7926	Berçarista	08/02/2010	15/07/2015
Miriam Queller Ferraz	9795	Merendeira/ Servente	02/10/2012	03/10/2015
Rosangela Pereira de Jesus	9106	Professora	01/02/2012	06/10/2015
Salete Luiz dos Santos	9712	Técnica de Enfermagem	05/07/2012	12/07/2015
Susana Amaral Olescuk	282	Telefonista- SAMAE	23/03/2012	19/03/2015

Art. 2º O servidor que obteve aprovação fica por este ato declarado ESTÁVEL NO SERVIÇO PÚBLICO, nos termos do artigo 41, § 4º, da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA RH 105/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 105/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a) TANIA R I BENEVENUTTI, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01/04/2008 a 04/05/2013, devendo folgar 02 meses a partir de 13/10/2015 a 11/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000 -Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 106/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 106/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a) MARISE KREMER THEISS, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 25/02/2010 a 18/03/2015, devendo folgar 02 meses a partir de 13/10/2015 a 11/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 107/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 107/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a) MARIA APARECIDA DA COSTA, ocupante do cargo efetivo de Berçarista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 02/02/2010 a 14/04/2015, devendo folgar 02 meses a partir de 13/10/2015 a 11/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 108/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 108/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a) DORALINO JOAO FRANZOSI, ocupante do cargo efetivo de Zelador Escola, lotado na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 09/02/2009 a 08/02/2014, devendo folgar 02 meses a partir de 19/10/2015 a 17/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 109/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 109/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a) MARIA DE LOURDES MEZOMO FRANZOSI, ocupante do cargo efetivo de Servente/Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01/02/2010 a 09/02/2015, devendo folgar 02 meses a partir de 13/10/2015 a 11/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 110/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 110/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a) MARLIZE ADRIANE ADAO, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Transportes e Obras à disposição na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 08/02/2010 a 24/07/2015, devendo folgar 02 meses a partir de 13/10/2015 a 11/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PREGÃO PRESENCIAL Nº 158/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso de Alteração do Pregão Presencial nº 158/2015

O Município de Gaspar torna público e para conhecimento dos interessados em participar do processo supramencionado, o qual tem por objeto a Aquisição de veículo automotor novo para a Secretaria de Desenvolvimento Social e para o Corpo de Bombeiros Militar do Município de Gaspar, que o Edital foi ALTERADO. Em face disto FICA REDESIGNADO O DIA 26/10/2015 ÀS 9H para o recebimento dos envelopes, e às 9h30min do mesmo dia para a abertura do certame. O local para entrega e abertura, é o Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos nº 435 - Centro, Gaspar/SC. A íntegra do Aditivo pode ser obtida através do link www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar, 09 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO = PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2015

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO = PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2015

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

AUTOS: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 006/2015.

INTERESSADA: Câmara de Vereadores de Gaspar, CNPJ nº. 83.543.546/0001-16.

OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos Profissionais de Medicina e Segurança do Trabalho para a prestação de serviços médicos destinados a elaboração e execução Programa de Controle Médico e Saúde ocupacional (PCMSO –NR7); e de serviços destinados à execução do Programa de Riscos Ambientais (PPRA – NR9); elaboração do relatório anual do programa de controle médico de saúde ocupacional; e emissão dos Perfis Profissiográficos Previdenciários (PPP's) para os servidores da Câmara de Vereadores de Gaspar.

ADJUDICATÁRIA: CONSSETRA SEGURANÇA MEDICINA E TREINAMENTO DO TRABALHO, CNPJ nº. 22.348.788/0001-64.

VALOR: R\$850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

Gaspar-SC, 09 de outubro de 2015.

Câmara de Vereadores de Gaspar

José Hilário Melato

Presidente Mesa Diretora

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO REFERENTE AO CONTRATO 044/2015

Extrato do Termo de Rescisão referente ao contrato nº 044/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO REFERENTE AO CONTRATO Nº 044/2015

CARTA CONVITE Nº 021/2015

PROCESSO Nº053/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.

CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA

OBJETO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 44/2015, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS, DRENAGEM E OUTROS SERVIÇOS COMPLEMENTARES DA SERVIDÃO DO POÇO FRIO, BAIRRO GANCHOS DO MEIO, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, celebrado em 01/06/2015.

Governador Celso Ramos, 09 de outubro de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Grão Pará

PREFEITURA

PORTARIA 276-280

PORTARIA Nº. 24 de SETEMBRO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000,

RESOLVE: Conceder férias regulamentares a ROSILDA PERIN BOGER ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Gabinete, nível DAS-01, do Quadro

de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, no período de 28/09/2015 a 27/10/2015, referente ao período aquisitivo de 01/08/2010 a 31/07/2011.

PORTARIA Nº. 0277 / 2015 DE 24 de SETEMBRO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais 1600/2009, de 30/06/2009, e 1607/2009, de 27/08/2009

RESOLVE: Contratar MARCELO DELLA GIUSTINA BALLMANN, para, no período compreendido entre 24/09/2015 a 31/12/2016, exercer a função de Estagiário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal do Esporte e Turismo, conforme Termo de Compromisso de Estágio em anexo.

PORTARIA Nº. 0278 / 2006 DE 24 de SETEMBRO de 2006

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: Regularizar a situação funcional da servidora JANE BUSOLO BLASIUS, ocupante do cargo de Professor, nível III, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotando-a definitivamente na turma do 1º (primeiro) ano na Escola Municipal Professor Gregório Wessler, vinculada a Secretaria Municipal da Educação e Cultura, conforme requerimento e solicitação administrativa.

PORTARIA Nº. 0279 / 2015 DE 29 de SETEMBRO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000,

RESOLVE: Conceder férias regulamentares a NEIDE DA SILVA HONORATO, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, no período de 16/10/2015 a 15/11/2015, referente ao período aquisitivo de 17/01/2014 a 16/01/2015.

PORTARIA Nº. 0280 / 2015 DE 30 de SETEMBRO de 2015

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com as Leis Municipais nºs 1604/2009, de 16/07/2009, e 1900/2012, de 18/12/2012,

RESOLVE: Nomear MARIA LUIZA DE OLIVEIRA BUSSOLO, para, a partir de 16/10/2015, ocupar a função de Conselheira Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por ter sido classificada em 10º (décimo) lugar no Processo Eleitoral 001/2012, de 28/12/2012, em substituição a titular Neide da Silva Honorato, em gozo de férias regulamentares, conforme portaria nº 279/2015 de 29/09/2015.

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a Quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais, principalmente, na área dos Transportes e Obras do Município de Grão-Pará, no que tange à aquisição de peças e prestação de serviços para manutenção de veículos, máquinas e equipamentos para a Secretaria Municipal dos Transportes e Obras de Grão-Pará.

Importante salientar que o Município de Grão-Pará, no mês de janeiro, foi atingido por fortes enxurradas, o que o levou a decretar Situação de Emergência, por meio do Decreto Municipal nº 01/2015, homologada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 22, de 29 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado, de 30 de janeiro de 2015, e devidamente reconhecida pela União, por meio da Portaria nº 10, de 30 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 02 de fevereiro de 2015.

Com as enxurradas, as estradas vicinais do Município e muitas pontes, galerias, e respectivas cabeceiras, foram danificadas/destruídas. Além disso, houve deslizamento de solo em vários locais, impedindo o tráfego pelas referidas estradas.

Os trabalhos da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras foram intensos nos últimos meses para recuperação, principalmente, das rodovias municipais. Isso acarretou um significativo aumento nas despesas mensais do Município, sem o correspondente financeiro, o que não estava previsto para este exercício.

No entanto, o Poder Executivo Municipal não poderia deixar de realizar as despesas necessárias, para recuperação da malha viária municipal, o que contempla relevantes razões de interesse público. Em virtude disso, o Município encontra-se com sérias dificuldades financeiras e, sobretudo, são necessárias manutenções constantes nos veículos, máquinas e equipamentos da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, integrantes do patrimônio público municipal, os quais são utilizados para recuperação das estradas gerais e vicinais do Município, o que revela relevantes razões de interesse público.

Entretanto, para continuidade das manutenções, faz-se necessário o pagamento de despesas a serem salgadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos, consoante adiante descrito:

Fornecedor: Volfor Mecânica de Veículos Automotores Ltda

Restos a Pagar: 0503, 0504, 0569, 0571, 0555, 0726, 0727, 0796, 0798, 0837 e 0898.

Valor: R\$ 7.810,35

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 09 de outubro de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**JUSTIFICATIVA À QUEBRA****DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS**

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a Quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais, no que tange à prestação de serviços de limpeza urbana do Centro da Cidade.

Importante salientar que o Município de Grão-Pará, no mês de janeiro, foi atingido por fortes enxurradas, o que o levou a decretar Situação de Emergência, por meio do Decreto Municipal nº 01/2015, homologada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 22, de 29 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado, de 30 de janeiro de 2015, e devidamente reconhecida pela União, por meio da Portaria nº 10, de 30 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 02 de fevereiro de 2015.

Com as enxurradas, as estradas vicinais do Município e muitas pontes, galerias, e respectivas cabeceiras, foram danificadas/destruídas. Além disso, houve deslizamento de solo em vários locais, impedindo o tráfego pelas referidas estradas.

Os trabalhos da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras foram intensos nos últimos meses para recuperação, principalmente, das rodovias municipais. Isso acarretou um significativo aumento nas despesas mensais do Município, sem o correspondente financeiro, o que não estava previsto para este exercício.

No entanto, o Poder Executivo Municipal não poderia deixar de realizar as despesas necessárias, para recuperação da malha viária municipal, o que contempla relevantes razões de interesse público. Em virtude disso, o Município encontra-se com sérias dificuldades financeiras.

No entanto, não poderia deixar de realizar a aquisição de vassouras para trabalhos de limpeza urbana desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Planejamento Indústria Comércio e Desenvolvimento Urbano, o que revela relevantes razões de interesse público.

Por essas razões, faz-se necessário o pagamento de despesas a serem saldadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos, consoante adiante descrito:

Fornecedor: José Onildo de Oliveira

Restos a Pagar: 0489.

Valor: R\$ 633,10

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 09 de outubro de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**JUSTIFICATIVA À QUEBRA****DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS**

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais na área da Educação do Município de Grão-Pará, no que tange ao fornecimento de produtos para manutenção do Ensino Infantil Pré-Escola da Rede Municipal de Ensino.

Importante salientar que o Município de Grão-Pará, no mês de janeiro, foi atingido por fortes enxurradas, o que o levou a decretar Situação de Emergência, por meio do Decreto Municipal nº 01/2015, homologada pelo Governo do Estado de Santa Catarina,

por meio do Decreto nº 22, de 29 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado, de 30 de janeiro de 2015, e devidamente reconhecida pela União, por meio da Portaria nº 10, de 30 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 02 de fevereiro de 2015.

Com as enxurradas, as estradas vicinais do Município e muitas pontes, galerias, e respectivas cabeceiras, foram danificadas/destruídas. Além disso, houve deslizamento de solo em vários locais, impedindo o tráfego pelas referidas estradas.

Os trabalhos da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras foram intensos nos últimos meses para recuperação, principalmente, das rodovias municipais. Isso acarretou um significativo aumento nas despesas mensais do Município, sem o correspondente financeiro, o que não estava previsto para este exercício.

No entanto, o Poder Executivo Municipal não poderia deixar de realizar as despesas necessárias, para recuperação da malha viária municipal, o que contempla relevantes razões de interesse público. Em virtude disso, o Município encontra-se com sérias dificuldades financeiras. No entanto, em razão de a continuidade do fornecimento de produtos que integram os produtos necessários à manutenção do Ensino Infantil, Pré-Escola, Ensino Fundamental ser condição necessária ao prosseguimento dos serviços públicos de ensino, o que revela relevantes razões de interesse público, faz-se necessário o pagamento de despesas a serem saldadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos, consoante adiante descrito:

Despesas a serem saldadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: Mercado Aste Ltda ME

Empenhos do ano de 2015 como segue: nº 1453,1454,1800,1770,2266,2272,2382,2738,2794,3167,3582,3420,3597,3291,3589,2408,2391,2733,3421,3598,3588,3581,3580,421,420,557,544,704,877,968,969,985,1355,1797,2270,3032,3031,3423,60262,445,574,575,1565,1405.

Valor: R\$ 19.154,90

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 09 de outubro de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**JUSTIFICATIVA À QUEBRA****DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS**

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais nas diversas áreas da Administração do Município de Grão-Pará, no que tange ao fornecimento de produtos e serviços elétricos necessários à manutenção de veículos e equipamentos do Município de Grão-Pará, principalmente, manutenção elétrica de veículos da Secretaria Municipal de Saúde.

Importante salientar que o Município de Grão-Pará, no mês de janeiro, foi atingido por fortes enxurradas, o que o levou a decretar Situação de Emergência, por meio do Decreto Municipal nº 01/2015, homologada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 22, de 29 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado, de 30 de janeiro de 2015, e devidamente reconhecida pela União, por meio da Portaria nº 10, de 30 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 02 de

fevereiro de 2015.

Com as enxurradas, as estradas vicinais do Município e muitas pontes, galerias, e respectivas cabeceiras, foram danificadas/destruídas. Além disso, houve deslizamento de solo em vários locais, impedindo o tráfego pelas referidas estradas.

Os trabalhos da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras foram intensos nos últimos meses para recuperação, principalmente, das rodovias municipais. Isso acarretou um significativo aumento nas despesas mensais do Município, sem o correspondente financeiro, o que não estava previsto para este exercício.

No entanto, o Poder Executivo Municipal não poderia deixar de realizar as despesas necessárias, para recuperação da malha viária municipal, o que contempla relevantes razões de interesse público. Em virtude disso, o Município encontra-se com sérias dificuldades financeiras.

No entanto, são necessárias constantes manutenções elétricas de veículos e equipamentos do Município de Grão-Pará, principalmente, dos veículos da Secretaria Municipal de Saúde.

Entretanto, para continuidade das manutenções, que contempla relevantes razões de interesse público, faz-se necessário o pagamento de despesas a serem saldadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos, consoante adiante descrito:

Fornecedor: Gilberto Gonçalves Costa ME

Ordens de Pagamento: 0236, 0282, 0417, 0630 e 0752.

Valor: R\$ 1.269,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 09 de outubro de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a Quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais, no que tange à prestação de serviços de limpeza urbana do Centro da Cidade.

Importante salientar que o Município de Grão-Pará, no mês de janeiro, foi atingido por fortes enxurradas, o que o levou a decretar Situação de Emergência, por meio do Decreto Municipal nº 01/2015, homologada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 22, de 29 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado, de 30 de janeiro de 2015, e devidamente reconhecida pela União, por meio da Portaria nº 10, de 30 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 02 de fevereiro de 2015.

Com as enxurradas, as estradas vicinais do Município e muitas pontes, galerias, e respectivas cabeceiras, foram danificadas/destruídas. Além disso, houve deslizamento de solo em vários locais, impedindo o tráfego pelas referidas estradas.

Os trabalhos da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras foram intensos nos últimos meses para recuperação, principalmente, das rodovias municipais. Isso acarretou um significativo aumento nas despesas mensais do Município, sem o correspondente financeiro, o que não estava previsto para este exercício.

No entanto, o Poder Executivo Municipal não poderia deixar de realizar as despesas necessárias, para recuperação da malha viária municipal, o que contempla relevantes razões de interesse público. Em virtude disso, o Município encontra-se com sérias dificuldades financeiras.

No entanto, não poderia deixar de realizar a aquisição de vassouras

para trabalhos de limpeza urbana desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Planejamento Indústria Comércio e Desenvolvimento Urbano, o que revela relevantes razões de interesse público.

Por essas razões, faz-se necessário o pagamento de despesas a serem saldadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos, consoante adiante descrito:

Fornecedor: Cristiane de Andrade Fernandes

Restos a Pagar: 0712.

Ordens de Pagamento: 1432, 1433 e 3812.

Valor: R\$ 1.487,98

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 09 de outubro de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a Quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais em todas as áreas da Administração Municipal, principalmente, na área da Saúde do Município de Grão-Pará, no que tange ao fornecimento de combustíveis e lubrificantes para veículos integrantes do patrimônio público municipal.

Importante salientar que o Município de Grão-Pará, no mês de janeiro, foi atingido por fortes enxurradas, o que o levou a decretar Situação de Emergência, por meio do Decreto Municipal nº 01/2015, homologada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 22, de 29 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado, de 30 de janeiro de 2015, e devidamente reconhecida pela União, por meio da Portaria nº 10, de 30 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 02 de fevereiro de 2015.

Com as enxurradas, as estradas vicinais do Município e muitas pontes, galerias, e respectivas cabeceiras, foram danificadas/destruídas. Além disso, houve deslizamento de solo em vários locais, impedindo o tráfego pelas referidas estradas.

Os trabalhos da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras foram intensos nos últimos meses para recuperação, principalmente, das rodovias municipais. Isso acarretou um significativo aumento nas despesas mensais do Município o que não estava previsto para este exercício financeiro.

No entanto, o Poder Executivo Municipal não poderia deixar de realizar as despesas necessárias, para recuperação da malha viária municipal, o que contempla relevantes razões de interesse público. Em virtude disso, o Município encontra-se com sérias dificuldades financeiras e, sobretudo, é necessária a continuidade de fornecimento de combustíveis e lubrificantes ao Município de Grão-Pará, principalmente, para abastecimento dos veículos da Secretaria Municipal de Saúde.

Entretanto, para continuidade do fornecimento de combustíveis e lubrificantes, o que contempla relevantes razões de interesse público, faz-se necessário o pagamento de despesas a serem saldadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos, consoante adiante descrito:

Fornecedor: Posto Grão-Pará Ltda

Restos a Pagar de 2014: 0202, 0258, 0293 e 0317.

Ordens de Pagamento: 0052, 0218, 0376, 0410, 0526, 0539 e

0631.
Valor: R\$ 59.395,61.

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 09 de outubro de 2015.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA
JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a Quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais do Município, no que tange à divulgação de matérias informativas de interesse público de Grão-Pará.

Importante salientar que o Município de Grão-Pará, no mês de janeiro, foi atingido por fortes enxurradas, o que o levou a decretar Situação de Emergência, por meio do Decreto Municipal nº 01/2015, homologada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 22, de 29 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado, de 30 de janeiro de 2015, e devidamente reconhecida pela União, por meio da Portaria nº 10, de 30 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 02 de fevereiro de 2015.

Com as enxurradas, as estradas vicinais do Município e muitas pontes, galerias, e respectivas cabeceiras, foram danificadas/destruídas. Além disso, houve deslizamento de solo em vários locais, impedindo o tráfego pelas referidas estradas.

Os trabalhos da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras foram intensos nos últimos meses para recuperação, principalmente, das rodovias municipais. Isso acarretou um significativo aumento nas despesas mensais do Município, sem o correspondente financeiro, o que não estava previsto para este exercício.

No entanto, o Poder Executivo Municipal não poderia deixar de realizar as despesas necessárias, para recuperação da malha viária municipal, o que contempla relevantes razões de interesse público. Em virtude disso, o Município encontra-se com sérias dificuldades financeiras.

Porém, é necessária a continuidade das divulgações de matérias informativas do Município à população em geral, o que revela relevantes razões de interesse público.

Para continuidade desses serviços, entretanto, faz-se necessário o pagamento de despesas a serem salgadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos, consoante adiante descrito:

Fornecedor: Sociedade Rádio Fumacence Ltda
Restos a Pagar: 0913, 1473, 1624 e 1625.
Ordens de Pagamento: 0778 e 2811.
Valor: R\$ 25.240,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 09 de outubro de 2015.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA
JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a Quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais em todas as áreas da Administração Municipal, principalmente, na área da Saúde do Município de Grão-Pará, no que tange à lavagem dos veículos integrantes do patrimônio público municipal.

Importante salientar que o Município de Grão-Pará, no mês de janeiro, foi atingido por fortes enxurradas, o que o levou a decretar Situação de Emergência, por meio do Decreto Municipal nº 01/2015, homologada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 22, de 29 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado, de 30 de janeiro de 2015, e devidamente reconhecida pela União, por meio da Portaria nº 10, de 30 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 02 de fevereiro de 2015.

Com as enxurradas, as estradas vicinais do Município e muitas pontes, galerias, e respectivas cabeceiras, foram danificadas/destruídas. Além disso, houve deslizamento de solo em vários locais, impedindo o tráfego pelas referidas estradas.

Os trabalhos da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras foram intensos nos últimos meses para recuperação, principalmente, das rodovias municipais. Isso acarretou um significativo aumento nas despesas mensais do Município o que não estava previsto para este exercício financeiro.

No entanto, o Poder Executivo Municipal não poderia deixar de realizar as despesas necessárias, para recuperação da malha viária municipal, o que contempla relevantes razões de interesse público. Em virtude disso, o Município encontra-se com sérias dificuldades financeiras.

No entanto, é necessária a continuidade de limpeza dos veículos da Secretaria Municipal de Saúde do Município, como forma de continuar dando comodidade e conforto aos pacientes que se utilizam dos veículos da referida Secretaria.

Entretanto, para continuidade desses serviços, o que contempla relevantes razões de interesse público, faz-se necessário o pagamento de despesas a serem salgadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos, consoante adiante descrito:

Fornecedor: Paulo Pedro Gesser ME
Restos a Pagar de 2014: 0204, 0223, 0262 e 0263.
Ordens de Pagamento: 0020, 0138, 0330, 0429, 0538, 0672, 0724, 0789 e 0984.
Valor: R\$ 9.430,00.

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 09 de outubro de 2015.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**JUSTIFICATIVA À QUEBRA****DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS**

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a Quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais, principalmente, na área dos Transportes e Obras do Município de Grão-Pará, no que tange à prestação de serviços para manutenção de veículos, máquinas e equipamentos para a Secretaria Municipal dos Transportes e Obras de Grão-Pará. Importante salientar que o Município de Grão-Pará, no mês de janeiro, foi atingido por fortes enxurradas, o que o levou a decretar Situação de Emergência, por meio do Decreto Municipal nº 01/2015, homologada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto nº 22, de 29 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado, de 30 de janeiro de 2015, e devidamente reconhecida pela União, por meio da Portaria nº 10, de 30 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União, de 02 de fevereiro de 2015.

Com as enxurradas, as estradas vicinais do Município e muitas pontes, galerias, e respectivas cabeceiras, foram danificadas/destruídas. Além disso, houve deslizamento de solo em vários locais, impedindo o tráfego pelas referidas estradas.

Os trabalhos da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras foram intensos nos últimos meses para recuperação, principalmente, das rodovias municipais. Isso acarretou um significativo aumento nas despesas mensais do Município, sem o correspondente financeiro, o que não estava previsto para este exercício.

No entanto, o Poder Executivo Municipal não poderia deixar de realizar as despesas necessárias, para recuperação da malha viária municipal, o que contempla relevantes razões de interesse público. Em virtude disso, o Município encontra-se com sérias dificuldades financeiras e, sobretudo, são necessárias manutenções constantes nos veículos, máquinas e equipamentos da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, integrantes do patrimônio público municipal, os quais são utilizados para recuperação das estradas gerais e vicinais do Município, o que revela relevantes razões de interesse público.

Entretanto, para continuidade das manutenções, faz-se necessário o pagamento de despesas a serem saldadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos, consoante adiante descrito:

Fornecedor: Rudinei Silva

Ordens de Pagamento: 3658, 3661, 3777, 3779, 3780, 3781, 4017, 4015, 4032, 4036, 4045, 4288, 4542, 4541, 4602, 4603, 4773 e 4774.

Valor: R\$ 2.225,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 09 de outubro de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº09/2015 - HSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTONIO

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial – Registro de Preços 09/2015

Processo Licitatório: 09/2015

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM E DIESEL COMUM

Entrega dos Envelopes: 26/10/2015 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 26/10/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Butschardt, 05, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0048.

Guaramirim (SC), 13 de outubro de 2015.

MÁRCIA ADRIANA PRUESSE

GESTORA DO HSA

Guarujá do Sul

PREFEITURA

LEI 2449/2015

LEI Nº 2.449/2015

“DISPÕE SOBRE A REESTIMATIVA DOS VALORES FISCAIS DO PLANO PLURIANUAL DO GOVERNO DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL, PARA O PERÍODO DE 2016”.

JOSÉ CARLOS FOIATTO, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º Esta Lei reestima os valores fiscais do Plano Plurianual do Município de GUARUJÁ DO SUL, da administração direta e seus fundos, para o período de 2016, constituído pelos Relatórios Funções, Subfunções, de Programas com a Fonte de Recurso, Relação Detalhada das Receitas Planejadas e Relação Detalhada das Despesas Planejadas que são partes integrantes desta Lei, será executada nos termos das respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício e do Orçamento Anual, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, na forma do anexo desta lei.

Art. 2o, O Plano Plurianual foi elaborado observando as seguintes diretrizes para a ação do Governo Municipal:

I – garantir o direito ao acesso a programas de habitação popular à população de baixa renda, de modo a materializar a casa própria;

II – garantir aos alunos das escolas municipais melhores condições de ensino, para reduzir o absenteísmo;

III – criar condições para o desenvolvimento sócio-econômico do Município, inclusive com o objeto de aumentar o nível de emprego e melhorar a distribuição de renda;

IV – realizar campanhas para a solução de problemas sociais de natureza temporária, clínica ou intermitente, que podem ser debelados ou erradicados por esse meio;

V – estruturar a área rural e certas áreas periféricas, ainda à margem de melhoramentos urbanos;

VI – integrar os programas municipais com os do Estado e os do Governo Federal;

VII – intensificar as relações com os Municípios vizinhos, a fim de dar solução conjunta a problemas comuns.

Art. 3º As Planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas nos Relatórios que são partes integrantes desta lei foram nominados em função e subfunção, e a estrutura do Plano em programas, diagnósticos, diretrizes, objetivos, ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

Parágrafo Único – Para fins desta lei, considera-se:

I – Função, o maior nível de agregação das diversas áreas que competem ao setor público;

II – Subfunção, representa uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto do setor público;

III – Programa, o instrumento de organização da ação

governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

IV – Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

V – Diretrizes, conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

VI – Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

VII – Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas à execução do programa, e serão distribuídas através dos projetos e atividades a serem executadas no decorrer da vigência deste plano;

VIII – Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

IX – Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 4º Para que haja equilíbrio das contas públicas em cada exercício financeiro, os valores constantes das planilhas do Plano Plurianual, que estão orçados a preços de Junho de 2015, poderão ser atualizados pelo Chefe do Poder Executivo em cada exercício de vigência, quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 5º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias e de suas metas que envolvam recursos do orçamento municipal seguirão as diretrizes da Lei Orçamentária Anual, e serão propostos pelo Poder Executivo, através de projeto de lei específico.

Art. 6º O levantamento das necessidades foi feito em audiência pública com a participação popular dando sugestões para a elaboração das ações do Plano Plurianual, em atendimento ao art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e as prioridades da administração municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Anual, e na Lei Orçamentária Anual, extraídas dos anexos desta lei.

Art. 7º O Poder Executivo poderá ajustar as metas e prioridades estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa com a receita em cada exercício de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 8º Os investimentos em Obras e Instalações, constantes do Plano Plurianual, somente poderão ser iniciados com prévia inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou com Lei específica que autorize a sua inclusão.

Art. 9º Os Projetos de Obras em andamento terão sempre prioridade sobre os demais.

Art. 10 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, 09 de Outubro do ano 2015.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner

Secretária Administração e Fazenda

LEI 2450/2015

LEI 2.450 /2015

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Guarujá do Sul, as Prioridades e Metas da Administração, seus Recursos Financeiros e as bases para preparação do Orçamento-Programa para o Exercício de 2016.

JOSÉ CARLOS FOIATTO, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2.º, da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, corroborado com a Lei Orgânica do Município, as Diretrizes Orçamentárias do Município de Guarujá do Sul para o exercício de 2016, compreendendo:

I – as prioridades e metas da Administração Pública Municipal, incluindo as despesas de capital;

II – a estrutura e a organização dos orçamentos;

III – as diretrizes para a elaboração, a execução dos orçamentos do Município e as suas alterações;

IV – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

V – as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;

VI – as disposições sobre a dívida pública municipal;

VII – as disposições sobre despesas com educação e saúde; e

VIII – as disposições gerais;

Art. 2º A presente Lei, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias Gerais para o exercício de 2016, compreende o Poder Legislativo, Poder Executivo, Fundo Municipal de Saúde e o Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 3º No projeto de lei do Orçamento para o exercício 2016, os valores da receita serão estimados e os da despesa fixados, onde o Poder Executivo tomará medidas para sua correção e compatibilização de valores, até o limite previsto pela legislação em vigor, podendo para tanto, no decorrer do exercício, abrir Créditos Adicionais Suplementares e Especiais, observada a autorização específica e os dispositivos da presente Lei.

Art. 4º A Lei Orçamentária, bem como as suas alterações, não destinarão recursos para a execução de projetos e atividades típicas da Administração Estadual ou Federal, ressalvando-se aquelas autorizadas como cooperação técnica e financeira intergovernamental.

Art. 5º A Lei Orçamentária incluirá os recursos correspondentes às Receitas e Despesas de todos os órgãos mantidos pelo Município.

CAPÍTULO I**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 6º Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, corroborados com a Lei Orgânica do Município, fica estabelecido que as prioridades e metas para o exercício financeiro de 2016 são as especificadas no ANEXO I – Das Prioridades e Metas, que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício de 2016, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo Único. Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a Despesa orçada com a Receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das Contas Públicas.

Art. 7º As metas fiscais para o exercício financeiro de 2016 são as especificadas no ANEXO II – Das Metas Fiscais, que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício de 2016, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, em atendimento ao estabelecido no art. 4º, I, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO II**DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 8º O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá o Poder Legislativo, o Poder Executivo, o Fundo Municipal de Saúde e o Fundo Municipal de Assistência Social e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional do Município.

Parágrafo único. Os Fundos Municipais que não se caracterizam de natureza impositiva, poderão ser incorporados ao Orçamento Municipal.

Art. 9º A Lei de Orçamento evidenciará, em cada Unidade Gestora, a Receita por rubrica e a Despesa por função, subfunção, programa, projeto/atividade e elemento de despesa, na forma dos seguintes Adendos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

V – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo de Funções, Subfunções, programas e por Projetos e Atividades (Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI – Demonstrativo da Despesa por Funções e Subfunções, conforme o vínculo com os Recursos (Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por elemento e/ou sob-elemento, segundo cada unidade orçamentária (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX – Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X – Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por fontes dos últimos dois exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projeção para três exercícios seguintes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa realizada por Elemento e/ou sub elemento dos dois últimos exercícios, da fixada para o exercício corrente e para três exercícios seguintes;

XII – Demonstrativo do orçamento fiscal e da seguridade social.

Parágrafo Único - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender as Portarias nº 42/1999 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e, Portaria Interministerial nº 163 de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores.

Art. 10. O orçamento fiscal discriminará a despesa pela unidade orçamentária específica, detalhada por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa, dentro de cada projeto/atividade, conforme a seguir discriminados:

3.1 – Pessoal e Encargos Sociais;

3.2 – Juros e Encargos da Dívida;

3.3 – Outras Despesas Correntes;

4.4 – Investimentos;

4.5 – Inversões Financeiras; e,

4.6 – Amortização da Dívida.

Art. 11. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I – Quadro Demonstrativo da evolução da receita arrecadada dos exercícios de 2013 e 2014, prevista para 2015 e 2016 e projetada para 2017 e 2018, com justificativa da estimativa para 2016, acompanhado de metodologia e memória de cálculo;

II – Quadro Demonstrativo da evolução da despesa empenhada em nível de Elemento, dos exercícios de 2013 e 2014, fixada para 2015 e 2016 e projetada para 2017 e 2018, com justificativa para os valores fixados para 2016;

III – Quadro Demonstrativo da dívida fundada por contrato, com identificação do credor, saldo em 31/12/2013, previsão de saldo em 31/12/2015 e estimativa de desembolso do principal e acessórios nos exercícios de 2016, 2017 e 2018;

IV – Quadro Demonstrativo da dívida flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V – Quadro Demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior a remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI – Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2016, se for o caso;

VII – Quadro Demonstrativo das receitas correntes líquidas de 2013 e 2014 e a prevista para 2015 e 2016, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

VIII – Quadro Demonstrativo da despesa por Unidade Orçamentária e sua evolução nos exercícios de 2013, 2014 e a prevista para 2015 e 2016;

IX – Quadro Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações de ativos e de operações de crédito, se for o caso.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 12. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2016, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas. A elaboração do projeto de lei orçamentária terá como base às previsões da receita, que observarão as normas técnicas e legais, tais como, alterações da legislação, variação do índice de preços, crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquela em que se referir, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas. Após a obtenção de previsão das receitas, serão fixadas as despesas de acordo com as programações constantes no Plano Plurianual – PPA e nesta Lei.

Art. 13. O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de alteração do Plano Plurianual 2014/2017, que tenham sido projetos de lei específicos.

Art. 14. O Poder Legislativo terá como limites, de despesas correntes e de capital em 2016, até 8% (oito por cento) da receita oriunda de impostos a ser efetivamente arrecadada em 2015, conforme preceitua a Emenda Constitucional nº 25.

Art. 15. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 16. Na programação da despesa não poderão ser:

I – fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II – incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária, salvo casos especiais;

III – incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 17. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se:

I – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

II – os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa.

Art. 18. Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos e para pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades, exceto se comprovado documentadamente erro na alocação desses recursos.

Art. 19. É vedada a inclusão de dotações na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de “auxílios” para entidades privadas, ressalvadas as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar, esportivas ou recreativas, de interesse comunitário e social;

II – voltadas para ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;

III – consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal e que participem da execução de programas regionais de saúde;

IV – qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 1º O Poder Executivo somente poderá repassar recursos de que trata este artigo, mediante aprovação, pelo Poder Legislativo, de Lei específica;

§ 2º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de pleno funcionamento, emitida por duas autoridades locais comprovando o mandato de sua diretoria.

§ 3º Não se aplica o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o Município for associado.

Art. 20. A lei orçamentária poderá conter Reserva de Contingência em montante equivalente a, no máximo, 1% (Um por cento) da receita corrente líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 21. Constituem passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município.

§ 1º Os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais, caso se concretizem, poderão ser atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação do exercício corrente e do superávit financeiro do exercício de 2015.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

§ 3º O valor orçado na Reserva de Contingência, se até o dia 10 de dezembro do exercício orçamentário não ocorrer Passivos Contingentes, poderá ser remanejado por ato do Poder Executivo para reforço de dotações insuficientes, desde que não comprometa o equilíbrio orçamentário do exercício em curso.

Art. 22. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor para dispensa de licitação fixada no inciso I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 23. Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado em Lei específica, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das Unidades Gestoras, na forma de Crédito Adicional Especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes do ANEXO I desta Lei e alterações posteriores.

Art. 24. A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, não excederão, no exercício de 2016, a 5% (cinco por cento) da RCL apurada no Exercício de 2015.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 25. No exercício financeiro de 2016, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Legislativo e Executivo, observarão os limites estabelecidos na forma da Lei Complementar a que se refere o art. 169 da Constituição Federal.

Art. 26. O Executivo Municipal, mediante lei autorizativa, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no Orçamento do Município.

Art. 27. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores municipais, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V, da LRF).

Art. 28. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos nos Artigos 19 e 20 da LRF:

I – eliminação de vantagens concedidas aos servidores;

II – eliminação das despesas com horas extras;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 29. Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Terceirização", elemento de despesa 3.1.90.34.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 30. A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 31. A Lei que concede ou amplie incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

Parágrafo Único. O Código Tributário Municipal poderá ser alterado ou modificado de acordo com as necessidades de interesse público municipal.

Art. 32. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33. Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2016, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 34. As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art. 35. A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VII

DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE

Art. 36. O Poder Executivo através da Secretaria da Educação, tomará as medidas necessárias para atendimento e aplicação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, instituído pela Emenda Constitucional Nº53 de 19/12/2006 e da Lei 9.394 de 20/12/1996, que dispõe sobre o Estabelecimento das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em conformidade com o artigo 212 da Constituição Federal de 1988, ou outras leis e normas que por ventura surgirem.

Parágrafo único. O Poder Executivo consignará na proposta orçamentária para o exercício de 2016, dotações orçamentárias próprias para contabilização das despesas com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB -, do Salário Educação, e do FNDE.

Art. 37. O Poder Executivo Municipal através do Fundo Municipal da Saúde, tomará as medidas necessárias para o cumprimento à legislação vigente e em especial à Emenda Constitucional de nº 29/2000.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. Ocorrendo Assistência Técnica e Cooperação Financeira pela União prevista no Art. 64 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município deverá estruturar-se para:

I – até o exercício de 2017, obrigatoriamente, implantar “Sistema de Controle de Custos e Avaliação de Resultados”, previsto no Art. 4º, I “e” da LRF;

Art. 39. Caso seja necessária à limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas do equilíbrio financeiro, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras” de cada Poder.

§ 1º Somente será permitida limitação de empenho nas dotações orçamentárias no grupo de natureza de despesa “pessoal e encargos sociais” quando houver dotação única vinculada à respectiva fonte de recursos.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º O Chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação de empenho.

Art. 40. As receitas de capital derivadas da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, poderão ser aplicados para custeio de despesas do regime geral de previdência social, conforme estabelece o Art. 44 da LRF.

Art. 41. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros de mora pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 42. São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesa, que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 43. O Poder Executivo, por intermédio do seu órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento, deverá atender, no prazo máximo previsto na Lei Orgânica Municipal, prorrogável por igual período, desde que solicitado com antecedência ao vencimento deste, contados da data do recebimento, as solicitações de informações encaminhadas pelo Chefe do Poder Legislativo Municipal, relativo a aspectos quantitativos e qualitativos de qualquer categoria de programação ou item de receita, incluindo eventuais desvios em relação aos valores da proposta que venham a ser identificados posteriormente ao encaminhamento do projeto de lei.

Art. 44. O executivo Municipal enviará até o dia 15 de novembro de 2015, a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2015.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado pelo Prefeito Municipal até 31 de Dezembro de 2015, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – pagamento de benefícios previdenciários a cargo do Município;

III – pagamento de serviço da dívida; e,

IV – transferências ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 45. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados, processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa.

Art. 46. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 47. Nos termos do art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado, através de Decreto, efetuar suplementações por conta do Excesso de Arrecadação verificado no mês anterior e do Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 48. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios ou acordos com o objetivo de viabilizar a cedência de um servidor municipal para o Poder Judiciário da Comarca de São José do Cedro-SC.

Art. 49. O Poder Executivo Municipal está autorizado a assinar Convênios com os Governos Estadual e Federal, para a realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 50. Esta Lei entrará em vigor na data de 01 de janeiro de 2016, revogando-se a Lei de Diretrizes Orçamentárias de nº 2.389 de 15/10/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, 09 de Outubro do ano 2015.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner

Secretária Administração e Fazenda

Lei de Diretrizes Orçamentária para 2016

ANEXO–Metas Fiscais – Art. 4º, § 1º da LRF

R\$ 1,00

Especificação	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Receita Total	12.557.835,85	12.520.404,00	14.774.432,84	17.735.553,02	18.735.553,02	20.047.041,73
Despesa Total	13.333.019,81	12.520.404,00	14.774.432,84	17.735.553,02	18.735.553,02	20.047.041,73
Resultado Primário	8.127.545,07	678.216,92	261.500,00	-16.500,00	-17.655,00	-18.890,85
Resultado Nominal	-222.165,96	-277.330,87	-325.000,00	-130.000,00	20.000,00	-200.000,00
Dívida Pública	850.000,00	535.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00

Ao exigir o estabelecimento de metas fiscais de receita, despesa, resultado nominal e primário e montante da dívida, a LRF fortaleceu na administração pública o princípio do planejamento das ações governamentais, na medida em que:

- Tornou indispensável à estruturação da função planejamento, por menor que seja a entidade.
- Inibiu a formulação de orçamentos superestimados, que permitia uma execução orçamentária flexível, e abria caminho para o déficit orçamentário e o conseqüente desequilíbrio de caixa.
- A necessidade de avaliação dos resultados alcançados, inclusive em audiência pública, impõe o aperfeiçoamento das técnicas de planejamento e envolvimento daqueles que tem poder de decisão.
- Exige a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas e, quando for o caso, adoção de medidas corretivas.

ANEXO – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal

O Resultado Nominal – RN, a exemplo do Resultado Primário, é calculado conforme metodologia indicada na Portaria STN Nº575/2007 de 30/08/2007.

Ele é o resultado do confronto entre a dívida fiscal líquida – DFL de dois períodos, ou seja, representa a sua evolução. (RN = DFL de X1 – DFL de X0). Se positivo, impactou negativamente no resultado patrimonial, se negativo, impactou positivamente no resultado patrimonial do período.

O objetivo da apuração do resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida ao final do Bimestre de referência e o saldo ao final do Bimestre anterior.

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	2017	2018
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	180.000,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	620.000,00	570.000,00	550.000,00	750.000,00
Ativo Disponível	700.000,00	600.000,00	700.000,00	800.000,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	80.000,00	30.000,00	150.000,00	50.000,00
DÍV. CONS. LÍQUIDA (III = I – II)	-440.000,00	-570.000,00	-550.000,00	-750.000,00
Receitas de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍV. FISCAL LÍQUIDA (VI = III + IV - V)	-440.000,00	-570.000,00	-550.000,00	-750.000,00
RESULTADO NOMINAL (VII = VI - VI 1)	-325.000,00	-130.000,00	20.000,00	-200.000,00

R\$ 1,00

Realizado	Estimado					
Bimestre	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1ºBimestre	-887.152,18	-656.375,11	-1.444.789,69	-21.666,67	3.333,33	-33.333,33
2ºBimestre	-553.501,30	-540.760,34	-975.238,14	-43.333,34	6.666,67	-66.666,67
3ºBimestre	-660.347,17	-949.340,16	-1.051.065,84	-65.000,01	10.000,00	-99.999,99
4ºBimestre	-447.119,13	-667.320,35	-216.666,68	-86.666,68	13.333,33	-133.333,33
5ºBimestre	-476.951,00	-578.015,47	-270.833,35	-108.333,35	16.666,67	-166.666,67
6ºBimestre	-222.165,96	-277.330,87	-325.000,00	-130.000,00	20.000,00	-200.000,00
Total Anual	-222.165,96	-277.330,87	-325.000,00	-130.000,00	20.000,00	-200.000,00

ANEXO – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário

O Resultado Primário – RP, a exemplo do Resultado Nominal, é calculado conforme metodologia indicada na Portaria STN Nº575/2007 de

30/08/2007.

É calculado com base nos dados de receita e despesa consolidada envolvendo todas as Unidades Gestoras, é uma forma de medir o desempenho fiscal do governo num exercício, no que diz respeito a capacidade de pagamento da dívida e seus encargos com recursos oriundos da carga tributária, excluindo portanto, as receitas e despesas financeiras.

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2015	2016	2017	2018
RECEITA TOTAL	14.774.432,84	17.509.862,64	18.735.553,02	20.047.041,73
(-) Rendimento de Aplicações Financeiras	40.000,00	101.500,00	108.605,00	116.207,35
(-) Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Bens	80.000,00	100.000,00	107.000,00	114.490,00
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA FISCAL LÍQUIDA (I)	14.654.432,84	17.308.362,64	18.519.948,02	19.816.344,38
DESPESA TOTAL	14.774.432,84	17.509.862,64	18.735.553,02	20.047.041,73
(-) Juros e Encargos da Dívida	81.500,00	10.000,00	10.700,00	11.449,00
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aquisição de Título de Capital Integr.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida	300.000,00	175.000,00	187.250,00	200.357,50
(+) Reserva de Contingência	20.000,00	20.000,00	24.400,00	22.898,00
DESPESA FISCAL LÍQUIDA (II)	14.392.932,84	17.324.862,64	18.537.603,02	19.835.235,23
RESULTADO PRIMÁRIO	261.500,00	-16.500,00	-17.655,00	-18.890,85

R\$ 1,00

Realizado				Estimado		
Bimestre	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1ºBimestre	851.230,72	32.166,67	1.434.258,93	-2.750,00	-2.942,50	-3.148,48
2ºBimestre	496.742,06	64.333,33	1.046.114,31	-5.500,00	-5.885,00	-6.296,95
3ºBimestre	645.889,63	96.500,00	1.237.919,49	-8.250,00	-8.827,50	-9.445,42
4ºBimestre	439.354,70	128.666,67	174.333,33	-11.000,00	-11.770,00	-12.593,90
5ºBimestre	476.362,20	-1.432.746,67	217.916,67	-13.750,00	-14.712,50	-15.742,37
6ºBimestre	-811.822,21	678.216,92	261.500,00	-16.500,00	-17.655,00	-18.890,85
Total Anual	-811.822,21	678.216,92	261.500,00	-16.500,00	-17.655,00	-18.890,85

ANEXO – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida Pública

A LRF em seu artigo 4º, § 1º, determina que a LDO apresente meta fiscal do montante da dívida pública para o exercício a que se referir e para os dois seguintes, enquanto o artigo 30, I diz que o Senado Federal, mediante proposta do Poder Executivo, fixará os limites globais para o montante da dívida consolidada.

No artigo 29, I, a mesma lei apresenta a definição de dívida pública consolidada ou fundada, como sendo o montante apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, ou inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

A meta fiscal Montante da Dívida para os exercícios de 2016, 2017 e 2018, foi calculada levando em consideração o limite de endividamento autorizado na LDO e/ou na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, o estoque da dívida projetada para o final de 2013, os novos financiamentos, atualizações e as amortizações programadas até 2018.

R\$ 1,00

Especificação	2013	2014	2015	2016	2016	2017
Dívida contratual	850.000,00	535.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00
COHAB/SC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BADESC	850.000,00	535.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00
Total	850.000,00	535.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos. Art. 4º, § 2º, III da LRF.

Este demonstrativo deve apresentar a evolução do patrimônio líquido das diversas entidades que compõem a administração pública do ente federativo, e a origem e aplicação dos recursos derivados da alienação de ativos.

Por certo, o intuito é chamar a atenção do administrador público para a grande relevância do patrimônio, que na área pública não tem recebido o devido cuidado, na medida que grande parte do ativo permanente não é atualizado, depreciado ou provisionado, não atendendo, neste aspecto, ao princípio fundamental da contabilidade da atualização monetária, que impõe a correção dos ativos e passivos, assim como depreciação de ativos, de forma que os demonstrativos contábeis representem a realidade.

Esta avaliação fica prejudicada também, na medida que os investimentos em bens de uso comum da sociedade, como estradas, pontes, e

praças, não são incorporados ao patrimônio.

De todo modo, a evolução do patrimônio líquido, é representado pelo resultado patrimonial do exercício extraído do Demonstrativo das Variações Patrimoniais, Anexo 15 da Lei 4.320/1964, que pode ser superavitário ou deficitário.

Na administração pública, o patrimônio líquido é conhecido como resultado patrimonial. Quando superavitário é denominado "Ativo Real Líquido" e quando deficitário "Passivo Real a Descoberto", sendo que sua apuração é apresentada no Balanço Patrimonial, Anexo 14 da Lei 4.320/1964.

Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	%	2013	%	2012	%
U.G. PREFEITURA	7.015.935,89	-31,75	10.279.493,09	3,96	9.887.983,36	11,81
Patrimônio/Capital	7.015.935,89	-31,75	10.279.493,09	3,96	9.887.983,36	11,81
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	7.015.935,89	-31,75	10.279.493,09	3,96	9.887.983,36	11,81

Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos

RECEITAS REALIZADAS	2014 (a)	2013 (d)	2012
RECEITAS DE CAPITAL (I)	323.776,00	20.051,09	29.283,27
Alienação de Ativos	323.776,00	20.051,09	29.283,27
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	12.540,00
Alienação de Bens Imóveis	323.776,00	20.051,09	16.743,27
TOTAL	323.776,00	20.051,09	29.283,27

DESPESAS LIQUIDADAS	2014 (b)	2013 (e)	2012
DESPESAS DE CAPITAL	198.776,00	45.600,00	16.000,00
Investimentos	198.776,00	45.600,00	16.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
TOTAL NO EXERCÍCIO	125.000,00	-25.548,91	13.283,27
SALDO FINANCEIRO EM 31.12	145.654,00	20.654,90	46.203,81

Saldo na conta bancária em 31.12.2013 R\$ 21.852,51

(+) Arrecadações durante o ano de 2014 R\$ 323.776,00

(+) Rendimentos bancários durante o ano de 2014 R\$ 7.838,70

(-) Gastos em despesas de capital durante o ano de 2014 R\$ (198.776,00)

= Saldo bancário em 31.12.2014 R\$ 154.691,21

As despesas de capital realizadas durante o ano de 2014 foram as seguintes:

-Aquisição de Veículo para ser utilizado pela Secretaria de Assistência Social, pagto á Gambatto veículos São Miguel Ltda, no valor de R\$ 32.000,00;

-Aquisição de Veículo para ser utilizado pela Secretaria de Saúde, pagto á Bregomar Veículos Ltda, no valor de R\$ 32.000,00;

-Aquisição de Veículo tipo van para ser utilizado pela Secretaria de Saúde, pagto á Gambatto veículos São Miguel Ltda, no valor de R\$ 56.326,00;

-Aquisição de Veículo para ser utilizado pela Secretaria de Agricultura, pagto á Gambatto veículos São Miguel Ltda, no valor de R\$ 27.900,00;

-Aquisição de Veículo para ser utilizado pela Secretaria de Administração, pagto á Gambatto veículos São Miguel Ltda, no valor de R\$ 32.800,00;

-Aquisição de Trator Agrícola de Pneus para ser utilizado pela Secretaria Agricultura pagto á Máquinas e Motores Sperandio Ltda, no valor de R\$ 17.750,00;

ANEXO – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita. Art. 4º, § 2º, V da LRF.

O Anexo procura evidenciar ao administrador público, aos vereadores e à sociedade, o volume e a evolução dos incentivos ou benefícios fiscais caracterizados como renúncia de receitas.

Estas informações são importantes, na medida em que podem orientar tomada de decisão no sentido, por exemplo, de estudar melhor os resultados sociais desses benefícios e, se for o caso, reduzir ou até eliminar.

Constituem renúncia de receita, a anistia (isenção de multas), a remissão (isenção de débitos inscritos em dívida ativa), subsídio (diferença entre o custo real e o valor efetivamente pago pela sociedade), isenção de caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo com redução discriminada de tributos, e outros benefícios diferenciados.

ESTIMATIVA DE RENÚNCIA DE RECEITA
ISSQN R\$ 1,00

	2016	2016
EVENTOS	Receita Orçamen- tária	Receita Financeira
1. Concessão de Isenção do ISSQN para as prestações de serviços efetuadas entidades descritas no Inciso VII do art. 227º da Lei Complementar nº 04/2010.	9.637,50	9.637,50
2. Concessão de Isenção do ISSQN para as prestações de serviços com incentivos previstos no Art. 3º, inciso II da Lei 2.223/2012	126.437,50	126.437,50
TOTAL	136.075,00	136.075,00

METODOLOGIA DE CÁLCULO

ISSQN ESTIMADO PARA 2016 R\$. 642.500,00
 INADIMPLÊNCIA ESTIMADA 1% R\$. 6.425,00
 ISENÇÃO DE PGTO ENTIDADES INCISO VII R\$. 9.637,50
 ISENÇÃO FISCAL PRETADOR SERVIÇO INCISO II R\$. 126.437,50

 PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO LÍQUIDA EM 2016 R\$. 500.000,00

IPTU
R\$ 1,00

	2016	2016
EVENTOS	Receita Orçamen- tária	Receita Financeira
1. Concessão de Isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU para os tipos de Imóveis descritos nos Incisos I a XI do art.139 da Lei Complementar 1603/2002, alterada pela Lei Complementar 1.944/2008	13.123,02	13.123,02
2. Concessão de Desconto no pagamento de IPTU em cota única	15.000,00	15.000,00
3.Incentivo fiscal indústria e comércio Projeto de Lei/2015	18.720,00	18.720,00
TOTAL	46.843,02	46.843,02

METODOLOGIA DE CÁLCULO

IPTU ESTIMADO PARA 2016 R\$. 520.292,79
 INADIMPLÊNCIA ESTIMADA 17% R\$. 88.479,79
 REDUÇÃO DE PGTO EM CONTÁ ÚNICA 2,88% R\$. 15.000,00
 REDUÇÃO ISENÇÃO IDOSOS 3,52% R\$. 13.123,02
 INCENTIVO FISCAL INDÚSTRIA E COMERCIO R\$. 18.720,00 -----
 PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO LÍQUIDA EM 2016 R\$. 385.000,00

HORAS MÁQUINAS

	2016	2016
EVENTOS	Receita Orçamentária	Receita Financeira
1. Incentivo 50% Projeto de Lei 46/2015.	245.000,00	245.000,00
TOTAL	245.000,00	245.000,00

METODOLOGIA DE CÁLCULO

HORAS MÁQUINAS ESTIMADA PARA 2016 R\$. 490.000,00
 INCENTIVO 50% PROJETO DE LEI 46/2015 R\$. 245.000,00 -----
 PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO LÍQUIDA EM 2016 R\$. 245.000,00

ART. 14 – LRF – I Demonstração pelo proponente de que a renuncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária, na forma do art 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

ANEXO – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 4º, § 2º, V da LRF.

Este Anexo evidencia o aumento permanente da receita, capaz de suportar as despesas obrigatórias de caráter continuado conforme caracterizadas no Art. 17 da LRF. Trata-se de despesa corrente derivada de Lei ou Ato Administrativo normativo que fixem obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

- Nomeação de Servidores;
- Alteração no plano de cargos e salários;
- Assinatura de Contratos e Convênios;

- Novas Unidades de Saúde;
- Novas Unidades Escolares, Creches.

Conforme disposto no artigo 17, § 3º da LRF e orientação contida na Portaria STN Nº471/2004 à fl. 68, considera-se aumento permanente da receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuição. Há de se considerar também o crescimento real de receitas de transferências como FPM, ICMS, IPVA, FUNDEB, etc.

Entretanto, no nosso entendimento, tais conceitos impedem Municípios pequenos, localizados na zona rural, de expandir a ação governamental com novos serviços nas áreas da educação, assistência social, transportes, etc., mediante nomeação de novos servidores, tendo em vista a impossibilidade de aumentar a receita própria pela sua natureza urbana. Isto a nosso ver não seria razoável, se o crescimento real do FPM e ICMS e outras transferências sustentassem o aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Veja que até mesmo as transferências de recursos e encargos como: PNAE, PAB, ESF, PNATE, Salário Educação, CRAS, entre outros, impõem ao Município a geração de despesas obrigatórias de caráter continuado, e a compensação não tem como ser feita com aumento dos tributos da sua competência, vez que eles muitas vezes representam pouco mais de 5% do orçamento do Município.

Por isso, com a devida cautela, entendemos ser razoável aumentar as despesas obrigatórias de caráter continuado por conta do crescimento real de receitas de transferências como FPM, ICMS, IPVA, FUNDEB, etc., ou ainda por conta da redução permanente de despesas, caracterizadas como a eliminação de um encargo corrente como por exemplo: aposentadoria de servidores, diminuição dos custos de manutenção da frota rodoviária, suspensão de um contrato ou convênio, novas tecnologias com melhoria dos custos.

No demonstrativo abaixo, diferentemente da Portaria STN nº 577/2008, consideramos como aumento permanente da receita, a previsão do crescimento real da RCL de 2016 em relação a 2015. Da mesma forma, consideramos como expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, a previsão de crescimento real das despesas de pessoal e outras, quando for o caso, decorrente de contratos ou convênios com as características definidas no artigo 17 da LRF.

Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

R\$ 1,00

EVENTO	VALOR PREVISTO PARA 2016
Aumento Permanente da Receita - APR (I)	2.715.438,80
Redução Permanente de Despesa (II)	Zero
Margem Bruta de Expansão (III = I + II)	2.715.438,80
Expansão Prevista das DOCC – EP DOCC (IV)	250.000,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III – IV)	2.465.438,80

APR de 2015 = RCL de 2015 – RCL de 2014

APR de 2015 = 17.401.546,64 – 14.686.107,84

APR de 2015 = 2.715.438,80

José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal

Deisi Cemin Franco
Contadora CRC 028174/O-0

ANEXO DOS RISCOS FISCAIS

ART. 4º, § 3º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

PASSIVO CONTINGENTE DO GOVERNO MUNICIPAL

AVALIAÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS CAPAZES DE AFETAR AS CONTAS PÚBLICAS:

A reserva de recursos orçamentários para riscos fiscais, juntamente com outros mecanismos impostos pela LRF como: desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, programação financeira, limitação de empenho, estimativa do impacto orçamentário-financeiro e compensação para renúncia de receita e geração de despesas, destacam a preocupação do legislador com a preservação do equilíbrio de caixa.

Assim, para dispor de recursos financeiros em situações inesperadas ou imprevistas, a LDO deverá indicar a reserva, em percentual da receita corrente líquida, de uma parcela para passivos contingentes, outros riscos fiscais e eventos fiscais imprevistos, conforme disposto no artigo 4º, § 3º da LRF e Portaria STN nº 577/2008.

Os valores em discussão na esfera judicial, tanto na área trabalhista quanto nas demais, não são relevantes para o contexto e as sentenças de pequenos valores poderão ser liquidadas imediatamente mediante crédito suplementar adicional. Conforme dispõe os artigos 100 e 81 das Constituições Federal e Estadual respectivamente, os precatórios apresentados até 1º de Julho do exercício em curso, deverão ser incluídos no orçamento do exercício seguinte:

Relação do estoque de precatórios para 2016, em ordem cronológica para pagamento.

PRECATÓRIO	NATUREZA	ORÇAMENTO	BENEFICIÁRIO	VALOR
			Total	

Outros riscos contingentes para o Município poderão ser as situações de emergência e ou calamidade pública, geradas por vendavais, enchentes, granizos, secas prolongadas, entre outros. Se alguma das situações previstas acontecer, a Administração Municipal avaliará a extensão das mesmas, definindo as despesas conseqüentes, utilizando para o atendimento parte da Reserva de Contingência. Se esta for insuficiente, o Poder Executivo enviará Projeto de Lei específico ao Poder Legislativo, propondo a suplementação dos recursos necessários.

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Gestora: Município de Guarujá do Sul – SC		Abertura de Créditos Adicionais com recursos da Reserva de Contingência	20.000,00
1. Outros Riscos Fiscais	20.000,00		
1.1. Intempéries	20.000,00		
SOMA	20.000,00	SOMA	20.000,00
TOTAL	20.000,00	TOTAL	20.000,00

*Redução da Receita do ICMS e demais transferências por conta da redução da atividade econômica, colapso da economia, etc;

*Eventuais renúncias de receitas estão detalhadas no ANEXO – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita. Art. 4º, § 2º, V da LRF, anexo a esta Lei, já que estas, como bem identificam as memórias de cálculo respectivas, foram obtidas a partir das receitas efetivamente arrecadadas.

*Falha de planejamento (Dotações orçadas a menor ou inexistentes);

*Caso os eventos não ocorrerem até o dia 10/12/2016 e existir saldo financeiro, os recursos da Reserva de Contingência poderão ser utilizados para a aquisição de medicamentos, pagamento de salários e encargos, despesas relativas ao cumprimento dos limites constitucionais de saúde, educação e FUNDEB.

José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal

Deisi Cemin Franco
Contadora CRC 028174/O-0

Herval d'Oeste

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA LOA 2016

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOA – Lei Orçamentária Anual 2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a legislação vigente, torna público que realizará a Audiência Pública LOA – Lei Orçamentária Anual -2016, no próximo dia 14 de outubro de 2015, às 15h00min, na Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste na Rua Nereu Ramos, 389 Centro Herval d'Oeste – SC.

Herval d'Oeste 09 de outubro de 2015.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.452/2015.

DECRETO Nº 3.452/2015.

REVOGA O DECRETO Nº 3.210/2013 QUE
DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), QUE ESPECIFICA.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 54 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº 2.797/2010 que nomeia ALDINO BEZ – Titular, para substituir CARLOS ABRÃO STECHINSKI na JARI – JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES do Município de Herval d'Oeste (SC).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 25 de junho de 2010.

NELSON GUINDANI
Prefeito

DECRETO Nº 3.453/2015.

DECRETO Nº 3.453/2015.

APROVA LOTEAMENTO DENOMINADO "LOTEAMENTO BARCELONA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito do Município de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Loteamento denominado "Loteamento Barcelona", de propriedade de Aldyr Balestrin, inscrito no CPF nº 133.224.609-59, sito Acesso Egidio Pozzobon, Herval d'Oeste (SC), contendo a área total de 223.453,81m² (Duzentos e vinte e três mil, quatrocentos e cinquenta e três metros e oitenta e um centímetros quadrados), constante de escritura pública registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Herval d'Oeste (SC), matrícula nº 57 e 2.890, estando em anexo a este Decreto o Memorial Descritivo de todos os Lotes e a Planta Geral do Loteamento.

Art. 2º. A área total de lotes é de 108.220,24m².

Art. 3º. Fica destinado à incorporação ao Patrimônio Público

Municipal, a área de 45.316,43m² para as vias públicas do Loteamento; a área de 10.995,52m² para a área verde; e 13.841,31m² para a área institucional.

Art. 4º. A área remanescente do Loteamento Barcelona é de 14.722,31m², e a APP – Área de Preservação Permanente é de 30.358,00m².

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 30 de setembro de 2015.

NELSON GUINDANI
Prefeito

PORTARIA Nº 1141/2015

PORTARIA Nº 1141/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

SUBSTITUIR a servidora Ivone Esquina, membro da Comissão Permanente de Avaliação de Estágio Probatório, designada pela Portaria nº 665/2014, pelo servidor Ricardo José Nodari (Matr. 3628), ocupante do Cargo de Provimento Eletivo de Vice-Prefeito, Nível – Agente Político, designado para responder, sem ônus para o erário público municipal pelo Cargo em Provimento em Comissão de Secretário de Saúde, para integrar a Comissão Permanente de Avaliação de Estágio Probatório dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1142/2015

PORTARIA Nº 1142/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 04 (quatro) dias de Licença Prêmio, ao servidor ANTONIO BORGES DOS SANTOS (Matr. 212), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "P", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, nos termos do artigo 104, parágrafo único da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2011 a 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a contar de 08 de outubro de 2015 a 11 de outubro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Outubro de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1143/2015

PORTARIA Nº 1143/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 08 de outubro de 2015, da servidora DANIELA CRISTIANE DA SILVA PASQUALI (Matr. 2953) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Outubro de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1144/2015

PORTARIA Nº 1144/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 08 de outubro de 2015, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora FERNANDA MENEGASSI (Matr. 2871), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível/Referência – 8/B, 40 horas semanais, anexo V da LC nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Outubro de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2015

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2015
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL
TIPO: Menor Preço Global

OBJETO

Contratação em regime de empreitada por preço unitário de empresa especializada para a Reforma do Estádio Municipal José Afonso D'Agostini, com 1.144,74 m² situado a Rua Pedro Paludo, S/Nº - Jardim José Rupp, município de Herval d'Oeste.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 13:30 horas do dia 23/10/2015.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO

R\$ 88.965,48 (oitenta e oito mil novecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e oito centavos).

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra e seus anexos estão disponíveis no site: www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional, para aqueles que tiverem interesse o Edital e os projetos estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 08 de outubro de 2015.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 2844/2015

DECRETO Nº 2844, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015
HOMOLOGA RESULTADO FINAL COM A RESPECTIVA CLASSIFICAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA – EDITAL Nº 004, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA, Prefeito em Exercício do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica;

Considerando, o decreto nº 2842, de 23 de Setembro de 2015 que anulou o processo seletivo nº 002/2015;

Considerando, a urgência para contratação de pessoal em carácter temporário para o Magistério Público Municipal no ano letivo de 2015;

Considerando, a realização da chamada pública lançada pelo edital nº 004 de 29 de setembro de 2015;

Considerando, o item 4 do Edital nº 004/2015;

Considerando que existem graves indícios de fraude nos processos seletivos nº 002/2015 realizados pela AMARP;

Considerando, a decisão proferida pelo juiz Flávio Luís Dell' Antônio, em 08 de setembro de 2015, na Ação Cautelar nº 0900033-78.2015.8.24.0071;

Considerando, a decisão proferida pelo juiz Flávio Luís Dell' Antônio, em 08 de outubro de 2015, na Ação Civil Pública nº 0900040-70.2015.8.24.0071;

Considerando, os princípios da administração Pública, especialmente o da MORALIDADE;

Considerando, o poder DISCRICIONÁRIO da Administração Pública;

DECRETA:

Art. 1º - Divulga resultado final com a respectiva classificação da chamada pública para o Magistério Público Municipal, para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, exercício financeiro de 2015, conforme EDITAL nº 004, de 29 de setembro de 2015, conforme segue:

PROFESSOR II – PERÍODO VESPERTINO	
NOME	CLASSIFICAÇÃO
Maria Luiza Balbinotti Ortigara	1ª
Silvia Cristiane Tescke Coelli	2ª
Mariza Dalazen Laidnes	Desclassificada
Andréia Terezinha Ferrari Lamperti	Desclassificada

PROFESSOR II – PERÍODO MATUTINO/VESPERTINO	
NOME	CLASSIFICAÇÃO
Erica Thomé Laidnes	1ª
Simone Denize Trevisol Slongo de Oliveira	2ª
Aline Pinheiro Denardi	3ª
Beatriz Aparecida Possera Trevisol	4ª
Edicléia Barbosa	5ª
Flávia Jakelini Ramos Araldi	6ª
Delésia Orzzatto Micheluzzi	Desclassificada

Art. 2º. Com base nas considerações realizadas, sobretudo ao princípio da moralidade, bem como ao poder discricionário da administração pública, ficam declaradas como “desclassificada” as seguintes candidatas: Delésia Orzzatto Micheluzzi, Mariza Dalazen Laidnes e Andreia Terezinha Ferrari Lamperti.

Art. 3º. Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 08 DE OUTUBRO DE 2015.
GILMAR FONTA
Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 577/2015

LEI Nº 577, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

“Institui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Ibiam”.

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS - de Ibiam, com fundamentos nas Leis Federais nº. 11.445/07 e nº 12.305/10 e seus respectivos decretos regulamentadores, tem como objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, melhorar a qualidade da sanidade pública e manter o meio ambiente equilibrado, buscando o desenvolvimento sustentável e fornecendo diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas nesse sentido.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, considera-se limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos o conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do resíduo doméstico e do resíduo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas, inclusive a triagem para fins de reuso, reciclagem ou compostagem, e os serviços de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública;

Art. 2º Não constitui serviço público de saneamento, a ação executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 3º Faz parte integrante desta lei, o texto completo da construção técnica do PMGIRS, constante do Anexo Único, cujo diagnóstico, diretrizes e metas deverão ser observadas para o seu cumprimento, nos termos do regulamento.

Art. 4º O Município de Ibiam poderá adotar medidas e ações conjuntas com municípios vizinhos, para a gestão de resíduos sólidos mediante a criação de consórcios intermunicipais, na forma da lei;

Dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Art. 5º Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nos termos da Lei nº 12.305/10 e seu decreto regulamentador, os geradores elencados no artigo 20 da referida lei federal;

§ 1º O conteúdo mínimo dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos é aquele definido no artigo 21 da Lei nº 12.305/10 e seu regulamento;

§ 2º O plano de gerenciamento de resíduos sólidos atenderá ao disposto nesta lei, sem prejuízo das normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa.

§ 3º Serão estabelecidos em regulamento:

I - normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

II - critérios e procedimentos simplificados para apresentação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos para microempresas e empresas de pequeno porte, assim consideradas as definidas nos incisos I e II do art. 3º da Lei Federal Complementar nº 123/06, desde que as atividades por elas desenvolvidas não gerem resíduos perigosos.

Art. 6º Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final, ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

Art. 7º Os responsáveis pelo plano de gerenciamento de resíduos sólidos manterão atualizadas e disponíveis, ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do Sisnama e a outras autoridades, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade.

§ 1º Para a consecução do disposto no caput, sem prejuízo de outras exigências cabíveis por parte das autoridades, será implementado sistema declaratório com periodicidade, no mínimo, anual, na forma do regulamento.

§ 2º As informações referidas no caput serão repassadas, pelos órgãos públicos, ao Sinir, na forma do regulamento.

Dos Resíduos Industriais

Art. 8º O gerenciamento dos resíduos industriais, especialmente os perigosos, desde a geração até a destinação final, será feito de forma a atender aos requisitos de proteção ambiental e de saúde pública, com base no plano de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata esta lei.

Art. 9º Compete aos geradores de resíduos industriais, a responsabilidade pelo seu gerenciamento, desde a geração até a sua disposição final, incluindo:

I - a separação e coleta interna dos resíduos, de acordo com suas classes e características

II - o acondicionamento, identificação e transporte interno, quando for o caso;

III - a manutenção de áreas para a sua operação e armazenagem;

IV - a apresentação dos resíduos à coleta externa, quando cabível, de acordo com as normas pertinentes e na forma exigida pelas autoridades competentes;

V - o transporte, tratamento e destinação dos resíduos, na forma exigida pela legislação pertinente.

Art. 10º O emprego de resíduos industriais perigosos, mesmo que tratados, reciclados ou recuperados para utilização como adubo, matéria-prima ou fonte de energia, bem como suas incorporações em materiais, substâncias ou produtos, dependerá de prévia aprovação dos órgãos competentes, mantida, em qualquer caso, a responsabilidade do gerador.

§ 1º O fabricante deverá comprovar que o produto resultante da utilização dos resíduos referidos no "caput" deste artigo não implicará risco adicional à saúde pública e ao meio ambiente.

§ 2º É vedada a incorporação de resíduos industriais perigosos em materiais, substâncias ou produtos, para fins de diluição de substâncias perigosas.

Art. 11º As instalações industriais para o processamento de resíduos são consideradas unidades receptoras de resíduos, estando sujeitas às exigências desta lei.

Art. 12º O resíduo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

Dos Resíduos da Construção Civil

Art. 13º O Município elaborará seu Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, nos termos da legislação federal e em consonância às disposições da presente lei;

Das Diretrizes e Ações para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Art. 14º A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente centralizará, nos termos do regulamento, todos os contratos relativos à gestão de resíduos sólidos do município;

Art. 15º Sem prejuízo das demais disposições constantes nas Leis Federais nº 12.305/10 e nº 11.445/07, o Poder Público local deverá, nos prazos previstos no Anexo Único, adotar as diretrizes e implementar as ações seguintes:

I- Desenvolver ações e programas de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos em parceria com municípios, inclusive na forma de Consórcios Públicos;

II- Estabelecer critérios de diferenciação entre pequeno e grande gerador de resíduos sólidos para o fim de definição da responsabilidade pela gestão e/ou de tarifas diferenciadas, na forma do regulamento;

III-Adquirir, nos termos do Anexo Único e conforme a disponibilidade de recursos, bens e equipamentos para a melhoria no setor de coleta convencional e seletiva em todo o território do município;

IV-Estabelecer (ou adequar) Sistema de Coleta Seletiva, com criação de unidades de triagem e padrões técnicos de segregação de materiais recicláveis na origem;

V-Coordenar campanhas periódicas de conscientização, informação e educação ambiental com foco da gestão integrada de resíduos sólidos;

VI-Elaborar e implantar projeto de Sistema de Compostagem de Resíduos Domésticos Orgânicos;

VII-Adequar o quadro técnico municipal com vistas a suprir a demanda de gestão integrada de resíduos sólidos, especialmente nos setores de organização, fiscalização e educação ambiental;

VIII-Capacitar tecnicamente os profissionais envolvidos na gestão de resíduos sólidos por meio de treinamentos e cursos periódicos;

IX-Criar mecanismos de fomento e estímulo a fontes de negócios, emprego e renda para a atividade de coleta e comercialização de materiais recicláveis, especialmente o apoio às associações e cooperativas de catadores;

X- Criar Pontos de Entrega Voluntária - PEVs para o recebimento de materiais sujeitos à Logística Reversa;

XI-Criar Sistema de Informação e Monitoramento de Cadastro de Geradores e Manejo de Resíduos Sólidos;

XII-Implementar Sistema de Logística Reversa de resíduos especiais;

XIII-Elaborar e Implementar Plano de Recuperação de Áreas Degradadas-PRAD para recuperação dos pontos de disposição inadequada de resíduos sólidos desativados;

XIV-Rever o mecanismo de sustentação financeira dos serviços de Limpeza Pública e Gestão de resíduos Sólidos, criando ou adequando o sistema de taxa ou tarifa.

Art. 16º O PMGIRS deverá ser revisto e atualizado a cada 4 (quatro) anos;

Art. 17º Ficam mantidas as disposições legais, normas, programas e ações estabelecidas para a Gestão de Resíduos Sólidos que não conflitarem com o disposto na presente lei.

Art. 18º Esta lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 09 DE OUTUBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 053/2015

A Prefeitura Municipal de Imaruí, através do Setor de Licitação, torna publico aos interessados, que realizará no dia 23/10/2015 às 09h30min, Licitação do Tipo Menor Preço por Item, cujo objetivo visa à aquisição de uma retroescavadeira, para uso da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Pecuário. O Edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Imaruí, e através do site www.imarui.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br, ou através do telefone (48) 3643 0161.

Imaruí, 09 de Outubro de 2015.
Manoel Viana de Sousa
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 104, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 104, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLENTER, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, exercício 2015, na importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) conforme segue:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.032	MANUTENÇÃO DO PEJA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	206	6.046	Aplicações Diretas	40.000,00
Total Suplementação		40.000,00		

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.032	MANUTENÇÃO DO PEJA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	207	1.000	Aplicações Diretas	40.000,00
Total Suplementação		40.000,00		

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 08 de outubro de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 105, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 105 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLENTER, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, exercício 2015, na importância de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) conforme segue:

ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.061	MANUTENÇÃO DA MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA			

Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	162	1.000	Aplicações Diretas	135.000,00
Total Suplementação			135.000,00	

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do recurso da COSIP no valor de R\$ 135.000,00.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 08 de outubro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 106, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 106 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLENTAR, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, exercício 2015 na importância de R\$ 32.269,27 (trinta e dois mil, duzentos e sessenta e nove reais e vinte e sete centavos) conforme segue:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	76	1.022	Aplicações Diretas	32.269,27
Total Suplementação			32.269,27	

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes do compromisso firmado entre o Município de Imaruí e o Ministério da Educação, através do Termo de Compromisso PAR nº3671, sendo o valor disponível em conta de R\$ 32.269,27.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 08 de outubro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 107, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 107 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLENTAR, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, exercício 2015 na importância de R\$98.568,20 (noventa e oito mil, quinhentos e sessenta e oito reais e vinte centavos) conforme segue:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.06	INVESTIMENTOS			
PROJ/ATIV. – 1.100	PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UBS – CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	44	1.012	Aplicações Diretas	98.568,20
Total Suplementação			98.568,20	

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes da adesão do Fundo Municipal de Saúde de Imaruê à Portaria nº340, de 04 de Março de 2013 do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 512.000,00 para construção de uma UBS Porte II no Centro do Município.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruê, 08 de outubro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 108, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 108 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLENTER, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruê, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruê,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, exercício 2015 na importância de R\$83.000,00 (oitenta e três mil reais), conforme segue:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.033	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	39	1.000	Aplicações Diretas	83.000,00
Total Suplementação		83.000,00		

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos do PNAE no valor de R\$ 83.000,00.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruê, 09 de outubro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 109, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 109 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLENTER, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruê, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruê,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, exercício 2015 na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme segue:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BÁSICA			
PROJ/ATIV. – 2.111	MANUTENÇÃO DO PMAQ			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	67	6.064	Aplicações Diretas	50.000,00
Total Suplementação		50.000,00		

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BÁSICA			
PROJ/ATIV. – 2.111	MANUTENÇÃO DO PMAQ			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor

4.4.90.00.00.00.00.00	68	6.064	Aplicações Diretas	50.000,00
Total Suplementação		50.000,00		

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 09 de outubro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº.110, DE 09 OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº.110 DE 09 OUTUBRO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, em especial pelo disposto no art. 61, VI da Lei Orgânica Municipal e Lei n.1.882, de 17 de julho de 2015,

Considerando a Comunicação Interna SMECDJ n.01/2015;

Considerando a ata final do Conselho Municipal de Educação que dispôs sobre a composição do referido Conselho;

Considerando, por fim, que os Conselhos Municipais exercem papel fundamental na democratização das relações entre Poder Público e Sociedade Civil;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Educação, criado pela Lei nº. 1.882, de 17 de julho de 2015, os seguintes membros:

I - Representantes da Secretaria Municipal da Educação

Jair Paulo - Titular

Vânia de Souza Silveira - Suplente

II - Representante da Câmara de Vereadores

Vanderlei Selhorst - Titular

Gilson Manoel Rosa - Suplente

III - Representante das APPs vinculados ao Sistema Municipal de Ensino

Ricardo Alencar Pezenti Graf - Titular

Carolina Pedro Vieira Nunes - Suplente

IV - Representante do Magistério Municipal

Rosa Manoel Cardoso - Titular

Denise Casemiro Fortunato - Suplente

V - Representante dos Diretores das Escolas da Rede Municipal

Josiani Correia Venâncio - Titular

Eliane Silveira Cabral – Suplente

Art. 2º Ficam designados para o exercício de presidência, vice-presidência e secretária do Conselho os membros abaixo arrolados:

I - Josiani Correia Venâncio – PRESIDENTE; e

Eliane Silveira Cabral – SUPLENTE.

II - Jair Paulo – VICE-PRESIDENTE; e

Vânia de Souza Silveira – Suplente.

III - Rosa Manoel Cardoso – SECRETÁRIA; e

Denise Casemiro Fortunato – Suplente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto n.102/2015.

Imaruí, 09 de outubro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

LEI Nº. 1.900, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI Nº. 1.900, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – COMDEC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Defesa Civil – COMDEC, do Município de Imaruí, diretamente subordinado ao Prefeito Municipal ou ao seu substituto eventual, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, os meios para atendimento a situações de emergência ou de calamidade pública.

Art. 2º Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I - Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistencial e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.

II – Desastres: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais.

III – Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos superáveis pela comunidade afetada.

IV – Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou a vida de seus integrantes.

Art. 3º O Conselho Municipal de Defesa Civil – COMDEC manterá com os demais Órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de fornecer e receber subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à Defesa Civil.

Art. 4º O Conselho Municipal de Defesa Civil – COMDEC constitui órgão integrante do Sistema Estadual de Defesa Civil.

Art. 5º Poderá constar, nos currículos escolares dos estabelecimentos de ensino da Municipalidade, noções gerais sobre Defesa Civil.

Art. 6º O Conselho Municipal de Defesa Civil – COMDEC compor-se-á de:

I – Presidência;

II – Vice-Presidência;

III – Secretário;

IV – Grupo Permanente; e

V – Grupo de Emergência.

Art. 7º O Presidente do Conselho Municipal de Defesa Civil – COMDEC será o Prefeito Municipal.

Parágrafo único. O Vice-Presidente será indicado pelo Chefe do Poder Executivo, através de Portaria, tendo como competência:

I - Substituir o Presidente no seu impedimento;

II - Exercer atribuições que lhe forem conferidas pelos seus pares, através de reunião; e

III - Auxiliar o Presidente quando por ele convocado para missões de Defesa Civil.

Art. 8º O Secretário será indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de Portaria, tendo por competência organizar as atividades do Conselho Municipal de Defesa Civil – COMDEC.

Art. 9º O Grupo Permanente será composto por 10 (dez) representantes dos órgãos da Administração Pública, Associações e Entidades existentes no Município com direito a voz e voto, conforme a seguinte composição:

I – Representantes do Poder Público:

a) 01 (um) titular e 01 (um) suplente da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão;

b) 01 (um) titular e 01 (um) suplente da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos;

c) 01 (um) titular e 01 (um) suplente da Secretaria Municipal da Promoção Social;

d) 01 (um) titular e 01 (um) suplente da Câmara Municipal de Imaruí; e

e) 01 (um) titular e 01 (um) suplente da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

II – Representantes da Sociedade Civil:

a) 01 (um) titular e 01 (um) suplente da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL;

b) 01 (um) titular e 01 (um) suplente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura, Agronomia de Santa Catarina – CREA.

c) 01 (um) titular e 01 (um) suplente do Rotary Club de Imaruí;

d) 01 (um) titular e 01 (um) suplente da Colônia de Pescadores Z- 17; e

e) 01 (um) titular e 01 (um) suplente do Sindicato Rural de Imaruí;

Art. 10 O Grupo de Emergência será composto por representantes de Associações Comunitárias e de classe, clubes de serviço, entidades filantrópicas e outras organizações não governamentais existentes no Município, além dos representantes do Grupo Permanente que poderão ser mobilizados de acordo com o grau do desastre.

Art. 11 Os servidores públicos designados para colaborar nas ações de emergência ou de calamidade pública, exercerão essas atividades sem prejuízo das funções que ocupem, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo Único. A colaboração referida no caput deste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 12 Poderá ser criado o Fundo Municipal de Defesa Civil, que terá por finalidade captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução das ações de defesa civil, as quais compreendem os aspectos globais de prevenção de desastres, preparação para emergências e desastres, respostas aos desastres e reconstrução e recuperação originada por desastres.

Art. 13 Até o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco dias) após sua instalação, o Conselho Municipal de Defesa Civil – COMDEC elaborará o regimento interno que será homologado por Decreto Municipal.

Art. 14 A presente Lei será regulamentada, no que couber, por ato próprio do Chefe Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal Nº. 1572 de 06 de setembro de 2011.

Imaruí, SC, 09 de outubro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

RGF 1º SEMESTRE (ANEXO 01)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUI
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2014 A JUNHO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	11.725.573,75	251.165,38
Pessoal Ativo	11.525.415,84	251.165,38
Pessoal Inativo e Pensionista	200.157,91	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	562.648,35	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	440.158,18	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	122.490,17	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	11.162.925,40	251.165,38
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	20.553.633,44	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	11.414.090,78	55,53
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	11.098.962,06	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	10.544.013,95	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	9.989.065,85	48,60

FONTE:

RGF 1º SEMESTRE (ANEXO 01 A)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2014 A JUNHO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.213.042,06	251.165,38
Pessoal Ativo	11.973.253,81	251.165,38
Pessoal Inativo e Pensionista	239.788,25	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	562.648,35	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	440.158,18	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	122.490,17	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	11.650.393,71	251.165,38
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	20.553.633,44	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	11.901.559,09	57,90
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	12.332.180,06	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	11.715.571,06	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	11.098.962,06	54,00

FONTE:

IMARUI, 12/08/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RGF 1º SEMESTRE (ANEXO 02)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.594.905,15	2.428.035,67	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.304.815,97	2.137.946,49	0,00
Interna	2.304.815,97	2.137.946,49	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	290.089,18	290.089,18	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.482.093,49	1.859.882,16	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.135.308,81	3.340.320,45	0,00
Demais Haveres Financeiros	-39.473,43	-63.266,55	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	613.741,89	1.417.171,74	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	112.811,66	568.153,51	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	19.199.753,43	20.553.633,44	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	13,52%	11,81%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,59%	2,76%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	23.039.704,12	24.664.360,13	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	20.735.733,70	22.197.924,12	0,00
<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	2.304.815,97	2.137.946,49	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	2.304.815,97	2.137.946,49	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	2.304.815,97	2.137.946,49	0,00
Previdenciárias	69.720,76	19.404,49	0,00
Demais Contribuições Sociais	2.235.095,21	2.118.542,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	296.514,64	305.884,25	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.212.718,37	5.787.060,50	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(+) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

IMARUI, 12/08/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

FONTE:

RGF 1º SEMESTRE (ANEXO 03)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	19.199.753,43	20.553.633,44	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	4.223.945,75	4.521.799,36	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	3.801.551,18	4.069.619,42	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

IMARUI, 12/08/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RGF 1º SEMESTRE (ANEXO 04)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	20.553.633,44	—
OPERAÇÕES VEDADAS DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	3.288.581,35	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.959.723,22	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.438.754,34	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

IMARUI, 12/08/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RGF 1º SEMESTRE (ANEXO 05)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
Alienação de Bens destinados a Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens destinados a Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens destinados a Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Farmacêutica Básica	5.793,19	1,80	0,00	793,95	0,00	4.997,44	0,00	0,00
Atenção Básica	232.752,12	0,00	63.373,98	9.607,73	108.695,69	51.074,72	105.034,23	0,00
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	94.115,98	167,37	0,00	430,40	0,00	93.518,21	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o COSIP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDEB 40%	606.262,73	4.214,00	32.276,23	141,92	108.054,45	463.576,13	0,00	0,00
FUNDEB 60%	(210.979,32)	0,00	62.908,70	3.500,10	257.873,65	(535.262,77)	0,00	0,00
Fundo da Procuradoria Jurídica	4.138,28	0,00	0,00	0,00	(2.951,15)	7.089,43	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Índice de Gestão Descentralizada - BF	57.625,79	0,00	392,51	10.174,45	592,71	46.466,12	22,90	0,00
Índice de Gestão Descentralizada - SUAS	8.284,40	0,00	0,00	0,00	0,00	8.284,40	3.968,50	0,00
Operações de Crédito Internas - Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Créditos Internas - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências do FNAS	35.024,81	0,00	0,00	0,00	0,00	35.024,81	0,00	0,00
Outros Recursos do FNDE	925,70	0,00	0,00	0,00	0,00	925,70	0,00	0,00
Outros Recursos do FNS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso Básico Fixo- PAIF/CRAS	637,01	0,00	0,00	0,00	1.996,11	(1.349,10)	13.369,85	0,00

Continua 1/5

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/5
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Piso Básico Variável II - API/PAC	230,37	445,00	0,00	0,00	209,70	(424,33)	0,00	0,00
Piso de Transição de Média Complexidade - PPD/PAC	4.012,80	0,00	0,00	0,00	0,00	4.012,80	0,00	0,00
Piso Variável de Média Complexidade - PETI	22.899,73	0,00	0,00	0,00	0,00	22.899,73	0,00	0,00
PNAE	68.215,65	0,00	3.870,50	0,00	3.870,50	60.474,65	34.133,18	0,00
PNATE	38.714,16	0,00	3.222,00	0,00	3.222,00	32.270,16	46.706,00	0,00
Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	84.953,09	94,00	3.921,45	7.078,41	4.311,53	69.547,70	8.765,50	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - FUNDEA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - SAMAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário Educação	348.380,26	4.360,00	21.835,79	16.496,61	24.659,08	281.028,78	197.517,79	0,00
SAMU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem Especificação	137.069,25	0,00	0,00	0,00	156,00	136.913,25	0,00	0,00
Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Atenção Básica	(166.867,92)	0,00	16.883,86	0,00	16.883,86	(199.635,64)	49.981,23	0,00
Superavit - Atenção de Mac Ambulatorial e Hospitalar	(32.081,55)	0,00	13.756,15	0,00	13.756,15	(59.593,85)	13.748,47	0,00
Superavit - FUNDE 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Índice de Gestão Descentralizada - BF	(4.621,95)	0,00	556,31	0,00	556,31	(5.734,57)	12.137,74	0,00
Superavit - Índice de Gestão Descentralizada - SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Outras Transferências do FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	937,77	0,00
Superavit - Piso Básico Variável II - API/PAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Piso de Transição de Média Complexidade - PPD/PAI	(3.344,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.344,00)	0,00	0,00

Continua 2/5

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 3/5
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Superavit - PNAE	(10.661,83)	0,00	750,00	0,00	750,00	(12.161,83)	38.868,23	0,00
Superavit - FNATE	(6.232,80)	0,00	0,00	0,00	0,00	(6.232,80)	17.511,20	0,00
Superavit - Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	(9.373,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	(9.373,30)	21.304,70	0,00
Superavit - Salário Educação	(14.360,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(14.360,00)	1.400,00	0,00
Superavit - Transferência de Convênios - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Vigilância em Saúde	(1.178,86)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.178,86)	6.239,14	0,00
Transferências de Convênios - União/Outros	0,00	0,00	232.767,05	0,00	232.767,05	(465.534,10)	195.000,00	0,00
Transferência de Convênios-União/Saúde	3.885,11	0,00	0,00	0,00	0,00	3.885,11	0,00	0,00
Transferência de Convênios-Fundo Municipal de Saúde- Exerc. A	(4.178,71)	0,00	2.730,16	0,00	2.730,16	(9.639,03)	19.646,93	0,00
Transferências de Convênios - Assistência Social	70.074,97	0,00	0,00	0,00	66,60	70.008,37	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	678.000,00	0,00
Transferências de Convênios - Outros	670.062,08	77,07	0,00	96.336,38	4.776,16	578.872,47	934.499,00	0,00
Transferências de Convênios - Outros - Exerc. Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	254.566,20	10.510,00	0,00	3.855,03	2.974,49	237.226,68	351.940,55	0,00
Vigilância em Saúde	73.969,53	0,00	1.353,00	4.572,22	1.375,05	66.669,26	23,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (f)	2.359.712,97	19.869,24	460.566,69	142.967,20	785.316,10	950.941,74	2.750.755,91	0,00
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo da Procuradoria Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Índice de Gestão Descentralizada - BF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Índice de Gestão Descentralizada - SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Créditos Internos - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências do FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/5

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 4/5
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
		(a)	(b)	(c)	(d)			
Piso Básico Fixo- PAIF/CRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso Básico Variável II - AP/PAIC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso de Transição de Média Complexidade - PPDP/PAIC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso Variável de Média Complexidade - PETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	935.562,25	0,00	0,00	0,00	703.835,41	231.726,84	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS	49.283,68	0,00	0,00	0,00	15.773,34	33.510,34	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	13.940,56	665.152,73	26.857,99	0,00	(705.951,28)	1.238.146,08	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	(1.033,25)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.033,25)	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	(600,00)	0,00	0,00
Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAMU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem Especificação	(323.477,56)	227.354,06	0,00	540.208,25	(79.254,14)	(1.011.785,72)	0,00	0,00
Serviços de Saúde	320.225,53	29.656,46	0,00	6.583,82	5.964,96	278.020,29	1.081.521,25	0,00
Superavit - FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios-Estado/Saúde	46,82	0,00	0,00	0,00	0,00	46,82	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	980.607,48	271.551,08	665.152,73	573.650,06	646.319,57	(1.176.065,96)	2.319.667,33	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	3.340.320,45	291.420,32	1.125.751,42	716.637,26	1.431.635,67	(225.124,22)	5.070.423,24	0,00

Continua 4/5

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 5/5
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------	------	------	------

FONTE:

Nota: *A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

IMARUI, 12/08/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JUNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RGF 1º SEMESTRE (ANEXO 06)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	20.553.633,44	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	11.902.501,09	57,91
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	12.332.180,06	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	11.715.571,06	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	568.153,51	2,76
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	24.664.360,13	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.521.799,36	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.288.581,35	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.438.754,34	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	5.070.423,24	(225.124,22)

FONTE:

IMARUI, 12/08/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RGF 2º QUADRIMESTRE (ANEXO I CONSOLIDADO)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.022.843,15	251.165,38
Pessoal Ativo	11.781.672,14	251.165,38
Pessoal Inativo e Pensionista	241.171,01	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	522.726,05	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	400.235,88	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	122.490,17	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	11.500.117,10	251.165,38
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	20.947.985,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	11.751.282,48	56,10
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	12.568.791,20	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	11.940.351,64	57,00
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	11.311.912,08	54,00

FONTE:

IMARUI, 08/10/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RGF 2º QUADRIMESTRE (ANEXO I PODER EXECUTIVO)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUI
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	11.430.432,69	251.165,38
Pessoal Ativo	11.228.892,02	251.165,38
Pessoal Inativo e Pensionista	201.540,67	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	522.726,05	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	400.235,88	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	122.490,17	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	10.907.706,64	251.165,38
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	20.947.985,33	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	11.158.872,02	53,27
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	11.311.912,08	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	10.746.316,47	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	10.180.720,87	48,60

FONTE:

IMARUI, 08/10/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RGF 2º QUADRIMESTRE (ANEXO II)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.594.905,15	2.481.442,98	2.387.200,67	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	2.304.815,97	2.191.353,80	2.097.111,49	0,00
Interna	2.304.815,97	2.191.353,80	2.097.111,49	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	290.089,18	290.089,18	290.089,18	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.486.005,79	2.289.347,31	1.766.975,43	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.135.308,81	3.969.482,52	3.431.513,41	0,00
Demais Haveres Financeiros	-36.127,13	-3.157,92	-3.708,37	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	613.175,89	1.676.977,29	1.660.829,61	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	108.899,36	192.095,67	620.225,24	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	19.199.753,43	19.812.898,47	20.947.985,33	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	13,52%	12,52%	11,40%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,57%	0,97%	2,96%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	23.039.704,12	23.775.478,16	25.137.582,40	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	20.735.733,70	21.397.930,35	22.623.824,16	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	2.304.815,97	2.191.353,80	2.097.111,49	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	2.304.815,97	2.191.353,80	2.097.111,49	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	2.304.815,97	2.191.353,80	2.097.111,49	0,00
Previdenciárias	69.720,76	41.537,56	16.312,79	0,00
Demais Contribuições Sociais	2.235.095,21	2.149.816,24	2.080.798,70	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	296.514,64	313.995,95	360.842,86	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.178.936,57	4.467.045,76	5.835.884,69	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

RGF 2º QUADRIMESTRE (ANEXO III)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	19.199.753,43	19.812.898,47	20.947.985,33	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	4.223.945,75	4.358.837,66	4.608.556,77	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	3.801.551,18	3.922.953,90	4.147.701,10	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

RGF 2º QUADRIMESTRE (ANEXO V)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	158.815,16	1.498,00	0,00	9.130,00	0,00	148.187,16	0,00	0,00
ALIENACAO DE BENS	(1.958,71)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.958,71)	0,00	0,00
Alienação de Bens destinados a Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens destinados a Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens destinados a Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Farmacêutica Básica	15.718,65	1,80	17.589,66	793,95	0,00	(2.666,76)	0,00	0,00
Atenção Básica	269.036,51	0,00	52.999,74	9.607,73	46.362,21	160.066,83	31.247,71	0,00
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	123.034,36	167,37	0,00	430,40	0,00	122.436,59	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o COSIP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDEB 40%	756.353,43	4.214,00	990,50	141,92	68.736,45	682.270,56	0,00	0,00
FUNDEB 60%	(353.550,72)	0,00	0,00	3.500,10	242.708,84	(599.759,66)	0,00	0,00
FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA	(55,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(55,00)	0,00	0,00
Fundo da Procuradoria Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Índice de Gestão Descentralizada - BF	62.869,73	0,00	0,00	10.174,45	200,20	52.495,08	22,90	0,00
Índice de Gestão Descentralizada - SUAS	4.315,90	0,00	110,00	0,00	0,00	4.205,90	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas - Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Créditos Internas - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências do FNAS	39.364,33	0,00	0,00	0,00	0,00	39.364,33	0,00	0,00
Outros Recursos do FNDE	925,70	0,00	0,00	0,00	0,00	925,70	0,00	0,00

Continua 1/6

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 2/6
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
Outros Recursos do FNS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLV	8.636,17	0,00	0,00	14.962,42	156,00	(6.482,25)	0,00	0,00
PDDE	0,00	0,00	900,00	0,00	0,00	(900,00)	0,00	0,00
Piso Básico Fixo- PAIF/CRAS	541,84	0,00	1.020,92	0,00	1.986,11	(2.465,19)	12.694,87	0,00
Piso Básico Variável II - APVPAC	230,37	445,00	0,00	0,00	209,70	(424,33)	0,00	0,00
Piso de Transição de Média Complexidade - PPDPAC	8.025,60	0,00	0,00	0,00	0,00	8.025,60	0,00	0,00
Piso Variável de Média Complexidade - PETI	22.899,73	0,00	0,00	0,00	0,00	22.899,73	0,00	0,00
PNAE	113.065,90	0,00	11.730,25	0,00	0,00	101.335,65	14.075,68	0,00
PNATE	39.625,94	0,00	3.141,45	0,00	0,00	36.484,49	30.633,05	0,00
Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	73.913,95	94,00	4.717,00	7.078,41	536,48	61.488,06	15.690,55	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - SAMAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO FUNDEB - 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO FUNDEB - 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇAMENTO MUNICIPAL	85.184,98	73.272,00	0,00	366.776,91	(79.047,07)	(275.816,86)	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS ESTADUAIS	46,82	0,00	0,00	0,00	0,00	46,82	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS	277,21	14.140,00	0,00	0,00	0,00	(13.862,79)	0,00	0,00
Salário Educação	383.290,09	4.360,00	27.480,27	16.496,61	2.823,29	332.129,92	138.152,30	0,00
SAMU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Saúde	150.756,48	0,00	705,00	6.583,82	4.567,53	138.900,13	1.084.591,25	0,00
Superavit - Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	2.751,34	0,00	0,00	(2.751,34)	0,00	0,00
Superavit - Atenção Básica	(201.954,10)	0,00	5.682,20	0,00	0,00	(207.636,30)	107.440,73	0,00
Superavit - Atenção de Mac Ambulatorial e Hospitalar	(59.593,01)	0,00	0,00	0,00	0,00	(59.593,01)	1,16	0,00

Continua 2/6

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 3/6
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
Superavit - FUNDE 40%	0,00	0,00	71.778,25	0,00	0,00	(71.778,25)	0,00	0,00
Superavit - FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Índice de Gestão Descentralizada - BF	(12.481,27)	0,00	321,85	0,00	0,00	(12.803,12)	10.712,88	0,00
Superavit - Índice de Gestão Descentralizada - SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Outras Transferências do FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Outras Transferências do FNDE	(6.369,50)	0,00	9.447,24	0,00	0,00	(15.816,74)	7.323,40	0,00
Superavit - PDDE	(937,77)	0,00	0,00	0,00	0,00	(937,77)	0,00	0,00
Superavit - Piso Básico Variável III - API/PAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Piso de Transição de Média Complexidade - PPD/PAI	(3.344,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.344,00)	0,00	0,00
Superavit - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Salário Educação	(14.433,50)	0,00	0,00	0,00	0,00	(14.433,50)	1.400,00	0,00
Superavit - Transferência de Convênios - Assistência Social	(6.250,00)	0,00	19.375,00	0,00	0,00	(25.625,00)	0,00	0,00
Superavit - Vigilância em Saúde	(3.087,08)	0,00	442,65	0,00	0,00	(3.529,73)	5.458,58	0,00
Transferências de Convênios - União/Outros	0,00	0,00	427.767,05	0,00	0,00	(427.767,05)	470.100,00	0,00
Transferência de Convênios-União/Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios-Fundo Municipal de Saúde- Exerc. A	(54.912,76)	0,00	11.881,67	0,00	0,00	(66.794,43)	124.757,25	0,00
TRANSFERÊNCIA SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Assistência Social	70.074,97	0,00	0,00	0,00	66,60	70.008,37	687,68	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	678.000,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Outros - Exerc. Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	305.605,70	10.944,54	25.769,92	3.420,49	2.855,69	262.615,06	354.800,23	0,00
Vigilância em Saúde	79.493,83	0,00	210,65	4.572,22	22,05	74.689,01	1.422,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (f)	2.053.176,03	109.136,71	696.812,61	453.669,43	292.184,08	501.373,20	3.089.212,20	0,00

Continua 3/6

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 4/6
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo da Procuradoria Jurídica	4.138,28	0,00	0,00	0,00	(2.951,15)	7.089,43	0,00	0,00
Índice de Gestão Descentralizada - BF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Índice de Gestão Descentralizada - SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Créditos Internas - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências do FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso Básico Fixo- PAIF/CRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso Básico Variável II - API/PAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso de Transição de Média Complexidade - PPDIPAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piso Variável de Média Complexidade - PETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSO ORDINÁRIO	(24,66)	0,00	0,00	0,00	0,00	(24,66)	0,00	0,00
RECURSOS DO FUNDEB - 40%	(11.696,60)	903,50	0,00	0,00	0,00	(12.600,10)	0,00	0,00
RECURSOS DO FUNDEB - 60%	11.696,60	0,00	0,00	0,00	0,00	11.696,60	0,00	0,00
Recursos Ordinários	1.004.213,86	0,00	0,00	0,00	58.013,19	946.200,67	0,00	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS	59.009,67	0,00	0,00	0,00	426,69	58.582,98	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	16.037,68	773.797,27	23.790,87	0,00	(813.625,82)	1.054.102,44	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇAMENTO MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	(474.780,53)	0,00	0,00	0,00	8.393,89	(483.174,42)	0,00	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS	0,00	58.496,67	0,00	94.761,43	0,00	(153.260,10)	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS ESTADUAIS	135.496,68	0,00	0,00	30.732,65	0,00	104.764,03	0,00	0,00

Continua 4/6

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 5/6
R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAMU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sem Especificação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Atenção de Mac Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Índice de Gestão Descentralizada - SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Outras Transferências do FNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Piso Básico Variável II - API/PAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Piso de Transição de Média Complexidade - PPD/PAV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - PNAE	(12.936,17)	0,00	4.768,60	0,00	0,00	(17.704,77)	32.575,29	0,00
Superavit - PNATE	(12.013,36)	0,00	0,00	0,00	0,00	(12.013,36)	11.797,80	0,00
Superavit - Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	(16.412,80)	0,00	0,00	0,00	0,00	(16.412,80)	23.265,20	0,00
Superavit - Transferência de Convênios - Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit - Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Convênios-Estado/Saúde	0,00	0,00	0,00	1.142,00	0,00	(1.142,00)	0,00	0,00
Transferência de Convênios-Fundo Municipal de Saúde- Exerc. A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA SALÁRIO EDUCAÇÃO	(1.441,99)	797,50	0,00	0,00	0,00	(2.239,49)	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Outros	693.088,40	77,07	0,00	86.336,38	4.776,16	601.898,79	934.499,00	0,00
Transferências de Convênios - Outros - Exerc. Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação - Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 5/6

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

Continuação 6/6

RCF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS		DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))		
Vigilância em Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		1.378.337,38	76.314,42	778.565,87	236.763,33	68.658,78	218.034,98	2.056.239,73	0,00
TOTAL (III) = (I + II)		3.431.513,41	185.451,13	1.475.378,48	690.432,76	360.842,86	719.408,18	5.145.451,93	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

IMARUI, 08/10/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/C-1

EMANUEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RGF 2º QUADRIMESTRE (ANEXO VI)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Quadrimestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	20.947.985,33	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	11.751.282,48	56,10
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	12.568.791,20	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	11.940.351,64	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	620.225,24	2,96
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	25.137.582,40	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.608.556,77	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.351.677,65	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.466.358,97	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	5.145.451,93	719.408,18

FONTE:

IMARUI , 08/10/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RGF 2º QUADRIMESTRE (ANEXO IV)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	20.947.985,33	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	3.351.677,65	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	3.016.509,89	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.466.358,97	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

RREO 3º BIMESTRE (ANEXO 01)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.019.440,92	25.019.440,92	3.641.732,59	14,56	10.620.734,91	42,45	14.398.706,01
RECEITAS CORRENTES	22.801.363,20	22.801.363,20	3.641.732,59	15,97	10.619.530,25	46,57	12.181.832,95
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.193.246,00	2.193.246,00	221.096,40	10,08	351.498,21	16,03	1.841.747,79
IMPOSTOS	1.721.440,00	1.721.440,00	124.709,46	7,24	240.776,17	13,99	1.480.663,83
TAXAS	424.000,00	424.000,00	96.306,94	22,71	110.522,04	26,07	313.477,96
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	47.806,00	47.806,00	80,00	0,17	200,00	0,42	47.606,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	477.000,00	477.000,00	93.313,47	19,56	331.946,36	69,59	145.053,64
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	477.000,00	477.000,00	93.313,47	19,56	331.946,36	69,59	145.053,64
RECEITA PATRIMONIAL	39.750,00	39.750,00	44.596,95	112,19	123.473,91	310,63	-83.723,91
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	39.750,00	39.750,00	44.596,95	112,19	123.473,91	310,63	-83.723,91
RECEITA AGROPECUÁRIA	15.900,00	15.900,00	457,20	2,88	2.862,00	18,00	13.038,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	15.900,00	15.900,00	457,20	2,88	2.862,00	18,00	13.038,00
RECEITA DE SERVIÇOS	636,00	636,00	0,00	0,00	0,00	0,00	636,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.341.735,20	19.341.735,20	3.207.361,82	16,58	9.557.471,31	49,41	9.784.263,89
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.284.813,20	19.284.813,20	3.199.697,41	16,59	9.536.441,85	49,45	9.748.371,35
TRANSF. DE CONV.	56.922,00	56.922,00	7.664,41	13,46	21.029,46	36,94	35.892,54
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	733.096,00	733.096,00	74.906,75	10,22	252.278,46	34,41	480.817,54
MULTAS E JUROS DE MORA	18.020,00	18.020,00	8.987,07	49,87	28.773,85	159,68	-10.753,85
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.420,00	7.420,00	36.925,19	497,64	48.619,95	655,26	-41.199,95
RECEITA DA DIVIDAATIVA	548.550,00	548.550,00	12.631,43	2,30	35.922,76	6,55	512.627,24
RECEITAS DIVERSAS	159.106,00	159.106,00	16.363,06	10,28	138.961,90	87,34	20.144,10
RECEITAS DE CAPITAL	2.218.077,72	2.218.077,72	0,00	0,00	1.204,66	0,05	2.216.873,06
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000.530,00	2.000.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.530,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.000.530,00	2.000.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.530,00
ALIENAÇÃO DE BENS	42.400,00	42.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.400,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	42.400,00	42.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.400,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	175.147,72	175.147,72	0,00	0,00	1.204,66	0,69	173.943,06
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	175.147,72	175.147,72	0,00	0,00	1.204,66	0,69	173.943,06
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	25.019.440,92	25.019.440,92	3.641.732,59	14,56	10.620.734,91	42,45	14.398.706,01
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	25.019.440,92	25.019.440,92	3.641.732,59	14,56	10.620.734,91	42,45	14.398.706,01
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	25.019.440,92	25.019.440,92	3.641.732,59	14,56	10.620.734,91	42,45	14.398.706,01
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.610.407,22	—	—	668.635,33	—	—
Superávit Financeiro	—	1.610.407,22	—	—	668.635,33	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)			(h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	25.019.440,92	29.558.747,97	5.187.897,78	15.676.718,30	13.882.029,67	3.844.895,38	10.606.295,06	18.952.452,91	9.451.723,4
DESPESAS CORRENTES	19.904.794,72	21.707.205,37	3.319.972,76	11.660.012,21	10.047.193,16	3.373.797,99	9.840.932,33	11.866.273,04	8.937.912,3
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.170.907,98	12.006.642,28	2.057.668,45	6.002.266,14	6.004.376,14	2.057.668,45	6.002.266,14	6.004.376,14	5.827.428,7
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	420.260,00	420.260,00	11.583,49	70.903,12	349.356,88	11.583,49	70.903,12	349.356,88	70.903,1
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.313.626,74	9.280.303,09	1.250.720,82	5.586.842,95	3.693.460,14	1.304.546,05	3.767.763,07	5.512.540,02	3.039.580,4
DESPESAS DE CAPITAL	5.061.646,20	7.798.542,60	1.867.925,02	4.016.706,09	3.781.836,51	471.097,39	765.362,73	7.033.179,87	513.811,0
INVESTIMENTOS	4.531.146,20	7.268.042,60	1.745.190,90	3.708.582,06	3.559.460,54	348.363,27	457.238,70	6.810.803,90	205.697,0
Amortização da Dívida	530.500,00	530.500,00	122.734,12	308.124,03	222.375,97	122.734,12	308.124,03	222.375,97	308.124,0
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	53.000,00	53.000,00	0,00	0,00	53.000,00	0,00	0,00	53.000,00	0,0
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	53.000,00	53.000,00	0,00	0,00	53.000,00	0,00	0,00	53.000,00	0,0
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	25.019.440,92	29.558.747,97	5.187.897,78	15.676.718,30	13.882.029,67	3.844.895,38	10.606.295,06	18.952.452,91	9.451.723,4

Continua 2/3

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	25.019.440,92	29.558.747,97	5.187.897,78	15.676.718,30	13.882.029,67	3.844.895,38	10.606.295,06	18.952.452,91	9.451.723,4
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	14.439,85	—	10.620.734,9
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	25.019.440,92	29.558.747,97	5.187.897,78	15.676.718,30	—	3.844.895,38	10.620.734,91	—	20.072.458,3

FONTE:

IMARUI, 12/08/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.019.440,92	25.019.440,92	3.641.732,59	14,56	10.620.734,91	42,45	14.398.706,01
RECEITAS CORRENTES	22.801.363,20	22.801.363,20	3.641.732,59	15,97	10.619.530,25	46,57	12.181.832,95
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.193.246,00	2.193.246,00	221.096,40	10,08	351.498,21	16,03	1.841.747,79
IMPOSTOS	1.721.440,00	1.721.440,00	124.709,46	7,24	240.776,17	13,99	1.480.663,83
TAXAS	424.000,00	424.000,00	96.306,94	22,71	110.522,04	26,07	313.477,96
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	47.806,00	47.806,00	80,00	0,17	200,00	0,42	47.606,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	477.000,00	477.000,00	93.313,47	19,56	331.946,36	69,59	145.053,64
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	477.000,00	477.000,00	93.313,47	19,56	331.946,36	69,59	145.053,64
RECEITA PATRIMONIAL	39.750,00	39.750,00	44.596,95	112,19	123.473,91	310,63	-83.723,91
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	39.750,00	39.750,00	44.596,95	112,19	123.473,91	310,63	-83.723,91
RECEITA AGROPECUÁRIA	15.900,00	15.900,00	457,20	2,88	2.862,00	18,00	13.038,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	15.900,00	15.900,00	457,20	2,88	2.862,00	18,00	13.038,00
RECEITA DE SERVIÇOS	636,00	636,00	0,00	0,00	0,00	0,00	636,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.341.735,20	19.341.735,20	3.207.361,82	16,58	9.557.471,31	49,41	9.784.263,89
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.284.813,20	19.284.813,20	3.199.697,41	16,59	9.536.441,85	49,45	9.748.371,35
TRANSF. DE CONV.	56.922,00	56.922,00	7.664,41	13,46	21.029,46	36,94	35.892,54
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	733.096,00	733.096,00	74.906,75	10,22	252.278,46	34,41	480.817,54
MULTAS E JUROS DE MORA	18.020,00	18.020,00	8.987,07	49,87	28.773,85	159,68	-10.753,85
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.420,00	7.420,00	36.925,19	497,64	48.619,95	655,26	-41.199,95
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	548.550,00	548.550,00	12.631,43	2,30	35.922,76	6,55	512.627,24
RECEITAS DIVERSAS	159.106,00	159.106,00	16.363,06	10,28	138.961,90	87,34	20.144,10
RECEITAS DE CAPITAL	2.218.077,72	2.218.077,72	0,00	0,00	1.204,66	0,05	2.216.873,06
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000.530,00	2.000.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.530,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.000.530,00	2.000.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.530,00
ALIENAÇÃO DE BENS	42.400,00	42.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.400,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	42.400,00	42.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.400,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	175.147,72	175.147,72	0,00	0,00	1.204,66	0,69	173.943,06
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	175.147,72	175.147,72	0,00	0,00	1.204,66	0,69	173.943,06
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	25.019.440,92	25.019.440,92	3.641.732,59	14,56	10.620.734,91	42,45	14.398.706,01
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	25.019.440,92	25.019.440,92	3.641.732,59	14,56	10.620.734,91	42,45	14.398.706,01
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	25.019.440,92	25.019.440,92	3.641.732,59	14,56	10.620.734,91	42,45	14.398.706,01
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.610.407,22	—	—	668.635,33	—	—
Superávit Financeiro	—	1.610.407,22	—	—	668.635,33	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	25.019.440,92	29.558.747,97	5.187.897,78	15.676.718,30	13.882.029,67	3.844.895,38	10.606.295,06	18.952.452,91	9.451.723,4
DESPESAS CORRENTES	19.904.794,72	21.707.205,37	3.319.972,76	11.660.012,21	10.047.193,16	3.373.797,99	9.840.932,33	11.866.273,04	8.937.912,3
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.170.907,98	12.006.642,28	2.057.668,45	6.002.266,14	6.004.376,14	2.057.668,45	6.002.266,14	6.004.376,14	5.827.428,7
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	420.260,00	420.260,00	11.583,49	70.903,12	349.356,88	11.583,49	70.903,12	349.356,88	70.903,1
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.313.626,74	9.280.303,09	1.250.720,82	5.586.842,95	3.693.460,14	1.304.546,05	3.767.763,07	5.512.540,02	3.039.580,4
DESPESAS DE CAPITAL	5.061.646,20	7.798.542,60	1.867.925,02	4.016.706,09	3.781.836,51	471.097,39	765.362,73	7.033.179,87	513.811,0
INVESTIMENTOS	4.531.146,20	7.268.042,60	1.745.190,90	3.708.582,06	3.559.460,54	348.363,27	457.238,70	6.810.803,90	205.697,0
Amortização da Dívida	530.500,00	530.500,00	122.734,12	308.124,03	222.375,97	122.734,12	308.124,03	222.375,97	308.124,0
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	53.000,00	53.000,00	0,00	0,00	53.000,00	0,00	0,00	53.000,00	0,0
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	53.000,00	53.000,00	0,00	0,00	53.000,00	0,00	0,00	53.000,00	0,0
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	25.019.440,92	29.558.747,97	5.187.897,78	15.676.718,30	13.882.029,67	3.844.895,38	10.606.295,06	18.952.452,91	9.451.723,4

Continua 2/3

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	25.019.440,92	29.558.747,97	5.187.897,78	15.676.718,30	13.882.029,67	3.844.895,38	10.606.295,06	18.952.452,91	9.451.723,4
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	14.439,85	—	10.620.734,9
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	25.019.440,92	29.558.747,97	5.187.897,78	15.676.718,30	—	3.844.895,38	10.620.734,91	—	20.072.458,3

FONTE:

IMARUI, 12/08/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 3º BIMESTRE (ANEXO 02)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.019.440,92	29.558.747,97	5.187.887,78	15.676.718,30	100,00	13.882.029,67	3.844.865,38	10.605.295,06	100,00	18.952.452,91
Legislativa	890.000,00	890.000,00	6.275,82	249.141,53	1,59	640.858,47	7.293,44	225.247,22	2,12	664.752,78
Ação Legislativa	890.000,00	890.000,00	6.275,82	249.141,53	1,59	640.858,47	7.293,44	225.247,22	2,12	664.752,78
Judiciária	248.040,00	248.040,00	35.440,14	100.854,74	0,64	147.185,26	35.839,14	100.510,74	0,95	147.529,26
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	248.040,00	248.040,00	35.440,14	100.854,74	0,64	147.185,26	35.839,14	100.510,74	0,95	147.529,26
Administração	5.515.261,99	5.954.111,99	974.273,51	2.906.688,22	18,55	3.045.423,77	914.351,00	2.365.727,68	22,30	3.588.384,31
Planejamento e Orçamento	119.356,00	119.356,00	31.278,62	76.035,81	0,49	43.320,19	31.278,62	74.663,81	0,70	44.662,19
Administração Geral	419.230,00	419.230,00	75.785,96	236.100,71	1,51	183.129,29	61.757,96	225.027,71	2,12	194.202,29
Administração Financeira	4.683.049,99	4.683.049,99	403.722,25	2.081.551,01	13,28	2.601.496,98	533.510,49	1.760.800,97	16,60	2.922.249,02
Controle Interno	31.270,00	31.270,00	4.761,27	13.921,03	0,09	17.348,97	4.761,27	13.921,03	0,13	17.348,97
Educação de Jovens e Adultos	212.000,00	212.000,00	14.225,41	56.579,66	0,36	155.420,34	19.542,66	47.814,16	0,45	164.185,64
Extensão Rural	50.456,00	489.206,00	444.500,00	444.500,00	2,84	44.706,00	243.500,00	243.500,00	2,30	245.706,00
Segurança Pública	54.802,00	54.802,00	1.177,97	6.860,40	0,04	47.941,60	1.542,87	5.589,92	0,05	49.212,08
Policimento	54.802,00	54.802,00	1.177,97	6.860,40	0,04	47.941,60	1.542,87	5.589,92	0,05	49.212,08
Assistência Social	622.008,00	769.753,89	105.792,44	310.419,59	1,98	459.334,30	97.999,92	238.691,14	2,25	531.062,75
Assistência ao Idoso	12.720,00	12.720,00	0,00	1.940,00	0,01	10.780,00	0,00	1.940,00	0,02	10.780,00
Assistência ao Portador de Deficiência	8.586,00	11.930,00	4.681,60	4.681,60	0,03	7.248,40	4.681,60	4.681,60	0,04	7.248,40
Assistência à Criança e ao Adolescente	161.650,00	161.650,00	16.509,73	36.650,50	0,23	124.999,50	14.113,15	34.253,92	0,32	127.396,08
Assistência Comunitária	431.420,00	575.821,89	84.601,11	267.147,49	1,70	308.674,40	79.205,17	197.815,62	1,87	378.006,27
Habituação Urbana	7.632,00	7.632,00	0,00	0,00	0,00	7.632,00	0,00	0,00	0,00	7.632,00
Saúde	6.937.228,63	8.172.832,92	1.080.348,21	4.673.768,91	29,81	3.499.064,01	872.133,66	2.962.926,04	27,84	5.219.906,88
Atenção Básica	6.901.719,63	8.065.350,15	1.076.961,66	4.652.148,91	29,68	3.413.201,24	865.741,95	2.937.568,18	27,70	5.127.781,97
Vigilância Sanitária	12.720,00	30.625,33	1.445,80	11.495,25	0,07	19.130,08	2.527,96	8.655,11	0,08	21.960,22
Vigilância Epidemiológica	22.790,00	76.857,44	1.940,75	10.124,75	0,06	66.732,69	3.863,75	6.662,75	0,06	70.164,69
Trabalho	80.878,00	365.965,25	15.393,64	44.704,62	0,29	321.260,63	15.393,64	44.704,62	0,42	321.260,63
Promção da Produção Agropecuária	80.878,00	365.965,25	15.393,64	44.704,62	0,29	321.260,63	15.393,64	44.704,62	0,42	321.260,63
Educação	7.022.668,60	8.298.929,53	1.773.057,37	4.787.257,76	30,54	3.511.671,77	1.325.862,65	3.250.219,40	30,64	5.048.710,13
Alimentação e Nutrição	331.631,60	382.069,90	275.231,83	381.751,86	2,44	318,04	76.454,14	145.195,02	1,38	235.874,88
Ensino Fundamental	5.246.152,00	6.225.705,38	1.234.487,46	3.717.345,41	23,71	2.508.358,97	974.854,78	2.440.476,59	23,01	3.785.228,79
Ensino Superior	21.200,00	21.200,00	0,00	0,00	0,00	21.200,00	0,00	0,00	0,00	21.200,00
Educação Infantil	1.423.686,00	1.548.469,80	261.540,08	657.481,49	4,19	888.988,31	267.677,23	654.174,49	6,17	862.295,31
Educação de Jovens e Adultos	0,00	123.484,45	1.798,00	30.678,00	0,20	92.806,45	4.866,50	9.373,30	0,09	114.111,15
Cultura	106.212,00	106.212,00	19.705,37	33.911,10	0,22	72.300,90	19.705,37	33.911,10	0,32	72.300,90
Divulgação Cultural	106.212,00	106.212,00	19.705,37	33.911,10	0,22	72.300,90	19.705,37	33.911,10	0,32	72.300,90

Continua 1/2

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.019.440,92	29.558.747,97	5.187.897,78	15.676.718,30	100,00	13.882.029,67	3.844.895,38	10.605.295,06	100,00	18.952.452,91
Urbanismo	2.050.886,00	2.111.181,11	217.631,23	1.252.772,02	7,99	858.409,09	416.942,88	1.033.768,24	9,75	1.077.412,87
Infra-Estrutura Urbana	34.238,00	34.238,00	0,00	0,00	0,00	34.238,00	0,00	0,00	0,00	34.238,00
Serviços Urbanos	1.635.578,00	1.635.578,00	203.932,55	874.269,04	5,58	761.308,96	232.729,49	709.390,15	6,69	926.187,85
Energia Elétrica	381.070,00	441.266,11	13.698,68	378.502,98	2,41	62.862,13	184.213,39	334.378,09	3,05	116.987,02
Saneamento	334.970,00	334.970,00	0,00	54.000,00	0,34	280.970,00	18.000,00	36.000,00	0,34	298.970,00
Saneamento Básico Urbano	334.970,00	334.970,00	0,00	54.000,00	0,34	280.970,00	18.000,00	36.000,00	0,34	298.970,00
Gestão Ambiental	100.266,00	100.266,00	0,00	0,00	0,00	100.266,00	0,00	0,00	0,00	100.266,00
Preservação e Conservação Ambiental	100.266,00	100.266,00	0,00	0,00	0,00	100.266,00	0,00	0,00	0,00	100.266,00
Agricultura	413.930,00	613.930,00	89.534,50	251.299,33	1,60	352.690,57	65.644,77	144.098,34	1,35	469.631,66
Extensão Rural	413.930,00	613.930,00	89.534,50	251.299,33	1,60	352.690,57	65.644,77	144.098,34	1,35	469.631,66
Comércio e Serviços	80.560,00	110.090,00	23.839,58	74.916,39	0,48	35.143,61	24.668,23	67.016,38	0,63	43.043,62
Turismo	80.560,00	110.090,00	23.839,58	74.916,39	0,48	35.143,61	24.668,23	67.016,38	0,63	43.043,62
Transporte	144.372,00	1.010.437,58	817.000,00	817.000,00	5,21	193.437,58	0,00	0,00	0,00	1.010.437,58
Infra-Estrutura Urbana	109.286,00	109.286,00	0,00	0,00	0,00	109.286,00	0,00	0,00	0,00	109.286,00
Promoção da Produção Agropecuária	29.044,00	29.044,00	0,00	0,00	0,00	29.044,00	0,00	0,00	0,00	29.044,00
Transporte Rodoviário	6.042,00	872.107,58	817.000,00	817.000,00	5,21	55.107,58	0,00	0,00	0,00	872.107,58
Desporto e Lazer	364.255,70	364.255,70	28.428,00	111.153,69	0,71	253.102,01	29.527,81	107.894,24	1,02	256.371,46
Desporto Comunitário	364.255,70	364.255,70	28.428,00	111.153,69	0,71	253.102,01	29.527,81	107.894,24	1,02	256.371,46
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	53.000,00	53.000,00	0,00	0,00	0,00	53.000,00	0,00	0,00	0,00	53.000,00
TOTAL (II) = (I + II)	25.019.440,92	29.558.747,97	5.187.897,78	15.676.718,30	100,00	13.882.029,67	3.844.895,38	10.605.295,06	100,00	18.952.452,91

FONTE:

IMARUI, 12/08/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito MunicipalPATRÍCIO ANGELO COSTA JUNIOR
Chefe de Auditoria e Controle InternoMERISANE DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO 3º BIMESTRE (ANEXO 03)

Município de MARUÍ - SC
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2014 A JUNHO/2015

RREO-ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														RS 1,00
ESPECIFICAÇÃO	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2015
RECEITAS CORRENTES (I)	1.533.594,67	1.947.280,53	1.774.233,43	1.701.730,91	1.768.239,80	2.287.789,59	2.263.235,30	1.873.591,30	1.865.611,32	1.866.172,09	1.891.664,75	2.074.531,74	22.887.461,53	25.190.661,20
RECEITA TRIBUTÁRIA	37.185,16	74.920,31	234.207,71	76.939,20	55.419,43	123.226,74	47.754,28	22.627,35	30.226,18	26.991,89	33.000,96	188.035,44	955.715,78	2.183.246,00
IPTU	0,00	11.952,14	121.459,54	150.995,34	4.192,94	8.733,15	2.893,97	47,23	132,43	0,00	0,00	70.272,41	235.427,08	1.017.600,00
IPI-RF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.419,82	3.694,17	6.646,47	5.122,46	18.854,94	0,00
I.S.S.	13.111,11	11.794,63	18.979,68	15.922,25	10.157,55	79.175,45	13.904,49	9.925,09	12.155,28	15.095,17	12.124,64	20.410,54	232.717,14	281.642,00
L.T.B.U.	9.492,00	13.957,12	12.449,46	3.569,69	3.600,37	5.814,11	12.499,92	8.582,75	9.020,00	6.690,00	4.600,00	4.140,00	94.451,41	212.000,00
Outras Receitas Tributárias	14.592,05	37.226,42	81.593,78	43.330,69	37.466,55	25.674,02	18.400,00	4.272,29	5.100,95	3.281,65	9.687,25	68.090,01	373.265,21	682.004,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	310.051,17	31.175,77	30.603,14	37.091,38	36.415,21	72.987,35	94.146,79	59.911,28	43.986,23	48.395,59	47.291,08	45.982,41	570.846,39	477.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	154.917,01	15.351,24	16.233,70	16.693,71	15.488,55	16.853,62	16.894,23	17.231,54	21.838,51	21.122,68	23.125,73	21.471,22	221.987,25	30.750,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.240,00	1.200,00	2.975,00	2.000,00	4.100,00	1.425,00	865,00	140,00	770,00	829,00	203,20	254,00	17.390,00	15.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.432.872,96	1.709.897,29	1.474.860,52	1.538.414,18	1.634.498,82	2.051.146,93	2.031.813,79	1.754.062,46	1.611.522,84	1.753.442,75	1.855.306,51	1.776.619,21	20.751.266,96	21.647.000,00
Cota-Parte do FPM	482.869,25	597.921,41	524.110,57	492.335,47	655.643,51	1.029.541,43	780.114,21	815.740,81	594.147,24	611.242,44	788.546,24	686.117,25	8.144.516,33	7.260.000,00
Cota-Parte do ICMS	228.039,61	236.329,61	254.922,34	264.074,00	291.767,05	281.626,51	290.299,14	256.749,03	259.654,03	279.333,92	264.200,65	253.326,52	3.166.667,25	3.180.000,00
Cota-Parte do IPI/A	64.185,24	51.200,69	57.334,05	49.079,03	36.567,70	25.725,52	24.933,69	36.897,44	50.099,42	64.779,06	55.697,18	62.322,04	596.100,77	630.000,00
Cota-Parte do ITR	178,38	149,89	5.402,76	20.343,46	1.800,08	975,40	294,25	393,05	85,97	195,10	1.067,18	263,77	31.234,51	10.000,00
Outras Transferências Correntes	305.202,68	541.352,53	257.659,60	308.405,15	240.202,69	281.030,65	404.250,52	195.473,22	271.145,17	267.627,70	245.357,57	297.778,69	3.267.500,26	5.098.000,00
Transferências do L.C. 87/1995	3.013,55	4.034,21	3.763,21	4.075,42	4.098,32	4.000,35	6.119,08	3.943,43	3.271,25	3.743,16	4.216,51	4.019,91	33.382,71	69.000,00
Transferências do L.C. 87/1996	1.097,22	1.097,22	1.097,22	1.097,22	1.097,22	2.134,64	0,00	0,00	0,00	4.422,76	1.109,69	1.109,69	14.105,38	14.900,00
Transferências do FUNDEF	338.117,63	361.682,63	369.103,46	385.006,51	402.911,24	400.016,92	501.806,70	466.158,45	454.817,46	491.530,71	496.456,19	471.708,75	5.138.846,45	4.197.800,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	14.737,67	26.045,42	14.111,35	37.918,54	22.313,78	20.691,84	9.693,21	25.735,65	127.265,96	13.399,28	32.717,29	42.189,46	390.267,17	733.000,00
DEDUÇÕES (II)	157.916,37	178.703,20	169.655,41	166.873,20	198.336,77	207.134,59	225.149,84	223.683,99	183.151,85	198.736,67	223.037,75	201.426,15	2.333.628,09	2.305.289,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEF	157.916,37	178.703,20	169.655,41	166.873,20	198.336,77	207.134,59	225.149,84	223.683,99	183.151,85	198.736,67	223.037,75	201.426,15	2.333.628,09	2.305.289,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.375.678,30	1.768.577,33	1.604.578,02	1.534.857,71	1.569.893,03	2.080.654,90	1.978.085,46	1.649.917,31	1.682.459,47	1.667.435,42	1.768.627,00	1.873.105,59	20.553.833,44	22.885.372,20

FONTE:

MARUÍ, 12/09/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito MunicipalPATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle InternoMÉRCIO NE DA SILVA FERNANDES
Controlador GRCO 03/09/1041EMANUEL MATOS
Secretário de Administração Financeira

RREO 3º BIMESTRE (ANEXO 04)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00		
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00		
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00		
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00		
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00		
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00		
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 14

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS					
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						
Recursos para Formação de Reserva						
Outros Aportes para o RPPS						
Plano Previdenciário						
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						
Outros Aportes para o RPPS						
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor						
BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA					
	2015		2014			
Caixa	0,00		0,00			

Continua 2/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2015	2014
Bancos Conta Movimento		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Outros Bens e Direitos		0,00	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

IMARUI, 12/09/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito MunicipalPATRICIO ANGELO COSTA JUNIOR MEIRISAINÉ DA SILVA FERREIRA
Chefe de Auditoria e Controle Interno Contadora CRC/SC 030561/O-1EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 3º BIMESTRE (ANEXO 05)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Abr 2015 (B)	Em 30 Jun 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX – X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

IMARUI , 12/08/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 3º BIMESTRE (ANEXO 06)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	22.761.613,20	10.496.056,34	9.189.886,64
Receita Tributária	2.193.246,00	351.498,21	239.669,12
I.P.T.U.	1.017.600,00	73.402,94	1.639,51
I.S.S.	281.642,00	83.576,21	93.307,87
I.T.B.I.	212.000,00	45.529,67	52.728,25
I.R.R.F.	210.198,00	38.267,35	43.320,39
Outras Receitas Tributárias	471.806,00	110.722,04	48.673,10
Receita de Contribuição	477.000,00	331.946,36	199.398,29
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	477.000,00	331.946,36	199.398,29
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	39.750,00	123.473,91	75.763,60
(-) Aplicações Financeiras	39.750,00	123.473,91	75.763,60
Transferências Correntes	19.341.735,20	9.557.471,31	8.557.436,18
F.P.M.	6.381.200,00	3.459.929,72	3.242.381,95
I.C.M.S.	2.569.440,00	1.284.680,08	1.169.664,75
Convênios	56.922,00	21.029,46	115.953,10
Outras Transferências Correntes	10.334.173,20	4.791.832,05	4.029.436,38
Demais Receitas Correntes	749.632,00	255.140,46	193.383,05
Dívida Ativa	548.550,00	35.922,76	18.793,77
Diversas Receitas Correntes	201.082,00	219.217,70	174.589,28
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.218.077,72	1.204,66	24.390,00
Operações de Crédito (III)	2.000.530,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	42.400,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	175.147,72	1.204,66	24.390,00
Convênios	175.147,72	1.204,66	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	24.390,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	175.147,72	1.204,66	24.390,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	22.936.760,92	10.497.261,00	9.214.276,64

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	21.707.205,37	11.660.012,21	9.830.937,33	9.840.932,33	8.342.468,54
Pessoal e Encargos Sociais	12.006.642,28	6.002.266,14	5.275.095,24	6.002.266,14	5.270.421,33
Juros e Encargos da Dívida (IX)	420.260,00	70.903,12	53.468,67	70.903,12	53.468,67
Outras Despesas Correntes	9.280.303,09	5.586.842,95	4.502.373,42	3.767.763,07	3.018.578,54
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	21.286.945,37	11.589.109,09	9.777.468,66	9.770.029,21	8.288.999,87
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	7.798.542,60	4.016.706,09	781.668,08	765.362,73	498.518,54
Investimentos	7.268.042,60	3.708.582,06	588.660,67	457.238,70	305.511,13
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	530.500,00	308.124,03	193.007,41	308.124,03	193.007,41
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	7.268.042,60	3.708.582,06	588.660,67	457.238,70	305.511,13
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	53.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	28.607.987,97	15.297.691,15	10.366.129,33	10.227.267,91	8.594.511,00

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-5.671.227,05	-4.800.430,15	-1.151.852,69	269.993,09	619.765,64
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

IMARUI, 12/08/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 3º BIMESTRE (ANEXO 07)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 100

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	296.044,91	347.696,98	378.966,00	-	234.745,89	135.766,08	1.015.170,49	482.299,31	405.624,98	-	773.311,69	1.208.057,58
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	220.615,44	277.661,84	304.607,52	0,00	193.699,76	46.075,01	870.759,66	362.764,07	326.191,10	0,00	593.643,57	787.513,33
FUNDO MUNICIPAL DIRETOS DA CRIANÇA E DO A.C.	0,00	662,46	662,46	0,00	0,00	0,00	4.621,62	3.351,02	3.267,26	0,00	1.364,57	1.264,57
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	260,00	0,00	0,00	0,00	260,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260,00
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	586,83	1.405,00	586,83	0,00	1.405,00	0,00	4.373,71	2.789,71	2.789,71	0,00	1.837,00	3.012,00
GABINETE DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.248,65	1.248,65	1.248,65	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	0,00	280,00	55,00	0,00	225,00	0,00	52,61	0,00	0,00	0,00	52,61	277,61
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	3.026,93	0,00	1.667,70	0,00	1.359,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.359,23
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	176,88	0,00	0,00	176,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	176,88
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	740,75	0,00	397,00	0,00	343,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	343,75
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	124,88	124,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	16.601,88	0,00	123,00	0,00	16.478,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.478,88
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.354,00	0,00	0,00	0,00	2.354,00	2.354,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	884,67	0,00	735,75	0,00	148,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	148,92
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.292,05	0,00	0,00	0,00	6.292,05	6.292,05
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	250,00	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.532,75	0,00	0,00	0,00	3.532,75	3.532,75
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	9.776,51	0,00	562,00	0,00	9.214,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.214,51
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.046,68	0,00	0,00	0,00	3.046,68	3.046,68
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	316.696,61	316.696,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	108,50	0,00	0,00	0,00	108,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108,50
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	1.789,29	660,00	0,00	1.129,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.129,29
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	240,00	0,00	0,00	0,00	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	415.896,56	34.546,26	0,00	7.159,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.159,29
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	3.296,66	0,00	525,00	0,00	2.771,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.771,66
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	18.484,01	18.484,01	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	2.074,99	0,00	0,00	0,00	2.074,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.074,99
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	46.034,57	46.034,57	0,00	2.625,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.625,49
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	581,04	0,00	581,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	121,00	0,00	0,00	121,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	1.034,00	0,00	0,00	0,00	1.034,00	2.366,47	0,00	0,00	0,00	0,00	2.366,47	3.400,47
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.464,90	8.183,96	8.183,96	0,00	6.280,94	6.280,94
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	356,40	0,00	0,00	0,00	356,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	356,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	419,00	0,00	0,00	0,00	419,00	419,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	473,00	0,00	0,00	0,00	473,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	473,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	528,00	0,00	0,00	0,00	528,00	528,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	270,00	0,00	0,00	0,00	270,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	270,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.125,48	15.466,58	15.466,58	0,00	3.658,90	3.658,90
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	6.596,93	0,00	0,00	0,00	6.596,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.596,93
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.872,00	0,00	0,00	0,00	1.872,00	1.872,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	2.096,27	0,00	603,00	0,00	1.493,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.493,27
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.105,28	0,00	0,00	0,00	11.105,28	11.105,28
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	780,58	0,00	0,00	0,00	780,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	780,58
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.832,48	7.832,48	7.832,48	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	4.614,00	0,00	3.915,00	0,00	699,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	699,00
SECRETARIA DE DESENV. RURAL, PISCIC. E MEIO	25.903,20	0,00	1.613,20	0,00	24.290,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.290,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PE	0,00	3.241,80	1.888,00	0,00	1.353,80	0,00	51.125,10	8.653,59	8.085,16	0,00	43.039,94	44.413,84
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E L.	0,00	3.728,03	3.728,03	0,00	0,00	0,00	66.034,05	66.034,05	66.034,05	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E L.	2.559,00	0,00	0,00	0,00	2.559,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.559,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E L.	0,00	51.007,47	39.957,47	0,00	11.050,00	0,00	8.118,88	757,70	680,63	0,00	8.438,25	19.458,25

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Saldo Total (a+b)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	266.044,91	347.696,98	378.969,00	-	234.745,89	135.766,08	1.043.170,49	482.299,31	405.624,88	-	773.311,69
EXECUTIVO											1.008.057,58
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	220.615,44	277.861,84	304.607,32	0,00	198.899,76	49.075,01	870.759,66	362.764,07	336.191,10	0,00	593.643,57
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	33.216,90	0,00	33.216,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	54.205,28	54.205,28	0,00	0,00	0,00	2.527,52	678,65	678,65	0,00	1.848,87
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	4.169,52	3.095,32	0,00	1.113,20	0,00	15.745,08	3.406,46	3.406,46	0,00	12.338,62
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	1.495,66	0,00	0,00	0,00	1.495,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.495,66
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	179,32	0,00	0,00	0,00	179,32
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	85,00	0,00	70,00	0,00	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.15,70	15.15,60	15.15,60	0,00	0,10
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	1.126,48	0,00	562,60	0,00	573,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	573,88
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.187,90	0,00	0,00	0,00	7.187,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	538,80	0,00	0,00	0,00	538,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	538,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79,90	0,00	0,00	0,00	79,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	310,80	0,00	310,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.700,00	0,00	0,00	0,00	2.700,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	3.210,67	0,00	395,00	0,00	2.825,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.825,67
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	295,00	0,00	0,00	0,00	295,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	2.619,06	0,00	0,00	0,00	2.619,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.619,06
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.280,48	0,00	0,00	0,00	2.280,48
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	223,00	0,00	0,00	0,00	223,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	223,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.721,95	0,00	0,00	0,00	31.721,95
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	107,60	0,00	0,00	0,00	107,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	701,03	0,00	0,00	0,00	701,03
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	222,50	0,00	0,00	0,00	222,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	222,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.319,48	2.728,25	2.728,25	0,00	73.591,23
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	863,31	0,00	0,00	0,00	863,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	863,31
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.599,00	3.599,00	0,00	0,00	23.559,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	285,60	0,00	285,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	166,10	0,00	0,00	0,00	0,00	22.526,57	19.953,27	19.953,27	0,00	2.573,30
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	1.181,00	0,00	277,50	0,00	903,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	903,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.433,23	75.341,61	75.341,61	0,00	91,72
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	6.037,50	0,00	259,00	0,00	5.778,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.778,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	61,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	6.815,85	0,00	855,55	0,00	5.960,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.960,30
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.033,82	0,00	0,00	0,00	15.033,82
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	3.582,50	0,00	0,00	0,00	3.582,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.582,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.096,65	0,00	0,00	0,00	1.096,65
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E.	1.423,50	0,00	0,00	0,00	1.423,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.423,50
SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	826,32	826,32	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	2.629,50	628,00	547,00	0,00	2.710,50	0,00	6.674,00	1.284,94	1.284,94	0,00	5.289,06
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.	0,00	14.012,08	5.986,72	0,00	8.025,36	0,00	367.371,81	123.646,29	97.976,49	0,00	269.395,32
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.	67.174,77	0,00	13.996,28	0,00	53.178,49	46.706,54	0,00	0,00	0,00	0,00	46.706,54
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	45,00	12.160,00	0,00	0,00	1.672,00	0,00	5.241,36	5.192,04	5.192,04	0,00	1.721,32
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IMARUI	5.896,12	6.433,66	5.329,66	0,00	7.002,12	0,00	15.123,56	3.551,24	3.105,24	0,00	12.017,32
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	5.132,62	0,00	146,00	0,00	4.986,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.986,62
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.123,56	3.551,24	3.105,24	0,00	12.017,32
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	45,00	0,00	45,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	57,80	57,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	10,50	0,00	0,00	0,00	10,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,50
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	542,23	247,23	0,00	295,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	295,00

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	266.044,91	347.696,98	378.996,00	-	234.745,89	135.766,08	1.043.170,49	462.299,31	405.624,88	-	773.311,69	1.208.057,58
EXECUTIVO												
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMARUI	5.898,12	6.433,68	5.329,66	0,00	7.002,12	0,00	15.123,56	3.551,24	3.106,24	0,00	12.017,32	19.019,44
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	25,00	0,00	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	2.383,03	2.383,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	170,00	0,00	0,00	0,00	170,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	260,00	0,00	0,00	260,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	170,00	0,00	0,00	0,00	170,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	373,00	0,00	0,00	373,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	373,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	220,00	0,00	220,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	1.388,29	720,29	0,00	668,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	668,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	125,00	0,00	125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	1.428,51	1.383,31	0,00	69,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMARUI	38.531,35	63.411,48	63.078,92	0,00	33.874,01	86.691,07	157.287,27	105.684,00	76.327,54	0,00	167.659,60	201.524,81
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	63.411,48	45.783,87	0,00	17.617,61	0,00	157.287,27	105.684,00	76.327,54	0,00	80.659,73	98.577,34
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	38.531,35	0,00	23.274,95	0,00	15.256,40	86.691,07	0,00	0,00	0,00	0,00	86.691,07	102.947,47
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	266.044,91	347.696,98	378.996,00	0,00	234.745,89	135.766,08	1.043.170,49	462.299,31	405.624,88	0,00	773.311,69	1.208.057,58

FONTE:

IMARUI, 12/08/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito MunicipalPATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle InternoMÉIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Controladora CRC/SC 03.651.00-1EMANUEL MANTOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 3º BIMESTRE (ANEXO 08)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.283.630,00	2.283.630,00	269.111,58	11,89
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.554.490,00	1.554.490,00	99.394,74	6,39
1.1.1- IPTU	1.017.600,00	1.017.600,00	73.402,94	7,21
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	530,00	530,00	400,34	75,54
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	530.000,00	530.000,00	13.677,26	2,62
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	6.360,00	6.360,00	11.714,20	184,19
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	212.000,00	212.000,00	45.529,67	21,48
1.2.1- ITBI	212.000,00	212.000,00	45.529,67	21,48
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	286.942,00	286.942,00	85.919,82	29,94
1.3.1- ISS	281.642,00	281.642,00	83.576,21	29,67
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.590,00	1.590,00	278,83	17,54
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.650,00	2.650,00	1.436,36	54,20
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.060,00	1.060,00	628,42	59,28
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	210.198,00	210.198,00	38.267,35	18,21
1.4.1- IRRF	210.198,00	210.198,00	38.267,35	18,21
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.860.340,00	11.860.340,00	6.275.937,04	52,92
2.1- Cota-Parte FPM	7.950.000,00	7.950.000,00	4.324.911,59	54,40
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.950.000,00	7.950.000,00	4.324.911,59	54,40
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.180.000,00	3.180.000,00	1.605.849,52	50,50
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	14.840,00	14.840,00	6.634,14	44,70
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	68.900,00	68.900,00	25.308,94	36,73
2.5- Cota-Parte ITR	10.600,00	10.600,00	2.273,92	21,45
2.6- Cota-Parte IPVA	636.000,00	636.000,00	310.958,53	48,89
2.7- Cota-Parte IOF-Curo	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	14.123.970,00	14.123.970,00	6.545.048,62	46,34
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	836.191,60	836.191,60	472.816,53	56,54
5.1- Transferências do Salário-Educação	434.600,00	434.600,00	339.026,41	78,01
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	119.631,60	119.631,60	99.268,00	82,98
5.4- Transferências Diretas - PNATE	69.960,00	69.960,00	33.622,12	48,06
5.5- Outras Transferências do FNDE	212.000,00	212.000,00	900,00	0,42
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	424,00	424,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	424,00	424,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	39.750,00	39.750,00	46.535,48	117,07
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	876.365,60	876.365,60	519.352,01	59,26
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.305.288,00	2.305.288,00	1.255.186,25	54,45
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.568.800,00	1.568.800,00	894.982,27	56,54
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	610.560,00	610.560,00	321.169,44	52,60
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.968,00	2.968,00	1.326,81	44,70
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	10.600,00	10.600,00	5.061,79	47,75
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.120,00	2.120,00	454,74	21,45
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	110.240,00	110.240,00	62.191,20	56,41
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.208.200,00	4.208.200,00	2.908.137,40	69,11
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.197.600,00	4.197.600,00	2.882.681,26	68,67
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.600,00	10.600,00	25.456,14	240,15
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.892.312,00	1.892.312,00	1.627.495,01	86,01
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.349.600,00	3.099.600,00	1.852.204,52	59,76	1.852.204,52	59,76
13.1- Com Educação Infantil	1.079.080,00	1.079.080,00	624.278,96	57,85	624.278,96	57,85
13.2- Com Ensino Fundamental	2.270.520,00	2.020.520,00	1.227.925,56	60,77	1.227.925,56	60,77
14- OUTRAS DESPESAS	848.000,00	1.199.778,25	910.263,80	75,87	910.263,80	75,87
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	848.000,00	1.199.778,25	910.263,80	75,87	910.263,80	75,87
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.197.600,00	4.299.378,25	2.762.468,32	64,25	2.762.468,32	64,25
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOSA PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-	
16.1 - FUNDEB 60%					-	
16.2 - FUNDEB 40%					-	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					2.762.468,32	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					63,69	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					31,30	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19,2)) %					5,01	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 *					0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	3.530.992,50	3.530.992,50	1.636.262,16	46,34		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.400.260,00	1.400.260,00	629.269,69	44,94	629.269,69	44,94
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.083.120,00	4.184.888,25	2.472.051,94	59,07	2.253.470,78	53,85
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.118.520,00	3.220.298,25	2.138.189,36	66,40	2.138.189,36	66,40
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	964.600,00	964.600,00	333.862,58	34,61	115.281,42	11,95
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.483.380,00	5.585.158,25	3.101.321,63	55,53	2.882.740,47	51,61
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.627.495,01	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					25.456,14	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOSA PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					-	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.652.951,15	
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) - (37)					1.229.789,32	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					18,79	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	434.600,00	556.173,69	367.903,99	66,15	168.986,20	30,38
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	751.858,00	1.629.943,24	905.602,28	55,56	42.924,41	2,63
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.186.458,00	2.186.116,93	1.273.506,27	58,25	211.910,61	9,69
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	6.669.838,00	7.771.275,18	4.374.827,90	56,29	3.094.651,08	39,82

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (1)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (2)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.882.681,26	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	25.456,14	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	2.908.137,40	0,00

IMARUI, 12/08/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

RREO 3º BIMESTRE (ANEXO 09)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)		2.000.530,00	0,00		2.000.530,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	7.798.542,60	4.016.706,09	765.362,73	0,00	3.781.836,51
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	7.798.542,60	4.016.706,09	765.362,73	0,00	3.781.836,51
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-5.798.012,60	-4.016.706,09	-	-	-1.781.306,51

FONTE:

IMARUI , 12/08/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 3º BIMESTRE (ANEXO 10)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/06/2015 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

IMARUI , 12/08/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERN
Contadora CRC/SC 030561/C

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 3º BIMESTRE (ANEXO 11)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			R\$ 1,00				
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)					SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	42.400,00	0,00					42.400,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00					0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	42.400,00	0,00					42.400,00
TOTAL	42.400,00	0,00					42.400,00
DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO APLICAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)					SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00					0,00

FONTE:

IMARUI, 12/08/2015

MANOEL MANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 3º BIMESTRE (ANEXO 12)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.263.630,00	2.263.630,00	269.111,58	11,89
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.017.600,00	1.017.600,00	73.402,94	7,21
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	212.000,00	212.000,00	45.529,67	21,48
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	281.642,00	281.642,00	83.576,21	29,67
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	210.198,00	210.198,00	38.267,35	18,21
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.120,00	2.120,00	679,17	32,04
Dívida Ativa dos Impostos	532.650,00	532.650,00	15.313,62	2,87
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	7.420,00	7.420,00	12.342,62	166,34
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.860.340,00	11.860.340,00	6.275.937,04	52,92
Cota-Parte FPM	7.950.000,00	7.950.000,00	4.324.911,99	54,40
Cota-Parte ITR	10.600,00	10.600,00	2.273,92	21,45
Cota-Parte IPVA	636.000,00	636.000,00	310.958,53	48,89
Cota-Parte ICMS	3.180.000,00	3.180.000,00	1.605.849,52	50,50
Cota-Parte IPH-Exportação	68.900,00	68.900,00	25.308,94	36,73
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	14.840,00	14.840,00	6.634,14	44,70
Desoneração ICMS (LC 87/96)	14.840,00	14.840,00	6.634,14	44,70
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	14.123.970,00	14.123.970,00	6.545.048,62	46,34

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	82.362,00	82.362,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	45.580,00	45.580,00	49.575,62	108,77
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	127.942,00	127.942,00	49.575,62	38,75

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	4.952.093,43	5.734.620,30	3.107.885,33	54,20	2.811.947,71	49,03
Pessoal e Encargos Sociais	2.710.950,00	2.964.723,62	1.625.888,35	54,84	1.625.888,35	54,84
Outras Despesas Correntes	2.241.143,43	2.769.896,68	1.481.996,98	53,50	1.186.059,36	42,82
DESPESAS DE CAPITAL	1.985.136,20	2.438.212,62	1.565.883,58	64,22	140.978,33	5,78
Investimentos	1.985.136,20	2.438.212,62	1.565.883,58	64,22	140.978,33	5,78

Continua 1/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	1.985.136,20	2.438.212,62	1.565.883,58	64,22	140.978,33	5,78
Investimentos	1.985.136,20	2.438.212,62	1.565.883,58	64,22	140.978,33	5,78
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	6.937.229,63	8.172.832,92	4.673.768,91	57,19	2.952.926,04	36,13
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/IV)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/IV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.443.901,60	5.679.504,89	3.363.464,48	71,96	1.735.329,68	58,77
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.443.901,60	5.501.597,06	3.350.544,68	71,69	1.735.329,68	58,77
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	177.907,83	12.919,80	0,28	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	4.443.901,60	5.679.504,89	3.363.464,48	71,96	1.735.329,68	58,77
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.493.328,03	2.493.328,03	1.310.304,43	28,04	1.217.596,36	41,23
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb) x 100 - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						18,60
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI) - (15 x IIIb)/100]⁶						235.839,07

Continua 2/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	0,00	0,00		0,00		
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	-	-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	6.901.719,63	8.065.350,15	4.652.148,91	99,54	2.937.568,18	99,48
Vigilância Sanitária	12.720,00	30.625,33	11.495,25	0,25	8.665,11	0,29
Vigilância Epidemiológica	22.790,00	76.857,44	10.124,75	0,22	6.692,75	0,23
Outras Subfunções	10.600,00	10.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6.947.829,63	8.183.432,92	4.673.768,91	100,00	2.952.926,04	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nele estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $(M/(h+i) - (15 \times III)/100)$

Continua 3/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

IMARUI, 12/08/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERREI
Contadora CRC/SC 030561/A

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 3º BIMESTRE (ANEXO 13)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

IMARUI , 12/08/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 3º BIMESTRE (ANEXO 14)

Município de IMARUI - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		25.019.440,92		
Previsão Atualizada		25.019.440,92		
Receitas Realizadas		10.620.734,91		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		658.635,33		
DESPESAS				
Dotação Inicial		25.019.440,92		
Créditos Adicionais		4.539.307,05		
Dotação Atualizada		29.558.747,97		
Despesas Empenhadas		15.676.718,30		
Despesas Liquidadas		10.606.295,06		
Despesas pagas		9.451.723,42		
Superavit Orçamentário		14.439,85		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		15.676.718,30		
Despesas Liquidadas		10.606.295,06		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		20.553.633,44		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	455.341,85	0,00
Resultado Primário		0,00	269.993,09	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.178.936,57	0,00	405.624,88	773.311,69
EXECUTIVO	1.178.936,57	0,00	405.624,88	773.311,69
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	613.741,89	0,00	378.996,00	234.745,89
EXECUTIVO	613.741,89	0,00	378.996,00	234.745,89
TOTAL:	1.792.678,46	0,00	784.620,88	1.008.057,58
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		1.229.789,32	25%	18,79
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.852.204,52	60%	63,69
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2.000.530,00	
Despesa de Capital Líquida		765.362,73	7.033.179,87	

Continua 1/2

Município de IMARUI - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2015/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	42.400,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.217.596,36		15,00	18,60
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

IMARUI, 12/08/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 4º BIMESTRE (ANEXO I)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.019.440,92	25.019.440,92	3.597.161,12	14,38	14.217.896,03	56,83	10.801.544,89
RECEITAS CORRENTES	22.801.363,20	22.801.363,20	3.538.476,52	15,52	14.158.006,77	62,09	8.643.356,43
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.193.246,00	2.193.246,00	290.048,66	13,22	641.546,87	29,25	1.551.699,13
IMPOSTOS	1.721.440,00	1.721.440,00	193.840,41	11,26	434.616,58	25,25	1.286.823,42
TAXAS	424.000,00	424.000,00	96.208,25	22,69	206.730,29	48,76	217.269,71
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	47.806,00	47.806,00	0,00	0,00	200,00	0,42	47.806,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	477.000,00	477.000,00	93.521,82	19,61	425.488,18	89,20	51.531,82
CONTRIB. P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	477.000,00	477.000,00	93.521,82	19,61	425.488,18	89,20	51.531,82
RECEITA PATRIMONIAL	39.750,00	39.750,00	47.249,52	118,87	170.723,43	429,49	-130.973,43
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	39.750,00	39.750,00	47.249,52	118,87	170.723,43	429,49	-130.973,43
RECEITA AGROPECUÁRIA	15.900,00	15.900,00	406,40	2,56	3.298,40	20,56	12.631,60
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	15.900,00	15.900,00	406,40	2,56	3.298,40	20,56	12.631,60
RECEITA DE SERVIÇOS	636,00	636,00	0,00	0,00	0,00	0,00	636,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.341.735,20	19.341.735,20	3.022.546,24	15,63	12.580.017,55	65,04	6.761.717,65
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	19.284.813,20	19.284.813,20	3.009.197,91	15,60	12.545.639,76	65,05	6.739.173,44
TRANSF. DE CONV.	56.922,00	56.922,00	13.348,33	23,45	34.377,79	60,39	22.544,21
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	733.096,00	733.096,00	84.703,88	11,55	336.982,34	45,97	396.113,66
MULTAS E JUROS DE MORA	18.020,00	18.020,00	12.118,94	67,25	40.882,79	226,93	-22.872,79
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.420,00	7.420,00	11.307,40	152,39	59.927,35	807,65	-52.507,35
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	548.550,00	548.550,00	15.904,37	2,90	51.827,13	9,45	496.722,87
RECEITAS DIVERSAS	159.106,00	159.106,00	45.373,17	28,52	184.335,07	115,86	-25.229,07
RECEITAS DE CAPITAL	2.218.077,72	2.218.077,72	58.684,60	2,65	59.889,26	2,70	2.158.188,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.000.530,00	2.000.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.530,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.000.530,00	2.000.530,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.530,00
ALIENAÇÃO DE BENS	42.400,00	42.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.400,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	42.400,00	42.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.400,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	175.147,72	175.147,72	58.684,60	33,51	59.889,26	34,19	115.258,46
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	175.147,72	175.147,72	58.684,60	33,51	59.889,26	34,19	115.258,46
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	25.019.440,92	25.019.440,92	3.597.161,12	14,38	14.217.896,03	56,83	10.801.544,89
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	25.019.440,92	25.019.440,92	3.597.161,12	14,38	14.217.896,03	56,83	10.801.544,89
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	322.369,91	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	25.019.440,92	25.019.440,92	3.597.161,12	14,38	14.540.265,94	56,83	10.801.544,89
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.610.407,22	—	—	989.678,62	—	—
Superávit Financeiro	—	1.610.407,22	—	—	989.678,62	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	25.019.440,92	30.711.847,97	3.877.915,68	19.685.717,87	11.026.130,10	4.046.603,74	14.540.265,94	16.171.582,03	13.064.887,46
DESPESAS CORRENTES	19.904.794,72	21.791.871,37	3.252.065,34	15.042.661,44	6.749.209,93	3.470.266,25	13.441.565,72	8.350.305,65	12.453.646,06
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.170.907,88	11.730.526,53	1.767.872,73	7.883.504,00	3.847.022,53	1.767.872,73	7.883.504,00	3.847.022,53	7.868.732,23
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	420.260,00	420.260,00	5.638,85	76.541,97	343.718,03	5.474,02	76.377,14	343.882,86	76.187,86
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.313.626,74	9.641.084,84	1.478.553,76	7.082.615,47	2.558.469,37	1.696.919,50	5.481.684,58	4.159.400,26	4.507.725,97
DESPESAS DE CAPITAL	5.061.646,20	8.866.976,60	625.850,34	4.643.056,43	4.223.920,17	576.337,49	1.098.700,22	7.768.276,38	611.241,40
INVESTIMENTOS	4.531.146,20	8.336.476,60	547.647,82	4.256.729,88	4.079.746,72	499.485,44	713.724,14	7.622.752,46	227.610,20
Amortização da Dívida	530.500,00	530.500,00	78.202,52	386.326,55	144.173,45	76.852,05	384.976,08	145.523,92	383.631,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	53.000,00	53.000,00	0,00	0,00	53.000,00	0,00	0,00	53.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	53.000,00	53.000,00	0,00	0,00	53.000,00	0,00	0,00	53.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	25.019.440,92	30.711.847,97	3.877.915,68	19.685.717,87	11.026.130,10	4.046.603,74	14.540.265,94	16.171.582,03	13.064.887,46

Continua 2/3

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
	(d)	(e)	No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(h)	(i) = (e-h)	(j)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	25.019.440,92	30.711.847,97	3.877.915,68	19.685.717,87	11.026.130,10	4.046.603,74	14.540.265,94	16.171.582,03	13.064.887,46
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	14.217.896,03
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	25.019.440,92	30.711.847,97	3.877.915,68	19.685.717,87	—	4.046.603,74	14.540.265,94	—	27.282.783,49

FONTE:

IMARUI, 08/10/2015

MANOEL VIANE DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANUEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 4º BIMESTRE (ANEXO II)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.019.440,92	30.711.847,97	3.877.915,68	19.685.717,87	100,00	11.026.130,10	4.046.603,74	14.540.265,94	100,00	16.171.582,03
Legislativa	890.000,00	890.000,00	115.503,75	496.490,00	2,52	394.510,00	119.933,37	476.047,73	3,27	413.962,27
Ação Legislativa	890.000,00	890.000,00	115.503,75	496.490,00	2,52	394.510,00	119.933,37	476.047,73	3,27	413.962,27
Judiciária	248.040,00	248.040,00	24.153,16	125.007,90	0,64	123.032,10	24.132,16	124.642,90	0,86	123.397,10
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	248.040,00	248.040,00	24.153,16	125.007,90	0,64	123.032,10	24.132,16	124.642,90	0,86	123.397,10
Administração	5.515.261,99	6.356.501,99	641.804,90	3.550.590,13	18,04	2.805.911,86	936.413,62	3.058.641,30	21,04	3.297.860,69
Planejamento e Orçamento	119.356,00	119.356,00	16.662,09	92.697,90	0,47	26.668,10	15.909,99	90.573,40	0,62	28.782,60
Administração Geral	419.230,00	418.230,00	62.147,73	298.248,44	1,52	119.981,56	67.014,19	292.041,90	2,01	126.188,10
Administração Financeira	4.683.049,99	4.890.809,99	316.102,88	2.397.750,90	12,18	2.493.059,09	393.272,69	2.154.073,66	14,81	2.736.736,33
Controle Interno	31.270,00	31.270,00	3.736,06	17.657,09	0,09	13.612,91	3.736,06	17.657,09	0,12	13.612,91
Educação de Jovens e Adultos	212.000,00	212.000,00	18.906,14	75.485,80	0,38	136.514,20	11.981,09	59.795,25	0,41	152.204,75
Extensão Rural	50.456,00	684.636,00	224.250,00	666.750,00	3,40	16.086,00	444.500,00	444.500,00	3,06	240.336,00
Segurança Pública	54.802,00	37.302,00	6.699,99	13.560,39	0,07	23.741,61	6.510,47	12.100,39	0,08	25.201,61
Policieramento	54.802,00	37.302,00	6.699,99	13.560,39	0,07	23.741,61	6.510,47	12.100,39	0,08	25.201,61
Assistência Social	622.008,00	762.333,89	92.504,71	402.924,30	2,05	359.406,59	101.342,17	340.033,31	2,34	422.300,58
Assistência ao Idoso	12.720,00	12.720,00	0,00	1.940,00	0,01	10.780,00	0,00	1.940,00	0,01	10.780,00
Assistência ao Portador de Deficiência	8.586,00	11.930,00	0,00	4.681,60	0,02	7.248,40	0,00	4.681,60	0,03	7.248,40
Assistência à Criança e ao Adolescente	161.650,00	161.650,00	13.525,38	50.175,88	0,25	111.474,12	15.462,69	49.716,61	0,34	111.933,39
Assistência Comunitária	431.420,00	575.821,89	78.979,33	346.126,82	1,76	229.695,07	85.879,48	283.695,10	1,95	292.126,79
Habituação Urbana	7.632,00	212,00	0,00	0,00	0,00	212,00	0,00	0,00	0,00	212,00
Saúde	6.037.229,63	8.172.832,92	986.420,51	5.660.189,42	28,75	2.512.643,50	921.847,04	3.874.773,08	26,65	4.298.059,84
Atenção Básica	6.901.719,63	8.065.350,15	981.145,57	5.633.294,48	28,62	2.432.055,67	917.190,52	3.854.756,70	26,51	4.210.591,45
Vigilância Sanitária	12.720,00	30.625,33	3.362,29	14.877,54	0,08	15.747,79	3.049,86	11.713,97	0,08	18.911,36
Vigilância Epidemiológica	22.790,00	76.857,44	1.892,65	12.017,40	0,06	64.840,04	1.607,86	8.300,41	0,06	68.557,03
Trabalho	80.878,00	1.080.785,25	13.077,97	57.782,59	0,29	1.023.002,66	13.077,97	57.782,59	0,40	1.023.002,66
Promção da Produção Agropecuária	80.878,00	1.080.785,25	13.077,97	57.782,59	0,29	1.023.002,66	13.077,97	57.782,59	0,40	1.023.002,66
Educação	7.022.668,60	8.204.849,53	1.362.558,38	6.179.816,14	31,39	2.025.033,39	1.470.043,27	4.720.262,67	32,46	3.484.586,86
Alimentação e Nutrição	331.631,60	482.069,90	60.860,85	442.612,71	2,25	39.457,19	100.695,24	246.890,26	1,70	235.179,64
Ensino Fundamental	5.246.152,00	6.066.605,38	1.090.114,06	4.767.460,47	24,22	1.298.144,91	1.098.101,46	3.538.578,05	24,34	2.528.027,33
Ensino Superior	21.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	1.423.686,00	1.532.689,80	272.583,47	930.064,96	4,72	602.624,84	264.207,07	918.381,56	6,32	614.308,24
Educação de Jovens e Adultos	0,00	123.484,45	9.000,00	39.678,00	0,20	83.806,45	7.039,50	16.412,80	0,11	107.071,65
Cultura	106.212,00	92.432,00	16.710,06	50.621,16	0,26	41.810,84	11.710,06	45.621,16	0,31	46.810,84
Diffusão Cultural	106.212,00	92.432,00	16.710,06	50.621,16	0,26	41.810,84	11.710,06	45.621,16	0,31	46.810,84

Continua 1/2

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	25.019.440,92	30.711.847,97	3.877.915,68	19.685.717,87	100,00	11.026.130,10	4.046.603,74	14.540.265,94	100,00	16.171.582,03
Urbanismo	2.050.886,00	2.188.141,11	196.967,70	1.449.805,88	7,36	738.334,23	320.682,21	1.354.450,45	9,32	833.690,66
Infra-Estrutura Urbana	34.238,00	318,00	0,00	0,00	0,00	318,00	0,00	0,00	0,00	318,00
Serviços Urbanos	1.635.578,00	1.707.058,00	140.680,41	1.015.016,61	5,16	692.041,39	227.738,08	937.126,23	6,45	769.929,77
Energia Elétrica	381.070,00	480.766,11	56.287,29	434.790,27	2,21	45.974,84	92.944,13	417.322,22	2,87	63.442,89
Saneamento	334.970,00	334.970,00	48.154,33	102.154,33	0,52	232.815,67	22.802,54	58.802,54	0,40	276.167,46
Saneamento Básico Urbano	334.970,00	334.970,00	48.154,33	102.154,33	0,52	232.815,67	22.802,54	58.802,54	0,40	276.167,46
Gestão Ambiental	100.266,00	100.266,00	17.251,50	17.251,50	0,09	83.014,50	580,00	580,00	0,00	99.686,00
Preservação e Conservação Ambiental	100.266,00	100.266,00	17.251,50	17.251,50	0,09	83.014,50	580,00	580,00	0,00	99.686,00
Agricultura	413.630,00	613.930,00	25.885,16	277.229,49	1,41	336.700,51	60.973,19	205.071,53	1,41	406.656,47
Extensão Rural	413.630,00	613.930,00	25.885,16	277.229,49	1,41	336.700,51	60.973,19	205.071,53	1,41	406.656,47
Comércio e Serviços	80.560,00	107.940,00	5.972,95	80.889,34	0,41	27.050,66	8.172,95	75.189,33	0,52	32.750,67
Turismo	80.560,00	107.940,00	5.972,95	80.889,34	0,41	27.050,66	8.172,95	75.189,33	0,52	32.750,67
Transporte	144.372,00	1.204.347,58	268.378,49	1.085.378,49	5,51	118.969,09	0,00	0,00	0,00	1.204.347,58
Infra-Estrutura Urbana	109.286,00	337.116,00	268.378,49	268.378,49	1,36	68.737,51	0,00	0,00	0,00	337.116,00
Promissão da Produção Agropecuária	29.044,00	424,00	0,00	0,00	0,00	424,00	0,00	0,00	0,00	424,00
Transporte Rodoviário	6.042,00	866.807,58	0,00	817.000,00	4,15	49.807,58	0,00	0,00	0,00	866.807,58
Desporto e Lazer	364.255,70	264.175,70	25.872,12	137.025,81	0,70	127.149,89	28.382,72	136.266,96	0,94	127.906,74
Desporto Comunitário	364.255,70	264.175,70	25.872,12	137.025,81	0,70	127.149,89	28.382,72	136.266,96	0,94	127.906,74
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	53.000,00	53.000,00	0,00	0,00	0,00	53.000,00	0,00	0,00	0,00	53.000,00
TOTAL (II) = (I + II)	25.019.440,92	30.711.847,97	3.877.915,68	19.685.717,87	100,00	11.026.130,10	4.046.603,74	14.540.265,94	100,00	16.171.582,03

FONTE:

IMARUI, 08/10/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito MunicipalPATRÍCIO ANGELO COSTA JUNIOR
Chefe de Auditoria e Controle InternoMERISANE DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO 4º BIMESTRE (ANEXO III)

Município de MARUI - SC
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

RREO-ANEXOS (RFF, RL 53, Anexo II)

PREV-ANEXO 3 (RF, AT, S, Ind. I)														RS 1,00
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015	
	Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015		TOTAL (ÚLT. 12 MESES)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.774.233,43	1.701.473,85	1.768.494,06	2.287.780,59	2.203.225,30	1.673.501,30	1.865.611,32	1.886.472,09	1.991.664,75	2.074.531,74	1.896.072,68	1.887.418,80	23.294.787,81	25.196.661,20
RECEITA TRIBUTÁRIA	234.827,71	76.880,04	55.977,59	123.256,74	47.754,28	22.827,35	30.203,16	25.991,59	33.000,96	188.205,44	181.912,96	103.135,70	1.134.028,56	2.183.246,00
IPTU	121.459,54	19.093,94	4.192,84	8.733,16	2.650,87	47,23	132,43	0,00	0,00	70.772,41	75.451,61	17.45,36	316.071,69	1.017.600,00
IPIRUF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.419,92	3.894,17	6.846,47	5.122,48	5.109,67	5.257,49	30.221,99	0,00
I.T.S.	18.979,93	15.922,25	10.157,66	76.175,46	13.904,46	9.925,06	12.156,38	15.095,17	12.124,64	20.410,54	20.792,64	33.456,35	282.980,38	281.642,00
I.T.B.U.	12.449,46	3.568,68	3.600,37	5.814,11	12.466,92	8.582,75	9.020,00	6.690,00	4.600,00	4.140,00	6.123,63	27.490,00	104.575,92	2.120.000,00
Outras Receitas Tributárias	81.608,78	43.072,77	37.725,72	29.574,02	16.402,00	4.272,29	5.100,65	3.581,65	9.687,45	86.090,01	73.436,41	24.216,51	419.609,68	682.004,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.080,14	37.091,38	35.413,21	73.267,35	94.146,79	50.211,28	43.895,23	48.395,59	47.251,98	45.962,41	47.359,62	45.171,00	600.140,27	477.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	16.236,70	19.893,71	15.498,55	19.693,62	19.884,23	17.231,54	21.235,51	21.122,88	23.125,73	21.471,22	23.882,58	23.338,94	238.199,02	30.750,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	297,00	2.830,00	4.100,00	1.450,00	65,00	140,00	770,00	839,80	203,20	254,00	101,00	304,80	14.774,40	15.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.474.980,52	1.538.414,18	1.634.459,82	2.051.145,68	2.031.813,79	1.794.092,49	1.841.522,84	1.753.442,75	1.855.206,51	1.778.619,21	1.690.338,12	1.691.833,08	20.873.858,21	21.647.033,20
Cota-Parte do FPM	524.110,57	493.338,47	655.916,81	1.054.541,43	768.114,21	815.740,81	594.147,34	641.242,44	788.549,24	695.117,25	601.016,57	594.188,55	8.246.791,39	7.920.000,00
Cota-Parte do ICMS	295.522,24	264.474,80	291.787,09	281.026,51	294.236,14	28.746,03	294.854,03	279.333,62	294.330,95	293.333,62	293.717,00	245.645,04	3.201.046,17	3.180.000,00
Cota-Parte do IPI/A	57.334,06	46.019,03	36.557,70	26.725,92	26.833,69	36.897,44	50.696,62	64.779,03	55.627,18	62.322,04	71.042,33	62.385,37	614.882,64	636.000,00
Cota-Parte do IRL	54.02,76	203.43,48	1.600,08	95,40	294,25	393,05	88,37	166,10	1.057,18	253,77	662,11	537,00	32.165,35	10.000,00
Outras Transferências Correntes	257.263,90	309.403,15	240.000,69	291.030,65	404.256,82	169.473,22	271.145,17	357.257,70	243.557,67	297.778,68	305.465,57	306.788,79	3.356.600,31	5.094.033,20
Transferências do L.C. 81/1990	3.739,21	4.025,42	4.693,32	4.000,25	5.119,09	3.940,43	3.571,05	3.740,16	4.219,31	4.016,81	3.702,23	3.038,35	60.866,73	68.000,00
Transferências do L.C. 87/1996	1.097,32	1.097,32	1.097,32	2.134,64	0,00	0,00	0,00	4.422,75	1.105,69	1.105,69	1.105,69	1.105,69	14.162,12	14.940,00
Transferências do FUNDEF	389.103,46	385.639,51	402.611,24	400.015,92	501.800,70	466.158,45	454.617,46	491.500,71	496.459,19	471.708,75	451.626,32	454.226,29	5.355.900,60	4.197.800,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	144.111,36	37.915,54	22.313,78	20.691,94	9.885,21	26.738,65	127.265,55	13.393,28	32.717,29	42.189,46	47.556,60	37.347,28	433.217,68	733.000,00
DEDUÇÕES (II)	193.656,41	195.673,50	193.333,77	207.134,59	225.146,84	223.683,59	183.151,85	198.739,67	223.037,75	201.426,15	168.053,38	181.591,58	2.346.802,48	2.305.289,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEF	193.656,41	195.673,50	193.333,77	207.134,59	225.146,84	223.683,59	183.151,85	198.739,67	223.037,75	201.426,15	168.053,38	181.591,58	2.346.802,48	2.305.289,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.580.577,02	1.505.800,35	1.575.160,29	2.080.646,00	1.978.078,46	1.449.817,71	1.682.459,47	1.687.732,42	1.768.627,00	1.873.105,59	1.828.019,30	1.705.827,22	20.947.985,33	22.891.372,20

FONTE:

MARUI, 09/10/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito MunicipalPATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle InternoMÉRCIO NE DA SILVA FERNANDES
Controlador GRC/SC 030591041EMANUEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 4º BIMESTRE (ANEXO IV)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS					
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						0,00
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA					
			2015		2014	
Caixa			0,00		0,00	

Continua 2/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA			
		2015		2014	
Bancos Conta Movimento			0,00		0,00
Investimentos			0,00		0,00
Outros Bens e Direitos			0,00		0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

IMARUI, 08/10/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRICIO ANGELO COSTA JUNIOR MEIRISAINÉ DA SILVA FERREIRA EMANOEL MATOS
Chefe de Auditoria e Controle Interno Contadora CRC/SC 030561/O-1 Secretário de Administração e Finanças

RREO 4º BIMESTRE (ANEXO IX)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)		2.000.530,00	0,00		2.000.530,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	8.866.976,60	4.643.056,43	1.098.700,22	0,00	4.223.920,17
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	8.866.976,60	4.643.056,43	1.098.700,22	0,00	4.223.920,17
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-6.866.446,60	-4.643.056,43	-	-	-2.223.390,17

FONTE:

IMARUI , 08/10/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 4º BIMESTRE (ANEXO V)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Ago 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.594.905,15	2.428.035,67	2.387.200,67
DEDUÇÕES (II)	2.486.005,79	2.151.927,82	1.766.975,43
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.135.308,81	3.339.435,36	3.431.513,41
Demais Haveres Financeiros	-36.127,13	-12.430,75	-3.708,37
(-) Restos a Pagar Processados (Exoeto Precatórios)	613.175,89	1.175.076,79	1.660.829,61
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	108.899,36	276.107,85	620.225,24
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	282.374,86	282.374,86	282.374,86
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-173.475,50	-6.267,01	337.850,38

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2015 (C - A)
VALOR	344.117,39	511.325,88

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 30 Jun 2015 (B)	Em 31 Ago 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

IMARUI , 08/10/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 4º BIMESTRE (ANEXO VI)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	22.761.613,20	13.987.283,34	12.303.062,52
Receita Tributária	2.193.246,00	641.546,87	351.404,59
I.P.T.U.	1.017.600,00	167.599,91	13.191,65
I.S.S.	281.642,00	137.825,20	118.213,61
I.T.B.I.	212.000,00	79.113,30	76.187,37
I.R.R.F.	210.198,00	50.078,17	56.585,81
Outras Receitas Tributárias	471.806,00	206.930,29	87.226,15
Receita de Contribuição	477.000,00	425.468,18	261.626,23
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	477.000,00	425.468,18	261.626,23
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	39.750,00	170.723,43	106.712,35
(-) Aplicações Financeiras	39.750,00	170.723,43	106.712,35
Transferências Correntes	19.341.735,20	12.580.017,55	11.450.365,56
F.P.M.	6.381.200,00	4.434.695,42	4.114.438,20
I.P.V.A	525.760,00	355.509,66	321.366,86
I.C.M.S.	2.569.440,00	1.685.768,31	1.543.487,50
Convênios	56.922,00	34.377,79	177.073,85
Outras Transferências Correntes	9.808.413,20	6.069.666,37	5.293.979,15
Demais Receitas Correntes	749.632,00	340.250,74	239.666,14
Dívida Ativa	548.550,00	51.827,13	31.068,49
Diversas Receitas Correntes	201.082,00	288.423,61	208.597,65
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.218.077,72	59.889,26	24.390,00
Operações de Crédito (III)	2.000.530,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	42.400,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	175.147,72	59.889,26	24.390,00
Convênios	175.147,72	59.889,26	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	24.390,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	175.147,72	59.889,26	24.390,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	22.936.760,92	14.047.172,60	12.327.452,52

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	21.791.871,37	15.042.661,44	12.400.268,16	13.441.565,72	10.967.109,86
Pessoal e Encargos Sociais	11.730.526,53	7.883.504,00	7.057.372,37	7.883.504,00	7.052.698,46
Juros e Encargos da Dívida (IX)	420.260,00	76.541,97	61.006,74	76.377,14	61.006,74
Outras Despesas Correntes	9.641.084,84	7.082.615,47	5.281.889,05	5.481.684,58	3.853.404,66
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	21.371.611,37	14.966.119,47	12.339.261,42	13.365.188,58	10.906.103,12
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	8.866.976,60	4.643.056,43	874.311,04	1.098.700,22	654.749,96
Investimentos	8.336.476,60	4.256.729,88	609.261,24	713.724,14	389.700,16
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	530.500,00	386.326,55	265.049,80	384.976,08	265.049,80
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	8.336.476,60	4.256.729,88	609.261,24	713.724,14	389.700,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	53.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	29.761.087,97	19.222.849,35	12.948.522,66	14.078.912,72	11.295.803,28

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-6.824.327,05	-5.175.676,75	-621.070,14	-31.740,12	1.031.649,24
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

IMARUI, 08/10/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 4º BIMESTRE (ANEXO VII)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	296.044,91	347.130,98	437.725,75	41.555,48	133.890,08	135.766,08	1.045.170,49	488.283,81	436.723,34	220,00	741.693,23	875.883,89
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	220.615,44	277.295,84	392.371,27	41.555,48	93.694,53	46.075,01	870.759,66	375.246,91	327.633,10	220,00	591.681,57	685.965,10
FUNDO MUNICIPAL DIRETOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	662,46	662,46	0,00	0,00	0,00	4.821,92	3.515,02	3.267,26	0,00	1.364,57	1.364,57
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	260,00	0,00	260,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	586,83	1.405,00	586,83	0,00	1.405,00	0,00	4.373,71	2.789,71	2.789,71	0,00	1.837,00	3.012,00
GABINETE DO VICE-PREFEITO MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.248,65	1.248,65	1.248,65	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	0,00	280,00	55,00	0,00	225,00	0,00	52,61	0,00	0,00	0,00	52,61	277,61
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	3.745,63	3.745,63	0,00	0,00	0,00	4.540,19	0,00	0,00	0,00	4.540,19	4.540,19
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.386,47	0,00	0,00	0,00	0,00	2.386,47	2.386,47
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	423,50	423,50	0,00	0,00	0,00	3.354,00	0,00	0,00	0,00	3.354,00	3.354,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	440,00	0,00	0,00	0,00	440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	440,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	20.447,38	20.447,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	2.601,39	0,00	265,40	0,00	2.314,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.314,99
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	1.556,86	1.556,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	991,63	0,00	176,00	0,00	855,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	855,63
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	8.857,48	8.857,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	120,00	0,00	0,00	0,00	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	7.889,40	1.280,20	0,00	6.609,20	0,00	666,00	0,00	0,00	0,00	666,00	7.275,20
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	107,66	0,00	107,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	399,00	0,00	0,00	399,00	0,00	539,00	0,00	0,00	0,00	539,00	837,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	2.423,62	0,00	346,00	0,00	2.077,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.077,62
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	60,00	60,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	5.441,93	0,00	0,00	0,00	5.441,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.441,93
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	157,52	157,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	106,90	0,00	0,00	0,00	106,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106,90
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	79.593,90	77.836,30	0,00	1.754,60	0,00	5.566,28	0,00	0,00	0,00	5.566,28	7.322,88
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	830,83	0,00	0,00	0,00	830,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	830,83
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450,00	0,00	0,00	0,00	450,00	450,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	825,19	0,00	825,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	1.707,62	1.707,62	0,00	0,00	0,00	55,00	0,00	0,00	0,00	55,00	55,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	145,00	0,00	145,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.872,00	0,00	0,00	0,00	1.872,00	1.872,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	3.251,87	0,00	894,87	0,00	2.357,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.357,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	922,57	922,57	0,00	0,00	0,00	3.474,80	3.046,68	0,00	0,00	3.474,80	3.474,80
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	5.384,04	0,00	5.384,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	485,92	0,00	0,00	0,00	485,92	485,92
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	195,00	0,00	195,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	908,88	908,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	1.822,58	0,00	1.042,00	780,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	622,00	0,00	0,00	0,00	622,00	622,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	1.665,98	0,00	1.382,98	0,00	273,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	273,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	978,00	0,00	0,00	0,00	978,00	978,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	1.155,00	0,00	1.155,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	588,00	0,00	0,00	0,00	588,00	588,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	1.232,00	0,00	1.232,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	2.852,69	2.852,69	0,00	0,00	0,00	1.700,00	0,00	0,00	0,00	1.700,00	1.700,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	100,92	0,00	100,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	732,00	0,00	0,00	0,00	732,00	732,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	1.083,67	0,00	0,00	0,00	1.083,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.083,67
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	6.015,35	6.015,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	115,35	0,00	115,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE: JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	266.044,91	347.130,98	437.729,75	41.555,48	133.800,05	135.766,08	1.043.170,49	488.283,81	436.723,34	220,00	741.963,23	875.883,89
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	220.615,44	277.236,84	352.371,27	41.555,48	98.994,53	49.075,01	870.759,06	375.246,91	327.833,10	220,00	591.981,57	685.995,10
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	176,98	176,98	0,00	0,00	0,00	7.832,48	7.832,48	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	361,44	0,00	361,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	1.725,36	1.725,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	426,61	0,00	426,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	1.243,17	1.243,17	0,00	0,00	0,00	1.935,00	0,00	0,00	0,00	1.935,00	1.935,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	7.434,28	0,00	1.633,59	5.770,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	3.555,71	1.715,71	0,00	1.860,00	0,00	6.030,00	0,00	0,00	0,00	6.030,00	7.880,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	8.668,00	0,00	8.668,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.027,48	15.499,58	0,00	0,00	527,90	527,90
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	2.046,44	0,00	2.046,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00	0,00	0,00	0,00	240,00	240,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	246,09	0,00	246,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	881,10	881,10	0,00	0,00	0,00	12.183,96	8.253,96	0,00	0,00	3.930,00	3.930,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	107,66	0,00	107,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.064,31	0,00	0,00	0,00	1.064,31	1.064,31
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	7.528,33	0,00	0,00	7.528,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	643,20	0,00	0,00	0,00	643,20	643,20
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PE	25.903,20	0,00	1.613,20	0,00	24.290,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.290,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PE	0,00	3.241,00	2.048,00	0,00	1.193,00	0,00	51.125,10	11.137,27	8.085,16	0,00	43.039,94	44.233,94
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E L.	0,00	34.411,38	33.289,18	0,00	1.113,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.113,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E L.	47.340,77	0,00	44.239,27	0,00	3.101,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.101,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E L.	0,00	78.761,12	67.741,12	0,00	11.020,00	0,00	2.076,48	2.076,48	0,00	0,00	2.076,48	13.095,48
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E L.	2.469,06	0,00	2.469,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E L.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.856,88	68.856,88	68.856,88	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E L.	230,61	0,00	230,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E L.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124.325,92	54.934,92	54.934,92	0,00	69.391,00	69.391,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E L.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E L.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107.706,01	16.958,11	4.085,11	0,00	103.620,90	103.620,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E L.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E L.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.688,27	46.137,58	46.060,51	0,00	8.627,76	8.627,76
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E L.	6.005,91	0,00	4.982,41	0,00	1.023,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.023,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E L.	0,00	166,10	166,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E L.	10.630,48	0,00	1.920,58	0,00	8.709,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.709,90
SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	826,32	826,32	826,32	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	2.629,50	628,00	547,00	0,00	2.710,50	0,00	6.674,00	1.384,94	1.384,94	0,00	5.289,06	7.999,56
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.	0,00	14.012,08	5.960,72	0,00	8.051,36	0,00	357.371,61	123.646,29	96.346,49	220,00	257.803,32	275.828,68
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.	67.174,77	0,00	35.450,79	27.475,28	3.248,69	46.705,64	0,00	0,00	0,00	0,00	46.705,64	49.957,14
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	456,00	650,00	0,00	0,00	1.106,00	0,00	5.241,36	5.192,04	5.192,04	0,00	49,32	1.155,32
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MARUI	5.898,12	6.433,66	5.329,66	0,00	7.002,12	0,00	15.123,56	3.551,24	3.105,24	0,00	12.017,32	19.019,44
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	170,00	0,00	0,00	0,00	170,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	1.941,79	1.941,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	80,00	0,00	80,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	2.042,11	1.418,11	0,00	624,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	624,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.323,50	0,00	0,00	0,00	1.323,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.323,50
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	1.035,36	1.035,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	3.489,62	0,00	439,00	0,00	3.050,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.050,62
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	1.254,40	313,40	0,00	1.041,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.041,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	665,00	0,00	45,00	0,00	620,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	620,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.123,56	3.551,24	3.105,24	0,00	12.017,32	12.017,32

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	295.044,91	347.130,98	437.729,75	41.555,48	133.890,66	135.766,08	1.043.170,49	488.283,81	436.723,34	220,00	741.993,23	875.883,89
EXECUTIVO												
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IMARUI	5.898,12	6.433,66	5.329,66	0,00	7.002,12	0,00	15.123,56	3.551,24	3.106,24	0,00	12.017,32	19.019,44
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	170,00	0,00	0,00	0,00	170,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMARUI	39.531,35	63.401,48	70.028,82	0,00	32.804,01	86.691,07	157.287,27	106.485,66	105.984,00	0,00	137.694,34	170.698,35
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	63.401,48	46.753,87	0,00	16.647,61	0,00	157.287,27	106.485,66	105.984,00	0,00	51.303,27	67.250,88
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	39.531,35	0,00	23.274,95	0,00	16.256,40	86.691,07	0,00	0,00	0,00	0,00	86.691,07	102.947,47
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	295.044,91	347.130,98	437.729,75	41.555,48	133.890,66	135.766,08	1.043.170,49	488.283,81	436.723,34	220,00	741.993,23	875.883,89

FONTE:

IMARUI, 08/10/2015

MANOEL VIANE DE SOUSA
Prefeito MunicipalPATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle InternoMEIRISIANE DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 0335610-1EMANUEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 4º BIMESTRE (ANEXO VIII)

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.283.630,00	2.283.630,00	475.429,57	21,00
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.554.490,00	1.554.490,00	203.564,43	13,10
1.1.1- IPTU	1.017.600,00	1.017.600,00	167.598,91	16,47
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	530,00	530,00	481,67	90,88
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	530.000,00	530.000,00	19.159,01	3,61
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	6.360,00	6.360,00	16.323,84	256,66
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	212.000,00	212.000,00	79.113,30	37,32
1.2.1- ITBI	212.000,00	212.000,00	79.113,30	37,32
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	286.942,00	286.942,00	142.673,67	49,72
1.3.1- ISS	281.642,00	281.642,00	137.625,20	48,94
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.590,00	1.590,00	510,01	32,08
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.650,00	2.650,00	2.801,91	105,73
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.060,00	1.060,00	1.536,55	144,95
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	210.198,00	210.198,00	50.078,17	23,82
1.4.1- IRRF	210.198,00	210.198,00	50.078,17	23,82
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.860.340,00	11.860.340,00	8.116.981,97	68,44
2.1- Cota-Parte FPM	7.950.000,00	7.950.000,00	5.520.127,11	69,44
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.950.000,00	7.950.000,00	5.520.127,11	69,44
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.180.000,00	3.180.000,00	2.107.209,56	66,28
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	14.840,00	14.840,00	8.845,52	59,61
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	68.900,00	68.900,00	32.950,52	47,82
2.5- Cota-Parte ITR	10.600,00	10.600,00	3.463,03	32,67
2.6- Cota-Parte IPVA	636.000,00	636.000,00	444.386,23	69,87
2.7- Cota-Parte IOF-Quro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	14.123.970,00	14.123.970,00	8.592.411,54	60,84
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	836.191,60	836.191,60	640.057,97	76,54
5.1- Transferências do Salário-Educação	434.600,00	434.600,00	430.967,17	99,16
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	119.631,60	119.631,60	156.316,00	130,66
5.4- Transferências Diretas - PNATE	69.960,00	69.960,00	51.874,80	74,15
5.5- Outras Transferências do FNDE	212.000,00	212.000,00	900,00	0,42
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	424,00	424,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	424,00	424,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	39.750,00	39.750,00	66.363,41	166,95
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	876.365,60	876.365,60	706.421,38	80,61
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.305.288,00	2.305.288,00	1.604.801,21	69,61
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.568.800,00	1.568.800,00	1.085.431,69	69,19
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	610.560,00	610.560,00	421.441,25	69,03
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.968,00	2.968,00	1.768,07	59,60
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	10.600,00	10.600,00	6.590,10	62,17
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.120,00	2.120,00	692,53	32,67
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	110.240,00	110.240,00	88.676,57	80,62
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.208.200,00	4.208.200,00	3.832.286,25	91,07
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.197.600,00	4.197.600,00	3.796.532,67	90,49
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.600,00	10.600,00	33.753,58	318,45
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.892.312,00	1.892.312,00	2.193.731,66	115,93
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.349.600,00	3.104.751,03	2.525.342,67	81,34	2.525.342,67	81,34
13.1- Com Educação Infantil	1.079.080,00	1.079.080,00	818.989,02	75,90	818.989,02	75,90
13.2- Com Ensino Fundamental	2.270.520,00	2.025.671,03	1.706.353,65	84,24	1.706.353,65	84,24
14- OUTRAS DESPESAS	848.000,00	1.194.627,22	1.162.805,64	97,34	1.162.805,64	97,34
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	848.000,00	1.194.627,22	1.162.805,64	97,34	1.162.805,64	97,34
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.197.600,00	4.299.378,25	3.688.148,31	85,78	3.688.148,31	85,78
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOSA PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-	
16.1 - FUNDEB 60%					-	
16.2 - FUNDEB 40%					-	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00	
17.1 - FUNDEB 60%					0,00	
17.2 - FUNDEB 40%					0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					3.688.148,31	
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					65,90	
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					30,34	
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19,2)) %					3,76	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 *					0,00	
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	3.530.992,50	3.530.992,50	2.148.102,88	60,84		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.400.260,00	1.386.480,00	876.755,02	63,24	876.755,02	63,24
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.099.020,00	4.114.928,25	3.520.609,92	85,56	3.264.849,65	79,34
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.118.520,00	3.220.298,25	2.869.159,29	89,10	2.869.159,29	89,10
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	980.500,00	894.630,00	651.450,63	72,82	395.690,36	44,23
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.499.280,00	5.501.408,25	4.397.364,94	79,93	4.141.604,67	75,28
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					2.193.731,66	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					33.755,38	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOSA PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					-	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)					-	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					2.227.487,04	
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) - (37)					1.914.117,63	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					22,28	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	434.600,00	556.173,69	371.287,41	66,76	231.735,11	41,67
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	735.958,00	1.540.813,24	927.973,08	60,23	82.719,83	5,37
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.170.558,00	2.096.986,93	1.299.260,49	61,96	314.454,94	15,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	6.669.838,00	7.598.395,18	5.696.625,43	74,97	4.456.059,61	58,64

MUNICÍPIO DE IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (I)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEF	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEF (II)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.798.532,87	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	33.755,38	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	3.832.288,25	0,00

IMARUI, 08/10/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

RREO 4º BIMESTRE (ANEXO X)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)				R\$ 1,00	
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	
	(a)	(b)	c = (a - b)	(d) = ("d" exercício anterior) + (c)	
2014	0,00	0,00	0,00	0,00	
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	
2018	0,00	0,00	0,00	0,00	
2019	0,00	0,00	0,00	0,00	
2020	0,00	0,00	0,00	0,00	
2021	0,00	0,00	0,00	0,00	
2022	0,00	0,00	0,00	0,00	
2023	0,00	0,00	0,00	0,00	
2024	0,00	0,00	0,00	0,00	
2025	0,00	0,00	0,00	0,00	
2026	0,00	0,00	0,00	0,00	
2027	0,00	0,00	0,00	0,00	
2028	0,00	0,00	0,00	0,00	
2029	0,00	0,00	0,00	0,00	
2030	0,00	0,00	0,00	0,00	
2031	0,00	0,00	0,00	0,00	
2032	0,00	0,00	0,00	0,00	
2033	0,00	0,00	0,00	0,00	
2034	0,00	0,00	0,00	0,00	
2035	0,00	0,00	0,00	0,00	
2036	0,00	0,00	0,00	0,00	
2037	0,00	0,00	0,00	0,00	
2038	0,00	0,00	0,00	0,00	
2039	0,00	0,00	0,00	0,00	
2040	0,00	0,00	0,00	0,00	
2041	0,00	0,00	0,00	0,00	
2042	0,00	0,00	0,00	0,00	
2043	0,00	0,00	0,00	0,00	
2044	0,00	0,00	0,00	0,00	
2045	0,00	0,00	0,00	0,00	
2046	0,00	0,00	0,00	0,00	
2047	0,00	0,00	0,00	0,00	
2048	0,00	0,00	0,00	0,00	
2049	0,00	0,00	0,00	0,00	
2050	0,00	0,00	0,00	0,00	
2051	0,00	0,00	0,00	0,00	
2052	0,00	0,00	0,00	0,00	
2053	0,00	0,00	0,00	0,00	
2054	0,00	0,00	0,00	0,00	
2055	0,00	0,00	0,00	0,00	
2056	0,00	0,00	0,00	0,00	
2057	0,00	0,00	0,00	0,00	
2058	0,00	0,00	0,00	0,00	
2059	0,00	0,00	0,00	0,00	
2060	0,00	0,00	0,00	0,00	
2061	0,00	0,00	0,00	0,00	
2062	0,00	0,00	0,00	0,00	
2063	0,00	0,00	0,00	0,00	
2064	0,00	0,00	0,00	0,00	
2065	0,00	0,00	0,00	0,00	
2066	0,00	0,00	0,00	0,00	
2067	0,00	0,00	0,00	0,00	
2068	0,00	0,00	0,00	0,00	
2069	0,00	0,00	0,00	0,00	
2070	0,00	0,00	0,00	0,00	
2071	0,00	0,00	0,00	0,00	
2072	0,00	0,00	0,00	0,00	
2073	0,00	0,00	0,00	0,00	

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)				R\$ 1,00
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/08/2015 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

IMARUI , 08/10/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERN
Contadora CRC/SC 030561/C

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 4º BIMESTRE (ANEXO XI)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)			R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL				
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	42.400,00		0,00	42.400,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00		0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	42.400,00		0,00	42.400,00
TOTAL	42.400,00		0,00	42.400,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)		SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00		0,00	0,00

FONTE:

IMARUI, 08/10/2015

MANOEL MANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 4º BIMESTRE (ANEXO XII)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.263.630,00	2.263.630,00	475.429,57	21,00
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.017.600,00	1.017.600,00	167.599,91	16,47
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	212.000,00	212.000,00	79.113,30	37,32
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	281.642,00	281.642,00	137.825,20	48,94
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	210.198,00	210.198,00	50.078,17	23,82
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.120,00	2.120,00	991,68	46,78
Dívida Ativa dos Impostos	532.650,00	532.650,00	21.960,92	4,12
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	7.420,00	7.420,00	17.860,39	240,71
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.860.340,00	11.860.340,00	8.116.981,97	68,44
Cota-Parte FPM	7.950.000,00	7.950.000,00	5.520.127,11	69,44
Cota-Parte ITR	10.600,00	10.600,00	3.463,03	32,67
Cota-Parte IPVA	636.000,00	636.000,00	444.386,23	69,87
Cota-Parte ICMS	3.180.000,00	3.180.000,00	2.107.209,56	66,26
Cota-Parte IPH-Exportação	68.900,00	68.900,00	32.950,52	47,82
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	14.840,00	14.840,00	8.845,52	59,61
Desoneração ICMS (LC 87/96)	14.840,00	14.840,00	8.845,52	59,61
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	14.123.970,00	14.123.970,00	8.592.411,54	60,84

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	82.362,00	82.362,00	40.000,00	48,57
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	45.580,00	45.580,00	65.218,50	143,09
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	127.942,00	127.942,00	105.218,50	82,24

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	4.952.093,43	5.665.820,30	4.096.605,84	72,13	3.725.308,75	65,75
Pessoal e Encargos Sociais	2.710.950,00	2.914.723,62	2.015.916,21	69,16	2.015.916,21	69,16
Outras Despesas Correntes	2.241.143,43	2.751.096,68	2.070.689,63	75,27	1.709.392,54	62,13
DESPESAS DE CAPITAL	1.985.136,20	2.455.012,62	1.573.583,58	64,10	149.464,33	6,09
Investimentos	1.985.136,20	2.455.012,62	1.573.583,58	64,10	149.464,33	6,09

Continua 1/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	1.985.136,20	2.455.012,62	1.573.583,58	64,10	149.464,33	6,09
Investimentos	1.985.136,20	2.455.012,62	1.573.583,58	64,10	149.464,33	6,09
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	6.937.229,63	8.120.832,92	5.660.189,42	69,70	3.874.773,08	47,71
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/IV)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/IV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.443.901,60	5.627.504,89	3.961.442,65	68,99	2.251.723,76	58,11
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.443.901,60	5.449.597,06	3.783.534,82	66,84	2.197.957,59	56,72
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	177.907,83	177.907,83	3,14	53.766,17	1,39
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	4.443.901,60	5.627.504,89	3.961.442,65	68,99	2.251.723,76	58,11
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.493.328,03	2.493.328,03	1.698.746,77	30,01	1.623.049,32	41,89
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI/II) - (15 x IIIb)/100]⁶						334.187,59

Continua 2/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	0,00	0,00			0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	6.901.719,63	8.013.350,15	5.633.294,48	99,52	3.854.758,70	99,48
Vigilância Sanitária	12.720,00	30.625,33	14.877,54	0,26	11.713,97	0,30
Vigilância Epidemiológica	22.790,00	76.857,44	12.017,40	0,21	8.300,41	0,21
Outras Subfunções	10.600,00	10.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6.947.829,63	8.131.432,92	5.660.189,42	100,00	3.874.773,08	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "l+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "l+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nele estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[M/(l+h) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

IMARUI, 08/10/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERREI
Contadora CRC/SC 030561/A

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 4º BIMESTRE (ANEXO XIII)

Município de IMARUI - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

IMARUI , 08/10/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

RREO 4º BIMESTRE (ANEXO XIV)

Município de IMARUI - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		25.019.440,92	
Previsão Atualizada		25.019.440,92	
Receitas Realizadas		14.217.896,03	
Déficit Orçamentário		322.369,91	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		989.678,62	
DESPESAS			
Dotação Inicial		25.019.440,92	
Créditos Adicionais		5.692.407,05	
Dotação Atualizada		30.711.847,97	
Despesas Empenhadas		19.685.717,87	
Despesas Liquidadas		14.540.265,94	
Despesas pagas		13.064.887,46	
Superavit Orçamentário		0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		19.685.717,87	
Despesas Liquidadas		14.540.265,94	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		20.947.985,33	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	511.325,88
Resultado Primário		0,00	-31.740,12
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.178.936,57	220,00	436.723,34
EXECUTIVO	1.178.936,57	220,00	436.723,34
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	613.175,89	41.555,48	437.729,75
EXECUTIVO	613.175,89	41.555,48	437.729,75
TOTAL:	1.792.112,46	41.775,48	874.453,09
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		1.914.117,63	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.525.342,67	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	2.000.530,00
Despesa de Capital Líquida		1.098.700,22	7.768.276,38

Continua 1/2

Município de IMARUI - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	42.400,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.623.049,32		15,00	18,89
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

IMARUI, 08/10/2015

MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

PATRÍCIO ANGELO COSTA JÚNIOR
Chefe de Auditoria e Controle Interno

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES
Contadora CRC/SC 030561/O-1

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 209, DE 9 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 209, DE 9 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), para reforço das dotações orçamentárias, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS		
Manutenção da Atenção Básica		
10.301.0014-2.121		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.02 29 (0032)	Aplicações Diretas	90.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.03 78 (0074)	Aplicações Diretas	40.000,00
Total		130.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS		
Manutenção da Atenção Básica		
10.301.0014-2.121		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.02 29 (0018)	Aplicações Diretas	90.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.03 78 (0069)	Aplicações Diretas	40.000,00
Total		130.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 9 de Outubro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

EXTRATO DO ADITAMENTO DE TERMO DE COMODATO - CONSIGNET

EXTRATO DO ADITAMENTO DE TERMO DE COMODATO

DA ESPÉCIE: Aditamento de Termo de Comodato que entre si celebraram o MUNICÍPIO DE IMBITUBA e a DB1 INFORMÁTICA LTDA.

DO OBJETO: Cessão dos direitos de uso, serviços de instalação e de suporte técnico operacional do sistema de Gestão de Margem Consignável com Desconto em Folha de Pagamento, denominado "Consignet", de propriedade da DB1 Informática à Prefeitura Municipal de Imbituba/SC, com vistas à modernizações e controle das rotinas empregadas na sistemática de consignação em folha de pagamento de descontos da entidades conveniadas com esta municipalidade doravante denominadas CONSIGNATÁRIAS, objetivando o controle operacional e gerencial efetivo e automático das referidas operações de consignações em folha de pagamento.

DA VIGÊNCIA: até 30/09/2019.

Imbituba, 30 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE IMBITUBA / CNPJ nº 82.909.409/0001-90

DB1 INFORMÁTICA LTDA / CNPJ nº 04.204.018/0001-66

EXTRATO: 14/2003 A/01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2015/251 A02

Contratada: IMBIMOLDE PRÉ-MOLDADOS & CONSTRUÇÕES LTDA -EPP.

CNPJ 10.975.264/001-14

Objeto Prorrogação do prazo do contrato para 30 de Outubro de 2015

Prazo: 30/10/2015

Fundamento: Processo nº. 22/2014 Carta Convite:02/2014

Imbituba, 30 de Setembro de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura-seapi

Contratante

Imbimolde Pre Moldados & construções Ltda epp

Representante legal

Contratada

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 1590/15

. DECRETO Nº 1590/15

. De 09 de outubro de 2015

Anula e Suplementa no Orçamento Anual do Município

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5216/15,

DECRETA,

Art. 1º - Fica anulado o valor de R\$ 133.875,38 (Cento e trinta e três mil e oitocentos e setenta e cinco reais e trinta e oito centavos) da Dotação Orçamentária abaixo discriminado:

Dotação	Valor
22.001 - Fundo de Saneamento Ambiental	
0017.0512.0022.1330 - Ampl do Sistema de Água e Esgoto	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01645502 - Estado – Casan	133.875,38

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, suplementado, no Orçamento do MUNICÍPIO DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Valor
10.002 - Secretaria de Saneamento Básico	
0017.0512.0010.2262 - Manut das Atividades de Gerenciamento do Lixo	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01645502 - Estado – Casan	133.875,38

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 09 de outubro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5216

. LEI Nº 5216

. de 09 de outubro de 2015

Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do MUNICÍPIO DE INDAIAL.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 133.875,38 (Cento e trinta e três mil e oitocentos e setenta e cinco reais e trinta e oito centavos) da Dotação Orçamentária abaixo discriminado:

Dotação	Valor
22.001 - Fundo de Saneamento Ambiental	
0017.0512.0022.1330 - Ampl do Sistema de Água e Esgoto	

3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01645502 - Estado – Casan	133.875,38

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICÍPIO DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Valor
10.002 - Secretaria de Saneamento Básico	
0017.0512.0010.2262 - Manut das Atividades de Gerenciamento do Lixo	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01645502 - Estado – Casan	133.875,38

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 09 de outubro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

RESCISÃO AO CONTRATO Nº 245/2012

RESCISÃO AO CONTRATO Nº 245/2012

Pelo presente instrumento que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE; e, ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL BEATRIZ RAMOS, inscrito no CNPJ sob nº 84.231.281/0001-83, estabelecida na Rua Desembargador Aves Pedrosa, nº 185, Centro, na cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Sérgio Cadore, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 181.703.749-87, e RG nº 283.635, residente e domiciliado na Rua Pará, nº 140, Estados, na cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a Rescisão Contratual mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. O contrato firmado entre as partes fica rescindido a partir do dia 16 de setembro de 2015, de acordo com o artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, dando-se geral e total quitação do mesmo.

Por oportuno, cumpre esclarecer, que tal pedido de Rescisão Contratual justifica-se diante da confecção do novo Contrato nº 202/2015, no qual estão englobados os serviços constantes no objeto do Contrato nº 245/2012 (cfm C.I. nº 366/2015).

E, por estarem justos e acordados assinam o presente Termo de

Rescisão em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins.

Indaial/SC, em 16 de setembro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL BEATRIZ RAMOS Sérgio Cadore Contratada
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 202/2015

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 202/2015

Pelo presente instrumento particular de contrato para prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento ambulatorial (urgência/emergência, diagnóstico e tratamento) e para internações hospitalares aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, brasileira, Secretária de Saúde, inscrita no CPF sob nº CPF 710.570.649-04, e Cédula de Identidade nº 2.286.115 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Fritz Muller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL BEATRIZ RAMOS, entidade filantrópica, inscrita no CNPJ sob o nº 84.231.281/0001-83, situada na Rua Desembargador Alves Pedrosa nº 185, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Cadore, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº. 650.816, expedida pela SSP/SC, e inscrito no CPF sob nº 181.703.749-87, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, com anuência dos médicos que integram o Corpo Clínico que atua na CONTRATADA, representados, neste ato, pelo seu Diretor Técnico, Dr. João José Heinzen, CREMESC nº. 3391, tendo em vista o que dispõe as Portarias GM/MS nºs 1.721/2005, SAS/MS 635/2005, GM/MS 3.123/06, GM/MS 1.034/2010 e GM/MS nº 3.410/2013, RESOLVEM, de comum acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO, que reger-se-á pelas normas gerais da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber, e amparada pela Constituição Federal de 1988, a

legislação do Sistema Único de Saúde – SUS, com ênfase na Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990 no seu Título III, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo visa a inclusão dos dados bancários no Contrato nº 202/2015, na Cláusula Décima Segunda, Item IV, qual seja:

Banco do Brasil 001
Agência 0928-8
Conta Corrente nº 2279-9

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 08 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL BEATRIZ RAMOS Sérgio Cadore Contratada
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Contratante	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 DO CONTRATO Nº 133/2015

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 133/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós,

nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, CELSO LOPES MARTINS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 96.260.369/0001-02, estabelecida à Av. João Pedro Cardoso, nº 189, Parque Jabaquara, na cidade de São Paulo – Estado de São Paulo, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Celso Lopes Martins, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 664.978.768/04 Cédula de Identidade nº 6.744.894-X SSP/SP, residente e domiciliado na rua José de Magalhães, nº 373, Apto 1.704 A, bairro Vila Clementino, na cidade de São Paulo – Estado de São Paulo, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1., do contrato original, que tem como objeto a aquisição de materiais odontológicos, conforme quantitativos e especificações, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente Contrato é de 10 de outubro de 2015 até 07 de janeiro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 08 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Adriane Machado Ferrari Contratante
CELSON LOPES MARTINS EIRELI Celso Lopes Martins Contratada	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 004 DO CONTRATO Nº 011/2015

TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 011/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - GABINETE DO PREFEITO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SECRETARIA DE OBRAS - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETARIA DE SAÚDE - FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, COLOR – BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.018.430/0001-05, com sede na Rua Amadeu Felipe da Luz, nº 59, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Rafael Busarello, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 049.802.169-60 e Cédula de Identidade nº 5.053.008, com endereço na Rua Amadeu Felipe da Luz, nº 59, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, o presente Termo Aditivo de contrato visa a supressão e, consequentemente a diminuição de valores, consoante as cláusulas terceira, item 3.1., e quarta, itens 4.1. e 4.1.1.2., do contrato original, que tem como objeto a locação de impressoras multifuncionais, conforme quantitativos e especificações, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a locação de impressoras multifuncionais, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	EQUIP.	FRANQUIA/ CÓPIAS	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT. EM (R\$)	VALOR TOTAL EM (R\$)
LOTE 01					
01	23	69.000	Impressora multifuncional, com tecnologia de impressão laser monocromática, Modelo I.	0,036	2.484,00
02	48	96.000	Impressora multifuncional, com tecnologia de impressão laser monocromática, Modelo II.	0,036	3.456,00
03	31	49.600	Impressora, com tecnologia de impressão laser monocromática, Modelo III.	0,036	1.785,60

CLÁUSULA QUARTA: VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor mensal do presente contrato é de R\$ 7.725,60 (sete mil, setecentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos).

4.1.1. Da franquia:

4.1.1.1. Item 01 – valor mensal de R\$ 2.484,00 (dois mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais), perfazendo valor anual de R\$ 29.808,00 (vinte e nove mil, oitocentos e oito reais).

4.1.1.2. Item 02 – valor mensal de R\$ 3.456,00 (três mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais), perfazendo valor anual de R\$ 41.472,00 (quarenta e um mil, quatrocentos e setenta e dois reais).

4.1.1.3. Item 03 – valor mensal de R\$ 1.785,60 (um mil, setecentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos), perfazendo valor anual de R\$ 21.427,20 (vinte e um mil, quatrocentos e vinte e sete reais e vinte centavos).

4.1.2. Valor da cópia excedente:

4.1.2.1. Item 01 – valor unitário de R\$ 0,036 (três centavos e seis milésimo de real).

4.1.2.2. Item 02 – valor unitário de R\$ 0,036 (três centavos e seis milésimo de real).

4.1.2.3. Item 03 – valor unitário de R\$ 0,036 (três centavos e seis milésimo de real).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 07 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	COLOR – BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA – ME Rafael Busarello Contratada
GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antônio Ferrari Secretário Municipal
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO Remir José de Faveri Secretário Municipal
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Jânio Vilson de Aviz Secretário Municipal	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal
SECRETÁRIO DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal	FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wamser Ribeiro Diretora Executiva

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH
Rodrigo Siemann da Rosa
Decreto nº 1552/15

FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
Nivald Reichel
Coordenador de Defesa Civil

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

Silmara Fruet
OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO 15/2015**

EXTRATO CONTRATO Nº 15/2015
CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAIAL
Processo Licitatório no 15/2015
Edital de Pregão no: 006/2015
CONTRATADA: PERFORM TECNOLOGIA EIRELI EPP.
OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de 5 (cinco) equipamentos de informática (notebooks), conforme especificações do Edital.
Início de vigência: 15 de setembro de 2015
Término de vigência: 15 de setembro de 2016.
Valor total: R\$ 15.000,00
DATA DA ASSINATURA: 15/09/2015.

CONTRATO 16/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 16/2015
CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAIAL
Processo Licitatório no 15/2015
Edital de Pregão no: 006/2015
CONTRATADA: MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME.
OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de 02 (dois) equipamentos de informática (tablets), conforme especificado no Edital.
Início de vigência: 17 de setembro de 2015
Término de vigência: 17 de setembro de 2016.
Valor: R\$ 2.200,00
DATA DA ASSINATURA: 17/09/2015.

CONTRATO 17/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 17/2015
CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAIAL
Processo Licitatório no 15/2015
Edital de Pregão no: 006/2015
CONTRATADA: MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME.
OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de sistema de microfone sem fio duplo de mão, conforme especificado no Edital.
Início de vigência: 17 de setembro de 2015
Término de vigência: 17 de setembro de 2016.
Valor: R\$ 4.495,00
DATA DA ASSINATURA: 17/09/2015.

CONTRATO 18/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 18/2015
CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAIAL
Processo Licitatório no 15/2015
Edital de Pregão no: 006/2015
CONTRATADA: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME.
OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de 2 (duas) câmeras fotográficas, conforme especificações do Edital.
Início de vigência: 17 de setembro de 2015
Término de vigência: 17 de setembro de 2016.
Valor total: R\$ 890,00
DATA DA ASSINATURA: 17/09/2015.

PORTARIA 60/2015

Portaria Nº 60/15

Ponto Facultativo / 13 de outubro

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, baseado no inciso II, do artigo 36, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE :

Art. 1º - Será facultativo o "ponto" na Câmara Municipal de Indaial no dia 13 de outubro de 2015 (terça-feira), antecipação do dia do servidor público e do dia do professor.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 08 de Outubro de 2015.

Anderson Luz dos Santos	
Presidente da Mesa	
Osvaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO N. 2.169 DE 06 DE OUTUBRO DE 2.015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO VALOR DE R\$ 38.000,00.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.748 de 15 de outubro de 2.014 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.015 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.751 de 12 de dezembro de 2.014, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.015 – LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I - Código reduzido 132, Projeto/Atividade 20.605.0019.2.050 - Gestão das Políticas e Ações da Agropecuária, elemento 3390000000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0027 - Recursos Fundo Manut. Dec. 2.164, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 38.000,00.

TOTAL GERAL
R\$ 38.000,00

Art. 2º Os créditos suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

I - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0027 - Recursos Fundo Manut. Dec. 2.164, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 38.000,00.

TOTAL GERAL
R\$ 38.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 06 de outubro de 2.015.

Ipumirim-SC, 06 de outubro de 2.015
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

DECRETO N. 2.170 DE 06 DE OUTUBRO DE 2.015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 53.290,00

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do artigo 34 da Lei 1.748 de 15 de outubro de 2.014 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.015 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e inciso II do § 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.751 de 12 de dezembro de 2.014, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.015 – LOA,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I - Código reduzido 115, Projeto/Atividade 04.122.0003.1.005 - Estruturação e modernização das atividades administrativas, elemento 4490000000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0007 - Exerc. Ant. - Recursos de alienação, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 2.290,00.

II - Código reduzido 33, Projeto/Atividade 10.301.0005.1.041 - Estruturação e modernização da Saúde Pública, elemento 4490000000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0066 - SUS Vigilância em Saúde, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 51.000,00.

TOTAL GERAL
R\$ 53.290,00

Art. 2º O crédito suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

I - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0007 - Exerc. Ant. - Recursos de alienação, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 2.290,00

II - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0066 - SUS Vigilância em Saúde, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 51.000,00

TOTAL GERAL
R\$ 53.290,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 06 de outubro de 2.015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 06 de outubro de 2.015
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

EDITAL SMECE Nº. 035/2015 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

RETIFICA EDITAL 034/2015 QUE ABRIU INSCRIÇÃO PARA PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições, nos termos da subseção III da Lei Complementar nº 003/2002, de 27 de setembro de 2002 e a Lei Complementar nº. 41/2007 de dezembro de 2007 torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão a progressão por Nova Habilitação dos membros do Magistério Público Municipal.

Art. 1º - Fica aberto às inscrições para a Progressão por Nova Habilitação aos Membros do Magistério Público Municipal estável na forma Lei Complementar nº. 003/2002 e 41/2007, e concursados com estágio probatório concluído.

Art. 2º - O Membro do Magistério Público Municipal efetivo deverá requerer progressão por Nova Habilitação até dia 30 de outubro de 2015, junto a Secretaria Municipal de Educação, Rua Bento Gonçalves nº. 220, juntando os Seguintes documentos:

1 – Requerimento em formulário específico conforme anexo I do presente Edital.

2 – Comprovante autenticado de Nova Habilitação na área específica de atuação.

Art. 3º - Os requerentes para progressão por Nova Habilitação que se sentirem prejudicados com o resultado terão 03 (três) dias contados da data de publicação do Edital de Homologação, para interpirem recurso.

Art. 4º - Os casos omissos serão resolvidos pela assessoria jurídica do município.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, o presente edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim – SC, 09 de outubro de 2015.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal

ANEXO I

REQUERIMENTO DE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO

À

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Ipumirim-SC

Eu, _____,

na função de: _____,

lotado(a) no(a) _____,

C.I. Nº: _____ e CPF Nº: _____,

através do presente solicito progressão por nova habilitação prevista no Edital SMECE Nº.008/2013 em razão da conclusão de nova habilitação na área específica de atuação, sendo:

☐ Graduação

☐ Curso de pós-graduação – Especialização

☐ Curso de pós-graduação – Mestrado

☐ Curso de pós-graduação – Doutorado

Ipumirim-SC, ____ de _____ de 2015.

Assinatura

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.79.7774 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014/PM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO 79/2014

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2014, do PROCESSO Nº 79/2014, homologado aos 23 de dezembro de 2014, cujo objeto é: aquisição de combustíveis (óleo diesel e gasolina), destinados a frota de máquinas do Município, para o exercício de 2015, conforme especificações anexo ao Edital., para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2014.79.7774 de 23 de dezembro de 2014

FORNECEDOR: SAFRA DIESEL LTDA - MATRIZ, situada na RODOVIA ACESSO A SC 480 Nº 941E, município de CHAPECO-SC, inscrita no CNPJ sob n. 76.578.202/0001-87 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 250.952.459, representado pelo Senhor RENI PERIZZOLO, CPF: 097.840.980-91.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	ÓLEO DIESEL S 10	L	200.000,00	PETROBRÁS DIST. S/A	2,908	581.600,00
Valor Total Regis- trado					R\$ 581.600,00	

A ata retrocitada possui vigência de 12 (doze) meses.

EXTRATOS DAS ATAS DE REG. DE PREÇOS DO PL 56, PP 26-GENEROS ALIMENTÍCIOS-DMER/PM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO 56/2015

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2015, do PROCESSO Nº 56/2015, homologado aos 08 de outubro de 2015, cujo objeto é aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada, destinados ao Departamento de Obras e demais Órgãos da Administração Pública., para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.56.8920

de 09 de outubro de 2015

FORNECEDOR: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, situada na RUA RODRIGUES ALVES Nº 825 D, município de CHAPECÓ -SC, inscrita no CNPJ sob n. 05.919.156/0001-94 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. nº 254.648.533, representado pela Senhora RENATA RAQUEL AHLF, CPF: 005.351.199-92.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
10	SAL GROSSO TEMPERADO 1 KILO	PCT	50,00	2732 SOSAL	1,08	54,06
11	Pepino em conserva	V	150,00	DAJU	5,14	771,57
12	AÇUCAR REFINADO 5 KG	PCT	200,00	1291 ALTO ALEGRE	9,98	1.995,16
14	Óleo de soja lt 900 ml	UN	150,00	2745 COAMO	3,04	455,93
15	Refresco pacote de 350 gramas	PCT	400,00	LEO	2,11	845,60
16	SAL REFINADO IODADO 1KG	KG	60,00	4571 GARCA	0,96	57,87
17	Café Solúvel Granulado vidro de 200 gramas	UN	100,00	1167 AMIGO	8,09	808,58
18	Coador de café Grande Nº 103 cx/30 unidades	CX	100,00	2364 MELITTA	2,51	251,34
19	Farinha de Trigo Especial -pct 5 Kg.	PCT	100,00	2877 GARDENIA	7,55	755,00
20	ARROZ PCT. 5 KG	PCT	50,00	1260 MINUTI-NHO	9,94	496,84
22	Açúcar Cristal pct 5Kg.	PCT	50,00	2637 STA ISABEL	7,98	398,94
24	VINAGRE DE VINHO TINTO 750ML	FR	50,00	1755 CHEMIM	2,18	109,11
Valor Total Registrado					7.000,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.56.9718

de 09 de outubro de 2015

FORNECEDOR: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, situada na RUA OLAVO BILAC Nº 1842E, BAIRRO: JARDIM AMÉRICA, CEP: 89.803-426, Município de Chapecó-SC, inscrita no CNPJ sob n. 07.814.016/0001-87 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 257.183.051, representado pela Senhora IVANOR DE LIMA PINTO, CPF: 017.776.399-05.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
6	Refrigerante 02 litros sabores, laranja, limão e guaraná	L	600,00	SODA LIMO-NADA	3,93	2.359,52
7	Erva Mate, produzido com folhas selecionadas, acondicionado	PCT	1.000,00	CHIRU	9,56	9.557,10
13	CAFÉ TORRADO E MOÍDO - 500G , COM VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA	CX	250,00	MELITA	9,41	2.352,70
21	LEITE LONGA VIDA UHT INTEGRAL, 1000ML. VALIDADE MÍNIMA DE	UN	2.000,00	PIA	1,95	3.908,62
23	CESTA BÁSICA	UN	600,00	NUTRI SC	47,40	28.441,38
25	REFRIGERANTE 2 LITROS SABOR COCA COLA OU PEPSI	UN	300,00	PEPSI COLA	4,44	1.330,68
Valor Total Registrado					47.950,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.56.9756

de 09 de outubro de 2015

FORNECEDOR: FELIPE BIEZUS FRARE EIRELI, situada na AVENIDA DOM PEDRO II, Nº 68, município de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ sob n. 21.369.697/0001-42 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 257.510.710, representado pelo Senhor FELIPE BIEZUS FRARE,

CPF:007.854.789-06.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Pão Francês, com 50g cada, ingredientes: farinha de trigo es	KG	300,00	Bokitus	5,97	1.790,00
2	CARNE BOVINA FILÉ 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO VE	KG	250,00	Friloss	15,14	3.785,91
3	CARNE BOVINA COSTELA 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO	KG	250,00	Friloss	14,20	3.550,78
4	CARNE BOVINA ALCATRA 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO	KG	250,00	Friloss	15,76	3.938,78
5	SALAME DE CARNE SUÍNA COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA	KG	50,00	Afrib	20,22	1.011,15
8	LINGÜIÇA SUÍNA PARA CHURRASCO COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, COM	KG	100,00	Frigolaste	13,64	1.363,87
9	CARNE SUÍNA MISTA 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO KG 100,00 Frigolaste				8,00 799,51	
Valor Total Registrado					16.240,00	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 56, PP 26-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 26/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 56/2015 Data do Processo: 21/09/2015
	Folha: 1/3

OBJETO DA LICITAÇÃO:

aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada, destinados ao Departamento de Obras e demais Órgãos da Administração Pública.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 37/2015 (Sequência: 3)

Ao(s) 7 de Outubro de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 56/2015, Licitação nº 26/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos sete dias do mês de outubro do ano de 2015, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Franco e a servidora Jucilene Goldoni Caliani, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA, SABISA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME e FELIPE BIEZUS FRARE EIRELI - ME. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem os envelopes de proposta e documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez, o Sr. GILMAR GURALSKI procurador da empresa NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME, a Srª CLARICE SALETE ACCADROLI DE BORTOLI representante credenciado da empresa COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA, a Srª JANE BIFFI SABADIN sócia proprietária da empresa SABISA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, o Srº ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS procurador da empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA e o Srº FABIANO BIEZUS FRARE representante credenciado da empresa FELIPE BIEZUS FRARE EIRELI - ME. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de microempresa, somente a empresa COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA não se credencia como microempresa, as demais são optantes. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, todas as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Porém a empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA foi desclassificada no lote 04 item 06, por não atender os requisitos, conforme o anexo III do edital. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

LOTE: 1

Participante: 9756 - FELIPE BIEZUS FRARE EIRELI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Pão Francês, com 50g cada, ingredientes: farinha de trigo especial, sal, açúcar, fermento e gordura vegetal hidrogenada, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 57,4g de carboidrato, 9,3g de proteína e 2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com especificações do produto, informações sobre o fabricante, data de fabricação e prazo de validade, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE)	KG	300,00	Bokitux	0,0000	5,9667	1.790,00

Total do Participante —> 1.790,00

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 26/2015 - PR	
	Processo Administrativo:	
	Processo de Licitação: 56/2015 Data do Processo: 21/09/2015	
Folha: 2/3		

LOTE: 2**Participante: 9756 - FELIPE BIEZUS FRARE EIRELI**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	CARNE BOVINA FILÉ 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM. NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 04 (QUATRO) MESES E DATA DE FABRICAÇÃO MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS	KG	250,00	Friloss	0,0000	15,1436	3.785,91
3	CARNE BOVINA COSTELA 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM. NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 04 (QUATRO) MESES E DATA DE FABRICAÇÃO MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS	KG	250,00	Friloss	0,0000	14,2031	3.550,78
4	CARNE BOVINA ALCATRA 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM. NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 04 (QUATRO) MESES E DATA DE FABRICAÇÃO MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS	KG	250,00	Friloss	0,0000	15,7551	3.938,78
5	SALAME DE CARNE SUÍNA COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, COM PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM, COM PRAZO DE VALIDADE NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 3 MESES.	KG	50,00	Aírib	0,0000	20,2229	1.011,15
8	LINGUIÇA SUÍNA PARA CHURRASCO COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, COM PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM, COM PRAZO DE VALIDADE NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 3 MESES.	KG	100,00	Frigolaste	0,0000	13,6387	1.363,87
9	CARNE SUÍNA MISTA 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM. NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 04 (QUATRO) MESES E DATA DE FABRICAÇÃO MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS	KG	100,00	Frigolaste	0,0000	7,9951	799,51

Total do Participante → 14.450,00

LOTE: 3**Participante: 9718 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
21	LEITE LONGA VIDA UHT INTEGRAL, 1000ML, VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA DE 60 DIAS.	UN	2.000,00	PIA	0,0000	1,9543	3.908,62
23	CESTA BÁSICA- equipada com os seguintes itens 01-pct arroz 05 kg 01-pct Farinha de trigo especial 05 kg 01- Pct açúcar cristal 05 kg 01-pct fubá milho de 02 kg 01-pct Feijão Preto pct 02 kg 01- lata óleo de soja 900 ml 01-vidro café granulado 200 gramas 01- doce de frutas pote de 400 gramas 01- bolacha doce sortida pacote 800 gramas 01-kg sal 01 pct achocolatado 400 gramas	UN	600,00	NUTRI SC	0,0000	47,4023	28.441,38

Total do Participante → 32.350,00

LOTE: 4**Participante: 9718 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	Refrigerante 02 litros sabores, laranja, limão e guaraná	L	600,00	SODA LIMONADA	0,0000	3,9325	2.359,52
7	Erva Mate, produzido com folhas selecionadas, acondicionado em embalagem de 1kg, sem a presença de produtos estranhos, com registro no Ministério da Saúde.	PCT	1.000,00	CHIRU	0,0000	9,5571	9.557,10
13	CAFÉ TORRADO E MOÍDO - 500G, COM VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA DO PRODUTO DE 45 DIAS obs: somente marca melitta	CX	250,00	MELITA	0,0000	9,4108	2.352,70

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 26/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 56/2015 Data do Processo: 21/09/2015
	Folha: 3/3

LOTE: 4**Participante: 9718 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
25	REFRIGERANTE 2 LITROS	UN	300,00	PEPSI COLA	0,0000	4,4356	1.330,68

Total do Participante —————> 15.600,00

LOTE: 5**Participante: 8920 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	SAL GROSSO TEMPERADO 1 KILO	PCT	50,00	2732 SOSAL	0,0000	1,0812	54,06
11	Pepino em conserva	V	150,00	DAJU	0,0000	5,1438	771,57
12	AÇUCAR REFINADO 5 KG	PCT	200,00	1291 ALTO ALEGRE	0,0000	9,9758	1.995,16
14	Óleo de soja Lt 900 ml	UN	150,00	2745 COAMO	0,0000	3,0395	455,93
15	Refresco pacote de 350 gramas	PCT	400,00	LEO	0,0000	2,114	845,60
16	SAL REFINADO IODADO 1KG, COM VÁLIDADE MÍNIMA NA ENTREGA DE 120 DIAS.	KG	60,00	4571 GARCA	0,0000	0,9645	57,87
17	Café Solúvel Granulado vidro de 200 gramas	UN	100,00	1167 AMIGO	0,0000	8,0858	808,58
18	Coador de café Grande Nº 103 cx/30 unidades	CX	100,00	2364 MELITTA	0,0000	2,5134	251,34
19	Farinha de Trigo Especial - pct 5 Kg.	PCT	100,00	2877 GARDENIA	0,0000	7,55	755,00
20	ARROZ PCT. 5 KG	PCT	50,00	1260 MINUTINHO	0,0000	9,9368	496,84
22	Açucar Cristal pct 5Kg.	PCT	50,00	2637 STA ISABEL	0,0000	7,9787	398,94
24	VINAGRE DE VINHO TINTO 750ML, COM VÁLIDADE MÍNIMA NA ENTREGA DE 4 MESES	FR	50,00	1755 CHEMIM	0,0000	2,1822	109,11

Total do Participante —————> 7.000,00

Total Geral —————> 71.190,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 7 de Outubro de 2015

COMISSÃO:

LAUDEIR FRANCIO

- - Pregoeiro(a)

JUCILENE GOLDONI CALIARI

- - Equipe de Apoio

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 9, PP 6-2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 6/2015 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 9/2015 Data do Processo: 23/09/2015
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

aquisição de um veículo novo, destinado ao setor de Vigilância Epidemiológica e Sanitária.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 7/2015 (Sequência: 2)

Ao(s) 8 de Outubro de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 9/2015, Licitação nº 6/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Judilene Goldoni Caliri, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame a empresa: DE MARCO LTDA. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que o representante apresentasse a documentação comprobatória de posse de poderes para representar sua empresa e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Srº JOSÉ PLATINA ROMUALDO procurador da empresa DE MARCO LTDA. Indagado pelo Pregoeiro sobre a opção de Microempresa a empresa acima transcrita não se credencia como Microempresa. Na sequência, foi observada a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, a empresa apresentou a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro a equipe de apoio e o representante legal da licitante presente. Na análise da proposta constatou-se que a empresa apresentou a proposta conforme exigências do presente Edital, estando habilitada para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, sendo que a licitante presente não manifestou interesse na redução dos preços mantendo os valores da proposta inicial, por estar dentro dos limites fixados no Edital, foi classificada. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro a equipe de apoio e o representante legal da licitante presente. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelo participante presente, a parte não manifestou qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro a equipe de apoio e o representante legal da empresa presente ao final da sessão.

Participante: 7393 - DE MARCO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Veículo Sedan, com capacidade para 5 pessoas, ano 2015 e modelo 2016, 4 portas, motor 1.6, , com no mínimo 98 CV a gasolina e 106 CV a álcool, , alarme sonoro de luzes acesas, , freios ABS com EBD, air bag frontal (motorista e passageiro) desembaçador do vidro traseiro, ar condicionado, direção hidráulica com regulagem de altura, computador de bordo, vidro, travas e retrovisores externos elétricos, 3 apoios de cabeça traseiro reguláveis em altura, iluminação interna dianteira, banco do motorista com regulagem de altura, , porta malas de no mínimo 450 litros, revestimento completo do porta malas, tanque de combustível de no mínimo 50 litros, rádio AM/FM/USB, limpador de para-brisa com temporizador, proteção de motor, roda aro15 , garantia de 3 anos ou 100 mil km.	UN	1,00	RENAULT/LOC EXP1.6	0,0000	49.900,00	49.900,00

Total do Participante —————→ 49.900,00

Total Geral —————→ 49.900,00

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 6/2015 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 9/2015 Data do Processo: 23/09/2015
Folha: 2/2	

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 8 de Outubro de 2015

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO - - Pregoeiro(a)
JUCILENE GOLDONI CALIARI - - MEMBRO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 56, PP 26-2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 26/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 56/2015 Data do Processo: 21/09/2015
Folha: 1/3	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 56/2015
b) Licitação Nr.: 26/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 08/10/2015
e) Objeto da Licitação: aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada, destinados ao Departamento de Obras e demais Órgãos da Administração Pública.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)

Unid.	Quantidade	Descdo (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1**FELIPE BIEZUS FRARE FIELEI (9756)**

1	Pão Francês, com 50g cada, ingredientes: farinha de trigo especial, sal, açúcar, fermento e gordura vegetal hidrogenada, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 57,4g de carboidrato, 9,3g de proteína e 2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com especificações do produto, informações sobre o fabricante, data de fabricação e prazo de validade, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE) - Marca: Bokitus	KG	300,00	0,0000	5,9667	1.790,00
Total do Fornecedor:						1.790,00

LOTE: 2**FELIPE BIEZUS FRARE FIELEI (9756)**

2	CARNE BOVINA FILÉ 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM. NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 04 (QUATRO) MESES E DATA DE FABRICAÇÃO MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS - Marca: Fritoss	KG	250,00	0,0000	15,1436	3.785,91
3	CARNE BOVINA COSTELA 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM. NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 04 (QUATRO) MESES E DATA DE FABRICAÇÃO MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS - Marca: Fritoss	KG	250,00	0,0000	14,2031	3.550,78

Ipumirim, 8 de Outubro de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 26/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 56/2015 Data do Processo: 21/09/2015
Folha: 2/3	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LOTE: 2****FELIPE BIEZUS FRARE BIRELI (9756)**

4	CARNE BOVINA ALCATRA 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM. NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 04 (QUATRO) MESES E DATA DE FABRICAÇÃO MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS - Marca: Frikoss	KG	250,00	0,0000	15,7551	3.938,78
5	SALAME DE CARNE SUÍNA COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, COM PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM, COM PRAZO DE VALIDADE NA EMBALAGEM, COM CERTIFICADO SANITÁRIO, NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 3 MESES. - Marca: Afrão	KG	50,00	0,0000	20,2229	1.011,15
8	LINGÜÇA SUÍNA PARA CHURRASCO COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, COM PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM, COM PRAZO DE VALIDADE NA EMBALAGEM, COM CERTIFICADO SANITÁRIO, NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 3 MESES. - Marca: Frigolaste	KG	100,00	0,0000	13,6387	1.363,87
9	CARNE SUÍNA MISTA 1ª (PRIMEIRA) QUALIDADE, COM INSPEÇÃO VETERINÁRIA, PROCEDÊNCIA IMPRESSA NA EMBALAGEM. NA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODERÁ TER VALIDADE INFERIOR A 04 (QUATRO) MESES E DATA DE FABRICAÇÃO MÍNIMA DE 30 (TRINTA) DIAS - Marca: Frigolaste	KG	100,00	0,0000	7,9951	799,51
Total do Fornecedor:						14.450,00

LOTE: 3**NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9718)**

21	LEITE LONGA VIDA UHT INTEGRAL, 1000ML, VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA DE 60 DIAS. - Marca: PIA	UN	2.000,00	0,0000	1,9543	3.908,62
23	CESTA BÁSICA- equipada com os seguintes itens 01-pct arroz 05 kg 01-pct Farinha de trigo especial 05 kg 01- Pct açúcar cristal 05 kg 01-pct fubá milho de 02 kg 01-pct Feijão Preto pct 02 kg 01- lata óleo de soja 900 ml 01-vidro café granulado 200 gramas 01- doce de frutas pote de 400 gramas 01- bolacha doce sortida pacote 800 gramas 01-kg sal 01 pct achocolatado 400 gramas - Marca: NUTRI SC	UN	600,00	0,0000	47,4023	28.441,38
Total do Fornecedor:						32.350,00

LOTE: 4**NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9718)**

6	Refrigerante 02 litros sabores, laranja, limão e guaraná - Marca: SODA LIMONADA	L	600,00	0,0000	3,9325	2.359,52
7	Erva Mate, produzido com folhas selecionadas, acondicionado em embalagem de 1kg, sem a presença de produtos estranhos, com registro no Ministério da Saúde. - Marca: CHIRU	PCT	1.000,00	0,0000	9,5571	9.557,10
13	CAFÉ TORRADO E MOÍDO - 500G - COM VALIDADE MÍNIMA NA ENTREGA DO PRODUTO DE 45 DIAS obs: somente marca melitta - Marca: MELITA	CX	250,00	0,0000	9,4108	2.352,70

Ipumirim, 8 de Outubro de 2015.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

 CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 26/2015 - PR

 Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 56/2015
 Data do Processo: 21/09/2015

Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LOTE: 4**NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (9718)**

25	REFRIGERANTE 2 LITROS SABOR COCA COLA OU PEPSI - Marca: PEPSI COLA	UN	300,00	0,0000	4,4356	1.330,68
----	---	----	--------	--------	--------	----------

Total do Fornecedor: 15.600,00
LOTE: 5**AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (8920)**

10	SAL GROSSO TEMPERADO 1 KILO - Marca: 2732 SOSAL	PCT	50,00	0,0000	1,0812	54,06
11	Pepino em conserva - Marca: DAJU	V	150,00	0,0000	5,1438	771,57
12	AÇÚCAR REFINADO 5 KG - Marca: 1291 ALTO ALEGRE	PCT	200,00	0,0000	9,9758	1.995,16
14	Óleo de soja Lt 900 ml - Marca: 2745 COAMO	UN	150,00	0,0000	3,0395	455,93
15	Refresco pacote de 350 gramas - Marca: LEO	PCT	400,00	0,0000	2,114	845,60
16	SAL REFINADO IODADO 1KG, COM VÁLIDADE MÍNIMA NA ENTREGA DE 120 DIAS. - Marca: 4571 GARÇA	KG	60,00	0,0000	0,9645	57,87
17	Café Solúvel Granulado vidro de 200 gramas - Marca: 1167 AMIGO	UN	100,00	0,0000	8,0858	808,58
18	Coador de café Grande Nº 103 cx/30 unidades - Marca: 2364 MELITTA	CX	100,00	0,0000	2,5134	251,34
19	Farinha de Trigo Especial - pct 5 Kg. - Marca: 2877 GARDENIA	PCT	100,00	0,0000	7,55	755,00
20	ARROZ PCT. 5 KG - Marca: 1260 MINUTINHO	PCT	50,00	0,0000	9,9368	496,84
22	Açúcar Cristal pct 5Kg. - Marca: 2637 STA ISABEL	PCT	50,00	0,0000	7,9787	398,94
24	VINAGRE DE VINHO TINTO 750ML, COM VÁLIDADE MÍNIMA NA ENTREGA DE 4 MESES - Marca: 1755 CHEMIM	FR	50,00	0,0000	2,1822	109,11

Total do Fornecedor: 7.000,00
Total Geral: 71.190,00

Ipumirim, 8 de Outubro de 2015.

 VALDIR ZANELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 9, PP 6-2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 6/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 9/2015 Data do Processo: 23/09/2015
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestor Do Fundo Municipal De Saúde, JACIR LIRIO BONISSONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 9/2015
b) Licitação Nr.: 6/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 09/10/2015
e) Objeto da Licitação aquisição de um veículo novo, destinado ao setor de Vigilância Epidemiológica e Sanitária.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

	Unid.	Quantidade	Descdo (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

DE MARCO LTDA (7393)

1 Veículo Sedan, com capacidade para 5 pessoas, ano 2015 e modelo 2016, 4 portas, motor 1.6, com no mínimo 98 CV a gasolina e 106 CV a álcool, alarme sonoro de luzes acesas, freios ABS com EBD, air bag frontal (motorista e passageiro) desembaçador do vidro traseiro, ar condicionado, direção hidráulica com regulagem de altura, computador de bordo, vidro, travas e retrovisores externos elétricos, 3 apoios de cabeça traseiro reguláveis em altura, iluminação interna dianteira, banco do motorista com regulagem de altura, porta malas de no mínimo 450 litros, revestimento completo do porta malas, tanque de combustível de no mínimo 50 litros, rádio AM/FM/USB, limpador de para-brisa com temporizador, proteção de motor, roda aro 15, garantia de 3 anos ou 100 mil km. - Marca: RENAULT/LOGAN EXP1.6	UN	1,00	0,0000	49.900,00	49.900,00
--	----	------	--------	-----------	-----------

Total do Fornecedor: 49.900,00

Total Geral: 49.900,00

Ipumirim, 9 de Outubro de 2015.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 2556/2015 ESTABELECE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2556/2015

Data: 07 de outubro de 2015.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais nos dias 28, 29 e 30 de outubro de 2015 devido às festividades em comemoração ao dia do servidor público.

Art. 2º Os departamentos que executem serviços considerados essenciais obedecerão escala de trabalho estipulada pelas respectivas chefias.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 07 de outubro 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2557/2015 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL nº 2557/2015

Data: 07 de outubro de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 43, inciso III da Lei federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, artigo 5º da Lei Municipal nº 559/2014 – LOA 2015 e Lei Municipal nº 614/2015, de 07 de outubro de 2015,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional especial por anulação de dotação, perfazendo o montante de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), conforme segue:

Suplementação

18.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

18.01 FMI – Fundo Municipal do Idoso

0802410005.2171 Manutenção do FMI

33390 Aplicações Diretas (497) FR 10000 R\$ 1.000,00

Anulação

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

0802410005.2126 Manutenção do Centro de Convivência do Idoso

33390 Aplicações Diretas (241) FR 10000

..... R\$ 1.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 07 de outubro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 612/2015 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES.

LEI MUNICIPAL Nº 612/2015

Data: 07 de outubro de 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR anulações de dotações.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares por anulações de dotações, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme abaixo:

Suplementações

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

00802440005.2143 Folha de Pagamento do FMAS

33190 Aplicações Diretas (490) DR 63501

..... R\$ 25.900,00

33190 Aplicações Diretas (491) DR 63502

..... R\$ 36.615,00

Total das Suplementações R\$ 62.515,00

Anulações

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

00802440005.2123 Manutenção do CRAS

33390 Aplicações Diretas (410) DR 63502

..... R\$ 36.615,00

00802440005.2130 Programa ação Direta com as Famílias - PAIF

33390 Aplicações Diretas (408) DR 63501

..... R\$ 25.900,00

Total das Anulações R\$ 62.515,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 29 de setembro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 613/2015 DENOMINA VIA PÚBLICA: "PROFESSORA PATRÍCIA BRAGA PACHECO" NO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

LEI MUNICIPAL Nº 613/2015

Data: 07 de outubro de 2015

DENOMINA VIA PÚBLICA: "PROFESSORA PATRÍCIA BRAGA PACHECO" NO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada a seguinte via pública: "Professora Patrícia Braga Pacheco", circunscrita na Rua 1780, iniciando entre

as quadra 01 e 02 do Balneário Mariluz (22), junto ao mar, com coordenadas geográficas 48° 35' 57" O, em uma distância de 920 m, passando pelo Balneário Nascimento (23) até as quadras 59 e 60 do Balneário Mariluz (22).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a data da sua publicação.

Itapoá (SC), 07 de outubro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 614/2015 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

LEI MUNICIPAL Nº 614/2015

Data: 07 de outubro de 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR anulação de dotação.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional especial por anulação de dotação, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, e art. 5º da Lei Municipal nº 559/2014 – LOA 2015, conforme abaixo:

Suplementação

18.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

18.01 FMI – Fundo Municipal do Idoso

0802410005.2171 Manutenção do FMI

33390 Aplicações Diretas (497) FR 10000
..... R\$ 1.000,00

Anulação

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

0802410005.2126 Manutenção do Centro de Convivência do Idoso

33390 Aplicações Diretas (241) FR 10000
..... R\$ 1.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 07 de outubro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 615/2015 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES.

LEI MUNICIPAL Nº 615/2015

Data: 07 de outubro de 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR anulações de dotações.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulações de dotações, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, e conforme abaixo:

Suplementação

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

00802430005.2124 Manutenção do Abrigo Provisório

33390 Aplicações Diretas (239) FR 10000
..... R\$ 14.850,00

Anulações

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

00802440005.1043 Construção Cozinha Industrial

34490 Aplicações Diretas (246) FR 10000
..... R\$ 9.000,00

00802440005.2132 Programa de Medida Sócia Educativa - PMSE

33390 Aplicações Diretas (245) FR 10000
..... R\$ 5.850,00

Total das Anulações
..... R\$ 14.850,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 07 de outubro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 616/2015 DENOMINA VIAS PÚBLICAS: "RUA LEONIDES POMMER, RUA HERMÍNIO DAGNONI, RUA MAX CLEY DEFENDI, RUA SÃO JOÃO MARIA VIANNEY, RUA JOAQUIM LEAL GOMES, RUA ANGRA DOS REIS E RUA SÃO LOURENÇO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEI MUNICIPAL Nº 616/2015

Data: 07 de outubro de 2015

Denomina vias públicas: "rua leonides pommer, rua hermínio dagnoni, rua max cley DEFENDI, rua são joão maria vianney, rua joaquim leal gomes, rua angra dos reis E rua são lourenço, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada a seguinte via pública: "Rua Leonides Pommer", localizada entre a quadra 05 do Balneário Volta ao Mundo I e a quadra 25 do Gleba II.

Art. 2º Fica denominada a seguinte via pública: "Rua Hermínio Dagnoni", localizada entre os lotes 165/167 do Gleba I até as quadras 23/25 do balneário Nossa Senhora Aparecida.

Art. 3º Fica denominada a seguinte via pública: "Rua Max Cley Defendi", localizada entre as quadras 06/09 do balneário Brasília até os lotes 312/313 do gleba I .

Art. 4º Fica denominada a seguinte via pública: "Rua São João Maria Vianney", localizada entre a quadra 13 do balneário Cambijú até o lote 17 da quadra 70 do Gleba I.

Art. 5º Fica denominada a seguinte via pública: "Rua Joaquim Leal Gomes", localizada entre as quadras 55/60 do balneário Brasília até os lotes 20/21 da quadra 75 do Gleba II.

Art. 6º Fica denominada a seguinte via pública: "Rua Angra dos reis", localizada entre as quadras 07/08 até as quadras 52/53 do Gleba II.

Art. 7º Fica denominada a seguinte via pública: "São Lourenço", localizada entre a rua 760 até as quadras 34/35 do Gleba II.

Art. 8º Fica alterado o "ITEM 3" do Artigo 1º da Lei Municipal nº 409/2012, que passará a vigorar com a seguinte redação:

3. Rua Marcelo Euzébio de Souza: começa na Rua 760 até as quadras 85/86 do Gleba II.

Art. 9º Fica alterado o "ITEM 26" do Artigo 1º da Lei Municipal nº 409/2012, que passará a vigorar com a seguinte redação:

26. Travessa Alexandre Soares Gomes: entre os lotes 13/20 até os lotes 16/17 da quadra 51 do Gleba II.

Art. 10 Fica alterado o "ITEM 29" do Artigo 1º da Lei Municipal nº 409/2012, que passará a vigorar com a seguinte redação:

29. Travessa Irineu E. Brontemburg: entre os lotes 09/16 até os lotes 12/13 da quadra 72 do Gleba II.

Art. 11 Fica alterado o "ITEM 30" do Artigo 1º da Lei Municipal nº 409/2012, que passará a vigorar com a seguinte redação:

30. Travessa Nossa Senhora da Conceição: entre os lotes 02/09 até os lotes 05/06 da quadra 72 do Gleba II.

Art. 12 Fica alterado o "ITEM 37" do Artigo 1º da Lei Municipal nº 409/2012, que passará a vigorar com a seguinte redação:

37. Travessa Agenor Nasário Lima: entre os lotes 17/18 até os lotes 29/30 da quadra 24 do Gleba II.

Art. 13 Ficam revogadas as Leis Municipais nº 103/1995, nº 234/2000, nº 252/2000, nº 40/2001, nº 47/2005, nº 271/2009 e o artigo 1º da Lei Municipal nº 47/1997.

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 07 de outubro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Jacinto Machado

PREFEITURA

DECRETO Nº 86, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 86, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, da Lei nº 760 de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), como segue:

ORGÃO: 03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

UNIDADE: 01 – DIRETORIA GERAL DA ADM. E PLANEJAMENTO

ATIVIDADE: 2.005 – Manutenção dos Serv., Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: (10) – 3.3.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas... R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 60.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

ORGÃO: 03 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

UNIDADE: 01 – DIRETORIA GERAL DA ADM. E PLANEJAMENTO

ATIVIDADE: 2.005 – Manutenção dos Serv., Administrativos e de Planejamento

Modalidade de Aplicação: (09) – 3.3.50.00.00.00.0080 – Transf. a Inst. Priv. Sem fins Luc. R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 60.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado, 24 de setembro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.837 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.837 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social-FMAS:

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Proj./Atividade: 2.019 – MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 (24)

Valor: R\$ 70.000,00

Órgão: 21 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Proj./Atividade: 1.024 – CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS POPULARES

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 (185)

Valor: R\$ 80.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações apontadas no artigo 1º, serão provenientes da anulação das seguintes dotações:

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Proj./Atividade: 1.078 – AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA AREA SOCIAL

Modalidade Aplicação: 4.5.90.00.00.00.00.00.0.1.0035.0 (4)

Valor: R\$ 150.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 09 de outubro de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

LEI Nº 3.638 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI Nº 3.638 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social-FMAS:

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Proj./Atividade: 2.019 – MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 (24)

Valor: R\$ 70.000,00

Órgão: 21 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Proj./Atividade: 1.024 – CONSTRUÇÃO E REFORMA DE UNIDADES HABITACIONAIS POPULARES

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 (185)

Valor: R\$ 80.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações apontadas no artigo 1º, serão provenientes da anulação das seguintes dotações:

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Proj./Atividade: 1.078 – AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA AREA SOCIAL

Modalidade Aplicação: 4.5.90.00.00.00.00.00.0.1.0035.0 (4)

Valor: R\$ 150.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, em 09 de outubro de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

PORTARIA N.º 4735

PORTARIA Nº 4.735 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) FABIANO GRANDO POLETTO, Fiscal de Tributos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Gestão Financeira, referente ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 13 de outubro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 13 de outubro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 08 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4736

PORTARIA Nº 4.736 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) CLAUDIA MARIA SIMIONI, Terapeuta Oriental, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de 22 de abril de 2012 a 21 de abril de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 13 de outubro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 13 de outubro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 08 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4737

PORTARIA Nº 4.737 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) TATIANE MARATEU BORGES, Fiscal de Tributos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Gestão Financeira, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 26 de outubro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 26 de outubro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 08 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4738

PORTARIA Nº 4.738 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015

“CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º INSTAURAR “Processo Administrativo”, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure penalidade pelo não cumprimento dos prazos do contrato firmado por parte da empresa CONSTRULACER – Comercio e Construções Lacerdópolis Ltda, conforme memorando da Secretaria Municipal de Saúde sob n.º 624o setor de compras do Município e parecer jurídico.

2º DESIGNAR os servidores, ROSANGELA PELICIELLI, JULIO CESAR BISSANI e SULANY DE FATIMA B. WELTER, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4739

PORTARIA Nº 4.739 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015

“RETIFICA PORTARIA QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 109 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR PORTARIA N.º 2.780/2015 na qual CONCEDE a (o) Servidor (a) Sr.(a) CLAUDIA MARIA AMORIN, Técnico de Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 21 de julho de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Onde lê-se: 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias), Leia-se: 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias).

Art. 1º RETIFICAR PORTARIA N.º 4.501/2015 na qual CONCEDE a (o) Servidor (a) Sr.(a) CLAUDIA MARIA AMORIN, Técnico de Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando nº 437/2015 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 20 de julho de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Onde lê-se: 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias), Leia-se: 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias).

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 08 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4740

PORTARIA Nº 4.740 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015

“EXONERA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. EXONERAR, o (a) Sr. (a) CHEILA SACCHETTI, Diretor Pedagógico, nível CC-2, com lotação vinculada a Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 06 de outubro de 2015, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 08 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4741

PORTARIA Nº 4.741 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015

“NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) CHEILA SACCHETTI, Diretor Administrativo, nível CC-2, com lotação vinculada a Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 06 de outubro de 2015, obedecido o

disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 08 de outubro de 2015
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4742

PORTARIA Nº 4.742 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) MAIARA LAYS MOROSINI, Cirurgião Dentista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando 623/2015 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 17 de setembro de 2012 a 16 de setembro de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 19 de outubro de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de outubro de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 09 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

RESOLUÇÃO 002/2015 - IMPRES

RESOLUÇÃO 002/2015

“FIXA VALOR DE GRATIFICAÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA DO IMPRES, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA APARECIDA BORCHERS, Presidente do Conselho de Administração do IMPRES, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando a alteração da lei 99/2005
RESOLVE:

Art. 1º - Fixar o valor das Gratificações dos Membros da Diretoria Executiva do IMPRES, de acordo com o Artigo 76, § 4º da Lei Complementar nº 099 de 24 de junho de 2005, a seguir identificadas:

SECRETARIO: R\$: 934,80 (novecentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos);

CONTADOR: R\$: 934,80 (novecentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos).

Art. 2º - A partir da data da publicação desta resolução, os reajustes a serem concedidos às gratificações de que trata o art. 1º, dar-se-ão sempre na mesma data e mesmos percentuais aos concedidos pela municipalidade aos seus servidores.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Joaçaba, 07 de outubro de 2015

SONIA APARECIDA BORCHERS

Presidente Conselho de Administração - IMPRES

RESULTADO FINAL - EDITAL Nº 01/2015/SME

RESULTADO FINAL - EDITAL Nº 01/2015/SME

PROCESSO DE REMOÇÃO DESTINADO AOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

PREFEITO DE JOAÇABA, Rafael Laske, no uso de suas atribuições legais, torna público o Resultado Final do Processo de Remoção destinado aos professores da Rede Municipal de Ensino:

1 - Consta no ANEXO I a classificação final do Processo de Remoção destinado aos Professores da Rede Municipal de Ensino.

2 - Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital, que será afixado no mural da Prefeitura Municipal, na Imprensa Oficial do Município e no site www.joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 13 de outubro de 2015.

Rafael Laske

Prefeito Municipal

ANEXO I

CENTRO EDUCACIONAL FREI BRUNO

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano	40h	1º	Patrícia Terezinha Martinazzo dos Santos
Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano	20h	Não houve inscrições.	-
Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano	20h	Não houve inscrições.	-
Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano	20h	Não houve inscrições.	-
Língua Portuguesa	40h	Não houve inscrições.	-
Matemática	40h	1º	Cristiane Turra
Ciências	20h	Não houve inscrições.	-
Geografia	20h	Desclassificado	Waldemar Ronssem Junior
História	20h	1º	Marisete Machado Zagonel
Arte	30h	Não houve inscrições.	-
Informática	40h	Não houve inscrições.	-
Ensino Fundamental – Sala AEE	40h	1º 2º	Liane Orsatto Perosa Marivete Pires
Inglês	20h	Não houve inscrições.	-
Educação Infantil	40h	Não houve inscrições.	-

CENTRO EDUCACIONAL ROBERTO TROMPOWSKY

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Dança	20h	1º	Julio Cezar Alberguini

ESCOLA MUNICIPAL ANITA LOPES VIEIRA

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Educação Física	20h	Não houve inscritos.	-
Educação Infantil	40h	Não houve inscritos.	-

ESCOLA MUNICIPAL FRIDA REGENSBURG

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Educação Física	20h	Não houve inscritos.	-
Arte	10h	Não houve inscritos.	-
Educação Infantil	40h	1º	Vera Lucia R. Wolff

ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DE LOURDES

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Arte	20h	Não houve inscritos.	-

ESCOLA MUNICIPAL ROTARY FRITZ LUCHT

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Informática	40h	Não houve inscritos.	-
Geografia	40h	Não houve inscritos.	-

História	40h	Não houve inscritos.	-
Educação Infantil	40h	Não houve inscritos.	-

NUPERAJO

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Informática	40h	Não houve inscritos.	-
Educação Infantil	40h	Não houve inscritos.	-

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CLARA ZOMKOWSKI, CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANZOLIN E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RITA COSTENARO PETRY

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Educação Física	40h	Não houve inscritos.	-

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNDO ENCANTADO

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Educação Infantil	40h	Não houve inscritos.	-

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANZOLIN

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Educação Infantil	40h	1º 2º	Regina Alves P. Bernardini Lea Gabriel Pires Dias

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MENINO DEUS

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Educação Infantil	40h	1º	Ruth Specht

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NOSSA SENHORA DE LOURDES

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Educação Infantil	40h	1º 2º 3º	Debora Maria C. Tonet Patricia Pelisser Fatima A. Antunes Rodrigues

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RITA PETRY

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Educação Infantil	40h	Desclassificado	Francieli Caricimo Lago

CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TEMPO DE APRENDER

HABILITAÇÃO	Carga Horária	Classificação	Nome
Educação Infantil	40h	Não houve inscritos.	-

IMPRES

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 06/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2015/IMPRES

Inexigibilidade de Licitação 01/2015/IMPRES

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC.

CONTRATADA: WF BORGES JUNIOR ME.

OBJETO: Prestação, pela contratada, de serviços técnicos especializados em assessoria na utilização do sistema SIPREV, com suporte on-line e presencial, intermediação junto ao MPS, orientação de Censo Previdenciário e armazenamento de dados.

VALOR CONTRATADO: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.085 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO IMPRES

2 – 3.3.90.00.00.00.00.01.0104 – Aplicações Diretas.

VIGÊNCIA: Da emissão do contrato até 31/12/2015..

DATA DE ASSINATURA: 13/08/2015.

FISCAL DO CONTRATO: Tatiana Beal Dariva Comin

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora-Presidente IMPRES

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 271/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 271/2015 DE 13/10/2015

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar o servidor Wilian Sartor Sganzerla, brasileiro, inscrito no CPF 047.032.169-57, residente e domiciliado em Joaçaba, ocupante do cargo de Engenheiro, Padrão-8, Nível-1, Referência-C para responder pela Função de confiança de Gerente de Perdas, Cadastro e Infra Estrutura do SIMAE, cumulativamente com as atribuições de seu cargo, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, com o índice estabelecido pelo ANEXO IV da LC nº 193/10, e de acordo com Art. 16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/2010.

Art. 2º- Revogar a designação da função de Condutor de Viatura do SIMAE, conforme Portaria JHL 110/2015 de 20.05.2015.

Art. 3º- De acordo com as atribuições mencionadas no Item VII, do ANEXO VI, da referida LC 193/10, o servidor terá como atribuições planejar, implementar, controlar e avaliar todos os trabalhos de Perdas, Cadastro e Infra Estrutura, atendendo aos seguintes objetivos:

- Assessorar os superiores hierárquicos no exercício de suas funções e atribuições e executar e coordenar a implementação das diretrizes deles emanadas;
- Distribuir tarefas aos servidores lotados no setor sob sua responsabilidade, dando assistência e orientação, objetivando a busca da eficiência;
- Cumprir e fazer cumprir as normas sobre higiene, segurança de trabalho, limpeza e ordem nos locais de trabalho, assim como conservação de materiais, utensílios e equipamentos utilizados;
- Fazer cumprir as normas de proteção individual dos servidores, mediante o uso de equipamentos e tomada das cautelas recomendáveis;
- Cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente ao seu setor e no que lhe diz respeito, as demais legislações relativas a recursos humanos, tais como Estatuto dos Servidores Públicos, Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos, Regime Próprio de Previdência (IMPRES) e Plano de Saúde (PLASS);
- Requisitar materiais, utensílios e equipamentos necessários ao andamento normal dos serviços, recebendo, conferindo e dando o aceite final;
- Prestar informações aos superiores hierárquicos, sobre o desenvolvimento do trabalho de equipes sob sua chefia;
- Promover e coordenar treinamentos dos servidores sob sua chefia;
- Elaborar planos de trabalho e relatórios das atividades do setor;
- Organizar escalas de trabalho de plantão ou sobreaviso do seu setor, de acordo com as necessidades;
- Discutir com as equipes subordinadas problemas administrativos, técnicos, operacionais e de condições de trabalho, buscando aperfeiçoamento e/ou correções;
- Avaliar o desempenho dos servidores sob sua responsabilidade, propondo medidas administrativas, visando a superação de dificuldades;
- Manter unidade e coesão de equipes subordinadas e desempenhar atividades correlatas às suas funções;
- No interesse do SIMAE, conduzir veículos da Autarquia, quando habilitado e necessário para o exercício da função;
- Executar outras tarefas inerentes à função, estabelecidas pela administração do SIMAE.

Art. 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 13 de Outubro de 2015.

Aluir Flemming
Diretor Presidente

HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 0006/2015 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 6/2015 - TP Processo Administrativo: 34/2015 Processo de Licitação: 34/2015 Data do Processo: 01/07/2015
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Aluir Flemming, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 34/2015
b) Licitação Nr.: 6/2015-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 09/10/2015
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE CFTV IP PARA O SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

CORINGA COM E REPRES. DE EQUI.ELETR.DE SEGURANCA L (8332)

1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE CIRCUITO FECHADO DE TV DIGITAL IP (CFTV IP), COMPREENDENDO FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS E SERVIÇOS, A SEREM REALIZADOS NAS DEPENDÊNCIAS DA SEDE ADMINISTRATIVA DO SIMAE, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA), ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE HERVAL D'OESTE (ETE-H.O) E GARAGEM DO SIMAE. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: CORINGA	SV	1,00	0,0000	194.100,00	194.100,00
--	----	------	--------	------------	------------

Total do Fornecedor: 194.100,00
Total Geral: 194.100,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.060.4.4.90.00.00.00.00 (31) Saldo: 347.041,18

Aluir Flemming - Diretor Presidente

Lages

PREFEITURA

EXTRATO ARP 08/2015 PP 101 PML JZAGO

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2015

PROCESSO Nº 222/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Material de Construção para Reparos em Diversos Departamentos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLAUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 101/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 25.259,92 (vinte e cinco mil duzentos e cinquenta e nove reais e noventa e dois centavos), sendo: JZAGO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA INSCRITA NO CNPJ SOB N.º 08.093.667/0001-98, COM SEDE A AVENIDA DUQUE DE CAXIAS, 1174 – BAIRRO FREI ROGÉRIO – CEP 88508-001 – LAGES/SC

Lages/SC 27 de Agosto de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 08/2015 PP 101 PML NERA

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2015

PROCESSO Nº 222/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Material de Construção para Reparos em Diversos Departamentos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLAUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 101/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 14.036,80 (catorze mil e trinta e seis reais e oitenta centavos), sendo:

NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB N.º 13.192.721/0001-92, COM SEDE ESTRADA GERAL RIBEIRÃO DOS REIS, BAIRRO INTERIOR, CEP 89180-000 – RIO DO OESTE/SC

Lages/SC 27 de Agosto de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 08/2015 PP 101 PML MATHEUS

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2015

PROCESSO Nº 222/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Material de Construção para Reparos em Diversos Departamentos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLAUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 101/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 5.715,00 (cinco mil setecentos e quinze reais), sendo:

MATHEUS VIEIRA ZAGO EPP

CNPJ: 10.515.077/0001-58

RUA NILO PEÇANHA, S/N.º - BAIRRO FREI ROGÉRIO – LAGES/SC

CEP: 88508-500

Lages/SC 27 de Agosto de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 08/2015 PP 101 PML ZAGO

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2015

PROCESSO Nº 222/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Material de Construção para Reparos em Diversos Departamentos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLAUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (dose) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLAUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 101/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 20.597,10 (vinte mil quinhentos e noventa e sete reais e dez centavos), sendo:

ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA INSCRITA NO CNPJ SOB N.º 08.208.387/0001-88, COM ENDEREÇO A PRAÇA VIDAL RAMOS,86 - CENTRO – CEP 88.502-005 – LAGES/SC

Lages/SC 27 de Agosto de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 09/2015 PP 104/2015 PML DAIANA VOGEL

O MUNICÍPIO DE LGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2015

PROCESSO Nº 224/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Implementos Agrícolas para Renovação da Frota da Secretaria da Agricultura, para Atendimento dos Agricultores do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato..

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 104/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 6.485,00 (seis mil quatrocentos e oitenta e cinco reais), sendo:

DAIANA VOGEL ZIMMERMANN EIRELI – CNPJ 15.823.601/0001-71 – ESTRADA SÃO PEDRO SALA 01 – BAIRRO MORRO SÃO PEDRO – CEP 95.765-000 – BOM PRINCÍPIO/RS

Lages/SC 02 de outubro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 09/2015 PP 104/2015 PML PICAPAU

O MUNICÍPIO DE LGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2015

PROCESSO Nº 224/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Implementos Agrícolas para Renovação da Frota da Secretaria da Agricultura, para Atendimento dos Agricultores do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato..

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 104/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais), sendo:

CASA DO PICA-PAU LTDA – EPP – CNPJ 04.742.267/0001-05 – AV FELIPE SCHMIDT, 995 – CENTRO – CEP 88.750-000 – BRAÇO DO NORTE

Lages/SC 02 de outubro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 09/2015 PP 104/2015 PML DIMAQUINAS

O MUNICÍPIO DE LGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2015

PROCESSO Nº 224/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Implementos Agrícolas para Renovação da Frota da Secretaria da Agricultura, para Atendimento dos Agricultores do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato..

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 104/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 11.965,00 (onze mil reais novecentos e sessenta e cinco reais), sendo:

DIMÁQUINAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ 02.464.226/0001-79 – AV. PRESIDENTE VARGAS, 454 – CEP 95.320-000 – NOVA PRATA/RS

Lages/SC 02 de outubro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 09/2015 PP 104/2015 PMLMET FREITAS

O MUNICÍPIO DE LGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2015

PROCESSO Nº 224/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Implementos Agrícolas para Renovação da Frota da Secretaria da Agricultura, para Atendimento dos Agricultores do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato..

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 104/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 9.71,00 (nove mil setecentos e dez reais), sendo:

METALURGICA FREITAS LTDA – EPP – CNPJ 05.852.250/0001-73 – RUA SÃO JOÃO, 1699 – CENTRO – CEP 95.920-000 – BOQUEIRÃO DO LEÃO/RS

Lages/SC 02 de outubro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO CONTRATO 110/2015 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 110/2015 SMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: ELI LILLY DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ: 43.940.618/0001-44 com sede a Av. Morumbi, 8264, – Brooklin – CEP 04.703-002 – São Paulo/SP.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 68/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 40/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos Judiciais e Injetáveis da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante deste Edital

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) .

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, da solicitação da SMS;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, até 31/12/2015;

2.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da assinatura do contrato até 31/12/2015.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 26.308,95 (vinte e seis mil trezentos e oito reais e noventa e cinco centavos).

Lages, 16 de setembro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 111/2015 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 111/2015 SMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ: 04.355.394/0001-51 com sede a Rua José Ferreira de Barros, 89, – Vila Fanny – CEP 81.030-320 – Curitiba/PR.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 68/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 40/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos Judiciais e Injetáveis da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante deste Edital

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) .

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, da solicitação da SMS;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, até 31/12/2015;

2.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da assinatura do contrato até 31/12/2015.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme solicitação da Secretaria Requisitante CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 19.307,40 (dezenove mil trezentos e sete reais e

quarenta centavos).

Lages, 16 de setembro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 15/2015 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 15/2015 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: BURIGO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA inscrita no CNPJ sob n.º 95.762.027/0001-28, estabelecida a Rua Ricardo Pagani, 50 - CEP 88.509-530 – Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 28/2015, correlato a Tomada de Preço nº 01/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Pavimentação do Estacionamento do CRAS – Conta Dinheiro, sito à Avenida Luiz de Camões, nesta cidade, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, em até 30(trinta) dias, a contar da data da assinatura da Ordem de Serviço;

2.3 De Entrega, em 05 (cinco) dias da conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado endereçado à Secretaria de Infraestrutura, aos cuidados do Responsável Técnico pelo acompanhamento e fiscalização.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 58.731,23 (cinquenta e oito mil setecentos e trinta e um reais e vinte e três centavos)

Lages, 01 de outubro de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 403/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 403/2015PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DA FAZENDA, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: AS CONSTRUTORA LTDA inscrita no CNPJ n.º 00.434.177/0001-04, com sede a Rua frei Rogério, 11 – AP 1002 – Centro – Lages/SC - CEP: 88.502-160.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 230/2015, correlato a Tomada de Preço nº 28/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Pavimentação e Drenagem Urbana da Rua João Severiano Waltrick, nesta cidade, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, em até 06 (seis) meses, a contar da data da assinatura da Ordem de Serviço;

2.3 De Entrega, em 05 (cinco) dias da conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado endereçado à Secretaria de Infraestrutura, aos cuidados do Responsável Técnico pelo acompanhamento e fiscalização CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 139.981,25 (cento e trinta e nove mil novecentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos)

Lages, 07 de outubro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 67/2015 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 67/2015 - SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADO: EDEAL USINAGEM LTDA, inscrita no CNPJ n.12.480.799/0001-40, com sede a Rua Dr. Blumenau, 4266 Fundos Bloco C – Encano – Indaial/SC – CEP 89.130-000

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 43/2015, correlato o Pregão Presencial 25/201515.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Elos de Esteira e Emendas para a Manutenção Corretiva das Correias da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) Caça e Tiro, nesta cidade, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), incluindo o descarregamento em até 55 (cinquenta e cinco) dias a contar da(s) solicitação(s), na Secretaria Municipal de Águas e Saneamento SEMASA, Av 1º de Maio, nº 1700, B: Popular.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais).

Lages, 04 de setembro de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal (SEMASA)

EXTRATO CONTRATO 68/2015 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 68/2015 - SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADO: KRIEGER METALURGICA INDUSTRIAL E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ n.83.842.393/0001-08, com sede a Rua Rua Pomerode, 1201 Salto do Norte – Blumenau/SC – CEP 89.065-300

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 50/2015, correlato a Concorrência Pública 02/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Fornecimento, Instalação, Assistência Técnica e início de operação de um Sistema de Aeração para ETE (Estação de Tratamento de Esgoto), Bairro Araucária Lages/SC, em consonância com as prescrições especificadas nos Anexos e Mapas, copiados e disponibilizados em CD-ROM, que passam a fazer parte integrante do Edital Correlato

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

1.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura da Ordem de Serviço;

2.3 De Entrega, em até 15(quinze) dias da comunicação escrita da conclusão da obra e dos serviços pelo contratado.

2.5 De Recebimento Definitivo, no decurso de 90 (noventa) dias corridos, contados data da comunicação escrita do Contratado, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após transcorrido o prazo de observação e de vistoria, que comprove a adequação do objeto. Durante este período, o Contratado terá sob sua responsabilidade, o prefeito funcionamento das instalações por ele construídas, qualquer falha construtiva ou de funcionamento, deverá ser prontamente reparada pelo contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 4.995.800,00 (quatro milhões novecentos e noventa e cinco mil e oitocentos reais).

Lages, 01 de Outubro de 2015

Benjamin Schultz

Secretário Municipal (SEMASA)

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.500/15

DECRETO Nº 4.500 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 68 da Lei Orgânica do Município e, na Lei 1.843/15,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional especial, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Laguna, readequando a dotação orçamentária no valor de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Poder Executivo.

Unidade: 05 – Secretaria de Saúde e Promoção Social

Proj/Ativ: 1.086 Aquisição de Veículo.

Elemento da Despesa:

79 – 4.4.90.52.00.00.00.00.01.0064 – Equipamento e Material Permanente

..... R\$ 100.000,00

469 – 4.4.90.52.00.00.00.00.01.0000 – Equipamento e Material Permanente

..... R\$ 35.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), oriundo do provável excesso de arrecadação através de convênio - descentralização nº 2015DC 000880, Processo SES42894/2015 - a ser celebrado entre o Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Laguna e o Município de Laguna, recurso 64 (1.0064 - Transferências de Convênios - Estado/Outros), e o restante de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), correspondente a contrapartida financeira, recurso 80 (1.0000 - Recursos Ordinários), fica utilizado recursos das dotações orçamentárias abaixo identificadas:

Órgão: 09 – Poder Executivo.

Unidade: 05 – Secretaria de Saúde e Promoção Social

Proj/Ativ: 2.037 Assistência aos animais soltos nas vias urbanas

Elemento da Despesa:

80 – 3.3.50.43.00.00.00.00.01.0000 – Subvenções Sociais

..... R\$ 9.479,50

81 – 3.3.90.30.00.00.00.00.01.0000 – Material de Consumo

..... R\$ 5.559,00

82 – 3.3.90.36.00.00.00.00.01.0000 – Outros Serv. Terc. Pessoa FísicaR\$ 15.050,80

83 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 – Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica...R\$ 4.910,70

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.501/15

DECRETO Nº 4.501 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 e transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nas seguintes dotações:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/ Atividade: 2.212 – Gestão SUAS

Elemento da Despesa:

38 - 3.3.90.32.00.00.00.01.0000 - Material de Distribuição Gratuita

..... R\$ 3.000,00

41 - 3.3.90.36.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

..... R\$ 1.000,00

44 - 3.3.90.39.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

..... R\$ 6.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor, da seguinte dotação:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/ Atividade: 2.212 – Gestão SUAS

Elemento da Despesa:

35 - 3.3.90.14.00.00.00.01.0000 - Diárias - Civil

..... R\$ 3.000,00

35 - 3.3.90.30.00.00.00.01.0000 - Material de Consumo

..... R\$ 7.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.502/15

DECRETO Nº 4.502 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

“ACRESCENTA OS §§ 1º, 2º, 3º E 4º AO ART. 3º DO DECRETO Nº 4.491/15”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 68 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o requerimento objeto do Processo Administrativo nº 5.489/15, no qual a empresa Cajedora Administradora de Imóveis Ltda., proprietária do imóvel onde foi instalado o canteiro de obras para a construção da Ponte Anita Garibaldi, dividido em duas áreas distintas, por meio da Rua Giocondo Tasso em Mato Alto, requer a manutenção da interdição da referida rua, pois existe a possibilidade de o imóvel ser locado para uma grande empresa, a qual uma vez instalada, gerará cerca de 800 empregos diretos;

Considerando o interesse público, na instalação de novas empresas no Município de Laguna, como forma de desenvolvimento social e econômico; e

Considerando os termos do Decreto nº 4.502/15,

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescido ao art. 3º do Decreto nº 4.491, de 05 de outubro de 2015, os §§ 1º, 2º, 3º e 4º, respectivamente, com a seguinte redação:

“§ 1º Finalizados os testes e estudos de que trata o caput deste artigo e, sendo concluído pela manutenção da Rua Giocondo Tasso, em Mato Alto, naquele local como acontecia anteriormente à cessão objeto da Lei nº 1.462/11, ou seja, pela desnecessidade de alteração do tráfego naquela região, a mesma continuará interditada até que seja informada pela empresa Cajedora Administradora de Imóveis Ltda., se a área será ou não utilizada por outra empresa”.

“§ 2º Não sendo a área utilizada por outra empresa e, havendo assim, a necessidade de reabertura da parte interditada da Rua Giocondo Tasso, em Mato Alto, a mesma será custeada integralmente pela empresa Cajedora Administradora de Imóveis Ltda., proprietária do imóvel que referida rua divide, conforme compromisso assumindo no requerimento objeto do PA nº 5.489/15”.

“§ 3º A cessão da parte da rua interditada ao Consórcio Camargo Corrêa/M. Martins/Construbase fica extinta, sendo transferida para a empresa Cajedora Administradora de Imóveis Ltda., na forma do PA nº 5.489/15, a responsabilidade pela reabertura da Rua Giocondo Tasso”.

“§ 4º Caso haja interesse na utilização da parte da rua interditada para a utilização de canteiro de obras de outra empresa, serão tomadas as medidas necessárias à cessão, na forma da legislação em vigor”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 115/2015

DECRETO Nº 115/2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 816/1993,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Educação, os membros representantes, conforme discriminação abaixo:

» Representantes da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Titular : Laércio Melo

Suplente : Leandro Stangherlin

» Representantes da Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes

Titular : Rejane Vasielevski Miranda

Suplente : Juliana Zanin Piuco

» Representantes da Secretaria Municipal da Agricultura

Titular : Cínthia Figueiredo Raupp

Suplente : Sabrina Defino Antunes

» Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Titular : Priscila Pires Folchini

Suplente : Liliane Antunes

» Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular : Adriana Antunes Rita

Suplente : Rubia Regina da Silva

» Representantes da Secretaria Municipal de Obras

Titular : Nelson Godinho

Suplente : Adilson Canever

» Representantes das Diretoras da Rede Municipal de Ensino

Titular : Nilzete Schillickman

Suplente : Catarina Sérgio

» Representantes das Professoras da Rede Municipal de Ensino

Titular : Paula Rossi Gabriel

Suplente : Flora Gomes da Silva Madeira

» Representantes da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Titular : Deise Cardoso

Suplente : Michele Padilha

» Representantes do Conselho Tutelar

Titular : Maria Alice Mendes

Suplente : Luzia Tartare

» Representantes das APPs da Rede Estadual de Ensino

Titular : Terezinha de Fátima Jorge Holthausen

Suplente : Maria Cleusa Freitas Sérgio

» Representantes das APPs da Rede Municipal de Ensino

Titular : Diego Cifuentes

Suplente : Larissa Fernandes Dias

» Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais

Titular : João Batista Gonçalves

Suplente : Glaiton Medeiros

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE OUTUBRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

Lebon Régis

PREFEITURA

DECRETO Nº 085/2015

DECRETO Nº 85/2015, de 08 de Outubro de 2015.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, A ÁREA DO MUNICÍPIO AFETADA POR GRANIZO-COBRADO 1.3.2.1.3, CONFORME IN 1/12-MI.

Ludovino Labas, Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 104, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Lei nº 12.608, DE 10 DE Abril de 2012.

CONSIDERANDO QUE:

- A ocorrência de granizo, acompanhado de vento forte, ocorrida no dia 08 de Outubro de 2015, atingindo o Município.
- Como consequência desse desastre, resultaram os danos e prejuízos constantes do formulário de avaliação de danos.
- a recomendação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, que avaliou e quantificou o desastre em acordo com a IN 1/12-MI, de 24 de Agosto de 2012
- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre natural e caracterizada como Situação de Emergência, classificado como granizo – COBMDE 1.3.2.1.3.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de informações de Desastre - FIDEDanos e pelo Croqui da Área Afetada.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil – COMPDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMPDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes

de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

- I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;
- II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 08 de Outubro de 2015

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria, e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM-SC

CLEUZA MARIA R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

PORTARIA Nº 129/2015

Portaria n.º 129, de 08 de setembro de 2015.

“Revoga a Portaria nº 076 de 23 de março de 2011 e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal do município de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica revogada a Portaria nº 076 de 23 de março de 2011, que nomeia o servidor municipal senhor Vitor Norberto Alves inscrito sob a matrícula nº 56, como Secretário Municipal da Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionados sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal, 08 de setembro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 130/2015

Portaria n.º 130 de 08 de setembro de 2015.

“Altera Lotação do Servidor Público Municipal e dá outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Altera a lotação, a partir da publicação desta portaria, do servidor Vitor Norberto Alves, ocupante do cargo provimento efetivo de Técnico Agrícola, inscrito sob a matrícula nº 56, atualmente lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para a Secretaria Municipal da Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, e assim ficando subordinado hierarquicamente ao Secretário da Agricultura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 08 de setembro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 131/2015

Portaria nº 131, de 08 de setembro de 2015.

Reconhecer a Incorporação, nos termos do art. 71, III, da Lei nº 418/1990, ao servidor VITOR NORBERTO ALVES, e dá outras providências.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

Considerando, que o servidor Vitor Norberto Alves, ocupante do cargo em efetivo exercício de Técnico Agrícola, inscrito sob a matrícula nº 56, foi Secretário Municipal da Saúde e Assistência Social do Município de Leoberto Leal – SC;

RESOLVE:

Art.1º Reconhecer a incorporação nos termos do art. 71, III, da Lei nº 418/1990, ao servidor VITOR NORBERTO ALVES, portador do CPF nº 543.554.609-59, detentor da matrícula funcional nº 56, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Agrícola, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente.

Art. 2º Reconhecer a incorporação no seu vencimento o período compreendido de março de 2011 a fevereiro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 08 de setembro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN

Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 132/2015

Portaria nº 132, de 08 de setembro de 2015.

Concede incorporação, nos termos do art. 71, III, da Lei nº 418/1990, ao servidor VITOR NORBERTO ALVES, e dá outras providências.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

Considerando, que o servidor Vitor Norberto Alves, ocupante do cargo em efetivo exercício de Técnico Agrícola, inscrito sob a matrícula nº 56, foi Diretor Executivo do Instituto de Previdência dos

Servidores Municipais de Leoberto Leal – SC, IPRELL, no período de 30 de junho de 2000 a 03 de junho de 2004 e 30 de junho de 2004 a 25 de abril de 2005;

RESOLVE:

Art.1º Conceder incorporação nos termos do art. 71, III, da Lei nº 418/1990, ao servidor VITOR NORBERTO ALVES, portador do CPF nº 543.554.609-59, detentor da matrícula funcional nº 56, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Agrícola, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura.

Art. 2º Autorizar a incorporação no vencimento no valor de R\$ 738,16 (setecentos e trinta e oito reais e dezesseis centavos), que corresponde 04 anos de efetivo exercício nas funções de Diretor de IPRELL, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, e seus efeitos passam a vigorar a partir de julho de 2015, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 08 de setembro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DEBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 133/2015

Portaria n.º 133, de 08 de setembro de 2015.

“Concede Adicional de Pós Graduação e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal do município de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor público municipal VITOR NORBERTO ALVES, inscrito sob a matrícula nº 56, ocupante do cargo público de provimento efetivo de Técnico Agrícola, com lotação na Secretaria Municipal da Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, Adicional de Pós Graduação, ao patamar de 30% (trinta por cento) sobre o respectivo vencimento do cargo, conforme previsão legal do art. 33, da Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002 e Processo nº 1050/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a agosto de 2015, condicionados sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal, 08 de setembro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 134/2015

Portaria n.º 134, de 11 de setembro de 2015.

“Exonera Pensionista e dá outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

Considerando, que o ex. pensionista Walmir Souza faleceu no dia 29 de agosto de 2015, conforme Certidão de Óbito matrícula: 105668 01 55 2015 4 00018 094 004336 48, em anexo,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o ex. pensionista senhor Walmir Souza, inscrito sob a matrícula nº 1217, a partir de 28 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 29/08/2015, condicionados sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 11 de setembro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 135/2015

Portaria n.º 135, de 30 de setembro de 2015.

“Exonera servidores Municipais e dá outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera os servidores Municipais da Prefeitura de Leoberto Leal/SC, conforme relação abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Cargo	Exoneração
01	1715	Alini Zimermann	Aux. de Serviço Gerais	30/09/2015
02	1724	Claire M. de Souza T. Feliciano	Fisioterapeuta	30/09/2015
03	1725	Claire M. de Souza T. Feliciano	Fisioterapeuta	30/09/2015

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 30 de setembro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.
DÉBORA VENTURIN
Secretaria de Administração e Finanças

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2015 - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2015
HOMOLOGAÇÃO RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO

FISIOTERAPEUTA PARA ATUAR NO NASF						
Nome Candidato	Prova Escrita					
	L.Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Nota Final	Classificação
Claire Mari de Souza T. Feliciano	1,2	1,2	2,0	1,6	6,0	1º
FONOAUDIÓLOGO PARA ATUAR NO NASF						
Nome Candidato	Prova Escrita					
	L.Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Nota Final	Classificação
Zuleide Adelaide da Silva	FALTOU					
NUTRICIONISTA PARA ATUAR NO NASF						
Nome Candidato	Prova Escrita					
	L.Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Nota Final	Classificação
Cristina Helena Ferreira Biagi	0,8	0,8	1,2	1,2	4,0	1º
Márcio José de Tofol	FALTOU					
ENFERMEIRO						
Nome Candidato	Prova Escrita					
	L.Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Nota Final	Classificação
Priscila Gabriela da Cunha	1,2	0,4	0,8	2,0	4,4	1º
ODONTÓLOGO						

Nome Candidato	Prova Escrita					
	L.Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Nota Final	Classificação
Rafael Weber Rosa.	1,6	2,0	0,8	3,2	7,6	1º
Rafaela Macedo Dias	1,2	2,0	0,4	3,2	6,8	2º

ATENDENTE DE SAÚDE PÚBLICA

Nome Candidato	Prova Escrita					
	L.Portuguesa	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Nota Final	Classificação
Ana Maria Batista	1,2	0,8	2,0	2,4	6,4	1º
Mayara Terezinha Francisco	0,4	1,2	0,8	3,6	6,0	2º
Ana Luzia de Aguiar	0,4	0,4	1,2	2,8	4,8	3º
Cleiton Brambila	0,4	0,4	0,8	2,8	4,4	4º
Diovana De Freyn	FALTOU					
Lucas Bauer Marian	FALTOU					
Maiara Hoffmann Heinz	FALTOU					
Sarah Alves Espezim de Souza	FALTOU					

Leoberto Leal, 09 de outubro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Luzerna

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO A ARP PML 179.2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 179/2014

Segundo Termo Aditivo

SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 0179/2014 - FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E SERVIÇO DE LAVAGEM PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA E FUNDOS ESPECIAIS

Aos 09 (nove) dias do mês de outubro do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, e a REDE PORTAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. 16 de fevereiro, 8-A, Box 1, Centro, no Município de Luzerna(SC), inscrita no CNPJ sob o nº 05.610.041/0004-66, neste ato representada por seu procurador, LAURI NITZ, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 041.625.659-70, 9portador da cédula de identidade nº 1.516.661-SESP/SC, residente e domiciliado no Município de Luzerna (SC), doravante denominado FORNECEDOR 5 classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº pml. 00143/2014, Pregão nº pml. 0087/2014, com fundamento no art. 65, II, "d", da Lei 8.666/93, têm entre si justo e contratado o presente SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 0179/2014 - FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E SERVIÇO DE LAVAGEM PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA E FUNDOS ESPECIAIS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO, PREÇO E FORMA DE EXECUÇÃO

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância das partes, aditar a Ata de Registro de Preços PML Nº 0179/2014, reajustando, a partir de 09 de outubro de 2015, em 5,20% o valor do litro de diesel comum, passando de R\$ 2,97 (dois reais e noventa e sete centavos) o litro para R\$ 3,10 (três reais e dez centavos), alterando assim o item 1.1. da Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº pml.00175/2014:

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas na Ata de Registro de preços original permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 09 de outubro de 2015.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
CONTRATANTE

REDE PORTAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA
LAURI NITZ
FORNECEDOR 5

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

DECRETO 2121

DECRETO Nº 2121 de 09 de outubro de 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2015".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art. 19, da Lei nº 1.311 de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 344,56 (trezentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), em favor da Prefeitura Municipal de Luzerna, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECAÇÃO apurado até esta data, na fonte, detalhamento e rubrica abaixo especificado, na forma do disposto no inciso II, do art.43 da Lei nº 4.320/64, atribuída a seguinte classificação orçamentária:

Rubrica de arrecadação:

1.3.2.5.01.09.00.00 - Rendimentos de Depósitos Bancários da CIDE
1.7.2.2.01.13.00.00 - Cota-Parte da Contribuição Intervenção no Domínio Econômico

Detalhamento de Recursos: 007 - CIDE

Excesso de arrecadação até essa data: R\$ 444,56.

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade: 11.001.26.782.0067.2060 - Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte: 16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico
..... R\$ 444,56

Detalhamento: 007 - CIDE

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 09 de outubro de 2015.
MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 23/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0008/2011.
Pregão Presencial nº 0003/2011.
10º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0019/2011.
ADITIVO Nº 23/2015
ADITIVO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino.
Contratada: NATALINA DOS SANTOS ME.
Alterações de trajeto: Fica suspenso a prestação dos serviços por prazo indeterminado, de acordo com o Decreto nº 1513/2015 e as justificativas do Termo Aditivo.
Vigência do Contrato e pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0019/2011 e seus Aditivos.

Macieira, 05 de outubro de 2015.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 24/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0021/2011.
Pregão Presencial nº 0012/2011.
7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0040/2011.
ADITIVO Nº 24/2015
ADITIVO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino.
Contratada: M.S TRANSPORTES LTDA ME.
Alterações de trajeto: Fica suspenso a prestação dos serviços por prazo indeterminado, de acordo com o Decreto nº 1513/2015 e as justificativas do Termo Aditivo.
Vigência do Contrato e pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0040/2011 e seus Aditivos.

Macieira, 05 de outubro de 2015.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 25/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0002/2013.
Pregão Presencial nº 0001/2013.
5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0007/2013.
ADITIVO Nº 5/2015
ADITIVO DE SUPRESSÃO.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino.
Contratada: ALAIANE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA ME.
Valor: Aproximadamente R\$ 14.596,20 (quatorze mil quinhentos e noventa e seis reais com vinte centavos) sendo pagos somente a quilometragem percorrida, conforme planilha apresentada na secretaria Municipal de Educação, de acordo com o Decreto nº 1513/2015 e as justificativas do Termo Aditivo.
Vigência do Contrato e pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0007/2013 e seus Aditivos.

Macieira, 05 de outubro de 2015.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO Nº 25/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº 0002/2013.
Pregão Presencial nº 0001/2013.
6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0008/2013.
ADITIVO Nº 26/2015
ADITIVO DE SUPRESSÃO E ALTERAÇÃO DE TRAJETO.
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino.
Contratada: INOVA TRANSPORTES ESCOLAR LTDA ME.
Valor: Aproximadamente o valor de R\$ 18.331,92 (dezoito mil trezentos e trinta e um reais com noventa e dois centavos) para o item II, e aproximadamente o valor de R\$ 19.261,80 (dezenove mil duzentos e sessenta e um reais com oitenta centavos) para o item IV, sendo pagos somente a quilometragem percorrida, conforme planilha apresentada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o Decreto nº 1513/2015 e as justificativas do Termo Aditivo.
Vigência e pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo nº 0008/2013 e seus Aditivos.

Macieira, 05 de outubro de 2015.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

PUBLICAÇÃO RESUMIDA_ TERMO ADITIVO N° 27/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório n° 0002/2013.

Pregão Presencial n° 0001/2013.

6° Aditivo ao Contrato Administrativo n° 0009/2013.

ADITIVO N° 27/2015

ADITIVO DE SUPRESSÃO.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar da rede municipal e estadual de ensino.

Contratada: MACIOESTE LTDA ME.

Valor: Aproximadamente R\$ 13.284,00 (treze mil duzentos e oitenta e quatro reais) sendo pagos somente a quilometragem percorrida, conforme planilha apresentada na Secretaria Municipal de Educação, gerando uma economia no valor de aproximadamente R\$ 3.985,20 (três mil novecentos e oitenta e cinco reais e vinte centavos) para a administração pública, de acordo com o Decreto n° 1513/2015 e as justificativas do Termo Aditivo.

Vigência do Contrato e pagamento: De acordo com o Contrato Administrativo n° 0009/2013 e seus Aditivos.

Macieira, 05 de outubro de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 124/2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 124/2015.

FORNECEDOR: LA FONTAINE COMERCIO DE VEICULOS LTDA.
CNPJ: 73.712.978/0003-11

OBJETO: Aquisição de peças e mão de obra para revisão dos 15.000 km do veículo Boxer placa OKF – 0539 e revisão de 30.000 Km do veículos Boxer placa OKF - 1859, através da Secretaria Municipal de Saúde, considerando o período de garantia dos veículos.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XVII.

VALOR: R\$ 2.327,74 (dois mil trezentos e vinte e sete reais e setenta e quatro centavos).

Mafra, (SC) 09 outubro de 2015.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 117/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 117/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para Contratação de empresa para execução de serviço técnico especializado em dedetização, desratização e limpeza de caixa d'água, para as 29 unidades escolares do município, Sec. Municipal de Educação e o Setor de Panificação, através da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14h00min do dia 23/10/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 09 de outubro de 2015.
Wellington Roberto Bielecki Fabiano Maurício Kalil
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de alimentos e kits de suplementação alimentar, através do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14h00min do dia 27/10/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 09 de outubro de 2015.
Wellington Roberto Bielecki Fabiano Maurício Kalil
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO 03/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO 03/2015
FIRMADO ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO - CISAMURC E O MUNICÍPIO DE MAFRA, na forma abaixo:

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC, Inscrito no CNPJ/MF sob número 03.887.256/0001-50, situado a Rua João da Cruz Kreiling, 1056, centro, no Município de Canoinhas-SC, representado pelo seu Presidente, JULIANO POZZI PEREIRA, neste ato denominado CONTRATADO, e de outro lado, o MUNICÍPIO DE MAFRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob número 83.102.509/0001-72, com sede na Praça Des. Flávio Tavares, 12, Centro, Mafra-SC, representado pelo seu Prefeito Senhor WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato firmado em 02/01/2015, obrigando-se a respeitar e cumprir as condições constantes das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto do presente termo aditivo a alteração da Cláusula Terceira – Dos Valores e Forma De Repasse, pelo fato de que o valor global do contrato será acrescido a monta de R\$ 57.301,20 (cinquenta sete mil, trezentos e um reais e vinte centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

O Município de MAFRA repassará ao CISAMURC, a importância de R\$ 154.666,44 (cento cinquenta quatro mil, seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta quatro centavos), podendo ser parcelada em até 04 vezes, que deverão ser repassadas até o dia 20 de cada mês.

CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato ora aditado.

E, por estarem acordes, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, juntamente com as duas testemunhas abaixo.

Canoinhas, SC, ____ de setembro de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI Prefeito de Mafra	JULIANO POZZI PEREIRA Presidente CISAMURC
--	--

Testemunhas:

1) _____

2) _____

Luiz Cesar Batista

CPF: 459.864.019-72

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 126/2015

DECRETO Nº 126, DE 8 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre Contratação Temporária, de Servidora Municipal por Excepcional Interesse Público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social;

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada CAMILLE KUHN, brasileira, inscrita no CPF sob nº 067.624.619-21, para ocupar o cargo de Psicólogo, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de três meses, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 8 de setembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - EXTRATO EDITAL Nº 5/2015

Estado de Santa Catarina

Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015

A Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha - SC TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base na Lei e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO, no dia 26 de outubro de 2015, às 14 horas na Câmara Municipal de Vereadores, para adquirir equipamentos para informatização do plenário da Câmara Municipal de Vereadores com instalação de sistema de automação e sistema para visualização dos Projetos de Lei, de acordo com o detalhamento descrito no edital e seus anexos. Os envelopes deverão ser entregues até às 14h do mesmo dia. A íntegra do Edital poderá ser obtida junto à Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha, com sede à Rua 15 de novembro, nº 817 – Centro. Demais informações fone (49) 3664 0727.

Maravilha (SC), 13 de outubro de 2015.

ODAIR JOSÉ BATISTELLO

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Modelo

PREFEITURA

EXTRATO AO CONTRATO 40-14 TERMO ADITIVO 02-15

Extrato de Termo Aditivo 02/2015 ao Contrato Administrativo nº 40/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Termo Aditivo 02/2015 ao Contrato n. 40/2014

Contratada: NEXO SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA - ME

Valor Suprimido: R\$ 3.000,00

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados que realizou Termo Aditivo Nº 02/2015 ao Contrato 40/2014, objetivando a supressão no valor de R\$ 3.000,00 do contrato a partir de 01 de outubro de 2015.

Modelo (SC), 09 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

EXTRATO AO CONTRATO 67-15 TERMO ADITIVO 01-15

Extrato de Termo Aditivo 01/2015 ao Contrato Administrativo nº 67/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Termo Aditivo 01/2015 ao Contrato n. 67/2015

Contratada: COMÉRCIO DE BEBIDAS FRANDOLOSO LTDA - EPP

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados que realizou Termo Aditivo Nº 01/2015 ao Contrato 67/2015, objetivando com ampliação no valor do objeto do contrato de R\$ 7,00 (sete reais), por botijão de gás P13, ficando R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) o valor da unidade de botijão de gás P13 a partir de 01 de outubro de 2015, representado um acréscimo de 14,58% no preço do botijão, devido a reajuste concedido nas refinarias da Petrobrás.

Modelo (SC), 09 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

EXTRATO AO CONTRATO 72-15 TERMO ADITIVO 01-15

Extrato de Termo Aditivo 01/2015 ao Contrato Administrativo nº 72/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Termo Aditivo 01/2015 ao Contrato n. 72/2015

Contratada: POSTO MODELO LTDA - EPP

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados que realizou Termo Aditivo Nº 01/2015 ao Contrato 72/2015, objetivando ampliação no valor do objeto do contrato de R\$ 0,17 (dezessete centavos), por litro de diesel comum, ficando R\$ 3,068 (três reais e sessenta e oito centavos) o valor do litro de diesel comum a partir de 01 de outubro de 2015, conforme reajuste nacional realizado no dia 30 de setembro de 2015.

Modelo (SC), 09 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO 11-15

Extrato de Rescisão ao Contrato nº 11/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Rescisão ao Contrato n. 11/2015

Contratada: KASSIELLI CERIZOLLI

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que rescindiu contrato com Kassielli Cerizolli, de comum acordo e por conveniência administrativa em conformidade com a lei federal Nº 8.666/93 e alterações posteriores, por força do Termo de Rescisão, as partes deram por terminado a partir do dia 01 de outubro de 2015 o Contrato que tem por objeto a Contratação de Serviços autônomos para ministrar aulas na área de patinação, para atuação no serviço de convivência e fortalecimento do Município de Modelo – SC, com carga horária de 04 (quatro) horas semanais, no período de 02 de março à 11 de dezembro de 2015.

Modelo (SC), 09 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO 14-15

Extrato de Rescisão ao Contrato nº 14/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Rescisão ao Contrato n. 14/2015

Contratada: SOLANGE DEJANIRA GARMATZ LAUX

O Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que rescindiu contrato com Solange Dejanira Garmatz Laux, de comum acordo e por conveniência administrativa em conformidade com a lei federal Nº 8.666/93 e alterações posteriores, por força do Termo de Rescisão, as partes deram por terminado a partir do dia 01 de outubro de 2015 o Contrato que tem por objeto a Contratação de Serviços autônomos para ministrar oficinas de dança no departamento de assistência social do Município de Modelo – SC, com carga horária de 08 (oito) horas semanais, no período de 02 de março à 11 de dezembro de 2015.

Modelo (SC), 09 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO 20-15

Extrato de Rescisão ao Contrato nº 20/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Rescisão ao Contrato n. 20/2015

Contratada: JORGE LUIZ RAMOS

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados, que rescindiu contrato com Jorge Luiz Ramos, de comum acordo e por conveniência administrativa em conformidade com a lei federal Nº 8.666/93 e alterações posteriores, por força do Termo de Rescisão, as partes deram por terminado a partir do dia 01 de outubro de 2015 o Contrato que tem por objeto a Contratação de Serviços autônomos para ministrar oficinas de música do SCFV, no departamento de Assistência social do Município de Modelo – SC, com carga horária de 06 (seis) horas semanais, no período de 13 de abril à 11 de dezembro de 2015.

Modelo (SC), 09 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 008/2001

EMENTA:

"AUTORIZA VIAGEM AO EXTERIOR DO PAÍS, COM ITINERÁRIO ESPECIFICADAMENTE À ITÁLIA, AO VEREADOR ADEMAR BERTAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, no uso de suas atribuições regimentais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e promulga o presente

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica autorizada a viagem do presidente da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, vereador Ademar Bertan, para o exterior do País, especificadamente com itinerário à Itália, pelo período compreendido entre 09 de setembro de 2015 à 29 de setembro de 2015.

Art. 2º Referida viagem tem caráter exclusivamente cultural e de representatividade institucional do Poder Legislativo Fumacense, notadamente integrante de comitiva de autoridades da região Sul Catarinense, que serão recepcionadas por diversas entidades públicas e privadas das cidades italianas a serem visitadas, conforme programação atinente, sendo que, na ocasião, será oficialmente protocolizado expediente, manifestando plena intenção de celebrarmos "pacto de amizade" e/ou "Gemellaggio" com cidades italianas, que tenham intrínseco vínculo histórico, econômico ou cultural com nosso Município.

Art. 3º - Todas as despesas provenientes deste Decreto Legislativo, inclusive passagens aéreas, hospedagem, diárias, alimentação, transportes e demais custos atinentes, serão suportadas, inteira e particularmente, pelo vereador em apreço, vedado qualquer espécie de ressarcimento, e sem qualquer ônus financeiro para a Câmara Municipal de Morro da Fumaça.

Art. 4º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 2015.

ADEMAR BERTAN
Presidente

MARIA BORTOLIN
Vice – Presidente

JOSÉ CARLOS BORTOLIN
1º Secretário

RENATO ZACCARON
2º Secretário

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2014

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA. CNPJ: 97.475.446/0001-04.

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA. CNPJ: 00.456.865/0001-67.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços especializados de assessoria contábil, verificação de dados dos balancetes mensais, balanço geral, movimento geral, licitações e contratos para a elaboração e execução do E-SFINGE (SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO), da Câmara Municipal de Morro da Fumaça.

DA VIGÊNCIA: 04/09/2015 até 05/09/2016.

VALOR GLOBAL: Mantem-se o valor constante do contrato original, acrescidos pelo reajuste atinente, à partir de 05/09/2015, pelo IGP -M(FGV) acumulado no período.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.11.00.00.00.

DATA DA ASSINATURA: 04 de setembro de 2015.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 04 de setembro de 2015.

ADEMAR BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2014

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA. CNPJ: 97.475.446/0001-04.

CONTRATADO: HELTON SAVIATO. C.I: 3.954.110 SSP/SC, CPF: 037.075.179-50.

OBJETO: Locação de 01 (um) imóvel comercial (sala nº 11), com 38,12mt² (trinta e oito metros e doze centímetros quadrados), sito à Avenida Celeste Recco, nº 30, Edifício Gilia Saviato, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC, Cep: 88.830-000, integrante do imóvel urbano matriculado sob o nº 2.143, no Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga/SC, para uso do Setor de Contabilidade da Câmara Municipal.

DA VIGÊNCIA: 01/03/2015 até 31/03/2015.

VALOR GLOBAL: a título de remuneração pela locação mensal do imóvel, objeto do contrato original em apreço, receberá da CONTRATANTE a importância de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.11.00.00.00.

DATA DA ASSINATURA: 01 de março de 2015.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 01 de março de 2015.

ADEMAR BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA. CNPJ: 97.475.446/0001-04.
CONTRATADO: LUIZ ANTONIO DOMINGOS. CPF: 542.221.339-49.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços especializados de assessoria contábil, verificação de dados dos balancetes mensais, balanço geral, movimento geral, licitações e contratos para a elaboração e execução do E-SFINGE (SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO), da Câmara Municipal de Morro da Fumaça.

DA VIGÊNCIA: 01/01/2015 até 28/02/2015

VALOR GLOBAL: R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.36.06.00.00.00.

DATA DA ASSINATURA: 01 de janeiro de 2015.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 01 de janeiro de 2015.

ADEMAR BERTAN

Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA. CNPJ: 97.475.446/0001-04.
CONTRATADO: LUIZ ANTONIO DOMINGOS. CPF: 542.221.339-49.

OBJETO: Constitui objeto do presente Contrato: a) Implantação e modernização da Gestão Patrimonial da Câmara Municipal de Morro da Fumaça; b) Identificação e levantamento físico dos bens móveis; c) Identificação e cadastro dos Centros de Custos; d) Identificação e Cadastro da Estrutura Administrativa; e) Digitação dos itens patrimoniais no sistema informatizado; f) Implantação dos mecanismos técnicos e constitucionais, relativo ao patrimônio público municipal; g) Treinamento funcional durante a execução dos trabalhos; h) Compatibilização dos valores contábeis e patrimoniais; i) Promover a devida integração de todos os bens patrimoniais atualizados e cadastrados com o sistema contábil (Betha Sapo e Betha Patrimônio) e demais ajustes pertinentes, até o regular e efetivo funcionamento e disponibilização adequada, perante a legislação pertinente em vigor.

DA VIGÊNCIA: 05.02.2015 até o dia 20.02.2015.

VALOR GLOBAL: R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.36.06.00.00.00.

DATA DA ASSINATURA: 05 de fevereiro de 2015.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 05 de fevereiro de 2015.

ADEMAR BERTAN

Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA. CNPJ: 97.475.446/0001-04.
CONTRATADO: ERVÂNIO GERALDO FERNANDES. CPF: 589.810.479-87.

OBJETO: Constitui objeto deste contrato, a prestação de serviços para pintura parcial da parte externa do prédio-sede da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, incluindo todo o material necessário à consecução da atividade atinente

DATA DA VIGÊNCIA: 11/05/2015 até 14.05.2015.

VALOR GLOBAL: R\$ 800,00 (oitocentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.20.00.00.00

DATA DA ASSINATURA: 11 de maio de 2015.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 11 de maio de 2015.

ADEMAR BERTAN

Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA. CNPJ: 97.475.446/0001-04.
CONTRATADO: RAFAEL RECCO. CPF: 034.935.749-83.

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a instalação de sistema completo de videomonitoramento de ambiente, devidamente armazenado em dispositivo de mídia compatível, para promover a segurança da sede do Poder Legislativo Fumacense, a serem alocadas na parte interna e externa do prédio-sede da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, a saber: 12 (doze) câmeras noturnas 30 metros, 3,6 - 800 linhas infra DSS Combat; 01 (um) gravador de imagem DVR para 16 câmeras - DSS DFH6016E, H.264; 01 (um) HD wester N digital 1 TB, sata, 60GBS, WD10EZEX, 64MB, 7200RPM; 01 (um) No breack max control 1450 VA RCG; 01 (um) rack iron house 1G 400, 16v, E F15A PLUS, 1187 ONIX para DVR, incluindo todos os demais serviços atinentes, notadamente que se fizerem necessários, à integral consecução do objeto em apreço.

DATA DA VIGÊNCIA: 03/06/2015 a 16/06/2015.

VALOR GLOBAL: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.17.00.00.00.00.

DATA DA ASSINATURA: 03 de junho de 2015.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 03 de junho de 2015.

ADEMAR BERTAN

Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA. CNPJ: 97.475.446/0001-04.
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ESTAÇÃO COCAL. CNPJ: 04.948.660/0001-50.

OBJETO: Constitui objeto deste contrato, serviços de divulgação semanal dos Boletins Informativos da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, contendo o resumo da pauta das sessões ordinárias e extraordinárias, a serem veiculados em horário atinente à programação oficial da emissora, de propriedade e mantida pela CONTRATADA, tendo seu estúdio sediado à Rua João de Rochi, nº 1009, Distrito de Estação Cocal, Município de Morro da Fumaça/SC, Cep: 88.835-000, fone (48) 3434-4741, que opera na frequência 87.9FM, conforme Licença para Funcionamento de Estação de Radiodifusão Comunitária nº 000076/2010-SC, expedida pelo Ministério das Comunicações, em 01/12/2010.

DATA DA VIGÊNCIA: 02/09/2015 até 31/12/2015.

VALOR GLOBAL: O valor total do presente contrato é de R\$ 2.560,00 (dois mil, quinhentos e sessenta reais), sendo pago mensalmente à Contratada o valor de R\$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais), correspondente a 02 (duas) inserções semanais, com valor unitário de R\$ 80,00 (oitenta reais) cada, até 10º (décimo) dia útil após a apresentação de respectiva nota fiscal e memorial descritivo das respectivas veiculações, devidamente assinadas pelo responsável da emissora.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.88.00.00.

DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2015.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 02 de setembro de 2015.

ADEMAR BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA. CNPJ: 97.475.446/0001-04.
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MORRO DA FUMAÇA. CNPJ: 01.765.517/0001-34.

OBJETO: Constitui, objeto deste contrato, serviços de divulgação semanal dos Boletins Informativos da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, contendo o resumo da pauta das sessões ordinárias e extraordinárias, a serem veiculados em horário atinente à programação oficial da emissora, de propriedade e mantida pela CONTRATADA, tendo seu estúdio sediado à Rua José Cechinel, nº 57, Centro, Município de Morro da Fumaça/SC, Cep: 88.830-000, que opera na frequência 104.9FM, conforme Licença para Funcionamento de Estação de Radiodifusão Comunitária nº 000039/2010, expedida pelo Ministério das Comunicações, em 20/08/2010.

DATA DA VIGÊNCIA: 02/09/2015 até 31/12/2015.

VALOR GLOBAL: O valor total do presente contrato é de R\$ 2.560,00 (dois mil, quinhentos e sessenta reais), sendo pago mensalmente à Contratada o valor de R\$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais), correspondente a 02 (duas) inserções semanais, com valor unitário de R\$ 80,00 (oitenta reais) cada, até 10º (décimo) dia útil após a apresentação de respectiva nota fiscal e memorial descritivo das respectivas veiculações, devidamente assinadas pelo responsável da emissora.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.88.00.00.

DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2015.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 02 de setembro de 2015.

ADEMAR BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA. CNPJ: 97.475.446/0001-04.
CONTRATADO: GREGORINI ASSOCIADOS EMPRESA JORNALISTICA LTDA. CNPJ: 02.923.547/0001-94.

OBJETO: Prestação de serviços, em veículo de comunicação impressa, para publicações legais e institucionais, da Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, conforme itens relacionados no Anexo I deste contrato, consoante termos contidos no Edital de Credenciamento nº. 01/2015.

DATA DA VIGÊNCIA: 04/09/2015 até 31/12/2015.

VALOR GLOBAL: Para execução dos serviços ora contratado, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o valor unitário de R\$ 10,00 (dez reais) por centímetro de coluna, conforme consta no Anexo I.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.88. 00.00.00.0000.

DATA DA ASSINATURA: 04 de setembro de 2015.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 04 de setembro de 2015.

ADEMAR BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA. CNPJ: 97.475.446/0001-04.
CONTRATADO: SCHIK MART COMERCIO E FABRICAÇÃO DE CALHAS LTDA. CNPJ: 05.194.916/0001-43.

OBJETO: Constitui objeto deste contrato o fornecimento de 27 metros de calha de alumínio liga 1100 A H 14 0,7X1200M, algeroza de alumínio 0.7x300mm lig 1100AH14, sobre calha de alumínio corte 600x,07, incluindo todo os serviços necessários para a consecução total do objeto em apreço.

DA VIGÊNCIA: 23/03/2015 a 31/03/2015.

VALOR GLOBAL: R\$ 6.500,12 (seis mil, quinhentos reais e doze centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.30.24.00.00.00.

DATA DA ASSINATURA: 23 de março de 2015.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 23 de março de 2015.

ADEMAR BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA. CNPJ: 97.475.446/0001-04.
CONTRATADO: BEM DECORI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - ME. CNPJ: 14.279.663/0001-00.

OBJETO: Constitui objeto deste contrato o fornecimento dos seguintes itens: 01 cozinha em MDF cor lassem arauco, com 04 portas e 04 gavetas, com armário aéreo com 02 portas; 01 painel superior em granito, com 06 metros quadrados; 01 Fogão cooktop 04 bocas elétrico; 01 microondas Consul 20 litros; 01 bancada de pedra branca dallas, com cuba em inox, sendo incluindo todos os serviços necessários para a consecução total do objeto em apreço.

DATA DA VIGÊNCIA: 23/03/2015 a 31/03/2015.

VALOR GLOBAL: R\$ 7.748,00 (sete mil, setecentos e quarenta e oito reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.52.42.00.00.00.

DATA DA ASSINATURA: 23 de março de 2015.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 23 de março de 2015.

ADEMAR BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA. CNPJ: 97.475.446/0001-04.
CONTRATADO: ROUSSENQ PROPAGANDAS E PUBLICIDADES ME. CNPJ: 15.230.887/0001-81.

OBJETO: Constitui objeto deste instrumento a prestação de serviços de website, incluindo criação, desenvolvimento, layout, links, publicidade, hospedagem, armazenamento de todas as informações em banco de dados, manutenção e atualização diária do site da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, na Rede Mundial da Internet, (www.camaramf.com.br).

DATA DA VIGÊNCIA: 30/03/2015 até 31.12.2015.

VALOR GLOBAL: O valor total deste contrato é de R\$ 30.800,00 (trinta mil e oitocentos reais), a ser pago, em onze parcelas mensais e fixas, à CONTRATADA, a quantia de R\$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.99.00.00.00.

DATA DA ASSINATURA: 30 de março de 2015.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 30 de março de 2015.

ADEMAR BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA. CNPJ: 97.475.446/0001-04.
CONTRATADO: LUIZ ANTÔNIO DOMINGOS. Contador inscrito no CRC, sob o nº 19.178/SC, CPF Nº 542.221.339-49.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços especializados de assessoria contábil, verificação de dados dos balancetes mensais, balanço geral, movimento geral, licitações e contratos para a elaboração e execução do E-SFINGE (SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO), da Câmara Municipal de Morro da Fumaça durante o exercício de 2015.

DATA DA VIGÊNCIA: 31/03/2015 até 31.12.2015.

VALOR GLOBAL: O valor total deste contrato é de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), e o CONTRATADO receberá, pelos serviços prestados, mensalmente, do CONTRATANTE, a importância de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.36.06.00.00.00.

DATA DA ASSINATURA: 31 de março de 2015.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 31 de março de 2015.

ADEMAR BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA. CNPJ: 97.475.446/0001-04.
CONTRATADO: HELTON SAVIATO. C.I: 3.954.110 SSP/SC, CPF: 037.075.179-50.

OBJETO: Locação de 01 (um) imóvel comercial (sala nº 11), com 38,12mt² (trinta e oito metros e doze centímetros quadrados), sito à Avenida Celeste Recco, nº 30, Edifício Gilia Saviato, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC, Cep: 88.830-000, integrante do imóvel urbano matriculado sob o nº 2.143, no Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga/SC, para uso do Setor de Contabilidade da Câmara Municipal.

DATA DA VIGÊNCIA: 01/04/2015 até 31.12.2015.

VALOR GLOBAL: R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, a título de aluguel, até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente ao vencimento, perfazendo um valor global de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.36.15.00.00.00.

DATA DA ASSINATURA: 01 de abril de 2015.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 01 de abril de 2015.

ADEMAR BERTAN
Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA. CNPJ: 97.475.446/0001-04.

CONTRATADO: HELTON SAVIATO. C.I: 3.954.110 SSP/SC, CPF: 037.075.179-50.

OBJETO: Locação de 01 (um) imóvel comercial (sala nº 12), com 38,12mt² (trinta e oito metros e doze centímetros quadrados), sito à Avenida Celeste Recco, nº 30, Edifício Gilia Saviato, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC, Cep: 88.830-000, integrante do imóvel urbano matriculado sob o nº 2.143, no Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga/SC, para uso do Arquivo Central da Câmara Municipal.

DATA DA VIGÊNCIA: 01/04/2015 até 31.12.2015.

VALOR GLOBAL: R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, a título de aluguel, até o 8º (oitavo) dia do mês subsequente ao vencimento, perfazendo um valor global de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.36.15.00.00.00.

DATA DA ASSINATURA: 01 de abril de 2015.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 01 de abril de 2015.

ADEMAR BERTAN

Presidente da Câmara Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2015

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MORRO DA FUMAÇA. CNPJ: 97.475.446/0001-04.

CONTRATADO: SCHELZIA MARIA FARIAS CASAGRANDE - ME.

CNPJ: 01.862.504/0001-83.

OBJETO: Fornecimento de material para processamento de dados para a Câmara Municipal, conforme solicitação do setor de compras, conforme segue:

Item	Quant.	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	100	un	Cartucho original nº 122XL CH563HB (preto)	HP	60,00	6.000,00
2	100	un	Cartucho original nº 8727AB (11ml)	HP	62,00	6.200,00
3	100	un	Cartucho original nº 8728AB (9ml)	HP	65,00	6.500,00
4	20	un	Cartucho original nº 6615D (25ml)	HP	50,00	1.000,00
5	20	un	Cartucho original nº 6625A (15ml)	HP	60,00	1.200,00
6	100	un	Cartucho original nº 122XL CH564HB (color)	HP	70,00	7.000,00
7	50	un	Recarga de cartuchos de toner preto AL-1000 p/ copiadora Sharp AL1530CS	TDK	110,00	5.500,00
8	20	un	Recarga de cartuchos de toner preto p/ impressora Lexmark E230	Lexmark	115,00	2.300,00
9	20	un	Recarga de cartuchos de toner preto p/ impresora mult. Samsung CX4200	Samsung	125,00	2.500,00
10	10	un	Toner preto original AL-1000 p/ copiadora Sharp AL1530CS	Sharp	150,00	1.500,00
11	10	un	Toner preto original p/ impressora Lexmark E230	Lexmark	230,00	2.300,00
12	20	un	Toner preto original p/ impresora mult. Samsung CX4200	Samsung	230,00	4.600,00
13	100	un	Cartucho original nº 662XL CZ105AB (preto)	HP	60,00	6.000,00
14	100	un	Cartucho original nº 662XL CZ106AB (color)	HP	65,00	6.500,00
-	-	-	-	-	TOTAL	R\$ 59.100,00

DATA DA VIGÊNCIA: 08/04/2015 até 31.12.2015.

VALOR GLOBAL: R\$ 59.100,00 (cinquenta e nove mil e cem reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.30.17.00.00.00.

DATA DA ASSINATURA: 08 de abril de 2015.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 08 de abril de 2015.

ADEMAR BERTAN

Presidente da Câmara Municipal

RESOLUÇÃO Nº 07/2015

EMENTA: "ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015 DA CÂMARA MUNICIPAL."

O Presidente no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município de MORRO DA FUMAÇA, consoante autorização contida na Lei Municipal nº 1.687/2014 (Lei Orçamentária para o Exercício de 2015),

Resolve:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente Exercício, crédito no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

01 - CAMARA MUNICIPAL

2 – 2.017. 3.3.90.00.00.00.00.0109 - RECURSOS ORDINÁRIOS R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguintes(s) dotação(ões) orçamentária(s):

01 - CAMARA MUNICIPAL

3 – 2.017 4.4.90.00.00.00.00.0109 - RECURSOS ORDINÁRIOS R\$ 20.000,00

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça, 23 de junho de 2015.

ADEMAR BERTAN

Presidente

Registrada e publicada nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze.

RANGEL DE ROCHI

Agente Administrativo

RESOLUÇÃO Nº 08/2015

EMENTA: "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA, DO PROGRAMA VEREADOR MIRIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Mesa Diretora, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes, deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e promulga a presente, que resolve:

Art. 1º - Fica criado, no âmbito da Câmara Municipal de Morro da Fumaça o Programa Vereador Mirim, com o objetivo de estimular a participação política da juventude, propiciando aos estudantes momentos de reflexão e aprofundamento sobre o papel do Poder Legislativo Municipal e a importância da política numa sociedade democrática.

Art. 2º - O Programa Vereador Mirim poderá ser implementado nas modalidades Infante-Juvenil e Jovem.

§ 1º - O Programa Vereador Mirim - Infante-Juvenil, será constituído por estudantes das duas ultimas series do ensino fundamental.

§ 2º - O Programa Vereador Mirim - Jovem, será constituído por estudantes do ensino médio.

§ 3º - Em ambos os casos tratam-se de alunos oriundos de escolas

das redes pública e privada.

Art. 3º - A participação das escolas dar-se-á por sorteio, mediante inscrição prévia.

Art. 4º - o número de participantes em cada edição corresponde ao numero de vereadores do município, sendo pelo menos um representante por escola sorteada.

Art. 5º - O Vereador Mirim, no exercício do seu mandato, contará com a ajuda de um Estudante Assessor Parlamentar, proveniente do mesmo estabelecimento de ensino, que também será seu suplente e deverá participar de todas as etapas do processo de formação e execução do programa.

Art. 6º - A legislatura terá a duração de um ano legislativo iniciando-se com a diplomação, seguida da posse dos vereadores e findando-se com a redação de Autógrafos dos projetos aprovados e sua publicação no Diário da Câmara.

§ 1º - Serão realizadas até 04 (quatro) sessões durante o ano legislativo.

§ 2º - O Parlamento Mirim será dirigido por uma Mesa, eleita pelos Vereadores Mirins, composta por Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários (igual à composição oficial da Câmara Municipal).

Art. 7º - Serão constituídas Comissões Permanentes para assegurar o debate das proposições, as quais se reuniram periodicamente em data e local pré-definidos.

DA EXECUÇÃO

Art. 8º - A coordenação, planejamento e execução do programa serão de responsabilidade da Câmara Municipal, em parcerias com as unidades escolares participantes.

Parágrafo Único - A Câmara Municipal poderá buscar parcerias com outras instituições de ensino ou afins para subsidiar o desenvolvimento das atividades durante todo o processo de execução do programa.

Art. 9º - O Programa Vereador Mirim compreende as seguintes etapas:

I - Ampla divulgação em todas as unidades escolares do município;
II - Mobilização e formação pedagógica nas escolas sorteadas, através do desenvolvimento de um projeto de educação para cidadania e formação política, que estime os estudantes e toda a comunidade escolar a participar do programa.

III - Eleição dos Vereadores Mirins em cada escola participantes, com a assessoria da Câmara Municipal.

IV - Implementação de um cronograma de atividades desenvolvido no período compreendido entre março a novembro, que contemple: formação política e cidadã (palestras, debates, visitas e outros), acompanhamento de Sessões Ordinárias na Câmara, acompanhamento das reuniões de Comissão, audiências nos gabinetes dos Vereadores, Audiências Publicas nas unidades escolares, eleição da Mesa do Parlamento Mirim, formação das Comissões Permanentes do Parlamento Mirim, reuniões de Comissão do Parlamento Mirim, Sessão Plenária do Parlamento Mirim.

Art. 10 - As despesas decorrentes desta resolução correrão á conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 11 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 2015.

ADEMAR BERTAN
Presidente

MARIA BORTOLIN
Vice - Presidente

JOSÉ CARLOS BORTOLIN
1º Secretário

RENATO ZACCARON
2º Secretário

Registrada e publicada nesta secretaria aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze.

JOSÉ CARLOS BORTOLIN
1º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 09/2015

EMENTA: "CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA MARIDENE DANIEL DE SOUSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Vereador Ademar Bertan, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

CONCEDER:

Art. 1º – Férias à servidora MARIDENE DANIEL DE SOUSA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Contabilidade, pelo período de 01/09/2015 a 20/09/2015, com abono pecuniário, devidamente conivente entre as partes, entre os dias 21/09/2015 a 30/09/2015, a fim de atender a regular demanda de escrituração e demais serviços contábeis mensais desta Casa Legislativa, evitando, deste modo, a contratação temporária de novo profissional, invocando o princípio da conveniência e oportunidade da Administração Pública.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta resolução correrão a conta de recursos próprios do orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 31 de agosto de 2015.

ADEMAR BERTAN
Presidente

Registrada e publicada nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze.

RANGEL DE ROCHI
Agente Administrativo

Navegantes

PREFEITURA

APROVAÇÃO AMOSTRAS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2015º - 4ºS COLOCADOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC., APÓS ANALISAR AS AMOSTRAS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2015º - 4ºS COLOCADOS, INFORMA QUE FORAM APROVADOS/REPROVADOS, CONFORME SEGUE:

OBS>: OS LICITANTES QUE NÃO APRESENTARAM AS AMOSTRAS, RESPONDERÃO MEDIANTE PROCESSO ADMINISTRATIVO, PODENDO SER SUSPENSO.

FORNECEDORA COM.TEXTIL - Itens reprovados: 23 e 24 (não apresentou amostras)

CÉLIA REGINA – Itens reprovados: 04 e 25 (não apresentou amostras).

JLM - Itens reprovados: 39 e 45 (não apresentou amostras)

BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA-ME – Item Aprovado: 35

BOZZANO E BOZZANO – Itens reprovados: 08 (gramatura e quantidade incompatíveis) e 12 (espessura incompatível; sem marca e sem Certificado Inmetro)

LINEAR – Item Aprovado : 34

Item Reprovado : 32 (medidas e parte interna (cor) incompatíveis).

ELMO – Itens aprovados: 19 e 40

Itens reprovados: 06 (não menciona utilidade para tecido e coto), 17 (base e cabo não atendem edital).

Navegantes/SC 09 de outubro de 2015.

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015 FUNREBOM

EXTRATO * ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FUNR 10/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 10/2015, relativa ao Pregão Presencial nº 10/2015 - contendo os preços registrados pelas empresa/fornecedor abaixo: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (APARELHOS DE AR CONDICIONADO) E CORTINA DE AR DEVIDAMENTE INSTALADOS, PARA A NOVA SEDE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

FORNECEDOR: JAIME PEREIRA.

VALOR TOTAL: R\$ 17.717,00.

Vigência: 01.09.2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2015.

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PMN134/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços 134/2015, relativa ao Pregão Presencial 134/2015, contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (COM FORNECIMENTO DE PEÇAS) DE 01 (UM) ELEVADOR, INSTALADO NO CENTRO EDUCACIONAL PROFESSORA MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: SILVIO RIBEIRO DOS SANTOS

Valor Total: 6.000,00 (seis mil reais).

Vigência: 09/10/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 09 de outubro de 2015.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 09/2015 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015 FMAS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E UTENSÍLIOS DOMESTICOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO E À MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTENCIA SOCIAL - CREAS, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 23/10/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 23/10/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 9 de outubro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA 129/2015 PMN 5º COLOCADA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC., CONVOCA PARA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS DOS

5ºS COLOCADOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2015 - PMN, CONFORME SEGUE:

ITENS	5º COLOCADO
8	LINEAR IND. COM
32	FORNECEDORA
12	LINEAR IND. COM
4	FORNECEDORA
6	BLU DISTR.DE PAPEL.
17	CÉLIA REGINA W.SANI
45	FORNECEDORA
23	JLM COM.PROD.
24	JLM COM.PROD.
25	LINEAR IND. COM
NAVEGANTES/SC, 09 DE OUTUBRO DE 2015.	

DECISÃO- PEDIDO REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO - INDEFERIMENTO EMPRESA: EDITORA POSITIVO LTDA

DECISÃO- PEDIDO REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO - INDEFERIMENTO

EMPRESA: EDITORA POSITIVO LTDA

CNPJ: 79.719.613/0001-33

Aos 09 (nove) dias, do mês de outubro de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e dos decretos nº. 3.931/2001 e 056/2009, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas na Concorrência nº. 202/2013 PMN, a empresa foi vencedora.

Foi protocolado pela requerente no dia 25/08/2015 o pedido de Reequilíbrio Econômico Financeiro.

Esta comissão RESOLVE INDEFERIR o pedido de Reequilíbrio, tendo em vista que o pedido foi protocolado no dia mencionado acima, contudo, temos algumas divergências, tais como:

1 - As notas fiscais para comprovação de valores devem ser na data da referida concorrência, e, na data atual para que possamos fazer um diferencial e uma média para o reequilíbrio.

2 - As notas fiscais apresentadas estão emitidas para o CNPJ 75.104.422/0001-06 e o contrato de Prestação de Serviços no CNPJ 79.719.613/0001-33, ora, devem ser apresentadas NFs da GRAFICA E EDITORA POSIGRAF S/A , (caso esta seja prestadora de serviços) para EDITORA POSITIVO LTDA.

3 - Não tem que se falar em INPC, pois não se trata de reajuste.

4 - Esclarecer qual o percentual de reequilíbrio pretendido.

5 - Planilha detalhada da data quando aconteceu a concorrência e também da data atual que demonstre de fato o desequilíbrio.

Pedido Indeferido.

Publique-se.

Douglas Lemos
Presidente

Equipe de Apoio

Josezite dos santos

Leila Mengarda

Raul Couto Neto

Fernanda Hassman

Ratificando:

Silvana Maria .M. Francisco.
Secretária de Administração

DECRETO Nº 466 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 466 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 2947 de 21/11/2014:

DECRETA:

Art. 1 º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do excesso de arrecadação das fontes de recursos abaixo discriminadas até a importância de R\$ 136.000,00 (Cento e Trinta e Seis Mil Reais) para as seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 10000 – Recursos Ordinários

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

01 – Diretoria de Gestão de Recursos Humanos

04.128.0005 – 2.014 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão de Recursos Humanos

34 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 20.000,00

02 – Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços

04.122.0005 – 2.014 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços

35 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 10.000,00

14 – SECRETARIA MUN. MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA

02 – Diretoria de Apoio a Agricultura e Pecuária

20.606.0028 – 2.057 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio a Agricultura e Pecuária

168 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos: 13600 – Recursos do Salário Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria de Pedagógica

12.361.0008 – 2.044 – Manutenção dos Recursos do Salário Educação - EF

125 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 86.000,00

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de Outubro de 2015

Silvana Maria Francisco
Secretária de Administração e Logística

DECRETO Nº 467 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 467 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 2947 de 21/11/2014 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), da seguinte dotação, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 10.000 – Recursos Ordinários
12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
01 – Diretoria de Programas Sociais
08.244.0030 – 2.035 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Programas Sociais
88 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º Os recursos acima, suplementarão as seguintes dotações orçamentárias:

Fonte de Recursos – 10.000 – Recursos Ordinários
12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
01 – Diretoria de Programas Sociais
08.244.0030 – 2.035 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Programas Sociais
85 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 09 de Outubro de 2015
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 09 de Outubro de 2015.
Silvana Maria Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EDITAL 006/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E RECEITA
DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS MOBILIÁRIOS E FISCALIZAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA – LC 006/2002 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES)

Com fundamento nos termos do Artigo 294, III da LC 06/2002, C/C Artigo 1º da Lei 2.391 de 2010, a Autoridade Fiscal, ao final identificada, notifica o(s) contribuinte(s) abaixo especificado(s), da autuação pelo cometimento da(s) infração(ões) respectivas, podendo, caso queira, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar defesa na forma do Artigo 186 e 187 da LC 006/2002.

Incidência: Artigo 226, II, da Lei Complementar 006/2002.

Penalidade: Art. 130, I, 'b', da Lei Complementar 006/2002 - 02 UFGS.

Deixar de comunicar, na forma e prazos previstos na legislação, as alterações dos dados constantes dos cadastros imobiliários, mobiliários de contribuintes, de anúncios, de aparelho de transporte e de veículo de transporte de passageiro, inclusive a baixa.

NºINFRAÇÃO	CONTRIBUINTE	CNPJ/CPF
5228	Luciana Paula Cardoso Sagaz	035.103.599-09
5229	Giancarlo Berti Kluwe	716.283.129-04

Transcorrido o prazo acima, sem a apresentação de defesa, ou por seu indeferimento, ficam notificados para efetuarem o pagamento, sob pena de inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial. Os prazos acima referidos entram em vigor na data da publicação deste edital.

Navegantes, 09 de outubro de 2015.
João Antônio de Souza Filho
Fiscal de Tributos

Antônio Carlos Romão Carmona
Secretário de Desen. Econ. e Receita

EDITAL DA LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA DE NAVEGANTES PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INSCRIÇÃO

EDITAL DA LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA DE NAVEGANTES
PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INSCRIÇÃO

A Superintendente da Fundação Cultural de Navegantes, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Nº 2635/2012, regulamentada pelo Decreto Nº 169/2015, prorroga o prazo para protocolo de projetos que concorrerão aos recursos do Edital da Lei Municipal de incentivo à Cultura – 2015 até o dia 23 de outubro de 2015. Os envelopes com documentos de inscrição deverão ser entregues na Fundação Cultural de Navegantes, das 8 h às 12 h e das 13:30 às 17:30 horas.

Navegantes, 08 de outubro de 2015.

REGINA CÉLIA CORREIA
Superintendente da Fundação Cultural de Navegantes

EDITAL Nº 04/2015 RESULTADO ELEIÇÃO MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

EDITAL Nº 04/2015

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução 30/2015, torna público o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de Navegantes/SC, realizada no dia 04 de outubro de 2015.

Classificação Titulares	Nome do Candidato	Quantidade de Votos
1º	Flávio Roberto de Souza	282
2º	Juliana Pinto	269
3º	Edson José dos Santos	231
4º	Patrícia de Souza	124
5º	Lino Weise	89
Classificação Suplentes	Nome do Candidato	Quantidade de Votos
6º	Rosana Gonçalves	76
7º	Luciana Sales Ballarin	75
8º	Wilson Antônio Kuster	73
9º	Matheus Camargo Martins	70
10	Adriana Goreti Dias Barbosa Domingos	64
11	Marinez de Souza	60
12	Suraia Aparecida de Souza	56
13	Ana Maria Campos Freitas	46
14	Igor Gaidarji	43
15	Maria Esonita Schmitt	34
16	Hercilio Vargas	33
17	Rosemarli Mohr	32
18	Eleni Luiza Augusto Maciel	31
19	Rogéria Zanotto de Oliveira	24
20	Luiz Carlos Albanaz	21
21	André Luis Régis de Moura	21
22	Rodrigo de Oliveira Santos	02
23	Egina Ribas de Lima	01

Fica aberto o prazo de 3 dias, a contar da publicação do presente Edital, para que sejam apresentados recursos contra o resultado publicado, na forma prevista no Art.17 do Edital 001/2015.

A homologação final do resultado da eleição dar-se-á após a análise dos recursos apresentados.

Navegantes, 07 de Outubro de 2015.

Aldo Decker

Presidente do COMDCAN

Nova Trento

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2015

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2015

PROCESSO Nº 102/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2015

Aos 09 dias do mês de outubro de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 09/10/2015, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição parcelada de Fraldas Descartáveis Geriátricas para uso na distribuição gratuita a pessoas carentes, atendendo as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Nova Trento/SC, conforme especificações constantes do Anexo I, menor preço por lote.

A Licitante registrada para os materiais cotados é:

LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI ME (CNPJ Nº 18.941.818/0001-74)

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAM. M UN PADRÃO.	PACOTE MÍNIMO C/ 08 UNID.	10.000	DESCARPACK	7,0823	70.823,00
2	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAM. G UN PADRÃO.	PACOTE MÍNIMO C/ 08 UNID.	10.000	DESCARPACK	7,0822	70.822,00
3	FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL TAM. GG UN PADRÃO.	PACOTE MÍNIMO C/ 07 UNID.	10.000	DESCARPACK	6,8855	68.855,00
TOTAL R\$						210.500,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 210.500,00 (Duzentos e dez mil e quinhentos reais).

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos licitados deverão ser entregues no endereço constante do pedido, desde que atendidas as exigências do edital, sem ônus para a Prefeitura de Nova Trento, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 09 de outubro de 2015.

APRIGIO JOSÉ BOTAMELI

Pregoeiro

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO 002 AO CA Nº 046/2015-EDMAR DA SILVA ME

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 002 ao Contrato Administrativo Nº: 046/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: EDMAR DA SILVA - ME

Vigência : Início: 08/10/2015 Término: 04/04/2016

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2015

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, consistindo na prorrogação do prazo para mais 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da assinatura deste instrumento, ou seja, até 04/04/2016, podendo ser prorrogado por interesse da administração pública.

Fundamento Legal: com amparo no art. 57 I, § 1º, Inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações, celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 046/2015

Novo Horizonte/SC, em 08 de Outubro de 2015 – Eli Mariott – Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO N.50/2015

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Motivada por um equívoco de digitação, corrige-se o presente extrato:

Onde se lê:

MUNICÍPIO DE OURO / SC

Pregão Presencial nº. 0028/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 14/10/2015, às 14hs, o Processo Licitatório n.0050/2015, na modalidade Pregão Presencial nº. 0028/2015, tipo menor preço por item, sob regime de entrega parcelada. Objeto: Aquisição de medalhas e troféus para premiação nos eventos esportivos realizados no Município de Ouro. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 24/09/2015. Sônia M. Webber Durigon, Prefeita em Exercício.

Passa a ser lido:

MUNICÍPIO DE OURO / SC

Pregão Presencial nº. 0028/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 22/10/2015, às 14hs, o Processo Licitatório n.0050/2015, na modalidade Pregão Presencial nº. 0028/2015, tipo menor preço por item, sob regime de entrega parcelada. Objeto: Aquisição de medalhas e troféus para premiação nos eventos esportivos realizados no Município de Ouro. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 24/09/2015. Sônia M. Webber Durigon, Prefeita em Exercício.

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº148/2015 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº148/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Tomada de Preços nº148/2015, no dia 03 de Novembro de 2015, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. A TOMADA DE PREÇOS nº148/2015 tem como objeto a contratação de empresa especializada na área de Engenharia e Arquitetura para realização de estudo Geotécnico e Elaboração de projetos executivos para reforma e ampliação da Escola Básica Adriana Weingartner, situada à Rua Germano Spricigo, bairro Caminho Novo, neste Município. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 09 de Outubro de 2015. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

PREGÃO PRESENCIAL 149/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 149/2015

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 26 de outubro de 2015, às 9:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, no Sistema Registro de Preços, que consiste na aquisição de Cimento para ser utilizado na manutenção das diversas Unidades do Município, bem como restaurações nas praças e vias públicas, conforme discriminado nos anexos deste edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: <https://palhoca.atende.net>. Palhoça, 09 de outubro de 2015. PREGOEIRA.

RESOLUÇÃO Nº 083/2015 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

RESOLUÇÃO Nº. 083 / 2015

Dispõe sobre a aprovação do balancete financeiro referente ao mês de agosto de 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião extraordinária realizada no dia 07 de outubro de 2015, às 14:00 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3ª Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS a análise e

deliberação das prestações de contas, do co-financiamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico financeira do SUAS.

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

Considerando que o controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos Recursos Financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da política.

Considerando a CI n. 900/SMAS/2014 da Secretaria Municipal de Assistência Social e CI nº 0728/PGM/2014.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar com ressalvas o balancete financeiro referente ao mês de agosto de 2015, haja vista que permanece aguardando esclarecimentos sobre a utilização de recurso do Fundo Municipal de Assistência Social para pagamento de pensão vitalícia;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 08 de outubro de 2015.

CARIN FABIANA GISELA BECKER

Conselheira Titular – Presidente Interina

Palhoça / SC

RESOLUÇÃO Nº 084/2015 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

RESOLUÇÃO Nº. 084 / 2015

Dispõe sobre o Censo SUAS 2015 do Conselho Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião extraordinária realizada no dia 07 de outubro de 2015, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência da 3ª Idade de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que o CMAS tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito Municipal;

Considerando que o CMAS tem autonomia nas suas deliberações, não devendo haver interferência dos poderes executivo, legislativo e judiciário;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Censo SUAS 2015 do Conselho Municipal de Assistência Social de Palhoça.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 08 de outubro de 2015.
CARIN FABIANA GISELA BECKER
Conselheira Titular – Presidente Interina
Palhoça / SC

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA PROCESSO Nº 12735/2015

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Pelo presente instrumento, de um lado, o Município de Palhoça, de outro lado Lúcia Pickler CPF: 860.648.609-44, doravante denominados COMPROMISSÁRIOS, resolvem as partes celebrar o presente Termo de Ajustamento de Conduta, doravante denominado TAC, fundamentado na Lei 4251/2015.

Este TAC tem como objeto dispor sobre a aprovação por esta municipalidade do projeto de uma edificação para fim de Residencial unifamiliar, com área de 144,00 m², localizada na Rua Pedro José Rosar, 189, bairro Aririu - Palhoça. Processo protocolado sob o número 12735/2015, no qual foi identificada irregularidade que contraria a legislação municipal.

O compromissário compromete-se a pagar multa compensatória máxima de: 200% do valor da TLO - R\$8,72 (oito reais e setenta e dois centavos) - por metro quadrado de área total construída, totalizando R\$ R\$1.255,68 (mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos) - por não atender: afastamento lateral e de fundos, dentro dos parâmetros exigidos na lei.

João Carlos Dorigoni

Superintende de Infraestrutura e Urbanismo
--

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA PROCESSO Nº 15292/2015

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Pelo presente instrumento, de um lado, o Município de Palhoça, de outro lado Kretzer Construtora e Incorporadora Ltda EPP CNPJ: 14.128.380/0001-59, doravante denominados COMPROMISSÁRIOS, resolvem as partes celebrar o presente Termo de Ajustamento de Conduta, doravante denominado TAC, fundamentado na Lei 4251/2015.

Este TAC tem como objeto dispor sobre a aprovação por esta municipalidade do projeto de uma edificação para fim de Residência Geminada, com área de 162,645 m², localizada na Rua F, lote 03, quadra 8, loteamento Porto das Águas, 27, bairro Bela Vista - Palhoça. Processo protocolado sob o número 15292/2015, no qual foi identificada irregularidade que contraria a legislação municipal. O compromissário compromete-se a pagar multa compensatória máxima de: 200% do valor da TLO - R\$8,72 (oito reais e setenta e dois centavos) - por metro quadrado de área total construída, totalizando R\$ R\$1.418,26 (um mil, quatrocentos e dezoito reais e vinte e seis centavos) - por não atender: Áreas e dimensões mínimas dos ambientes e das aberturas, dentro dos parâmetros exigidos na lei.

Palhoça, 17 de agosto de 2015.

João Carlos Dorigoni

Superintende de Infraestrutura e Urbanismo

Papanduva

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 095/2015

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 077/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 02/10/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa GILBERTO OSTROVSKI ME, inscrita no CNPJ sob nº 12.401.455/0001-06, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a prestação de serviços elétricos, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 – A prestação dos serviços contratados somente poderá ser realizado pela contratada que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais), relativos ao item 01, objeto do pregão presencial registro de preços 077/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 077/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E

RECEBIMENTO

4.1 – O serviço deverá ser executado no território do Município de Papanduva/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

4.2 – A contratada deverá iniciar a execução do objeto, imediatamente após receber a devida ordem de serviços e/ou solicitação da Secretaria solicitante;

4.3 – Os serviços deverão ser prestados conforme necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação;

4.4 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ao) efetuado(s) até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao do serviço prestado, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada do relatório circunstanciado devidamente assinado pelo servidor que acompanhou a execução dos serviços e acompanhada da respectiva Nota Fiscal;

4.5 – A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido neste instrumento e seus adendos;

5.2 – Deverá fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto da presente Ata de Registro de Preços;

5.3 – Deverá formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços adjudicados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, devendo manter profissional disponível para atendimento às solicitações emergenciais para os reparos inadiáveis dos prédios públicos, inclusive, sábados, domingos e feriados (reparos de caráter emergencial);

5.3.1 – A manutenção, que consiste na eliminação de todos os defeitos do sistema, de forma a permitir o seu perfeito funcionamento, será prestada com o fornecimento de mão de obra especializada e ferramental próprio;

5.3.2 – Toda a manutenção deverá ser executada sempre que solicitado;

5.3.3 – Manter durante toda a vigência do contrato, pessoal e ferramental necessário para a execução dos serviços previstos;

5.3.4 – Arcar com despesas de deslocamentos dos profissionais até o local dos serviços;

5.3.5 – Deverá manter, durante toda a vigência do contrato, pessoal e ferramental necessário para a execução dos serviços previstos e arcar com despesas de deslocamentos dos profissionais até o local dos serviços;

5.4 – A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e normas de segurança e higiene do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos que trabalharem;

5.5 – A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do Serviço;

5.6 – Também deverá prestar os serviços contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade;

5.7 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele

assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão da Ata de Registro de Preços por não cumprimento da mesma;

5.8 – Deverá cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 077/2015 e seus anexos;

5.9 – Responsabilizar-se-á pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

5.10 – Pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

5.11 – Manter durante a vigência desta Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

5.12 – Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o serviço em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

5.13 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos serviços exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá refazê-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a empresa vencedora prestar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

7.1.1 – Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;

7.1.2 – Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Instrumento;

7.1.3 – Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editais ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

7.2.1 – Advertência;

7.2.2 – Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

7.2.3 – Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

7.2.4 – Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de executar, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes desta Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 02 de outubro de 2015.

Márcio Wisnievski - Pregoeiro

Erli Edvina Wunsche Bacellar - Equipe de Apoio

Otávio Hunka - Equipe de Apoio

Sônia Terezinha Mendes Novack - Equipe de Apoio

Gilberto Ostrovski – Pela Contratada

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2566, DE 08.10.2015 - REGULAMENTA E APROVA DESCRIÇÃO DE CARGO CRIADO PELA LC 044 -2013

DECRETO Nº 2566, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Regulamenta e Aprova a Descrição e Demais Condições de Ingresso do Cargo Aprovado pela Lei Complementar nº 044, de 22 de fevereiro de 2013, e dá outras providências.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com o inciso VI do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com os novos cargos criados pela Lei Complementar nº 044, de 22 de fevereiro de 2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica regulamentada e aprovada as descrições das atribuições, regime de trabalho, condições para ingresso e habilitação dos cargos de provimento efetivo do Poder Executivo Municipal, conforme consta no Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, de 08 de outubro de 2015.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

ANEXO ÚNICO

1 – PESSOAL EM QUADRO PERMANENTE

REGIME DE TRABALHO

Regime Jurídico Estatutário**CONDIÇÕES PARA INGRESSO****Concurso de Provas ou Provas e Títulos****HABILITAÇÃO**

I – Médico Pediatra, Médico Ginecologista, Médico Psiquiatra, Médico Oftalmologista e Médico Obstetra – possuir Ensino Superior Completo na área de atuação e registro no órgão fiscalizador da profissão.

CARGA HORÁRIA**20 HORAS SEMANAIS****DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:****I – Médico Pediatra:**

Descrição resumida: Presta assistência médica específica às crianças até a adolescência, examinando-as e prescrevendo cuidados pediátricos ou tratamentos, para avaliar, preservar ou recuperar sua saúde:

Descrição detalhada: examina a criança, auscultando-as, executando palpções e percussões, por meio de estetoscópio e de outros aparelhos específicos, para verificar a presença de anomalias e malformações congênitas do recém-nascido, avaliar-lhe as condições de saúde e estabelecer diagnóstico; avalia o estágio de crescimento e desenvolvimento da criança, comparando-o com os padrões normais, para orientar a alimentação, indicar exercícios, vacinação e outros cuidados; estabelece o plano médico-terapêutico-profilático, prescrevendo medicação, tratamento e dietas especiais, para solucionar carências alimentares, anorexias, desidratação, infecções, parasitoses e prevenir a tuberculose, tétano, difteria, coqueluche e outras doenças; trata lesões, doenças ou alterações orgânicas infantis, indicando ou realizando cirurgias, prescrevendo pré-operatório e acompanhando o pós-operatório, para possibilitar a recuperação da saúde; participa do planejamento, execução e avaliação de planos, programas e projetos de saúde pública, enfocando os aspectos de sua especialidade, para cooperar na promoção, proteção e recuperação da saúde física e mental das crianças.

II – Médico Obstetra:

Descrição resumida: Atende à mulher no ciclo gravídico-puerperal, prestando assistência médica específica, para preservar a vida e a saúde da mãe e do filho:

Descrição detalhada: faz a anamnese, exame clínico e obstétrico e requisita ou realiza testes de laboratório, valendo-se de técnicas usuais, para compor o quadro clínico da cliente e diagnosticar a gravidez; requisita exames de sangue, fezes e urina e analisa e interpreta os resultados dos mesmos, comparando-os com os padrões normais, para prevenir e/ou tratar anemias, sífilis, parasitoses, incompatibilidade do sistema Rh, diabetes, moléstia hipertensiva e outras que possam perturbar a gestação; controla a evolução da gravidez, realizando exames periódicos, verificando a mensuração uterina, o foco fetal, a pressão arterial e o peso, para prevenir ou tratar as intercorrências clínicas ou obstétricas; acompanha a evolução do trabalho do parto, verificando a dinâmica uterina, a dilatação do colo do útero e condições do canal de parto, o gráfico do foco fetal e o estado geral da parturiente, para evitar distócia; indica o tipo de parto, atentando para as condições do pré-natal ou do período de parto, para assegurar resultados satisfatórios; assiste a parturiente no parto normal, no parto cirúrgico ou no cesariano, fazendo, se necessário, episiotomia, aplicando fórceps ou realizando operação cesárea, para preservar a vida da mãe e do filho; controla o puerpério imediato e mediato, verificando diretamente ou por intermédio da enfermeira a eliminação de lóquios, a involução uterina e as condições de amamentação, para prevenir ou tratar infecções ou qualquer intercorrência; realiza o exame pós-natal, fazendo o exame clínico e ginecológico, para avaliar a recuperação do organismo materno. Pode realizar exames

médico-periciais pertinentes à especialidade. Pode prestar os primeiros cuidados ao recém-nascido. Pode participar de programas ou projetos de saúde pública aplicados à saúde materna.

III – Médico Ginecologista:

Descrição resumida: Trata de afecções do aparelho reprodutor feminino e órgãos anexos, empregando tratamento clínico-cirúrgico, para promover ou recuperar a saúde:

Descrição detalhada: examina o cliente fazendo inspeção, palpação e toque, para avaliar as condições gerais dos órgãos; realiza exames específicos de colposcopia e colpocitologia, utilizando colposcópio e lâminas, para fazer diagnóstico preventivo de afecções genitais e orientação terapêutica; executa biópsia de órgãos ou tecidos suspeitos, colhendo fragmentos dos mesmos para realizar exame anatomopatológico e estabelecer o diagnóstico e a conduta terapêutica; faz cauterizações do colo uterino, empregando termocautério ou outro processo, para tratar as lesões existentes; executa cirurgias ginecológicas, seguindo as técnicas indicadas a cada caso, para corrigir processos orgânicos e extrair órgãos ou formações patológicas; participa de equipe de saúde pública, propondo ou orientando condutas, para promover programas de prevenção do câncer ginecológico e das mamas ou de outras doenças que afetam a área genital. Pode colher secreções vaginais ou mamárias, para encaminhá-las a exame laboratorial. Pode fazer aplicações de quimioterapia para tratamento de tumores malignos, em conjunto com o médico radioterapeuta (0-61.67).

IV – Médico Oftalmologista:

Descrição resumida: Examina e medica os olhos, empregando processos adequados e instrumentação específica, tratamentos cirúrgicos, prescrevendo lentes corretoras e medicamentos, para promover ou recuperar a saúde visual:

Descrição detalhada: examina os olhos, utilizando técnica e aparelhagem especializada, como oftalmômetro e outros instrumentos, para determinar a acuidade visual, vícios de refração e alterações de anatomia decorrentes de doenças gerais, como diabetes, hipertensão, anemia e outras; efetua cirurgias como oftalmoplastia e oftalmotomia, utilizando oftalmostato, oftalmoscópio, oftalmoxistro e outros instrumentos e aparelhos apropriados, para regenerar ou substituir o olho, partes dele ou de seu apêndices e realizar enxerto ou prótese ocular e incisões do globo ocular; prescreve lentes, exercícios ortóticos e medicamentos, baseando-se nos exames realizados e utilizando técnicas e aparelhos especiais, para melhorar a visão do paciente ou curar afecções do órgão visual; realiza exames clínicos, utilizando técnicas e aparelhagem apropriadas, para determinar a acuidade visual e detectar vícios de refração, visando à admissão de candidatos a empregos, concessão de carteira de habilitação de motorista e outros fins; coordena programa de higiene visual especialmente para escolares e adolescentes, participando de equipes de saúde pública, para orientar na preservação da visão e prevenção de cegueira.

V – Médico Psiquiatra:

Descrição resumida: Diagnostica e trata as afecções psicopatológicas, empregando técnicas especiais, individuais ou de grupo, para prevenir, recuperar ou reabilitar o paciente:

Descrição detalhada: examina o cliente, adotando meios específicos, como a observação, o desenvolvimento da empatia e outros, para situar a problemática conflitiva do paciente; desenvolve a catarse do paciente, estabelecendo a intercomunicação e transferência, para elaborar o diagnóstico; encaminha o paciente a sessões de psicoterapia individual ou de grupo, baseando-se nas necessidades e nas indicações para o caso, para auxiliá-lo e ajustar-se ao meio; procede ao planejamento, orientação e/ou execução de programas de higiene mental, formando grupos de adolescentes, de pais, de alcoólatras e outros, para proporcionar orientação sexual, terapia ocupacional, preparação para o matrimônio, psicoterapia e grupo e outras atividades de apoio; aconselha familiares dos pacientes, entrevistando-os e orientando-os, para possibilitar a

formação de atitudes adequadas ao trato com os mesmos; prescreve e/ou aplica tratamentos biológicos específicos, empregando medicamentos ou aparelhos especiais, para promover estímulos cerebrais ou diminuir excitações; realiza cirurgias específicas, utilizando instrumentos e aparelhos especiais, para eliminar focos cerebrais determinantes de hiperexcitabilidade. Pode realizar exames eletroencefalográficos, empregando aparelhos especiais, para localizar arritmias ou focos cerebrais.

LEI Nº 2069, DE 08.10.2015 - INSTITUI A SEMANA DE CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA DE PAPANDUVA

Lei nº 2069, de 08 de outubro de 2015.

Institui a Semana da Conscientização Política de Papanduva, para as Escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal.

Girseliano Moreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Papanduva, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno,

Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e o Prefeito Municipal de Papanduva, Dario Schicovski, sanciona a seguinte LEI

Art. 1º. Fica instituída a "SEMANA DA CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA" no município de Papanduva a ser comemorada sempre na 1ª semana do mês de setembro, devido seu caráter cívico, a partir do ano de 2016;

Art. 2º. Nesta semana as Escolas Municipais de Ensino Fundamental do Município de Papanduva, deverão promover ciclos de palestras e atividades sobre formação política a ser dirigida aos alunos de forma clara e objetiva, levando ao conhecimento dos estudantes as efetivas funções e atribuições dos políticos do município, tanto nas esferas do Poder Executivo, quanto do Poder Legislativo.

Art. 3º. O objetivo dessa Semana de Conscientização Política é aproximar os estudantes da realidade dos trabalhos desenvolvidos pela Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores, bem como, das diversas Secretarias existentes nessas duas Instituições Públicas, fazendo com que os estudantes adquiram uma visão cidadã e política, tornando-se futuramente, eleitores conscientes e comprometidos com o processo democrático de nossa cidade e nosso País.

Art. 4º. A Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores poderão receber nessa Semana visitas pré-agendadas de alunos dos referidos estabelecimentos estudantis, a fim de conhecerem de perto as dependências e os trabalhos desenvolvidos.

Art. 5º. Da mesma forma, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Secretários, Prefeito e vice, poderão visitar as escolas para promoverem palestras, debates e "workshops" desde que solicitados pelos respectivos diretores de tais estabelecimentos de educação de ensino fundamental.

Art. 6º. As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verba orçamentária própria.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Papanduva, 08 de outubro de 2015.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Esta Lei Complementar foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 83 102 533/0001-01, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski altera a quantidade da ata da registrada, a empresa AUTO POSTO PIRAMIDE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.125.830/0001-33, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ATA PRINCIPAL

Este aditamento fica inteiramente vinculado à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015 datada de 20 de fevereiro de 2015, referente ao processo licitatório Pregão Presencial – Registro de Preços nº 004/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 01 Gasolina Comum, nas mesmas proporções do reajuste ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição do contratado, NF 001.007.458 de 05/02/2015 e NF 1086508 de 01/10/2015 da Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., passando portando o preço unitário, registrado, do litro de Gasolina Comum, de R\$ 3,49 para R\$ 3,708.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 65 inciso II, alínea "d", da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições da Ata ora aditada, permanecem vigendo em sua integralidade.

Papanduva (SC), 02 de outubro de 2015.

Dario Schicovski Auto Posto Pirâmide Ltda
PELA CONTRATANTE PELA CONTRATADA

Testemunhas:

Marcio Wisnievski Ricardo Zenfe
Matricula: 50 Matricula: 2675

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira
Assessor Jurídico
OAB/SC 14035B

QUARTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2014

QUARTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2014

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2014

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 83 102 533/0001-01, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski altera a quantidade da ata da registrada, a empresa AUTO POSTO PIRAMIDE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.125.830/0001-33, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ATA PRINCIPAL

Este aditamento fica inteiramente vinculado à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2014 datada de 29 de outubro de 2014, referente ao processo licitatório Pregão Presencial – Registro de Preços nº 121/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 02 Óleo Diesel S10, nas mesmas proporções do reajuste ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição do contratado, NF 001.007.458 de 05/02/2015 e NF 1086508 de 01/10/2015 da Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., passando portando o preço unitário, registrado, do litro de Óleo Diesel S10, de R\$ 2.848 para R\$ 2.95.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 65 inciso II, alínea "d", da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições da Ata ora aditada, permanecem vigendo em sua integralidade.

Papanduva (SC), 02 de outubro de 2015.

Dario Schicovski Auto Posto Pirâmide Ltda
PELA CONTRATANTE PELA CONTRATADA

Testemunhas:

Marcio Wisnievski Ricardo Zenfe
Matricula: 50 Matricula: 2675

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira
Assessor Jurídico
OAB/SC 14035B

portando o preço unitário, registrado, do litro de Gasolina Comum, de R\$ 3,708 para R\$ 3,74.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Está amparado no Artigo 65 inciso II, alínea "d", da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

As demais cláusulas e condições da Ata ora aditada, permanecem vigendo em sua integralidade.

Papanduva (SC), 08 de outubro de 2015.

Dario Schicovski Auto Posto Pirâmide Ltda
PELA CONTRATANTE PELA CONTRATADA

Testemunhas:

Marcio Wisnievski Ricardo Zenfe
Matricula: 50 Matricula: 2675

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Orlando Marcelo Vieira
Assessor Jurídico
OAB/SC 14035B

SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015

Pelo presente Termo, de um lado a Prefeitura Municipal de Papanduva estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 83 102 533/0001-01, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski altera a quantidade da ata da registrada, a empresa AUTO POSTO PIRAMIDE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.125.830/0001-33, para constar a seguinte alteração:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ATA PRINCIPAL

Este aditamento fica inteiramente vinculado à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015 datada de 20 de fevereiro de 2015, referente ao processo licitatório Pregão Presencial – Registro de Preços nº 004/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário para o item 01 Gasolina Comum, nas mesmas proporções do reajuste ocorrido e demonstrado pelas Notas Fiscais de aquisição do contratado, NF 001.007.458 de 05/02/2015 e NF 1086508 de 01/10/2015 da Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., passando

Passos Maia

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO N. 0093/2015

EXTRATO CONTRATO n. 0093/2015

PROCESSO LICITATORIO n. 0049/2015

PREGÃO ELETRÔNICO n. 0034/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA

Objeto: O presente instrumento contratual tem como objeto a aquisição de materiais de enfermagem, para atender as necessidades das unidades de saúde do município de Passos Maia, pelo período de 12 (doze) meses, de forma parcelada, de acordo com as especificações constantes no Processo Licitatório n. 0049/2015, Pregão eletrônico n. 0034/2015.

Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagara a quantia de R\$ 18.921,64 (dezoito mil novecentos e vinte e um reais e sessenta e quatro centavos).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses.

Passos Maia, SC, 09 de outubro de 2015.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

Pregão eletrônico n. 0034/2015.

Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagara a quantia de R\$ 18.155,60 (dezoito mil cento e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses.

Passos Maia, SC, 09 de outubro de 2015.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO N. 0096/2015

EXTRATO CONTRATO n. 0096/2015

PROCESSO LICITATORIO n. 0049/2015

PREGÃO ELETRÔNICO n. 0034/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: EXPODEL BR PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA

Objeto: O presente instrumento contratual tem como objeto a aquisição de materiais de enfermagem, para atender as necessidades das unidades de saúde do município de Passos Maia, pelo período de 12 (doze) meses, de forma parcelada, de acordo com as especificações constantes no Processo Licitatório n. 0049/2015, Pregão eletrônico n. 0034/2015.

Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagara a quantia de R\$ 6.206,90 (seis mil duzentos e seis reais e noventa centavos).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses.

Passos Maia, SC, 09 de outubro de 2015.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO N. 0094/2015

EXTRATO CONTRATO n. 0094/2015

PROCESSO LICITATORIO n. 0049/2015

PREGÃO ELETRÔNICO n. 0034/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: DENTAL OESTE EPP

Objeto: O presente instrumento contratual tem como objeto a aquisição de materiais de enfermagem, para atender as necessidades das unidades de saúde do município de Passos Maia, pelo período de 12 (doze) meses, de forma parcelada, de acordo com as especificações constantes no Processo Licitatório n. 0049/2015, Pregão eletrônico n. 0034/2015.

Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagara a quantia de R\$ 6.672,47 (seis mil seiscentos e setenta e dois reais e quarenta e sete centavos).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses.

Passos Maia, SC, 09 de outubro de 2015.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO N. 0097/2015

EXTRATO CONTRATO n. 0097/2015

PROCESSO LICITATORIO n. 0049/2015

PREGÃO ELETRÔNICO n. 0034/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA ME

Objeto: O presente instrumento contratual tem como objeto a aquisição de materiais de enfermagem, para atender as necessidades das unidades de saúde do município de Passos Maia, pelo período de 12 (doze) meses, de forma parcelada, de acordo com as especificações constantes no Processo Licitatório n. 0049/2015, Pregão eletrônico n. 0034/2015.

Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagara a quantia de R\$ 33.671,90 (trinta e três mil seiscentos e setenta e um reais e noventa centavos).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses.

Passos Maia, SC, 09 de outubro de 2015.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO N. 0095/2015

EXTRATO CONTRATO n. 0095/2015

PROCESSO LICITATORIO n. 0049/2015

PREGÃO ELETRÔNICO n. 0034/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

Objeto: O presente instrumento contratual tem como objeto a aquisição de materiais de enfermagem, para atender as necessidades das unidades de saúde do município de Passos Maia, pelo período de 12 (doze) meses, de forma parcelada, de acordo com as especificações constantes no Processo Licitatório n. 0049/2015,

Paulo Lopes

PREFEITURA

AVISO CHAMADA PUBLICA Nº. 02/2015

CHAMADA PUBLICA Nº. 02/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes torna público o Edital de Chamada Pública Nº 02/2015, para seleção e possível contratação de entidades privadas prestadoras de serviços de saúde para os procedimentos que constam no anexo I do Edital discriminados na "Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais (OPM), disponível através do SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS", que se encontra disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br>, conforme Termo de Referência (Anexo I). Informamos que o edital ficou aberto para receber propostas dos interessados até o dia 29 de setembro de 2015, no entanto, transcorrido o período de publicação restaram itens desertos. Considerando a necessidade da Secretaria de Saúde quanto a contratação dos serviços, torna-se publico para conhecimento dos interessados que o respectivo edital ficará aberto para recebimento de novas propostas de credenciamento até o dia 30 de novembro de 2015. O edital completo encontra-se a disposição na internet, no endereço www.paulolopes.sc.gov.br, ou não sendo possível, poderá ser obtido através de cópias, as expensas dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, centro.

Paulo Lopes, 09 de outubro de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 17/2015

PORTARIA Nº. 17/15

OZIEL EVALDO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, assim como lhe confere o art. 14 da Lei Orgânica do Município, com base no Prejulgado 1277 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolve:

PRORROGAR

Por mais 30 dias, em regime de urgência, os serviços contábeis realizados pela servidora Luceni Firmino Silvano Fermiano, contadora, efetiva, do Poder Executivo, desempenhados temporariamente, para esta Casa Legislativa, devido a vacância do cargo de contador da Câmara, em face do pedido de exoneração do funcionário efetivo.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paulo Lopes, 09 de outubro de 2015.

Oziel Evaldo Silva

Presidente

Publicada a presente Portaria em 09 de outubro de 2015.

Penha

PREFEITURA

2408/2015

DECRETO Nº. 2408/2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, NOVALOR DE R\$ 906.061,76 (NOVECIENTOS E SEIS MIL, SESENTA E UM REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS), E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art.1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no art. 167, II, da Constituição Federal; e de conformidade com o art. 41, I da Lei nº. 4.320/64E Lei Municipal nº 2.734 de 10 de dezembro de 2014, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 906.061,76 (novecentos e seis mil, sessenta e um reais e setenta e seis centavos), na seguinte dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Ensino
Programa de Trabalho: 12.361.00009
Atividade: 2.032 – Funcionamento e manutenção do FUNDEB 40% - Ensino Fundamental
Recurso: 0.1.0019 –FUNDEB 40%
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (165) – Aplicações Diretas
..... R\$ 623.411,68

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Ensino
Programa de Trabalho: 12.361.00009
Atividade: 2.033 – Funcionamento e manutenção do FUNDEB 40% - Ensino Infantil
Recurso: 0.1.0019 –FUNDEB 40%
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (087) – Aplicações Diretas
..... R\$ 282.650,08

Art.2º - As suplementações das dotações decorrentes com a execução do presente Decreto correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Ensino
Programa de Trabalho: 12.361.00009
Atividade: 2.032 – Funcionamento e manutenção do FUNDEB 40% - Ensino Fundamental
Recurso: 0.1.0019 –FUNDEB 40%
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (166) – Aplicações Diretas
..... R\$ 366.720,00
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (167) – Aplicações Diretas
..... R\$ 256.691,68

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Ensino
Programa de Trabalho: 12.361.00009
Atividade: 2.033 – Funcionamento e manutenção do FUNDEB 40% - Ensino Infantil
Recurso: 0.1.0019 –FUNDEB 40%
Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (088) – Aplicações Diretas
..... R\$ 189.000,00
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (089) – Aplicações Diretas
..... R\$ 93.650,08

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 09 de outubro de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

2º TERMO ADITIVO Nº 17/2015- FMAS

2º Termo Aditivo nº 17/2015- FMAS
Ao contrato nº 24/2014 FMAS

Licitação: Processo Licitatório nº. 11/2014 -FMAS, modalidade Pregão Presencial nº. 07/2014 -FMAS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA UTILIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS PARTICIPANTES DE CURSOS OFERECIDOS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Pelo presente instrumento do 2º Termo aditivo nº 17/2015-PMP ao Contrato Administrativo nº 24/2014 FMAS, para fornecimento de materiais, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, divorciado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA, com sede na cidade de Navegantes/SC, Av. João Sacavém, nº 85, sala 06, bairro Centro, CEP: 88375-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.060.647/0001-50, neste ato representada Iza-bel Meurer, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 24/2014 FMAS, fica prorrogado até o dia 31.12.2015, a contar de 31.05.2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 31 de Maio de 2015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME : GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ERRATA 2**ERRATA DE EDITAL 2**

TOMADA DE PREÇO Nº 07/2015 - PMP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/2015 - PMP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA – na condição de Contratante – através da Secretaria da Administração, comunica aos interessados que fará realizar TOMADA DE PREÇO, cujo regime de execução é EMPREITADA GLOBAL, do tipo “MENOR PREÇO GLOBAL” para a contratação de Empresa (s) do ramo pertinente para execução de obras descritas no Item 1 – OBJETO, devendo os envelopes contendo a Documentação e Proposta de Preços serem entregues até às 09 horas do dia de 07 de outubro de 2015, no Departamento de licitação na Avenida Nereu Ramos, nº 19, Centro. Os envelopes serão abertos às 09 horas do dia 07 de outubro de 2015 no mesmo local. A presente Licitação é regida pela Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93 e posteriores alterações, e demais condições deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 – A presente Licitação tem por objeto Prestação de Serviço de engenharia com fornecimento de material e mão de obra para construção do Centro Educacional Esportivo no bairro Gravatá, conforme projeto, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

ONDE SE LÊ:

7 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

7.1 – As licitantes deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação, em original, por qualquer processo de cópia previamente autenticada por cartório competente, ou por servidor da Administração municipal, ou publicação em órgão da imprensa oficial, em única via:

f) - Apresentação de Grau de Endividamento (GE) igual ou inferior a 0.30 (zero virgula trinta), por meio do preenchimento do Anexo I, que demonstra a fórmula para o referido cálculo.

LEIA-SE:

f) - Apresentação de Grau de Endividamento (GE) igual ou inferior a 0.75 (zero virgula setenta e cinco), por meio do preenchimento do Anexo I, que demonstra a fórmula para o referido cálculo.

ONDE SE LÊ:

13 – DO REAJUSTE DOS PREÇOS

13.1 – Os preços serão fixos e irrevogáveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28, da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

LEIA-SE:

13 – DO REAJUSTE DOS PREÇOS

13.1 – Os preços poderão ser reajustáveis após 12 meses de contrato a qual será feito pelo índice INCC (Índice Nacional da Construção Civil).

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Onde se lê:

Penha/SC, 21 de setembro de 2015.

Leia-se:

Penha, 05 de outubro de 2015.

Motivo: Houve um erro de digitação na data.

DANIELE S.DE S. LUNGE

Secretária da Administração

AVISO DE ERRATA 2**ERRATA DE EDITAL 2**

TOMADA DE PREÇO Nº 09/2015 - PMP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 57/2015 - PMP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA – na condição de Contratante – através da Secretaria da Administração, comunica aos interessados que fará realizar TOMADA DE PREÇO, cujo regime de execução é EMPREITADA GLOBAL, do tipo “MENOR PREÇO GLOBAL” para a contratação de Empresa (s) do ramo pertinente para execução de obras descritas no Item 1 – OBJETO, devendo os envelopes contendo a Documentação e Proposta de Preços serem entregues até às 14 horas do dia 07 de outubro de 2015, no Departamento de licitação na Avenida Nereu Ramos, nº 19, Centro. Os envelopes serão abertos às 14 horas do dia 07 de outubro de 2015 no mesmo local. A presente Licitação é regida pela Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93 e posteriores alterações, e demais condições deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 – A presente Licitação tem por objeto Prestação de Serviço de engenharia com fornecimento de material e mão de obra para construção de Creche Municipal no bairro Gravatá, conforme projeto, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

ONDE SE LÊ:

7 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

7.1 – As licitantes deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação, em original, por qualquer processo de cópia previamente autenticada por cartório competente, ou por servidor da Administração municipal, ou publicação em órgão da imprensa oficial, em única via:

f) - Apresentação de Grau de Endividamento (GE) igual ou inferior a 0.30 (zero virgula trinta), por meio do preenchimento do Anexo I, que demonstra a fórmula para o referido cálculo.

LEIA-SE:

f) - Apresentação de Grau de Endividamento (GE) igual ou inferior a 0.75 (zero virgula setenta e cinco), por meio do preenchimento do Anexo I, que demonstra a fórmula para o referido cálculo.

ONDE SE LÊ:

13 – DO REAJUSTE DOS PREÇOS

13.1 – Os preços serão fixos e irrevogáveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28, da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

LEIA-SE:

13 – DO REAJUSTE DOS PREÇOS

13.1 – Os preços poderão ser reajustáveis após 12 meses de contrato a qual será feito pelo índice INCC (Índice Nacional da Construção Civil).

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Onde se lê:

Penha/SC, 21 de setembro de 2015.

Leia-se:
Penha, 05 de outubro de 2015.
Motivo: Houve um erro de digitação na data.

DANIELE S. DE S. LUNGE
Secretária da Administração

AVISO DE ERRATA 2

ERRATA DE EDITAL 2
TOMADA DE PREÇO Nº 08/2015 - PMP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº56/2015 - PMP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA – na condição de Contratante – através da Secretaria da Administração, comunica aos interessados que fará realizar TOMADA DE PREÇO, cujo regime de execução é EMPREITADA GLOBAL, do tipo “MENOR PREÇO GLOBAL” para a contratação de Empresa (s) do ramo pertinente para execução de obras descritas no Item 1 – OBJETO, devendo os envelopes contendo a Documentação e Proposta de Preços serem entregues até às 11 horas do dia 07 de outubro de 2015, no Departamento de licitação na Avenida Nereu Ramos, nº 19, Centro. Os envelopes serão abertos às 11 horas do dia 07 de outubro de 2015 no mesmo local. A presente Licitação é regida pela Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93 e posteriores alterações, e demais condições deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 – A presente Licitação tem por objeto Prestação de Serviço de engenharia com fornecimento de material e mão de obra para reforma e ampliação da Escola Básica Municipal Rubens João de Souza, conforme projeto, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

ONDE SE LÊ:

7 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

7.1 – As licitantes deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação, em original, por qualquer processo de cópia previamente autenticada por cartório competente, ou por servidor da Administração municipal, ou publicação em órgão da imprensa oficial, em única via:

f) - Apresentação de Grau de Endividamento (GE) igual ou inferior a 0.30 (zero virgula trinta), por meio do preenchimento do Anexo I, que demonstra a fórmula para o referido cálculo.

LEIA-SE:

f) - Apresentação de Grau de Endividamento (GE) igual ou inferior a 0.75 (zero virgula setenta e cinco), por meio do preenchimento do Anexo I, que demonstra a fórmula para o referido cálculo.

ONDE SE LÊ:

13 – DO REAJUSTE DOS PREÇOS

13.1 – Os preços serão fixos e irrevogáveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28, da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

LEIA-SE:

13 – DO REAJUSTE DOS PREÇOS

13.1 – Os preços poderão ser reajustáveis após 12 meses de contrato a qual será feito pelo índice INCC (Índice Nacional da Construção Civil).

As demais cláusulas permanecem inalteradas

Onde se lê:
Penha/SC, 21 de setembro de 2015.

Leia-se:
Penha, 05 de outubro de 2015.
Motivo: Houve um erro de digitação na data.

DANIELE S. DE S. LUNGE
Secretária da Administração

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO CC01/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2014 - PMP
A presente Licitação tem por objeto CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, pelo prazo de 35 (trinta e cinco anos) anos, conforme os termos deste EDITAL e dos seus Anexos.
O presente processo licitatório foi homologado em 28/08/2015 e será remetido ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina para análise.
Coordenação do Processo: Gabriela Garbini Strelow – Presidente da Comissão Especial de Licitações.
Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria de Administração.
HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.
Telefone: 47 – 3345-4649 (ramal 23)
Penha, 28 de agosto de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES – Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 120/2015-FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 120/2015 – FMS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2014 -FMS, MODALIDADE PRE-GÃO PRESENCIAL Nº 24/2014- FMS
CONTRATADO: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL E EMPRÉSTIMOS EM REGIME DE COMODATO DE MANÔMETROS, FLUXÔMETROS E CILINDROS DE OXIGÊNIO.
VALOR TOTAL: R\$ \$: 12.938,48 (DOZE MIL, NOVECIENTOS E TRINTA E OITO REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS)
DATA ASSINATURA : 26/09/2015
VIGÊNCIA: ATÉ 31/12/2015
PENHA, 26 DE SETEMBRO DE 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

CONTRATO Nº 179/2015-PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 179/2015 – PMP
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2015 - PMP, MODALIDADE CARTA CONVITE Nº 06/2015- PMP
CONTRATADA: J.J.D.LTDA-ME
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REMOÇÃO, REGULARIZAÇÃO, COMPACTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO COM PAVER DA RUA ARMIN SOUZA NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC
VALOR TOTAL: R\$ 36.314,17 (TRINTA E SEIS MIL, TREZENTOS E CATORZE REAIS E DEZESSETE CENTAVOS)
DATA DA ASSINATURA: 09/10/2015
VIGÊNCIA: ATÉ 09/02/2016
PENHA, 09 DE OUTUBRO DE 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

CONTRATO Nº 180/2015-PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 180/2015 – PMP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2015 - PMP, MODALIDADE PRE-
GÃO PRESENCIAL Nº 34/2015- PMP

CONTRATADA: ETER TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARGAS DE BARRO PARA SER UTILIZA-
DA PARA ATERRO DE TERRENO ONDE SERÁ CONSTRUÍDA UMA
CRECHE NO BAIRRO DO GRAVATÁ NO MUNICÍPIO DE PENHA/SCVALOR TOTAL: R\$ 53.500,00 (CINQUENTA E TRÊS MIL E QUI-
NHENTOS REAIS), DATA DA ASSINATURA: 09/10/2015

VIGÊNCIA: ATÉ 31/12/2015

PENHA, 09 DE OUTUBRO DE 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRES-
TAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA NOS EQUIPA-
MENTOS, REDES E SOFTWARES (INCLUSIVE: BETHA COMPRAS,
BETHA TRIBUTOS, BETHA SAPO, E OUTROS SISTEMAS BETHAS
DISPONÍVEIS NA ADMINISTRAÇÃO) PARA AS SECRETARIAS DE:
ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PE-
NHA/SC

VALOR TOTAL: R\$ 72.000,00 (SETENTA MIL REAIS)

DATA DA ASSINATURA: 09/10/2015

VIGÊNCIA: ATÉ 31/12/2015

PENHA, 09 DE OUTUBRO DE 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

CONTRATO Nº 181/2015-PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 181/2015 – PMP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2015 - PMP, MODALIDADE PRE-
GÃO PRESENCIAL Nº 31/2015- PMP

CONTRATADA: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ME

PORTARIA Nº 275/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 275/2015

EXONERA: a pedido a Sra. FRANCIELLE JOYCE FUCKNER LEONEL,
do cargo de Técnico em Radiologia, com carga horária de 20 horas
semanais, a contar desta data. Revogando a Portaria nº 158/2015.
Penha/SC, 09 de outubro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**ATO Nº 014/2015**

ATO 014/CMP/ED001/2015

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR COM PONTUAÇÃO DE TÍTULOS

DO EDITAL Nº 001/2015 DE CONCURSO PÚBLICO DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente a Co-
missão de acompanhamento do Concurso e o Instituto o Barriga Verde, torna público o que segue:1. A Classificação Preliminar da prova escrita com a pontuação de títulos dos candidatos ao cargo de Advogado e Jornalista do Concurso
Público Edital 001/2015, já considerando os critérios de desempate, consta divulgada no Anexo I deste ato.

2. Os recursos contra esta Classificação podem ser interpostos nos dias 13 e 14 de Outubro de 2015 nos termos do Edital.

PENHA, 09 de Outubro de 2015

Felipe Rebello Schmidt

Presidente da Câmara

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR COM PONTUAÇÃO DE TÍTULOS

Legenda:

CG=Conhecimento Gerais; CE=Conhecimento Específicos; TA=Total de Acertos

NPE=Nota da Prova Escrita; PT=Ponto Títulos; NF=Nota Final

Advogado Ensino Superior												
Posi- ção	Insc.	Candidato	NASC.	CG		CE		TA	NPE	PT	NF	SITUA- ÇÃO
				Acertos	Nota	Acer- tos	Nota					
1	106742	Gleycellen Jussiani De Freitas Da Silva	23/10/1986	13	2,60	21	5,88	34	8,48	0,50	8,98	Aprovado
2	99139	Sabrine Santos De Souza Besen Floriani	23/08/1983	14	2,80	20	5,60	34	8,40	0,50	8,90	Aprovado
3	99233	Bianca Dalri Menestrina	02/06/1988	10	2,00	21	5,88	31	7,88	0,50	8,38	Aprovado

4	106919	Christiano Celmer Balz	23/04/1982	13	2,60	17	4,76	30	7,36	1,00	8,36	Aprovado
5	105868	Daniela Fernanda Da Silva	17/11/1982	10	2,00	20	5,60	30	7,60	0,50	8,10	Aprovado
6	105990	Priscila Pimont Berndt	14/02/1986	11	2,20	21	5,88	32	8,08	0,00	8,08	Aprovado
7	106893	Charles Saint-clair Heil	19/11/1975	11	2,20	19	5,32	30	7,52	0,50	8,02	Aprovado
8	106544	Samir Leonardo Hallack Mokdisse	14/03/1990	12	2,40	18	5,04	30	7,44	0,50	7,94	Aprovado
9	102939	Leandro Foster	23/10/1977	9	1,80	21	5,88	30	7,68	0,00	7,68	Aprovado
10	100452	Gelson Margotti Pra	16/03/1988	11	2,20	19	5,32	30	7,52	0,00	7,52	Aprovado
11	106323	William Geraldo Azevedo	11/02/1990	11	2,20	19	5,32	30	7,52	0,00	7,52	Aprovado
12	106517	Luis Irapuan Campelo Bessa Neto	02/07/1992	12	2,40	18	5,04	30	7,44	0,00	7,44	Aprovado
13	102563	Nelson Jose Karam Althoff	05/12/1976	9	1,80	17	4,76	26	6,56	0,50	7,06	Aprovado
14	105219	Jose Grava Neto	15/03/1985	10	2,00	18	5,04	28	7,04	0,00	7,04	Aprovado
15	99618	Priscilla Macuco Ferreira	02/04/1986	10	2,00	18	5,04	28	7,04	0,00	7,04	Aprovado
16	100967	Gabriela Soldatelli Schneider	16/01/1990	10	2,00	18	5,04	28	7,04	0,00	7,04	Aprovado
17	98618	Phillipe Guilherme Pereira	04/06/1991	10	2,00	18	5,04	28	7,04	0,00	7,04	Aprovado
18	106106	Jaqueline Cardoso Novais	10/08/1978	11	2,20	17	4,76	28	6,96	0,00	6,96	Aprovado
19	104342	Rafael Alberto Da Silva	03/01/1985	11	2,20	17	4,76	28	6,96	0,00	6,96	Aprovado
20	101048	Gustavo Francisco Reis	06/06/1988	11	2,20	17	4,76	28	6,96	0,00	6,96	Aprovado
21	107348	Carolina Marin	12/07/1991	12	2,40	16	4,48	28	6,88	0,00	6,88	Aprovado
22	107249	Alan Gregory Retkva	31/08/1988	9	1,80	18	5,04	27	6,84	0,00	6,84	Aprovado
23	106737	Rafael Buchmann	07/06/1985	10	2,00	17	4,76	27	6,76	0,00	6,76	Aprovado
24	97866	Juliane Meline Saldanha Muniz Stafin	05/01/1991	10	2,00	17	4,76	27	6,76	0,00	6,76	Aprovado
25	106048	Dionathan Cesar Machado	04/09/1992	10	2,00	17	4,76	27	6,76	0,00	6,76	Aprovado
26	103820	Leticia Helena Zendron Range	03/09/1992	12	2,40	15	4,20	27	6,60	0,00	6,60	Aprovado
27	104177	Alessandro Alves Leme	29/03/1975	9	1,80	17	4,76	26	6,56	0,00	6,56	Aprovado
28	103944	Barbara Prochaska Lemos	12/12/1985	9	1,80	17	4,76	26	6,56	0,00	6,56	Aprovado
29	98389	Francinet Cirilo Silva	21/07/1986	10	2,00	16	4,48	26	6,48	0,00	6,48	Aprovado
30	106314	Adriana Strenner	12/05/1990	10	2,00	16	4,48	26	6,48	0,00	6,48	Aprovado
31	101238	Matheus Zimmermann Freitas	31/03/1992	10	2,00	16	4,48	26	6,48	0,00	6,48	Aprovado
32	106586	Caroline Mryglod	26/07/1992	10	2,00	16	4,48	26	6,48	0,00	6,48	Aprovado
33	103603	Ana Paula Pereira	24/03/1990	10	2,00	14	3,92	24	5,92	0,50	6,42	Aprovado
34	98745	Wesley Bormann	19/01/1983	11	2,20	15	4,20	26	6,40	0,00	6,40	Aprovado
35	107390	Marina Cardoso Ferreira Fornasaro	05/08/1984	11	2,20	15	4,20	26	6,40	0,00	6,40	Aprovado
36	104760	Felipe De Castro Mucelin	16/08/1981	8	1,60	17	4,76	25	6,36	0,00	6,36	Aprovado
37	107277	Eliezer Vanzella	22/11/1985	12	2,40	14	3,92	26	6,32	0,00	6,32	Aprovado
38	101586	Fabio Kammer	06/09/1982	9	1,80	16	4,48	25	6,28	0,00	6,28	Aprovado
39	107431	Filipe Rocha Ricardo	06/01/1990	9	1,80	16	4,48	25	6,28	0,00	6,28	Aprovado
40	101211	Leticia Bellincanta Souza	22/04/1989	12	2,40	12	3,36	24	5,76	0,50	6,26	Aprovado
41	98812	Humberto Carlos Borges	04/10/1966	10	2,00	15	4,20	25	6,20	0,00	6,20	Aprovado
42	99777	Fabiano Bastos Garcia Teixeira	26/09/1980	10	2,00	15	4,20	25	6,20	0,00	6,20	Aprovado
43	106716	Laurence Tedeski Costa Petters Sardagna	04/05/1989	10	2,00	13	3,64	23	5,64	0,50	6,14	Aprovado
44	106631	Rafael Luiz Dalagnolo	18/04/1973	11	2,20	14	3,92	25	6,12	0,00	6,12	Aprovado
45	102557	Tiago Murilo De Souza	13/01/1990	8	1,60	16	4,48	24	6,08	0,00	6,08	Aprovado
46	100216	Ricardo Matiello	20/06/1991	8	1,60	16	4,48	24	6,08	0,00	6,08	Aprovado
47	106785	Maria Eduarda Berg Gayoso Neves	01/07/1987	9	1,80	15	4,20	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
48	107052	Francielle Dos Santos	25/08/1992	9	1,80	15	4,20	24	6,00	0,00	6,00	Aprovado
49	106944	Mauricio Comini	20/09/1982	10	2,00	14	3,92	24	5,92	0,00	5,92	Aprovado
50	106750	Erika Lana Lafin De Lacerda	15/08/1979	11	2,20	13	3,64	24	5,84	0,00	5,84	Aprovado
51	98033	Julio Cesar Nunes	07/06/1992	11	2,20	13	3,64	24	5,84	0,00	5,84	Aprovado
52	98285	Maycson Trevisan	04/03/1993	11	2,20	13	3,64	24	5,84	0,00	5,84	Aprovado

53	107296	Cristina Cecchele Madeira	09/08/1978	8	1,60	15	4,20	23	5,80	0,00	5,80	Aprovado
54	100175	Liliane Almeida Mello	26/03/1987	8	1,60	15	4,20	23	5,80	0,00	5,80	Aprovado
55	97987	Thiago Moura Furtado	06/05/1989	12	2,40	12	3,36	24	5,76	0,00	5,76	Aprovado
56	103952	Aloisio Alceu Henz Filho	24/02/1992	12	2,40	12	3,36	24	5,76	0,00	5,76	Aprovado
57	106445	Alexandra De Souza Caldeira	13/01/1992	9	1,80	14	3,92	23	5,72	0,00	5,72	Aprovado
58	99387	Jordy Felipe Schweitzer	10/08/1993	9	1,80	14	3,92	23	5,72	0,00	5,72	Aprovado
59	98044	Peterson Walter Scabury De Oliveira	16/07/1981	10	2,00	13	3,64	23	5,64	0,00	5,64	Aprovado
60	101011	Sheila Goncalves Florentino Miranda	10/05/1988	7	1,40	15	4,20	22	5,60	0,00	5,60	Aprovado
61	106304	Alessandra Schatzmann Fernandes	11/01/1975	7	1,40	13	3,64	20	5,04	0,50	5,54	Aprovado
62	100206	Daniel Nilo Florindo	29/10/1979	8	1,60	14	3,92	22	5,52	0,00	5,52	Aprovado
63	101681	Alexandre Velame	28/09/1981	8	1,60	14	3,92	22	5,52	0,00	5,52	Aprovado
64	98232	Claudia Roczanski Pinheiro	04/02/1984	8	1,60	14	3,92	22	5,52	0,00	5,52	Aprovado
65	99284	Andreia Kochella	11/11/1975	9	1,80	13	3,64	22	5,44	0,00	5,44	Aprovado
66	106228	Cristiane Da Silva Coimbra Lira	21/05/1983	10	2,00	12	3,36	22	5,36	0,00	5,36	Aprovado
67	102075	Renata Pacheco	14/08/1984	10	2,00	12	3,36	22	5,36	0,00	5,36	Aprovado
68	106855	Luciana Pucci Silva	04/08/1985	7	1,40	14	3,92	21	5,32	0,00	5,32	Aprovado
69	107399	Aliatan Ribeiro De Souza	03/09/1985	11	2,20	11	3,08	22	5,28	0,00	5,28	Aprovado
70	107152	Lucas Henrique Tschoeke Steidel	04/08/1992	11	2,20	11	3,08	22	5,28	0,00	5,28	Aprovado
71	103065	Pamela Raissa Pereira	15/11/1992	11	2,20	11	3,08	22	5,28	0,00	5,28	Aprovado
72	107241	Maxine Ethel Bueno Netto	19/03/1976	9	1,80	12	3,36	21	5,16	0,00	5,16	Aprovado
73	98590	Aline De Souza Zimmermann	28/04/1984	9	1,80	12	3,36	21	5,16	0,00	5,16	Aprovado
74	104729	Eduardo Fernando Zaleski Teixeira	11/02/1989	9	1,80	12	3,36	21	5,16	0,00	5,16	Aprovado
75	99640	Gustavo Rauh Schroeder	06/03/1989	9	1,80	12	3,36	21	5,16	0,00	5,16	Aprovado
76	105290	Andrey Gastaldi Da Silva	07/08/1990	9	1,80	12	3,36	21	5,16	0,00	5,16	Aprovado
77	106966	Mariana Mioranza Koppe Pereira	05/10/1988	10	2,00	11	3,08	21	5,08	0,00	5,08	Aprovado
78	100977	Ricardo Wippel	27/10/1991	10	2,00	11	3,08	21	5,08	0,00	5,08	Aprovado
79	106349	Avenino Willian Reitz	09/10/1992	11	2,20	10	2,80	21	5,00	0,00	5,00	Aprovado

Jornalista | Ensino Superior

Posi- ção	Insc.	Candidato	NASC	CG		CE		TA	NPE	PT	NF	SITUA- ÇÃO
				Acertos	Nota	Acer- tos	Nota					
1	103308	Victor Oliveira De Miranda	20/04/1979	10	2,00	23	6,44	33	8,44	0,50	8,94	Aprovado
2	97625	Tatiane Alves Vila Machado	27/05/1986	10	2,00	23	6,44	33	8,44	0,50	8,94	Aprovado
3	107439	Alexandre Silva Brandao	26/04/1978	13	2,60	22	6,16	35	8,76	0,00	8,76	Aprovado
4	105371	Cesar Laus Simas	10/06/1957	11	2,20	22	6,16	33	8,36	0,00	8,36	Aprovado
5	99896	Leticia Guimaraes Povoas	16/05/1982	9	1,80	21	5,88	30	7,68	0,50	8,18	Aprovado
6	102824	Luis Gustavo Varela	28/05/1993	10	2,00	22	6,16	32	8,16	0,00	8,16	Aprovado
7	105944	Camila Raymundi	15/08/1987	13	2,60	18	5,04	31	7,64	0,50	8,14	Aprovado
8	104736	Roberta Locatelli Ramos Schaefer	21/08/1982	8	1,60	21	5,88	29	7,48	0,50	7,98	Aprovado
9	101721	Mateus Pereira Silveira	20/01/1993	13	2,60	19	5,32	32	7,92	0,00	7,92	Aprovado
10	105757	Mauricio Andre Daleffe	07/07/1983	11	2,20	20	5,60	31	7,80	0,00	7,80	Aprovado
11	106430	Tierri Rafael Ribeiro Angeluci	17/04/1987	11	2,20	20	5,60	31	7,80	0,00	7,80	Aprovado
12	107171	Danubia Vieira Davila	10/10/1984	9	1,80	19	5,32	28	7,12	0,50	7,62	Aprovado
13	99587	Maria Do Carmo Pasquali Falchi	08/02/1994	10	2,00	20	5,60	30	7,60	0,00	7,60	Aprovado
14	106175	Ricardo Jose Torres	20/02/1987	8	1,60	21	5,88	29	7,48	0,00	7,48	Aprovado
15	105072	Emerson Dos Santos De Oliveira	04/07/1987	8	1,60	19	5,32	27	6,92	0,50	7,42	Aprovado
16	105150	Danilo Matheus Kossoski	20/02/1983	13	2,60	17	4,76	30	7,36	0,00	7,36	Aprovado
17	103946	Ricardo Paulino Martins Portelinha	27/07/1979	10	2,00	19	5,32	29	7,32	0,00	7,32	Aprovado

18	100462	Amanda Elisa Weber	07/10/1986	10	2,00	19	5,32	29	7,32	0,00	7,32	Aprovado
19	107402	Airton Norbal Ramos Neto	19/02/1988	10	2,00	19	5,32	29	7,32	0,00	7,32	Aprovado
20	103268	Paula Ribeiro Leita	26/12/1978	8	1,60	20	5,60	28	7,20	0,00	7,20	Aprovado
21	102574	Ana Paula Bazi	10/09/1985	8	1,60	20	5,60	28	7,20	0,00	7,20	Aprovado
22	101738	Mayara Dalla Libera Brenner	13/04/1990	12	2,40	17	4,76	29	7,16	0,00	7,16	Aprovado
23	100660	Pricilla De Kassia Back	10/07/1984	9	1,80	19	5,32	28	7,12	0,00	7,12	Aprovado
24	107255	Jonathan Mendo Da Silva	10/09/1986	10	2,00	18	5,04	28	7,04	0,00	7,04	Aprovado
25	105032	Siliana Dalla Costa	09/03/1983	7	1,40	20	5,60	27	7,00	0,00	7,00	Aprovado
26	98790	Joyce Guiselli Cavalli	14/07/1984	7	1,40	20	5,60	27	7,00	0,00	7,00	Aprovado
27	107160	Albanir Buzzi Junior	30/12/1988	9	1,80	18	5,04	27	6,84	0,00	6,84	Aprovado
28	101650	Anelise Araujo Durlo	04/02/1989	9	1,80	18	5,04	27	6,84	0,00	6,84	Aprovado
29	99971	Bruna Werle De Oliveira	20/02/1990	9	1,80	18	5,04	27	6,84	0,00	6,84	Aprovado
30	98092	Ismail Emiliano Pereira Filho	02/07/1994	9	1,80	18	5,04	27	6,84	0,00	6,84	Aprovado
31	106719	Mario Estevam Malschitzky	25/10/1982	10	2,00	17	4,76	27	6,76	0,00	6,76	Aprovado
32	106043	Leda Regina De Souza Limas	04/12/1961	8	1,60	18	5,04	26	6,64	0,00	6,64	Aprovado
33	106823	Juliana Galliano Vieira	01/09/1987	8	1,60	18	5,04	26	6,64	0,00	6,64	Aprovado
34	106458	Daniela Suemi Aguenta	04/07/1991	12	2,40	15	4,20	27	6,60	0,00	6,60	Aprovado
35	99263	Marilucia Pereira	03/01/1972	9	1,80	17	4,76	26	6,56	0,00	6,56	Aprovado
36	100124	Priscila Gilinski Machado	10/07/1983	9	1,80	17	4,76	26	6,56	0,00	6,56	Aprovado
37	102162	Gabriela Piske	16/06/1991	6	1,20	19	5,32	25	6,52	0,00	6,52	Aprovado
38	101088	Bianca Oliveira Jardim Da Silva De Souza	11/12/1981	7	1,40	18	5,04	25	6,44	0,00	6,44	Aprovado
39	107306	Maria Stella Priscila Martinez Mafra	26/03/1992	8	1,60	17	4,76	25	6,36	0,00	6,36	Aprovado
40	106745	Claudia Cristina Batschauer	10/10/1973	10	2,00	15	4,20	25	6,20	0,00	6,20	Aprovado
41	106421	Camila Batista Tibes	03/02/1991	8	1,60	15	4,20	23	5,80	0,00	5,80	Aprovado
42	107211	Thiago Pedro Malkowski	07/10/1986	10	2,00	13	3,64	23	5,64	0,00	5,64	Aprovado

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2015

CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

AVISO DE LICITAÇÃO

A CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA informa a quem interessar que em conformidade Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas respectivas alterações, realizará em 20 de outubro de 2015, às 11:00 horas na sede da CÂMARA DE VEREADORES, Avenida Antonio Joaquim Tavares, nº 101, centro, na cidade de PENHA, CEP: 88385-000, na Sala das Comissões, processo licitatório nº 09/2015, modalidade Convite nº 02/2015, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL (90 dias) cujo objeto é objeto a contratação de assessoria jurídica para a revisão da Lei Orgânica do Município e reforma do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Penha, segundo as diretrizes do Anexo I – Termo de Referência do Ato Convocatório. O Ato Convocatório encontra-se no site www.camaradepenha.com.br ou na Secretaria desta Câmara, no endereço supra. Penha, 09 de outubro de 2015. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

Petrolândia

PREFEITURA

CONTRATO Nº 30/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2015

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Saúde e o Senhor SANTOLINO WALTER, inscrito no CPF: 631.037.379-04. Objeto: LOCAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO, COM APROXIMADAMENTE 110M² (01 COZINHA, 01 SALA, 03 QUARTOS, 01 LAVAÇÃO E 01 GARAGEM), SITUADA NA RUA GENEROSO THIVES, Nº 340, CENTRO, PETROLÂNDIA/SC, COM A FINALIDADE DE ADEQUAR O ESPAÇO PARA FUNCIONAMENTO DO NASF – NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA. Data: 07/10/2015. Valor da locação: R\$ 1.800,00. Petrolândia, 13 de outubro de 2015. Joel Longen – Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 31/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2015

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Saúde e a Empresa OLEGÁRIO MOTORS LTDA, inscrita no CNPJ: 18.537.926/0001-86. Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (um) VEÍCULO 0KM, PARA USO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA/SANITÁRIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL. Data: 08/10/2015. Valor da Aquisição: R\$ 57.000,00. Petrolândia, 13 de outubro de 2015. Joel Longen – Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL- LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
AVISO DE EDITAL- LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2015.

O município de PINHEIRO PRETO, torna público aos interessados que realizará LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE, no dia 06 de NOVEMBRO de 2015 às 09:30 horas, tendo como local o auditório municipal. O leilão será conduzido através dos Leiloeiros PÚBLICOS Oficiais SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162 e SR. PAULO ROBERTO WORM, AARC/333 JUDESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis: LOTE 01: 01 ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO MULLER, VAP 551, Motor Mercedes Benz, Diesel, ano 1986. LANCE INICIAL R\$ 35.000,00. LOTE 02: 01 CAMINHÃO FORD/CARGO 1215, ano/modelo 1988, Placas IDM 0563, cor branca, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 30.000,00. LOTE 03: 01 CAMIONETA VW/KOMBI, ano/modelo 2005, Placas MCN 6894, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 3.500,00. LOTE 04: SUCATA DE PNEUS VELHOS, aprox. 23 pneus. LANCE INICIAL R\$ 50,00. LOTE 05: SUCATA DE LIXO ELETRÔNICO. LANCE INICIAL R\$ 50,00. LOTE 06: 01 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 90 4x4 base, cor amarela, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 55.000,00. LOTE 07: SUCATA DE MÓVEIS DIVERSOS. LANCE INICIAL R\$ 50,00. LOTE 08: 01 ENSILADEIRA JUMIL, ano 2006. LANCE INICIAL R\$ 150,00. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.JULIORAMOS.COM.BR ou WWW.PINHEIROPRETO.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones Fone (49) 3562 2000, na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores.

PINHEIRO PRETO, 09 de outubro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 309/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 309/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato REFERENTE REVISÃO NO VEÍCULO ESCAVADEIRA HIDRAULICA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 185/2015.

EMPRESA CONTRATADA: BMC HYUNDAI S.A

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer serviços de conserto no valor de R\$ 2.337,42 (dois mil trezentos e trinta e sete reais e quarenta e dois centavos).

DATA DO CONTRATO: 07 DE OUTUBRO DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

DECRETO Nº 4.280, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.280, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

NOMEIA LEILOEIROS OFICIAIS PARA PROMOVER VENDA DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 1.851, de 23 de setembro de 2015, e de acordo com a IN do Diretor do Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI nº 17/2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Leiloeiros Oficiais Júlio Ramos Luz, matrícula AARC 162, e PAULO ROBERTO WORM, matrícula AARC 333, regularmente inscritos na JUDESC, como Leiloeiros Oficiais, convidado por sua notória e comprovada experiência, para realizar Leilão dos bens do Patrimônio Público Municipal, declarados inservíveis pela Lei nº 1.851, de 23 de setembro de 2015, cuja alienação foi Autorizada.

Art. 2º A Inexigibilidade está fundamentada no artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e na INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI Nº 17, DE 5/12/2013 da JUDESC.

Art. 3º O Leiloeiro está rigorosamente em dia com suas obrigações e não receberá do Município qualquer valor.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 30 de outubro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 328, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 328, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 047/2015, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 047/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado à empresa MUNDIAL MOTORS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.983.446/0002-18, cujo objeto visa a aquisição de um veículo para Saúde – Vigilância Sanitária, pelo preço total de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 08 DE OUTUBRO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO N.º 07/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSELHO MUNICIPAL de DIREITO da CRIANÇA e ADOLESCENTE

Av. ARTHUR COSTA E SILVA FONE/FAX:(49) 3562-2007

email: cmdca@pinheiropreto.sc.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 07/2015 Pinheiro Preto, 09 de outubro de 2015.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS ELEITOS, REFERENTE A ELEIÇÃO UNIFICADA DO CONSELHO TUTELAR DE 04 DE OUTUBRO DE 2015.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, através de seu Presidente, JURCELEI BERTHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal N.º 1.554 de 26 de novembro de 2010 e Decreto Executivo Municipal N.º 3.861, de 20 de agosto de 2013.

Considerando a decisão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente devidamente nomeado através do Decreto executivo Municipal N.º 3.861 de 20 de agosto de 2013 de cuja decisão está consignada em ata;

Considerando que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, visa deliberar, fiscalizar, formular, acompanhar, definir, regulamentar, e como órgão na garantia de direitos de crianças e adolescentes, os serviços sociais desenvolvidos na área da assistência social no município de Pinheiro Preto, objetivando atender os usuários da Política de Assistência Social.

RESOLVE

Art.º. 1º. Divulgar o resultado das eleições unificadas do Conselho Tutelar de Pinheiro Preto:

O Presidente da Mesa da Seção valida o resultado final da Mesa de Apuração, conforme registrado em ata que foi lavrada e lida aos presentes, no dia 04/10/2015, que é o seguinte:

SEÇÃO	
Votos Válidos	626
Votos em Branco	5
Votos Nulos	10
Total de Votos	641

Resultado da apuração dos votos válidos:

Nº	Nome do Candidato	Total de Votos
001	Luciana Zanella	316
002	Elidiane Fátima Gaio	76
003	Elisângela Rodrigues Ribeiro	160
004	Vera Lucia Zago	189
005	Ana Paula DemoriCarletto	251
006	Gladis Magali França	167
007	Ariana FracazzoCiarini	62
008	Hellen Cristina Mânica	158
009	Marinês Olivo Baggio	263
010	Gian Carlos Delziovo	203
011	Ligiane Schlosser	67
	Total geral de votos válidos	1912

Art.º 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto - SC, 09 de outubro de 2015.

JURCELEI BERTHA

Presidente do CMDCA

TERMO ADITIVO 045/2015

(Ementa)

TERMO ADITIVO 045/2015

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS N.º 01/2015
OBJETO: Contrato de fornecimento de combustível, Licitação nº 049/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, contrato nº 01/2015.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL. nº 01/2015

EMPRESA CONTRATADA: SAFRA DIESEL LTDA

DO ADITAMENTO: DO ADITAMENTO : 2.1. Após comprovado aumento no preço do combustível tipo óleo diesel S10, fica o contrato de fornecimento nº 01/2015, aditado, para fins de majorar o preço do óleo diesel S10.

2.2 Diante do disposto no item 2.1 desta cláusula, o valor de compra do óleo S10 passa a ser de R\$ 2,71 (dois reais e setenta e um centavos).

DATA DO CONTRATO: 05 de outubro de 2015.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Pomerode

PREFEITURA

4.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 040 / 2011 PRORROGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

4.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 040 / 2011
PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 078 / 2011.

Pregão Presencial n.º 025 / 2011 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: M.D.M COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP.

Objeto: PRESTAÇÃO, DE FORMA CONTÍNUA, DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS CAMINHÕES, MÁQUINAS E TRATORES, CONFORME PROJETO BÁSICO ANEXO AO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Valor Total Renovação – Estimado - R\$365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil reais).

Justificativa: Renovação do presente contrato por mais 12 (doze) meses por tratar-se de serviços executados de forma contínua, em conformidade com o artigo 57, II da Lei n.º 8.666/93, CLÁUSULA TERCEIRA, item 3.1 do Contrato Administrativo n.º 040/2011 e Parecer Jurídico n.º 141/2015, permanecendo inalterados os valores unitários inicialmente contratados.

Pomerode/SC, 01 de Outubro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

DECRETO Nº 2.987 DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 2.987 DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014 NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA E POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III, da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2014, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.361.0040.2010 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03360000 – Salário Educação R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 15.452.0070.2025– Iluminação Pública - Cosip

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03080000 – Contribuição para o Cosip R\$ 36.000,00

TOTAL: R\$ 41.000,00

TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

Art. 2º - Transposição de dotação orçamentária na importância de R\$ 125.300,00 (cento e vinte e cinco mil trezentos reais) do Orçamento em vigor, da Prefeitura Municipal de Pomerode, por fonte de recurso, conforme prevê o Artigo 9º, item II da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item III da Lei 4.320 de 17/03/1964 nos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminada

ÓRGÃO: 06.000 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Unidade Orçamentária: 06.002 – Gestão Financeira e Contábil

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2008 – Atividades Financeiras, Tributárias e Orçamentária

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

Elemento: 319100.00 – Aplicações Diretas dec. Oper. entre Órgãos

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 3.300,00

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 15.452.0070.2022– Manutenção dos Serviços Públicos

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 12.000 – SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 12.002– Diretoria de Políticas de Turismo

Projeto/Atividade: 23.695.0110.2053– Atividades de Promoção e Desenvolvimento Turístico

Elemento: 319000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 60.000,00

Elemento: 319100.00 – Aplicações Diretas dec. Oper. entre Órgãos

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

TOTAL R\$ 125.300,00

Art 3º - Os valores resultantes das transposições do Art. 2º deste Decreto, serão destinados aos seguintes Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas

ÓRGÃO: 06.000 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Unidade Orçamentária: 06.002 – Gestão Financeira e Contábil

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2008 – Atividades Financeiras, Tributárias e Orçamentária

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 43.300,00

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 15.452.0070.2022– Manutenção dos Serviços Públicos

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 12.000 – SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 12.002– Diretoria de Políticas de Turismo

Projeto/Atividade: 23.695.0110.2053– Atividades de Promoção e Desenvolvimento Turístico

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01000000 – Recursos Ordinários R\$ 62.000,00

TOTAL R\$125.300,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 4º - Fica suplementado na importância de R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais) por fonte de recurso do excesso de arrecadação da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item I Art. 12 da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item, II da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 15.452.0070.2025– Iluminação Pública - Cosip

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01080000 – Contribuição para o Cosip R\$ 53.000,00

TOTAL R\$ 53.000,00

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 22 de setembro de 2015.
ROLF NICOLODELLI MÔNICA SUSAN ZIMMER
Prefeito Municipal Secretária de Gestão Admin. e Faz.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 108 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 108 / 2015

Processo Administrativo n.º 082 / 2015.

Pregão Presencial n.º 041 / 2015 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: RÉGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE COLCHONETES, EDREDONS, TRAVESSEIROS, LENÇÓIS E FRONHAS PARA AS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$6.430,00 (seis mil e quatrocentos e trinta

reais) – Itens 01 e 03.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 09/10/2016.

Pomerode/SC, 09 de Outubro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 109 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 109 / 2015

Processo Administrativo n.º 082 / 2015.

Pregão Presencial n.º 041 / 2015 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: ADL COMERCIAL EIRELI.

Objeto: AQUISIÇÃO DE COLCHONETES, EDREDONS, TRAVESSEIROS, LENÇÓIS E FRONHAS PARA AS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$6.850,00 (seis mil e oitocentos e cinquenta reais) – Item 02.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 09/10/2016.

Pomerode/SC, 09 de Outubro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 110 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 110 / 2015

Processo Administrativo n.º 082 / 2015.

Pregão Presencial n.º 041 / 2015 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: COMERCIAL MENELLI LIMITADA EPP.

Objeto: AQUISIÇÃO DE COLCHONETES, EDREDONS, TRAVESSEIROS, LENÇÓIS E FRONHAS PARA AS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$645,00 (seiscentos e quarenta e cinco reais) – Item 05.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 09/10/2016.

Pomerode/SC, 09 de Outubro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 111 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 111 / 2015

Processo Administrativo n.º 082 / 2015.
Pregão Presencial n.º 041 / 2015 – Registro de Preços.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: COTEXBRASIL COMÉRCIO DE TECIDOS E MALHAS LTDA - ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE COLCHONETES, EDREDONS, TRAVESSEIROS, LENÇÓIS E FRONHAS PARA AS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$2.237,50 (dois mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) – Item 04.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 09/10/2016.

Pomerode/SC, 09 de Outubro de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 047 / 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 047 / 2015

Processo Administrativo n.º 074 / 2015.
Pregão Presencial n.º 036 / 2015.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratada: PRGEO COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE GEOMENSURA LTDA - EPP.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE ESTAÇÃO TOTAL (TOPOGRAFIA), ASSIM COMO PRESTAÇÃO DE TREINAMENTO, VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES TÉCNICAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, ATRAVÉS DE RECURSOS DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID, REFERENTE AO CONTRATO N.º 0361.099-09, ENTRE O MUNICÍPIO DE POMERODE E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, RELATIVO AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A GESTÃO E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS – PNAFM, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total contratado: R\$35.800,00 (trinta e cinco mil e oitocentos reais).
Prazo de entrega do equipamento: 30 dias – Término do prazo 31/10/2015.

Pomerode/SC, 30 de Setembro de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 19/2015

SAMAE POMERODE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO N.º 19/2015 TIPO PRESENCIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO 22/2015

O PRESENTE EDITAL TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO NA LOCALIDADE DO RIBEIRÃO SOUTO E VALE DO SELKE GRANDE CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO 1 DO EDITAL.
LOCAL: NA SEDE DO SAMAE POMERODE.

Entrega das propostas: Até as 09:00 horas do dia 23/10/2015
Início da sessão de disputa de Preços : 09:00 horas do dia 23/10/2015

O Edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos nos seguintes endereços: Na página eletrônica WWW.pomerode.sc.gov.br ou www.samaepomerode.com.br Departamento de Licitações e Compras do SAMAE POMERODE Av. 21 de Janeiro Nº 2233 samae@samaepomerode.com.br ou pelo fone (47) 3387 2550

Pomerode SC, 08 de Outubro de 2015.
MARCIO SCHEIDEMANTEL
Presidente do SAMAE

Porto Belo

PREFEITURA

CONTRATO Nº 011/2015 FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2015 FUMTUR

Porto Belo, 05 de Outubro de 2015.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 011/2015 – FUMTUR

OBJETO: Contratação de empresa especializada em locação de banheiros container para a 3ª Festa do Camarão a se realizar no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital Pregão Presencial 002/2015 – FUMTUR.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO /FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO
CONTRATADA: ALTO VALE LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP
VALOR GLOBAL: R\$ 15.600,00 (Quinze mil e seiscentos reais)
DATA DA ASSINATURA: 05/10/2015

Porto Belo, 05 de Outubro de 2015.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 012/2015 FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2015 FUMTUR

CONTRATO Nº 012/2015 – FUMTUR

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de serventes de limpeza para atender a 3ª Festa do Camarão a se realizar no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital Pregão Presencial 003/2015 – FUMTUR.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO /FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO
CONTRATADA: MDJ SERVIÇOS LTDA ME
VALOR GLOBAL: R\$ 23.709,78 (Vinte e três mil setecentos e nove reais e setenta e oito centavos)
DATA DA ASSINATURA: 05/10/2015

Porto Belo, 05 de Outubro de 2015.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 013/2015 FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2015 FUMTUR

CONTRATO Nº 013/2015 – FUMTUR

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de segurança/vigilância desarmada para atender a 3ª Festa do Camarão a se realizar no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital Pregão Presencial 003/2015 – FUMTUR.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO /FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO
CONTRATADA: MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EIRELI
VALOR GLOBAL: R\$ 20.188,00 (Vinte mil cento e oitenta e oito reais)
DATA DA ASSINATURA: 05/10/2015

CONTRATO Nº 014/2015 FUMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2015 FUMTUR

CONTRATO Nº 014/2015 – FUMTUR

OBJETO: Contratação de empresa promotora de Eventos para a realização do 3ª Festival do Camarão a se realizar no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital Pregão Presencial 005/2015 – FUMTUR.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO /FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO
CONTRATADA: CASA MOREIRA EVENTOS LTDA EPP
VALOR GLOBAL: R\$ 139.400,00 (Cento e trinta e nove mil e quatrocentos reais)
DATA DA ASSINATURA: 05/10/2015

Porto Belo, 05 de Outubro de 2015.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

DECRETO 1.376, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 1.376, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

Estabelece parâmetros mínimos para a implantação de um Terminal/Receptivo de Ônibus de Turismo Rodoviário no Município de Porto Belo e dá outras providências.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,
DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos os seguintes parâmetros mínimos para a implantação de um Terminal/Receptivo de Ônibus de Turismo Rodoviário no Município de Porto Belo:

I – Área útil mínima de 6.000,00 m² (seis mil metros quadrados), com acesso direto à Avenida Governador Celso Ramos, devendo ser antes do centro da cidade, devidamente cercada e com portões de fechamento;

II - Área de convivência para os motoristas, com banheiro e chuveiro;

III – Área de embarque e desembarque com cadeiras e mesas para turistas;

IV – Banheiros masculino e feminino, com acessibilidade;

V – Estacionamento de pelo menos 15 ônibus de turismo de grande porte, 6 vagas para vans/topic, 2 vagas para taxis e 1 para transporte executivo;

VI – Pátio com revestimento primário, que deverá ser mantido em boas condições de trafegabilidade;

VII – Pintura e visual compatível;

VIII – Sinalização com placas de entrada/saída, que garantam a

segurança dos ônibus e dos usuários;
IX – Utilização de uniformes e identificação dos funcionários;
X – contratação de seguro de responsabilidade civil;
XI – ofertar serviços diários durante a temporada de verão, entre os dias 15 de novembro à 15 de abril, inclusive em feriados e pontos facultativos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, aos 02 dias do mês de outubro do ano de 2015.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 065, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 065, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.

“Acrescenta o §3º no Art. 93 da Lei Complementar 34/2011 e dá outras providências” Autores: Vereadores Estevão B. Guerreiro, João Paulo Serpa e Francisco Scottini

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º Fica acrescido os §3º e 4º ao Art. 93 da Lei Complementar 34/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§3º Os avanços sobre os recuos obrigatórios poderão projetar-se em balanço frontalmente até o máximo de 1,50 metros para avanços onde o recuo frontal é de 4,00 metros ou mais e para avanços em servidões ou com recuo frontal obrigatório inferior a 4 metros o avanço total fica limitado em 0,50m.

§4º Os avanços poderão ser utilizados para sacadas fechadas e outros cômodos, inclusive para edificações comerciais.

Art. 2º. A presente lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 03 dias do mês de setembro de 2015.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

LEI MUNICIPAL Nº 2.316, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.316, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.

Acrescenta as alíneas “g” a “i” ao Anexo II, alínea II, da Lei Municipal nº 2.146, de 06 de maio de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º O Anexo II, inciso II, da Lei Municipal nº 2.146, de 06 de maio de 2014 fica acrescido das seguintes alíneas:

II - Exigências para exploração das atividades:

[...]

g) Para o fornecimento dos alvarás de funcionamento de atividades náuticas comerciais motorizadas (banana boat, caiaques, pedalinhos, etc;), nos rios ou mares frequentado por banhistas é necessário que as embarcações tenham condutor com a habilitação profissional específica para cada atividade, acompanhado

de um assistente, bem como o Parecer da Marinha quanto à segurança da navegação.

h) Para a autorização de funcionamento de atividades náuticas, ainda é necessário: a delimitação do canal de navegação da faixa de areia até 200 metros transversal à praia, para que estes artefatos náuticos possam transitar livremente, sem representar riscos aos banhistas; que as praias de maior atividade turística, identificadas pelo Município sejam balizadas numa faixa de 200 metros, no sentido longitudinal à faixa de areia, sobretudo naquelas com maior incidência de uso de motoaquática; que as praias sejam sinalizadas com um canal de acesso transversal à faixa e areia, delimitando um canal para entrada e saída de embarcações diversas, devendo preferencialmente ser instalados nas extremidades das praias de modo a não interferir os banhistas.

i) A aquisição de bóias de delimitação e a sua fixação serão por conta do autorizado na exploração da atividade.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 10 dias do mês de setembro de 2015.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

LEI MUNICIPAL Nº 2.317, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.

LEI MUNICIPAL Nº 2.317, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PORTO BELO A RECEBER ÁREAS DE TERRAS EM DOAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Município de Porto Belo autorizado a receber em doação a área abaixo identificada, de propriedade de Antonio Silvino de Sena, de nacionalidade brasileira, nascido em 02/08/1920, portador da cédula de identidade RG nº 5.584.106 e DPF 343118239-91, residente e domiciliado na Rua Domingos João dos Santos, nº 326, Araçá, Porto Belo – SC.

I – Terreno situado no bairro Araçá, com área de 398,27m², com frente de 3,5 metros e largura de 114,00 metros, com início na Rua Antônio José D’Aquino, conforme planta de localização em anexo.

Art. 2º A presente cessão destina-se a manutenção de uma servidão consolidada há anos na região.

Art. 3º A presente doação é a título gratuito e em caráter irrevogável, irretratável e irrenunciável.

Art. 4º Serão de responsabilidade do Município, por si ou por terceiros, os atos notariais e documentais necessários à perfeita instrumentação e futuro registro do imóvel.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 02 dias do mês de outubro de 2015.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

Porto União

PREFEITURA

EDITAL Nº 07/2015 - ELEIÇÕES IMPRESS

COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE ELEIÇÃO, VISANDO A COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO IMPRESS E DA AMASPU, NOMEADA PELA PORTARIA Nº 033, DE 07 DE JULHO DE 2015. Edital nº 007/2015

CONSIDERANDO a apuração dos votos ocorrido no dia 08 de outubro de 2015;

CONSIDERANDO os "Mapas Gerais das Eleições do IMPRESS/AMASPU" (ANEXO), totalizados por Seção;

A Comissão Especial, nomeada pela Portaria nº 033, de 07 de julho de 2015, no uso das suas atribuições legais, RESOLVE:

DIVULGAR o resultado das Eleições para a composição do Conselho Diretor e dos Conselhos Fiscais de Previdência e Assistência do IMPRESS/AMASPU e abrir prazo recursal de vinte e quatro horas (24), a contar da publicação deste, ao candidato ou servidor que julgar necessário, o qual deverá manifestar-se por escrito a Comissão Responsável pelas Eleições.

Nada mais havendo a constar lavrou-se a presente ata que será assinada por todos os presentes.

Porto União (SC), 09 de outubro de 2015.

VANESSA NALON DOS SANTOS

Presidente da Comissão

EXTRATO DE CONTRATO 085/2015 - SAÚDE

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 085/2015 - SAÚDE

Partes: Município de Porto União e Condomínio Centro Empresarial de Porto União.

Objeto: Locação de imóvel, situado na Rua Joaquim Nabuco, nº 244, bairro Cidade Nova.

Valor Total: R\$ 1.519,53 (hum mil quinhentos e dezenove reais e cinquenta e três centavos) mensais.

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Dispensa de Licitação 005/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93. Porto União SC, 02 de outubro de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Condomínio Centro Empresarial de Porto União.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 192/2015

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 192/2015 – PREFEITURA

Partes: Município de Porto União e Derpa Usina de Asfalto Ltda – EPP.

Objeto: Execução de pavimentação e qualificação de vias urbanas do município – Pró-Transporte – PAC 2 – 2ª etapa – Contrato de Financiamento nº.400.869-63/2012, a ser realizado em diversos trechos de ruas, incluindo material e mão-de-obra.

Valor Total: R\$ 3.386.236,78 (três milhões trezentos e oitenta e seis mil e duzentos e trinta e seis reais e setenta e oito centavos).

Vigência: 18 (dezoito) meses.

Base legal: Concorrência 004/2015 - PREFEITURA, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 17 de setembro de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Derpa Usina de Asfalto Ltda – EPP.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 193/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 193/2015 – PREFEITURA

Partes: Município de Porto União e Ana Cristina Manjabosco – EPP.

Objeto: Aquisição de 01 (um) braço vateador com concha.

Valor Total: R\$ 34.070,00 (trinta e quatro mil e setenta reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Eletrônico 005/2015 - PREFEITURA, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 25 de setembro de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Ana Cristina Manjabosco – EPP.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 194/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 194/2015 – PREFEITURA

Partes: Município de Porto União e MM Comércio de Equipamentos Ltda – ME.

Objeto: Aquisição de 04 (quatro) unidades de roçadeira lateral com motor dois tempos.

Valor Total: R\$ 2.691,56 (dois mil seiscentos e noventa e um reais e cinquenta e seis centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Eletrônico 005/2015 - PREFEITURA, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 25 de setembro de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

MM Comércio de Equipamentos Ltda – ME.

Contratada

REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 018/2015 - FUNREBOM

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 018/2015 – FUNREBOM

Pregão Presencial 016/2015

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8.666/93, tendo em vista que o mesmo deu-se deserta.

Porto União SC, 09 de outubro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE CONCORRÊNCIA
004/2015**

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 111/2015 – PREFEITURA
Concorrência 004/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Derpa Usina de Asfalto Ltda – EPP.

Porto União SC, 17 de setembro de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO
005/2015 - PREFEITURA**

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 124/2015 – PREFEITURA
Pregão Eletrônico 005/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Ana Cristina Manjabosco – EPP e
MM Comércio de Equipamentos Ltda – ME.

Porto União SC, 25 de setembro de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

MAPA GERAL DA APURAÇÃO DA ELEIÇÃO IMPRESS

COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DA ELEIÇÃO PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DIRETOR E DOS CONSELHOS FISCAIS
DO IMPRESS E DA AMASPU
NOMEADA PELA PORTARIA 033, DE 07 DE JULHO DE 2015.

**MAPA GERAL DA APURAÇÃO DA ELEIÇÃO PARA O
CONSELHO DIRETOR DO IMPRESS/AMASPU - 2015**

CHAPA	SEÇÃO I SEDE PREF	SEÇÃO II SAUDE	SEÇÃO III OBRAS	SEÇÃO IV EDUCAÇÃO	SEÇÃO V ITINERANTE	TOTAL
AÇÃO E CONTINUAÇÃO	113	95	72	170	44	494
BRANCOS	13	16	30	15	5	79
NULOS	0	5	2	1	1	9
ABSTENÇÕES	53	21	2	29	6	111
TOTAL GERAL DAS SEÇÕES	179	137	106	215	56	693

Porto União, 08 de outubro de 2015

VANESSA NALON DOS SANTOS
Presidente da Comissão

COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DA ELEIÇÃO PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DIRETOR E DOS CONSELHOS FISCAIS
DO IMPRESS E DA AMASPU
NOMEADA PELA PORTARIA 033, DE 07 DE JULHO DE 2015.

**MAPA GERAL DA APURAÇÃO DA ELEIÇÃO PARA O
CONSELHO FISCAL DE PREVIDENCIA IMPRESS - 2015**

NOME CANDIDATO	SEÇÃO I SEDE PREF	SEÇÃO II SAUDE	SEÇÃO III OBRAS	SEÇÃO IV EDUCAÇÃO	SEÇÃO V ITINERANTE	TOTAL
Rainhold Blattmann	33	7	56	8	10	114
Rozane Vargas Lanzarini	50	17	19	25	8	119
Silmara de Fátima Amarante Bueno	28	70	19	135	27	279
BRANCOS	12	10	2	10	3	37
NULOS	3	12	8	8	2	33
ABSTENÇÕES	53	21	2	29	6	111
TOTAL GERAL DAS SEÇÕES	179	137	106	215	56	693

Porto União, 08 de outubro de 2015

VANESSA NALON DOS SANTOS
Presidente da Comissão

COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DA ELEIÇÃO PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DIRETOR E DOS CONSELHOS FISCAIS
DO IMPRESS E DA AMASPU
NOMEADA PELA PORTARIA 033, DE 07 DE JULHO DE 2015.

**MAPA GERAL DA APURAÇÃO DA ELEIÇÃO PARA O
CONSELHO FISCAL DE ASSISTENCIA AMASPU - 2015**

NOME CANDIDATO	SEÇÃO I SEDE PREF	SEÇÃO II SAUDE	SEÇÃO III OBRAS	SEÇÃO IV EDUCAÇÃO	SEÇÃO V ITINERANTE	TOTAL
Antonio Carlos Colaço	32	23	18	65	13	151
Cássia Nalon Conte	23	11	10	22	8	74
Roseli Maria Costa Curta de Bona	55	45	59	77	20	256
BRANCOS	9	27	14	16	5	71
NULOS	7	10	3	6	4	30
ABSTENÇÕES	53	21	2	29	6	111
TOTAL GERAL DAS SEÇÕES	179	137	106	215	56	693

Porto União, 08 de outubro de 2015

VANESSA NALON DOS SANTOS
Presidente da Comissão

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

CONTRATO NR. 148/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 148/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	DOUGLAS SARTORI & CIA LTDA ME
OBJETO:	Locação do espaço físico no Centro de Eventos - ACAPI, imóvel este situado neste município, em Linha Salto da Praia, s/n, interior, que consiste em um salão com capacidade para 700 pessoas, com o objetivo de realizar o Encontro de Danças da Associação Germânica do Alto Uruguai Catarinense e do Vale do Rio do Peixe – AGAUV, na categoria infanto juvenil, no data de 17 de outubro de 2015.
VALOR:	R\$ 300,00 (trezentos reais).
DATA:	09/10/2015.

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 4919, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4919, de 29 de setembro de 2015.

"EXONERA IZABEL FLORIANO BARTH".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada, a partir de 23/09/2015, a servidora IZABEL FLORIANO BARTH, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Habitação da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

29 de setembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 4941, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4941, de 09 de outubro de 2015.

"CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido por tempo determinado à Fundação Municipal de Desportos de Rio do Sul:

O veículo Chevrolet Spin - Placa MJV 9827 - Cor Branca - Frota 378 - Chassi nº 9BGJB75Z0DB170307- Ano 2012/2013 - Renavam nº 492659249 - Patrimônio nº 20472, da Secretaria Municipal de Administração, pelo prazo determinado entre: 09 a 13 de outubro de 2015. O referido veículo poderá retornar a Secretaria Municipal de Administração, antes do prazo determinado por solicitação do Prefeito ou do Secretário.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, ocorrerão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos de Rio do Sul.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

08 de outubro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

LEI 5.641

LEI Nº 5.641, de 07 de outubro de 2015.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica aberto o crédito especial no valor de R\$ 1.765,63 (mil, setecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e três centavos), por conta do repasse do Governo Federal, para custeio do BPC na Escola, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Sul:
----------	--

50.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
50.02	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA FEDERAL		
1.430	BPC na Escola		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01355450	Transferência SUAS - União	R\$	1.765,63
	TOTAL	R\$	1.765,63

Art. 2º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO

07 de outubro de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

PORTARIA Nº 0765/RH

PORTARIA Nº. 0765/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Homologar a Lotação dos servidores abaixo relacionados, nos termos do Art. 18 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, Art. 2º, Inciso I, letra "a", da Lei Complementar n. 075 de 20/11/2001 e alterações posteriores, considerando a assinatura do Termo de Escolha/ Informação de Vagas pelos mesmos.

NOME	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	LOTAÇÃO
ADRIANA SCHMIDT DE SOUZA	ENSINO RELIGIOSO	10h	CEI ULRICH HUBSCH
10h		10h	CE WILLY SCHLEUMER
10h		CE PEDRO DOS SANTOS	
		CE ROBERTO MACHADO	
CRISTIANI BECKER	EDUCAÇÃO INFANTIL	40h	CEI PREF. MATHEUS ALVES CONCEIÇÃO
LUIS RICARDO DE LIMA	INFORMÁTICA	10h	CE ANÍBAL DE BARBA
10h		10h	CE ULRICH HUBSCH
10h		CE DANIEL MASCHIO	
		CE WILLY SCHLEUMER	
RICARDO SALAMON	ENSINO RELIGIOSO	20h	CE ANIBAL DE BARBA
10h		10h	CE DANIEL MASCHIO
		CE SEBASTIÃO BACK	
SABRINA HILLESHEIM	INGLÊS	20h	CE ROBERTO MACHADO
		20h	CEPLAS
SILVANA DA SILVA DOS SANTOS	INFORMÁTICA	20h	CE RICARDO MARCHI
		20h	ESCOLA MODELO ELLA KURTH
SOLANGE APARECIDA DEMETRIO	EDUCAÇÃO INFANTIL	40h	CEI ADELAIDE LEDRA

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de outubro de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

PREGÃO PRESENCIAL 097/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 097/2015

OBJETO: Contratação de instituição de ensino superior ou empresa vinculada a instituição de ensino superior especializada em elaboração e aplicação de Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas e formação de Cadastro Reserva para as funções de Professor e Pedagogo, em caráter temporário do Município de Rio do Sul, em conformidade com a Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores e Lei Complementar n. 075 de 20 de novembro de 2001 e alterações posteriores e Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002 e alterações e demais disposições legais aplicáveis, em conformidade ainda com as especificações e condições do termo de referência (ANEXO 5) do edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 23/10/2015, às 10:30h. no endereço abaixo, na sala de licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:15h do dia 23/10/2015, no endereço abaixo, na sala de licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01,

centro, Divisão de Licitações.
Rio do Sul (SC), 07 de outubro de 2015.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

TERMO DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015 - ANA CAROLINA SOUZA MENDES

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ANA CAROLINA SOUZA MENDES, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias para proceder a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional para a contratação no cargo de provimento ACT AGENTE ADMINISTRATIVO, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 002/2015.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 09 de outubro de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

CÂMARA MUNICIPAL

LEI Nº 5.643, DE 9 DE OUTUBRO DE 2015

LEI Nº 5.643, DE 9 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre a criação de Abrigo Municipal de Cães e Gatos, no âmbito do Município de Rio do Sul, e dá outras providências.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber, nos termos do § 7º do artigo 26 da Lei Orgânica do Municipal, que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Abrigo Municipal de Cães e Gatos destinado a resgatar e recuperar animais abandonados, atropelados ou em estado de sofrimento.

Parágrafo único. Considera-se em estado de sofrimento o animal submetido à dor ou a estresse físico ou mental.

Art. 2º Competirá ao Abrigo de que trata o art. 1º desta Lei as seguintes atividades, dentre outras que se fizerem necessárias:

- I – resgate;
 - II – recuperação;
 - III – castração;
 - IV – identificação (microchipagem);
 - V – vacinação;
 - VI – vermifugação;
 - VII – encaminhamento à adoção;
 - VIII – promoção de campanhas sobre a posse consciente e maus tratos de animais;
 - IX – políticas de controle da natalidade de cães e gatos em todo o município, mediante o emprego da esterilização cirúrgica, vedada a prática de outros procedimentos veterinários.
- Art. 3º O Abrigo Municipal de Cães e Gatos desenvolverá suas atividades em sede própria, e será composto pelos seguintes setores, dentre outros:

- I – canil;
- II – gatil;
- III – centro cirúrgico.

Art. 4º Caberá ao Abrigo Municipal de Cães e Gatos disponibilizar para consulta pública em sítio próprio, na rede mundial de computadores, foto do animal que estiver em sua posse.

Art. 5º O Abrigo contará, no mínimo, com o apoio dos seguintes profissionais, dentre outros que se fizerem necessários:

- I – médico veterinário;
- II – auxiliar veterinário;
- III – auxiliar administrativo;
- IV – auxiliar de serviços gerais.

Art. 6º Sem prejuízo das atividades descritas no art. 2º desta Lei, será instituído canal de comunicação para receber denúncias de maus-tratos de animais, seguido do encaminhamento ao setor policial competente.

Art. 7º O Poder Público, para a consecução dos fins previstos na presente Lei, poderá celebrar convênios com instituições ou empresas públicas e privadas.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 9º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revoga-se a Lei nº 4.702, de 11 de abril de 2008.

Rio do Sul, 9 de outubro de 2015.
JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 093/2015

DECRETO Nº 093/2015 - DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE , SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 32.500,00 (Trinta e Dois Mil e Quinhentos Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.022 – MAN. DAS ATIV. ADM. E FINANCEIRAS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 32.500,00

Fonte: 1189.00000

RED: 140

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 07 de Outubro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N. 094/2015

DECRETO Nº 094/2015 - DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 8.330,00 (Oito Mil Trezentos e Trinta Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 0.000 – AMORTIZAÇÃO DE ENCARGOS GERAIS

Modalidade de Aplicação: 3290.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 1.830,00

Fonte: 1100.00000

RED: 3

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 0.000 – AMORTIZAÇÃO DE ENCARGOS GERAIS

Modalidade de Aplicação: 4690.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 6.500,00

Fonte: 1100.00000

RED: 5

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação da seguinte Dotação Orçamentaria:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 0.000 – AMORTIZAÇÃO DE ENCARGOS GERAIS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 8.330,00

Fonte: 1100.00000

RED: 4

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 07 de Outubro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santiago do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº102/2015 - DE 30 DE SETEMBRO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº102/2015 - DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.
Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor CLASIANA FERRARI e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora CLESIANA COMACHIO, ocupante do cargo de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL 1ª A 4ª SÉRIE, com carga horária 40 horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no período de 30 de setembro de 2015, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 30 de setembro de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 253/2015 - DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 253/2015 - DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.
Decreta Ponto Facultativo na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado PONTO FACULTATIVO na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, no dia 16 de outubro de 2015, sexta-feira, em virtude da comemoração ao Dia do Professor.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 01 de outubro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº252/2015 - DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

Nomeia Comissão Especial para a realização de Concurso Público para provimento de cargos efetivos públicos, através dos Editais 001/2015 e 002/2015 e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial responsável pela realização de Concurso Público, para contratação de Auxiliar de Serviços Gerais (Masculino e Feminino), Auxiliar Administrativo, Agente de Manutenção e Conservação, Motorista, Operador de Máquinas II, Mecânico, Assistente Administrativo, Fiscal de Tributos e Obras, Técnico em Contabilidade, Técnico em Administração, Médico Veterinário, Professor Ensino Fundamental (1º a 5º ano) Artes e Professor de Inglês, nos termos da Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores, e Edital do Concurso Público 001/2015, a ser realizado pelo Município de Santiago do Sul.
Art. 2º Fica a Comissão também responsável pela realização de Concurso Público, para contratação de Agente Comunitário de Saúde (área I), Agente Comunitário de Saúde (área II), Recepcionista, Auxiliar de Consultório Dentário, Técnico em Enfermagem, Assistente Social, Enfermeiro, Psicólogo e Médico, nos termos da Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores, e Edital do Concurso Público 002/2015, a ser realizado pelo Município de Santiago do Sul.

Art. 3º A Comissão de que trata o Artigo 1º e 2º compor-se-á:
I – Gabriel Kichel – Presidente;
II – Camila Lazarin - Secretário;
III – Vanderlei Paulo Backes – Membro;
IV – Kerli Trentin – Membro.

Art. 4º A Comissão do Concurso Público compete acompanhar, apoiar e fiscalizar a execução de todos os atos referentes à realização do Concurso Público, velar pela preservação do sigilo das provas, julgar os casos omissos ou duvidosos e coordenar as atividades necessárias ao bom andamento do mesmo.

Art. 5º O Presidente do Concurso Público, será responsável em coordenar a comissão, o secretário será responsável pela lavratura das atas das reuniões da Comissão, e os membros em participar

e fiscalizar o acompanhamento de todas as etapas do Concurso Público.

Art. 6º As decisões da Comissão do Concurso Público serão tomadas por maioria dos votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 7º Por tratar-se de serviço público relevante, os serviços prestados pela Comissão Especial não serão remunerados.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 29 de setembro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado na data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento / Sec. Administração

DECRETO Nº254/2015 - DE 01 DE OUTUBRO DE 2015
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº254/2015 - DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.
Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal FERNANDA FLOSS FERREIRA para o Cargo em Comissão.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Inciso II do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos),

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir desta data a Servidora FERNANDA FLOSS FERREIRA para o Cargo em Comissão de ASSESSORA DE PLANEJAMENTO, Grupo 6, Código 06.05, Nível CC-5, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de Junho de 2015 e alterações posteriores, carga horária com dedicação semi-integral.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente. Projeto Atividade 2.002 - Manutenção das Atividades da Administração Geral - Fonte 0.1.00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 01 de outubro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº257/2015 - DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre o destino e a utilização de veículo ao Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

CONSIDERANDO a necessidade de utilização do veículo pelo Fundo Municipal de Saúde, para realizar o transporte de pacientes, no dia 02 de outubro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica destinado para utilização pelo Fundo Municipal de Saúde, o veículo Renault Master Tur Placas MMJ 0646, de propriedade do Município, a partir das 06:30h até às 15:30h do dia 02 de outubro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 01 de outubro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº249/2015 – DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº249/2015 – DE 24 DE SETEMBRO DE 2015.
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no item I do Art. 6º, Art.7º e 8º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 98.000,00 (Noventa e oito mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 07.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade Orçamentária: 07.01 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Função: 20 – Agricultura

Sub-Função: 606 – Extensão Rural

Programa: 0024 – Assistência ao Produtor Rural

Ação: 1.046 – Aquisição de Trator Agrícola

Projeto: 1.046 – Aquisição de Trator Agrícola

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.89–Aplicações Diretas
..... R\$ 98.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização

dos recursos decorrentes do excesso de arrecadação verificado na rubrica da receita 4.2217.00.00.00.00.00 – Alienação de Equipamentos - Fonte de Recursos: 0.1.89 – Alienação de bens destinados a outros Programas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 24 de setembro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº250/2015 – DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº250/2015 – DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no item III do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 04.01 – Secr. Munic. de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 – Educação

Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 1.010 – Aquisição de Veículos de Pequeno Porte

Projeto: 1.010 – Aquisição de Veículos de Pequeno Porte

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.3.01 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 25 de Setembro de 2015.

Registrado e Publicado em data supra

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº251/2015 – DE 29 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado pela Lei Municipal N.795/2015 de 17 de setembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014, no valor de R\$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 04.00 – SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 04.01 – Secr. Munic. de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 – Educação

Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 1.010 – Aquisição de Veículos de Pequeno Porte

Projeto: 1.010 – Aquisição de Veículos de Pequeno Porte

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.01 – Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da anulação das dotações discriminadas a seguir:

Órgão: 04.00 – SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 04.01 – Secr. Munic. de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 – Educação

Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 1.053 – Construção Área Coberta

Projeto: 1.053 – Construção Área Coberta

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.01 – Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 29 de setembro de 2015.

Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

DECRETO Nº255/2015 – DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº255/2015 – DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de créditos adicionais suplementares no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no item III do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 04.01 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes

Função: 27 – Desporto e Lazer

Sub-Função: 812 – Desporto Comunitário

Programa: 0011 – ESPORTE É SAÚDE

Ação: 2.026 – Manut. Centros Recreativos/Esportivos/Comunitários
Atividade: 2.026 – Manut. Centros Recreativos/Esportivos/Comunitários

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00 – Aplicações Diretas
..... R\$ 1.000,00

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 – Educação

Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 2.013 – Manut.das Atividades da Educação, Cultura e Esportes

Atividade: 2.013 – Manut.das Atividades da Educação, Cultura e Esportes

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00 - Aplicações Diretas
..... R\$ 1.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 01 de Outubro de 2015.

Registrado e Publicado em data supra

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº256/2015 – DE 01 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº256/2015 – DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no item III do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde – FMS, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – SAÚDE COM QUALIDADE

Ação: 2.029 – Manut. Atividades Transporte de Pacientes

Atividade: 2.029 – Manut. Atividades Transporte de Pacientes

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.02 -Aplicações Diretas
..... R\$ 2.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.02 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 01 de outubro de 2015.

Tadeu Paulo Toazza

Gestor do FMS

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora Depto. Secr.Administração e Finanças

DECRETO Nº258/2015 - DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº258/2015 - DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

Declara Estável o Servidor Público Municipal CONSTANTINO FURLAN e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o § 4º, do Art. 41 da Constituição Federal, Art. 6º da Emenda Constitucional nº19 e o Art. 20, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001

(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica Declarado estável o Servidor Público Municipal, Senhor CONSTANTINO FURLAN ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS II, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, aprovado em concurso público e nomeado através do Decreto Nº396/2012, de 10 de outubro de 2012, por ter atingido a média de pontos exigidos nas avaliações semestrais durante o período do Estágio Probatório e em cumprimento ao Disposto no Art. 19, da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 06 de outubro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº259/2015 – DE 06 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº259/2015 – DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no item III do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde – FMS, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 125,14 (Cento e vinte e cinco reais e quatorze centavos), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – SAÚDE COM QUALIDADE

Ação: 2.029 – Manut. Atividades Transporte de Pacientes

Atividade: 2.029 – Manut. Atividades Transporte de Pacientes

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.02 -Aplicações Diretas R\$ 125,14

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.02 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 06 de outubro de 2015.

Tadeu Paulo Toazza

Gestor do FMS

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora Depto. Secr.Administração e Finanças

DECRETO Nº260/2015 – DE 06 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº260/2015 – DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de créditos adicionais suplementares no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no item III do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 1.734,58 (Hum mil, setecentos e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 04.01 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 – Educação

Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 1.010 – Aquisição de Veículos de Pequeno Porte

Atividade: 1.010 – Aquisição de Veículos de Pequeno Porte

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.3.87 – Aplicações Diretas R\$ 1.734,58

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.87 – Alienação de Bens destinados à Programas da Educação – Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 06 de Outubro de 2015.

Registrado e Publicado em data supra

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº261/2015 – DE 08 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº261/2015 – DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no item III do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 04.01 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes

Função: 13 – Cultura

Sub-Função: 392 – Difusão Cultural

Programa: 0012 – RESGATE E PRESERVAÇÃO DA CULTURA

Ação: 2.024 – Apoio a Eventos Culturais, Tradicionais e Gastronômicos

Atividade: 2.024 – Apoio a Eventos Culturais, Tradicionais e Gastronômicos

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00 – Aplicações Diretas R\$ 2.100,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 08 de Outubro de 2015.

Registrado e Publicado em data supra

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº262/2015 – DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº262/2015 – DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no item III do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do

Município, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 131.351,30 (Cento e trinta e um mil, trezentos e cinquenta e um reais e trinta centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 – SEC. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 06.01 – Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos

Função: 15 – Urbanismo

Sub-Função: 451 – Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0021 – SANTIAGO – VIVER MELHOR

Ação: 1.028 – Pavimentação de Ruas

Projeto: 1.028 – Pavimentação de Ruas

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.3.44 – Aplicações Diretas R\$ 131.351,30

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.44 – Royalties do Petróleo - Exerc. Anteriores, disponíveis na conta bancária n. 15.541-1 junto ao Banco do Brasil S.A. Agência 1393-5.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 09 de Outubro de 2015.

Registrado e Publicado em data supra

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora da Secr. de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 101/2015 - DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 101/2015 - DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

Concede Licença Maternidade a Servidora Municipal ANA PAULA DELAI PACASSA e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com o Inciso XVIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal e Artigo 155, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE a Servidora ANA PAULA DELAI PACASSA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS-ACT, com carga horária de 40 horas, nomeada através do Decreto Nº129/2014, de 30 de maio de 2014 e Decreto de Prorrogação Nº 118/2015 de 07 de maio de 2015, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 120 (Cento e Vinte) Dias, a contar de 29 de setembro de 2015 a 27 de janeiro de 2016, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 29 de setembro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

PORTARIA Nº100/2015 - DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº100/2015 - DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor DANIMAR GUEDES e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor DANIMAR GUEDES, ocupante do cargo de ASSESSOR DE SECRETARIA, com carga horária de tempo integral, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo período de 01 (um) dia, conforme – CID N11 – Nefrite túbulo-intersticial crônica, ou seja, no período de 25 de setembro de 2015, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 25 de setembro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

São Bento do Sul

PREFEITURA

LEI Nº 3585/2015

LEI Nº 3585, 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DO MIRANTE LOCALIZADO NO PARQUE 23 DE SETEMBRO NESTE MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

O PREFEITO MUNICIPAL, em exercício,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominado de VEREADOR LUIZ HILGENSTIELER, o mirante localizado no Parque 23 de Setembro, Centro, neste município.

Art. 2º. Cumpre ao Poder Executivo dar publicidade e conhecimento à população da referida denominação, bem como a providenciar a placa de identificação.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 09 de outubro de 2015.

ARILDO GESSER

Prefeito Municipal, em exercício

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 017, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 017, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

“Nomeia Assessor Parlamentar.”

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o senhor Sidnei Twardowski no cargo de Assessor Parlamentar do Vereador Nivaldo Bogo, Símbolo CC-5, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de São Bento do Sul, de conformidade com a Resolução nº 023, de 27 de março de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de outubro de 2015.

São Bento do Sul, 30 de setembro de 2015.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente

PORTARIA Nº 018, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 018, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

“Exonera Assessor de Imprensa.”

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar o senhor Alessandro Vieira Machado do cargo de Assessor de Imprensa, Símbolo CC-5, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de São Bento do Sul, de conformidade com a Resolução nº 023, de 27 de março de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06 de outubro de 2015, revogando-se especialmente a Portaria nº 003, de 05 de maio de 2014.

São Bento do Sul, 05 de outubro de 2015.

EDIMAR GERALDO SALOMON

Presidente

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL**PORTARIA Nº 019/2015, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015**

PORTARIA Nº 019/2015, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Designa servidor para fiscalizar o Contrato nº 14/2015.

ROBSON RODRIGUES DA SILVA, Presidente da Fundação Cultural, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93, de 21 de julho de 2003, que determina a designação especial de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos,

RESOLVE:

Art 1º - Designar a servidora MARLA HUEBL KAISER, matrícula nº 31.222, CPF 042.764.569-75 como fiscal do CONTRATO nº 14/2015 com LIND GUIMAR MACHADO - ME. O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços de sonorização e iluminação de eventos, sendo sonorização do desfile alegórico alusivo ao aniversário de São Bento do Sul e homenagem ao imigrante e sonorização e iluminação do Festival do Folclore no ano de 2015, conforme edital e anexos do Convite 9/2015.

Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul

PORTARIA Nº 020/2015, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA Nº 020/2015, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Designa servidor para fiscalizar o Contrato nº 15/2015.

ROBSON RODRIGUES DA SILVA, Presidente da Fundação Cultural, no uso de suas atribuições, atendendo aos dispositivos previstos no artigo 67 da Lei 8.666/93, de 21 de julho de 2003, que determina a designação especial de representante da administração para fiscalização das execuções de contratos,

RESOLVE:

Art 1º - Designar o servidor LUIZ CARLOS KLUSKA, matrícula nº 31.237, CPF 034.039.499-40 como fiscal do CONTRATO nº 15/2015 com NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA. O objeto do presente contrato consiste no fornecimento de passes para funcionários da Fundação Cultural de São Bento do Sul para o período de outubro a dezembro de 2015, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 11/2015 de 24 de setembro de 2015.

Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul

IPRESBS**EXTRATO DE CONTRATO IPRESBS Nº 012/2015**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2015 IPRESBS

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de prestação de serviços, que entre si celebram o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS, e a Empresa NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA - ME.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na prestação de serviços para elaboração, aplicação, execução, correção e divulgação dos resultados para a realização de Concurso Público, decorrente da licitação modalidade Pregão Presencial nº 04/2015, de 17 de setembro de 2015.

DO VALOR: R\$ 5.790,00 – Valor Total

DA VIGÊNCIA: 3 (três) meses e 14 (catorze) dias, a contar de 17 de setembro de 2015 e a terminar em 31 de dezembro de 2015.

São Bento do Sul, 17 de setembro de 2015.

ASS: PAULO ROBERTO SCHEIDE, pelo IPRESBS.

NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA - ME, como Contratada.

São Domingos

PREFEITURA

EDITAL CMDCA Nº 013

EDITAL Nº 013/2015

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação da Comissão Especial Eleitoral, realizada no dia 07/10/2015, às 15h30min, tendo como local a sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social, resolve ALTERAR o calendário do Edital 001/2015, publicado em 10/04/2015, que trata da escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de São Domingos SC, conforme alterações a seguir.

ANEXO I

Do calendário:

Fica estabelecido o calendário oficial com os prazos para realização do processo de escolha, sendo:

DATA	ATIVIDADE	LOCAL	HORÁRIO
15.10.2015	Análise das denúncias pela Comissão Especial Eleitoral	Secretaria Municipal de Assistência Social: Rua Brasil, nº 110 - Centro (anexo ao prédio da Prefeitura Municipal)	9 h
15.10.2015	Divulgação preliminar dos resultados	Mural da Prefeitura Municipal, Mural da Secretaria de Assistência Social, Site da Prefeitura www.saodomingos.sc.gov.br e Diário Oficial dos Municípios.	17 h
16 e 19.10.2015	Prazo para recursos junto ao CMDCA quanto ao resultado preliminar das eleições	Secretaria Municipal de Assistência Social: Rua Brasil, nº 110 - Centro (anexo ao prédio da Prefeitura Municipal)	8 h às 11h e 30min e 13h e 30min às 16h e 30min
21.10.2015	Prazo para análise dos recursos pelo CMDCA.	Secretaria Municipal de Assistência Social: Rua Brasil, nº 110 - Centro (anexo ao prédio da Prefeitura Municipal)	9 h
22.10.2015	Publicação definitiva do resultado, através de edital	Mural da Prefeitura Municipal, Mural da Secretaria de Assistência Social, Site da Prefeitura www.saodomingos.sc.gov.br e Diário Oficial dos Municípios.	16h
A definir	Capacitação obrigatória para os titulares e suplentes eleitos, facultativa para os conselheiros de direitos e outros profissionais interessados.	A definir	A definir
10.01.2016	Posse dos conselheiros tutelares	Local a definir	A definir

Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São Domingos, (SC), 08 de outubro de 2015.

Rosi Marmentini Scheffer

Presidente Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

POR 1843 DE 28 09 15 CONCEDE FÉRIAS AS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS VANDERLEIA GOLTZ, CACIANA BORGES

PORTARIA Nº 1843, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.

Concede férias as servidoras públicas municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; pela Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada;

· Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido FÉRIAS as servidoras públicas municipais, conforme segue:

SERVIDORES	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DÍAS	GOZO
Vanderléia Goltz	Técnico em Enfermagem	30/04/12 a 29/04/13	30	01/10/15 a 30/10/15
Caciana Borges	Assessor de Secretaria	09/07/13 a 08/07/15	25	13/10/15 a 06/11/15
Juliana Dutra	Agente Tributário	01/06/14 a 31/05/15	05	13/10/15 a 17/10/15

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 28 de setembro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretário de Administração e Fazenda

POR 1844 DE 28 09 15 CONCEDE PROGRESSÃO POR MERECIMENTO A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

PORTARIA Nº 1844, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre Concessão de Adicional pela Progressão por Merecimento a Servidores Públicos Municipais.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar Municipal 0042 de 04/04/12 atualizada; pelo artigo 184 da Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12, e;

· Considerando o disposto no Decreto nº 1616, de 10/05/14, que regulamentou a avaliação de desempenho funcional para fins de concessão de adicional pela progressão por merecimento dos servidores públicos municipais efetivos do município de São Domingos (SC);

· Considerando que a progressão por merecimento será concedida após a realização de avaliação de desempenho funcional por comissão específica e com regulamento próprio;

· Considerando o relatório apresentado pela comissão designada pela Portaria nº 1609 de 15/05/14;

· Considerando que o adicional pela Progressão por Merecimento é devido aos servidores públicos municipais, a exceção daqueles que pertencem ao quadro do magistério público municipal;

· Considerando que o adicional pela Progressão por Merecimento será concedido aos servidores que atingirem a média igual ou superior a 07 (sete), no percentual de 3% sobre o vencimento base do cargo para o qual o servidor foi admitido.

· Considerando que o adicional é direito do servidor;

· Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido ADICIONAL PELA PROGRESSÃO POR MERECIMENTO, nos termos da legislação vigente, na ordem de 3% (três por cento) sobre o vencimento base dos Servidores Públicos Municipais, conforme segue:

NOME	CARGO	ENTRADA EM EXERCÍCIO	PERÍODO DE AVALIAÇÃO	%
Ademir Luis Schrader	Auxiliar de Serviços Gerais	23/03/2000	20/10/2011 a 30/10/2014	03
Adriana Lucia Pretto	Agente Administrativo	01/03/2002	30/10/2011 a 30/10/2014	03
Cecília Polônia Aiolfi Peruzzo	Auxiliar de Serviços Gerais	01/03/2002	30/10/2011 a 30/10/2014	03
Clari Comerlato	Bibliotecário	20/05/1992	30/10/2011 a 30/10/2014	03
Claudio Fonseca	Operador de Máquinas	11/10/2011	11/10/2011 a 30/10/2014	03
Cleori Antonio Rissi	Mecânico	27/06/2011	27/06/2011 a 30/10/2014	03
Diego Miguel Walendorff	Fiscal de Tributos Obras e Serviços	20/07/2011	20/07/2011 a 30/10/2014	03
Giovana Gomes Gutierrez	Enfermeiro	01/03/2002	30/10/2011 a 30/10/2014	03
Giovane Leopoldo Busato	Técnico Agrícola	01/02/2007	31/06/2013 a 30/10/2014	03
Gracinda Brizola	Auxiliar de Serviços Gerais	01/03/2002	30/10/2011 a 30/10/2014	03
Ederléia Gonçalves	Auxiliar de Serviços Gerais	24/06/2008	24/06/2011 a 30/10/2014	03
Ilma da Veiga Marcondes	Auxiliar de Serviços Gerais	05/06/2002	30/10/2011 a 30/10/2014	03
Ivany Claudete Serro Mulinari	Psicólogo	06/06/2002	30/06/2011 a 30/10/2014	03
Ivete Correa de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	14/01/2011	14/01/2011 a 30/10/2014	03
Ivete Tiepo Pertille	Auxiliar de Serviços Gerais	11/10/2011	11/10/2011 a 30/10/2014	03
Ivone Maria Debortoli Orlandi	Auxiliar de Serviços Gerais	24/03/2000	14/12/2010 a 30/10/2013 30/10/2013 a 30/10/2014	03
José Maria Barbosa	Agente de Construção e Conservação	01/02/2008	01/02/2011 a 30/10/2014	03
Juliana Dutra	Agente Tributário	01/06/2011	01/06/2011 a 30/10/2014	03
Jurandir Pereira	Vigia	19/10/2011	19/10/2011 a 30/10/2014	03
Jussara Aparecida Goes	Técnico em Enfermagem	18/03/2002	30/03/2011 a 30/10/2014	03
Lurdes do Carmo Rosa Lisboa	Auxiliar de Serviços Gerais	01/03/2002	30/10/2011 a 30/10/2014	03
Maria Lizabete Marques	Auxiliar de Serviços Gerais	10/10/2011	10/10/2011 a 30/10/2014	03
Marines Silvestri	Técnico em Enfermagem	20/06/2008	20/06/2011 a 30/10/2014	03
Marli Piceti Grosbelli	Técnico em Enfermagem	05/06/2008	05/06/2011 a 30/10/2014	03
Moacir Antonio Latreille	Motorista	10/03/1992	30/10/2011 a 30/10/2014	03
Nilva Valgoi	Auxiliar de Serviços Gerais	01/03/2002	30/03/2011 a 30/10/2014	03
Noeli Aparecida Scarioto Marmentini	Auxiliar de Serviços Gerais	17/01/2011	17/01/2011 a 30/10/2014	03
Odete Zarembski Granzotto	Auxiliar de Serviços Gerais	24/06/2008	24/06/2011 a 30/10/2014	03
Odila Giroto Elger	Assistente Financeiro	11/01/1993	30/10/2011 a 30/10/2014	03
Perci Pais	Operador de Máquinas	01/03/2002	30/05/2011 a 30/10/2014	03
Primo Brunetto	Auxiliar de Serviços Gerais	01/03/2002	02/06/2011 a 30/10/2014	03
Raquel de Fatima Aiolfi	Assistente Administrativo	17/01/2011	17/01/2011 a 30/10/2014	03
Renato Camera	Operador de Máquinas	11/10/2011	11/10/2011 a 30/10/2014	03
Salute Tomazeli Kuhn	Auxiliar de Serviços Gerais	18/03/2002	30/10/2011 a 30/10/2014	03
Sergio Roque Zappani	Operador de Máquinas	11/10/2011	11/10/2011 a 30/10/2014	03
Silvia Cristina Paris de Moura	Agente Administrativo	05/08/2002	30/08/2011 a 30/10/2014	03
Wilson Antonio Bolzani	Motorista	24/06/2008	24/06/2011 a 30/10/2014	03
Zelito Zarembski	Auxiliar de Serviços Gerais	11/10/2011	11/10/2011 a 30/10/2014	03
Zorilde Chimello Pin	Auxiliar Administrativo	01/03/2002	30/03/2011 a 30/10/2014	03

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 28 de setembro de 2015.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

POR 1845 DE 01 10 15 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL VITORIO BRUNETTO NETO

PORTARIA Nº 1845, DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede férias ao servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; pela Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada;

· Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido FÉRIAS ao servidor público municipal, conforme segue:

SERVIDORA	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Vitório Brunetto Neto	Auxiliar de Serviços Gerais	05/06/13 a 04/06/14	09	01/10/15 a 09/10/15

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 01 de outubro de 2015.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretário de Administração e Fazenda

POR 1846 DE 02 10 15 LOTA DIVERSOS SERVIDORES

PORTARIA Nº 1846, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre lotação de servidores públicos municipais.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada; na Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada e pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12, e;

· Considerando a necessidade de adequação na lotação de servidores públicos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam lotados os servidores públicos municipais conforme segue:

Nome do Servidor	Cargo	Lotação
Rogério Galetti	Motorista	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos
Ademir Luis Schrader	Operador de Máquinas	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos
Silvia Cristina Paris de Moura	Agente Administrativo	Secretaria Municipal de Assistência Social
Adriano Pastorello	Vigia	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
Artêmio Zenatti	Vigia	Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes
Adriana Anghinoni Geremia	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
Jurandir Pereira	Vigia	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 02 de outubro de 2015.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

POR 1847 DE 02 10 15 CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI FABIANO BATISTEL

PORTARIA Nº 1847, DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.

Concede férias aos servidores públicos municipais, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; pela Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; Lei Complementar 0042, de 04/04/2012 atualizada;

· Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido FÉRIAS aos servidores públicos municipais, conforme segue:

SERVIDORES	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Fabiano Batistel	Diretor de Departamento de Fazenda	27/03/14 a 26/03/15	09	02/10/15 a 10/10/15
Elienir Teresinha Agnoletto	Coordenador de Serviços Contábeis	28/12/11 a 27/12/12	12	05/10/15 a 16/10/15

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 02 de outubro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretário de Administração e Fazenda

POR 1848 DE 02 10 15 DESIGNA JUCELANE FORNARI LORENZI PARA RESPONDER TEMPORARIAMENTE PELA CONTABILIDADE

PORTARIA Nº 1848, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Designa servidora para responder, temporariamente, pelo Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal e pela elaboração e Prestação de Contas do Município.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08; pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12; e:

· Considerando a concessão de férias no período de 05/10/2015 a 16/10/2015 à servidora Elienir Teresinha Agnoletto, nomeada para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Serviços Contábeis e como responsável e pela elaboração e Prestação de Contas do Município;

· Considerando a necessidade diária e em caráter emergencial, de servidor responsável pelo Setor de Contabilidade e pela elaboração e prestação de contas do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora Jucelane Fornari Lorenzi, ocupante do cargo de Coordenador de Controle Interno, portadora do CRC nº SC-026648/0-9, para assinar, temporariamente, como Coordenador de Serviços Contábeis e responder pelo Setor de Contabilidade e pela elaboração e prestação de contas do Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 05 de outubro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

POR 1850 DE 07 10 15 DESIGNA COMISSÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

PORTARIA Nº 1850, 07 DE OUTUBRO DE 2015.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 116-D, alínea f da Lei Orgânica Municipal e o art. 125 da Lei Complementar n. 045/2012 em combinação com o art. 37 da Constituição Federal;

· Considerando as informações prestadas pela servidora Odila Giroto Elger, responsável pelo Setor de Pessoal do Município, através da C.I. nº 049/2015 dando conta do envolvimento do servidor municipal Jurandir Pereira em briga durante o horário de trabalho;

· Considerando as informações prestadas pela Polícia Militar no Ofício nº 033/2015, através do qual encaminhou cópia do Registro de Ocorrência Policial nº 125/2015;

· Considerando o recebimento do Ofício nº 0502/2015/PJ/SDO, do Ministério Público de Santa Catarina da Comarca de São Domingos, que também encaminhou cópia do Registro de Ocorrência Policial nº 125/2015 para ciência e tomada de providências;

· Considerando as informações prestadas pelo Corpo de Bombeiros Militar - São Domingos, através do Ofício nº 097 - 3º/1º/3ª/6ºBBM;

· Considerando comunicação da Secretária de Administração e Fazenda, Ana Claudia Barizon Fontana da Luz, através da C.I. nº 031/2015, na qual relata as informações colhidas até o momento sobre os fatos;

· Considerando a necessidade de apurar os fatos nos termos em que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 045/2012 - Estatuto dos Servidores;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar, em face de Jurandir Pereira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, tendo em vista comunicações internas da Responsável pelo Setor de Pessoal e da Secretária de Administração e Fazenda, bem como informações prestadas através dos respectivos ofícios encaminhados pelo Ministério Público da Comarca de São Domingos-SC, pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros de São Domingos, os quais dão conta de envolvimento do servidor municipal em briga, com vias de fato, durante o horário de trabalho no dia 09 de agosto de 2015.

Art. 2º NOMEAR a Comissão Disciplinar, conforme segue:

I - Ivany Claudete Serro Mulinari, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga, matrícula nº 716, presidente;

II - Alyne Nayara Lammel, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, matrícula nº 1756, Membro;

III - Iraci Inês Marmentini Walendorff, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora PD/D-IV, matrícula nº 0050, Membro;

Art. 3º FIXAR o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, com a apresentação do relatório pela Comissão.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 07 de outubro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretário de Administração e Fazenda

POR 1851 DE 07 10 15 AUTORIZA A CONDUZIR VEÍCULOS CRISTIANE ANSOLIN E FRANCISMARA MARIANI

PORTARIA Nº 1851, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

Autoriza servidoras a conduzir veículos públicos municipais.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90.

· Considerando a solicitação da Secretária Municipal da Assistência Social Sandra Maria Fiorese ;

· Considerando o Termo de Responsabilidade pelo uso de veículos de propriedade do Município assinado pelas servidoras Cristiane Ansolin e Francismara Aparecida Mariani;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam autorizadas a conduzir veículos de propriedade deste município, as servidoras públicas municipais Cristiane Ansolin, ocupante do cargo de Assistente Social portadora da Carteira Nacional de Habilitação com registro sob o nº 03869679151 e Francismara Aparecida Mariani ocupante do cargo de Coordenadora de políticas públicas para as mulheres, portadora da Carteira Nacional de Habilitação com registro sob o nº 04466020000.

Art. 2º As servidoras ora autorizadas a conduzir os veículos públicos municipais ficam responsáveis pelo seu uso, manutenção, abastecimento, zelo, preenchimento do diário de bordo e por eventuais sinistros e infrações de trânsito.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 07 de outubro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

POR 1853 DE 08 10 15 DESIGNA GIOVANE LEOPOLDO BUSATO PARA ATUAR NO ORTO JUNTO AO CENTRO DE CONVIVÊNCIA MENINO DEUS

PORTARIA Nº 1853, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre a designação de servidor público municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12 atualizada, e:

· Considerando a solicitação do Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Viane Ferrarini Meoti, dando conta da necessidade de servidor para desenvolver atividades na produção de mudas e cultivo de verduras e hortaliças, bem como a produção de mudas de flores e árvores para a ornamentação dos espaços públicos;

· Considerando a solicitação do Setor de Pessoal dando conta da necessidade de designação de servidor para desenvolver as atividades no viveiro municipal localizado no imóvel junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

· Considerando a necessidade da produção de mudas de hortaliças, legumes, flores e árvores;

· Considerando que a produção própria de hortaliças e legumes para consumo nas Escolas Municipais, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e no Centro de Saúde Santa Paulina, gerará economia ao erário público;

· Considerando que todo ano o município necessita adquirir mudas de flores de época para a jardinagem e árvores para ornamentação dos espaços públicos;

· Considerando que o Município possui no quadro geral de vagas o cargo de Técnico Agrícola ocupado por servidor público municipal;

· Considerando que o Município possui um local apropriado para produção de mudas e o cultivo de hortaliças e legumes, bem como a produção de mudas de flores e árvores;

· Considerando o princípio da legalidade, da economicidade e o princípio do interesse público dos atos da administração;

RESOLVE:

Art.1º Fica designado o servidor público municipal, Giovane Leopoldo Busato ocupante do cargo público de Técnico Agrícola, para desenvolver e executar projeto para a produção de mudas de hortaliças, legumes, flores e árvores, e ainda o cultivo de hortaliças e legumes, bem como desenvolver as atividades junto ao viveiro municipal, a partir desta data, devendo o mesmo apresentar projeto técnico junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no prazo de 30 dias, para aprovação;

Art. 2º O servidor Designado permanece subordinado ao Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, bem como lotado na referida secretaria;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 08 de outubro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO PREE N. 102/2015

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREE N. 102/2015

TOMADA DE PREÇOS PREE N. 009/2015

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 28 de outubro de 2015 estará recebendo as propostas de interessados visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VERTICAL E PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS EM PAVER DE TRECHOS DAS RUAS: 15 DE NOVENBRO, SETE DE SETEMBRO, BARÃO DO RIO BRANCO, JOÃO BIGOLIN E SÃO DOMINGOS, objeto do contrato de financiamento n. 412.566-53/2013, Programa Pró-Transporte do Ministério das Cidades. TUDO conforme especificado em seu Edital, anexos, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 07 de outubro de 2015.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO PREE N. 103/2015

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREE N. 103/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREE N. 038/2015

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 26 de outubro de 2015, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE INFORMÁTICA PARA TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacoes@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 07 de outubro de 2015.

Flávio Celeste Lorenzi

Pregoeiro Oficial.

São João do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 084 -NOMEIA COMISSÃO AMEOSC - CONCURSO EMPREGO PÚBLICO

ANEXO IX

EDITAL DE CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 002/2015

COMISSÃO ORGANIZADORA DO AMEOSC

DECRETO Nº 084/2015 - CRIA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art.1º. Ficam designados: Jussara Reginatto, Udinara Vanusa Zanchettin e Jacson Sonaglio, brasileiros, representantes da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, funcionários da Associação, compor a COMISSÃO DO CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO que terá por objetivo e finalidade a elaboração das provas, instaurado através do Edital nº. 002/2015.

Art.2º. Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração do programa de provas, assessorar quando da realização das inscrições, elaboração das provas bem como aplicá-las, corrigi-las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, coordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando-a ao Prefeito Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalação necessária para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art.3º. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas objetivas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE/SC, 30 de setembro de 2015.

ERNANI MIGUEL HOFF

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e Publicado nesta data.

Vitus Ritter

Secretário da Administração

São João do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 067 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 067 DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

“Transpõe dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1741 de 11 de dezembro 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, conforme segue:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0127.2024 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde e Equipes de Programas de Saúde Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.0085 – Aplicações Diretas
..... R\$ 25.000,00

TOTAL
..... R\$ 25.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro, será anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0127.2024 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde e Equipes de Programas de Saúde Básica

3.1.90.00.00.00.00.00.0085 – Aplicações Diretas
..... R\$ 25.000,00

TOTAL
..... R\$ 25.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
02 de setembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 070 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 070 DE 09 DE SETEMBRO DE 2015

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1741 de 11 de dezembro 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 78.918,41 (setenta e oito mil, novecentos e dezoito reais e quarenta e um centavos), para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0501 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0128.2029 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.3102 – Aplicações Diretas
..... R\$ 18.918,41

12.361.0128.2036 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.3102 – Aplicações Diretas
..... R\$ 60.000,00

TOTAL
..... R\$ 78.918,41

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro será utilizado superávit financeiro de recursos vinculados do Salário Educação, verificados no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
09 de setembro de 2015.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 071 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 071 DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1741 de 11 de dezembro 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme

segue:

0901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS
15.452.0124.2010 – Manutenção da Iluminação Pública
3.3.90.00.00.00.00.00.0017 – Aplicações Diretas
..... R\$ 45.000,00

TOTAL
..... R\$ 45.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o excesso de arrecadação de recursos vinculados da COSIP - Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública, verificados no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
18 de setembro de 2015.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 072 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 072 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1741 de 11 de dezembro 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS
15.452.0124.2010 - Manutenção da Iluminação Pública
3.3.90.00.00.00.00.00.003080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

TOTAL
..... R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado superávit financeiro de recursos ordinários, verificados no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
21 de setembro de 2015.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 074 DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 074 DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1741 de 11 de dezembro 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0125.2013 – Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF e SCFV)
3.1.90.00.00.00.00.00.3080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

TOTAL
..... R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado superávit financeiro de recursos ordinários, verificados no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
22 de setembro de 2015.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 075 DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 075 DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

“Transpõe dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1741 de 11 de dezembro 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0301 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.0123.2004 – Manutenção da Secretaria de Administração

3.3.90.00.00.00.00.00.0010 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

TOTAL
..... R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro, será anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária:

0301 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
04.122.0123.2004 – Manutenção da Secretaria de Administração
4.4.90.00.00.00.00.00.0010 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

TOTAL
..... R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
25 de setembro de 2015.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO AGOSTO 2015

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO
CONTRATOS DO DIA 03 DE AGOSTO DE 2015

CONTRATO Nº 165/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: LUCILENE ALEXANDRE PEREIRA ARAMBULA
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora na EEB. Caetano Lummertz da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 03/08/2015 a 22/12/2015
VALOR MENSAL: R\$: 829,02
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul, em 03 de agosto de 2015.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria no dia três do mês de agosto do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretário Municipal de Administração.

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO
CONTRATOS DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2015

CONTRATO Nº 166/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: ELIZETE BORGES HOMEM
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professora na EEB. Sertão do Piritu da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 12/08/2015 a 18/08/2015

VALOR MENSAL: R\$: 829,02
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 12 de agosto de 2015.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretário Municipal de Administração.

EXTRATO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇO TEMPORÁRIO
CONTRATOS DO DIA 25 DE AGOSTO DE 2015

CONTRATO Nº 167/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADO: CLAUDIO SCANDOLARA BIANCHINI
OBJETO: Prestação de serviços na função de Professor na EEB. Sertão do Piritu da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, com carga horária de 20h/semanais.
VIGÊNCIA: de 25/08/2015 a 17/10/2015
VALOR MENSAL: R\$: 829,02
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1616/2011 e Lei Ordinária Municipal nº. 005/2009

São João do Sul, em 25 de agosto de 2015.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretário Municipal de Administração

LEI N.º 1.759 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015

LEI N.º 1.759 DE 06 DE OUTUBRO DE 2015

ALTERA A LEI Nº 1.755 DE 01 DE JULHO DE 2015, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a redação do Art. 5º da Lei n.º 1.755, de 01 de julho de 2015, que autoriza o poder executivo municipal a aderir ao programa BADESC cidades e tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.”

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 06 de outubro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

TERMOS ADITIVOS AGOSTO 2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 43/2015.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 43/2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL E ANDRIOSANE LODETTI PINTO, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

Cláusula Primeira

Fica alterado o prazo constante da Clausula Quarta do contrato original, prorrogando do dia 10/08/2015 até o dia 08/10/2015, período em que a servidora Beatriz Webber Teixeira se encontra em licença Premio.

Cláusula Segunda

Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 10 de agosto de 2015

Contratante Contratado

JOÃO RUBENS DOS SANTOS ANDRIOSANE LODETTI PINTO
Prefeito Municipal Contratado

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 131/2015.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 131/2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL E CECILIA FERNANDES CARLOS, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

Cláusula Primeira

Fica alterado o prazo constante da Clausula Primeira do Primeiro Termo Aditivo do contrato original prorrogando do dia 05/08/2015 a 14/08/2015 em substituição a servidora Márcia Adriane Lumertz Machado que ainda se encontra de atestado médico.

Cláusula Segunda

Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 05 de agosto de 2015.

Contratante Contratado

JOÃO RUBENS DOS SANTOS CECILIA FERNANDES CARLOS
Prefeito Municipal Em Exercício Contratado

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 131/2015.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 131/2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL E CECILIA FERNANDES CARLOS, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

Cláusula Primeira

Fica alterado o prazo constante da Clausula Primeira do Segundo Termo Aditivo do contrato original prorrogando do dia 15/08/2015 a 03/09/2015 em substituição a servidora Márcia Adriane Lumertz Machado que ainda se encontra de atestado médico por motivo de greve do INSS.

Cláusula Segunda

Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e

achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 15 de agosto de 2015.

Contratante Contratado

JOÃO RUBENS DOS SANTOS CECILIA FERNANDES CARLOS
Prefeito Municipal Em Exercício Contratado

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 119/2015.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 119/2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL E CRISTINA DE SOUZA DA SILVA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

Cláusula Primeira

Fica alterado o prazo constante da Clausula Primeira do Primeiro Termo Aditivo do contrato original prorrogando do dia 01/08 2015 a 01/10/2015 em substituição a professora Franciele da Silva Matos Bauer que ainda se encontra de atestado médico.

Cláusula Segunda

Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 01 de agosto de 2015.

Contratante Contratado

JOÃO RUBENS DOS SANTOS CRISTINA DE SOUZA DA SILVA
Prefeito Municipal Contratado

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 166/2015.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 166/2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL E ELIZETE BORGES HOMEM, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1616/2011.

Cláusula Primeira

Fica alterado o prazo constante da Clausula Quarta do contrato original, prorrogando do dia 19/08/2015 até o dia 17/10/2015, período em que a servidora Maria de Fátima Cardoso Cheruti se encontra em licença Premio.

Cláusula Segunda

Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

E, assim por estarem, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, ambas as partes assinam o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor.

São João do Sul, 19 de agosto de 2015

Contratante

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Contratado

ELIZETE BORGES HOMEM

Contratado

REPUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 1º SEMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE SAO JOAO DO SUL - SC - PODER EXECUTIVO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO SUL
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JULHO/2014 A JUNHO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.545.553,24	0,00
Pessoal Ativo	8.418.937,44	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	126.615,80	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	232.305,90	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	232.305,90	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	8.313.247,34	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	15.903.944,81	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	8.313.247,34	52,27
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	8.588.130,20	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	8.158.723,69	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	7.729.317,18	48,60

FONTE:

SAO JOAO DO SUL , 09/10/2015

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
 Secretário de Finanças

CARLA LUISA T. BARCELLOS
 Contadora CRC/SC nº 020.314/O-7

CARLA PEREIRA
 Controle Interno

MUNICÍPIO DE SAO JOAO DO SUL - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO SUL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	15.903.944,81	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	8.313.247,34	52,27
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	8.588.130,20	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	8.158.723,69	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.743.208,48	-10,96
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	19.084.733,77	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.498.867,86	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.544.631,17	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.113.276,14	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	6.513.560,52	1.582.863,30

FONTE:

SAO JOAO DO SUL , 09/10/2015

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA
Secretário de Finanças

CARLA LUISA T. BARCELLOS
Contadora CRC/SC nº 020.314/O-7

CARLA PEREIRA
Controle Interno

São José

PREFEITURA

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 005/2015 - PROCESSO Nº 390/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 005/2015 - Processo nº 390/2015. Objeto: Contratação CONCESSÃO DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA CONTROLE DA ROTATIVIDADE DE VEÍCULOS, COM O USO DE PARQUÍMETROS ELETRÔNICOS MULTIVAGAS E DE AQUISIÇÃO DE CRÉDITOS VIA WEB COM HABILITAÇÃO DO DIREITO DE ESTACIONAR ATRAVÉS DE TELEFONIA, COM SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO PARA O PODER CONCEDENTE DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E DE UTILIZAÇÃO EM TEMPO REAL NO CONTROLE DA FISCALIZAÇÃO INTEGRADO POR PARQUÍMETROS ELETRÔNICOS MULTIVAGAS E TERMINAIS PORTÁTEIS COM TRANSMISSÃO DE DADOS VIA GPRS OU SIMILAR COM LOCALIZAÇÃO VIA GPS (GEORREFERENCIADO), MEDIANTE USO REMUNERADO DO ESPAÇO PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICADO NESTE EDITAL. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 13h30min do dia 17 de novembro de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h00min do dia 17 de novembro de 2015, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

DECRETO Nº 5100/2015

DECRETO Nº 5100/2015
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado SIRINEY LIMONI para o cargo em comissão de Assessor Administrativo II – CCM 2, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de outubro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5101/2015

DECRETO Nº 5101/2015
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada ALAIDE SOUZA DE OLIVEIRA PERES para exercer o cargo de Assessor I Escolar – CCM 01, com lotação

na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de outubro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 5103/2015

DECRETO Nº 5103/2015
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado GERALDO JOSÉ H. DA ROSA para exercer o cargo de Assessor II – Administrativo - CCM 2, com lotação na Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de outubro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2015 – PROCESSO Nº 379/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2015 – Processo nº 379/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EXPEDIENTE DESTINADOS AS UNIDADES ESCOLARES E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 13 de outubro de 2015 às 18h00min até dia 23 de outubro de 2015, às 13h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 13h30min do dia 23 de outubro de 2015. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 141/2015 - SRP - PR Nº 092/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 23/10/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2015, SISTEMA REGISTRO DE PREÇO. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, Nº 092/2015 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE (CBUQ – CAP 50-70) PARA APLICAÇÃO A FRIO, PARA MANUTENÇÃO DAS VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 09 de outubro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 142/2015 - SRP - PR Nº 093/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 23/10/2015, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2015, SISTEMA REGISTRO DE PREÇO. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, Nº 093/2015 OBJETO: AQUISIÇÃO DE AGENDAS ESCOLARES PARA ATENDER OS ALUNOS DAS ESCOLAS BÁSICAS MUNICIPAIS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 09 de outubro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº 137/2015 - TERMO DE RETOMADA DE OBRA

TERMO DE RETOMADA DE OBRA

Solicito, na presente data, que a empresa VISOLI CONSTRUTORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 02.131.315/0001-01, vencedora do Processo Licitatório nº 078/2015, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 010/2015, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS PARA AMPLIAÇÃO DO GINÁSIO ESPORTIVO DO BAIRRO SÃO FRANCISCO EM ÁREA DE 363,04 M², LOCALIZADO NA RUA OSVALDO SANTIN ESQUINA COM RUA JOÃO LAZZAROTTO, MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC CONFORME PROJETOS ANEXOS AO EDITAL E CONTRATO DE REPASSE DO MINISTÉRIO DO ESPORTE, REFERENTE À EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO ME ESPORTE EDUCACIONAL, RECREATIVO E DE LAZER – CONTRATO DE REPASSE Nº 1.007.001-52/2013 E CONVÊNIO Nº 788635, em virtude do que, assinou o Contrato nº 137/2015, de 06 de julho de 2015, RETOME DE IMEDIATO a execução do mesmo.

Tal solicitação se faz necessária em razão de que o objeto contratado é proveniente do Contrato de Repasse nº 1.007.001-52/2013, assinado com o Ministério dos Esportes, com intermediação da Caixa Econômica Federal, que emitiu autorização para o início da execução da obra, por meio de Ofício nº. 1403/2015/SR Oeste de SC/GIGOV/CH.

São Lourenço do Oeste, SC, 08 de outubro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.200, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.200, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, e de acordo com o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU		
09.01	SEC. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU		
15.451.4511.2.034 .3.3.9.0.00.00.0 0.00.00.0.1.0000	106	Aplicação Direta	R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

09.00	SEC. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU		
09.01	SEC. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU		
15.451.4511.2.034 .3.1.9.0.00.00.0 0.00.00.0.1.0000	101	Aplicação Direta	R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 09 de outubro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.201, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.201, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, e de acordo com o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

12.00	SEC. DE TRAB. RENDA E DES ECONÔMICO - SDE		
12.01	SEC. DE TRAB. RENDA E DES ECONÔMICO - SDE		
22.662.4515.1.073 .3.3.9.0.00.00.0 0.00.00.0.1.0000	163	Aplicação Direta	R\$ 50.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

12.00	SEC. DE TRAB. RENDA E DES ECONÔMICO - SDE		
12.01	SEC. DE TRAB. RENDA E DES ECONÔMICO - SDE		
22.662.4515.1.073 .3.3.5.0.00.00.0 0.00.00.0.1.0000	162	Trans Ins Priv S F/L	R\$ 40.000,00

12.00	SEC. DE TRAB. RENDA E DES ECONÔMICO - SDE		
12.01	SEC. DE TRAB. RENDA E DES ECONÔMICO - SDE		
22.662.4515.1.073 .3.3.9.0.00.00.0 0.00.00.0.1.0000	164	Aplicação Direta	R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 09 de outubro de 2015.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.202, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.202, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, e de acordo com o inciso I, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

12.00	SEC. DE TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO - SDE		
12.01	SEC. DE TRAB. RENDA E DES. ECONÔMICO - SDE		
22.662.4515.1.073 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000	209	Aplicações Diretas	R\$ 550.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014 e o art. 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de outubro de 2015.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 021, DE 08/09/2015.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 021, DE 08/09/2015.

Origem: Convênio nº 021, de 08 de setembro de 2015, de acordo com a Lei Municipal nº 2.241/2015.

Concedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Conveniente: Câmara de Dirigentes Lojistas de São Lourenço do Oeste/SC (CDL), CNPJ nº 83.404.111/0001-90.

Objeto: Inclusão do item 'VI.2', na Cláusula Sexta "Disposições Gerais" referente ao Convênio nº 021, de 08 de setembro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação: "CLÁUSULA SEXTA - DISPOSIÇÕES GERAIS - VI.1 (...). VI.2 - A Conveniente não poderá receber recursos financeiros ou materiais diretamente de terceiros para atender as necessidades do objeto deste Convênio e da realização da feira, tampouco aplicar os referidos recursos ou materiais diretamente no evento".

Vigência: de 09/10/2015 a 31/12/2015.

Data da assinatura: 09/10/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso, Prefeito Municipal - pelo Concedente e Eliane Regina Noal Battisti, Presidente - pela Conveniente.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 007/2015, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 007/2015, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

Origem: Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015 e Decreto nº 5.191, de 05 de outubro de 2015.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionária: Moto Grupo Fortaleza Dos Bruxos, CNPJ sob o nº 05.218.209/0001-40.

Objeto: Permissão de Uso Gratuita do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, situado na rua Via Parque, s/n, bairro Cruzeiro, em São Lourenço do Oeste/SC, com relação ao(s) seguinte(s) espaço(s): praça de alimentação e cozinha do subsolo, em virtude da realização de evento que consiste em almoço em comemoração aos 15 anos de fundação do Moto Grupo, a ser promovido no dia 25 de outubro de 2015.

Valor: Isento, conforme caput do art. 13, da Lei nº 2.219, de 22 de maio de 2015 e Decreto nº 5.191, de 05 de outubro de 2015.

Data de Assinatura: 07/10/2015.

Vigência: de 07/10/2015 a 27/10/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Permitente - e Audiéris Muraro - pela Permissionária.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 008/2015, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 008/2015, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Origem: Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015 e Decreto nº 5.192, de 06 de outubro de 2015.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionária: Luana Maria Pandolfi Lima 07058219940, CNPJ sob o nº 22.304.933/0001-05.

Objeto: Permissão de Uso Onerosa do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, localizado junto ao Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, situado na rua Via Parque, s/n, bairro Cruzeiro, em São Lourenço do Oeste/SC, em virtude da realização de evento que consiste no espetáculo de dança "No Ritmo do Natal", a ser promovido no dia 04 de dezembro de 2015.

Valor: R\$ 1.744,52 (um mil, setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), correspondendo a 18,70 UFRMs - Unidades Fiscais de Referência Municipal, conforme estabelecido no Decreto nº 5.192/2015.

Data de Assinatura: 08/10/2015.

Vigência: de 08/10/2015 a 07/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Permitente - e Luana Maria Pandolfi Lima - pela Permissionária.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 009/2015, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 009/2015, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Origem: Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015 e Decreto nº 5.194, de 06 de outubro de 2015.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionária: Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Rui Barbosa, CNPJ sob o nº 83.675.884/0001-01.

Objeto: Permissão de Uso Gratuita do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, pertencente à estrutura do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, situado na rua Via Parque, s/n, bairro Cruzeiro, em São Lourenço do Oeste/SC, em virtude da realização do evento "Bouvelard - La Belle Époque", a ser promovido na data de 28 de outubro de 2015.

Valor: Isento, conforme caput do art. 13, da Lei nº 2.219, de 22 de maio de 2015 e Decreto nº 5.194, de 06 de outubro de 2015.

Data de Assinatura: 08/10/2015.

Vigência: de 08/10/2015 a 30/10/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Permitente - e Nelí Rebelatto da Cruz - pela Permissionária.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 16/2015 FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 16/2015 FMS.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO.

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24 inciso XVII, da Lei n. 8.666/93, relativo revisão com fornecimento de peças originais para o veículo DOBLO ESSENCE 1.8 FLEX placas MFU-6923, da Secretaria Municipal de Saúde, com o custo total de R\$ 1.358,23. A presente dispensa de licitação será regida pela Lei n.º 8.666/93, e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 09 de outubro de 2015.

GILNEI ANTONIO GUTH

Prefeito Municipal.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO 80.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R-202
www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br

AVISO DE SUSPENSÃO DE SESSÃO

Pregão Presencial n.º 80/2015, que tem como objeto a Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços contínuos de manutenção, melhoria, efficientização e ampliação do Sistema de Iluminação Pública do Município de São Pedro de Alcântara/SC, cadastro e identificação de unidades, teleatendimento de solicitações de manutenção com software de gerenciamento, destinação final ambientalmente sustentável dos materiais retirados da iluminação pública, composto de 784 (setecentos e oitenta e quatro) pontos de iluminação, incluindo o fornecimento de materiais, conforme especificações constantes nos anexos que são partes integrantes deste Edital.

CONSIDERANDO o poder discricionário que é o poder concedido, explícita ou implicitamente, à administração para a prática de determinado ato com liberdade de escolha da sua conveniência ou oportunidade públicas;

RESOLVE o PREFEITO MUNICIPAL, SUSPENDER a sessão pública de licitação que se realizaria no dia 06 de outubro de 2015, às 09:00 horas.

A nova data da sessão pública para recebimento da documentação de habilitação e a proposta de preços será oportunamente divulgada.

Publique-se; registre-se; cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 064/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.
pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 064/2015

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor

GUILHERME NUNES PEREIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº. 054.177.769-63, residente e domiciliado a Avenida Patrício Caldeira de Andrade, nº 627 – Capoeiras – Florianópolis/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 002/2014, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal nº. 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal nº. 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR I HORISTA, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 08/10/2015, findando no dia do término da licença para tratamento de saúde da servidora titular Karina Schmitt Lohn, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação. Caso não haja o retorno até a data de 17/12/2015, fica esta data sendo como término do contrato.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal nº. 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal nº. 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem

permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de dezessete (17) horas aulas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

GUILHERME NUNES PEREIRA

CONTRATADO

Testemunhas:

PORTARIA N.º 319/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 319/2015

Admite em Caráter Temporário GUILHERME NUNES PEREIRA para o cargo de Professor I Horista.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, GUILHERME NUNES PEREIRA para o cargo de Professor I Horista, contrato de trabalho nº. 064/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de outubro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 105/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 105/2015-PMS

PROCESSO Nº. 231/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição e manutenção de persianas em P.V.C. e rolô da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Saúde; Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 26 de outubro de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 26 de outubro de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 13 de outubro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2012-ESF/NASF

Convocação Concurso Público nº. 001/2012-ESF/NASF

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JEISE CRISTINA CAPELARI, inscrita no CPF sob nº. 039.180.639-41, aprovada em 11º lugar no Concurso Público nº. 001/2012-ESF/NASF, para o cargo de ENFERMEIRA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00 h do dia 21 de outubro de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC), 08 de outubro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Orlando Tecilla

Secretário de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 01/2015 – FIA

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 01/2015 – FIA

Processo de licitação nº. 01/2015–FIA - Dispensa de Licitação nº. 01/2015–FIA

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DAVID TIAGO CARDOSO, inscrito no CPF sob o nº. 043.078.679-47, portador da carteira de identidade nº. 3.795.904-SSP-SC, residente e domiciliado na Rua Jose Rosa, nº 509, apartamento 201, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina. CEP: 88310-640

Objeto: Constitui o presente contrato Contratação de palestrante para os dias 06, 07, 13 e 14 de novembro de 2015 para ofertar capacitação para novos Conselheiros Tutelares de Schroeder conforme segue conteúdo programático, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Módulo I – Estatuto da Criança e do Adolescente – Estrutura e Organismos que compõem o ECA: 1.1. Conselhos e Direitos; 1.2. Conselho Tutelar; 1.3. Fundo da Infância e adolescência 1.4. Articulação entre o Conselho de Direitos e Conselho Tutelar.	04	Horas	68,00	272,00
02	Módulo II - Estatuto da Criança e do Adolescente – Direitos Fundamentais: 2.1. Direito à Vida e à Saúde; 2.2. Direito à Liberdade, ao Respeito e à dignidade; 2.3. Direito à Convivência Familiar e Comunitária; 2.4. Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer; 2.5. Direito à Profissionalização e Proteção ao Trabalho.	04	Horas	68,00	272,00
03	Módulo III - Estatuto da Criança e do Adolescente – Medidas de Proteção: 3.1. Medidas específicas de proteção.	04	Horas	68,00	272,00
04	Módulo IV - Estatuto da Criança e do Adolescente – Conselheiros Tutelares: 4.1. Atribuições dos conselheiros tutelares; 4.2. Competências dos conselheiros tutelares; 4.3. Postura ético-profissional; 4.4. Poder Judiciário; 4.5. Ministério Público; 4.6. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA.	12	Horas	68,00	816,00
VALOR R\$ TOTAL					1.632,00

Valor do contrato R\$ 1.632,00 (um mil seiscentos e trinta e dois reais)

Data da Assinatura: 09/10/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 111/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 111/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 75/2015–FMS – Dispensa nº. 39/2015–FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: JOALHERIA ZABER LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.402.005/0001-40, estabelecida Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, nº 173, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89251-701

Objeto: Contratação de empresa de ótica e joalheria para atender aos usuários da política municipal de saúde referente a concessão de lentes progressivas, conforme legislação vigente no Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de empresa de ótica e joalheria para atender aos usuários da política municipal de saúde referente à concessão de lentes progressivas e armação, para a paciente M.C.F.S.M	1	UNIDADE	255,00	255,00
02	Contratação de empresa de ótica e joalheria para atender aos usuários da política municipal de saúde referente à concessão de duas lentes progressivas, para a paciente M.N.N.	1	UNIDADE	280,00	280,00
0	Contratação de empresa de ótica e joalheria para atender aos usuários da política municipal de saúde referente à concessão de duas lentes progressivas e armação, para o paciente C.R.	1	UNIDADE	355,00	355,00
VALOR R\$ TOTAL					890,00

Valor do contrato: R\$ 890,00 (oitocentos e noventa reais)

Data da Assinatura: 09/10/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 17/2015 - FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 17/2015 - FAS

Processo de licitação nº. 16/2015–FAS - Dispensa de Licitação nº. 12/2015–FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: UNI EMBALAGENS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 04.293.149/0001-67, estabelecida na Av. Mal. Deodoro da Fonseca nº 1412 sala 03 e 04, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-702

Objeto: Constitui o presente contrato Compra de sacolas plásticas para armazenamento e transporte dos itens do benefício eventual de auxílio alimentação, higiene pessoal e limpeza pelos usuários, da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Sacola plástica espessura 6 a 7 gr, capacidade para 15kg (60x80)	45	kg	5,95	267,75
2	Sacola plástica espessura 2 a 3 gr, capacidade para 2kg (50x60)	35	kg	5,95	208,25
TOTAL R\$					476,00

Valor do contrato R\$ 476,00 (quatrocentos e setenta e seis reais)

Data da Assinatura: 09/10/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO Nº 10/2015 SMS**NOTIFICAÇÃO Nº 10/2015 SMS**

Processo Licitatório nº. 37/2015

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 16/2015

Fica a empresa Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.157.032/0001-22, estabelecida na Estrada Boa Esperança, nº 1918, Fundo Canoas, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89163-920, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato nº 56/2015 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido as Ordens de Compra, cujo empenhos nº 1834/15 e 1848/15 não efetuou a entrega dos produtos no prazo estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações

Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobede- cido
1834/15	Item 20 - Atadura de crepom 12 cm x 1,20 m repouso 13 fios/cm². Composição: algodão, poliéster e elastano. Pacote com 12 unidades.	21/09/15.	29/09/15.
1834/15	Item 37 - Compressa de campo operatório alto poder de absorção 100 % algodão 4 camadas. Tamanho: 23 x 25 cm. Pacote com 50 unidades.	21/09/15.	29/09/15.
1834/15	Item 118 - Sonda uretral Nº 12 descartável.	21/09/15.	29/09/15.
1834/15	Item 124 - Solução isotônica de cloreto de sódio a 0,9 % injetável, estéril, apirogênica. Frasco com 1 litro.	21/09/15.	29/09/15.
1848/15	Item 10 - Agulha descartável est. Oxido de etileno. Tamanho 40 x 12. Caixa com 100 unidades.	21/09/15.	29/09/15.
1848/15	Item 72 - Kit papanicolau contendo espéculo vaginal descartável lubrificado, espátula de ayre descartável, escova ginecológica descartável e lâmina para microscópio fosca. Tamanho M.	21/09/15.	29/09/15.
1848/15	Item 104 - Seringa Descartável 5 ml estéril, com cilindro transparente permitindo a visualização nítida do fluido aspirado, com escala de graduação que apresenta alto grau de precisão, traços e números de inscrição claros e legíveis, com bico slip com localização lateral.	21/09/15.	29/09/15.
1848/15	Item 42 - Detergente enzimático com no mínimo 3 enzimas. Frasco 1 litro.	21/09/15.	29/09/15.
1848/15	Item 63 - Fita cirúrgica microporosa hipoalergica a base de fibras de viscose com adesivo acrílico. Tamanho: 2,5 cm x 4,5 m.	21/09/15.	29/09/15.
1848/15	Item 73 - Kit papanicolau contendo espéculo vaginal descartável lubrificado, espátula de ayre descartável, escova ginecológica descartável e lâmina para microscópio fosca. Tamanho P.	21/09/15.	29/09/15.
1848/15	Item 129 - Solução injetável (glicose 5%). Frasco com 250 ml.	21/09/15.	29/09/15.

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 8 de outubro de 2015.

Orlando Tecilla

Secretário de Saúde.

A
METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.
CNPJ nº. 83.157.032/0001-22
(47) 3531-9800.

TERMO ADITIVO Nº A54/2015-PMS

TERMO ADITIVO Nº. A54/2015 – PMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 232/2014-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 83.719.963/0001-77, estabelecida na Rua Getulio Vargas, nº 470, Centro, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.103-400, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pela Senhora Cristiane Longhi Tortelli inscrita no CPF sob o nº. 924.808.370-68.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 232/2014-PMS, celebrado em 17 de outubro de 2014, proveniente do Processo de licitação nº. 153/2014 – PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 73/2014–PMS, para contratação de empresa prestadora de serviços de vigilância humana desarmada e em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular, para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Lazer, PROCON, Defesa Civil, sala de musica (antiga Biblioteca) e Setor de Esportes (no Ginásio de esportes) do Município de Schroeder/SC.

Considerando o pedido de reajuste protocolado pela empresa CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA e o parecer Jurídico nº. 0114/2015-PROJUR.

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 65, paragrafo 8º. da Lei Federal nº 8.666/93, bem como especificada na cláusula 4ª do contrato original, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o período de 02 meses, sendo o valor do aditivo de reajuste de R\$ 739,88 (setecentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição” reajustado o valor nos itens 02, 03, 04, 05 e 06, par ao período de 02 meses, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	SALDO DA LICITAÇÃO	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ UNITÁRIO REAJUSTADO
02	Prefeitura: uma central de alarme com capacidade para 20 sensores infra vermelho passivo com 01 teclado.	02	Mês	213,93	427,86
03	Agricultura, Águas, Defesa Civil, Procon: uma central de alarme com capacidade para 12 sensores infra vermelho passivo com 4 teclados individuais configurados como áreas de monitoramento independente	02	Mês	212,83	425,66
04	Secretaria de Educação: uma central de alarme com capacidade para 10 sensores infra vermelho passivo com 02 teclados individuais configurados como áreas de monitoramento independente;	02	Mês	188,70	377,40
05	Sala de Música (Antiga Biblioteca): uma central de alarme com capacidade para 05 sensores infra vermelho passivo , 01 teclado;	02	Mês	401,55	803,10
06	Setor de Esporte (No Ginásio): uma central de alarme com capacidade para 02 sensores infra vermelho passivo , 01 teclado;.	02	Mês	87,76	175,52

Cláusula 2ª – Fica a partir deste a Cláusula Quarta “do valor do contrato” no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 739,88 (setecentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos)), alterando o valor total do contrato para R\$ 299.563,78 (duzentos e noventa e nove mil, quinhentos e sessenta e três reais e setenta e oito centavos).

Cláusula 3ª– Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 232/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 09 de outubro de 2015.

CONTRATADA:

CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA

Cristiane Longhi Tortelli

CPF nº. 924.808.370-68

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

TERMO ADITIVO Nº. A53/2015 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A53/2015 – PMS

3º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 174/2013 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: UNIÃO SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.912.196/0001-16, estabelecida na Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, nº 1.188, salas 304/206, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89251-702, doravante denominada simplesmente de CREDENCIADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Hans Dieter Didjurgeit, inscrito no CPF sob o nº. 246.576.549-34, portador da carteira de identidade nº. 135.454-SSP-SC.

Considerando o Termo de Credenciamento nº. 174/2013-PMS, celebrado em 20 de agosto de 2013, Chamada Pública nº. 03/2013-PMS, Processo nº. 113/2013-PMS, para o credenciamento para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assistência à saúde compreendendo atendimento médico hospitalar, ambulatorial e obstetrícia, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico, terapia, e internações na modalidade "COLETIVO EMPRESARIAL" - ABRANGÊNCIA ESTADUAL, urgência e emergência NACIONAL do TIPO PLANO BÁSICO EM ENFERMARIA, com 50% de coparticipação a serem prestados aos servidores ativos do Município de Schroeder.

Considerando a solicitação feita pela empresa UNIÃO SAÚDE LTDA, frente ao reajuste dos itens do Termo de Credenciamento nº. 174/2013-PMS, de 13,55%.

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 65, b, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do termo, e descrição", conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO
01	Faixa etária - 0 a 18anos	Und.	63,32
02	Faixa etária - 19 anos a 23 anos	Und.	76,17
03	Faixa etária - 24 anos a 28 anos	Und.	98,66
04	Faixa etária - 29 anos a 33 anos	Und.	112,53
05	Faixa etária - 34 anos a38 anos	Und.	121,10
06	Faixa etária - 39 anos a 43 anos	Und.	126,19
07	Faixa etária - 44 anos a 48 anos	Und.	139,09
08	Faixa etária - 49 anos a 53 anos	Und.	168,52
09	Faixa etária - 54 anos a 58anos	Und.	193,46
10	Faixa etária - 59 anos ou mais	Und.	244,00

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo de Credenciamento nº. 174/2013-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 09 de outubro de 2015.

CONTRATADA:

UNIÃO SAÚDE LTDA

Hans Dieter Didjurgeit

CPF nº. 246.576.549-34

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A55/2015 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A55/2015 – PMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 108/2014-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: SETI segurança e tecnologia na internet ltda. pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 05.348.924/0001-05, com sede na Rua Henrique Nagel, n.º 135, sala 02, Bairro Água Verde, na cidade de Jaraguá do Sul/SC, CEP 89.254-560, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pela Senhor Carlos Eduardo Sabel, inscrito no CPF sob o no 034.085.879-65, portador da Carteira de Identidade no 3.551.110-9-SSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 108/2014-PMS, celebrado em 23 de maio de 2014, proveniente do Processo de licitação nº. 77/2014 – PMS, Modalidade Pregão Presencial nº. 35/2014-PMS, para a locação de solução de software para definição de regras e políticas de uso da internet através de interface gráfica possibilitando monitoramento, gráficos, relatórios e administração de regras e usuários de até 150 usuários para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o pedido de reajuste feito pela empresa SETI segurança e tecnologia na internet ltda, e que enquadra-se nos termos do art. 57, c/c 65 da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Primeira “do Objeto do Contrato e descrição”, reajustada a quantidade de 03 meses no item 01, no valor de R\$ 485,17 (quatrocentos e oitenta e cinco reais e dezessete centavos), sendo o valor aditivado total de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) para o período de outubro a dezembro de 2015, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	VALOR ATUAL	UNID.	SALDO LICITAÇÃO	VALOR REAJUSTADO
01	Locação de solução de software para definição de regras e políticas de uso da internet através de interface gráfica possibilitando monitoramento, gráficos, relatórios e administração de regras e usuários de até 150 Usuários.	445,17	Mês	03	485,17

Cláusula 2ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” aditivado ao contrato o valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), passando a ser o valor do contrato R\$ 11.6317,34 (onze mil, seiscentos e trinta e sete reais e trinta e quatro centavos).

Cláusula 3ª– Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 108/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 09 de outubro de 2015.

CONTRATADA:

seti segurança e tecnologia na internet ltda

Carlos Eduardo Sabel

CPF no 034.085.879-65

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

TERMO ADITIVO Nº. A56/2015 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A56/2015 – PMS

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 219/2014 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: VIAÇÃO CANARINHO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 84.438.209/0001-21, estabelecida na Rua Roberto Ziemann, nº. 460, Czerniewicz, na Cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.255-300, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Décio Bogo, inscrito no CPF sob o nº. 481.349.109-04 e portador da carteira de Identidade nº. 2/R 488.752 SSI-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 219/2014-PMS, celebrado em 13 de outubro de 2014, proveniente do Processo de licitação nº. 198/2014-PMS, Inexigibilidade nº. 03/2014-PMS, para contratação de empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de vale transporte aos servidores do Município de Schroeder/SC, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 65, e seus dispositivos legais com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando que a solicitação do aditivo pela Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, da quantidade de 1.600, para o item 01 no valor unitário de R\$ 4,25 (Quatro reais e vinte e cinco centavos), totalizando o valor do aditivo de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – A partir deste fica aditivada a Cláusula Primeira “do objeto do contrato, e descrição” a quantidade de 1.600, para o item 01 no valor de R\$ 4,25 (Quatro reais e vinte e cinco centavos), totalizando o valor de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	VALOR ATUAL	QUANTIDADE INICIAL	QUANTIDADE ADITIVADA
01	Contratação de Empresa especializada em transporte coletivo para fornecimento de crédito para os servidores do Município de Schroeder. (Jaraguá do Sul x Schroeder)	4,25	16.000	1.600

Cláusula 2ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” aditivado ao contrato o valor de R\$ 6.800,00 (Seis mil e oitocentos real), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 113.781,10 (cento e treze mil, e novecentos e oitenta e um reais e dez centavos).

Cláusula 3ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 219/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 13 de outubro de 2015.

CONTRATADA:
VIAÇÃO CANARINHO LTDA
Décio Bogo
CPF nº. 481.349.109-04
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____
Nome: Andreia Nass Friedemann
CPF nº. 003.769.879-60

2ª _____
Nome: Ivandra de Souza
CPF nº. 047.563.299-00

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO Nº. 82/2014 - PMS
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Contrato nº. 82/2014 - PMS

Processo de licitação nº. 45/2014 - PMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 03/2014 - PMS

Pelo presente Termo de Rescisão Contratual de prestação de serviços, sendo de um lado como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a empresa HIDROMEYER ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 07.353.837/0001-63, estabelecida na Rua Tecla Kirschner Todt, nº. 51, Amizade, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.255-726, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Ricardo Rehnolt Meyer, inscrito no CPF sob o nº. 023.018.409-05 e Carteira de Identidade nº. 1.815.468-9 SSP-SC, ficam ajustados à rescisão contratual unilateral de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, artigo 79, II, e conforme a seguir:

CLÁUSULA 1.ª – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

Pelo presente Termo de Rescisão Amigável, fica rescindido o Contrato Administrativo nº 82/2014-PMS, celebrado no dia 05 de maio de 2014, visando a contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Consultoria Técnica em Saneamento e Implantação de Programa de Controle e Combate das Perdas no Sistema de Abastecimento de Água para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC conforme Parecer da Procuradoria nº 0118/2015-PROJUR.

CLÁUSULA 2.ª – DO FORO:

Fica eleito de acordo como Cláusula Décima terceira do respectivo Contrato, para dirimir questões e dúvidas provenientes deste termo rescisório o Fórum da comarca de Guaramirim/SC.

Mandou-se lavrar o presente termo de rescisão em duas (02) vias de igual teor, para que se produzam os efeitos que dele decorram.

Schroeder, 09 de outubro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

Daniela Samulescki

CPF Nº. 053.350.739-18

Testemunha 01

Ivandra de Souza

CPF Nº. 047.563.299-00

Testemunha 02

DISPENSA 01/2015-FIA**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 1/2015 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 1/2015
Data: 09/10/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: DAVID TIAGO CARDOSO
Endereço: RUA JOSE ROSA, Nº 509, 509, AP 201
Cidade: Itajaí - SC
CPF: 043.078.679-47

Código: 13127

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de palestrante para os dias 06, 07, 13 e 14 de novembro de 2015 para ofertar capacitação para novos Conselheiros Tutelares de Schroeder conforme segue conteúdo programático.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	4,00	Módulo I - Estatuto da Criança e do Adolescente - Estrutura e Organismos que compõem o ECA: 1.1.Conselhos e Direitos; 1.2.Conselho Tutelar; 1.3.Fundo da Infância e adolescência 1.4.Articulação entre o Conselho de Direitos e Conselho Tutelar.	H	68,00	272,00
2	4,00	Módulo II - Estatuto da Criança e do Adolescente - Direitos Fundamentais: 2.1. Direito à Vida e à Saúde; 2.2. Direito à Liberdade, ao Respeito e à dignidade; 2.3. Direito à Convivência Familiar e Comunitária; 2.4. Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer; 2.5. Direito à Profissionalização e Proteção ao Trabalho.	H	68,00	272,00
3	4,00	Módulo III - Estatuto da Criança e do Adolescente - Medidas de Proteção: 3.1. Medidas específicas de proteção.	H	68,00	272,00
4	12,00	Módulo IV - Estatuto da Criança e do Adolescente - Conselheiros Tutelares: 4.1. Atribuições dos conselheiros tutelares; 4.2. Competências dos conselheiros tutelares; 4.3. Postura ético-profissional; 4.4. Poder Judiciário; 4.5. Ministério Público; 4.6. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA.	H	68,00	816,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

A Capacitação será obrigatória a todos Conselheiros Tutelares (titulares e suplentes) conforme edital 002/2015.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 1/2015 - DLProcesso Nr.: 1/2015
Data: 09/10/2015

Folha: 2/2

Schroeder, 9 de Outubro de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

08/10/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 8 de Outubro de 2015

Valor da Despesa: 1.632,00 (um mil seiscentos e trinta e dois reais)**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

DISPENSA 12/2015-FAS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 12/2015 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 16/2015
Data: 09/10/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: UNI EMBALAGENS LTDA - EPP
Endereço: AV MARECHAL DEODORO DA FONSECA, 1412 - SA
Cidade: JARAGUA DO SUL - SC
CNPJ: 04.293.149/0001-67

Código: 10297

Inscrição Estadual: 254.173.225

Objeto da Compra: Compra de sacolas plásticas para armazenamento e transporte dos itens do benefício eventual de auxílio alimentação, higiene pessoal e limpeza pelos usuários, da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	45,00	Sacola plástica espessura 6 a 7 gr, capacidade para 15kg (60x80)	KG	5,95	267,75
2	35,00	Sacola plástica espessura 2 a 3 gr, capacidade para 2kg (50x60)	KG	5,95	208,25

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Por estes itens não estarem contemplados nas licitações já existentes e se tratar de valores baixos, o que torna difícil a presença de interessados em licitações para tais objetos.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 9 de Outubro de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 12/2015 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 16/2015 Data: 09/10/2015	
		Folha: 2/2

08/10/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 8 de Outubro de 2015

Valor da Despesa:

476,00 (quatrocentos e setenta e seis reais)

Pagamento.....:

15 dias após recebimento do documento fiscal

DISPENSA 39/2015-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 39/2015 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 75/2015
Data: 09/10/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: JOALHERIA ZABER LTDA.-ME

Código: 6299

Endereço: AV. MARECHAL DEODORO DA FONSECA, 173

Cidade: Jaraguá do Sul - SC

CNPJ: 00.402.005/0001-40

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de empresa de ótica e joalheria para atender aos usuários da política municipal de saúde referente a concessão de lentes progressivas, conforme legislação vigente no Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Contratação de empresa de ótica e joalheria para atender aos usuários da política municipal de saúde referente à concessão de lentes progressivas e armação, para a paciente M.C.F.S.M	UN	255,00	255,00
2	1,00	Contratação de empresa de ótica e joalheria para atender aos usuários da política municipal de saúde referente à concessão de lentes progressivas, para a paciente M.N.N.	UN	280,00	280,00
3	1,00	Contratação de empresa de ótica e joalheria para atender aos usuários da política municipal de saúde referente à concessão de lentes progressivas e armação, para o paciente C.R.	UN	355,00	355,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Conforme indicação médica, referente a concessão das lentes progressivas para o usuário, garantindo assim, o acesso a seus direitos previstos em lei e a possibilidade de uma qualidade de vida melhor.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 9 de Outubro de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 39/2015 - DL

Processo Nr.: 75/2015
Data: 09/10/2015

Folha: 2/2

08/10/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 8 de Outubro de 2015

Valor da Despesa: 890,00 (oitocentos e noventa reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Serra Alta

PREFEITURA

EDITAL Nº 002/2015 CONSELHO TUTELAR

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL Nº002/2015

A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução 009/2015, torna público o resultado da eleição dos membros do Conselho Tutelar do município de Serra Alta/SC realizada no dia 04 de outubro de 2015.

Classificação Titulares	Nome do Candidato	Quantidade de Votos
1º	Neusa G. Ghidini	140
2º	Roseli Tauffer dos santos Mocelin	71
3º	Edilana P. de Barros Trindade	61
4º	Juciéli hanauer	54
5º	Danieli Júlia Strapazzon	52
Classificação Suplentes	Nome do Candidato	Quantidade de Votos
6º	Elenir kremer Sgarbi	40
7º	Sandra Paula beloli	32
8º	Jucelene Schmitz	31
9º	Lucélia Barbosa	20
10º	Tatiane A. do Amaral	18
11º	Angeli deize Ollmann	09

Serra Alta/SC , 05 de Outubro de 2015.

LIANE TERESINHA DE ALMEIDA

Presidente da Comissão Especial Eleitoral

LEI MUNICIPAL Nº 1.042/2015

LEI MUNICIPAL Nº 1.042, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA A CEDER BENS PÚBLICOS QUE ESPECIFICA À SOCIEDADE HOSPITALAR BENEFICENTE DE MODELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica a Prefeitura Municipal de Serra Alta, através do Poder Executivo, autorizada a ceder o uso de bem público móvel de sua propriedade, à Sociedade Hospitalar Beneficente de Modelo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.303.339/0001-94, com sede na Rua XV de Novembro, 4000, bairro Laranjeiras, na cidade de Modelo (SC).

Parágrafo único. O bem público móvel de que trata o caput deste artigo, possui a seguinte característica:

“- Aparelho eletrocardiográfico, marca Ecafix Fumbec”.

Art. 2º. A presente cessão de uso de bem público municipal de que trata o art. 1º, destinar-se-á ao uso da Sociedade Hospitalar Beneficente de Modelo.

Art. 3º. A cessão de uso do bem público municipal nos termos da presente Lei, será de forma gratuita e por prazo determinado, ou seja, até 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º. A presente cessão de uso poderá ser revogada por ato do Poder Executivo, com anuência do Poder Legislativo.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, de 22 de maio de 2013.

Art. 6º. Fica revogada demais disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 09 de outubro 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

RESOLUÇÃO Nº 011/2015

RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE O RESULTADO FINAL E
HOMOLOGAÇÃO DO
PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO
TUTELAR

RESOLUÇÃO Nº 11/2015

Dispõe sobre o resultado final e
homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Serra Alta/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº961/2013
RESOLVE:

I -Tornar público o resultado final da Resolução nº 011/2015.

III -Homologar o RESULTADO FINAL do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de para o mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020, conforme relação abaixo:

Art. 1º: Fica proclamado o resultado final da eleição realizada no dia 04/10/2015

I -Total de eleitores: 2.663

II -Total de votos válidos: 528

III -Total de votos em branco: 00

IV -Total de votos nulos: 04

Art. 2º: Total de votos por candidato:

Nome do Candidato	Nº de Votos	Classificação
Neusa G. Ghidini	140	1º
Roseli Tauffer dos santos Mocelin	71	2º
Edilana P. de Barros Trindade	61	3º
Juciéli Hanauer	54	4º
Danieli Júlia Strapazzon	52	5º
Elenir kremer Sgarbi	40	6º
Sandra Paula Beloli	32	7º
Jucelene Schmitz	31	8º
Lucélia Barbosa	20	9º
Tatiane A. do Amaral	18	10º
Angeli deize Ollmann	09	11º

Art. 3º: Ficam os seguintes candidatos eleitos como titulares, por ordem de votação:

I – Neusa G. Ghidini

II – Roseli Tauffer dos Santos Mocelin

III – Edilana Paula de Barros Trindade

IV – Juciéli Hanauer

V – Danieli Júlia Strapazzon

Art. 4º: Ficam os demais candidatos como suplentes, por ordem de votação:

I – Elenir Kremer Sgarbi

II – Sandra Paula Beloli

III – Jucelene Schmitz

IV – Lucélia Barbosa

V – Tatiana A. do Amaral

VI – Angeli Deize Ollmann

Art. 5º: A diplomação e posse dos membros do Conselho Tutelar titulares e suplentes, da-se-á no dia 10 de janeiro de 2016, às 08:30 Horas, na Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Serra Alta/SC.

Art. 6º: Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Serra Alta/SC, 05 de Outubro de 2015.

LIANE TERESINHA DE ALMEIDA
Presidente do CMDCA

Siderópolis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 279/2015

PORTARIA Nº 279, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015
CONTRATA FRANCINE PAGNAN DA BOIT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente FRANCINE PAGNAN DA BOIT, brasileiro, CPF/MF sob nº 069.317.769-16, para ocupar a função de Engenheira Agrônoma, na, Fundação do Meio Ambiente, FAM-SID, a contar de 01/09/2015, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 15 de Setembro de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de setembro de 2015.

PORTARIA Nº 280/2015

PORTARIA Nº 280, DE 20 DE SETEMBRO DE 2015
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA SONIA ANTUNES SAMIRA BARG FONTANELLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a funcionária SAMIRA BARG FONTANELLA, CPF/MF nº 037.209.839-86, Chefe de Departamento, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar desta data.
.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 20 de setembro de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de setembro de 2015.

PORTARIA Nº 281/2015

PORTARIA Nº 281, DE 20 DE SETEMBRO DE 2015
Cessa os efeitos da portaria nº256/2015

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº256/2015, considerando o retorno ao trabalho da servidora gisele frassetto, CPF/MF nº 556.500.909-04, Técnica de Enfermagem - ESF, do Quadro Permanente do Município, a contar de 14/09/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 20 de setembro de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de setembro de 2015.

PORTARIA Nº 282/2015

PORTARIA Nº 282, 20 DE 2015 DE SETEMBRO DE 2015
CONTRATA SANTOS VITALI MORO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente SANTOS VITALI MORO, brasileiro, CPF/MF sob nº 054.408.469-13, para ocupar a função de Operador de Retroescavadeira, na Secretaria de Obras, a contar de 01/09/2015, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.
.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 20 de Setembro de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de setembro de 2015.

PORTARIA Nº 283/2015

PORTARIA Nº 283, DE 20 DE SETEMBRO DE 2015
Cessa os efeitos da portaria nº255/2015

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o inciso VII, art.51 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria nº255/2015, considerando o retorno ao trabalho da servidora MIRIAN REGINA POSSOLI RONSONI, CPF/MF nº 015.203.169-33, Professora Mag-LP, contar de

01/09/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 20 de setembro de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de setembro de 2015.

PORTARIA Nº 284/2015

PORTARIA Nº 285, DE 20 DE SETEMBRO DE 2015

ALTERA Art.1º das portarias nº 189/2013, nº 192/2013, nº 196/2013, nº 295/2013, Nº 396/2013, nº08/2014
HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.808/2009 combinada com a Lei nº 1.833/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar FG 02 para FG 04 dos servidores: Antonio Carlos Domingos, Vitonilda Brogni Vieira, Sonia Maria da Silva, Rogerio Scussel, Vanderlei Marcos Machry, Rafaela Amoroso, sendo que as responsabilidades continuam as mesmas das Portarias acima citadas, a contar de 01/09/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 20 de setembro de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de setembro de 2015.

PORTARIA Nº 285/2015

PORTARIA Nº 285, DE 20 DE SETEMBRO DE 2015

ALTERA Art.1º das portarias nº 189/2013, nº 192/2013, nº 196/2013, nº 295/2013, Nº 396/2013, nº08/2014
HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.808/2009 combinada com a Lei nº 1.833/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar FG 02 para FG 04 dos servidores: Antonio Carlos Domingos, Vitonilda Brogni Vieira, Sonia Maria da Silva, Rogerio Scussel, Vanderlei Marcos Machry, Rafaela Amoroso, sendo que as responsabilidades continuam as mesmas das Portarias acima citadas, a contar de 01/09/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 20 de setembro de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de setembro de 2015.

PORTARIA Nº 286/2015

PORTARIA Nº 286, DE 20 DE SETEMBRO DE 2015

ALTERA Art.1º da portaria nº 123/2014
HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.808/2009 combinada com a Lei nº 1.833/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - O Art.2º da Portaria nº123/2014, passa a vigorar com seguinte redação:

“Art. 2º - Conceder Função Gratificada ao servidor JOSE ROSSI, CPF nº 556.504.739-00, Encarregado de Obras, do Quadro Permanente do Município, FG 04, Valor R\$250,00, Responsabilidade pelo encaminhamento das solicitações referente à manutenção da iluminação pública a contar de 01/09/2015.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 20 de setembro de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de setembro de 2015.

PORTARIA Nº 287/2015

PORTARIA Nº 287, DE 20 DE SETEMBRO DE 2015

ALTERA Art.1º das portarias nº 50/2013, nº 52/2013, nº 58/2013, nº 97/2013, Nº 98/2013, nº99/2013, nº115/2013, nº342/2013, nº99/2015

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.808/2009 combinada com a Lei nº 1.833/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar FG 01 para FG 03 dos servidores: Lucia Maria De Meneck, Dalbi de Souza, Gilberto Feltrin, Gladys Lenuzia Kesting, Maryelli Regina Vicente, Simone Luiza Gonçalves Carminatti, Jorge Luiz Olivo, Manuela Sinfronio Serafim, Ghisela Kesting, sendo que as responsabilidades continuam as mesmas das Portarias acima citadas, a contar de 01/09/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 20 de setembro de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de setembro de 2015.

PORTARIA Nº 288/2015

PORTARIA Nº 288, DE 20 DE SETEMBRO DE 2015

ALTERA portarias nº 102/2013, nº 165/2013, nº 191/2015, nº 234/2015

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.808/2009 combinada com a Lei nº 1.833/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar FG 05 para FG 06 dos servidores: Valmir Cardoso Pacheco, Marcileia Gregorio Firme, Tania Regina Felisberto Genuino, Simone Mendes Martins, sendo que as responsabilidades continuam as mesmas das Portarias acima citadas, a contar de 01/09/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 20 de setembro de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de setembro de 2015.

PORTARIA Nº 289/2015

PORTARIA Nº 289, DE 20 DE SETEMBRO DE 2015

ALTERA portarias nº 112/2013, nº 113/2013, nº 117/2015, nº 167/2015, nº 169/2013, nº 202/2013, nº 217/2015, nº 345/2013, nº 86/2015, nº 100/2013, nº 111/2015, nº 196/2013

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.808/2009 combinada com a Lei nº 1.833/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar FG 04 para FG 05 dos servidores: Ivo Bettiol, João Batista Piacentini, Luiz Caetano Ghislandi, Eugênio de Bona Portão, Ivo Cesa, Natalino Portela Maciel, Gregório Urbano, Felix De Menech, Jesieny Bonassa Martins, Vanio Luiz Geremias, Luiz Carlos Felisberto, Vilma do Livramento, sendo que as responsabilidades continuam as mesmas das Portarias acima citadas, a contar de 01/09/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 20 de setembro de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de setembro de 2015.

PORTARIA Nº 290/2015

PORTARIA Nº 290 DE 20 DE SETEMBRO DE 2015

CONCEDE FG AO SERVIDOR RONAN ANTUNES LEUFER

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com Lei Municipal 1.808/2009 combinada com a 1.833/2009;

RESOLVE:

Art.1º - Conceder Função Gratificada ao servidor RONAN ANTUNES LEUFER, CPF nº 047.828.679-13, Operador de Maquinas, do Quadro Permanente do Município, FG 04, Valor R\$250,00, Responsável pelo carregamento e controle de caminhões para manutenção das estradas vicinais.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 20 de setembro de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de setembro de 2015.

PORTARIA Nº 291/2015

PORTARIA Nº 291, DE 20 DE SETEMBRO DE 2015

RESCINDE O CONTRATO DO FUNCIONÁRIO pedro henrique de sá neves E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato do funcionário, pedro henrique de sá neves brasileiro(a), CPF/MF sob nº 944.381.619-91, Médico Plantonista, na Secretaria de Saúde, a contar de 01/09/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 20 de setembro de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de setembro de 2015.

PORTARIA Nº 292/2015

PORTARIA Nº 292 DE 20 DE SETEMBRO DE 2015

Nomeia SERVIDORES PÚBLICOS PARA ATUAREM COMO MESA-RIOS NA VOTAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR 2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia os servidores públicos abaixo relacionados para atuarem como mesários nas 05 seções de votação no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Siderópolis em 04 de outubro de 2015. Conforme segue:

Nome	Função
Seção 001 (Sindicato dos Mineiros)	
Cleonir Moretto Urbano	Presidente
Luciana de Souza Bettiol	Mesário
Rita de Cassia Sipriano	Secretário
Seção002 (EEBM Miguel Lazzarin)	
Liana Magnanin	Presidente
Rejane Maria Colombo Pereira	Mesário
Maria de Lurdes Pazzeto Marcelino	Secretário
Seção003 (EEBM Jorge Bif)	
Rosangela R. Cardoso	Presidente
Vanessa Fernanda Cardoso	Mesário
Carla Oliveira Casagrande	Secretário
Seção 004 (CEI Criança Cidadã)	
Jucinéia Nunes	Presidente
Sandra Biz Alfredo	Mesário
Marioni Maciel	Secretário
Seção005 (EEBM Aurora Péterle)	
Alessandra Ramiro	Presidente
Fabiola Padilha Caetano	Mesário
Bruna Maravai	Secretário

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 20 de setembro de 2015.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de setembro de 2015.

PORTARIA Nº 293/2015

PORTARIA Nº 293, DE 20 DE SETEMBRO DE 2015

RESCINDE O CONTRATO DO FUNCIONÁRIO jose aires maggi coelho E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato do funcionário jose aires maggi coelho, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 433.893.170-15, Médico ESF, na Secretaria de Saúde, a contar de 01/10/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 20 de setembro de 2015.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 20 de setembro de 2015.

Sul Brasil

PREFEITURA

CARTA CONVITE 010/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/CARTA CONVITE

Processo Administrativo nº 055/2015

Edital: CARTA CONVITE nº 010/2015

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E CONserto DE CAMINHAO CAÇAMBA – PLACA EDP 3325

Entrega dos envelopes: 10:00 horas do dia 21 de outubro de 2015

Abertura dos envelopes: 10:00 horas do dia 21 de outubro de 2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 01 de outubro de 2015.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

DECRETO 199/2015

DECRETO Nº 0199/2015 DE 06/10/2015

"FICA ABERTO CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto na Lei Municipal Nº 1056/2015 de 06/10/2015.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 244.000,00 (Duzentos e Quarenta e quatro mil e Reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal vigente:

03.01.0004.0122.0003.2.005- Gerenciamento Geral do Município

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (16)	0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 25.000,00

06.04.0020.0608.0010.2.045- Patrulha Agrícola Mecanizada

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (177)	0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 50.000,00

06.03.0026.0785.0011.2.042- Conservação de estradas vicinais

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (169)	0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 59.000,00

04.01.0012.0361.0006.2.012-Manutenção do Ensino Fundamental

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (53)	0.1.00.01018	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas. (1.018)	R\$ 110.000,00

Artigo 2º – Para cobertura do crédito adicional Suplementar abertos no artigo serão anulados os recursos de R\$ 244.000,00 (Duzentos e Quarenta e quatro mil e Reais), nas seguintes Atividades:

02.01.0004.0124.0002.2.004- Manutenção do Sistema de Controle Interno

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (9)	0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais Aplicações Diretas (1.000))	R\$ 25.000,00

04.03.0013.0392.0007.1.012.- Construção e Mobiliário de Centro de Eventos

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (85)	0.1.00.000000	Investimentos Aplicações Diretas (1.000))	R\$34.000,00

06.03.0026.0782.0011.1.018- Ampliação do Parque Rodoviário Municipal

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
-----------	----	---------------	-------

4.4.90.00 (166)	0.1.00.000000	Investimentos- Aplicações Diretas (1.000))	R\$ 75.000,00
-----------------	---------------	--	---------------

04.01.0012.0361.0006.2.015-Ensino Infantil

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (71)	0.1.00.01018	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas. (1.018)	R\$ 55.000,00

04.01.0012.0361.0006.1.011-Manutenção da Creche

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (43)	0.1.00.01018	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas. (1.018)	R\$ 55.000,00

Artigo 3o – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 06 de outubro de 2015.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração de Fazenda

DECRETO 200/2015

DECRETO Nº 0200/2015 DE 06/10/2015

“FICA ABERTO CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto na Lei Municipal Nº 1057/2015 de 06/10/2015.

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal vigente do Fundo Municipal de Saúde:.

05.01.0010.301.0008.2.021- Assistência médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (13)	0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 20.000,00

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o, ficam anulados o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nas (os) seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal Vigente de Fundo Municipal de Saúde:

05.01.0010.301.0008.1.007- Aquisição de veículo para transporte de passageiros

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (1)	0.1.02.000000	Investimentos – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 20.000,00

Artigo 3o – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 06 de outubro de 2015.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração de Fazenda

DECRETO 201/2015

DECRETO Nº 0201/2015 DE 08/10/2015

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1004/2014 de 11 de novembro de 2014.

Artigo 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 61.700,00 (Sessenta e um mil e setecentos reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1004/2014 de 11/11/2014 a saber:

05.01.0010.0301.0008.2.026-Manutenção da farmácia básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00(67)	0.1.00.001367	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1367)	R\$ 8.000,00

05.01.0010.0301.0008.2.021-Assistência médica - Atenção Básica

3.3.90.00(71)	0.1.00.001764	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1764)	R\$ 29.700,00
3.1.90.00(72)	0.1.00.001864	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (1864)	R\$ 24.000,00

Artigo 2º – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1º valor R\$ 61.700,00 (Sessenta e um mil e setecentos reais), são provenientes do Excesso de Arrecadação verificado no Exercício de 2015 de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado (NASF, Farmácia Básica e Coo financiamento Atenção Básica) .

Artigo 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação esta vinculado a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 08 de outubro de 2015.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER
CRC/SC 024848/O-0

LEI 1056/2015

LEI MUNICIPAL Nº 1056/2015 DE 06/10/2015

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 244.000,00 (Duzentos e Quarenta e quatro mil e Reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal vigente:

03.01.0004.0122.0003.2.005- Gerenciamento Geral do Município

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (16)	0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 25.000,00

06.04.0020.0608.0010.2.045- Patrulha Agrícola Mecanizada

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (177)	0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 50.000,00

06.03.0026.0785.0011.2.042- Conservação de estradas vicinais

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (169)	0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 59.000,00

04.01.0012.0361.0006.2.012-Manutenção do Ensino Fundamental

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (53)	0.1.00.01018	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas. (1.018)	R\$ 110.000,00

Artigo 2º – Para cobertura do crédito adicional Suplementar abertos no artigo serão anulados os recursos de R\$ 244.000,00 (Duzentos e Quarenta e quatro mil e Reais), nas seguintes Atividades:

02.01.0004.0124.0002.2.004- Manutenção do Sistema de Controle Interno

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (9)	0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais Aplicações Diretas (1.000))	R\$ 25.000,00

04.03.0013.0392.0007.1.012.- Construção e Mobiliário de Centro de Eventos

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (85)	0.1.00.000000	Investimentos Aplicações Diretas (1.000))	R\$34.000,00

06.03.0026.0782.0011.1.018- Ampliação do Parque Rodoviário Municipal

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (166)	0.1.00.000000	Investimentos- Aplicações Diretas (1.000))	R\$ 75.000,00

04.01.0012.0361.0006.2.015-Ensino Infantil

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (71)	0.1.00.01018	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas. (1.018)	R\$ 55.000,00

04.01.0012.0361.0006.1.011-Manutenção da Creche

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00 (43)	0.1.00.01018	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas. (1.018)	R\$ 55.000,00

Artigo 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 06 de outubro de 2015.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração de Fazenda

LEI 1057/2015

LEI MUNICIPAL Nº 1057/2015 DE 06/10/2015

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal vigente do Fundo Municipal de Saúde:.

05.01.0010.301.0008.2.021- Assistência médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (13)	0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 20.000,00

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o, ficam anulados o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nas (os) seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal Vigente de Fundo Municipal de Saúde:

05.01.0010.301.0008.1.007- Aquisição de veículo para transporte de passageiros

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (1)	0.1.02.000000	Investimentos – Aplic. Diretas (1002)	R\$ 20.000,00

Artigo 3o – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 06 de outubro de 2015.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração de Fazenda

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 184/2015

PORTARIA Nº. 184/2015.

CONCEDE ESTABILIDADE FUNCIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL APROVADA NO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 012/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ESTABILIDADE funcional a Servidora Pública Municipal Sra. IVETE TEREZINHA ENGELMANN, nomeada através de concurso público para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 40 (quarenta) horas semanais, em 01 de Março de 2012, cadastrada sob matrícula nº 424/01, submetida a estágio probatório e aprovada, passando a ser servidora estável a partir de 09 de Outubro de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE OUTUBRO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em nove de outubro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

Timbó

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 91 2015 PMT - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2015 - PMT
AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó/SC leva ao conhecimento dos interessados que no edital acima citado, objetivando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de vigilância (não armada) e segurança patrimonial para atuar nas dependências do Pavilhão de Eventos Henry Paul, conforme especificações constantes do anexo I houve alteração na "Descrição" e "Valor Unitário de Referência" na tabela constante do Anexo I, sendo correto o seguinte:

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário de Referência (R\$)
1	12	MÊS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA (NÃO ARMADA) E SEGURANÇA PATRIMONIAL NAS DEPENDÊNCIAS DO PAVILHÃO DE EVENTOS HENRY PAUL NO HORÁRIO DAS 18HS AS 6HS TODOS OS DIAS DO MÊS, INCLUSIVE FERIADOS E FINAIS DE SEMANA	10.560,00

Em atenção às alterações, prorroga-se para dia 26/10/2015 as 08h30min a entrega dos envelopes de proposta e habilitação. A abertura da sessão fica marcada para as 08h40min da mesma data da entrega dos documentos. Ficam inalteradas as demais exigências dispostas no edital.

Timbó, 09 de outubro de 2015
MÁRCIA DA ROCHA
Secretária de Desenvolvimento Econômico

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 09 2015 SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 09/2015 - SAMAE

OBJETO: contratação de serviços de hora-máquina (retroescavadeira) com operador, destinados ao atendimento das demandas nas manutenções de redes de abastecimento de água. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 11h00min do dia 21 de outubro de 2015. ABERTURA: dia 21 de outubro de 2015 as 11h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 09/10/2015
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente SAMAE

EXTRATO CONTRATO 2015.120 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/120

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: Comastel Comércio e Assistência em Telefonia Ltda.

OBJETO: Execução dos serviços relacionados à conectividade, cabeamento e infraestrutura de rede para manutenção do(s) seguinte(s) departamento(s): NOVA SEDE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO; ARQUIVO HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO CULTURAL; NOVA SEDE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO, conforme o(s) lote(s): 01, 02 e 03, tudo de conformidade com as disposições do Edital de Pregão nº. 80/2015.

VALOR: R\$ 10.268,24 (dez mil duzentos e sessenta e oito reais e vinte e quatro centavos).

DATA DA ASSINATURA: 03/10/2015.

SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário de Educação

FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO CONTRATO 2015.123 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/123

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

AUTORIZADO: Associação dos Clubes de Caça e Tiro e Associações Esportivas e Culturais de Timbó

OBJETO: Apresentação do show das bandas acompanhadas de todos os músicos e demais componentes da equipe (inclusive de natureza técnica e de produção), junto a 25ª Festa do Imigrante de Timbó/SC, observadas as demais responsabilidades e condições estabelecidas no contrato, proposta, Inexigibilidade nº 28/2015.

VALOR TOTAL: R\$ 130.130,58 (cento e trinta mil cento e trinta reais e cinquenta e oito centavos)

DATA DA ASSINATURA: 05/10/2015

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 55 2015 PMT - SERVIÇOS DE PINTURA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 55/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de Preços de Serviço de prestação de pintura, com fornecimento de material e limpeza para os Núcleos de Educação Infantil (NEIs), Unidades Pré-Escolares (UPEs) e Escolas da Rede Municipal.

EMPRESA FORNECEDORA: Cleudenice da Silva Barbosa Gatto Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 22/06/2016

Timbó, 21/06/2015

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

CÂMARA MUNICIPAL

PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 36/2015

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

Projeto de Lei Ordinária nº 36/2015 - Autoriza a concessão de auxílio financeiro à Associação de Bombeiros Comunitários de Timbó - ABCTR.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior

Relator: Vereador Rubens Borchardt

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza a concessão de subvenção à Associação de Bombeiros Comunitário de Timbó - ABCTR.

Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa em 21 de setembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o presente projeto a esta Comissão no dia 08 de outubro, após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, cujo parecer fora publicado no dia 07 de outubro, na forma regimental.

No dia 9 de outubro esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Analisa-se o auxílio financeiro no importe de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a ser concedido em parcela única à Associação dos Bombeiros Comunitários de Timbó para auxiliar em sua manutenção

As despesas em relação à execução do Projeto de Lei correrão por conta das atividades previstas no Orçamento Programa 2015, tendo, conforme se demonstra previsão expressa para atender a esta despesa, sendo parte integrante do planejamento municipal neste programa através da ação citada.

Da mesma forma, o mesmo atende aos preceitos legais da Lei Complementar Federal nº 101/00 e da Lei Federal n.º 4.320/64, pelo já exposto.

III - CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei nº 36/2015.

Este é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador José Osmarin Telles

Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, em 9 de outubro de 2015.

José Osmarin Telles

Presidente

John Adriano Schwartz

Membro

Rubens Borchardt

Relator

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 36/2015

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei Ordinária nº 36/2015 - Autoriza a concessão de auxílio financeiro à Associação de Bombeiros Comunitários de Timbó - ABCTR.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior

Relator: Vereador Carlos Adriano Kruger

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza a concessão de subvenção à Associação de Bombeiros Comunitário de Timbó – ABCTR.

Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa em 21 de setembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o presente projeto a esta Comissão no dia 22 de setembro em Sessão Ordinária, conforme §1.º do art. 122 do Regimento Interno para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia 30 de setembro esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal nº 95 de 1998, respeitado, portanto, o §5º do art. 101 do Regimento Interno.

A Lei Orgânica do Município de Timbó estabelece competir à Câmara Municipal a autorização de concessão de auxílio ou subvenções (inciso VI do art. 15), o que, entretanto, não dispensa o cumprimento de demais requisitos legais.

Visando à lisura e a transparência das subvenções concedidas pela municipalidade a entidades beneficentes, é de extrema importância o respeito à legislação que regulamenta a concessão de tais subvenções, sob pena de se caracterizarem infrações não toleradas pelas autoridades, inclusive pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

A transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos encontra amparo na Lei nº 4.320/64 e na Lei Estadual nº 5.867/81. Ademais, a Constituição Federal, no inciso VIII do art. 167, e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), dispõem que a destinação de recursos a entidades privadas dependerá também do atendimento às condições estabelecidas nas Leis Orçamentárias do Município ou através de créditos adicionais (artigo 26 da LRF).

As despesas em relação à execução da Lei correrão por conta das atividades previstas no Orçamento Programa 2015, segundo consta do artigo 2º desta iniciativa legal, respeitando-se assim, a previsão contida no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

No que diz respeito à prestação de contas, segundo o parágrafo único do art. 1.º, a Associação deverá prestar contas dos recursos recebidos, na forma da lei, inclusive quantificando os benefícios recebidos em seus balancetes mensais e anuais.

Sendo assim, esse Relator entende não haver óbices à tramitação da proposição nas demais comissões permanentes desta Casa.

III - CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei Ordinária nº 36/2015.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Reimar Raddatz

Sala das Comissões, em 30 de setembro de 2015.

Rubens Borchardt

Presidente

Carlos Adriano Kruger

Relator

Reimar Raddatz
Membro

PARECER DA COMISSÃO DE MÉRITO AO PROJETO DE LEI Nº 36/2015
COMISSÃO DE MÉRITO

Projeto de Lei Ordinária nº 36/2015 - Autoriza a concessão de auxílio financeiro à Associação de Bombeiros Comunitários de Timbó - ABCTR.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior.
Relator: Vereador Waldemar Gebauer.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza a concessão de subvenção à Associação de Bombeiros Comunitário de Timbó - ABCTR.

Respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa em 21 de setembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o presente projeto a esta Comissão no dia 08 de outubro, após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, cujo parecer fora publicado no dia 07 de outubro, na forma regimental.

No dia 8 de outubro esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Segundo a exposição de motivos, a Associação de Bombeiros Comunitários de Timbó visa

Seu objetivo principal é prestar apoio voluntário ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina sediado no Município de Timbó, no que tange a prestação do serviço de bombeiros em nossa cidade. E este apoio se dá de diversas maneiras, dentre elas a estimulação da comunidade participar do programa, através de noções práticas e teóricas de segurança, primeiros socorros, prevenção e reação a sinistros, bem como executar em apoio ao Corpo de Bombeiros Militar ações voltadas à área de defesa civil.

É de indubitável importância para a comunidade timboense que a Associação de Bombeiros Voluntários de Timbó possua plenas condições para desenvolver suas atividades. E com o objetivo de auxiliar esta importante entidade, o Município de Timbó pretende, através do projeto em análise, lhe conceder apoio financeiro e operacional para viabilizar sua manutenção.

A iniciativa é digna de louvor, manifestando o zelo da Administração Pública para com a segurança e a saúde de nossos munícipes, possibilitando, com o auxílio referido, que a Associação de Bombeiros Voluntários continue prestando seus valiosos serviços à comunidade timboense.

Deste modo, é imperativo que esta Comissão se manifeste favoravelmente ao projeto.

III) CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Considerando o exposto, esse Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votou com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Salvelina Maria Zatelli

Vereador Fabricio Dalcastagné

Sala das Comissões, em 08 de outubro de 2015.

Salvelina Maria Zatelli

Presidente

Fabricio Dalcastagné Waldemar Gebauer

Membro Relator

Trombudo Central

PREFEITURA

086/2015

DECRETO 086/2015 DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO
DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

HANELORE HEDLER, Prefeita do Município de Trombudo Central em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas ...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 5.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.01.06.181.0003.1.003-4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 5.000,00
FONTE DE RECURSOS – 00.01.0010

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.01.06.181.0003.1.003-4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 5.000,00
FONTE DE RECURSOS – 00.01.0089

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de setembro de 2015.
HANELORE HEDLER
Prefeita de Trombudo Central em Exercício

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI
Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

087/2015

DECRETO 087/2015 DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO
DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

HANELORE HEDLER, Prefeita do Município de Trombudo Central em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas ...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 100.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE
04.02 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.02.12.361.0004.2.020-3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 20.000,00

04.02.12.361.0004.2.019-3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 30.000,00

05 – SECRETARIA DO TRANSP, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
05.02 – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS VICINAIS
05.02.26.782.0006.2.028-3.3.90.00.00.00.00.00 50.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de setembro de 2015.
HANELORE HEDLER
Prefeita de Trombudo Central em Exercício

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI
Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

088/2015

DECRETO 088/2015 DE 01 DE OUTUBRO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO
DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

HANELORE HEDLER, Prefeita do Município de Trombudo Central em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas ...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 8.400,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

06 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
06.01 – DEPARTAMENTO DE FOMENTO À AGRICULTURA
06.01.20.601.0007.2.034-3.3.50.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 8.400,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

06 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
06.01 – DEPARTAMENTO DE FOMENTO À AGRICULTURA
06.01.20.601.0007.2.034-3.3.50.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 8.400,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de outubro de 2015.
HANELORE HEDLER
Prefeita de Trombudo Central em Exercício

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI
Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

091/2015

DECRETO 091/2015 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL – SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO
DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

HANELORE HEDLER, Prefeita do Município de Trombudo Central em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas ...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 10.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

08 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.04 – DEPARTAMENTO DE GESTÃO
08.04.08.244.0012.2.045-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 10.000,00
FONTE DE RECURSOS – 00.01.0000

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentaria(s):

08 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.04 – DEPARTAMENTO DE GESTÃO
08.04.08.244.0012.2.045-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 10.000,00
FONTE DE RECURSOS – 00.01.0035

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 07 de outubro de 2015.
HANELORE HEDLER
Prefeita de Trombudo Central em Exercício

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI
Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

PREGÃO ELETRONICO 50/2015 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO ELETRONICO PMTC Nº 50/2015

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, Lei Complementar 123/2006, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRONICO PMTC Nº 50/2015, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, EXCLUSIVO para Microempreendedor Individual – MEI, Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP visando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA PARA CEB EGINOLF BELL E CEB ARTHUR BRUNO JANDT. O prazo de recebimento de propostas será a partir das 16:00h do dia 09/10/2015 até as 16:00h do dia 22/10/2015, sendo que a abertura das propostas dar-se-á as 08:30h do dia 23/10/2015 e o início da disputa as 09:00h do dia 23/10/2015, sendo feito através do endereço eletrônico: bll.org.br. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 07:00 às 13:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: licita@trombudocentral.sc.gov.br ou encontrada no site bll.org.br.

Trombudo Central, 08 de outubro de 2015.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 06/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA CRIATIVA CURSOS E TREINAMENTOS LTDA- ME

PRIMEIRO TERMO AO CONTRATO Nº 006/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 06/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA CRIATIVA CURSOS E TREINAMENTOS LTDA- ME

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o Município de Tunápolis, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Enoí Scherer, portador do CPF nº 656/321/769-91, e de outro lado a empresa CRIATIVA CURSOS E TREINAMENTOS LTDA- ME sediada na Avenida Santa Helena nº 221, centro CEP 89910-000 , inscrita no CNPJ sob o nº13.461.680/0001-92, aditar o contrato administrativo nº 06/2015.

Considerando o contrato administrativo nº 06/2015 – Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 08 de janeiro de 2015, proveniente do Processo Licitatório nº 137/2014, em que consta como objeto a Contratação de empresa especializada para desenvolver oficinas com o publico do CRAS, mais especificamente com o publico do Serviço de Convencia e Fortalecimento de vínculos nas diversas faixas etárias, através de monitores conforme Termo de Referencia constante no Anexo I, de acordo com a Proposta e demais peças integrantes do Edital respectivo.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados no contrato celebrado com a empresa CRIATIVA CURSOS E TREINAMENTOS LTDA- ME empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira- DO VALOR

Ao presente contrato fica acrescido o valor de R\$ 2.860,00(dois mil oitocentos e sessenta reais) totalizando 44 horas para a oficina de teatro, e o valor de R\$ 5.148,00(Cinco mil cento e quarenta e oito reais) para a oficina de Jiu-Jitsu, conforme justificativa e relatório anexo, solicitado e justificado pela Sra. Cleonice Yess, responsável pela solicitação.

Item	Qtde horas	Unid.	Especificação	Vlr. Unit. Hora	Valor Total
02	44	UN	Monitor(a) de teatro, 4 horas semanais.	65,00	2.860,00
03	88	UN	Monitor de Jiu Jitsu 8 horas semanais	58,50	5.148,00
			TOTAL GERAL		8.008,00

Cláusula Segunda: As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 09 de outubro de 2015.

Enoí Scherer
Prefeito Municipal

Berenice Helena Fernandes
Contratada(o)

CLEONICE YESS
Assistente Social do CRAS

Testemunhas:

Karine Epping
CPF: 009.815.549-03

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

Urussanga

PREFEITURA

CONTRATO Nº 212/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 212/2015

Data de assinatura: 07/10/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: JEISSON ROCHA DA CUNHA EIRELI – ME

CNPJ/CPF: 17.283.049/0001-00

Objeto: prestação de serviços para elaboração e execução de processo seletivo para admissão de profissionais da educação em caráter temporário.

Valor Global: R\$ 7.849,00

LEI Nº 2.736

LEI Nº 2.736, de 06 de outubro de 2015.

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, do Fundo Municipal de Direitos do Idoso e dá outras providências.

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Capítulo I

Do Conselho Municipal de Direitos do Idoso

Art. 1º Fica criado O Conselho Municipal de Direitos do Idoso – CMDI – órgão permanente, paritário, consultivo, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para o idoso no âmbito do Município de Urussanga, sendo acompanhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, órgão gestor das políticas de assistência social do Município.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso:

I – formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal dos Direitos dos Idosos, zelando pela sua execução;

II – elaborar proposições, objetivando aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Municipal dos Direitos dos idosos;

III – indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento municipal quanto às questões que dizem respeito ao idoso;

IV – cumprir e zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes ao idoso, sobretudo a Lei Federal nº. 8.842, de 04/07/94, a Lei Federal nº. 10.741, de 1º./10/03 (Estatuto do Idoso) e leis pertinentes de caráter estadual e municipal, denunciando à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer uma delas;

V - fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso, conforme o disposto no artigo 52 da Lei nº. 10.741/03.

VI – propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, programas e pesquisas voltados para a promoção, a proteção e a defesa dos direitos do idoso;

VII – inscrever os programas das entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso;

VIII – estabelecer a forma de participação do idoso residente no

custeio da entidade de longa permanência para idoso filantrópica ou casa-lar, cuja cobrança é facultada, não podendo exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso;

IX – apreciar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual e suas eventuais alterações, zelando pela inclusão de ações voltadas à política de atendimento do idoso;

X – Indicar prioridades para a destinação dos valores depositados no Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, elaborando ou aprovando planos e programas em que está prevista a aplicação de recursos oriundos daquele;

XI – zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela participação de organizações representativas dos idosos na implementação de política, planos, programas e projetos de atendimento ao idoso;

XII – elaborar o seu regimento interno;

XIII – outras ações visando à proteção do Direito do Idoso.

Parágrafo único. Aos membros do Conselho Municipal de Direito do Idoso será facilitado o acesso a todos os setores da administração pública municipal, especialmente às Secretarias e aos programas prestados à população, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões e propostas de medidas de atuação, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse do idoso.

Art. 3º O Conselho Municipal de Direitos do Idoso, composto de forma paritária entre o poder público municipal e a sociedade civil, será constituído:

I – Representantes do Poder Público Municipal:

a) 01 (um) representante da Secretaria de Assistência Social;

b) 01 (um) representante da Secretaria de Saúde;

c) 01 (um) representante da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto;

d) 01 (um) representante da Secretaria de Administração e Finanças.

II – Representantes da Sociedade Civil:

a) 01 (um) representante Sindicato e/ou Associação de Aposentados;

b) 01 (um) representante de Organização de grupo ou movimento do idoso, devidamente legalizada e em atividade;

c) 01 (um) representante de Credo Religioso com políticas explícitas e regulares de atendimento e promoção do idoso;

d) 01 (um) representantes de outras entidades que comprovem possuir políticas explícitas permanentes de atendimento e promoção do idoso.

§1º Cada membro do Conselho Municipal de Direitos do Idoso terá um suplente.

§ 2º Os membros do Conselho Municipal de Direitos do Idoso e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, respeitadas as indicações previstas nesta Lei.

§ 3º Os membros do Conselho terão um mandato de dois anos,

podendo ser reconduzidos por um mandado de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

§ 4º O titular de órgão ou entidade governamental indicará seu representante, que poderá ser substituído, a qualquer tempo, mediante nova indicação do representado.

§ 5º As entidades não governamentais serão eleitas em fórum próprio, especialmente convocado para este fim, sendo o processo eleitoral acompanhado por um representante do Ministério Público.

§ 6º Caberá às entidades eleitas a indicação de seus representantes ao Prefeito Municipal, diretamente, no caso da primeira composição do Conselho Municipal, ou por intermédio deste, tratando-se das composições seguintes, para nomeação, no prazo de 20 (vinte) dias após a realização do Fórum que as elegeu, sob pena de substituição por entidade suplente, conforme ordem decrescente de votação.

Art. 4º O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus membros, por maioria absoluta, devendo haver, no que tange à Presidência e à Vice-Presidência, uma alternância entre as entidades governamentais e não governamentais.

§ 1º O Vice-Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso.

§ 2º O Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso poderá convidar para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, além de pessoas de notória especialização em assuntos de interesse do idoso.

Art. 5º Cada membro do Conselho Municipal terá direito a um único voto na sessão plenária, excetuando o Presidente que também exercerá o voto de qualidade.

Art. 6º A função do membro do Conselho Municipal de Direitos do Idoso não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 7º As entidades não governamentais representadas no Conselho Municipal de Direitos do Idoso perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

I – extinção de sua base territorial de atuação no Município;
II – irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível a sua representação no Conselho;

III – aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovadas.

Art. 8º Perderá o mandato o Conselheiro que:

I – desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;
II – faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;
III – apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;

IV – apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções; V – for condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

Art. 9º Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

Art. 10. Os órgãos ou entidades representados pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 11. O Conselho Municipal de Direitos do Idoso reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 12. O Conselho Municipal de Direitos do Idoso instituirá seus atos por meio da resolução aprovada pela maioria de seus membros.

Art. 13. As sessões do Conselho Municipal de Direitos do Idoso serão públicas, precedidas de ampla divulgação.

Art. 14. A Secretaria Municipal de Assistência Social, proporcionará o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Direitos do Idoso.

Art. 15. Os recursos financeiros para implantação e manutenção do Conselho Municipal de Direitos do Idoso serão previstos nas peças orçamentárias do Município, possuindo dotações próprias.

Capítulo II

Do Fundo Municipal de Direitos do Idoso

Art. 16. Fica criado o Fundo Municipal de Direitos do Idoso, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos idosos no Município de Urussanga.

Art. 17. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Direitos do Idoso:

I – recursos provenientes de órgãos da União ou do Estados vinculados à Política Nacional do Idoso;

II – transferências do Município;

III – as resultantes de doações do Setor Privado, pessoas físicas ou jurídicas;

IV – rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

V – as advindas de acordos e convênios;

VI – as provenientes das multas aplicadas com base na Lei n. 10.741/03;

VII – outras.

Art. 18. O Fundo Municipal ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal Assistência Social, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades aprovados pelo Conselho Municipal de Direitos do Idoso.

§1º Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação "Fundo Municipal de Direitos do Idoso", para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, sendo elaborado, mensalmente balancete demonstrativo da receita e da despesa, que deverá ser publicado na imprensa oficial, onde houver, ou dada ampla divulgação no caso de inexistência, após apresentação e aprovação do Conselho Municipal de Direitos do Idoso.

§2º A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§3º Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social gerir o Fundo Municipal de Direitos do Idoso, sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, cabendo ao seu titular:

I – solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso;

II – submeter ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;

III – assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

IV – outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

Capítulo III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19. Para a primeira instalação do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, o Prefeito Municipal convocará, por meio de edital, os integrantes da sociedade civil organizada atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos do idoso, que serão escolhidos em fórum especialmente realizado para este fim, a ser realizado no prazo de trinta dias após a publicação do referido edital, cabendo as convocações seguintes à Presidência do Conselho.

Art. 20. A primeira indicação dos representantes governamentais será feita pelos titulares das respectivas Secretarias, no prazo de trinta dias após a publicação desta Lei.

Art. 21. O Conselho Municipal de Direitos do Idoso elaborará o seu regimento interno, no prazo máximo de sessenta dias a contar da data de sua instalação, o qual será aprovado por ato próprio, devidamente publicado pela imprensa oficial, onde houver, e dada ampla divulgação.

Parágrafo único. O regimento interno disporá sobre o funcionamento do Conselho Municipal do Idoso, das atribuições de seus membros, entre outros assuntos.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 06 de outubro de 2015.

JOHNNY FELIPPE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos seis dias do mês de outubro de 2015.

JOANINHA COPETTI
Assistente Administrativo

LEI Nº 2.737

LEI Nº 2.737, de 06 de outubro de 2015.

ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO VIII DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 3º DA LEI Nº 2.609, DE 16 DE AGOSTO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º. O inciso VIII do parágrafo único do art. 3º da Lei Municipal nº 2.609, de 16 de agosto de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º.

Parágrafo único –

VIII - 46% (quarenta e seis por cento) para aquisição de mobília, equipamentos, insumos, reformas e adequações de imóveis já existentes, utilizados para a realização de ações e/ou serviços de saúde, assistência terapêutica ou medicamentosa e custeio de pessoal.” (NR)

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 06 de outubro de 2015.

JOHNNY FELIPPE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos seis dias do mês de outubro de 2015.

JOANINHA COPETTI
Assistente Administrativo

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS AOS CONTRATOS N° 161/2015 E N° 126/2015

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: AUTO POSTO VARGEÃO LTDA

OBJETO: Repactuação de preços para o item óleo diesel S10, alterando o valor contratual do item para R\$ 2,92 (dois reais e noventa e dois centavos) por litro.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato n° 161/2015.

Vargeão, SC, 06 de outubro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: AUTO POSTO VARGEÃO LTDA

OBJETO: Repactuação de preços para o item óleo diesel S500, alterando o valor contratual do item para R\$ 2,70 (dois reais e sessenta centavos) por litro e para o item gasolina comum, alterando o valor contratual do item para R\$ 3,54 (três reais e cinquenta e quatro centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato n° 126/2015.

Vargeão, SC, 06 de outubro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

PROCESSO 045/2015 PR 028/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2015
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Pregão Presencial para Registro de Preços para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, VANS, MINIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO, durante o prazo de vigência da Ata, conforme condições e quantidades estimadas descritas no ANEXO I do Edital.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento: Menor preço por Item.

Entrega da Proposta e dos Documentos: Até o dia 27 de Outubro de 2015, às 14h00min.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 27 de outubro de 2015 a partir das 14h00min.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000.

Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 09 de Outubro de 2015.

MELÂNIA A. ROMAN MENEGHINI
PREFEITA MUNICIPAL

PROCESSO 047/2015 PR 029/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2015
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Pregão Presencial para Registro de Preços para futura e eventual aquisição de: Sêmen Bovino e outros materiais destinados à manutenção do Programa de Inseminação Artificial da Secretaria Municipal de Agricultura de Vargem Bonita – SC, durante a vigência da ATA, conforme condições e quantidades estimadas constantes no ANEXO I, do Edital.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento: Menor preço por Item.

Entrega da Proposta e Documentos: Até o dia 29 de Outubro de 2015, às 09h00min.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 29 de outubro de 2015 a partir das 09h30min.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000.

Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 09 de Outubro de 2015.

MELÂNIA A. ROMAN MENEGHINI
PREFEITA MUNICIPAL

REPUBLICAÇÃO DE EDITAL 043/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015
REGISTRO DE PREÇOS

REPUBLICAÇÃO DE EDITAL

Melânia A. Roman Meneghini, Prefeita Municipal de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições e na forma da lei, comunica aos interessados que foi promovida alteração no Edital do Processo Licitatório em epígrafe, nos termos abaixo:

1.0 - Alterações promovidas no Edital:

1.1 – Fica alterada a descrição do Item 8.1.4 passando a vigorar nos seguintes termos:

8.1.4 – Habilitação Técnica:

a) Atestado(s) técnico-operacional fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando o fornecimento pretérito pela Licitante, de bens e equipamentos compatíveis em características com o objeto licitado.

1.2 – Em função da alteração promovida no item 8.1.4, fica fixada nova data para abertura e processamento do Processo Licitatório, conforme abaixo:

1.5 - A Sessão de Processamento do Pregão será realizada na Prefeitura Municipal, à Rua Coronel Vitório, nº 966 - Centro – Vargem Bonita - SC, iniciando-se às 09h30min do dia 27 de Outubro de 2015, com a entrega dos envelopes de Propostas e Documentos até às 09:00, (nove) horas e será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) Oficial, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos termos da lei.

1.3 – Permanecem inalterados os demais itens do Edital.

Vargem Bonita, 08 de Outubro de 2015.

MELÂNIA A. ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

RETIFICAÇÃO PROCESSO 046/2015 CC 002/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2015
CONCORRÊNCIA 002/2015

RETIFICAÇÃO

1º - Fica retificado o número do Processo Administrativo, onde se Lê Processo Administrativo 044/2015, Lê – se Processo Administrativo 046/2015 CC 002/2015.

2º – As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Vargem Bonita, 09 de outubro de 2015.

Melânia Ap. Roman Meneghini
Prefeita Municipal

Videira

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO Nº 01/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2015 – FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Credenciamento nº 01/2015. 1. OBJETO: Execução de serviços de forma complementar ao SUS, de procedimentos com finalidade diagnóstica (Laboratório Clínico), tais como exames bioquímicos, hematológicos e hemostasia, sorológicos e imunológicos; cropológicos; uroanálises, hormonais, toxicológicos ou de monitorização terapêutica, microbiológicos, em outros líquidos biológicos, de genética, para triagem neonatal e imuno hematológicos, a serem atendidos pela Rede Básica de Saúde, conforme tabela do SIA/SUS do Ministério da Saúde, constante do ANEXO II do edital. . 2. PERÍODO DE CREDENCIAMENTO: inicia-se em 15 de outubro de 2015 e encerra-se em 15 de outubro de 2016, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/93. 3. INFORMAÇÕES: maiores informações e o edital completo poderão ser obtidos no Departamento de Licitações através dos telefones (49) 3566-9026 ou através do site www.videira.sc.gov.br.

Videira/SC, 08 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

CREDENCIAMENTO Nº 02/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2015 – FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Credenciamento nº 02/2015. 1. OBJETO: Realização de atendimentos fisioterapêuticos a pacientes a serem atendidos pela Rede Básica de Saúde, conforme tabela do SIA/SUS do Ministério da Saúde, constante do ANEXO II do edital. . 2. PERÍODO DE CREDENCIAMENTO: inicia-se em 15 de outubro de 2015 e encerra-se em 15 de outubro de 2016, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/93. 3. INFORMAÇÕES: maiores informações e o edital completo poderão ser obtidos no Departamento de Licitações através dos telefones (49) 3566-9026 ou através do site www.videira.sc.gov.br.

Videira/SC, 08 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.440/15

DECRETO Nº 12.440/15, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.335/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 16837/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.335/15, que nomeou RODRIGO BORSATTI NEVES DA FONTOURA, para exercer o cargo de Médico Ginecologista Obstetra, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.441/15

DECRETO Nº 12.441/15, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Agente Social

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JADINA LINS DE OLIVEIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Social, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 07 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.442/15

DECRETO Nº 12.442/15, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Assistente Social

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ADRIANA SILVEIRA RUIZ DIAZ, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 07 de outubro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.443/15

DECRETO Nº 12.443/15, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.040/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 17494//2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.040/15, que nomeou GLACIELE MARIA CHAVES, para exercer o cargo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 07 de outubro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.444/15

DECRETO Nº 12.444/15, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ALTINO JOSUE GONÇALVES JUNIOR, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer

o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 07 de outubro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.445/15

DECRETO Nº 12.445/15, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, FABIANA FABRECNEY, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 07 de outubro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.446/15

DECRETO Nº 12.446/15, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LUANA CRISTINA MOREIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014,

homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 07 de outubro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.447/15

DECRETO Nº 12.447/15, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Professor – Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, REJANE LUCIA GHEDINI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 07 de outubro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.448/15

DECRETO Nº 12.448/15, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.247/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 17495/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.247/15, que nomeou MARCOS ANTONIO THEREZA FILHO, para exercer o cargo de Médico, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 07 de outubro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.449/15

DECRETO Nº 12.449/15, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.248/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 17496/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.248/15, que nomeou MARCELO DOS SANTOS GOMES, para exercer o cargo de Médico, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 07 de outubro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.450/15

DECRETO Nº 12.450/15, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.254/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 17497/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.497/15, que nomeou LEONARDO HIDEKI MORITA, para exercer o cargo de Médico, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as

disposições em contrário.

Videira, 07 de outubro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.451/15

DECRETO Nº 12.451/15, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Médico

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JULIANA STEFANI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2015, homologado em 20 de julho de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 07 de outubro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.452/15

DECRETO Nº 12.452/15, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Médico

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, GUSTAVO ARAUJO DE ALMEIDA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2015, homologado em 20 de julho de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 07 de outubro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.453/15

DECRETO Nº 12.453/15, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Médico

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MELANIE ANA SCHADECK NETTO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2015, homologado em 20 de julho de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 07 de outubro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.455/15

DECRETO Nº 12.455/15, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.274/15, de 10 de setembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 435.000,00 (quatrocentos e trinta e cinco mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação	
03 – Departamento de Ensino Infantil	

2.037 – Manutenção do Ensino de 0 a 6 Anos	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas	350.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas	50.000,00
07 – Secretaria Municipal de Educação	
03 – Departamento de Ensino Infantil	
2.039 – Manutenção do Fundeb - Ensino Infantil	
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0010 – Aplicações Diretas	25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0010 – Aplicações Diretas	10.000,00
TOTAL SUPLEMENTAÇÕES	435.000,00

Art. 2º As suplementações, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2015 dos recursos dos 25% da Educação e do Fundeb.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 12.456/15

DECRETO Nº 12.456/15, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.220/2015 de 08 de abril de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 378.312,90 (Trezentos e setenta e oito mil, trezentos e doze reais e noventa centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação
01 – Departamento de Educação
2.031 – Manutenção da Secretaria de Educação
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicações Diretas 378.312,90

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 378.312,90

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação
01 – Departamento de Educação
2.031 – Manutenção da Secretaria de Educação
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 378.312,90

TOTAL DA ANULAÇÃO 378.312,90

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 077/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 077/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada acandidataabaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público- Edital nº 001/2015.

CONVOCADO	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. ELIZABETH VIECELI	MÉDICO GINECOLOGISTA OBSTETRA	12.395/15, DE 30/09/2015

Aconvocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 05 de Outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 078/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 078/15

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 001/2015:

CONVOCADAS	CARGO
1. ANA CLAUDIA SCHAITEL PITTOL	ENFERMEIRO

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 09 de Outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 031/2015

Processo de Licitação 031/2015

Modalidade: Convite 008/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Carta Convite

O Município de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Carta Convite, objetivando a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até às 14h00min horas, do dia 20 de outubro de 2015, em sessão pública, dirigida pelo Presidente da Comissão de Licitações senhor Claudinei Feliciano, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 13 de outubro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

7 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0042/2014

Extrato 7º Aditivo ao Contrato nº 0072/2014

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: FBF Construtora Ltda EPP.

Objeto: Pavimentação com cascalho, drenagem pluvial e sinalização viária sobre terra, em diversas estradas do município.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário, por mais 60 dias, contados a partir de 08 de outubro de 2015 até 06 de dezembro de 2015, conforme requerimento da Contratada.

Xanxerê-SC, 07 de outubro de 2015. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal

EXTRATO 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0133/2014

Extrato 4º Aditivo ao Contrato nº 0133/2014

Contratante: O Município de Xanxerê,

Contratado: Adriana Maciel Chaves ME

Objeto: Cobertura da quadra de esportes da escola Pequeno Trabalhador.

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços até 30/12/2015, contados a partir de 10/10/2015, conforme Requerimento e Ofício anexos ao termo aditivo.

Xanxerê-SC, 09 de outubro de 2015. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

PORTARIA RH-AJG 220/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 220/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VIRAM e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 08.10.2015 a 06.11.2015 a Servidora Pública Municipal, a Sra. GIULIANE CASANOVA SCHURHAUS PERETTI, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador (a) da CI nº 2.076.982-2, CPF nº 745.710.019-91 nomeada conforme Decreto nº AM 041/2002 no cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com trinta (30) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 03787/2015 datado de 09.10.2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

02.04.2001 a 01.04.2006: 30 (trinta) dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 08.10.2015. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 09 de Outubro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

DECRETO 104/2015

DECRETO Nº 104/2015

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO E A CLASSIFICAÇÃO FINAL DEFINITIVA, PARA OS CARGOS DE CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA - EDITAL Nº 001/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela legislação em vigor;

Considerando a regularidade formal dos atos e procedimentos que constituem o processo de escolha e eleição dos membros para conselheiros tutelares de Xavantina, edital nº 001/2015;

Considerando o exaurimento do prazo para recursos, resolvidos e decididos todos os interpostos;

Considerando, ainda, a ampla publicidade dada a todos os atos, em todas as fases do processo de escolha e eleição dos membros para conselheiros tutelares de Xavantina, edital nº 001/2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado e a classificação final definitiva de todos os cargos do processo de escolha e eleição dos membros para conselheiros tutelares do Município de Xavantina - edital nº 001/2015, realizada no dia 04/10/2015;

- I - Total de eleitores: 651
- II - Total de votos válidos: 651
- III - Total de votos em branco: 1
- IV - Total de votos nulos: 2

Art. 2º Total de votos por candidato:

Nome do Candidato	Quantidade de Votos	Classificação Titulares
SOLENI PALUDO	247	1º
JUÇARA CAMERA	102	2º
CRISTINA DA SILVEIRA	89	3º
CLARICE BETIATTO	57	4º
LEDIANE ALBERTI	45	5º
Nome do Candidato	Quantidade de Votos	Classificação Suplentes
ROSELEI BIFFI	38	6º
DÉBORA SPAGNOL	28	7º
MARTA BARBIERI	27	8º
GENECI BORDIGNON	9	9º
LUCAS WUICIK	6	10º

Art. 3º Ficam os seguintes candidatos eleitos como titulares, por ordem de votação:

- I- Soleni Paludo
- II- Juçara Camera
- III- Cristina da Silveira
- IV- Clarice Betiatto
- V- Lediane Alberti

Art. 4º Ficam os demais candidatos como suplentes, por ordem de votação:

- I- Roselei Biffi
- II- Débora Spagnol
- III- Marta Barbieri
- IV- Geneci Bordignon
- V- Lucas Wuicik

Art. 5º A diplomação e posse dos membros do Conselho Tutelar titulares e suplentes, dar-se-á no dia 10/01/2015.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Xavantina (SC), 09 de Outubro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 105/2015

DECRETO Nº 105/2015

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 101 VIII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que na data de 28 de outubro de 2015, é celebrado o Dia do Servidor Público;

DECRETA:

Art. 1º. O ponto facultativo do dia 28 de outubro de 2015, alusivo ao Dia do Servidor Público, que cairá numa quarta-feira, será transferido para o dia 30 de outubro de 2015, uma sexta-feira.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Xavantina (SC), 09 de Outubro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DISPÕE SOBRE O RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR EDITAL Nº 001/2015 - ELEIÇÃO PARA CONSELHEIRO TUTELAR
 DISPÕE SOBRE O RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

EDITAL Nº 001/2015 - ELEIÇÃO PARA CONSELHEIRO TUTELAR

RESOLUÇÃO Nº 06/2015

Dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Xavantina após análise de recursos.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº1282/2013, RESOLVE:

I - Informar a todos que, após a divulgação do resultado do pleito, não foram interpostos recursos.

II - Homologar o RESULTADO FINAL do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de para o mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020, conforme relação abaixo:

Art. 1º: Fica proclamado o resultado final da eleição realizada no dia 04/10/2015

I - Total de eleitores: 651

II - Total de votos válidos: 651

III - Total de votos em branco: 1

IV - Total de votos nulos: 2

Art. 2º: Total de votos por candidato:

Nome do Candidato	Quantidade de Votos	ClassificaçãoTitulares
SOLENI PALUDO	247	1º
JUÇARA CAMERA	102	2º
CRISTINA DA SILVEIRA	89	3º
CLARICE BETIATTO	57	4º
LEDIANE ALBERTI	45	5º
Nome do Candidato	Quantidade de Votos	Classificação Suplentes
ROSELEI BIFFI	38	6º
DÉBORA SPAGNOL	28	7º
MARTA BARBIERI	27	8º
GENECI BORDIGNON	9	9º
LUCAS WUICIK	6	10º

Art. 3º: Ficam os seguintes candidatos eleitos como titulares, por ordem de votação:

I- Soleni Paludo

II- Juçara Camera

III- Cristina da Silveira

IV- Clarice Betiatto

V- Lediane Alberti

Art. 4º: Ficam os demais candidatos como suplentes, por ordem de votação:

I- Roselei Biffi

II- Débora Spagnol

III- Marta Barbieri

IV- Geneci Bordignon

V- Lucas Wuicik

Art. 5º. A diplomação e posse dos membros do Conselho Tutelar titulares e suplentes, dar-se-á no dia 10/01/2015.

Art. 6º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, 09 de outubro de 2015.

Meryen de Quadros

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

LEI 1472

LEI Nº 1472, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 2.006 – Transporte Escolar	
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0019 – CR 16	
R\$	90.000,00
TOTAL	90.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Ensino Fundamental e Infantil	
Projeto Atividade: 2.004 – Manter o Ensino Fundamental	
Elem. Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0018 – CR 11	
R\$	90.000,00
TOTAL	90.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC), 24 de Setembro de 2015.

MAURO JUNES POLETO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 177/2015

PORTARIA Nº 177/2015

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

Considerando o pedido de exoneração feito pela servidora pública municipal, senhora Daniela Solange Ribeiros;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública Municipal, SRA. DANIELA SOLANGE RIBEIROS, ocupante do cargo efetivo de Professor, com efeitos a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), em 05 de Outubro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 178/2015

PORTARIA Nº 178/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o resultado do Concurso Público nº 001/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. RAQUEL COSMANN, portadora do CPF nº 064.205.499-14, RG nº 3.958.426, para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 horas semanais, com efeitos a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 06 de Outubro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 179/2015

PORTARIA Nº 179/2015

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL TEMPORÁRIO PARA PREENCHIMENTO DE VAGA NO QUADRO DE PESSOAL DO EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº 782/02, e,

Considerando o resultado do Processo Seletivo nº 003/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a Sra. CAMILA DELLA LIBERA TREVISAN, para ocupar a função de Professor Normalista - Auxiliar, Período Vespertino, com carga de 20 horas/semanais, com efeitos a contar de 06 de Outubro de 2015, tendo como local de trabalho o CEMEI PALMEIRINHA (Linha das Palmeiras).

Parágrafo único. O prazo de vigência do Contrato de Trabalho está condicionado ao disposto na Lei nº 782/2002 e ao Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 06 de Outubro de 2015.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Consórcios

ARIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

Retificação ao Aviso de Licitação

Processo Licitatório nº 45/2015

Pregão Presencial nº 02/2015

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, RETIFICA o Aviso de Licitação n. 45/2015 (Pregão n. 02/2015), bem como o edital publicado no site da ARIS, informando que a licitação na modalidade pregão, forma presencial com a finalidade de selecionar propostas para FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO (CADEIRAS), MONTAGEM E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, conforme especificações constantes no ANEXO I do Edital Retificado, realizar-se-á no dia 23 de outubro de 2015, às 14:30h.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do recebimento das propostas: 13:30h do dia 23/10/2015.
- Prazo final para entrega dos envelopes de proposta e de habilitação: 14h15min do dia 23/10/2015.
- Abertura da sessão pública do pregão: 14:30h do dia 23/10/2015.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes neste edital.

As dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- Telefone/fax: (48) 3954-9100
- E-mail: compras@aris.sc.gov.br
- Site: www.aris.sc.gov.br
- Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-101

Florianópolis, 09 de outubro de 2015.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015

Retificação ao Aviso de Licitação

Processo Licitatório nº 46/2015

Pregão Presencial nº 03/2015

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, RETIFICA o Aviso de Licitação n. 46/2015 (Pregão n. 03/2015), bem como o edital publicado no site da ARIS, informando que a licitação na modalidade pregão, forma presencial com a finalidade de selecionar propostas para FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO (MÓVEIS CORPORATIVOS), MONTAGEM E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, conforme especificações constantes no ANEXO I do Edital Retificado, realizar-se-á no dia 26 de outubro de 2015, às 14:30h.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do recebimento das propostas: 13:30h do dia 26/10/2015.
- Prazo final para entrega dos envelopes de proposta e de habilitação: 14h15min do dia 26/10/2015.
- Abertura da sessão pública do pregão: 14:30h do dia 26/10/2015.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes neste edital.

As dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- Telefone/fax: (48) 3954-9100
- E-mail: compras@aris.sc.gov.br
- Site: www.aris.sc.gov.br
- Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-101

Florianópolis, 09 de outubro de 2015.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

CIGA**EXTRATO CONTRATO 455 - PGO - BIGUAÇU**

Extrato de Contrato nº 455/2015

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão de Obras – Biguaçu

CONTRATANTE: Município de Biguaçu

CNPJ: 82.892.308/0001-53

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 225/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Prestação de Serviço entre o Município de Biguaçu e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) relativo à contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Obras mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB), e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato.

VALOR: R\$ 1.398,00 (Hum mil trezentos e noventa e oito reais) por mês, totalizando o valor de R\$ 13.980,00.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 17 de abril de 2015.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIS NORDESTE**PORTARIA Nº 02/2015**

PORTARIA Nº 002/2015, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015.

Designa limite de tolerância para atrasos, saídas antecipadas, horas extras, banco de horas e dá outras providências.

ANA MARIA GROFF JANSEN, Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 31 do Contrato de Consórcio Público, datado de 10 de dezembro de 2013, e conforme o que determina a CLT resolve:

Art. 1º O limite de tolerância para atrasos deverá ser cumprido conforme determina o Artigo 58, Parágrafo 1º da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), e, Lei 10.243, de 19.06.2001:

§ 1º Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.

§ 2º O período de atraso superior ao acima demonstrado, deverá ser justificado formalmente pelo empregado, sob pena de desconto de seu salário.

§ 3º Reiterados atrasos injustificados é motivo ensejador de penalidades, as quais podem levar inclusive à demissão por justa causa por desídia, conforme previsto no art. 482, letra "e", da CLT.

Art. 2º Não será permitida a compensação dos atrasos ao serviço com:

I - As horas para descanso ou acumuladas em banco de horas;

II – Férias, ressalvado, no caso de faltas não justificadas, o disposto no art. 130 caput e incisos da CLT.

Art. 3º O horário extraordinariamente laborado será pago como Hora Extra ou somado ao Banco de Horas do Empregado, conforme sua opção e observado o seguinte:

I - O empregado somente poderá trabalhar em horário extraordinário mediante a apresentação antecipada de comunicado formal e com autorização superior;

II - Em casos excepcionais, o comunicado poderá ser feito no dia seguinte;

III - Quando o empregado for "convocado" formalmente para participar de algum curso, seminários, reuniões, entre outros, será computado o horário de traslado/locomoção e/ou do tempo que exceder sua jornada de trabalho, não considerando como hora extra o período de repouso;

IV - Quando o empregado for "convidado" a participar de algum curso, seminários, reuniões, entre outros, não será computado o horário de traslado/locomoção, apenas o tempo que exceder sua jornada de trabalho;

V – Poderá ser computado o trabalho em horário extraordinário antes do início da jornada de trabalho, no intervalo do repouso e alimentação (respeitando 1 hora de intervalo), após o período e em dias que não estão no contrato (sábado, domingo ou feriados);

VI - As compensações do banco de horas não poderão ultrapassar o período de um ano, sendo pagas como hora extra ao findar o período de compensação.

§ 1º Para fins do inciso III deste artigo, considera-se como convocação quando a chefia requisitar, mediante formulário Anexo I, a presença do empregado;

§ 2º Para fins do inciso IV deste artigo, considera-se como convite quando o próprio empregado solicitar a participação a eventos e/ou a chefia sugerir informalmente.

Art. 4º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Joinville, 1º de outubro de 2015.

Ana Maria Groff Jansen

Diretora Executiva

ANEXO I - FORMULÁRIO REQUISIÇÃO PARTICIPAÇÃO EM EVENTO

Solicitante:

Data:

Participante:

Nome do evento:

Período:

Local:

Objetivo:

Autorização: De acordo participante:

Ana Maria Groff Jansen

Diretora Executiva

RESOLUÇÃO Nº 17/2015

Resolução nº 017/2015.

Dispõe sobre o remanejamento das quantidades previstas para os itens com preços registrados nas Atas de Registro de Preços gerenciadas pelo CISNORDESTE/SC.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, Sr. José Chaves, Prefeito Municipal de Garuva, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, Decretos nº 5.450/05 e nº 7.892/13, bem como Resolução nº 02/2014 – CISNORDESTE/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Nas Atas de Registro de Preços, as quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não participantes do procedimento licitatório para registro de preços.

§1º O remanejamento de que trata o caput poderá ser feito de órgão participante para órgão participante e de órgão participante para órgão não participante.

§ 2º No caso de remanejamento de órgão participante para órgão não participante, devem ser observados os limites previstos nos §§ 3º e 4º do art. 22 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

§ 3º Para efeito do disposto no caput, caberá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

Art. 2º O órgão Gerenciador poderá utilizar recursos de Tecnologia da Informação na operacionalização do disposto nesta Resolução e automatizar procedimentos de controle e gerenciamento dos atos dos órgãos e entidades envolvidas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joinville, 02 de outubro de 2015.

José Chaves

Prefeito Municipal de Garuva

Presidente do CISNORDESTE/SC

RESOLUÇÃO Nº 18/2015

Resolução nº 18/2015.

Dispõe sobre a amortização parcial ou total de parcela de repasse dos municípios do exercício de 2015, utilizando o saldo findo do exercício de 2014.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, Sr. José Chaves, Prefeito Municipal de Garuva, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05, e conforme deliberado da 3ª Reunião do Conselho Administrativo realizada em 02/10/2015, resolve:

Art. 1º - Conforme deliberação na 1ª assembleia geral ordinária de prefeitos do CISNORDESTE/SC, realizada em 26 de fevereiro de 2014, o

valor do saldo findo do exercício anterior será utilizado para a amortização/liquidação de parcela de repassa do exercício posterior.

Art. 2º - Os valores referentes ao saldo findo do exercício de 2014, para amortização no exercício de 2015, deliberado na 1º assembleia geral ordinária de prefeitos do CISONORDESTE/SC, realizada no dia 12 de março de 2015, são os a seguir:

Município	Valor R\$
Araquari	R\$ 8.198,99
Baln. Barra do Sul	R\$ 1.576,25
Barra Velha	R\$ 10.324,14
Campo Alegre	R\$ 16.497,34
Corupá	R\$ 4.878,29
Garuva	R\$ 7.621,03
Guaramirim	R\$ 3.506,49
Itapoá	R\$ 2.038,62
Jaraguá do Sul	R\$ 100.864,48
Joinville	R\$ 159.266,85
Massaranduba	R\$ 3.378,06
Pien	R\$ 6.208,94
Rio Negrinho	R\$ 32.772,67
São Bento do Sul	R\$ 5.572,91
São Francisco do Sul	R\$ 19.142,81
São João do Itaperiú	R\$ 951,77
Schroeder	R\$ 3.306,07

Art. 3º - Esta Resolução retroage sua validade a partir do dia 30/04/2015.

Joinville, 02 de outubro de 2015.

José Chaves

Prefeito Municipal de Garuva

Presidente do CISONORDESTE/SC

CIS/AMUREL

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 56/2015 MEDIMAGEM

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 56/2015.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: MEDIMAGEM CLÍNICA MÉDICA LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames clínicos de Ultrassonografia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 002/2009).

Data da Assinatura: 21/09/2015.

Assinantes: Jorge Leonardo Nesi pelo Contratante e, Tatiana Mansur Blosfeld pelo Contratado.

CIS/AMERIOS**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 01/2015 – CIS/AMERIOS**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 01/2015 – CIS/AMERIOS

Assembleia Extraordinária

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS PREFEITOS PARA A PRIMEIRA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS - CIS/AMERIOS.

Art. 1º - O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS e da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, Sr. Dilair Menin, Prefeito de Caibi, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os Senhores PREFEITOS e a Senhora PREFEITA, para participar da PRIMEIRA Assembleia Extraordinária do CIS/AMERIOS que se realizará no próximo dia 21 de outubro, quarta-feira, com início às 15h30min, no auditório da AMERIOS, em Maravilha/SC, para tratar dos seguintes assuntos:

- I- 15h30min – Abertura da Assembleia e leitura da ata da Assembleia anterior;
- II- 15h40min - CIS/AMERIOS - Parte legal: Protocolo e Contrato – Dr. Arnildo Luiz Kollet - Assessor Jurídico da AMERIOS;
- III- 15h50min – Ratificação da Resolução nº 03/2015;
- IV- 16h - Encerramento.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha- SC, 13 de outubro de 2015.

DILAIR MENIN

Presidente do CIS/AMERIOS e da AMERIOS

Prefeito de Caibi